BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU REALIZADAS NO ANO FINANCEIRO DE 2014

Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano financeiro de 2014

ÍNDICE

Área da Administração e Justiça 5

Área da Economia e Finanças 79

Área da Segurança 139

Área dos Assuntos Sociais e Cultura 181

Área de Transportes e Obras Públicas 297

Comissariado contra a Corrupção 375

Comissariado da Auditoria 381

Área da Administração e Justiça

GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

BALANÇO DAS ACÇÕES GOVERNATIVAS NO ANO DE 2014 NA ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO E JUSTIÇA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 11

PARTE I
BALANÇO DAS ACÇÕES GOVERNATIVAS NO ANO DE 2014 16

I. No domínio da Administração Pública 16

1. Gestão centralizada do pessoal 16
2. Regime da função pública e formação de pessoal 17
3. Estrutura orgânica 18
4. Serviços públicos e serviços do Governo Electrónico 19

II. No domínio da Justiça 20

1. Implementação do plano de produção legislativa para 2014 20
2. Divulgação jurídica 22
3. Acção de formação de magistrados, oficiais de justiça e advogados 23
4. Assuntos de Direito Internacional 24

III. No domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais 25

1. Centro de Segurança Alimentar 25
2. Aperfeiçoamento das instalações municipais 26
3. Melhoramento do ambiente da cidade e da qualidade de vida dos cidadãos 27

IV. Documentos de viagem e bilhete de identidade do tipo cartão inteligente 29

PARTE II
BALANÇO DAS ACÇÕES DO TERCEIRO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU 30

I. Impulso para o desenvolvimento do sistema político e promoção do regime democrático 30

II. Construção de uma rede de prestação de serviços de alta qualidade, oferta de serviços automáticos céleres 32

1. Serviços *One stop* integrados e automáticos 32
2. Mecanismo de avaliação de serviço 34
3. Segurança informática e partilha de informações 36

III. Criação do Centro de Segurança Alimentar e estabelecimento de um sistema de fiscalização da segurança alimentar 37

IV. Conclusão dos trabalhos técnicos de recensão legislativa e continuidade dos trabalhos de acompanhamento posterior 38

V. Reforço da comunicação e cooperação com a Assembleia Legislativa para promover em conjunto os trabalhos de construção do sistema jurídico 39

VI. Optimização das estruturas da Administração e mecanismos de consulta e consolidação das bases para aprofundar a reforma administrativa 41

1. Estruturas da Administração 41
2. Mecanismos de consulta 42

VII. Promoção em passos firmes da gestão integrada dos funcionários e administração segundo a lei no sentido de elevar a eficácia 44

1. Apreciação do desempenho 44
2. Promoção de integridade e utilização correcta de recursos públicos 45
3. Recrutamento centralizado 46
4. Acções de formação 46
5. Gestão do pessoal e regime de garantia 50

VIII. Cultivo de talentos da área judiciária e prestação de apoio nas várias dimensões para o aumento da eficiência judiciária 56

1. Formação de magistrados e oficiais de justiça 56

2. Revisão das leis processuais e simplificação dos procedimentos judiciais..... 58

IX. Desenvolvimento amplo da divulgação jurídica e aprofundamento dos conhecimentos sobre o sistema jurídico junto da sociedade civil 59

1. Empenho no fortalecimento da rede de cooperação para divulgação da Lei Básica 59

2. Adopção de métodos flexíveis e diversificados no desenvolvimento de diferentes tipos de acções de divulgação jurídica..... 59

3. Enriquecimento das variedades dos produtos de divulgação jurídica e aperfeiçoamento da rede de acesso aos mesmos..... 61

X. Participação activa nos assuntos de Direito Internacional e elevação da imagem internacional da Região Administrativa Especial de Macau 61

1. Acordos de cooperação judiciária 62

2. Apreciação dos relatórios sobre o cumprimento das convenções em matéria de direitos humanos 63

3. Assuntos de Direito Internacional 63

XI. Acompanhamento das acções do Instituto de Menores e prestação de atenção e carinho no crescimento dos menores 64

1. Avaliação e acompanhamento do Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores 64

2. Estudo e desenvolvimento de vários grupos de aconselhamento e programas de aconselhamento para a elevação do efeito de aconselhamento da medida de internamento 65

3. Empenho no desenvolvimento de um sistema de orientação e correcção baseado na prova real..... 66

4. Criação de condições e prestação de apoio aos reabilitados na sua reintegração social..... 66

XII. Aprofundamento do desenvolvimento da educação cívica e elevação da consciência cívica da população..... 67

XIII. Articulação com o posicionamento da Região Administrativa Especial de Macau na edificação do centro mundial de turismo e lazer e persistência na optimização das construções urbanas e do ambiente..... 69

1. Articulação com o posicionamento da cidade de turismo e desenvolvimento das obras de embelezamento dos espaços urbanos 69

2. Optimização da construção urbana e melhoramento da qualidade ambiental 71

XIV. Aumento dos equipamentos culturais e desportivos e enriquecimento da vida cultural e recreativa dos residentes 73

XV. Alargamento progressivo da utilização dos documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau e do Bilhete de Identidade de Residente do tipo "cartão inteligente" e aperfeiçoamento contínuo das suas funções 75

1. Documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau 75

2. Promoção dos conhecimentos sobre a protecção consular e os serviços consulares 75

3. Medidas de facilidade na entrada e saída de Hong Kong e Macau 76

4. Estudo e lançamento do Bilhete de Identidade de Residente com *chip* sem contacto 77

CONCLUSÃO 78

INTRODUÇÃO

O terceiro Governo da Região Administrativa Especial de Macau está prestes a terminar. Nos últimos 5 anos a Secretaria para a Administração e Justiça tem definido e concretizado os projectos anuais e os planos de acção plurianuais, de acordo com o enquadramento da acção governativa da Região Administrativa Especial de Macau. Tem persistido sempre no conceito "ter por base a população" e seus objectivos na acção governativa para a prestação de serviço aos cidadãos, e respeitado os princípios da administração segundo a lei, da incorruptibilidade e da lealdade ao Estado de Direito e as respectivas regras de conduta. Tem aplicado de forma plena e correcta as várias disposições da Lei Básica relativas ao enquadramento político e desenvolvimento do sistema político, ao sistema jurídico e ao regime da função pública. E tem adoptado mecanismos e atitudes de trabalho na fundamentação das decisões políticas em estudos científicos com uma visão alargada, uma postura actual, um acompanhamento do evoluir dos tempos e uma fundação sólida, no intuito de se empenhar de forma activa no desenvolvimento das causas relevantes na Região Administrativa Especial de Macau.

(1) Cumprimento escrupuloso da Lei Básica e garantia da constitucionalidade dos projectos legislativos

A apresentação de projectos legislativos assume um papel primordial no processo legislativo. De acordo com o artigo 75.º da Lei Básica, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau possui o poder exclusivo de apresentação de propostas de lei que envolvam a estrutura política, as receitas e despesas públicas e o funcionamento do Governo. Assim, é exigida ao Governo da Região Administrativa Especial de Macau a assunção de uma ampla e grande responsabilidade na apresentação de propostas em matéria de produção legislativa. Com efeito, entre 20 de Dezembro de 1999 e 30 de Setembro de 2014, foram aprovados 208 projectos legislativos pela Assembleia Legislativa, dos quais 193 foram propostas de lei apresentadas pelo Governo, representando assim 93% da totalidade. No mandato do terceiro Governo, foram aprovados 64 projectos legislativos pela Assembleia Legislativa, sendo 63 propostas de lei apresentadas pelo Governo, correspondendo deste modo a 98% da totalidade. A responsabilidade de apresentação de propostas na produção legislativa por parte do Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem-se evidenciado, não só pelo avultado número de trabalhos relativos à produção jurídica, mas mormente pelo indispensável cumprimento escrupuloso do artigo 11.º da Lei Básica, no qual se prevê que "Nenhuma lei, decreto-lei, regulamento administrativo ou acto normativo da Região Administrativa Especial de Macau pode contrariar esta Lei". Para o efeito, o estudo profundo relativo à conformidade com as disposições da Lei Básica e seu espírito tornou-se uma exigência crucial imposta pelo Governo na produção de cada proposta de lei. Neste sentido, para além da realização de estudo pelos juristas, o Governo tem convidado, de acordo com a situação, os especialistas e estudiosos das instituições académicas a apresentarem as suas opiniões, ou solicitado às individualidades da Comissão de Redacção da Lei Básica os respectivos esclarecimentos sobre a intenção e o contexto legislativo, para

que seja assegurada a ausência de contradição com a Lei Básica na produção legislativa da Região Administrativa Especial de Macau. De referir que tal constitui o resultado mais relevante da aplicação correcta da Lei Básica e da edificação do sistema jurídico.

(2) Persistência na defesa da autoridade central e impulso do desenvolvimento do sistema político de acordo com a constituição

O impulso do desenvolvimento do sistema político é um assunto político de grande importância que preocupa a população em geral, verificando-se assim diferentes opiniões e propostas. O artigo 47.° da Lei Básica e o artigo 7.° do Anexo I relativo à Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo, bem como o artigo 68.° da Lei Básica e o artigo 3.° do Anexo II relativo à Metodologia para a constituição da Assembleia Legislativa regulam o desenvolvimento do sistema político em termos constitucionais. O poder de interpretação cabe ao Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional. Assim, no dia 31 de Dezembro de 2011, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional efectuou a sua Interpretação relativa ao artigo 7.° do Anexo I e ao artigo 3.° do Anexo II, o que veio a clarificar o princípio constitucional que assume que o poder de decisão, quer sobre os procedimentos concretos do desenvolvimento do sistema político quer sobre o desenvolvimento do sistema político, cabe à autoridade central. O respeito e a defesa do poder de decisão da autoridade central constituem uma missão devida referente à questão do princípio "um país, dois sistemas", bem como um resultado determinado pelo estatuto jurídico da Região Administrativa Especial de Macau directamente subordinada ao Governo Central. Por conseguinte, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem proclamado expressamente que o desenvolvimento do sistema político carece do cumprimento escrupuloso da Lei Básica e respectivas disposições dos Anexos I e II, para além da execução plena da Interpretação e Decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional nesta matéria, e da persistência na defesa da autoridade central e do poder de soberania, segurança e interesses de desenvolvimento do país. Em paralelo, há que corresponder à situação real de Macau, no sentido de favorecer a estabilidade da estrutura política fundamental e o funcionamento eficaz de um sistema político centrado na predominânica administrativa, beneficiar os interesses dos diversos sectores e manter o desenvolvimento estável de Macau a longo prazo. Trata-se assim de uma base em termos constitucionais para a discussão racional e o consenso, o que permitirá assegurar a orientação correcta para um desenvolvimento suave do sistema político. Devido à persistência nos referidos fundamentos constitucionais e na orientação correcta, chegou-se ao máximo consenso e concluíram-se as acções de desenvolvimento do sistema político em 2012, o que permitiu um avanço na democracia política de Macau.

(3) Prosseguimento da elevação da qualidade dos serviços e início do primeiro recrutamento centralizado

A prestação de serviços da Administração Pública à sociedade e à população constitui uma atribuição fundamental do Governo. E o prosseguimento da elevação da qualidade dos serviços não é apenas uma exigência do progresso contemporâneo, mas também contribui para aumentar a credibilidade pública do Governo e evidenciar em pleno o conceito "ter por base a população" na acção governativa. Com base nos alicerces lançados, o terceiro

Governo continuou a impulsionar os serviços *One stop* e o mecanismo da Carta de Qualidade. Por exemplo, o Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau entrou em funcionamento em finais de 2009, o que permitiu proporcionar, no total, mais de 260 tipos de serviços que envolvem as diferentes áreas até finais de Setembro do corrente ano. Até à mesma data, foram prestados mais de 1,19 milhões de serviços no atendimento de cerca de 1,37 milhões de pessoas. O número de serviços externos dos serviços públicos que prestam serviços integrados na Carta de Qualidade aumentou cerca de 30%, representando aproximadamente 80% da totalidade. Em simultâneo, o Governo lançou o Prémio de Serviço de Alta Qualidade. A primeira edição desta nova actividade foi realizada em 2011, com a participação de 7 serviços públicos que foram premiados em 9 dos respectivos serviços prestados, nomeadamente a Direcção dos Serviços de Identificação que obteve 3 prémios, estando prevista a conclusão da 2.ª edição da mesma actividade para finais de 2014. Os esforços desenvolvidos na reforma dos serviços da Administração Pública não só facilitaram em grande escala a vida dos cidadãos, mas também elevaram a eficiência administrativa, o que potenciou fortemente os serviços públicos e os seus funcionários para uma maior divulgação da cultura administrativa de prestação de serviços públicos com alta qualidade aos cidadãos.

A estratégia de desenvolvimento de talentos definida pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem um significado relevante para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade a longo prazo de Macau. O sistema de recrutamento centralizado dos trabalhadores da função pública faz parte importante desta estratégia, constituindo ainda uma reforma fundamental do sistema de gestão dos trabalhadores da função pública. O sistema de recrutamento centralizado pode contribuir para reforçar a imparcialidade, a transparência e a justiça do regime de ingresso, ao mesmo tempo que pode atrair quadros de excelência para se integrarem na equipa dos funcionários, bem como para controlar o seu número total. Este sistema pode, ainda, evitar o recrutamento autónomo de trabalhadores por cada serviço público segundo critérios diferentes, bem como contribuir para reduzir os recursos administrativos dispensados no recrutamento, criando um regime de ingresso regulamentado por critérios mais uniformizados e formando uma boa base para o aperfeiçoamento do regime de acesso.

(4) Conclusão do estabelecimento dos alicerces do sistema jurídico e melhoramento do modelo de coordenação do processo legislativo

O artigo 8.º da Lei Básica consagra como princípio do sistema jurídico que as leis e os decretos-leis previamente vigentes em Macau se mantêm, salvo no que contrariar a Lei Básica. O 1.º parágrafo do artigo 145.º da Lei Básica é uma norma mais concreta sobre esta matéria e a Lei n.º 1/1999 (Lei de Reunificação), nos seus artigos 3.º e 4.º, também estipula normas sobre a matéria. Neste contexto, os diplomas legais aplicados após o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau abrangem todos aqueles que foram previamente aprovados e que se mantêm em vigor, assim como aqueles que vieram a ser aprovados posteriormente. Os trabalhos de recensão da legislação relativamente à situação de vigência das leis e dos decretos-leis previamente vigentes e à sua eventual incompatibilidade com

a Lei Básica constituem uma acção fundamental no âmbito da implementação do sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau. De acordo com o plano traçado nas Linhas de Acção Governativa para a área da Administração e Justiça, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça procedeu, no prazo de 3 anos (desde meados de 2010 até meados de 2013), aos trabalhos de recensão das leis e dos decretos-leis (num total de 2 123 diplomas com cerca de 40 000 normas) aprovados desde a aplicação do Estatuto Orgânico de Macau, em 1976, ano em que Macau adquiriu o poder legislativo, e elaborou a respectiva lista, a qual foi integrada na publicação "Legislação previamente vigente em Macau - Resultado da análise sobre a sua situação de vigência", editada em Novembro de 2013. Simultaneamente, foram feitas propostas concretas sobre a confirmação através do processo legislativo dos resultados obtidos nos trabalhos de recensão e adaptação das leis previamente vigentes, as quais já foram apresentadas aos Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa, com vista a uma abordagem técnica conjunta sobre o processo legislativo relativo a estes diplomas legais.

O método segundo o qual cada serviço público está encarregado da elaboração dos projectos de diploma da respectiva área funcional é uma prática que decorre ao longo de muito tempo. Este modelo tem a vantagem de reforçar o teor técnico e a especificidade dos diplomas, mas o mesmo não contribui para uma organização coordenada nem para um aproveitamento eficaz dos recursos legislativos conforme as políticas gerais da acção governativa da Região Administrativa Especial de Macau e o princípio de actuação de acordo com a ordem de prioridade. Neste contexto e com base numa avaliação adequada da experiência entretanto obtida, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau avançou com 2 medidas de aperfeiçoamento.

Uma das medidas foi a criação, em 2011, do mecanismo de coordenação central da reforma jurídica, competindo a um novo serviço público, a Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional, a apreciação e elaboração do plano legislativo anual do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, bem como o controlo da respectiva execução.

Outra medida foi o reforço das funções da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, no âmbito da produção legislativa. Relativamente à elaboração de determinados projectos de diplomas, veio a adoptar-se o modelo em que os respectivos trabalhos são dirigidos por esta direcção de serviços, contando com a colaboração dos próprios serviços funcionais.

As referidas medidas de aperfeiçoamento já tiveram resultados relativamente positivos e o Governo da Região Administrativa Especial de Macau vai continuar a aperfeiçoar o mecanismo de coordenação do processo legislativo.

(5) Atenção aos assuntos relacionados com a vida da população, com prioridade na segurança alimentar

No âmbito dos assuntos relacionados com a vida quotidiana da população, a segurança alimentar é uma questão prioritária, na medida em que está ligada à saúde de toda a população e dos turistas que vêm do exterior. Para dar resposta à situação cada vez mais grave de segurança alimentar, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau

apresentou à Assembleia Legislativa, em Abril de 2012, a proposta da Lei de segurança alimentar, a qual foi aprovada em 27 de Março de 2013 e entrou em vigor no dia 20 de Outubro do mesmo ano. A referida lei prevê normas gerais sobre as diversas matérias de segurança alimentar. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, enquanto serviço competente nos termos legais, mobilizou desde logo os recursos humanos disponíveis e veio a criar, em escasso tempo, o Centro de Segurança Alimentar, ao qual compete executar os trabalhos relacionados com a segurança alimentar. No desempenho das suas funções, o Centro de Segurança Alimentar actua de acordo com o modelo de "análise dos riscos", recomendado pela Organização Mundial da Saúde e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, executando os seus trabalhos conjugando as acções nas áreas de avaliação, gestão e comunicação dos riscos, nomeadamente mediante o reforço da divulgação de informações no sentido de sensibilizar o público para uma maior atenção à segurança alimentar, bem como o reforço da fiscalização no sentido de evitar a entrada de alimentos não seguros no mercado. Por outro lado, o Centro de Segurança Alimentar tem vindo a intensificar o contacto com as organizações profissionais e outras regiões e países, com vista à comunicação e obtenção de informações atempadas. Simultaneamente, procedeu-se ao reforço da formação do pessoal competente para elevar o mais rapidamente possível as suas competências profissionais, bem como se elaborou oportunamente uma série de instruções de segurança alimentar para que as acções no âmbito da segurança alimentar possam ser efectuadas de forma mais regulamentada e ordenada.

O exposto reflecte exemplos das principais acções desenvolvidas ao longo de 5 anos na área da Administração e Justiça, sendo os demais trabalhos realizados explicados com mais pormenor na Parte II do presente relatório.

PARTE I

BALANÇO DAS ACÇÕES GOVERNATIVAS NO ANO DE 2014

I. No domínio da Administração Pública

Lançámos os lemas "ter por base a população" e "fundamentação das decisões políticas em estudos científicos", de acordo com o planeamento global da acção governativa do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, como também promovemos e concretizámos várias políticas e medidas com vista ao melhoramento do desempenho da governação, a partir da criação de regimes, optimização de estruturas, elevação da qualidade dos serviços e gestão integrada de pessoal, entre outros.

1. Gestão centralizada do pessoal

Implementámos a gestão centralizada do procedimento de recrutamento e selecção para efeitos de ingresso dos trabalhadores nos serviços públicos, tendo procedido até agora a 5 concursos centralizados, que abrangeram 128 adjuntos-técnicos, 52 técnicos superiores da área de informática, 72 técnicos superiores da área jurídica e 16 técnicos superiores da área de psicologia, num total de 18 443 candidatos. Até finais de Setembro deste ano, no que diz respeito ao concurso centralizado de ingresso para técnico superior na área de informática, foram distribuídos 45 lugares do quadro, satisfazendo a necessidade de preenchimento de vagas em 15 serviços públicos. Além disso, relativamente ao concurso centralizado de ingresso para a carreira de adjunto-técnico em 3 áreas, foram distribuídos 97 lugares do quadro, satisfazendo a necessidade de 27 serviços públicos. Estamos, neste momento, a proceder à nova distribuição dos candidatos admitidos no concurso centralizado de ingresso e, até finais deste ano, distribuiremos ainda mais 449 adjuntos-técnicos por 40 serviços públicos. Faremos revisão e acompanhamento sobre o concurso centralizado para técnico superior na área jurídica, abrindo sessões de explicações para os novos recrutamentos centralizados, no sentido de permitir aos candidatos um melhor conhecimento das exigências do trabalho e uma preparação suficiente.

Para garantir que os avisos de abertura dos concursos dos diversos serviços públicos estejam em conformidade com as disposições do Regulamento Administrativo n.º 23/2011 (Recrutamento, selecção, e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos), temos vindo a apresentar opiniões sobre as minutas dos avisos de abertura dos concursos (incluindo as áreas funcionais) dos diversos serviços públicos e sobre o respectivo

procedimento de abertura, tendo sido apresentadas, até finais de Setembro do corrente ano, opiniões sobre 79 casos de 25 serviços e entidades públicas.

Na coordenação e execução das acções de formação centralizada para efeito de acesso dos funcionários públicos, até finais de Setembro do corrente ano, foram apoiados 55 serviços públicos na constituição de 955 júris para os concursos de acesso destinados a 2 266 funcionários públicos, bem como foram abertas 27 turmas de acções de formação em regime de aproveitamento, destinadas a mais de 835 trabalhadores de diversas carreiras.

Foi feita a recolha e análise dos planos de concursos para efeitos de acesso dos serviços públicos para os anos de 2015 a 2017, planeando as acções relativas à constituição dos júris para os concursos de acesso dos serviços públicos e definindo o plano de formação para efeitos de acesso dos funcionários públicos para o ano de 2015.

Promovemos o mecanismo de gestão centralizada do pessoal, com vista ao reforço das respectivas funções de gestão dos funcionários e de plataforma de serviços, bem como à integração dos diversos sistemas existentes relativos aos dados de recursos humanos, incluindo as necessidades em termos de pessoal, a avaliação de desempenho, o acesso na carreira e as acções de formação, de forma a melhor planear as acções de recrutamento dos trabalhadores do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e elevar as suas competências profissionais.

2. Regime da função pública e formação de pessoal

No âmbito do regime da função pública, o número de contribuintes do Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos atingiu os 17 895 até finais de Setembro do corrente ano, com um valor de investimento global a rondar as 7 450 milhões de patacas. Contabilizando desde o dia da sua instituição, o rendimento anual registado é de 4,72% e cerca de 94,69% dos contribuintes obtiveram lucros resultantes dos investimentos. De acordo com o plano de desenvolvimento a curto, médio e longo prazos do regime de previdência, será lançado no quarto trimestre o Fundo de investimento em acções internacionais gerido de forma passiva, estando presentemente a proceder às respectivas acções educativas e de divulgação sobre investimentos para planos de aposentação. Para garantir a sustentabilidade do Regime de aposentação e de sobrevivência, com o apoio de sociedades internacionais de consultores actuariais, foram efectuadas as respectivas avaliações e análises actuariais e as acções de simulação de primeira fase relativas aos activos e passivos, instituindo a proporção de investimento estratégico adequado e apresentando as devidas propostas.

Prosseguimos na realização dos diversos cursos de formação, incluindo o Programa de Formação Essencial para os Funcionários Públicos, destinado aos funcionários recém-ingressados, bem como os demais cursos de formação destinados à elevação das capacidades gerais dos funcionários no activo, com vista a elevar a capacidade de execução dos trabalhos e o nível de desempenho dos funcionários. Foram abertas, até finais de Setembro do corrente ano, aproximadamente 308 cursos, com a participação de 7 961 pessoas.

Foi realizado o Curso de Formação de Administração segundo a Lei que constitui a primeira parte do Programa de Formação de Administração segundo a Lei e Consciência dos Valores de Honestidade e Integridade para mais de 560 funcionários, incluindo dirigentes, chefias e trabalhadores das áreas administrativa e financeira responsáveis pela aquisição de bens e serviços. Simultaneamente, foram desenvolvidas actividades de formação destinadas a 258 trabalhadores responsáveis pela apreciação e concessão de licenças, inspectores e fiscais. Está prevista para o corrente ano a conclusão da segunda parte do referido programa – o Curso Intensivo sobre Consciência dos Valores de Honestidade e Integridade.

Foram realizados diversos cursos de formação jurídica para os funcionários, que incidiram, nomeadamente, sobre os seguintes temas: Lei Básica, Direito Internacional Público, produção legislativa, aprofundamento dos conhecimentos jurídicos sobre a Administração Pública, procedimento administrativo, regime jurídico do contrato administrativo, regime de administração financeira pública e linguagem jurídica.

Com base no programa de formação específica de tradução e interpretação das línguas chinesa e portuguesa, realizado em colaboração com a União Europeia, foi lançada em Março do corrente ano a primeira edição do Curso de Mestrado em Tradução e Interpretação de Conferências, realizado em colaboração com a Universidade de Lisboa de Portugal, o Instituto Politécnico de Macau e a Direcção Geral de Interpretação da União Europeia, o qual contou com 12 participantes.

Foram organizadas acções de formação prioritárias, incluindo o 6.º Curso de Mestrado em Administração Pública da Região Administrativa Especial de Macau (MPA), o Programa de Estudos sobre a Lei Básica – Nível Avançado, o Curso de Estudo Temático destinado aos Quadros Superiores da Região Administrativa Especial de Macau, o Curso de Formação de Protocolo Diplomático, o Programa de Formação de Porta-vozes para Conferências de Imprensa, o Curso de Práticas sobre Funções Consulares e o Programa de Gestão para Executivos.

Prosseguimos na organização do Programa de Formação Essencial para Quadros Médios, destinado aos técnicos superiores, em cooperação com o Instituto Nacional de Administração, assim como colaborámos com o Instituto de Administração de Guangdong na organização do Programa de Estudos sobre a Mudança e o Comprometimento para técnicos e adjuntos-técnicos.

3. Estrutura orgânica

O grupo de trabalho interdepartamental competente deu início às acções necessárias à articulação e elaboração de propostas concretas para a transferência das funções relativas às áreas cultural e desportiva do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais para o Instituto Cultural e o Instituto do Desporto. Actualmente, já foi concluída, de acordo com o plano traçado, a elaboração da proposta de transição das funções e do pessoal, bem como a revisão das respectivas disposições legais e regulamentares.

Para racionalizar as funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais com as que envolvem a área das obras públicas, iremos criar um grupo de trabalho interdepartamental para acompanhar as respectivas acções.

Em cumprimento do disposto no artigo 9.º do Regulamento Administrativo n.º 1/2013 (Organização e funcionamento da Comissão de Apoio Judiciário), introduziu-se alteração à organização da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, passando a competir-lhe prestar o apoio técnico e administrativo necessário à Comissão de Apoio Judiciário. Além disso, temos vindo a apresentar opiniões sobre os planos de reestruturação dos serviços e entidades públicas.

4. Serviços públicos e serviços do Governo Electrónico

Foi concluída a integração dos critérios e da forma de avaliação do Regime de Reconhecimento da Carta de Qualidade e do Prémio de Serviço de Alta Qualidade, passando a adoptar-se um sistema de avaliação integrado na reavaliação do reconhecimento da Carta de Qualidade de 2014. Foram concluídos os trabalhos de avaliação da 2.ª edição da actividade "Prémio de Serviço de Alta Qualidade", com vista a dar um incentivo para premiar os serviços públicos que tivessem alcançado bons resultados na implementação da Carta de Qualidade e demais medidas de melhoramento.

Persistimos na intensificação dos serviços do Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau, no âmbito da eficiência da prestação de serviços e na optimização da gestão interna. Foi concluída no corrente ano a realização do 3.º inquérito sobre o grau de satisfação dos cidadãos, efectuado desde a sua entrada em funcionamento em finais de 2009. Os resultados obtidos indicam que acerca de 94% dos utentes dos serviços mostram-se satisfeitos e muito satisfeitos com os serviços gerais do Centro, nomeadamente nos aspectos relativos aos "efeitos dos serviços", aos "serviços dos trabalhadores" e aos "processos internos". O inquérito também reflecte que no futuro poderão ser melhor aperfeiçoadas as medidas relativas à "divulgação de informação" e ao "ambiente de serviço". Por outro lado, com o reforço das acções de promoção e divulgação, o número dos utentes dos serviços do Centro tem aumentado, tendo sido servidas, até Setembro do corrente ano, 292 289 pessoas, o que representa um aumento de acerca de 10%, segundo os dados estatísticos, em comparação com o mesmo período do ano passado.

Optimizámos as infra-estruturas da rede do Centro de Dados do Governo e prosseguimos, no corrente ano, a aprovação na avaliação de certificação da gestão de segurança da informação ISO27001:2005, o que contribui para a elevação constante da eficácia do Centro.

De acordo com o resultado das acções de consulta realizadas no ano passado sobre as Instruções normativas para as páginas electrónicas dos serviços públicos – Aparência e função, concluímos a elaboração das Instruções normativas para as páginas electrónicas dos serviços públicos, regulando as funções, o conteúdo e a concepção das páginas electrónicas

dos diferentes serviços públicos, com vista a reforçar a uniformização e a funcionalidade das páginas electrónicas dos serviços públicos, bem como fortalecer o seu papel como uma ponte de comunicação bidireccional entre o Governo e a sociedade.

II. No domínio da Justiça

1. Implementação do plano de produção legislativa para 2014

Para uma melhor coordenação das acções de produção e revisão da legislação em geral, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau intensificou cada vez mais o diálogo com a Assembleia Legislativa. Também no pressuposto de plena consideração das situações de apreciação na Assembleia Legislativa, da adaptação no cumprimento das suas atribuições e do impulsionamento prioritário dos projectos legislativos relacionados com a vida da população, foi implementado o plano de produção legislativa de 2014.

O plano de produção legislativa para 2014 consiste em 7 propostas de lei, sendo a situação da sua execução até finais de Setembro o seguinte:

- 2 foram aprovadas na especialidade pela Assembleia Legislativa, incluindo a Alteração à Lei n.º 5/2003 relativa à autorização para a contracção de dívidas pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau e a Prevenção e controlo do ruído ambiental.

- 2 foram aprovadas na generalidade pela Assembleia Legislativa e que estão em fase de apreciação na especialidade pelas respectivas comissões permanentes, incluindo o Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos e a Garantia de créditos emergentes das relações de trabalho.

Quanto às outras 3 propostas de lei: a Eliminação das acções ao portador e alterações ao Código Comercial, a Alteração ao regime aplicável à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais e o Regime de Previdência Central não Obrigatório já entraram em fases legislativas diferentes.

Em 2014, para além de impulsionar activamente o plano de produção legislativa, foram apresentadas à Assembleia Legislativa 8 propostas de lei não inseridas no plano, sendo:

- 6 aprovadas pela Assembleia Legislativa, incluindo a Alteração dos montantes do prémio de antiguidade, subsídios e abono, a Alteração ao Regime remuneratório do Chefe do Executivo e dos titulares dos principais cargos da Região Administrativa Especial de Macau, a Alteração ao Regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil, a Alteração à Lei n.º 17/2009 (Proibição da produção, do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas), a Actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e de

sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública e a Alteração à Lei n.º 16/2012 (Lei da actividade de mediação imobiliária).

- 2 aprovadas na generalidade pela Assembleia Legislativa e que estão em fase de apreciação na especialidade pelas respectivas comissões permanentes, incluindo o Regime de prevenção e repressão dos actos de corrupção no comércio externo e o Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na área de administração de propriedades.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau apresentou à Assembleia Legislativa, em 6 de Dezembro de 2013, a proposta de lei intitulada "Regime de garantia dos titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos a aguardar posse, em efectividade e após cessação de funções" no sentido da plena execução das disposições consagradas na Lei Básica relativas à estrutura política. A referida proposta de lei visava oferecer aos titulares, por nomeação política, do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos um regime de garantia razoável e necessário, assegurar o estatuto constitucional dos respectivos cargos e os interesses públicos, bem como preencher a lacuna da lei vigente, contribuindo para a integração de uma parte importante da construção do sistema da Região Administrativa Especial de Macau. A mesma proposta de lei foi apresentada, em 16 de Dezembro de 2013, em sessão plenária da Assembleia Legislativa, onde foi discutida na generalidade e aprovada após votação.

Dado o maior número de opiniões e solicitações diferentes manifestadas pela sociedade em relação à referida proposta de lei, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau deu grande importância às opiniões da sociedade sobre a proposta de lei. Em 27 de Maio de 2014, foi realizada a reunião plenária da Assembleia Legislativa, na qual, a pedido do Chefe do Executivo e nos termos do n.º 1 do artigo 57.º do Regimento da Assembleia Legislativa, foi aprovada a deliberação relativa à suspensão da discussão e votação na especialidade da proposta de lei sobre o Regime de garantia dos titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos a aguardar posse, em efectividade e após cessação de funções. Além disso, em 29 de Maio de 2014, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau enviou uma carta à Assembleia Legislativa pedindo para retirar a respectiva proposta de lei, a fim de prosseguir na recolha e tratamento das opiniões expressas pelos diversos sectores em relação à proposta de lei.

Nos últimos anos, tem-se verificado, em Macau, um rápido desenvolvimento económico e um célere crescimento demográfico, sendo a estrutura populacional significativamente diferente da que existia antes do retorno à Pátria e as rápidas mudanças no ambiente social, e ainda os novos edifícios em propriedade horizontal têm uma dimensão comparativamente maior que os do passado, pelo que as disposições no Código Civil relativas à gestão das partes comuns de edifícios em propriedade horizontal deixaram de estar ajustadas ao desenvolvimento da sociedade de Macau e dos edifícios em propriedade horizontal bem como à gestão dos mesmos. Tendo em conta esta situação, e após a conclusão da consulta pública sobre a Revisão do Regime Jurídico da Administração das Partes Comuns do Condomínio e a análise e tratamento das opiniões recolhidas, foi publicado, em Junho de

2014, o respectivo relatório final de consulta, encontrando-se, neste momento, a elaboração da proposta de lei de acordo com o resultado da consulta.

Concluído o estudo de viabilidade das propostas de revisão do Código de Processo Civil e tendo em consideração as questões relativas aos procedimentos e operações concretos relacionados com a revisão do diploma, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau está a planear promover uma consulta junto dos juízes, magistrados do Ministério Público, advogados, professores das instituições de ensino superior e professores de Direito e académicos, com vista a um maior aperfeiçoamento da proposta de revisão. Para além da revisão da lei processual, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau procurou activamente a implementação em Macau dos mecanismos de resolução de litígios por via não judicial, nomeadamente através da criação do regime de reconciliação. Actualmente, os serviços competentes do Governo estão a preparar e estudar, em conjunto, a introdução do regime de reconciliação de conflitos familiares.

Tendo em conta a revisão da Lei de Bases da Organização Judiciária, e após análise de opiniões da sociedade e auscultação dos órgãos judiciais e da Associação dos Advogados de Macau, foi concluída a elaboração da proposta de lei. O objecto desta revisão consiste, entre outros aspectos, na actualização das competências do tribunal colectivo, bem como das alçadas do Tribunal de Segunda Instância e do tribunal colectivo dos tribunais de primeira instância, na definição da forma de acumulação de funções pelos magistrados judiciais e na criação de um regime de destacamento de magistrados judiciais.

2. Divulgação jurídica

Reforçámos a cooperação entre os vários serviços do Governo e as associações da sociedade, divulgando, junto da população, a Lei Básica através de actividades enriquecedoras e diversificadas. Em 2014, foram realizadas, em conjunto, mais de 10 acções de promoção e divulgação, incluindo concurso de perguntas e respostas, seminário académico, curso de formação, concurso de caligrafia com caneta, jogos em jornais e bazar, entre outras.

Realizámos, em Maio de 2014, em Shenyang, um seminário subordinado ao tema "Encontro com a História – em Comemoração do 21.º Aniversário da Promulgação da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau", reunindo especialistas e académicos do Interior da China e de Macau para abordar aprofundadamente a Lei Básica e a forma da sua concretização. Entretanto, organizámos também uma exposição de fotografias e jogos premiados de perguntas e respostas, com vista à apresentação, junto da população do Interior da China, desta lei nacional que é a Lei Básica, bem como do resultado do desenvolvimento de Macau, conseguido com a política "um país, dois sistemas".

Em 2014, reforçámos também a rede de cooperação escolar para a divulgação da Lei Básica junto dos jovens, incluindo a realização bem sucedida do 1.º Concurso alusivo ao Plano de Divulgação da Lei Básica nas Escolas, estimulando, designadamente, os estudantes

e os professores à divulgação da Lei Básica nas escolas. Foram realizadas mais de 140 palestras nas escolas primárias e secundárias, que contaram com a participação de mais de 4 500 pessoas. Também através da exposição de painéis, consolidámos os conhecimentos dos jovens sobre a Lei Básica. Tendo em conta que a generalização do Direito dirigida aos jovens tem sido um trabalho importante da divulgação jurídica, a entrada em funcionamento do Centro Juvenil de Divulgação Jurídica, em Setembro do corrente ano, deu um grande passo para a consolidação da construção da rede de generalização do Direito junto dos jovens. Concluímos o programa de formação de jovens voluntários para divulgação jurídica das Forças de Divulgação Jurídica, com a duração de 3 anos. A conjugação da aprendizagem de conhecimentos jurídicos com a orientação dos novos membros pelos antigos membros desenvolve as forças de divulgação jurídica dos jovens.

Realizámos no total 50 sessões de formação e palestras temáticas jurídicas para diferentes destinatários. Também construímos activamente a rede comunitária de divulgação jurídica, promovendo a divulgação jurídica, junto dos centros comunitários, através de palestras e painéis de exposição, facilitando, o mais possível a participação dos cidadãos na sua aprendizagem. Além disso, formámos uma rede eficaz para a generalização do Direito, através de vários canais, tais como a elaboração periódica de artigos de imprensa sobre temas específicos do Direito em jornais e programas na televisão e rádio "Consultas e Respostas" e "Conhecedor do amplo círculo do Direito". A *hotline* de divulgação jurídica forneceu aos cidadãos informações gerais sobre o Direito e atendeu, em 2014, cerca de 2 300 consultas. Elaborámos panfletos e brochuras destinadas à generalização do Direito, dos quais cerca de 190 000 foram distribuídos aos cidadãos durante todo o ano. Continuámos a actualizar os conteúdos do Portal Jurídico de Macau e da página electrónica da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça e a utilizar a plataforma da *internet* para divulgar a nova legislação, as actividades de generalização do Direito e informações jurídicas.

3. Acção de formação de magistrados, oficiais de justiça e advogados

Em relação à formação para o ingresso de magistrados, e tendo em conta os pedidos apresentados, respectivamente, pelo Conselho dos Magistrados Judiciais e pelo Procurador para a formação de mais magistrados, iniciámos os trabalhos sobre o concurso para o Quinto Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, estando prevista a conclusão dos procedimentos de concurso em meados de 2015.

No que diz respeito à formação para efeito de acesso de funcionários de justiça, e a pedido do Gabinete do Procurador, organizámos, respectivamente, os cursos de formação para acesso às categorias de escrivão do Ministério Público especialista e de escrivão do Ministério Público adjunto, os quais foram concluídos em Fevereiro de 2014 e contaram respectivamente com 17 e 9 formandos. A pedido do Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância, realizámos os cursos de formação para acesso às categorias de escrivão

judicial especialista e de escrivão judicial adjunto, estando prevista a conclusão dos 2 cursos em meados de 2015.

Em 2014, continuámos a cooperação com a Associação dos Advogados de Macau na organização, para advogados estagiários, de modalidades de acções de formação inseridas no seu curso de estágio versando sobre os seguintes temas: Direito Processual Civil, Direito Processual Penal e Direito Administrativo, com 86 formandos. Além disso, a pedido da Associação dos Advogados de Macau, organizámos acções de formação sobre o Direito Processual Penal, Direito das Sociedades Comerciais e arbitragem, destinadas aos advogados e advogados estagiários, contando com a participação de 120 formandos. Além disso, realizámos uma palestra no âmbito do Direito Penal Económico e Financeiro, com inscrição aberta à participação de advogados e advogados estagiários.

4. Assuntos de Direito Internacional

Em Março e Maio de 2014, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau enviou pessoal para participar, na qualidade de membro da Delegação da China, em Genebra, respectivamente, na 25.ª Reunião do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas relativa à aprovação do segundo relatório nacional sobre os direitos humanos e na reunião de apreciação do segundo relatório periódico relativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

Através da participação na reunião de apreciação da convenção dos direitos humanos das Nações Unidas e da apresentação da situação do seu cumprimento por parte da Região Administrativa Especial de Macau, foi intensificado o conhecimento a nível internacional sobre a Região Administrativa Especial de Macau, bem como obtida uma divulgação eficaz em relação à concretização das medidas e políticas sobre a protecção dos direitos humanos pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau.

No corrente ano, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau enviou pessoal para participar nas seguintes reuniões: reunião do comité especial da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, relativamente à Convenção para a Citação, Convenção para a Obtenção de Provas e Convenção sobre o Acesso Internacional à Justiça, realizada em Haia, Holanda; 17.ª Reunião Anual do Grupo Ásia-Pacífico contra o Branqueamento de Capitais, com vista ao reforço da troca de informações e da cooperação entre os membros na área do combate às práticas de branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo na região da Ásia-Pacífico; reunião de apreciação do segundo relatório periódico relativo à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, realizada em Genebra.

Até finais de Setembro do corrente ano, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau emitiu, nos termos do artigo 138.º da Lei Básica, parecer jurídico sobre a aplicação de 25 convenções internacionais à Região Administrativa Especial de Macau. De acordo com as exigências do Governo Popular Central, apresentou o relatório sobre a execução da Resolução n.º 1540 (2004), adoptada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas,

relativa à proliferação de armas de destruição maciça. No que diz respeito à publicação dos tratados internacionais, foram publicados no total 59 tratados internacionais, de entre os quais 42 são multilaterais e 17 resoluções das Nações Unidas.

III. No domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais

1. Centro de Segurança Alimentar

O Centro de Segurança Alimentar reduz, através do mecanismo permanente de fiscalização e inspecção de géneros alimentícios, os potenciais riscos de incidentes alimentares. O Centro de Segurança Alimentar estabeleceu, segundo os tipos e características dos géneros alimentícios em circulação nos mercados, programas de inquérito e recolha de amostras para diferentes tipos de alimentos, designadamente, inquérito de alimentos normais, inquérito de alimentos sazonais e inquérito de alimentos nos estabelecimentos de comidas, sendo objecto dos inquéritos, nomeadamente os supermercados, mercearias, quinquilharias, estabelecimentos de comidas e bebidas, estabelecimentos de *take away* de várias zonas de Macau, com vista à avaliação dos riscos e situação higiénica dos géneros alimentícios postos à venda no mercado. Além disso, o Centro de Segurança Alimentar procede à inspecção periódica a estabelecimentos de confecção e venda de géneros alimentícios em Macau, com uma média mensal de intervenções em mais de 1 000 estabelecimentos, apresentando também ao respectivo sector de actividade opiniões e sugestões relativas às questões de segurança alimentar.

No que diz respeito à definição de padrões e orientações, após a conclusão dos Limites máximos de resíduos de medicamentos veterinários nos alimentos em 2013, foram concluídos, em 2014, a Lista de substâncias proibidas de usar nos géneros alimentícios e os Limites máximos de radionuclídeos nos géneros alimentícios, bem como foram dirigidas ao sector de actividade normas sobre segurança alimentar, tais como as Orientações para guardar, em segurança, registos de transacções alimentares, Orientações de higiene alimentar e controlo de qualidade alimentar para banquetes importantes, Orientações para a recolha e retenção de amostras alimentares, Orientações higiénicas para a preparação de produtos de pastelaria e Orientações higiénicas para a preparação e tratamento de gelo para consumo, no sentido de criar em Macau um mecanismo de pesquisa da origem dos géneros alimentícios e consolidação do tratamento de alimentos com segurança do sector de actividade. A fim de divulgar a forma correcta de tratamento dos ingredientes alimentares, foram emitidas as Orientações para escolha e tratamento de ingredientes alimentares sem preocupações, tendo como destinatários os cidadãos.

Atendendo que o ponto essencial da segurança alimentar reside na respectiva prevenção, o Centro de Segurança Alimentar teve como acções principais, em 2014, a promoção da educação sobre a segurança alimentar, incluindo a organização de palestras temáticas, tendo em conta as exigências das operações diárias das médias e pequenas empresas e das micro-empresas, actividades educativas viradas para o sector de actividade cuja

situação higiénica não se revela satisfatória, bem como palestras específicas sobre a segurança alimentar realizadas para os eventos de gastronomia de grande envergadura e as instituições de serviços sociais e outros, no sentido de reduzir os riscos resultantes do fornecimento colectivo de refeições. O Centro de Segurança Alimentar organizou palestras e acções de divulgação sobre a segurança alimentar destinadas aos cidadãos, nomeadamente em cantonense, português e inglês, indo ao encontro das necessidades das pessoas de diferentes línguas, tendo também elaborado panfletos sobre a segurança alimentar visando os estudantes das escolas primárias, contribuindo para a maior facilidade na aquisição de conhecimentos básicos sobre a segurança alimentar por parte do público.

Desde a revelação do incidente de óleo alimentar adulterado em Taiwan, em 4 de Setembro de 2014, o Centro de Segurança Alimentar tem procedido, desde logo, ao respectivo acompanhamento e mantido uma estreita comunicação e ligação com o Interior da China, Taiwan e Hong Kong. Para assegurar a segurança pública, o Centro de Segurança Alimentar adoptou medidas de prevenção e controlo, de acordo com a Lei de segurança alimentar, pedindo, de imediato, aos importadores e aos seus clientes a suspensão da venda e selagem dos produtos de que se suspeita terem problemas e enviando pessoal a estabelecimentos de comidas para efectuar inspecção e recolha de amostras para análise, no sentido de assegurar a concretização das respectivas medidas de controlo e prevenção.

Com o objectivo de facilitar ao público e ao sector de actividade o acesso a um maior conhecimento sobre as informações e situações actualizadas relativas ao incidente de óleo degenerado em Taiwan, o Centro de Segurança Alimentar, para além de transmitir oportunamente as respectivas informações ao sector de actividade através de informações actualizadas na página electrónica e *telefax*, emitiu várias notas de imprensa para dar conhecimento ao público sobre o acompanhamento do incidente em Macau. Além disso, foi criada na página electrónica "Informação sobre Segurança Alimentar" uma secção dedicada ao "Incidente do óleo degenerado de Taiwan" onde é publicada a lista actualizada das autoridades de Taiwan sobre os produtos afectados, e na qual são carregadas as informações sobre as lojas suspeitas de estarem afectadas em Hong Kong e em Macau; foi acrescentado, também, na linha aberta sobre segurança alimentar um serviço de "Consulta sobre o incidente do óleo degenerado de Taiwan". Durante o acompanhamento do incidente, o Centro de Segurança Alimentar prestou, a pedido de diversos meios de comunicação social, o esclarecimento detalhado ao público sobre o mesmo, aumentando a transparência das informações prestadas.

2. Aperfeiçoamento das instalações municipais

Em 2014, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais iniciou os trabalhos de reconstrução do Mercado da Ribeira do Patane e continuou a desenvolver, de forma ordenada, os trabalhos de reorganização dos mercados. Foram efectuadas, neste ano, as obras de reorganização do rés-do-chão e da cave do Mercado de S. Domingos e as obras de remodelação interior do rés-do-chão e do 1.º piso do Mercado Vermelho, de forma a proporcionar aos cidadãos um melhor ambiente para fazer compras.

O envelhecimento das instalações da zona de lazer localizada no Lago Sai Van não permitiu que esta zona desenvolvesse as suas funções, em termos de lazer. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais efectuou, em 2014, as obras de reorganização da referida zona de lazer, procedendo à remoção das instalações antigas e ao nivelamento do pavimento, no sentido de alargar o espaço utilizável da mesma, para uma área cerca de 2 400 m^2. Após a remodelação, a zona de lazer dispõe de bancadas com pérgulas, tabuleiros de xadrez, caramanchão, entre outros. Foram também implantadas mais instalações desportivas e recreativas, incluindo, nomeadamente, o campo de basquetebol, instalações para manutenção física e zona com equipamentos desportivos para jovens.

Em 2013, entrou em funcionamento a zona de lazer da marginal da Taipa construída junto da Avenida dos Jogos da Ásia Oriental. Em 2014, continuámos a desenvolver as obras de extensão da respectiva zona de lazer, tendo como obras principais a construção de ciclovia e passeio com um comprimento total de cerca de 1 000 metros. Construímos também 2 miradouros paisagísticos, caramanchão, bancadas, equipamentos para manutenção física e outras instalações para actividades de lazer. Após a conclusão das obras, a ciclovia e o passeio da zona de lazer da marginal da Taipa estender-se-ão até cerca de 3 200 metros.

Para aperfeiçoamento das instalações do Parque de Seac Pai Van, iniciámos o estudo sobre a planificação geral do Parque de Seac Pai Van, no sentido de o tornar num local de lazer ainda mais apropriado para os cidadãos. No tocante à optimização das instalações do jardim zoológico, concluímos a construção do novo pavilhão para os macacos e a mudança dos macacos para as novas instalações, bem como melhorámos o desenho do portão da zona dos veados malhados, as instalações envelhecidas da grande gaiola de pássaros e a fossa para depósito de dejectos da gaiola de pombos. Concluímos as obras de estrutura do pavilhão do panda pequeno, bem como planeámos a disposição das instalações nele implantadas, no sentido de preparar a introdução do panda pequeno. Além disso, com vista a mostrar, de uma forma integrada, as mais de 1 000 espécies de plantas existentes em Macau, planeámos a construção do jardim botânico, o qual vai servir como uma base de generalização da educação científica sobre as plantas em Macau.

Procedemos à renovação, optimização e aperfeiçoamento de algumas instalações dos parques e zonas de lazer, nomeadamente o Parque Municipal Dr. Sun Yat-Sen, o Parque Urbano da Areia Preta, a Zona de Lazer da Baía Norte do Patane, o Jardim da Flora, o Jardim Vasco da Gama, a Zona de Lazer do Reservatório, o Jardim do Chunambeiro, o Parque de Merendas da Taipa Grande, o Campo Desportivo Municipal de Coloane, o Parque de Merendas da Barragem de Hác-Sá e a Praia de Hác Sá.

3. Melhoramento do ambiente da cidade e da qualidade de vida dos cidadãos

Concluímos, em 2014, as obras de melhoramento do sistema de sinalização e informação turística dos 4 novos circuitos pedonais turísticos de Macau e do sistema de placas de informação na Praça das Portas do Cerco, no sentido de oferecer facilidades aos

cidadãos e turistas. Além disso, concluímos o embelezamento e reordenamento das vias públicas, incluindo o embelezamento de passagens de peões situadas junto dos edifícios *Hoi Pan Garden e Nam Ou Garden* da Areia Preta, o embelezamento das ruas e passeios na zona da Colina da Penha e a instalação de passeios na Travessa de Chan Loc, entre outros, com vista ao melhoramento do ambiente da cidade.

Continuámos a aproveitar os espaços limitados para alargar a paisagem verde em Macau e promover o enverdecimento tridimensional, concluindo o cultivo de plantas nos terraços das instalações sanitárias sitas na Rua de Manuel de Arriaga e tentando implantar suportes de metal para cultivo de plantas na Estrada de Coelho do Amaral como uma nova forma de enverdecimento tridimensional. Com vista à protecção e conservação das terras húmidas ao longo da beira-mar em Macau e à construção do "arco de jade" na zona costeira, plantámos, em 2014, cerca de 10 000 rebentos das árvores do mangal e de *Aegiceras corniculatum* junto da zona costeira sita na Avenida dos Jogos da Ásia Oriental na Taipa.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais continuou também a organizar exposições de orquídeas, festival da flor de lótus, exposição de Bonsai, exposições de flores de grande dimensão para celebrar o Retorno de Macau à Pátria e actividades da Semana Verde. A 33.ª edição da Semana Verde realizada em 2014 foi dedicada ao tema "Cidade Verde, Lar de Sonho", organizando 28 actividades, num total de 45 sessões e atraindo mais de 60 000 participantes. Através de várias actividades, divulgou-se a importância da criação do ambiente verde e da protecção da Natureza, estimulando a participação dos cidadãos e a introdução de elementos verdes na sua vida, de modo a criar, em conjunto, um bom lar verde.

Para o pleno uso de resíduos verdes, efectuámos a recolha e a reutilização de resíduos verdes de Macau. A par de redução dos custos resultantes da compra de fertilizantes, aliviámos a pressão sentida pela zona de aterro para resíduos de Macau. Foi alargado, em 2014, o plano de compostagem, de forma a efectuar a recolha adequada de diversos materiais encontrados no tratamento diário das zonas verdes, nomeadamente os restos de plantas mortas e os dejectos de animais, os quais são tratados para servirem como produtos de melhoramento dos solos para as zonas verdes de vias públicas, áreas florestais, campos agrícolas e acções de enverdecimento tridimensional, com vista à elevação da eficiência dos resultados de trabalho nas zonas verdes de Macau. Este ano, pela primeira vez, foi feita a recolha das flores e tangerinas usadas como enfeite no ano novo chinês, tendo as mesmas já sido reutilizadas para efeito de compostagem.

Com vista à apresentação de actividades culturais e artísticas enriquecedoras e diversificadas, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais continuou a organizar, como sempre, nas festividades tradicionais e especiais, tais como na ocasião do Ano Novo Chinês, da Festa do Bolo Lunar, do Dia da Implantação da República Popular da China, do Dia de Comemoração do Retorno de Macau à Pátria, da Festa de Véspera do Ano Novo, entre outras, exposições e eventos característicos e dispor de espécies florais e plantas adequadas às diferentes festividades nos diversos jardins públicos, praças, zonas de lazer e zonas verdes, a fim de intensificar a atmosfera festiva.

O Museu de Arte de Macau, a Casa Cultural de Chá de Macau, o Museu das Ofertas sobre a Transferência de Soberania de Macau e o Centro Cultural de Macau continuaram a organizar, de acordo com o respectivo posicionamento, diversas actividades artísticas e culturais, divulgando, sob várias formas, a cultura e as obras artísticas locais, no sentido de demonstrar o vasto conteúdo cultural próprio de Macau, formando os talentos locais no domínio de arte e cultura.

IV. Documentos de viagem e bilhete de identidade do tipo cartão inteligente

Em 2014, no exercício de poderes delegados pelo Governo Popular Central, os portadores do passaporte da Região Administrativa Especial de Macau ficam dispensados de visto de entrada na República da Moldávia. A Direcção dos Serviços de Identificação continuou a enviar pessoal para visitar as embaixadas estrangeiras sediadas em Pequim, no sentido de promover a dispensa de visto nos documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau e informar sobre a matéria em causa o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Região Administrativa Especial de Macau.

A partir de 9 de Maio de 2014, os portadores do passaporte da Região Administrativa Especial de Macau podem pedir visto de viagem através da página electrónica do Departamento de Imigração e Protecção de Fronteiras da Austrália. Em 24 de Junho de 2014, o Departamento de Imigração do Governo da Nova Zelândia anunciou a concessão ao Governo da Região Administrativa Especial de Macau de visto de viagem de curto prazo. O acordo em causa entrou em vigor em 30 de Junho de 2014 e as respectivas medidas facilitam a entrada dos cidadãos de Macau na Nova Zelândia para efeito de viagem.

Para responder à época alta de substituição dos bilhetes, a Direcção dos Serviços de Identificação lançou, em Março de 2014, o serviço de renovação dos bilhetes de identidade do tipo cartão inteligente e dos passaportes da Região Administrativa Especial de Macau, através de quiosques de auto-atendimento. Até 30 de Junho de 2014, o número médio diário de pessoas que recorreu aos quiosques para requerer a renovação do bilhete de identidade do tipo cartão inteligente e do passaporte da Região Administrativa Especial de Macau representou, respectivamente, 44% e 46% do número total das pessoas que preenchem as condições para aceder a este serviço de auto-atendimento.

PARTE II

BALANÇO DAS ACÇÕES DO TERCEIRO GOVERNO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

I. Impulso para o desenvolvimento do sistema político e promoção do regime democrático

Em 31 de Dezembro de 2011, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional adoptou a Interpretação do Artigo 7.º do Anexo I e do Artigo 3.º do Anexo II da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, clarificando os passos necessários para o processo de alteração da Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo e da Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa, conhecido como o "processo em 5 etapas". Em seguida, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional adoptou em 29 de Fevereiro de 2012 a Decisão sobre as questões relativas à Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa em 2013 e à Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo em 2014 da Região Administrativa Especial de Macau.

Nos termos da Interpretação e da Decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, o Governo promoveu uma acção de consulta de opinião pública com a duração de 45 dias, entre 10 de Março e 23 de Abril de 2012, sobre as alterações à Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa em 2013, à Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo em 2014 e à respectiva legislação. Esta acção contou com uma vasta participação da população, contribuindo para um consenso alargado sobre a revisão da Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo e da Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa.

O Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional ratificou em 30 de Junho de 2012 a Proposta de Revisão da Metodologia para a Escolha do Chefe do Executivo constante do Anexo I da Lei Básica e promulgou o registo da Proposta de Revisão da Metodologia para a Constituição da Assembleia Legislativa constante do Anexo II da Lei Básica.

A Assembleia Legislativa aprovou em 29 de Agosto de 2012 a Lei n.º 11/2012, que alterava a Lei n.º 3/2004 (Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo), dando cumprimento ao previsto na Proposta de Revisão do Anexo I; a Assembleia Legislativa também aprovou a Lei n.º 12/2012, que alterava a Lei n.º 3/2001 (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa), dando cumprimento ao previsto na Proposta de Revisão do Anexo II, aperfeiçoando deste

modo o regime eleitoral e dando resposta às aspirações da população de promoção do desenvolvimento do sistema político.

A Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo, após revisão, determinava que a Comissão Eleitoral passava a ser composta por 400 pessoas, em vez de 300, reforçando assim a representatividade deste órgão. Os apoios necessários para formalizar uma candidatura ao cargo de Chefe do Executivo foram aumentados de 50 para 66. Os lugares de eleitor reservados a membros da Comissão Eleitoral que sejam pessoas colectivas passaram de 11 para 22, com vista a aumentar a representatividade do processo eleitoral e a reforçar o nível de participação democrática.

Em 2013, o Governo, em cumprimento da Lei Básica e da legislação eleitoral pertinente e em articulação com a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa, concluiu os trabalhos necessários no âmbito das eleições da quinta Assembleia Legislativa, sob a égide dos princípios da justiça, imparcialidade e integridade, elegendo com normalidade 33 deputados para a nova Assembleia Legislativa, contribuindo assim para o desenvolvimento estável do sistema político. Nestas eleições, foram aumentados mais 2 lugares para o sufrágio directo e mais 2 para o sufrágio indirecto. O sufrágio directo contou com a participação de 20 listas e 145 candidatos. 151 881 eleitores exerceram o seu direito ao voto, elegendo 14 deputados por sufrágio directo, com uma taxa de votação de 55,02%. Para o sufrágio indirecto, 4 521 eleitores exerceram o seu direito de voto, representando uma taxa de 79,51%, e 12 deputados foram eleitos.

Nos trabalhos tendentes à eleição do quarto Chefe do Executivo em 2014, o Governo envidou todos os esforços para colaborar com a Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo, a fim de assegurar o desenvolvimento das suas actividades de forma ordenada. O Governo providenciou um apoio logístico eficiente, promovendo os valores da justiça, imparcialidade e integridade no âmbito das eleições, com vista a garantir a normalidade das eleições para a Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo em 29 de Junho de 2014 e da eleição para o quarto Chefe do Executivo em 31 de Agosto de 2014.

Nas referidas eleições para a Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo, registou-se um total de 352 candidatos provenientes dos 7 sectores e subsectores, pelo que 4 505 pessoas exerceram o seu direito de voto para escolher 344 membros, representando assim 82,69% de um total de 5 448 pessoas com capacidade eleitoral. Na eleição para o cargo do Chefe do Executivo, 396 dos 400 membros da Comissão Eleitoral votaram, o que correspondeu a uma taxa de votação de 99%.

As eleições para a quinta Assembleia Legislativa em 2013 e a eleição para o quarto Chefe do Executivo em 2014 decorreram com normalidade. O sucesso destas eleições encerra um significado fundamental – o desenvolvimento dentro da legalidade de um sistema político democrático na Região Administrativa Especial de Macau, sob a égide do princípio "um país, dois sistemas" e traduz o fruto dos esforços conjuntos do Governo Central, do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e de toda a população de Macau.

II. Construção de uma rede de prestação de serviços de alta qualidade, oferta de serviços automáticos céleres

1. Serviços *One stop* integrados e automáticos

O terceiro Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem desenvolvido as suas políticas sob a égide do princípio "ter por base a população", promovendo o modelo de prestação de serviços *One stop*, com vista a oferecer serviços de alta qualidade à população.

Em finais de 2009, instalámos o Centro de Serviços da Região Administrativa Especial de Macau na zona Norte da cidade, no sentido de oferecer à população serviços *One stop* mais centralizados, céleres e de alta qualidade bem como intensificar a colaboração interdepartamental. O Centro oferece mais de 260 serviços de diferentes áreas aos cidadãos, designadamente, as áreas de administração pública, função pública, notariado, assuntos cívicos e municipais, comércio e fiscalidade, trabalho e emprego, segurança social, cultura e turismo, educação e desporto e obras públicas e transportes. Desde a inauguração do Centro até finais de Setembro, a gama de serviços providenciados tem estado a expandir continuamente e o volume de utentes atendidos tem vindo a aumentar todos os anos. Até à data, contabilizámos mais de 1,19 milhões de serviços prestados e cerca de 1,37 milhões de utentes atendidos. Com o aperfeiçoamento ao longo dos anos, o Centro tem funcionado com resultados positivos, oferecendo, com eficiência, um conjunto de serviços públicos céleres. Os cidadãos estão cada vez mais satisfeitos com a prestação de serviços. Consolidámos com sucesso um modelo de prestação de serviços *One stop*, alcançando os fins da criação do Centro.

Em 2007 e 2008 instalámos, na zona Norte da cidade e nas Ilhas, Centros de Prestação de Serviços ao Público e em 2012 instalámos um terceiro Centro na Baixa, apetrechado para prestar mais de 80 categorias de serviços ao público, abrangendo áreas como a administração e justiça, economia e finanças, serviços sociais e cultura, transportes e obras públicas, entre outros. Este Centro até finais de Setembro deste ano, tem atendido cerca de 65 000 utentes e prestado mais de 72 800 serviços.

O Centro de Informações ao Público é uma componente fundamental na rede de prestação de serviços do Governo. O Centro tem investido grandes esforços para aperfeiçoar os circuitos de atendimento dos cidadãos e elevar a eficiência no seu funcionamento. Através do aperfeiçoamento do sistema electrónico de distribuição de senhas nos balcões de atendimento, conseguimos integrar a função de distribuição de senhas com os serviços de atendimento, assegurando o processamento simultâneo e automático de dados, bem como o processamento directo do registo dos processos e da gravação sonora, elevando deste modo a eficiência e a celeridade do serviço de atendimento. No domínio de encaminhamento de opiniões dos cidadãos, o Centro lançou uma nova versão do Sistema Electrónico de

Tratamento de Queixas Inter-serviços, que contribuiu para optimizar os circuitos de trabalho e funcionamento, reforçando a função de alerta para o cumprimento de prazos e elevando a eficiência e celeridade no tratamento das queixas.

A fim de aumentar a transparência no processamento de respostas da Administração às questões colocadas pelos cidadãos e reforçar a capacidade de fiscalização do público, o Centro de Informações ao Público desenvolveu e lançou o serviço de consulta online sobre o andamento dos processos. Os cidadãos podem conhecer o andamento do processo que lhes diz respeito, acedendo à página electrónica com o código do seu processo, informando-se sobre o estado actualizado de cada fase do processamento desde a abertura até à conclusão do processo. O Centro irá continuar a expandir a gama de processos abertos à consulta. Até à data, o público pode consultar online os processos até ao ano 2000.

Impulsionámos serviços electrónicos humanizados e diversificados. Promovemos a simplificação de procedimentos e a partilha de recursos através da colaboração interdepartamental, alargando gradualmente a prestação de serviço automático singular para um modelo interdepartamental e multifuncional, potenciando, deste modo, a eficácia da colaboração entre diferentes serviços públicos com o sucesso dos quiosques de auto--atendimento. Esta acção será uma referência para os serviços públicos na adopção no futuro do bilhete de identidade do tipo cartão inteligente como meio de aceder aos serviços electrónicos.

Hoje temos disponíveis para a população quiosques de auto-atendimento nos postos fronteiriços de Macau, centros de saúde e centros de assistência social nas freguesias, totalizando em conjunto mais de 30 locais de atendimento e estabelecimentos públicos. Os serviços oferecidos abrangem, designadamente, as áreas de cuidados médicos e saúde, identificação, segurança social, imposto profissional pessoal e educação infantil. A prestação de serviços foi concebida para facilitar a vida dos cidadãos no tratamento de procedimentos administrativos, reduzindo o tempo de espera e elevando a eficácia administrativa entre os serviços públicos.

A Direcção dos Serviços de Identificação a partir de 2011 começou a lançar gradualmente os serviços disponibilizados através dos quiosques de auto-atendimento com recurso ao bilhete de identidade do tipo cartão inteligente, nomeadamente, o levantamento automático de senha, certidão de registo criminal, alteração das informações de contacto, renovação do bilhete de identidade e documentos de viagem. Os cidadãos podem requerer estes serviços de forma automática, sem precisar de munir-se de senhas e esperar a sua vez para serem atendidos no balcão. Em 2013, lançámos o serviço electrónico de levantamento de documentos. Os cidadãos podem por iniciativa própria fazer a leitura do código de barras no recibo para o levantamento do bilhete de identidade ou documento de viagem em equipamento informático e dirigir-se ao balcão indicado para levantar os documentos, poupando tempo em filas de espera. Em Abril de 2014, a Direcção dos Serviços de Identificação lançou o sistema de levantamento de documentos electrónicos. O equipamento informático verifica os dados do requerente e confirmada a sua identidade, a máquina expele

o documento pela ranhura. Trata-se de um meio inteligente e rápido, poupando tempo nas operações que requerem intervenção humana, aliviando a pressão sobre o pessoal de atendimento e reduzindo o tempo de espera dos cidadãos.

Para conferir facilidades aos cidadãos que pretendam aceder a serviços através da rede electrónica, o Governo ofereceu um conjunto variado de serviços públicos, continuando a fazer esforços para divulgar as formalidades necessárias para acesso aos serviços. Os cidadãos podem aceder às páginas electrónicas dos serviços públicos ou aos programas de aplicação para telemóvel para obter informações da Administração.

Em 2010, lançámos a segunda versão do Portal do Governo, com uma nova reconfiguração da página inicial do endereço electrónico, bem como procedemos ao aperfeiçoamento do sistema, aumentando o volume de processamento e funcionalidade e elevando a sua estabilidade. O Portal do Governo foi transformado num meio com elevada capacidade de expansão e alta segurança, com potencialidade para ser elevado a um patamar superior no futuro. Em 2014, foi concluída e implementada a versão móvel do Portal do Governo, assim, os cidadãos podem ter acesso às informações mais actualizadas e serviços do Governo.

No que diz respeito aos impressos electrónicos, hoje, o Portal do Governo disponibiliza ao público cerca de 1 060 impressos electrónicos, dos quais cerca de 500 podem ser preenchidos por meio de equipamento informático. Em comparação com 2010, ano em que só dispunha de 633 impressos electrónicos, em 5 anos registou-se um aumento de 60%.

Em 2011, a Imprensa Oficial, disponibilizou o serviço de assinatura do Boletim Oficial online a particulares, incluindo o pagamento online. Em 2013, a Imprensa Oficial lançou a Plataforma para a Assinatura de Publicações Electrónicas do Governo, permitindo aos cidadãos aceder às publicações electrónicas editadas por serviços públicos de forma centralizada e fácil. A Plataforma serviu para assistir e incentivar os serviços públicos a aumentar o uso de publicações electrónicas, como meio complementar de venda e distribuição, reduzindo assim o volume de publicações em papel. A Plataforma disponibiliza 901 tipos de publicações electrónicas de diferentes serviços públicos.

Em 2012, a Imprensa Oficial lançou a versão para telemóvel do Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau, facilitando aos cidadãos a consulta desta publicação a qualquer momento. A fim de permitir aos serviços da Administração acompanhar o andamento dos actos que pretendam publicar no Boletim Oficial e oferecer as informações mais actualizadas e precisas ao público, a Imprensa Oficial lançou em 2013 o sistema para a consulta do processo da publicação do Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau.

2. Mecanismo de avaliação de serviço

A criação do mecanismo institucional de avaliação do Sistema de Reconhecimento da Carta de Qualidade tem como objectivo o aperfeiçoamento contínuo do funcionamento dos

serviços públicos e da qualidade dos serviços por estes prestados. A Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos tem promovido a concretização do regime de reconhecimento, realizando uma reavaliação de 2 em 2 anos. Até ao final do corrente ano, os 42 serviços públicos que obtiveram o reconhecimento da Carta de Qualidade terão começado a ser reavaliados pela terceira vez, com vista a garantir a sua qualidade.

A Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos, com base nos resultados das avaliações anteriores, emitiu 6 directrizes, nomeadamente, Princípios Gerais de Definição de Categorias de Serviços, Sistema de Reconhecimento da Carta de Qualidade – Elementos Essenciais de Formação para Efeitos de Avaliação, Elementos Fundamentais de Revisão do Programa de Carta de Qualidade, Mecanismo de Comunicação e Divulgação de Informações, Mecanismo de Processamento de Sugestões, Queixas e Reclamações e Mecanismo de Recolha das Opiniões dos Utentes dos Serviços, com vista a assegurar a optimização contínua dos serviços prestados. Impulsionámos a adesão dos serviços externos ao programa "Carta de Qualidade". Até à data, cerca de 80% dos serviços externos aderiram a este programa.

O primeiro Prémio de Serviço de Alta Qualidade teve lugar em 2011 e 9 candidaturas de 7 serviços públicos foram premiadas. De entre eles, a Direcção dos Serviços de Identificação recebeu 3 prémios, incluindo o prémio de mérito colectivo, prémio de serviço de excelência e prémio de serviço de atendimento. Os esforços conjuntos de todos os trabalhadores deram fruto e contribuíram para reforçar o espírito de equipa. A avaliação da segunda edição do Prémio de Serviço de Alta Qualidade estará concluída no final do ano. Esta avaliação comportará elementos resultantes de inquérito realizado por parte terceira, com vista a garantir que as candidaturas premiadas reflictam melhor a opinião pública.

A fim de garantir que a qualidade da gestão e prestação de serviço vá ao encontro dos padrões internacionais, o Governo tem continuado a promover a adopção de modelos de gestão científica, incentivando os serviços a candidatarem-se ao reconhecimento ISO. Até à data, 11 serviços públicos (89 subunidades orgânicas) receberam a certificação ISO em áreas como o controlo de qualidade, gestão do meio ambiente, gestão da segurança informática, gestão de queixas dos clientes, certificação de laboratórios, critérios de certificação de organismos de inspecção, gestão de segurança e saúde profissionais e gestão de serviços técnicos e informáticos, entre outros.

Em 2013, a Direcção dos Serviços de Identificação constituiu um grupo de trabalho para promover o modelo de gestão "procura constante de excelência", com vista a alcançar metas elevadas de eficácia, investindo esforços para aperfeiçoar os circuitos de trabalho das actividades nucleares do serviço, reforçar os mecanismos de gestão e elevar a eficiência dos procedimentos. Em Junho de 2009, lançámos o programa "Serviço de Excelência e Aperfeiçoamento de Trabalho", criando um mecanismo para melhorar a prestação de serviços, incentivando os trabalhadores a investir esforços para aperfeiçoar os serviços prestados aos utentes, desde o funcionário de base até as chefias, no sentido de assegurar um serviço simpático e de alta qualidade aos cidadãos.

Através do conjunto de mecanismos de avaliação da qualidade dos serviços acima referido, os serviços da Administração construíram uma cultura moderna de aperfeiçoamento

contínuo, elevando assim a qualidade da prestação de serviços, em resposta às necessidades do progresso social e às expectativas da população.

3. Segurança informática e partilha de informações

Em 2010, concluímos a instalação do Centro de Dados do Governo e em 2011 a candidatura do Centro para a obtenção da certificação em segurança informática internacional ISO27001 foi coroada de êxito. O Centro lançou o serviço de fiscalização de segurança da rede electrónica em todas as condições climatéricas e 24 horas por dia, contribuindo para a padronização fundamentada em princípios científicos da gestão da segurança informática. O Centro é caracterizado por um modelo de gestão centralizada e sistematizada de recursos, apetrechada para providenciar assistência aos serviços públicos que tiverem que enfrentar situações de emergência nos seus sistemas informáticos. O Centro constitui uma base sólida para garantir a segurança e estabilidade do projecto de Governo Electrónico.

Iremos expandir a aplicação do mecanismo permanente de recuperação de dados em situações de calamidade e construir as infra-estruturas necessárias, incluindo: uma base de dados, sistema de endereços electrónicos, sistema de correio electrónico e sistema de arquivos no sentido de que a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública e outros serviços que recorrem aos serviços de depósito possam elevar a segurança e a estabilidade do sistema informático do Governo. Todos os anos registamos o aumento de serviços públicos que utilizam os serviços oferecidos pelo Centro. Até à data, 31 serviços públicos utilizam os serviços do Centro, incluindo os serviços de depósito de servidor virtual e servidor real e serviços de depósito de meios de armazenagem de dados e 9 serviços recorrem ao mecanismo permanente de recuperação de dados.

Com o aumento de utilização da rede electrónica pelos cidadãos, surgiu a necessidade de reforçar a segurança informática e assegurar que a rede electrónica seja correctamente utilizada, evitando a divulgação de informações classificadas do Governo e a subtracção de dados por *hackers*. Em 2009, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública emitiu as Directrizes para a Utilização Segura do Equipamento Informático e as Directrizes para a Gestão Segura dos Sistemas Informáticos para todos os serviços públicos, assegurando que estes estejam esclarecidos sobre os problemas que possam surgir, com vista a produzirem directrizes de segurança adequadas para o seu funcionamento interno. A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública emitiu também um ofício-circular "Como assegurar a utilização correcta dos serviços da rede electrónica", no sentido de alertar os serviços e sugerir-lhes a necessidade de produzirem um código de utilização da rede electrónica para os seus trabalhadores. Esta medida tem por fim garantir a utilização correcta por cada trabalhador da rede electrónica e só para fins dos serviços.

Para elevar o nível de gestão da segurança informática, colaborámos com instituições de ensino superior em projectos de estudo e pesquisa sobre a segurança informática no âmbito

da Administração. Com base nos dados e sugestões recolhidas no estudo, elaborámos os Princípios Gerais de Gestão da Segurança Informática e as Normas Padronizadas de Segurança Informática, assim como concluímos a consulta sobre os referidos textos. Estas normas definiram as exigências básicas e das especificações na aplicação de medidas de segurança informática, na construção de organizações de segurança informática, na gestão da segurança de pessoas e bens e na gestão da segurança de aspectos técnicos, permitindo, assim, que os serviços possam cumprir as normas, elevando gradualmente a sua capacidade de gestão da segurança informática e de crises.

III. Criação do Centro de Segurança Alimentar e estabelecimento de um sistema de fiscalização da segurança alimentar

Para efeitos de supervisão e regulamentação das acções de fiscalização e gestão da segurança alimentar, prevenção e controlo de situações de risco e mecanismos de tratamento de incidentes que afectam a segurança alimentar e elevação do nível de segurança alimentar de Macau, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau elaborou a Lei de segurança alimentar, que entrou em vigor em 20 de Outubro de 2013, seguida da instalação do Centro de Segurança Alimentar. Este Centro adoptou um modelo de funcionamento de análise de risco recomendado pela Organização Mundial da Saúde e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Iremos desenvolver as actividades com base na articulação estreita das vertentes de avaliação, gestão e comunicação de situações de risco, assegurando a fiscalização e gestão da segurança alimentar nos termos da lei. O Centro já funciona há um ano e tem sido objecto de uma avaliação permanente. O Centro tem funcionado com resultados positivos e a qualidade dos serviços prestados está a melhorar de forma estável.

Desenvolvemos actividades de inspecção de estabelecimentos de produção e comercialização de géneros alimentícios, fiscalização de alimentos, prevenção de incidentes de risco de segurança alimentar e a procura de soluções e envidámos esforços para elevar as capacidades das instituições locais através da modernização dos meios e cooperação e apoio internacional e regional, de acordo com os princípios de gestão e avaliação científicos. Continuámos a promover um modelo de gestão generalizado a nível internacional que comporta uma relação de cooperação entre o Governo, o sector alimentar e a população. Como o sector alimentar está na primeira linha no âmbito da segurança alimentar, numa primeira fase, as acções de divulgação e sensibilização foram dirigidas a este, com vista a garantir a segurança alimentar e ambiental. A prioridade consistia em aperfeiçoar as técnicas operacionais do sector e a incentivá-lo a cumprir a lei, promovendo o conceito "Sejamos responsáveis para reduzir os riscos; alimentemo-nos com segurança e prazer".

O Centro de Segurança Alimentar tem continuado a reforçar a formação do pessoal e aperfeiçoar as suas actividades e a elaborar de forma ordenada critérios e orientações

no âmbito da segurança alimentar. Concluímos os Limites máximos de resíduos de medicamentos veterinários nos alimentos, a Lista de substâncias proibidas de usar nos géneros alimentícios e os Limites máximos de radionuclídeos nos géneros alimentícios, bem como lançámos um conjunto de orientações no âmbito da segurança alimentar, designadamente, as Orientações para guardar, em segurança, registos de transacções alimentares, as Orientações higiénicas para a preparação de comidas, as Orientações para a retirada de géneros alimentícios do circuito comercial, entre outras, com o objectivo de chamar a atenção do sector para o cumprimento da lei no exercício da sua actividade, cumprir o dever de conservar as facturas e auxiliar o sector a aperfeiçoar a gestão.

No domínio da cooperação regional, dedicámos esforços para abrir os nossos horizontes ao nível do panorama internacional, participando em conferências e actividades de intercâmbio internacionais no âmbito da segurança alimentar, reforçando a interacção com o Interior da China e regiões vizinhas e continuando a cooperação com o Centro Nacional de Avaliação de Risco, a Direcção Geral de Controlo de Qualidade, o Ministério de Agricultura e o Instituto de Segurança Alimentar e Ambiental de Hong Kong, entre outros. Essas acções tinham por objectivo a promoção do intercâmbio de conhecimentos técnicos, a comunicação de informações e o reforço da capacidade de resposta a incidentes, no âmbito da segurança alimentar. A cooperação regional e o mecanismo de acção conjunta constituem meios para reforçar a complementaridade das partes envolvidas, contribuindo para aumentar o nível da segurança alimentar de Macau.

IV. Conclusão dos trabalhos técnicos de recensão legislativa e continuidade dos trabalhos de acompanhamento posterior

A fim de organizar e publicitar toda a legislação vigente na Região Administrativa Especial de Macau e contribuir para a construção e divulgação do sistema jurídico e proporcionar aos especialistas, académicos e cidadãos interessados em estudar o Direito de Macau, material preciso e completo, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça deu início em 2010 à recensão e adaptação da legislação anteriormente vigente, cujos trabalhos técnicos foram concluídos em meados de 2013.

Este trabalho foi desenvolvido em cumprimento do disposto no artigo 8.º da Lei Básica de Macau e nos artigos 3.º e 4.º da Lei da Reunificação, com vista ao estudo sobre a vigência da legislação antiga que se mantinha em vigor, incluindo o estudo e a análise sobre a aplicabilidade das normas, a correcção da versão chinesa e a adaptação do articulado, clarificando as componentes do ordenamento jurídico de Macau. Uma vez que grande parte da legislação anteriormente vigente foi objecto de várias revisões e uma parte das normas tornou-se incompatível com o sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau, daí a necessidade de proceder à sua adaptação, com vista a garantir uma melhor compreensão e aplicação correcta da legislação anteriormente vigente no âmbito do actual enquadramento constitucional.

A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça teve em consideração a experiência dos trabalhos de adaptação, recensão e simplificação legislativas do Interior da China, Hong Kong e Portugal, para proceder à análise e organização de 2 123 diplomas legais que incluíam leis e decretos-leis (cerca de 40 mil artigos) promulgados no período entre 1976 e 19 de Dezembro de 1999. Por outro lado, procedeu à adaptação da legislação anteriormente vigente que continuava em vigor nos termos da Lei da Reunificação e apresentou propostas legislativas, para além de fazer a verificação das incorrecções das traduções em chinês e português, propondo posteriormente a sua rectificação. A lista completa desta legislação foi divulgada em Novembro de 2013, tendo sido editada em seguida a publicação "Legislação previamente vigente em Macau – Resultado da análise sobre a sua situação de vigência". Foi ainda introduzido um aplicativo de pesquisa no Portal Jurídico de Macau, para os cidadãos interessados em consultar esta obra.

Para confirmar por via legislativa os resultados do processo técnico de recensão e adaptação legislativas levado a cabo pelo Governo e definir o processo legislativo necessário para confirmar estes resultados, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça apresentou, em Agosto de 2013, uma proposta sobre o processo legislativo relativo à revisão e proposta, apreciação e publicação desta legislação, que foi remetida aos Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa. O Governo pretende manter antecipadamente um diálogo com a Assembleia Legislativa a respeito dessa matéria técnica e complexa, no sentido de estudar em conjunto uma solução sobre o método de integrar a versão actualizada das leis antigas ainda em vigor no processo legislativo e definir a respectiva calendarização, convertendo os seus resultados em fruto do processo de construção do sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá tirar proveito da experiência dos trabalhos de recensão e adaptação legislativas e em conjunto com a Assembleia Legislativa proceder ao estudo aprofundado sobre a construção de um mecanismo permanente de recensão legislativa, a reorganização das páginas electrónicas de Direito existentes e a uniformização das regras técnicas de produção legislativa, com vista à resolução oportuna de problemas que eventualmente possam existir de incompatibilidade ou desadequação na legislação vigente, aperfeiçoando assim o sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau.

V. Reforço da comunicação e cooperação com a Assembleia Legislativa para promover em conjunto os trabalhos de construção do sistema jurídico

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem mantido uma forte relação de cooperação com a Assembleia Legislativa, dedicando esforços na construção do sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau. Desde a constituição do Governo da Região Administrativa Especial de Macau até finais de Setembro de 2014, produzimos

208 leis (15 da autoria da Assembleia Legislativa) e 462 regulamentos administrativos, dos quais 64 leis (uma da autoria da Assembleia Legislativa) e 138 regulamentos administrativos foram da responsabilidade do terceiro Governo da Região Administrativa Especial de Macau. A promulgação e entrada em vigor de toda esta legislação teve um efeito positivo na promoção do crescimento económico, na melhoria da qualidade de vida da população e no desenvolvimento sustentável da sociedade.

No domínio da produção legislativa, o Governo atribuiu aos serviços da Administração as competências necessárias para a elaboração de diplomas das respectivas áreas de intervenção. Este modelo tem a vantagem de reforçar o teor técnico e a especificidade dos diplomas, mas peca pela ausência de um mecanismo de coordenação, não permitindo ao Governo ter uma visão global do ponto da situação da produção legislativa de Macau nem proporcionar condições para assegurar uma gestão eficaz dos recursos disponíveis para a produção legislativa segundo uma ordem de prioridades. Após audição das opiniões de diferentes sectores da sociedade, o Governo criou em 2011 o mecanismo de coordenação central no âmbito da reforma jurídica e a Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional, com competência para apreciar e elaborar o plano anual das propostas de lei do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e fiscalizar o seu cumprimento.

Com o funcionamento eficaz do mecanismo de coordenação central, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau pôde concentrar as suas energias e recursos em projectos prioritários essenciais para garantir o crescimento económico e o bem-estar da população, designadamente:

- Para elevar a qualidade de vida da população e criar condições para uma vida saudável, elaborámos os seguintes projectos: Prevenção e controlo do ruído ambiental, Lei da habitação económica, Lei de segurança alimentar e Regime de prevenção e controlo do tabagismo;

- Para proteger os direitos dos trabalhadores e estabelecer a acreditação profissional, elaborámos os seguintes projectos: Garantia de créditos emergentes das relações de trabalho, Regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil e Lei da actividade de mediação imobiliária;

- Em relação às medidas complementares no âmbito da segurança social e sistema financeiro, elaborámos os seguintes projectos: Contas individuais de previdência, Regime do subsídio de invalidez e dos cuidados de saúde prestados em regime de gratuitidade, Regime de Garantia de Depósitos;

- No domínio da construção de um sistema de gestão financeira da Região Administrativa Especial de Macau e regulamentação de terrenos e mercado imobiliário, elaborámos os seguintes projectos: Regime Jurídico da Reserva Financeira, Lei de terras, Lei do planeamento urbanístico, Lei de Salvaguarda do Património Cultural, Regime jurídico da promessa de transmissão de edifícios em construção e alteração de um conjunto de leis fiscais;

- No domínio de elevação da eficiência do sistema judicial e racionalização de recursos neste âmbito, concluímos a revisão do Código de Processo Penal.

Em resposta aos problemas e dificuldades surgidas, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem continuado a estudar a experiência adquirida e a procurar medidas adequadas para resolver as questões, designadamente a emissão de directrizes para a inclusão de projectos no plano legislativo e a construção de um mecanismo de comunicação a nível das Secretarias, através do sistema de coordenação do plano de produção legislativa por meio informático, promovendo assim a troca de informações e intercâmbio entre o serviço responsável pela coordenação e os serviços públicos e formando uma cultura de gestão nos trabalhos de coordenação da produção legislativa, para os trabalhos legislativos serem executados com maior eficácia.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau irá continuar a reforçar a função coordenadora do mecanismo de coordenação central no âmbito da reforma jurídica, acelerando os passos para concluir os projectos de elaboração ou revisão de leis e regulamentos que afectem o bem-estar da população. Alguns desses projectos serão desenvolvidos e acompanhados sob a orientação dos serviços da área dos assuntos de justiça com a assistência de outros serviços competentes. O Governo irá ainda reforçar o diálogo com a Assembleia Legislativa, no sentido de gerir e controlar com maior eficácia o número dos projectos fora do plano legislativo e dos projectos apresentados, contribuindo para a construção, de forma ordenada, do sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau. No domínio da política geral de formação de quadros qualificados, o Governo irá acelerar os trabalhos legislativos necessários para a criação de um regime de acreditação profissional, o regime do ensino superior, o regime de carreiras e certificação dos assistentes sociais e o regime de avaliação, registo e certificação das habilitações profissionais do pessoal médico, criando melhores condições para a mobilidade ascendente das pessoas.

VI. Optimização das estruturas da Administração e mecanismos de consulta e consolidação das bases para aprofundar a reforma administrativa

1. Estruturas da Administração

Em resposta às necessidades resultantes das prioridades políticas do terceiro Governo da Região Administrativa Especial de Macau e em articulação com a separação de áreas de intervenção e os circuitos de prestação de serviços, iremos continuar a optimizar as funções orgânicas e a reestruturar os serviços, com vista a assegurar uma maior coordenação, articulação e cooperação entre políticas sectoriais interligadas, elevando desta forma as capacidades de governação.

Continuámos a racionalizar as funções dos serviços e a distribuição de tarefas, através da criação, reestruturação, fusão e extinção. Desde 1 de Janeiro de 2010 até finais de Setembro

de 2014, criámos 9 serviços e entidades públicas, incluindo 4 fundos autónomos, 3 equipas de projecto, 1 organismo destacado no exterior e 1 serviço público; reestruturámos 21 serviços públicos e extinguimos 7 equipas de projecto e 1 grupo coordenador.

Iniciámos os trabalhos de racionalização faseada das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, incluindo a criação de um Centro de Segurança Alimentar junto do Instituto nos termos da Lei de segurança alimentar, clarificando as suas competências de coordenação, articulação e fiscalização em matéria de segurança alimentar. A reestruturação do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, do Instituto Cultural e do Instituto do Desporto implicou a transferência de competências das seguintes subunidades do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais: os Serviços Culturais e Recreativos e a Divisão de Acção Cultural, a Divisão de Instalações Culturais e a Divisão de Animação Urbana e Actividades Recreativas subordinadas a estes serviços, bem como o Centro Cultural de Macau, o Museu de Arte de Macau e a Divisão de Equipamentos Urbanos subordinada aos Serviços de Construções e Equipamentos Urbanos, envolvendo a transferência de 274 funcionários.

Para além de clarificar as funções dos serviços, demos ênfase à integração e articulação das suas competências, no sentido de promover uma relação de maior cooperação, coordenação e fiscalização, aperfeiçoando o carácter global do processo de decisão política e elevando a capacidade de concretização de medidas, por forma a assegurar que a estrutura da Administração esteja apta para responder a conjunturas políticas complexas e às necessidades do desenvolvimento social. De acordo com as necessidades reais de prestação de serviço, foi criada a Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional; reestruturada a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública e integrados o Fundo de Pensões e o Fundo de Segurança Social na área de Administração e Justiça e na área de Assuntos Sociais e Cultura, respectivamente. O Governo criou também um mecanismo de coordenação interdepartamental para responder a contingências e situações de emergência de grande escala, com vista a reforçar a articulação de diferentes serviços da Administração, elevar a sua capacidade de resposta e aprofundar o modelo de cooperação interdisciplinar, elevando assim o nível de intervenção do Governo.

2. Mecanismos de consulta

Aplicando o princípio "fundamentação das decisões políticas em estudos científicos", demos importância à auscultação da opinião pública e aperfeiçoámos os mecanismos de consulta das políticas do Governo, através da criação de organismos consultivos, redes de consulta das comunidades e avaliação da eficácia das consultas. Reforçámos a interacção e diálogo positivos entre a Administração e a sociedade, incentivámos a participação activa do público, acolhemos as sugestões de diferentes grupos sociais e integrámos a opinião da população nas políticas do Governo. As informações resultantes das consultas constituem referências no processo de definição de políticas, tomada de decisões e na sua aplicação, contribuindo para consolidar os fundamentos científicos e a credibilidade da governação.

No domínio da institucionalização de organismos consultivos, o terceiro Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem procurado aperfeiçoar a sua estrutura, tendo em consideração as prioridades políticas de momento, a especificidade e as necessidades das medidas a implementar e em articulação com a divisão horizontal das tarefas e a definição vertical das responsabilidades. Os organismos consultivos recém-criados incluem a Comissão de Planeamento Urbanístico, Conselho do Património Cultural, Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições, Comissão para o Desenvolvimento do Sector Logístico, Conselho Consultivo da Reserva Financeira, Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública, Comissão de Patrocínio Judiciário para o Exercício de Funções Públicas, Conselho para os Assuntos Médicos e Comissão de Desenvolvimento de Talentos, entre outros, totalizando 16 organismos. A composição dos organismos é definida de acordo com a especificidade do seu objecto, procurando o equilíbrio entre os conhecimentos técnicos e a representatividade dos seus membros, com vista a estimular a participação equitativa de todos, permitindo a participação de pessoas de boa vontade, em especial, os jovens.

No domínio da construção das redes de consulta das comunidades, procurámos ouvir as opiniões e aspirações dos residentes dos bairros, reforçar as funções dos 3 conselhos consultivos de serviços comunitários, no sentido de estabelecer uma relação de diálogo entre os bairros e o Governo, através da interacção e colaboração entre os centros de prestação de serviços ao público e estes conselhos. Envidámos esforços para penetrar nos bairros comunitários para nos inteirarmos da sua situação real. Promovemos a cooperação de diferentes serviços da Administração com vista à resolução directa dos problemas que preocupam a população. No período entre Março de 2009, data da sua criação, e até finais de Setembro deste ano, os conselhos consultivos acompanharam 1 909 processos, dos quais 601 envolveram uma intervenção interdepartamental e 1 651 foram encerrados. Os conselhos dispõem de 17 subgrupos, que até hoje reuniram-se 130 vezes, apresentando sugestões e propostas aos serviços da Administração, desempenhando assim o seu papel de intermediação.

Desde 2002, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais tem enviado pessoal para realizar os colóquios comunitários nas diferentes freguesias de Macau. Os dirigentes e chefias do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e representantes de outros serviços públicos com competências em assuntos relacionados com o bem-estar dos residentes têm marcado presença nestes encontros, para ouvir as preocupações e expectativas da população. No período entre 2010 e Setembro de 2014, realizámos 56 sessões dos colóquios comunitários, contando com a participação de 752 associações e cerca de 1 900 cidadãos.

Com vista à normalização do regime de consulta das políticas e à elevação da eficácia das acções de consulta, em 2011, entraram em vigor as Normas para a Consulta de Políticas Públicas, estabelecendo os princípios e as regras a seguir em relação a todo o processo de consulta, incluindo o planeamento preliminar, os trabalhos preparatórios, a realização da consulta, o balanço dos resultados, a avaliação do feedback, entre outros. A Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública tem acompanhado a concretização

e a aplicação das Normas para a Consulta de Políticas Públicas, providenciando apoio e assistência aos serviços públicos. Foi elaborado material para explicar as Normas, permitindo aos serviços públicos um maior domínio e compreensão das mesmas. Estas medidas, em articulação com os mecanismos de contacto e a uniformização de transmissão de informações nos Espaços Exclusivos de Consulta de Políticas Públicas, contribuíram para uma maior coordenação e transparência das acções de consulta pública.

Os mecanismos de consulta têm sido aperfeiçoados em resposta às rápidas mutações da sociedade. Alargámos os meios e as redes de recolha de opiniões, reunindo os contributos úteis de forma abrangente. O diálogo da sociedade civil com o Governo foi reforçado, garantindo assim que as políticas definidas venham ao encontro das aspirações da população.

VII. Promoção em passos firmes da gestão integrada dos funcionários e administração segundo a lei no sentido de elevar a eficácia

O Governo tem sempre investido esforços para construir um corpo de funcionários que sabe trabalhar com honestidade e com elevado nível de eficiência, razão pela qual tem aperfeiçoado continuamente o regime de gestão dos funcionários, introduzindo um conjunto de medidas de reforma global que toca nos regimes da função pública e gestão centralizada do pessoal, designadamente nas vertentes de "planeamento, recrutamento, gestão e aposentação", em resposta às necessidades de evolução constante do sistema da Administração Pública. Essas medidas visam incentivar os funcionários a elevarem as suas qualificações e aptidões, no sentido de prestar melhores serviços ao público.

1. Apreciação do desempenho

No domínio da regulamentação do regime de responsabilização dos dirigentes e chefias e do regime de gestão do desempenho, baseado no Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, no mecanismo de avaliação dos serviços públicos e tendo em consideração as teorias e experiências de outras regiões, pusemos em prática o regime de apreciação do desempenho dos titulares de cargos de direcção, tendo como parâmetros de avaliação a capacidade e eficácia de execução dos serviços, a resposta às metas políticas definidas e a realização dos objectivos, por forma a elevar o sentido de responsabilidade e a eficácia na governação.

A entidade tutelar aprecia anualmente o nível de desempenho dos titulares de cargos de direcção de acordo com os parâmetros definidos, apresentando ao Chefe do Executivo um relatório de apreciação global que cobre o mandato dos destinatários, como base do regime de responsabilização.

Para concretizar o regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção, convidámos especialistas para realizar conferências subordinadas ao tema "regime de gestão

do desempenho", tendo como destinatários os dirigentes de serviços e entidades públicas, com vista a permitir-lhes uma melhor compreensão de todas as vertentes essenciais do processo de gestão de desempenho e um conhecimento mais sólido sobre a aplicação eficaz desta metodologia na organização sob o seu comando, com vista ao seu aperfeiçoamento contínuo e ao conhecimento do percurso de evolução da gestão de desempenho em Macau.

No que respeita aos 3 serviços que se candidataram ao Prémio de Serviço de Alta Qualidade, experimentámos convidar instituições académicas para assumir o papel de terceira parte na realização de estudos sobre a qualidade dos serviços públicos. Na próxima fase, este estudo será estendido aos 39 serviços da Administração que se candidataram ao reconhecimento do programa "Carta de Qualidade". O estudo sobre a qualidade da prestação de serviços públicos por instituições académicas articulado com a optimização do mecanismo de avaliação dos serviços tem produzido informações úteis que constituem elementos de referência para a apreciação do desempenho dos dirigentes.

2. Promoção de integridade e utilização correcta de recursos públicos

Colaborámos activamente com as acções de fiscalização desenvolvidas pelo Comissariado contra a Corrupção e Comissariado da Auditoria, acompanhando e adoptando medidas em resposta aos relatórios e recomendações emitidas por estas entidades. Optimizámos os regimes de gestão administrativa e financeira, simplificámos procedimentos administrativos, elevámos a transparência e aperfeiçoámos o mecanismo de processamento de sugestões, contribuindo para a modernização do sistema de administração pública fundamentada em princípios científicos.

Na governação, cumprimos rigorosamente a lei e difundimos os valores de honestidade, defesa do interesse público e uso racional dos recursos públicos através de acções pedagógicas e de sensibilização e medidas de fiscalização e cursos de formação, promovendo as noções de cumprimento de deveres com lealdade, trabalho com aplicação para o bem comum e uma cultura positiva e saudável de servidor público. Reforçámos a formação sobre o Código do Procedimento Administrativo e outra legislação, continuámos a desenvolver acções para elevar os conhecimentos e noções dos funcionários sobre a necessidade de conhecer, cumprir e aplicar a lei. Clarificámos as áreas de competência jurídica, responsabilidades e relacionamento entre a entidade tutelar e os serviços da Administração. Organizámos o Programa de Formação de Administração segundo a Lei e Consciência dos Valores de Honestidade e Integridade, com vista a aprofundar a compreensão pelos funcionários da legislação relacionada com a sua área profissional e as suas responsabilidades, elevar a sua consciência do valor de honestidade e garantir o exercício de funções nos termos da lei.

Aperfeiçoámos os regimes de acordo com as recomendações constantes no relatório de auditoria de resultados "Deslocações ao exterior em missão oficial de serviço dos trabalhadores da Administração Pública". Realizámos palestras para divulgar a cultura de

auditoria, em conjunto com o Comissariado da Auditoria, com vista a difundir junto dos funcionários noções e actividades no âmbito da auditoria.

3. Recrutamento centralizado

Optimizámos a gestão dos processos de recrutamento dos funcionários e o respectivo regime, resolvendo as questões resultantes de dúvidas sobre a justiça, transparência e critérios dos concursos abertos por iniciativa particular de serviços da Administração. Em 2011, promulgámos o Regulamento Administrativo "Recrutamento, selecção, e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos", lançámos e continuamos a aperfeiçoar o recrutamento centralizado, com o objectivo de garantir a conformação do regime de ingresso na função pública aos princípios de justiça, imparcialidade e transparência, aumentando assim o nível de qualidade dos funcionários.

Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 14/2009 (Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos) e do Regulamento Administrativo n.º 23/2011 (Recrutamento, selecção, e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos), reforçámos a gestão do corpo de funcionários, através do planeamento dos recursos humanos, gestão integrada e medidas complementares e demos início ao processo de recrutamento centralizado de forma ordenada. A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública tem desempenhado o papel de agente de coordenação e gestão centralizada dos recursos humanos, com responsabilidade no controlo da dimensão do corpo de funcionários e nos processos de recrutamento centralizado.

O Despacho do Chefe do Executivo n.º 230/2011 determinou quais as carreiras sujeitas à gestão centralizada dos processos de recrutamento e selecção. Concluímos o processo de concurso público centralizado para a carreira de técnico superior da área de informática e para a carreira de adjunto-técnico de 3 áreas funcionais; publicámos o concurso público centralizado de admissão para a carreira de técnico superior de 2.ª classe, 1.º escalão e técnico superior assessor, 3.º escalão da área jurídica e técnico superior da área de psicologia.

Realizámos trabalhos tendentes à concretização do acesso centralizado. A partir de 2012, organizámos 53 edições das acções de formação em regime de aproveitamento destinadas a mais de 1 800 funcionários de diferentes categorias. Desde a data de início do acesso centralizado em Setembro de 2011 até finais de Setembro de 2014, prestámos assistência a 61 serviços da Administração para constituir 3 159 júris para provas de acesso, envolvendo 7 349 funcionários públicos que se candidataram aos concursos de acesso.

4. Acções de formação

O Governo tem sempre atribuído grande importância à formação dos funcionários públicos, com vista a elevar de forma global as suas aptidões. O terceiro Governo da Região Administrativa Especial de Macau, em complemento das medidas de optimização

da prestação de serviços e da gestão de desempenho, reforçou as acções de formação específica e formação aprofundada. De acordo com as necessidades de desenvolvimento social, reforma administrativa e as funções diferentes dos trabalhadores, foram organizados 1 847 cursos com mais de 44 210 participantes. Após vários anos de reforma institucional e acções de formação, a qualidade dos serviços prestados e a consciência de servidor público dos funcionários registaram um incremento, paralelamente ao aperfeiçoamento contínuo dos serviços, do trabalho e das atitudes. A capacidade de governação da Administração também registou uma melhoria global.

Em resposta às necessidades de formação dos funcionários, instalámos em 2011 o Centro de Formação para os Trabalhadores dos Serviços Públicos, integrando os recursos de formação do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e reforçando a função coordenadora das acções de formação. De acordo com os resultados do Estudo sobre as Necessidades de Formação dos Trabalhadores dos Serviços Públicos do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, realizado em colaboração com o Instituto Nacional de Administração, definimos o rumo numa primeira fase das acções de formação, consolidando as bases para futuras acções de formação dos funcionários.

No âmbito da formação básica, as acções concentraram-se na divulgação de valores correctos, princípios de governação, cultura administrativa e conhecimentos jurídicos necessários ao desempenho de funções na Administração Pública junto de funcionários recém-admitidos, permitindo-lhes adquirir conhecimentos e aptidões necessárias para o exercício dos seus cargos. Em resposta às necessidades resultantes da revisão da legislação, das políticas do Governo da Região Administrativa Especial de Macau e do desenvolvimento contínuo da sociedade, reajustámos o conteúdo do Programa de Formação Essencial para os Funcionários Públicos.

Organizámos mais de 230 edições do Programa de Formação Essencial para os Funcionários Públicos destinado ao pessoal de base e pessoal militarizado, contando com a participação de mais de 7 000 trabalhadores. Organizámos 81 edições do Programa de Formação para Trabalhadores da Linha de Frente destinado a este pessoal, contando com a participação de 1 670 funcionários, com vista a elevar a qualidade do serviço prestado e a imagem da Administração.

Foi realizada uma série de cursos prioritários, nomeadamente foram organizadas 4 edições do Programa de Formação Essencial para Executivos em colaboração com o Instituto Nacional de Administração, tendo como destinatários os dirigentes e chefias recém-nomeados. 122 formandos concluíram o curso com aproveitamento. Em colaboração com o *Civil Service College* da Singapura, organizámos 5 edições do Curso de Definição de Políticas e Curso de Definição e Aplicação de Políticas destinados ao pessoal de direcção e chefia recém-nomeado. Organizámos 3 edições do Curso de Formação de Formadores. Contando com a colaboração do Instituto Nacional de Administração, organizámos 37 edições do Programa de Formação Essencial para Quadros Médios, contando com a participação de 1 268 técnicos-superiores. Em colaboração com o Instituto de Administração de Guangdong, organizámos 90 edições do Programa de Estudos sobre a Mudança e o Comprometimento

destinado aos técnicos e adjuntos-técnicos recém-nomeados, contando com a participação de cerca de 3 638 trabalhadores.

Elaborámos o Programa de Formação de Administração segundo a Lei e Consciência dos Valores de Honestidade e Integridade, destinado aos dirigentes, chefias, responsáveis por processos de aquisição nas unidades de gestão administrativa e financeira, fiscais e inspectores. Até à data, realizámos 35 Cursos de Formação de Administração segundo a Lei e 5 edições do Curso Intensivo sobre Consciência dos Valores de Honestidade e Integridade, contando com a participação de 1 390 trabalhadores.

Para além da organização de cursos, contando com a colaboração de organizações governamentais e instituições de ensino do Interior da China e estrangeiras, realizamos seminários, palestras e conferências, com vista a permitir aos funcionários adquirir uma visão actualizada da situação e perspectivas de evolução de diferentes realidades. Os funcionários tiveram a oportunidade para interagir e partilhar experiências e ideias com especialistas do Interior da China e estrangeiros, alargando os seus horizontes sobre o panorama internacional e formando uma visão global do Mundo.

No início do ano 2009, realizámos em conjunto com o Instituto Nacional de Administração e a Universidade de Pequim o primeiro Curso de Mestrado em Administração Pública da Região Administrativa Especial de Macau, após o qual prosseguimos com a sua realização, totalizando até ao presente 6 edições do Curso, e 166 formandos concluíram o Curso com aproveitamento. Sujeitos a uma formação longa e sistemática, os formandos adquiriram capacidades de análise e resolução de problemas e técnicas, aptidões e métodos de gestão pública que os tornam em quadros de alta qualidade úteis para a Região Administrativa Especial de Macau.

Difundimos junto dos funcionários uma cultura de Auto-valorização e aprendizagem contínua e lançámos a título experimental cursos *online*. Desde 2010, realizámos 5 edições do Concurso de Comentários Escritos sobre a Leitura de um Texto para os Funcionários Públicos (7 edições desde o Retorno de Macau à Pátria). As obras premiadas foram publicadas em páginas electrónicas específicas, com vista a incentivar hábitos de leitura aos funcionários e a partilha de experiências de leitura.

O Governo tem desde sempre investido grandes esforços na formação de tradutores qualificados das línguas chinesa e portuguesa. Em resposta às necessidades da Plataforma de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países Lusófonos e o papel de centro mundial de turismo e lazer atribuído a Macau no Décimo Segundo Plano Quinquenal, tem reforçado e sistematizado as acções de formação:

- A partir de 2009, o Governo assinou com a Direcção-Geral de Interpretação da União Europeia um protocolo para realizar o Programa de Formação de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa, com a duração de 4 anos e o Programa de Aprendizagem de Tradução e Interpretação das Línguas Chinesa e Portuguesa, com a duração de 3 anos, reforçando a formação de quadros bilingues, em resposta às necessidades de desenvolvimento social.

- Para elevar o nível profissional dos tradutores da Administração, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, o Instituto Politécnico, a Universidade de Lisboa de Portugal e a Direcção-Geral de Interpretação da União Europeia organizaram em 2014 em Macau o primeiro Curso de Mestrado em Tradução e Interpretação de Conferências, com vista a reforçar as capacidades técnicas em tradução e interpretação dos tradutores e formar tradutores qualificados em chinês e português, através de um modelo pedagógico sistemático e um corpo docente de excelência.

- Com o desenvolvimento dos programas de formação acima referidos visa formar-se cerca de 80 quadros qualificados em tradução chinês/português no período de 2009 a 2014, acrescidos dos tradutores recrutados anualmente e os cerca de 40 tradutores efectivos, esperamos constituir em 2014 um corpo de cerca de 120 tradutores (incluindo tradução e interpretação).

No domínio da formação jurídica, realizámos um conjunto de acções de formação destinadas a elevar o nível de conhecimentos jurídicos dos funcionários e outras para responder às necessidades de construção do sistema jurídico e reforma jurídica da Região Administrativa Especial de Macau. Durante o mandato do terceiro Governo da Região Administrativa Especial de Macau, realizámos 250 acções de formação, contando com a participação de 8 800 formandos.

Para aprofundar a compreensão correcta do princípio "um país, dois sistemas" e da Lei Básica por parte do pessoal de direcção e chefia, organizámos em conjunto com a Associação de Divulgação da Lei Básica de Macau um Programa de Estudos sobre a Lei Básica – Nível Avançado. Os participantes puderam discutir abertamente e analisar aprofundadamente temas relacionados com esta matéria, adquirindo assim conhecimentos que serão aplicados na sua actividade profissional quotidiana. De 2010 até à presente data, realizámos 75 edições do curso, contando com a participação de mais de 730 formandos de nível médio e superior. Iremos continuar a organizar cursos sobre a Lei Básica e outras acções de formação sobre temáticas específicas, no sentido de incentivar os funcionários a conhecerem de forma correcta e a estudarem a Lei Básica.

- Para reforçar os conhecimentos dos trabalhadores dos principais regimes jurídicos da Administração Pública, iremos continuar a organizar cursos sobre a legislação da função pública, procedimento administrativo, contratos administrativos, aquisição de bens e serviços, empreitadas de obras públicas e gestão de finanças públicas; iremos organizar oportunamente acções de formação sobre legislação revista ou recém-promulgada, a fim de assegurar a aplicação correcta da lei pelos funcionários e o seu exercício de funções de acordo com a lei.

- Em resposta às necessidades de formação especializada dos quadros jurídicos, organizámos cursos de redacção legislativa, linguagem jurídica e aprofundamento dos conhecimentos jurídicos sobre a Administração Pública.

- Contando com a colaboração da Divisão de Tratados e Direito do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China e em cumprimento do Acordo sobre o Programa de Cooperação na Área Jurídica entre a União Europeia e Macau, realizámos acções destinadas a aumentar os conhecimentos dos funcionários públicos de Direito Internacional, legislação comunitária e as suas tendências evolutivas. Em 2009, a União Europeia assinou com Macau o 2.º Programa de Cooperação na Área Jurídica entre a União Europeia e Macau. Este Programa teve início em Dezembro do mesmo ano e chegou ao seu termo em Dezembro de 2013. Durante o seu período de vigência, realizámos 82 actividades, incluindo acções de formação, seminários, palestras, publicação de material didáctico sobre tradução jurídica, publicação de documentação de divulgação jurídica, entre outras, contando com a participação de cerca de 2 500 pessoas. O Programa contribuiu com resultados para a formação de quadros jurídicos locais e o intercâmbio jurídico com o exterior.
- Em resposta às necessidades de desenvolvimento do Governo e resultantes da natureza das funções dos serviços da Administração, organizámos palestras, seminários, colóquios e *workshops* sobre temáticas variadas.

5. Gestão do pessoal e regime de garantia

1) Elaboração dos critérios de apreciação para o exercício de actividades privadas após a cessação de funções por parte do pessoal de direcção

Em 2009 o Governo da Região Administrativa Especial de Macau criou a Comissão de Ética para a Administração Pública pelo Despacho do Chefe do Executivo n.° 368/2009, a qual visa coadjuvar o Chefe do Executivo na implementação e fortalecimento de uma cultura de transparência e integridade no âmbito da Administração Pública da Região Administrativa Especial de Macau. Assim, em 2010, a Comissão elaborou e publicou, mediante despacho do Chefe do Executivo, o Princípio e critérios determinantes da recusa de autorização para o exercício de actividades privadas após a cessação de funções por parte do pessoal a que se refere o artigo 19.° da Lei n.° 15/2009, bem como os modelos dos impressos a utilizar, com vista a permitir a verificação dos respectivos pedidos e a emissão de parecer ao Chefe do Executivo, de acordo com os critérios definidos.

2) Criação da Comissão de apreciação de pedidos relativos ao exercício de actividade privada por parte dos ex-titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos

Em concordância com a Lei n.° 22/2009 (Limitações impostas aos titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos do Governo após cessação de funções), os

ex-titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos estão impedidos de exercer qualquer tipo de actividade privada pelo período de 1 ano a contar da cessação das respectivas funções. E os ex-titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos que pretendam exercer actividade privada, respectivamente, nos 2 anos subsequentes e no ano subsequente ao termo do prazo de 1 ano após a cessação de funções devem solicitar autorização ao Chefe do Executivo. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau criou, em 2011, através de despacho do Chefe do Executivo, a Comissão de apreciação de pedidos relativos ao exercício de actividade privada por parte dos ex-titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos, para que esta possa proceder à análise e formular parecer sobre os pedidos de autorização para o exercício de actividades privadas após a cessação de funções por parte dos ex-titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos e, bem assim, definir o princípio e critérios determinantes da recusa de autorização para o exercício de actividades privadas após a cessação de funções por parte do ex-titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos.

Por despacho do Chefe do Executivo, a Comissão efectuou, em 2012, a elaboração e publicação do Princípio e critérios susceptíveis da recusa de autorização para o exercício de actividade privada após a cessação de funções por parte dos ex-titulares do cargo de Chefe do Executivo e dos principais cargos, bem como dos modelos dos impressos a utilizar, visando a verificação dos respectivos pedidos e a emissão de parecer ao Chefe do Executivo.

3) Prestação de apoio judiciário aos trabalhadores dos serviços públicos

Em 2010 foi publicada a Lei n.° 13/2010 (Apoio judiciário em virtude do exercício de funções públicas), que concede o apoio judiciário nos processos judiciais em que sejam demandados por actos ou factos ocorridos em virtude do exercício de funções públicas os trabalhadores dos serviços públicos.

Com vista à execução das acções necessárias, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau criou, em 2011, a Comissão de Patrocínio Judiciário para o Exercício de Funções Públicas, à qual compete analisar e emitir parecer sobre os pedidos de concessão de apoio judiciário na modalidade de pagamento de patrocínio judiciário a que se refere a Lei n.° 13/2010.

4) Revisão do Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos

Após a realização de um estudo e análise aprofundados, bem como a auscultação de opiniões dos serviços públicos e dos trabalhadores, apresentou-se a proposta de lei intitulada "Regime do Contrato de Trabalho nos Serviços Públicos", propôs-se a criação do contrato administrativo de provimento, substituindo o contrato além do quadro e o contrato de assalariamento originalmente utilizados, e introduziram-se os regimes de recontratação e de mobilidade para o pessoal contratado, de maneira a permitir uma maior uniformização

dos seus direitos e deveres, aumentando a flexibilidade dos serviços públicos na utilização dos recursos humanos. A referida proposta de lei foi aprovada na generalidade pelo plenário da Assembleia Legislativa no dia 23 de Abril de 2014, e está a ser discutida na especialidade pela 2.ª Comissão Permanente.

5) Preparação da edificação de um mecanismo de gestão centralizada para resolução de queixas dos trabalhadores dos serviços públicos

Realizou-se a preparação da edificação do mecanismo de gestão centralizada para resolução de queixas e conciliação dos trabalhadores dos serviços públicos, assim como se planeou a criação de uma comissão especializada para receber e resolver as queixas dos funcionários públicos. Coadjuvada pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, esta comissão tem de supervisionar e apoiar os diversos serviços públicos na resolução de queixas dos trabalhadores, de maneira a, por um lado, garantir aos trabalhadores da Administração Pública o direito de apresentação de sugestões ou queixas relativas à gestão dos serviços públicos e, por outro lado, prestar o apoio necessário aos serviços públicos para resolverem com eficácia as queixas dos seus trabalhadores, para além de impulsionar a comunicação interna nos serviços públicos e criar uma cultura de trabalho em que se destaquem a justiça, a união e a harmonia.

6) Aposentação e desligação de serviço

Em 2013 concluiu-se o estudo sobre as novas oportunidades, estruturas e estratégias de investimento do Regime de Previdência dos Trabalhadores dos Serviços Públicos, fixando o rumo a seguir a curto, médio e longo prazo (2013 – 2020). No quarto trimestre do corrente ano, será lançado o Fundo de investimento em acções internacionais gerido de forma passiva, estando actualmente a decorrer as respectivas actividades pedagógicas sobre os investimentos e respectiva publicidade.

Em simultâneo, serão impulsionados de forma contínua o desenvolvimento dos serviços electrónicos e a redução do recurso ao papel, assim como serão fomentadas diversas actividades pedagógicas sobre os investimentos para planos de reforma, em função dos diferentes destinatários. Desde 2010 até à presente data, organizou-se um total de 58 palestras sobre os programas de aplicação das contribuições e os conhecimentos relativos aos investimentos para planos de reforma e palestras temáticas para destinatários específicos, contando com cerca de 7 000 participantes.

Também se concluiu, em 2013, um estudo comparativo sobre o Regime de Aposentação e Sobrevivência. Deste modo, foram fixados de forma clara os conceitos de investimento e as categorias de activos passíveis de serem objecto de investimento, estando actualmente a efectuar-se a revisão das estratégias gerais de investimento. Em paralelo, implementaram-se serviços humanizados e promoveu-se e optimizou-se a utilização dos quiosques que oferecem serviços automáticos de prova de vida e a realização de visitas domiciliárias, em

colaboração com os serviços públicos relacionados, prosseguindo-se com a organização de várias actividades para os pensionistas.

7) Comissão de Avaliação das Remunerações

Pelo Despacho do Chefe do Executivo n.° 9/2012, criou-se, no mês de Janeiro de 2012, a Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública, e fixou-se a estrutura do mecanismo de actualização das remunerações dos trabalhadores da função pública. Assim, é possível dirigir ao Governo as opiniões sobre a actualização das remunerações dos funcionários públicos, tendo em consideração 4 factores, nomeadamente, a situação financeira do Governo, a inflação, a tendência e o nível de rendimento salarial no mercado privado, bem como as opiniões da sociedade civil e dos funcionários públicos. Depois de tomar por referência as respectivas opiniões, o Governo apresenta uma proposta de lei relativa à actualização das remunerações dos funcionários públicos, a qual é submetida à aprovação da Assembleia Legislativa e, subsequentemente, implementada após publicação. Desde a constituição da Comissão de Avaliação em 2012, efectuou-se por 3 vezes a actualização das remunerações dos trabalhadores da função pública, pretendendo-se estabelecer um mecanismo com carácter objectivo e científico para o ajustamento das remunerações dos funcionários públicos.

Em 2013 o Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizou, mediante despacho do Chefe do Executivo, a reestruturação da Comissão de Avaliação, que passou a integrar na sua composição 2 especialistas ou académicos como presidente e vice-presidente. Além disto, foi aumentado o número de representantes das associações comerciais e laborais, com vista ao reforço da capacidade de investigação e análise da Comissão de Avaliação, ao alargamento da auscultação de opiniões e à promoção do equilíbrio entre os diferentes quadrantes.

Após a reestruturação da Comissão de Avaliação, esta procedeu à revisão dos procedimentos de análise relativos à actualização das remunerações dos funcionários públicos, e lançou mãos ao estudo sobre as metas, posicionamento, pertinência e viabilidade da actualização das remunerações dos funcionários públicos por categorias, tendo-se entendido que a actualização das remunerações por categorias envolve a reforma do actual regime e da sua estrutura, carecendo deste modo de uma análise mais profunda e pormenorizada, com vista à criação de um mecanismo de carácter científico e prático para a actualização das remunerações dos mesmos.

Em 2014 o Governo da Região Administrativa Especial de Macau procedeu, mediante lei, à alteração do Regime remuneratório do Chefe do Executivo e dos titulares dos principais cargos da Região Administrativa Especial de Macau, pelo que se aumentou a remuneração mensal do Chefe do Executivo e dos titulares dos principais cargos em cerca de 10%. Assim, as remunerações de determinadas individualidades, como, por exemplo, as dos magistrados e deputados que estão indexadas à do Chefe do Executivo, também aumentaram correspondentemente.

8) Regime de regalias

(1) Subsídios e apoios

Pela Lei n.° 2/2011 (Regime do prémio de antiguidade e dos subsídios de residência e de família), o Governo da Região Administrativa Especial de Macau efectuou, em 2011, a actualização dos montantes das remunerações e subsídios dos trabalhadores dos serviços públicos, nomeadamente do prémio de antiguidade e dos subsídios de residência e de família. Ao mesmo tempo, foram introduzidas alterações às condições de pedido do subsídio de residência para beneficiar um maior número de funcionários públicos, assim como foi eliminado o limite máximo de 7 prémios de antiguidade, passando deste modo a ser ilimitado.

Para aperfeiçoar o regime de regalias e elevar o moral dos trabalhadores dos serviços públicos, efectuou-se, no mês de Fevereiro de 2014, uma actualização dos montantes do prémio de antiguidade e dos subsídios de residência e de família, em conjunto com o aumento do montante dos subsídios de casamento, nascimento e funeral, mediante a Lei n.° 1/2014 (Alteração dos montantes do prémio de antiguidade, subsídios e abono). Simultaneamente, os montantes desses subsídios ou abono passaram a estar indexados ao índice remuneratório dos trabalhadores dos serviços públicos, permitindo assim a actualização automática dos referidos montantes em função das futuras alterações a nível das remunerações dos mesmos, e daí o aperfeiçoamento do regime de regalias e subsídios. Aqueles subsídios e abono aumentaram em cerca de 36% a 42%, e o subsídio de residência atingiu um aumento de 75%.

Com vista a atenuar a pressão sentida pelos funcionários públicos que pertencem às classes mais desfavorecidas, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau lançou, em 2013, medidas de apoio complementares especiais, nomeadamente a atribuição do subsídio de subsistência aos funcionários públicos com dificuldades reais, do subsídio para reparação de veículos destinado aos condutores de veículos públicos ou àqueles que conduzam veículos por motivos de serviço, bem como do subsídio de prestação única para os requerentes dos serviços de teleassistência "Peng On Tung", para além de se ter prosseguido com a aceitação dos pedidos de apoio especial apresentados pelos funcionários públicos. Posteriormente, foram realizados vários ajustamentos dos limites de despesas e dos critérios de apreciação referentes ao subsídio de subsistência de acordo com a situação real, entre os quais o ajustamento dos limites das despesas relativas ao alojamento e combustíveis e à alimentação consoante a situação geral do requerente, e o alargamento dos limites definidos nas condições de apreciação destinadas aos moradores das habitações sociais. De seguida, foram também ajustados os limites de diversas despesas e os limites definidos nas condições de apreciação, de acordo com a actualização dos montantes dos subsídios, abono e remunerações e com os dados obtidos no Inquérito aos Orçamentos Familiares recentemente publicado, no intuito de melhor corresponder à realidade e prestar apoio a um maior número de funcionários públicos.

Até finais de Setembro de 2014, registou-se um total de 134 pedidos de subsídio de subsistência, dos quais 76 foram autorizados e 1 está em fase de apreciação. Relativamente ao subsídio para serviços de teleassistência "Peng On Tung", contabilizaram-se 49 pedidos que foram autorizados na totalidade. Também se verificaram 4 pedidos de subsídio para reparação de veículos, no cômputo dos quais 3 foram autorizados e apenas 1 submetido à apreciação.

(2) Fortalecimento do apoio ao aconselhamento psicológico

Em colaboração com a Associação de Psicologia de Macau, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública lançou, desde finais de 2013, o Serviço de Alívio Psicológico, o qual permitiu, até finais de Setembro de 2014, a prestação de um total de 300 serviços de aconselhamento a 68 trabalhadores dos serviços públicos, perfazendo-se deste modo 35 casos concluídos. Através do referido serviço, os funcionários públicos puderam fazer a marcação prévia para uma sessão com um psicólogo e receber assistência personalizada e específica, para que lhes fosse atenuada a pressão sentida e os problemas emocionais com o apoio do psicólogo. Para além disso, foram organizados seminários e *workshops* sobre o alívio do *stress* e a saúde mental, colaborando-se com a Associação de Psicologia de Macau e outros profissionais da área, com vista a fortalecer as técnicas de redução do *stress* e a capacidade de lidar com os problemas emocionais junto dos funcionários públicos.

(3) Desenvolvimento de actividades de manifestação de atenção e carinho

A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública e o Fundo de Pensões iniciaram, desde 2012, a realização de visitas domiciliárias aos pensionistas, beneficiários do subsídio de sobrevivência e funcionários públicos que pertencem às classes mais desfavorecidas, com vista à expressão da atenção e do carinho que o Governo tem para com eles e à prestação do apoio necessário. Até finais de Setembro de 2014, foram realizadas 242 visitas domiciliárias, através das quais se prestou ajuda a pensionistas com deficiência, idosos e com dificuldades de mobilidade para tratarem dos procedimentos de obtenção da prova de vida exigida pelos diversos serviços públicos.

Efectuou-se o recrutamento e a constituição de grupos de prestação de atenção e carinho formados por trabalhadores da Administração Pública, e desenvolveram-se visitas domiciliárias a funcionários públicos, visitas a casas de beneficência, marchas de caridade, e outras actividades destinadas a divulgar a atenção e o carinho dos funcionários públicos para com a sociedade e promover o sentido de solidariedade.

(4) Organização de um leque diversificado de actividades culturais, recreativas e desportivas e prestação do serviço de exame médico

A Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, o Fundo de Pensões e o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais têm organizado todos os anos um leque

diversificado de actividades culturais, recreativas, desportivas e de convívio, nomeadamente confraternizações nas festividades tradicionais e dias especiais, competições desportivas, cursos sobre línguas e culturas, palestras sobre manutenção da saúde e actividades de ocupação de tempos livres para os funcionários públicos em exercício de funções ou aposentados, com vista a enriquecer os seus tempos livres e interesses, manter a sua saúde física e mental e aumentar a coesão e o sentimento de pertença.

Com vista à protecção da saúde física dos funcionários públicos, criou-se o Centro de Exame Médico para Funcionários Públicos e lançou-se, em 2009, o plano de exame médico para os funcionários públicos, que visa providenciar periodicamente o serviço de exame médico àqueles que nele estejam inscritos. Assim, até finais de Setembro de 2014, foi realizado o exame médico a um total de 26 369 funcionários públicos que pertencem a 74 serviços públicos diferentes.

VIII. Cultivo de talentos da área judiciária e prestação de apoio nas várias dimensões para o aumento da eficiência judiciária

Para se adaptar à orientação política relativa à edificação dos *software* e *hardware* dos órgãos judiciais, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau envidou esforços para acelerar a realização das acções de formação para ingresso nas magistraturas e nas carreiras de oficial de justiça, fomentar activamente as actividades de formação contínua para magistrados e de formação para acesso de oficiais de justiça, e efectuar a revisão legislativa para simplificação dos procedimentos judiciais, no intuito de contribuir com todo o empenho para o desenvolvimento dos trabalhos dos órgãos judiciais.

1. Formação de magistrados e oficiais de justiça

Em resposta às solicitações do Conselho de Magistrados Judiciais, bem como do Procurador do Ministério Público de formar mais magistrados, o terceiro Governo da Região Administrativa Especial de Macau desenvolveu as seguintes acções relativas à formação para ingresso nas magistraturas:

Conclusão do Terceiro Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, que teve lugar entre os dias 29 de Junho de 2009 e 28 de Junho de 2011, com a participação de um total de 9 estagiários na formação, dos quais 4 foram nomeados como magistrados judiciais e outros 5 para desempenhar as funções de magistrados do Ministério Público.

Organização do Quarto Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, realizado desde 18 de Julho de 2011 até 17 de Julho de 2013, no qual participaram 12 estagiários, contando com igual número de 6 nomeações, respectivamente, para magistrados judiciais e para magistrados do Ministério Público.

Desenvolvimento, em Setembro de 2014, dos trabalhos do concurso para admissão ao Quinto Curso e Estágio de Formação para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, estando prevista a conclusão dos respectivos procedimentos para Julho de 2015.

Em retrospectiva à situação global da formação de magistrados após o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, constata-se que o Governo desenvolveu, por 4 vezes, os trabalhos relativos ao Concurso para Admissão ao Curso de Formação para Ingresso nas Magistraturas, através dos serviços competentes, assim como procedeu à organização de 4 cursos de formação de magistrados, cada um com duração de 2 anos, que permitiram a formação de 37 magistrados locais para a Região Administrativa Especial de Macau, entre os quais 20 magistrados judiciais e 17 magistrados do Ministério Público.

No tocante à formação contínua e de reciclagem para magistrados, conciliando as exigências especiais inerentes às funções dos magistrados com as acções de formação, os serviços competentes do Governo realizaram cerca de 50 actividades de formação adequadas às necessidades de formação dos magistrados, nomeadamente seminários, colóquios, palestras e *workshops*, em colaboração com o Instituto Nacional de Formação de Juízes e o Instituto Nacional de Formação de Magistrados do Ministério Público do Interior da China, o Centro de Estudos Judiciários de Portugal e a Escola Nacional de Magistratura de França.

No âmbito das acções de formação para ingresso na carreira de funcionário de justiça, realizaram-se, em Fevereiro de 2011, os trabalhos do concurso de admissão ao Terceiro Curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras de Oficial de Justiça Judicial e de Oficial de Justiça do Ministério Público, que decorreu entre os dias 27 de Abril de 2012 e 26 de Abril de 2013. O referido concurso para recrutamento de formandos do curso de habilitação para ingresso nas carreiras de oficial de justiça judicial e de oficial de justiça do Ministério Público teve um total de 120 formandos participantes nesta formação, com vista a preencher 80 vagas na categoria de escrivão judicial auxiliar, 1.° escalão, e outras 30 na categoria de escrivão do Ministério Público auxiliar, 1.° escalão, e bem assim, constituir reservas de recrutamento para o preenchimento das vagas que vierem a ocorrer nas secretarias dos tribunais e nos serviços do Ministério Público, durante o período de validade do curso, na categoria de escrivão auxiliar, 1.° escalão.

Retrospectivando o percurso das acções de formação dos oficiais de justiça desde o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau até ao presente, verifica-se que os serviços competentes desenvolveram, por 2 vezes, os trabalhos relativos ao Exame de Admissão ao Curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras de Oficial de Justiça, e organizaram 3 cursos de habilitação para ingresso nas carreiras de oficial de justiça, cada qual com duração de 1 ano, o que permitiu a nomeação de um total de 235 formandos como oficiais de justiça, dos quais 180 no cargo de escrivão judicial auxiliar e os restantes 55 no cargo de escrivão do Ministério Público auxiliar.

Em relação às acções de formação para acesso nas carreiras de oficial de justiça, os serviços competentes organizaram, a pedido dos órgãos judiciais, 11 cursos de formação para acesso nas carreiras dos funcionários de justiça nos tribunais ou no Ministério Público.

2. Revisão das leis processuais e simplificação dos procedimentos judiciais

A revisão das leis no âmbito dos processos judiciais e a simplificação dos procedimentos judiciais foram as principais linhas orientadoras dos trabalhos desenvolvidos pelo Governo na área dos assuntos de justiça. O Código de Processo Penal foi objecto de revisão pela primeira vez desde a sua vigência em 1997. Com a aprovação da proposta de lei pela Assembleia Legislativa em 2013, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau elaborou e republicou subsequentemente a nova versão do Código de Processo Penal, a qual entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2014.

As alterações introduzidas ao Código de Processo Penal incluíram nomeadamente: o alargamento do âmbito da assistência obrigatória do defensor aos cegos e menores; a classificação dos processos em que intervêm arguidos não residentes como processos urgentes; o alargamento dos prazos para a interposição do recurso; e o aumento da garantia dos direitos dos intervenientes processuais. Para além disso, foram aperfeiçoados de forma adequada o processo sumário e o processo sumaríssimo alargando-se o âmbito de aplicação de ambos, e bem assim introduzido o processo simplificado, para que fosse possível tratar os diferentes tipos de casos através de uma distribuição razoável. Em simultâneo, introduziram-se alterações ao regime do julgamento na ausência e reduziram-se os casos de prolongamento dos processos judiciais por motivo de falta das pessoas em causa que dá lugar ao adiamento da audiência, o que permitiu, por um lado, optimizar os procedimentos judiciais e, por outro, elevar de certo modo a eficiência judiciária.

Em 2012 o Governo da Região Administrativa Especial de Macau apresentou à Assembleia Legislativa a proposta de lei intitulada "Regime geral de apoio judiciário", a qual entrou em vigor no dia 1 de Abril de 2013, depois de ter sido aprovada em 30 de Agosto de 2012 pelo órgão legislativo. Nos termos do disposto no artigo 4.° desta lei, compete à Comissão de Apoio Judiciário decidir sobre a concessão do apoio judiciário e demais matérias com este relacionadas. Desde a sua entrada em vigor até 30 de Setembro de 2014, foi recebido um total de 436 pedidos pela Comissão, tendo-se destacado, em função da tipologia dos processos judiciais, os casos de natureza cível que contabilizaram 299 pedidos dos quais a maioria se referia a processos de divórcio litigioso que atingiram os 125 pedidos.

No processo de tratamento dos pedidos, a Comissão, para além de proceder à apreciação nos termos da lei, vai prestar, dentro dos limites da lei e da razoabilidade, de acordo com a situação concreta de cada caso e articulando os recursos judiciais com os interesses dos requerentes, o maior apoio possível aos requerentes para resolver os seus problemas através de meios mais adequados e favoráveis, de maneira a evitar o recurso aos tribunais e, assim, diminuir os encargos judiciais.

IX. Desenvolvimento amplo da divulgação jurídica e aprofundamento dos conhecimentos sobre o sistema jurídico junto da sociedade civil

1. Empenho no fortalecimento da rede de cooperação para divulgação da Lei Básica

Os serviços competentes do Governo da Região Administrativa Especial de Macau reforçaram a cooperação com as associações e criaram uma rede de cooperação para desenvolver o efeito de complementaridade entre recursos e vantagens nas acções de divulgação conjunta da Lei Básica, tendo desenvolvido todos os anos mais de 10 variedades de acções de divulgação. Nelas se incluíram, por exemplo, a entrada em funcionamento do Pavilhão de Exposição sobre a Lei Básica, o lançamento do programa de aplicação para telemóvel dos artigos da Lei Básica, a edição de publicações comemorativas e álbuns de fotografias (em 2 volumes), a produção e emissão do programa televisivo "Macau no coração", a emissão de selos comemorativos, a organização de concursos no âmbito do plano de divulgação junto das escolas, bem como concursos de perguntas e respostas, concursos de pintura criativa para crianças, jogos publicados nos jornais, e a realização de seminários académicos e cursos de formação, tendo-se deste modo alcançado determinados efeitos de divulgação.

Para que fosse dada a conhecer a Lei Básica – uma lei nacional a um maior número de residentes do Interior da China, prosseguiu-se a organização da exposição fotográfica "Encontro com a História", em colaboração com os serviços competentes do Interior da China. Desde o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau até ao presente, realizámos esta exposição itinerante em 18 províncias e cidades diferentes do Interior da China, tendo assim merecido a atenção dos respectivos governos locais e os comentários positivos dos próprios residentes. Com vista ao reforço do intercâmbio jurídico com o Interior da China, realizou-se desde 2010 o Seminário sobre a Lei Básica, colaborando-se com os estabelecimentos de ensino superior das diferentes localidades chinesas.

2. Adopção de métodos flexíveis e diversificados no desenvolvimento de diferentes tipos de acções de divulgação jurídica

Os jovens têm sido os principais destinatários do ensino sobre as leis. Por este motivo, uma das acções prioritárias consiste em promover nas escolas secundárias e primárias a organização de palestras que versam sobre a generalização do Direito. Até à presente data, tem-se desenvolvido um conjunto de actividades de natureza mais sistemática e completa para realizar de forma permanente a generalização do Direito nos estabelecimentos de ensino primário e secundário. Para além disso, concluiu-se, em 2013, o Plano de Prevenção da Criminalidade Juvenil – Conhecer a Lei e as normas de cortesia, que teve um período

de duração de 5 anos. No cômputo relativo ao mandato do terceiro Governo da Região Administrativa Especial de Macau, houve um total de mais de 80 000 participantes das escolas secundárias e primárias nas referidas actividades.

Em relação às actividades extracurriculares no âmbito da rede de generalização do Direito, tem-se organizado todos os anos uma série de actividades de divulgação jurídica viradas para as crianças e os adolescentes, recorrendo a métodos mais dinâmicos como, por exemplo, jogos e actividades em grupo. Nas actividades incluíram-se a organização de Postos de abastecimento jurídico - *workshops* sobre a generalização do Direito nas bibliotecas para crianças, e a constituição do grupo de voluntários "Forças de Divulgação Jurídica" que formou, num período de 5 anos, mais de 170 jovens de Macau e lhes permitiu desenvolver os efeitos da influência dos pares, tornando-se assim um novo potencial para o impulso da generalização do Direito.

Foram também adoptados métodos mais diversificados, como, por exemplo, bazares, jogos de tendinhas, jogos de perguntas e respostas, *workshops*, exposições, jogos sobre informações jurídicas, para dar a conhecer à população o conteúdo das referidas leis através de meios dinâmicos, divertidos e variados. A organização de palestras, *workshops* e cursos de formação relativos a diversos temas jurídicos para a população e destinatários específicos tem sido uma das tarefas mais importantes sobre as quais os serviços da área dos assuntos de justiça se debruçaram de forma regular na divulgação jurídica. Nos últimos 5 anos, foram realizadas sucessivamente várias actividades sobre temas específicos do Direito, nomeadamente sobre: a Lei Básica, os direitos das mulheres, os direitos das crianças, o regime de bens do casamento, a compra e venda e arrendamento de imóveis, testamento e herdeiros, relações de trabalho, segurança social, prevenção da criminalidade, segurança rodoviária, propriedade intelectual, legislação sobre o combate ao falso casamento, leis sobre a fixação de residência em Macau, entre outros. No cômputo de 5 anos foram realizados mais de 310 colóquios e cursos temáticos, com a participação de mais de 26 000 pessoas.

A imprensa permite uma maior acessibilidade à sociedade civil, pelo que a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça tem reforçado de forma contínua a cooperação com os órgãos de comunicação social, no sentido de transmitir à população as informações jurídicas através da publicação semanal de artigos em colunas nos jornais de língua chinesa e portuguesa, tendo assim totalizado em 5 anos mais de 2 000 textos de artigos para publicação na imprensa de Macau.

Também se intensificou a cooperação com os órgãos de difusão electrónica nas acções de divulgação jurídica, entre as quais a participação na produção do programa "Consultas e Respostas" transmitido mais de 900 vezes no cômputo de 5 anos, bem como na produção de 260 séries do programa "Conhecedor do amplo círculo do Direito" e outros programas na rádio, o que fez chegar com eficácia as informações jurídicas aos cidadãos. Assim, foram produzidos no total mais de 90 anúncios na televisão e cerca de 66 anúncios na rádio.

Para além disso, foi aperfeiçoada a *hotline* de divulgação jurídica que atendeu, no cômputo de 5 anos, mais de 10 000 consultas jurídicas, disponibilizando à população toda a informação jurídica necessária.

3. Enriquecimento das variedades dos produtos de divulgação jurídica e aperfeiçoamento da rede de acesso aos mesmos

Os serviços da área dos assuntos de justiça têm procedido de forma activa à impressão de diversos panfletos e folhetos com informações jurídicas que são colocadas, gratuitamente, à disposição dos cidadãos. Com o avançar da produção desses materiais impressos, existem actualmente 151 variedades, cujo conteúdo abrange áreas diferenciadas, nomeadamente a Lei Básica e as leis nacionais, o sistema jurídico de Macau, Direito Civil (incluindo as leis sobre o matrimónio, a compra e venda de imóveis e as relações de trabalho), Direito Penal (abrangendo o combate aos crimes, nomeadamente o tráfico de droga e de pessoas), as leis relativas aos jovens e às crianças (por exemplo, as normas legais de prevenção dos maus-tratos a crianças), as leis processuais (por exemplo, o Juízo de Pequenas Causas Cíveis), as convenções internacionais, entre outros. Os referidos materiais associados aos postos de informação jurídica instalados em 33 locais diferentes da rede de acesso, permitiram à população aceder à leitura de cerca de 2 milhões de exemplares de produtos de divulgação jurídica no cômputo de 5 anos.

Na sequência da vulgarização da *internet*, intensificou-se continuamente a construção da página electrónica da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça e do Portal Jurídico de Macau, assim como se reforçaram os canais de informação para a divulgação jurídica, à medida que se procedeu ao carregamento nas páginas electrónicas, dos artigos publicados em colunas nos jornais, dos programas temáticos produzidos na televisão e na rádio, e dos panfletos sobre a generalização do Direito. Desde a sua entrada em funcionamento, o Portal Jurídico de Macau foi acedido mais de 300 mil vezes. Os dados sobre o número de acessos ao Portal revelam tratar-se de uma página electrónica amplamente conhecida e utilizada pelos cidadãos e pelos operadores do Direito, para além de ser um meio eficaz para a pesquisa de legislação da Região Administrativa Especial de Macau.

Em adequação às tendências de desenvolvimento do Governo electrónico, decorre actualmente a preparação da criação de um campo denominado "Conteúdo temático sobre a Lei Básica", para que os residentes possam obter de forma mais integral e sistemática os dados informativos respeitantes. Simultaneamente, estão a ser ordenadas as informações sobre as acções de divulgação, com vista a espelhar o progresso da sociedade civil de Macau na aprendizagem da Lei Básica.

X. Participação activa nos assuntos de Direito Internacional e elevação da imagem internacional da Região Administrativa Especial de Macau

Para combater de forma eficaz a criminalidade transfronteiriça, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau, com o apoio do Governo Central e no exercício dos

poderes por este delegados, tem desenvolvido de forma activa diversas acções de negociação sobre acordos de cooperação judiciária inter-regional e internacional, nomeadamente os acordos gerais de cooperação judiciária em matéria penal, os acordos sobre a entrega de infractores em fuga, os acordos de transferência de pessoas condenadas, bem como os vários acordos tipo de cooperação judiciária, para além de concretizar de forma dinâmica as disposições dos tratados em matéria de direitos humanos.

1. Acordos de cooperação judiciária

1) Acordos de cooperação judiciária internacional

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau assinou, no dia 7 de Novembro de 2013, o Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária com o Governo de Cabo Verde. E concluiu, em 2013, as negociações relativas ao Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e ao Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga com o Governo da Coreia, tendo sido rubricados os projectos dos respectivos acordos. Actualmente, estão a ser encetadas de forma activa as acções de negociação relativamente aos acordos de cooperação judiciária com o Governo da Mongólia e com o Governo da República Federal da Nigéria.

Foram elaborados os projectos de acordos tipo para os acordos de transferência de pessoas condenadas, acordos sobre a entrega de infractores em fuga, acordos de cooperação judiciária em matéria penal e acordo de cooperação judiciária em matéria civil e comercial. Aprovados pelo Governo Central, aqueles acordos tipo tornam-se os textos básicos para o encetamento de negociações e discussões entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau e outros países. Assim, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau pôde encetar negociações com outros países, em conformidade com as disposições dos textos básicos, e daí acelerar os respectivos procedimentos.

2) Acordos de cooperação judiciária inter-regional

No âmbito da cooperação judiciária inter-regional, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong assinaram o Acordo sobre a Confirmação e a Execução Recíprocas de Decisões Arbitrais no dia 7 de Janeiro de 2013. As duas partes notificaram de forma recíproca, por troca de notificações, respectivamente no dia 7 de Outubro de 2013 e no dia 2 de Dezembro de 2013, sobre a conclusão dos procedimentos legais internos necessários à vigência do referido acordo, bem como a sua entrada em vigor em relação a ambas as partes a partir do dia 16 de Dezembro de 2013. Em articulação com as acções de divulgação concernentes, a Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional procedeu à impressão dos panfletos de divulgação que apresentam o conteúdo previsto no acordo. Para além disso, estão a ser encetadas as discussões e negociações relativas ao Acordo sobre a Entrega de Infractores em Fuga e ao Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Penal com o Governo

da Região Administrativa Especial de Hong Kong, sendo que as duas regiões pretendem que a assinatura desses acordos venha a fortalecer cada vez mais a cooperação judiciária e a combater eficazmente a criminalidade transfronteiriça.

2. Apreciação dos relatórios sobre o cumprimento das convenções em matéria de direitos humanos

Na qualidade de membro de várias convenções internacionais em matéria de direitos humanos, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem prosseguido com a adopção de diversas medidas e tem-se empenhado na concretização das normas concernentes. De acordo com o disposto nas convenções em matéria de direitos humanos, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau elaborou relatórios periódicos sobre as diversas medidas e políticas para a execução das normas dessas convenções, assim como participou em reuniões de apreciação realizadas pelas respectivas comissões da Organização das Nações Unidas, com vista a explicar os detalhes sobre o ponto de situação da execução das convenções pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau.

Desde Janeiro de 2011, foram enviadas delegações para participar nas reuniões de apreciação de várias convenções em matéria de direitos humanos, entre as quais a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, a Convenção sobre os Direitos da Criança, o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, bem como nas reuniões de apreciação relativas ao segundo relatório nacional sobre os direitos humanos.

A delegação do Governo da Região Administrativa Especial de Macau participou pela primeira vez, no mês de Março de 2013, com a denominação de "Macau, China", na sessão do Comité dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas, em Genebra, para a apreciação do primeiro relatório sobre a aplicação na Região Administrativa Especial de Macau do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. O Comité dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas entendeu que tinha desenvolvido um diálogo construtivo com a delegação da Região Administrativa Especial de Macau e elogiou as medidas e os esforços desenvolvidos pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau para proteger os direitos humanos e tudo o que foi feito para produzir legislação destinada a proteger os refugiados, combater o tráfico de pessoas, reeducar os jovens infractores e reinseri-los socialmente, incluindo a Lei n.° 1/2004 (Regime de reconhecimento e perda do estatuto de refugiado), a Lei n.° 2/2007 (Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores) e a Lei n.° 6/2008 (Combate ao crime de tráfico de pessoas).

3. Assuntos de Direito Internacional

1) O artigo 138.° da Lei Básica prevê que "A aplicação à Região Administrativa Especial de Macau dos acordos internacionais em que a República Popular da China é parte, é decidida

pelo Governo Popular Central, conforme as circunstâncias e segundo as necessidades da Região Administrativa Especial de Macau e após ouvir o parecer do Governo da Região Administrativa Especial de Macau." Com base na referida disposição, até finais de Setembro deste ano, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau emitiu parecer jurídico ao Governo Central a respeito da aplicação à Região Administrativa Especial de Macau de 116 tratados internacionais.

2) Nos termos do disposto na Lei n.° 3/1999, são objecto de publicação no Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau os acordos internacionais celebrados com a denominação de "Macau, China", os acordos internacionais aplicáveis na Região Administrativa Especial de Macau, os acordos de assistência judiciária, em regime de reciprocidade, assim como os acordos sobre a isenção recíproca de vistos a celebrar com outros países ou regiões, sob o apoio e a autorização do Governo Popular Central. Neste momento, estão concluídos os procedimentos de publicação de 218 acordos, em conformidade com o disposto na lei.

XI. Acompanhamento das acções do Instituto de Menores e prestação de atenção e carinho no crescimento dos menores

1. Avaliação e acompanhamento do Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores

Implementou-se em Outubro de 2007 o Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores. Com vista à avaliação objectiva da execução das diversas medidas, foram convidadas instituições académicas a efectuarem um estudo de avaliação neste domínio. Os resultados desse estudo concluído em Agosto de 2010 mostraram que as diferentes medidas e o funcionamento básico eram de nível satisfatório; as orientações de execução das medidas eram claras, o circuito de funcionamento adequado e os efeitos muito razoáveis; e os mecanismos de avaliação por categorias relativamente às medidas de imposição de regras de conduta, de acompanhamento educativo e de internamento eram expressamente detalhados e sistemáticos, o que contribuía para produzir um efeito de encorajamento nos jovens em causa. Aquele estudo também indicou que, após o cumprimento das medidas tutelares educativas, os jovens infractores apresentavam mudanças positivas em 8 aspectos, nomeadamente na auto-estima, auto-eficácia, relações familiares, aspirações na vida, técnicas de socialização, tendências desviantes, situação escolar e situação de trabalho, assim como a visão optimista e as mudanças pessoais após o cumprimento das medidas tutelares educativas foram as 2 vertentes que permitiram prever directamente os evidentes efeitos positivos produzidos pela aplicação das medidas nos jovens infractores.

Sintetizando as várias pesquisas, o grupo de estudo entendeu que o referido regime satisfazia as diversas regras relativas à protecção de crianças e jovens estabelecidas pela Organização das Nações Unidas. O regime apresentava opções diversificadas a respeito das medidas, dispondo de 8 medidas ordenadas das mais leves às mais pesadas que formavam um conjunto escalonado de tratamento com diferentes níveis de opções tutelares educativas.

Em 2013 a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça efectuou os trabalhos de acompanhamento subsequentes e verificou que as várias propostas relativas à execução das medidas e ao seu funcionamento, apresentadas no relatório do referido estudo, já tinham sido devidamente acompanhadas pelos serviços competentes e que 8 medidas tinham um funcionamento fluído e a taxa de reincidência nos casos em que se envolvia a aplicação das referidas medidas tinha sido baixa (0-15,15%). Com efeito, tomando como exemplo as medidas mais graves, ou seja, o internamento, segundo as estatísticas de Março de 2014 relativas à taxa de reincidência dos jovens internados após a implementação do Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores que deixaram o Instituto entre 2010 e 2012, verificou-se um total de 65 internados que saíram do Instituto há um ano ou mais, dos quais um internado praticou nova infracção dentro de um ano após a saída do Instituto, sendo a taxa de reincidência de 1,54%, o que revela um nível baixo. No período entre 2006 e 2008, registou-se nas estatísticas um total de 125 internados saídos do Instituto há um ano ou mais, entre os quais 8 praticaram novamente infracção dentro de um ano após a saída do Instituto, traduzindo uma taxa de reincidência de 6,40%. Com a aplicação do novo regime, verificou-se de forma clara uma descida na taxa de reincidência dos jovens internados.

2. Estudo e desenvolvimento de vários grupos de aconselhamento e programas de aconselhamento para a elevação do efeito de aconselhamento da medida de internamento

Em articulação com os resultados do relatório sobre a avaliação do Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores, o Instituto de Menores desenvolveu vários grupos de aconselhamento e programas de aconselhamento, nomeadamente o grupo de treinos sobre técnicas de socialização e resolução de problemas, *workshop* sobre educação sexual, *workshop* sobre auto-afirmação e pensamento positivo, 2 *workshops* sobre crescimento baseado na organização e revisão de experiências, curso sobre a educação moral e diversos cursos educativos sobre conhecimentos gerais. Em simultâneo, o Instituto dedicou-se à concepção de um modelo de orientação e correcção complementares para as jovens internadas, o qual teve em conta o seu estado emocional específico e respectivas necessidades na perspectiva das jovens. Crê-se que os vários programas adicionais associados a um conjunto de grupos de aconselhamento anteriormente existentes no Instituto permitiram incidir eficazmente sobre as necessidades dos internados e atingir os objectivos de correcção, consolidação e desenvolvimento dos mesmos, para além de fortalecer as condições de cada internado para uma reinserção social bem sucedida.

3. Empenho no desenvolvimento de um sistema de orientação e correcção baseado na prova real

O Instituto de Menores concluiu, em 2011, a elaboração do Mapa de avaliação do desenvolvimento de aconselhamento, com vista a efectuar uma avaliação objectiva e científica das mudanças verificadas nos internados, em termos da sua atitude, emoção, forma de raciocínio e capacidade de resolução de problemas. Os resultados da referida avaliação proporcionaram aos assistentes sociais e aos conselheiros psicológicos um conhecimento mais correcto e relevante da situação dos internados, bem como do seu acompanhamento, o que contribuiu para uma atribuição adequada e mais abrangente de apoio de aconselhamento. Para além disso, o Instituto de Menores concluiu em 2013 um estudo de avaliação de 3 dos seus grupos e projectos de aconselhamento, nomeadamente o plano de serviços sociais, o grupo de aconselhamento por empatia, e o grupo de aconselhamento para treinos sobre técnicas de socialização e resolução de problemas.

Através do referido estudo de avaliação, verificou-se que aqueles 3 projectos produziram efeitos comprovadamente positivos nos internados. No relatório realizado foram apresentadas também referências e sugestões sobre a concepção e os detalhes de funcionamento dos mesmos, visando elevar cada vez mais a eficiência na correcção e na orientação em relação às acções de aconselhamento. Para além de desenvolver um sistema de orientação e correcção baseado na prova real para a prestação de um serviço de orientação e correcção mais adequado e eficiente, acredita-se que o estudo associado ao Mapa de avaliação do desenvolvimento de aconselhamento vai permitir o desenvolvimento de um sistema de aconselhamento psicológico mais completo que possa abranger as 3 vertentes, nomeadamente a apreciação, o tratamento e a avaliação do progresso, o que permitirá um aconselhamento mais integral e específico para os internados.

4. Criação de condições e prestação de apoio aos reabilitados na sua reintegração social

A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça criou em 2011 o grupo de apoio aos reclusos libertados que se dedica à prestação de diversos serviços de apoio, nomeadamente consultas telefónicas, assistência na vida e aconselhamento psicológico. Em resposta às necessidades dos reabilitados na sua transição à vida normal, procedeu-se em 2012 ao aperfeiçoamento das instalações de residência temporária e, após a mudança para as novas instalações residenciais, foram disponibilizados mais lugares de alojamento e serviços mais completos aos reabilitados.

O factor de empregabilidade é fundamental para a reintegração social dos reclusos libertados. Ao longo dos anos, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça tem envidado esforços para prestar todo o apoio necessário aos reclusos libertados na procura de emprego, no sentido de providenciar, para além de cursos de formação profissional, um serviço especial denominado "plano de emprego para os reclusos libertados" que se destina

a arranjar-lhes um posto de trabalho, colaborando-se com várias pequenas e médias empresas de Macau. Também cooperou, em 2012, com o Estabelecimento Prisional de Macau e diversos estabelecimentos comerciais na criação de um plano de emprego para os reclusos antes da sua libertação, que permite aos empregadores organizar sessões de recrutamento no próprio estabelecimento prisional. Desde o início da prestação do serviço de emprego, constatou-se um total de 480 participantes, dos quais 227 conseguiram uma oportunidade de emprego.

Com vista à execução eficaz da Lei de proibição da produção, do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça criou um mecanismo de acção interdepartamental, instituindo o plano de desintoxicação para eliminação do consumo de drogas por isolamento comunitário de curto prazo, com o objectivo de atrair um maior número de toxicodependentes que se encontrem na situação de suspensão da execução da pena aplicada para participarem voluntariamente nesse plano e libertarem-se do vício da droga. Em 2014 foi efectuado também um estudo de avaliação das acções relativas à eliminação do consumo de drogas realizadas nos últimos 5 anos, definindo os respectivos planos de aperfeiçoamento.

Uma das acções mais importantes no domínio da reinserção social consiste no recurso à divulgação comunitária para alertar a sociedade civil para a necessidade de prestar uma maior atenção e acolhimento aos reclusos. Assim sendo, efectuou-se a divulgação das acções de reabilitação locais junto da população em geral, através de meios diversificados como, por exemplo, a rádio e os bazares comunitários, apelando aos diversos sectores sociais para acolher em conjunto e dar o apoio aos reabilitados, prestando-lhes auxílio para se reintegrarem na sociedade e regressarem à vida normal. Em simultâneo, foi organizado o movimento de voluntariado que promove a participação dos reabilitados nos serviços de voluntariado, com vista a permitir-lhes retribuir à sociedade e adquirir o sentido dos valores correctos na vida.

XII. Aprofundamento do desenvolvimento da educação cívica e elevação da consciência cívica da população

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais tem envidado esforços para criar um ambiente comunitário harmonioso e coeso, persistir de forma contínua na promoção e divulgação da educação cívica, fortalecer o impulso das acções de cooperação entre as diversas comunidades, integrar-se nas diferentes camadas sociais através da intervenção dos bairros comunitários, associações, escolas, instituições, associações de moradores e organizações e incutir nelas as informações correctas e uma maior consciência cívica, com o objectivo de elevar eficazmente as qualidades sociais e cívicas em geral.

A educação cívica permite melhorar cada vez mais as qualidades cívicas em Macau, bem como a construção de uma cidade harmoniosa, saudável, salubre e embelezada. Assim, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais também tem reforçado a divulgação das

acções pedagógicas nesta matéria junto dos turistas e trabalhadores não-residentes, no sentido de prestar o apoio necessário aos estrangeiros para conhecerem e respeitarem a legislação e os usos e costumes de Macau, contribuindo para o aumento do sentimento de pertença. Nos últimos 5 anos, foram desenvolvidas as acções de educação cívica subordinadas a diferentes temas, nomeadamente a protecção do panda gigante e dos animais em vias de extinção, a segurança alimentar, a construção de bairros comunitários harmoniosos – cuidados com a higiene ambiental e coesão entre as comunidades, a construção de uma sociedade harmoniosa – atenção à moralidade cívica e ao respeito pela lei e pelos outros, a construção de uma sociedade harmoniosa – respeito mútuo e ajuda entre vizinhos, tendo contado com a participação de mais de 550 000 pessoas.

Em 2011 o Quiosque de Educação Cívica abriu ao público, tornando-se num local destinado à educação cívica na zona sul da cidade de Macau que foi frequentado por mais de 56 000 pessoas desde a sua entrada em funcionamento. Em 2012 concluiu-se a mudança e ampliação do Centro de Recursos de Educação Cívica, assim como se organizaram de forma contínua actividades complementares, tendo-se registado sua utilização por cerca de 230 000 pessoas.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais realizou 3 inquéritos de estudo sobre a educação cívica, respectivamente em 2010, 2012 e 2014, para se inteirar da consciência cívica dos residentes de Macau e dos turistas, que serviram como referências na definição da política de educação cívica e sugeriram propostas para acções de optimização. Também se criaram, em 2012, plataformas de diálogo sobre a educação cívica entre o Governo e as associações populares, através da organização do Chá de convívio sobre a educação cívica que permitiu reunir os serviços públicos locais, as instituições educativas, as associações de encarregados de educação, os órgãos de comunicação social de Macau e as associações de serviço social, recolher as experiências e a força colectiva, e coordenar o impulso das acções de educação cívica em Macau. Até ao presente momento, foram organizadas 3 sessões do Chá de convívio sobre a educação cívica, 2 actividades de divulgação de grande escala e 1 visita de intercâmbio.

A Brigada de Voluntários do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, que conta com 130 membros, tem continuado a realizar acções de solidariedade dirigidas aos bairros comunitários, tendo oferecido, até Setembro de 2014, serviços de reparação domiciliária que contabilizaram 116 casos. Para além disso, o grupo de voluntários "Família de Bons Cidadãos", estabelecido há mais de 10 anos e composto por mais de 140 cidadãos, tem como objectivo incentivar a população a participar nos serviços de voluntariado e nas acções de educação cívica, bem como apoiar o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais na promoção da educação cívica comunitária, tendo participado 247 vezes em actividades e serviços de voluntariado.

Com vista a uma maior promoção do espírito da boa vizinhança, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais tem procedido à realização de actividades de divulgação diversificadas nos bairros comunitários, nomeadamente a actividade denominada "A vizinhança" que consiste numa visita mensal a prédios particulares para divulgar

directamente aos moradores informações sobre a ajuda entre vizinhos. Em simultâneo, através do contacto com as associações e as assembleias de condomínio, o Instituto tem apoiado na organização de várias actividades de convívio, culturais e desportivas viradas para os moradores dos prédios, as quais contribuíram para o fortalecimento do conhecimento recíproco e do diálogo entre os proprietários dos prédios, criando um ambiente habitacional amigável e cooperante. Além disso, os colóquios comunitários também permitiram incentivar os moradores dos respectivos bairros comunitários a participar de forma activa na apresentação de opiniões e sugestões relativas às acções e serviços municipais.

XIII. Articulação com o posicionamento da Região Administrativa Especial de Macau na edificação do centro mundial de turismo e lazer e persistência na optimização das construções urbanas e do ambiente

1. Articulação com o posicionamento da cidade de turismo e desenvolvimento das obras de embelezamento dos espaços urbanos

Em resposta ao desenvolvimento do turismo de Macau, efectuaram-se as obras de embelezamento dos espaços que interligam os monumentos classificados como Património Mundial nos arruamentos dos bairros antigos e, através deste sistema de arruamentos, estabeleceu-se a ligação entre os pontos turísticos do Centro Histórico de Macau para elevar o valor paisagístico dos bairros antigos. Desenvolveram-se em 2010 as obras de embelezamento dos passeios que ligam a Rua de S. Lourenço ao Largo de Santo Agostinho; e, em articulação com as obras de embelezamento do Largo de Camões, procedeu-se em 2013 ao alargamento e à repavimentação dos passeios junto da Igreja de Santo António, para que fosse possível fazer a conexão com os locais que integram a lista da UNESCO e conduzir os turistas nos seus passeios a pé ao longo do percurso paisagístico do Centro Histórico de Macau.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais efectuou de forma dinâmica o melhoramento dos equipamentos turísticos complementares, nomeadamente o quiosque de informações do Guia da Cidade, as placas indicadoras dos pontos turísticos e as estruturas com iluminação para mapas turísticos, assim como lançou de forma oportuna os programas de aplicação para telemóvel "Passeio pela natureza de Macau" e "Uma passeata pelas ruas de Macau", para os cidadãos e os turistas poderem obter as informações locais e turísticas da cidade recorrendo a equipamentos portáteis de acesso à *internet* mais convenientes, com vista a elevar a atracção cultural e turística de Macau.

Deu-se início, desde 2010, ao desenvolvimento dinâmico de projectos diversificados de enverdecimento tridimensional. Numa fase preliminar, efectuou-se a título experimental

a plantação de trepadeiras em algumas cercas dos espaços públicos e nos pilares das passagens para peões, procedendo-se subsequentemente ao enverdecimento tridimensional de demais lugares. Persistiu-se também em decorar em tons de verde as diversas zonas da cidade de Macau, nomeadamente através da colocação de vasos com flores na Avenida de Almeida de Ribeiro e a implantação de suportes de metal para cultivo de plantas num dos lados da Estrada de Coelho do Amaral, junto à Escola do Sagrado Coração de Jesus, com base nos resultados positivos alcançados e na adopção progressiva de novos modelos experimentais.

Em conciliação com o crescimento gradual do número de turistas em Macau, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais tem realizado várias obras de melhoramento e aumento das instalações sanitárias públicas, promovendo a obtenção da certificação de qualidade ISO14001 para sistemas de gestão ambiental. Em relação às instalações sanitárias públicas que precisavam de ser renovadas e remodeladas, pretendeu-se corresponder ao conceito de protecção ambiental no que se refere à concepção, aos equipamentos utilizados, à gestão e às medidas de prestação de serviço.

Com vista à preservação do ambiente natural, os serviços competentes adoptaram vários métodos, nomeadamente o melhoramento florestal por parcelas, a transferência de terrenos para a conservação dos mangais, bem como a restauração artificial das terras húmidas de água doce, para melhorar em grande escala a situação dos solos de pobre qualidade nas florestas de Macau, restaurar com sucesso os mangais conservando as espécies nativas, e proporcionar bons *habitats* às aves migratórias e aves residentes, sendo certo que, em 2013, Macau foi seleccionada como uma das 10 terras húmidas mais encantadoras da China, devido ao sucesso alcançado na recuperação ecológica das zonas húmidas locais e na conservação das suas espécies nativas.

Para assinalar o 10.° aniversário do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, o Governo Popular Central decidiu oferecer um par de pandas gigantes a Macau. Situado no Parque de Seac Pai Van, em Coloane, e ocupando uma área de cerca de 3 000 m^2, o Pavilhão do Panda Gigante é formado por um espaço de actividade interior, uma área de logística e um espaço de actividade ao ar livre para os pandas. A obra completa está construída numa encosta e disposta em forma de leque, tendo sido projectada para tirar o máximo proveito do relevo e das características naturais do terreno, criando-se assim um ambiente com recursos naturais, como as montanhas e a água, adequados às actividades dos pandas gigantes. Assim, no dia 18 de Dezembro de 2010, o par de pandas *Hoi Hoi* e *Sam Sam* chegaram a Macau de avião, viajando desde a cidade de Chengdu. De seguida foram acolhidos imediatamente no Pavilhão do Panda Gigante do Parque de Seac Pai Van, para que pudessem passar por um período de quarentena de 1 mês. Em Janeiro de 2011, o Pavilhão do Panda Gigante foi aberto ao público e os pandas gigantes começaram a ser muito apreciados pelos cidadãos de Macau.

Desde a chegada dos pandas gigantes a Macau em Dezembro de 2010, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais tem continuado a convidar, à razão de 1 grupo por cada meio ano, especialistas da Base de Pesquisa e Procriação de Panda Gigante de Chengdu para

virem a Macau fiscalizar os trabalhos desenvolvidos no tratamento dos pandas gigantes. O modelo de funcionamento interno do Pavilhão e o nível técnico do pessoal têm merecido o reconhecimento dos próprios especialistas. No entanto, o panda gigante *Sam Sam* morreu após tentativa frustrada de socorro no dia 22 de Junho de 2014, devido a um problema de insuficiência renal. Com vista à divulgação e elevação da consciência da população pela protecção e conservação dos animais selvagens, o cadáver do panda gigante *Sam Sam* será conservado como espécime para efeitos de investigação científica e promoção e educação científica na vertente de protecção dos pandas gigantes em Macau. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais também tem executado de forma rigorosa as acções neste âmbito, bem como mantido um contacto estreito com os especialistas e académicos do Interior da China, de maneira a permitir a continuação do crescimento saudável do panda gigante *Hoi Hoi*. Para além disso, tendo em consideração a necessidade de procriação dos pandas gigantes, será efectuado de forma activa o pedido ao Governo Central de oferta de uma fêmea de panda gigante a Macau.

2. Optimização da construção urbana e melhoramento da qualidade ambiental

Com vista à optimização da rede de canalizações em Macau, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais desenvolveu ao longo de vários anos as obras de remodelação do sistema de drenagem em diversas zonas, persistiu no melhoramento dos ramais de esgotos subterrâneos para águas pluviais e residuais em Macau, efectuou a substituição dos esgotos subterrâneos por outros tipos de maior diâmetro, e aperfeiçoou o sistema público de drenagem das águas residuais, em articulação com as necessidades de desenvolvimento urbano. No tocante à prevenção de inundações, concluiu-se a construção da comporta de escoamento para impedir o refluxo das águas das cheias no Porto Interior, na Ribeira do Patane e no Porto Exterior e, assim, corrigir o problema das inundações. Realizou-se a substituição das canalizações com capacidade insuficiente para a drenagem de águas pluviais, aumentando deste modo a capacidade de escoamento das águas de inundação. Para além disso, após a entrada em funcionamento da estação elevatória das águas pluviais no Pai Kok da Taipa, em 2013, tem sido fortalecida a capacidade de drenagem das águas pluviais na época das tempestades. Com o desenvolvimento urbano e a conclusão da edificação das zonas novas da cidade, verificou-se também um aumento acentuado do número de semidouros, pelo que se iniciou em 2013 a adjudicação das obras relativas à limpeza dos semidouros, visando o aumento da eficiência na limpeza dos mesmos.

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais tem prosseguido com a optimização e melhoramento dos equipamentos nos mercados municipais de Macau, os quais começaram a ser sucessivamente utilizados entrando em funcionamento durante o mandato do terceiro Governo. Em 2012 iniciou-se por fases a remodelação das tendinhas do Mercado de S. Domingos com vista ao aperfeiçoamento do seu ambiente de negócios. Em articulação com a reconstrução do Mercado da Ribeira do Patane, o Mercado Provisório da Ribeira do Patane entrou em funcionamento em 2013, de maneira a permitir aos vendedores e aos cidadãos a

continuidade dos negócios e das compras no período de reconstrução. Ao mesmo tempo, instalaram-se elevadores no mercado de Iao Hon e melhoraram-se os equipamentos de ar condicionado e de ventilação em diversos mercados. Para dar resposta às necessidades da conclusão do Edifício Lago na Taipa e das urbanizações de habitação pública em Seac Pai Van, foram instalados centros de compras na zona para facilitar a vida aos cidadãos na aquisição de produtos.

Em relação ao aperfeiçoamento das zonas urbanas para vendilhões, concluíram-se nos últimos 5 anos as obras de remodelação da Zona de Vendilhões no Mercado de S. Domingos, da Zona de Vendilhões de Roupas no Mercado de Iao Hon, da Zona de Vendilhões do Mercado Municipal da Horta e Mitra; e efectuaram-se as obras de reparação no Jardim Pequenito do Mercado Vermelho, das bancas de vendilhões do Mercado de Fai Chi Kei, das bancas de vendilhões na Rua Sul do Mercado de S. Domingos, entre outros. Com vista ao embelezamento e desenvolvimento do ambiente na Zona de Iao Hon, o novo Edifício de Vendilhões do Mercado de Iao Hon entrou em funcionamento em 2012, dispondo de equipamentos adequados aos vendilhões, um centro de comidas e um centro comunitário de actividades, para além de outras facilidades do complexo comunitário como o auditório com sistemas audiovisuais, a sala de leitura e a sala recreativa.

Em conciliação com a concretização dos arranjos relativos ao Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, será efectuada a mudança das instalações do antigo Mercado Abastecedor para a zona de Macau do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau. No novo Mercado Abastecedor será optimizado o modelo de gestão para assegurar o fornecimento de géneros alimentícios vivos e frescos para Macau. Nesta fase, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais já concluiu a emissão de parecer e a elaboração do caderno de concepção relativamente à construção do novo Mercado Abastecedor, sendo que os serviços da área das obras públicas prevêem a construção do novo Mercado Abastecedor no corrente ano de 2014.

Com o objectivo de elevar o nível de salubridade ambiental em Macau, persistiu-se na procura de lugares adequados para a instalação de contentores de compressão de lixo e depósitos de lixo fechados, em substituição dos contentores de lixo nas vias públicas. Desde 2010 até finais de Setembro deste ano, foram instalados 33 desses contentores de compressão e 19 depósitos de lixo, reduzindo assim o número de contentores de lixo nas ruas de Macau de mais de 590 para menos de 300. Com vista à intensificação da limpeza da cidade, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais continuou a efectuar, em estreita colaboração com os Serviços de Saúde, as acções de limpeza dos "pontos negros" de insalubridade nas diversas zonas da cidade de Macau (nomeadamente nos terrenos baldios, prédios desocupados, pódios e pátios dos edifícios, entre outros). Entre o ano 2010 e Setembro de 2014, foram concluídas as acções de limpeza de 953 pontos negros de salubridade e recolheu-se um total de 1 345,7 toneladas de lixo.

Envidaram-se esforços para promover a redução da produção de resíduos na origem, prosseguiu-se com a ampliação das diversas acções de recolha selectiva dos recursos e do lixo, bem como com o aumento dos pontos de reciclagem pública, alargando-os às escolas,

organismos, edifícios habitacionais e bairros comunitários, sendo que os pontos de recolha em locais públicos aumentaram para 300 até finais de Setembro deste ano. Para além disso, iniciou-se o plano de recolha de resíduos alimentares nos mercados, escolas e bairros comunitários, assim como se aumentaram 50 locais para a recolha de garrafas de vidro.

Foram disponibilizados espaços de lazer mais bonitos e agradáveis. O terceiro Governo da Região Administrativa Especial de Macau concluiu, desde 2010 até ao presente, as acções de optimização do parque de diversões infantil instalado no Jardim Cidade das Flores, no Jardim da Praia de Hác-Sá e no Jardim de Iao Hon. Também se construiu uma ciclovia e foram criadas zonas de lazer junto da Estrada Dique Oeste e da Avenida dos Jogos da Ásia Oriental na Taipa, para proporcionar aos cidadãos um espaço para a prática de ciclismo, corrida, pesca e outras actividades desportivas. Para além disso, entre 2012 e 2014, foram concluídas várias acções de optimização das zonas de lazer, entre as quais a formação de um espaço contíguo através da ligação da via pedonal à via pública em frente do Largo de Camões, instalando ali uma cobertura e assentos, de maneira a que os cidadãos disponham de um espaço mais alargado e confortável para a organização de actividades de lazer e comunitárias. Por outro lado, construiu-se um dique em cimento armado para efeitos de protecção na Praia de Hác-Sá, e efectuou-se a optimização ambiental na base desse dique, criando assim as condições para a construção de um miradouro e passeio para peões, bem como a constituição de um ambiente de lazer com uma vista deslumbrante ao longo da marginal. Em simultâneo, foram optimizadas e enriquecidas as instalações e o ambiente no Parque de Seac Pai Van, nomeadamente através da construção do Pavilhão do Panda Gigante, da zona do *habitat* de flamingos, da zona de avestruzes, do pavilhão dos macacos e do pavilhão do panda pequeno, o que permitiu criar um ambiente mais aprazível e aperfeiçoado para os visitantes.

Também foi alargado o fornecimento de equipamentos para a deposição de cinzas e ossadas em Macau. Construiu-se em 2012 um edifício crematório que se destina à redução de ossadas a cinzas. Assim, a diminuição do uso de ossários de dimensões comparativamente maiores vai permitir no futuro a modificação das urnas com ossários para um maior número de urnas de depósitos de cinzas. Para além disso, em 2013, tirou-se proveito do espaço reservado no Cemitério de Mong-Há para a construção de um novo edifício de serviços de apoio, tendo-se procedido à transformação do seu antigo edifício num edifício para a deposição de ossadas e cinzas, visando deste modo alargar o fornecimento desses equipamentos.

XIV. Aumento dos equipamentos culturais e desportivos e enriquecimento da vida cultural e recreativa dos residentes

O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais empenhou-se na disponibilização de espaços de actividades de lazer com coberturas mais agradáveis aos cidadãos. Entre 2010 e 2014, foram instalados o Centro de Actividades S. Lourenço, o Centro de Actividades da

Rotunda de Carlos da Maia e o Centro de Actividades de Fai Chi Kei. Em conjunto com os demais centros de actividades que já tinham entrado em funcionamento, existem actualmente 6 centros de actividades destinados à prestação de serviços aos cidadãos nas diversas localidades. Deste modo, entre 2010 e 2013, foram nestes centros prestados serviços de atendimento por mais de 3,08 milhões de vezes.

Nos últimos 5 anos, foi efectuada a construção de uma diversidade de equipamentos culturais, nomeadamente a Biblioteca Comunitária de S. Lourenço, a Biblioteca Infantil Wong Ieng Kuan no Jardim da Areia Preta, a Galeria Comemorativa da Lei Básica, entre outros, assim como promoveu o hábito de leitura e a educação ideológica sobre o amor à Pátria. No que toca aos equipamentos desportivos, pode referir-se a Zona de Lazer da Marginal da Taipa, a Zona de Lazer da Marginal da Barra e a Piscina do Parque Central da Taipa, que permitiram aos cidadãos efectuar uma melhor prática de exercícios físicos e organizar actividades desportivas. Através de um conjunto de equipamentos e espaços culturais e desportivos nos diferentes bairros, foi possível proporcionar aos residentes actividades culturais e desportivas mais diversificadas e multifacetadas, contribuindo assim para um maior equilíbrio no desenvolvimento da saúde física e mental.

No âmbito das actividades culturais, o Museu de Arte de Macau tem desempenhado um importante papel de ponte para o intercâmbio nacional e estrangeiro, mediante a organização de exposições e actividades que mostraram aos residentes locais e aos turistas os aspectos culturais do Oriente e do Ocidente, promovendo o intercâmbio e a cooperação e elevando também o nível de apreciação artística local, nomeadamente através das exposições artísticas anualmente realizadas em colaboração com o Palácio Imperial de Pequim e com entidades francesas, as quais se tornaram programas culturais com relevância para atrair quer os turistas de diversos países, quer o público local. As exposições de caligrafia e pintura de Macau, o Festival de *Fringe*, o Concerto ao Anoitecer, a Festa da Lusofonia e a Feira de Arte são as actividades culturais emblemáticas organizadas há vários anos pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, assim como a vasta gama de actividades típicas da Festa da Primavera e da Festa do Bolo Lunar, que são do enorme agrado de diferentes camadas do público-alvo, que também cresceu e se alargou em função do aumento da envergadura e da variedade dessas actividades.

Sendo um palco de espectáculos internacionais, o Centro Cultural de Macau tem sido um pólo de atracção para a organização de programas de grande diversidade e de elevada qualidade. Assim, desenvolveram-se actividades de generalização das actuações artísticas, envidaram-se esforços na diversificação do público, e impulsionaram-se de forma contínua a exibição e o intercâmbio de manifestações artísticas locais e estrangeiras, fortalecendo cada vez mais o seu papel como plataforma de intercâmbio cultural e alargando também a visão cultural dos espectadores locais.

Com vista à elevação do nível cultural de Macau, recorreu-se ao Museu das Ofertas sobre a Transferência de Soberania de Macau, à Galeria Comemorativa da Lei Básica, às bibliotecas, ao Museu da História da Taipa e Coloane e à Casa Cultural de Chá, para promover a ideologia sobre o amor à Pátria, a cultura tradicional chinesa, o legado e o

cultivo da história local, entre outros, consubstanciando-se assim o espírito e a vida das pessoas. Para além disso, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais tem organizado todos os anos um leque de cursos para satisfazer as áreas de interesse cultural e desportivo, bem como cursos de treinos e cursos de formação cultural e artística, quer para enriquecer os tempos livres dos residentes quer para melhorar a qualidade de vida.

XV. Alargamento progressivo da utilização dos documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau e do Bilhete de Identidade de Residente do tipo "cartão inteligente" e aperfeiçoamento contínuo das suas funções

1. Documentos de viagem da Região Administrativa Especial de Macau

Com o apoio sólido do Governo Popular Central e a colaboração activa do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Região Administrativa Especial de Macau, foram desenvolvidos grandes esforços para divulgar o passaporte da Região Administrativa Especial de Macau, bem como para procurar que os governos dos diferentes países do mundo concedam a facilidade de isenção de visto aos portadores do passaporte emitido pela Região Administrativa Especial de Macau.

Até finais de Setembro de 2014, um total de 112 países e regiões concordaram em conceder a facilidade de isenção de visto ou concessão de visto à chegada ao passaporte da Região Administrativa Especial de Macau, entre os quais 77 países e 18 regiões concederam a isenção de visto e outros 17 a concessão do visto à chegada. Em simultâneo, existe um total de 10 países e regiões que concordaram em conceder a facilidade de isenção de visto ou concessão de visto à chegada ao título de viagem da Região Administrativa Especial de Macau.

No dia 1 de Setembro de 2009, a Direcção dos Serviços de Identificação procedeu à emissão do primeiro documento de viagem electrónico da Região Administrativa Especial de Macau, o qual dispõe de medidas mais seguras e eficazes que impedem a sua falsificação, para facilitar a vida dos cidadãos nas suas deslocações ao estrangeiro. Até finais de Setembro de 2014, existiam 246 750 titulares do documento de viagem electrónico da Região Administrativa Especial de Macau.

2. Promoção dos conhecimentos sobre a protecção consular e os serviços consulares

Em estreita comunicação com o Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Região Administrativa Especial de Macau, a Direcção dos Serviços de Identificação

tem efectuado da melhor forma as acções relativas à protecção consular e aos serviços consulares, nomeadamente mediante a realização de colóquios para esclarecimento do conteúdo da protecção consular e dos serviços consulares, bem como a divulgação da educação cívica em matéria de nacionalidade chinesa junto dos estudantes, com vista a reforçar os conhecimentos dos residentes relativamente à Lei da Nacionalidade e, bem assim, aprofundar e cultivar o reconhecimento do estatuto de cidadão nacional aos residentes. No que respeita à divulgação, a Direcção dos Serviços de Identificação recorreu a diferentes meios para realizar as acções neste âmbito, entre os quais através da televisão, rádio, jornais e *internet*, assim como envidou esforços para editar uma publicação especial para divulgação de acções sobre a protecção consular e os serviços consulares.

A Direcção dos Serviços de Identificação deu início, em 2010, à cooperação com as companhias de telecomunicações de Macau, no sentido de proporcionar o envio de mensagens curtas SMS com informações de contacto relativas às embaixadas e aos consulados no exterior, verificando-se actualmente mais de 100 países com acesso à cobertura desse serviço.

3. Medidas de facilidade na entrada e saída de Hong Kong e Macau

Com os esforços desenvolvidos ao longo de vários anos, no dia 24 de Novembro de 2009, os Governos de ambas as Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e de Macau chegaram a consenso relativamente às facilidades de entrada e saída a conceder aos respectivos residentes, e assinaram o Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China relativo à entrada e saída mediante a exibição do bilhete de identidade de residente permanente e à dispensa mútua do preenchimento do boletim de entrada, o que permite uma maior facilidade na passagem das fronteiras para os residentes. Nesta base, as facilidades de entrada e saída de Hong Kong e Macau foram implementadas no dia 10 de Dezembro de 2009 pelo que os residentes permanentes de Macau que satisfaçam os requisitos podem munir-se do Bilhete de Identidade de Residente Permanente da Região Administrativa Especial de Macau do tipo "cartão inteligente" válido para sair e entrar de Hong Kong, com o estatuto visitante, sem necessidade de apresentar outro documento de viagem ou preencher o boletim de entrada e saída. Em simultâneo, os titulares do Bilhete de Identidade de Residente Permanente da Região Administrativa Especial de Macau, que tenham completado 11 anos de idade e que satisfaçam os requisitos, através de registo prévio por vontade própria, aquando da entrada e saída de Hong Kong, podem utilizar as passagens automáticas *(e-Channels)*.

Em articulação com a utilização do sistema de passagens automáticas de Hong Kong, a Direcção dos Serviços de Identificação disponibilizou os quiosques de auto-atendimento para efeito de registo prévio por vontade própria. Até finais de Setembro de 2014, um total de 179 324 pessoas efectuaram o seu registo através dos quiosques de auto-atendimento.

4. Estudo e lançamento do Bilhete de Identidade de Residente com *chip* sem contacto

A Direcção dos Serviços de Identificação começou, desde 1999, o estudo sobre a viabilidade de emissão do bilhete de identidade do tipo "cartão inteligente", e procedeu, a partir do dia 4 de Dezembro de 2002, ao início da emissão do Bilhete de Identidade de Residente do tipo "cartão inteligente", de acordo com a ordem de numeração, junto de todos os residentes de Macau.

No final de mais de 10 anos, verificou-se um grande avanço das técnicas relativas ao bilhete de identidade do tipo "cartão inteligente", pelo que a Direcção dos Serviços de Identificação concluiu em 2012 as obras para o *upgrading* do sistema de produção do bilhete de identidade, tendo-se iniciado, no dia 31 de Outubro de 2013, a emissão do Bilhete de Identidade de Residente com *chip* sem contacto. Até finais de Setembro de 2014, existiam 115 512 titulares do Bilhete de Identidade de Residente Permanente com chip sem contacto e 16 183 titulares do Bilhete de Identidade de Residente Não Permanente com *chip* sem contacto.

Em virtude de a maioria dos bilhetes de identidade dos residentes de Macau terem um período de validade de 5 ou 10 anos, o período compreendido entre 2014 e 2017 será a época alta para a renovação dos documentos de identificação dos residentes. Deste modo, a Direcção dos Serviços de Identificação prevê que o número de residentes a precisar de tratar da renovação dos seus bilhetes de identidade caducados será de cerca de 87 000, com um aumento de 19 000 pessoas em comparação com o ano 2013. Para além disso, será providenciado o tratamento de novos pedidos ou pedidos de substituição dos documentos de identificação por motivo de perda ou de alteração das informações.

CONCLUSÃO

Tanto a reforma da Administração Pública como a reforma do ordenamento jurídico constituem um processo contínuo de busca de soluções possíveis e de aperfeiçoamento. A Secretaria para a Administração e Justiça tem procurado retirar ensinamentos das experiências das acções desenvolvidas no passado, lutando sem desfalecimento para vencer as dificuldades. Continuámos a aperfeiçoar as acções no âmbito da construção do sistema, consolidando as bases necessárias para o aprofundamento das reformas. No entanto, o desenvolvimento rápido de diferentes conjunturas sociais resultou em novos problemas e conflitos, aumentando as dificuldades em encontrar uma solução. Esta é a realidade objectiva que temos que enfrentar, constituindo também a força motriz que nos motiva a aperfeiçoar as nossas acções e elevar a qualidade dos serviços prestados.

Nos últimos 5 anos, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau e o corpo de funcionários públicos têm investido todas as suas energias para servir Macau, conquistando o apoio sólido da Assembleia Legislativa e da população em geral. Acreditamos que, com base nos frutos do trabalho desenvolvido, o Governo irá continuar a assumir o desígnio ditado pela História e acolher de forma abrangente as opiniões dos cidadãos, guiado pelo espírito de inovação e caminhando lado a lado com toda a população de Macau rumo à construção de uma sociedade harmoniosa em que todos podemos usufruir em conjunto dos frutos do progresso.

Área da Economia e Finanças

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 83

PRIMEIRA PARTE
PONTO DE SITUAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA DO ANO DE 2014 84

1. Manutenção do desenvolvimento estável da economia 84
2. Promoção da diversificação adequada da economia 85
3. Reforço do apoio às pequenas e médias empresas (PMEs) 90
4. Elevação das qualificações dos recursos humanos 94
5. Aprofundamento da cooperação económica regional 96
6. Optimização da monitorização do sector do jogo 104
7. Manutenção da ordem e estabilidade do sector financeiro 106
8. Aperfeiçoamento do sistema de administração financeira e fiscal 107
9. Concretização das medidas para a melhoria das condições de vida da população 107
10. Desenvolvimento ordenado de outros trabalhos 112

SEGUNDA PARTE
RETROSPECTIVA SOBRE AS ACÇÕES GOVERNATIVAS DESENVOLVIDAS NA ÁREA DA ECONOMIA E FINANÇAS AO LONGO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (2010-2014) 113

1. Aperfeiçoamento das medidas de apoio e prestação de assistência a PMEs no desenvolvimento das suas actividades 114
2. Reforço das acções para incubação da indústria de convenções e exposições, promovendo o seu desenvolvimento 117
3. Fortalecimento da fiscalização do sector de jogo e promoção do seu desenvolvimento sustentável e ordenado 120
4. Participação no desenvolvimento da Ilha de Hengqin e aprofundamento da cooperação económica com o exterior 122
5. Criação da reserva financeira e aperfeiçoamento do regime de administração financeira e fiscal 126
6. Aperfeiçoamento da supervisão financeira e combate às actividades de branqueamento de capitais 128

7. Manutenção do pleno emprego e promoção da ascensão profissional dos residentes 130
8. Reforço da formação profissional e elevação das qualificações dos recursos humanos 133
9. Concretização das medidas de compartilha e melhoramento efectivo das condições de vida da população 134
10. Elevação da eficiência na arbitragem e reforço da defesa dos direitos e interesses dos consumidores 135
11. Aperfeiçoamento do sistema estatístico e optimização do serviço de consulta de informação 136

CONCLUSÃO 138

INTRODUÇÃO

Ao longo de 2014, a recuperação da economia mundial tem vindo a ser lenta, registando um baixo crescimento do comércio mundial, com melhorias na conjuntura económica dos países mais desenvolvidos, embora em dificuldades no respectivo processo de recuperação. Por outro lado, o crescimento económico das economias emergentes abrandou, verificando ainda a persistência de indícios de complexidade e volatilidade no contexto económico e financeiro internacional. Nestas circunstâncias, o nível de desenvolvimento da economia da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) tem mantido basicamente estável no primeiro semestre do corrente ano. Assim, no mesmo período do tempo, o Produto Interno Bruto (PIB) da RAEM registou um crescimento real e homólogo de 10,2%, nível próximo ao apurado no ano transacto, tendo os aumentos nos 1.º e 2.º trimestres sido cifrados em 12,4% e 8,1%, respectivamente. Contudo, a partir do 3.º trimestre, o crescimento económico começou a declinar, indiciando o início da entrada numa fase de ajustamento e consolidação da economia local. As finanças públicas do território têm vindo a manter-se em situação de *superavit*, com mercado financeiro em estado saudável e estável. Graças ao comportamento satisfatório registado no mercado de emprego, as taxas de desemprego e de subemprego situaram-se, entre Junho e Agosto, nos 1,7% e 0,3%, respectivamente, menos 0,2 e 0,3 pontos percentuais em comparação com os valores observados no idêntico período do ano anterior.

Trabalhos prioritários desenvolvidos durante o corrente ano: Manutenção do desenvolvimento estável da economia; promoção da diversificação adequada da economia; reforço do apoio às pequenas e médias empresas (PMEs); elevação da qualificação dos recursos humanos; aprofundamento da cooperação económica regional; aperfeiçoamento efectivo da monitorização do sector de jogo; manutenção da ordem e estabilidade do sector financeiro; melhoramento da administração das finanças públicas; concretização das medidas visadas à partilha dos frutos provenientes do desenvolvimento económico, para além da realização progressiva de outras actividades previamente definidas. Em termos globais, todos os trabalhos traçados para as diversas áreas desta tutela foram, basicamente, realizados e concretizados de acordo com os definidos nas Linhas de Acção Governativa.

No decurso dos últimos cinco anos, as acções desencadeadas no âmbito da economia e finanças têm alcançado um resultado satisfatório, com empenho focado na promoção do desenvolvimento estável e saudável da economia, fomento da diversificação adequada da indústria local, prestação de apoio ao desenvolvimento das PMEs, melhoramento da situação do emprego da população, elevação da qualificação dos recursos humanos, reforço e aperfeiçoamento da monitorização do sector de jogo, aprofundamento da cooperação económica com o exterior, promoção da administração efectiva das finanças públicas, reforço da supervisão e controlo do mercado financeiro, protecção dos direitos e interesses dos consumidores, aperfeiçoamento do sistema estatístico, etc. Globalmente falando, ao longo dos cinco anos findos, a economia da RAEM tem mantido em crescimento sustentável, com progressão gradual no processo da diversificação adequada da economia, a par do avanço alcançado no âmbito da cooperação regional. Registados ainda saldos positivos nas finanças públicas durante vários anos e mantidos a estabilidade e salubridade do sector financeiro e o baixo nível da taxa de desemprego, o que indicia uma boa tendência do desenvolvimento económico local.

PRIMEIRA PARTE

PONTO DE SITUAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA DO ANO DE 2014

1. Manutenção do desenvolvimento estável da economia

No decurso deste ano, a economia da RAEM tem praticamente mantido uma tendência de crescimento estável. No primeiro semestre p.p., o PIB local cresceu 10,2%, em termos reais, face ao idêntico período de 2013, com aumento de 12,4% no 1.º trimestre passando para 8,1% no 2.º trimestre, devido principalmente ao abrandamento das exportações de serviços do jogo. Nos primeiros 6 meses do ano, o crescimento económico foi impulsionado essencialmente pelos aumentos da exportação de serviços, da despesa de consumo privado e do investimento, com crescimentos de 5,9% na despesa de consumo privado, de 6,3% nas exportações de serviços do jogo e de 8,4% na de outros serviços turísticos. Por sua vez, o valor de mercadorias exportadas manteve-se em expansão, com crescimento de 11,9% relativamente ao mesmo período do ano precedente, tendo o de mercadorias importadas também crescido 20,1%, em termos homólogos, graças aos acréscimos verificados no investimento privado, na despesa de consumo privado e no número de visitantes entrados. Quanto ao comércio externo de mercadorias, o valor total cifrou-se nos 64,08 mil milhões de patacas entre Janeiro e Agosto, mais 10,4% do que o valor de 58,01 mil milhões de patacas apurado no mesmo período do ano anterior. O mercado de emprego continuou a apresentar um comportamento favorável, tendo o total da população activa mantido em crescimento e as taxas de desemprego e de subemprego em baixo nível, atingindo, respectivamente, 1,7% e 0,3% entre Junho e Agosto do corrente ano, menos 0,2 e 0,3 pontos percentuais, quando comparadas com as apuradas no período homólogo do ano transacto. O número de novas sociedades continuou a crescer, tendo sido constituídas, entre Janeiro e Junho, 2.580 unidades, ou seja, mais 20,9% em relação ao idêntico período do ano transacto, enquanto o número de sociedades dissolvidas foi de 285 unidades. Assim, deduzido o número de sociedades dissolvidas, o aumento efectivo de sociedades no referido período foi de 2.295 unidades.

O número de visitantes entrados continuou a aumentar, atingindo um total de 23,529 milhões de pessoas entre Janeiro e Setembro, mais 7,4% quando comparado com o valor registado no idêntico período do ano anterior. A indústria do jogo, por seu turno, tem mantido em crescimento, apesar da desaceleração contínua do acréscimo das suas receitas brutas arrecadadas que, entre Janeiro e Setembro, se cifraram na ordem dos 276,87 mil milhões de patacas, traduzindo um acréscimo homólogo de 5,9%.

O investimento tem continuado a crescer, tendo o valor total de formação bruta do capital fixo, indicador que reflecte o investimento global, expandido, em termos homólogos, 42,5% no primeiro semestre do corrente ano. Assim, o investimento realizado pelo sector privado subiu 48,4%, estimulado essencialmente pelo aumento substancial de 52,3% das obras de construção dos grandes empreendimentos com fins turísticos e de entretenimento, plenamente lançadas. Por outro lado, o investimento realizado pelo sector público diminuiu 21,1%, devido principalmente à conclusão das obras de construção de habitação pública e do Novo Campus da Universidade de Macau.

Os diversos trabalhos tendentes à captação do investimento têm vindo a ser desenvolvidos sucessivamente por parte do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM). Assim, entre Janeiro e Agosto deste ano, foram atendidos 740 potenciais investidores e recebidas 195 intenções e planos de investimento (excluídos os de prestação de serviços comerciais *off-shore*), tendo sido concluídos trabalhos de acompanhamento de 240 projectos de investimento e prestado apoio para a sua concretização de investimentos no valor global de cerca de 1,3 mil milhões de patacas.

Em termos globais, a economia local apresentou um desenvolvimento relativamente estável no primeiro semestre deste ano, começando a declinar a partir do 3.º trimestre, indiciando o início da entrada numa fase de ajustamento e consolidação da economia local.

2. Promoção da diversificação adequada da economia

2.1. Reforço de apoio ao desenvolvimento do sector de convenções e exposições

1) Lançamento do "Plano de Apoio a Reuniões Internacionais e Feiras Profissionais". Lançado pelo Governo da RAEM em 1 de Janeiro de 2014, este plano tem por objectivo prestar apoio na realização de reuniões internacionais e feiras profissionais, em diversas matérias relacionadas com o arrendamento de recintos para a realização de eventos, equipamentos, cerimónia de abertura, alimentação e alojamento, compradores qualificados, publicidade e promoção.

2) Valorização efectiva do papel de entidade responsável pelo sector de convenções e exposições. Prestação de assistência administrativa e técnica à Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições, ajudando os grupos de trabalho a ela subordinados a convocar e realizar reuniões e apoiando-a ainda no desencadeamento de debates e de trabalhos de estudos no âmbito do "Plano de Desenvolvimento da Indústria de Convenções e Exposições de Macau" e do "Plano de Apoio à Formação de Talentos para a Indústria de Convenções e Exposições".

3) Continuação na implementação efectiva do "Plano de Estímulo às Convenções e Exposições". Prestação de apoio para a realização de eventos de convenções e exposições em Macau. Entre Janeiro e 7 de Setembro do corrente ano, foram recebidos 76 pedidos, dos quais foram aprovados 58, envolvendo um valor global de cerca de 53,68 milhões de patacas.

4) Empenho na captação de convenções e exposições e na prestação de apoio na licitação de eventos dessa natureza. Prestação de apoio, a todos os níveis, aos potenciais organizadores que pretendem realizar feiras em Macau, através do "Serviço de Agência Única para a Licitação de Convenções e Exposições e o Respectivo Apoio". Desde Janeiro a Agosto de 2014, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) procedeu ao acompanhamento de um total de 83 projectos de convenções e exposições, dos quais 10, com o respectivo apoio, obtiveram confirmação da sua realização em Macau.

5) Empenho na captação e realização de convenções e exposições de marca do exterior em Macau. Realização com êxito da prestigiada feira do Interior da China, a 5.ª edição do "Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas". Com o apoio do Ministério do Comércio do Estado, o Fórum teve, pelo 3º ano consecutivo, lugar em Macau. O evento contou com a participação de 37 governantes a nível vice-ministerial ou superior, provenientes de 23 países e regiões, para além de mais de mil especialistas e elites do sector.

6) Continuidade dos trabalhos de incubação da indústria de convenções e exposições de marca de Macau. O "Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau 2014" (MIECF) contou com a participação de cerca de 400 entidades expositoras provenientes de mais de 20 países e regiões, tendo sido instaladas, pela primeira vez, zonas de exposição alusivas à indústria de protecção ambiental de China, Associação do Sector de Tratamento dos Resíduos Urbanos da Província de Guangdong, Cidade de Foshan e Distrito de Hsinchu da Região de Taiwan. O evento atraiu um total de 9.245 visitantes e foram organizadas 787 sessões de bolsas de contacto, contribuindo para a celebração de 26 protocolos de cooperação em projectos. Foram ainda realizadas 6 sessões de intercâmbio para parcerias na indústria de protecção ambiental, com a participação de 14 entidades e de cerca de 180 empresas. A "Exposição de Franquia de Macau 2014" (MFE) registou cerca de 14.000 entradas e 167 expositores provenientes de 14 países e regiões, marcando presença, pela primeira vez, de representantes da Letónia, da Suíça e da Nova Zelândia, elevando assim o respectivo grau de internacionalização. Durante a MFE, tiveram lugar 1.304 sessões de bolsas de contacto (das quais 16 tiveram elementos dos Países de Língua Portuguesa envolvidos), 14 sessões de intercâmbio para parcerias e 6 protocolos de cooperação celebrados *in loco*. A "Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau

2014", organizada em colaboração com a Província de Guangdong, registou um total de 284 *stands* de exposição e mais de 135.000 entradas. Foram instalados, na "19ª Feira Internacional de Macau (MIF)", o Pavilhão Temático dos Países de Língua Portuguesa, zonas de exposição temática, zonas de exposição de produtos, zonas alusivas às províncias e municípios da China Continental, e o Pavilhão dos Países Estrangeiros, sendo ainda criados, para esta edição da MIF, o Pavilhão dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa e o Pavilhão dos Cuidados de Saúde no âmbito da medicina tradicional chinesa.

7) Empenho na formação de pessoal qualificado do sector de convenções e exposições. Estudo do "Plano de Apoio à Formação de Talentos para o Sector de Convenções e Exposições", planeando proporcionar apoio destinado às entidades organizadoras e unidades responsáveis pela realização das acções de formação na área de conferências e feiras, bem como aos empregadores e associações que propõem a participação dos seus trabalhadores naquelas acções de formação. Terminando a consulta de opiniões do plano supracitado junto do sector, este será posteriormente submetido para discussão no seio da Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições.

8) Continuidade na prestação de apoio à realização da "Semana Dinâmica de Macau". Neste ano, este evento teve lugar, em regime itinerante, nas cidades de Hangzhou, Chengdu e Shenyang.

2.2. Fomento da reconversão e valorização industrial

1) Apoio à indústria do vestuário para a sua reconversão em direcção à produção de artigos de alto valor acrescentado, através da prestação de serviços de apoio técnico e de apoio em *design*, realização do "Festival do Vestuário de Macau" e prestação de assistência às actividades de *design* de vestuário local para efeitos de criação de marca própria. Em 2014, organizaram-se delegações de representantes de marcas de vestuário locais para participarem em exibições e competições realizadas em Hong Kong, em Taipei, e no Interior da China, por forma a impulsionar o desenvolvimento dos produtos de vestuário locais mediante a prospecção de oportunidades e desenvolvimento de negócios nos mercados internos e externos.

2) Aumento da competitividade de produtos industriais. Apoio às empresas, através de utilização de formas e métodos de concepção (*designs*), produção, gestão técnica e logística adequadas, para a realização da resposta rápida, incentivando e promovendo as empresas para a elevação da qualidade e segurança dos seus produtos. Empenho em prestar, de forma mais ampla, os "Serviços de Envio de Produtos ao Exterior para Testes e Análises", aumentando os tipos de produtos industriais abrangidos pelo mesmo plano de serviços. Entre Janeiro a Julho deste ano, foi tratado um total de 1.277 pedidos.

3) Fomento das empresas industriais para alteração da sua forma de gestão adoptada, através de organização de cursos de formação respectivos, apoiando as empresas a modernizar os seus modelos de gestão e reforçando o conhecimento das mesmas quanto à gestão do fornecimento em cadeia, gestão de marcas, sistemas de gestão e normas sobre técnicas de produção.

2.3. Apoio na promoção do desenvolvimento da logística moderna e das indústrias cultural e de medicina tradicional chinesa, entre outras

1) Execução de acções de promoção em consonância com o desenvolvimento da indústria de logística moderna. Continuação da participação nos trabalhos da Comissão para o Desenvolvimento do Sector Logístico, dando impulso à formulação de políticas, estratégias e medidas para promover o seu desenvolvimento, proporcionando às empresas de logística, informações sobre padrões de procedimentos a nível regional e internacional. Foram ainda organizados cursos de formação avançados sobre gestão e operação logística, como forma de apoio aos agentes do sector no aprofundamento dos seus conhecimentos técnicos.

2) Execução de acções de promoção em consonância com o desenvolvimento da indústria cultural e criativa. Manutenção do Pavilhão Temático da Indústria Cultural e Criativa na "Feira Internacional de Macau (MIF)" e continuação da organização de actividades temáticas sobre a mesma matéria. Através do "Macao Ideas – Centro de Exposição de Produtos de Macau", tem vindo a ser intensificadas as sessões de bolsas de contacto, apoiando o sector cultural e criativo local na sua industrialização e na conquista de mercados. Foram ainda proporcionados aos empresários e profissionais da indústria cultural e criativa, cursos de formação e conselhos sobre criação de negócios, marcas, comercialização, financiamento e operações, privilegiando a formação de talentos, nomeadamente de jovens *designers* de moda. Foi dada continuidade à prestação de serviços de aluguer de equipamentos para produção de vestuário, como forma de apoio aos designers de moda na sua transformação das suas ideias criativas em produtos finais. Foi utilizada, da melhor forma, a Galeria de Moda de Macau do Instituto Cultural da RAEM, para divulgação de obras criativas locais e realização de *worshops*, tendo sido organizadas, no corrente ano, um total de 12 actividades, com destaque para actividades e cursos na área cultural e criativa, designadamente em matérias de banda desenhada e animação, cinema e vídeo, produção cinematográfica e televisiva, artes dramáticas e gestão de actividades culturais e criativas.

3) Promoção do desenvolvimento da indústria de medicina tradicional chinesa. Através da *"Guangdong-Macau Traditional Chinese Technology Industrial*

Park Devolopment Co., Ltd.", tem vindo a ser promovida a construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação entre Guangdong e Macau, com a execução gradual das obras de infra-estruturas do Parque, prevendo-se finalizar, em Novembro, a elaboração do projecto e do plano de distribuição funcional do edifício principal. Foram desenvolvidas, continuamente, as acções de promoção comercial para a captação de projectos de investimento, tendo a sociedade atrás mencionada recebido, até finais de Agosto p.p., um total de 58 intenções de investimento no valor global estimado de 25 mil milhões de Renminbi, provenientes de Macau (55,17%), do Interior da China (25,86%), de joint-venture entre Hong Kong, o Interior da China, Macau e Taiwan e das Ilhas Virgens Britânicas, envolvendo 90 projectos de investimento, prevendo, assim, a criação de mais de 6.000 postos de trabalhos .

4) Fomento do desenvolvimento da indústria de serviços, designadamente comércio a retalho, turismo e restauração. Foi dado apoio à indústria de serviços na implementação do sistema de controlo de qualidade e na valorização profissional dos seus profissionais, realizando cursos de formação abertos ao sector do comércio a retalho em geral ou a pedido das empresas, e compilando o guia de gestão de lojas para prestar ajuda às empresas de serviços na criação de modelos de gestão sistematizados e adequados às suas necessidades.

2.4. Outras políticas e medidas em prol da diversificação adequada do desenvolvimento económico

1) Continuação na promoção da valorização eficaz do Fundo do Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC) como forma do impulsionamento do desenvolvimento diversificado e adequado da economia.

2) Introdução de projectos favoráveis à diversificação adequada da economia, através da prestação do Serviço aos Investidores. Foram reforçados o Serviço de Agência Única aos Investidores e serviços *offshore* e de fixação de residência por investimento, tendo os respectivos procedimentos administrativos simplificados, melhorando a eficiência e baixando os custos de investimento, por forma a acelerar a concretização de investimentos em Macau, realizados por empresas nacionais e estrangeiras, impulsionando assim a diversificação adequada da economia local. Até ao mês de Agosto do corrente ano, as licenças válidas para prestação de serviços *offshore* totalizaram 451. No período compreendido entre Janeiro e Agosto p.p., foram processados 227 pedidos de alteração de informações apresentados por entidades de prestação de serviços *offshore*. Até Julho do corrente ano, foram recebidos 298 pedidos de fixação de residência temporária relativos a "Quadros Dirigentes e Técnicos

Especializados", tendo sido aprovados 134 casos. Deram entrada, no mesmo período, 55 pedidos de fixação de residência temporária por "investimentos e projectos de investimento relevantes", tendo sido aprovados 31.

3) Reforço das acções visadas no aproveitamento da indústria do jogo para fomentar o desenvolvimento de outros sectores conexos, as quais incluem, entre outras, a realização de uma fiscalização efectiva sobre o cumprimento dos contratos de concessão por parte das operadoras de jogo, no que diz respeito ao desenvolvimento das actividades com elas relacionadas, aproveitando os recursos de jogo para encorajar e promover a expansão das actividades e projectos além do jogo, a par de fomentar o crescimento de novos sectores de actividade económica.

3. Reforço do apoio às pequenas e médias empresas (PMEs)

3.1. Implementação eficaz das medidas de apoio

1) Concretização dos diversos planos de apoio a PMEs. Desde Janeiro até 7 de Setembro do corrente ano, foram recebidos 494 pedidos no âmbito do "Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas", dos quais 458 foram aprovados, envolvendo um montante de cerca de 180 milhões de patacas; quanto ao "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas", foram recebidos 44 pedidos, dos quais 41 foram aprovados, tendo envolvido um montante de cerca de 78,13 milhões de patacas. No que se refere à "Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial", foram recebidos 84 pedidos, dos quais 67 foram aprovados, envolvendo um montante global de crédito bancário com bonificação de juros no valor de 270 milhões de patacas e 22,24 milhões de patacas de juros bonificados previstos. Relativamente aos "Incentivos Fiscais no âmbito da Política Industrial", foram recebidos e aprovados 2 pedidos, relacionados um com a redução de 50% do imposto complementar de rendimentos e outro com a redução também de 50% do imposto de selo sobre a transmissão de propriedade. Em relação ao "Plano de Apoio a Jovens Empreendedores", foram recebidos 260 pedidos, dos quais 208 foram aprovados, envolvendo um montante de cerca de 47,92 milhões de patacas. A par disso, o montante máximo do "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas" aumentou de 500 milhões de patacas para 900 milhões de patacas, por forma a satisfazer as necessidades das PMEs na obtenção de financiamento, procurando assim prestar ajuda para o desenvolvimento das mesmas empresas.

2) Lançamento do "Plano de Apoio Financeiro a Sítios Electrónicos de Pequenas e Médias Empresas". Este plano, cujos pedidos começaram a ser admitidos

a partir de 15 de Setembro p.p., visa estimular as PMEs na criação dos seus sítios electrónicos para divulgarem os seus negócios, contribuindo ainda para promover o desenvolvimento do comércio electrónico em Macau.

3) Prestação de apoio ao desenvolvimento das PMEs através do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC). Até 7 de Setembro deste ano, o FDIC recebeu 72 pedidos, e 53 foram aprovados, envolvendo um montante de 69,87 milhões de patacas destinadas principalmente aos seguintes projectos: apoio a organismos relacionados na realização de fóruns e exposições; na participação em eventos de convenções e exposições de grande dimensão realizados em Macau e no exterior; em actividades de visitas de estudo e intercâmbio; bem como na organização de actividades para melhoramento do ambiente de negócios das zonas antigas do território.

4) Atenuação das dificuldade sentidas pelas PMEs devido à falta de mão-de-obra, continuando a proceder aceleradamente ao tratamento dos pedidos de importação dos trabalhadores não residentes (TNRs) apresentados pelas PMEs, analisando e apreciando, com atitude pragmática e de forma pormenorizada cada um dos processos, com o intuito de atenuar as dificuldades das empresas na contratação de mão-de-obra. Até finais de Julho deste ano, havia 10.974 empresas/entidades com autorização para contratação de TNRs, mais 507 face às registadas no mesmo período do ano passado.

3.2. Incubação de empresas competitivas

1) Impulsionamento da modernização da gestão empresarial. Foram proporcionados às empresas cursos de formação como "Série de Formação sobre Criação de Negócios" e "Série de Formação sobre Comercialização", no sentido de fomentar a reforma e reconversão empresarial. Deu-se continuidade à implementação do "Plano de Apoio Financeiro para a Certificação/Reconhecimento de Sistemas Internacionais de Gestão", tendo sido tratado, entre Janeiro e Julho deste ano, um total de 21 pedidos, passando ainda o ISO 5001 – Sistema de Gestão Energética e o ISO 14064 – Sistema de Quantificação de Gases de Estufa, a ser integrados no âmbito desse plano. Prestou-se apoio às empresas na implementação da gestão sistematizada e na obtenção de certificação internacional, exortando as empresas e entidades a encorajarem os seus trabalhadores a obterem, via exame, a certificação de qualificação. Proporcionou-se assistência às empresas no aperfeiçoamento da sua gestão financeira mediante a criação de um sistema de contabilidade eficiente. Empenhou-se ainda em facultar às PMEs cursos de formação, com vista à elevação do seu nível em termos de gestão operacional e das qualificações dos seus gestores e trabalhadores e promovendo a aplicação da tecnologia informática por parte das empresas como meio para elevação da sua produtividade.

2) Continuação da organização de actividades temáticas do regime de franquia e cadeia de lojas, prestando apoio às PMEs na reconversão e inovação das suas actividades. A "Exposição de Franquia de Macau 2014" (MFE) deu um impulso à cooperação entre as associações/câmaras de comércio do sector de franquia e cadeia de lojas locais e internacionais, incluindo as provenientes da China Continental, das regiões de Hong Kong e Taiwan, do Brasil e do Japão, providenciando às Pequenas e Médias Empresas (PMEs) locais, uma plataforma para associação às actividades comerciais de franquia e cadeia de lojas de marcas internacionais. Por outro lado, foram organizados cursos de formação empresarial e visitas de estudo temáticas sobre o regime de franquia e cadeia de lojas.

3) Organização de cursos de formação empresarial e visitas de estudo para as PMEs. O Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) organizou, juntamente com a Japan Franchise Association (JFA), um curso de formação empresarial em "Marketing e Gestão de Recursos Humanos do Japão", o qual atraiu a participação de mais de 150 representantes da comunidade empresarial e das PMEs locais. O Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau (CPTTM) tem vindo a intensificar a cooperação com as câmaras/associações locais ou das outras regiões para organizar, em conjunto, cursos de formação em diversas áreas, tais como, avaliação no sector de imobiliário, gestão logística, gestão da segurança alimentar, *design* e teste de jóias, técnicas relacionadas com os trabalhos aquáticos, gestão de imóveis, gestão de laboratórios, no sentido de apoiar as PMEs na elevação da sua competitividade operacional. Foram também organizadas visitas de estudo à Ilha de Hengqin para as micro, pequenas e médias empresas de Macau, assim como uma missão empresarial para participar na 16ª edição da "Feira Internacional de Alta Tecnologia da China (China Hi-Tech Fair)".

4) Prestação, às PMEs, do incentivo financeiro para participação em feiras, incluindo uma série de medidas de apoio e plano de benefícios, incentivando as PMEs de Macau para participarem em conferências e feiras locais e externas. No período compreendido entre Janeiro e 10 de Setembro, o IPIM proporcionou apoio financeiro a cerca de 473 empresas e associações locais para a participação em 61 feiras e exposições. Foi dada continuidade a reserva de stands de exposição da MIECF 2014, da 19ª MIF e da "Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau 2014", etc., a favor das PMEs locais, subsidiando a sua participação nesses eventos.

5) Apoio às PMEs no desenvolvimento e exploração de produtos e serviços de marca de Macau. Foi dinamizada a publicidade e divulgação de produtos e marcas de Macau mediante o "Macao Ideas – Centro de Exposição de Produtos de Macau", o qual, desde a inauguração em Maio de 2011 até Agosto de 2014, contou com a presença de 115 empresas expositoras e 1.121 produtos

exibidos, tendo recebido um total de 65.599 visitantes e delegações de 193 organismos, e organizado 90 sessões de bolsas de contacto e negociações. Até à data, foram exibidos, ao todo, 370 produtos dos Países de Língua Portuguesa no "Macao Ideas", com a participação de 5 empresas expositoras provenientes dos Países Lusófonos ou agentes dos seus produtos.

6) Apoio às PMEs no desenvolvimento de novos mercados. Entre Janeiro e Agosto deste ano, o IPIM organizou delegações empresariais de Macau para 10 visitas de estudo e intercâmbio ao Interior da China e aos países estrangeiros, tendo organizado/apoiado cerca de 198 empresas locais para participação em 25 feiras e exposições locais e externas, chegando a celebrar 3 documentos de cooperação externa. No mesmo período, acolheu 50 delegações nacionais e estrangeiras em visita de estudo.

7) Apoio às PMEs na participação em projectos de desenvolvimento da Ilha de Hengqin. No sentido de captar as PMEs locais para a expansão de negócios no Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação entre Guangdong e Macau, foi inaugurado, em Julho, o centro de incubação desse Parque Científico e Industrial, cuja prioridade é introduzir as empresas de medicina tradicional chinesa e de convenções e exposições de Macau, facilitando a sua constituição de novas empresas e desenvolvimento de mercados na China Continental através do domicílio oficial do centro incubador e dos seus escritórios gratuitos no primeiro ano. Até à data, 15 empresas de Macau apresentaram pedidos para a utilização dos serviços do centro incubador.

3.3. Reforço e optimização dos serviços de apoio empresarial

1) Optimização dos serviços destinados às PMEs. Foram integrados os serviços e recursos do Centro de Apoio Empresarial (MBSC) e do Núcleo de Serviço às PMEs (SMEC) para apoiar o desenvolvimento das PMEs. No período compreendido entre 2008 e Agosto de 2014, o SMEC e as câmaras de comércio e associações locais organizaram, em conjunto, um total de 74 seminários temáticos ou *workshops*, com cerca de 6.500 participantes.

2) Prestação contínua de serviços de bolsas de contacto. Entre Janeiro e Agosto, foram realizadas 3.188 sessões de bolsas de contacto, contribuindo para a celebração de 49 protocolos de cooperação em projectos, no valor global de 7,3 mil milhões de patacas.

3) Prestação de serviços de apoio ao comércio electrónico, ajudando as PMEs na promoção e publicidade. Desde que foram lançadas as medidas de incentivo para a promoção do comércio electrónico em Novembro de 2009, até ao mês de Agosto de 2014, 365 empresas locais promoveram um total de 16.793 produtos e serviços na Internet.

4. Elevação das qualificações dos recursos humanos

4.1. Continuação da organização de cursos de formação profissional diversificados

1) Organização, tendo em conta o desenvolvimento económico e de acordo com a evolução do mercado de trabalho, de cursos de formação. Desde Janeiro a Agosto do corrente ano, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) organizou um total de 226 cursos de formação, que contaram com a participação de cerca de 4.700 formandos (pessoas físicas).

2) Realização de cursos de formação profissional especializada. Desenvolvimento de cursos de formação sobre gestão supervisional e gestão avançada, alinhando-os às séries de formação de certificação profissional, facultando ao pessoal do nível médio, um meio de formação para a sua ascensão profissional. O CPTTM organizou, de Janeiro a Julho do corrente ano, um total de 554 cursos, que contaram com a participação de 10.307 formandos (pessoas físicas).

3) Continuação da implementação das "Acções de Formação da 2ª Aptidão Profissional". Estas acções incluíram três níveis de formação independentes mas interligados, nomeadamente básico, intermédio e avançado, para incentivar os cidadãos a dominarem novas técnicas e novos conhecimentos e elevarem continuamente a sua empregabilidade. Até Agosto, a DSAL realizou 24 cursos no âmbito daquelas Acções, que contaram com a participação de cerca de 480 formandos.

4) Reforço da formação profissional destinada às classes mais carenciadas. Organização de cursos de formação contínua de acordo com as necessidades dessas classes e, realização do "Curso sobre os Fundamentos na Criação de um Negócio" (*Course in Business Startup Essentials*) destinado a associações não lucrativas, para as apoiar na criação de empresas sociais.

4.2. Apoio aos residentes locais na obtenção de certificação nacional ou internacional

Continuação do desenvolvimento dos cursos para a certificação de qualificação profissional. A DSAL e o CPTTM, em colaboração com as associações e instituições profissionais, locais ou do exterior, organizaram, cursos para a certificação de qualificação profissional, apoiando os formandos a obterem certificação de qualificação profissional, com reconhecimento local, do Interior da China ou internacional. Até finais de Agosto, foi realizado, por iniciativa da DSAL, um total de 136 testes de técnicas profissionais, com respectivas certificações atribuídas a 1.400 examinados. O CPTTM, tendo em conta as necessidades resultantes do desenvolvimento económico local, tem vindo a empenhar-se

na introdução, promoção e organização de exames públicos profissionais e vocacionais, a nível nacional e internacional, registando-se, entre Janeiro e Julho, a inscrição de 2.696 examinandos. Além disso, foi implementado o "Programa da Elevação do Nível de Inglês no Trabalho", facultando aos profissionais dos diversos sectores, testes de avaliação do nível de Inglês comercial.

4.3. Aumento da empregabilidade dos jovens e dos indivíduos de meia idade

1) Elevação da empregabilidade dos jovens. No ano lectivo de 2013/2014, o CPTTM, em colaboração com 7 instituições escolares, organizou cursos extracurriculares a nível secundário, contando com a participação de 300 alunos agrupados em 18 turmas. Continuou a organizar-se diversas competições de habilidades vocacionais de jovens, destacando-se, entre outras, a 6ª edição da "Competição de Habilidades de *Office* para Estudantes de Macau" e a 1ª edição da "Competição de Habilidades sobre o *Software* de Multimédia Adobe para Estudantes de Macau". Os seus vencedores, no campeonato mundial realizado no mês passado de Julho em que participaram em representação da RAEM, conseguiram sagrar-se campeões nas seguintes 3 modalidades: Word 2010; Excel 2010 e Design de cartazes em *Adobe*. A DSAL, por seu lado, continuaram a conduzir os "Cursos em Regime de Aprendizagem" e o "Plano de Formação de Técnicos Estagiários", dando ainda prosseguimento aos trabalhos de organização de jovens locais para participarem na "Competição de Habilidade entre os Jovens de Guangzhou, Hong Kong e Macau 2014" e na "Competição de Habilidade Vocacional Mundial 2015", com vista a largar a visão e a elevar as habilidades dos mesmos.

2) Intensificação da formação para os indivíduos de meia-idade. Continuação da realização do "Plano de Formação de Apoio ao Emprego destinado a Indivíduos de Meia-idade" e da "Série de Formação para Pessoas de Meia-idade". Até Agosto, a DSAL organizou 56 cursos de formação destinados a indivíduos de meia-idade, que contaram com mais de 1.600 formandos (pessoas físicas). Por outro lado, o CPTTM proporcionou, a trabalhadores ao serviço, planos de aperfeiçoamento, nomeadamente "Série de Formação em Linguagem Comercial", "Série de Formação em Matérias Administrativas e de Gestão" e "Série de Formação de Capacidade de Desenvolvimento Sectorial".

4.4. Continuação do reforço do desenvolvimento e da cooperação com a Província de Guangdong na área da avaliação técnico-profissional

Comunicação e ligação estreita com várias instituições congéneres da província de Guangdong, promovendo a cooperação entre as duas regiões nas áreas

da formação profissional e da obtenção de certificados por meio de exames. Introdução, através da co-organização de acções de formação, de técnicas utilizadas por Guangdong na realização de testes de técnicas, servindo-se também da sua experiência, e implementação de testes de técnicas destinados a mais sectores ou tipos de trabalho. Além disso, continuação do aprofundamento da cooperação com Guangdong na área de testes de técnicas, desde o modelo "1 teste 2 certificados" até ao de "1 teste e vários certificados".

4.5. Criação do regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil

Reforço dos conhecimentos sobre segurança no trabalho do sector da construção por parte dos indivíduos que participam nos trabalhos em estaleiros de construção civil ou em locais onde se realizam obras e intensificação do seu sentido de responsabilidade, a fim de prevenir e reduzir eficazmente a ocorrência de acidentes de trabalho nesse sector; elaboração e implementação do regime do "Cartão de Segurança Ocupacional na Construção Civil", sendo todos os indivíduos que participam nos trabalhos em estaleiros de construção civil ou em locais onde se realizam obras obrigados a possuir esse Cartão válido, para concretizar desse modo o "Regime de Posse do Cartão para o Desempenho de Funções", reduzindo a ocorrência de acidentes de trabalho no sector da construção.

5. Aprofundamento da cooperação económica regional

5.1. Aprofundamento da implementação do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau (CEPA), fomentando o estabelecimento de um relacionamento ainda mais estreito com o Interior da China no domínio económico e comercial

1) Promoção da implementação dos conteúdos do CEPA e seus suplementos. Reforço na divulgação e promoção do conteúdo do Suplemento X ao Acordo CEPA relativamente à liberalização de novos itens.

2) Apoio ao sector empresarial no aproveitamento das medidas preferenciais estabelecidas no CEPA. É aproveitado o mecanismo de cooperação da "Reunião do Grupo de Trabalho Específico sobre a Cooperação no Sector de Serviços entre Guangdong e Macau" para impulsionar em conjunto o desenvolvimento do sector de serviços das duas regiões, designadamente apoiar o sector

empresarial de Macau no aproveitamento das medidas preferenciais estabelecidas no CEPA para ter acesso no mercado de Guangdong, sendo-lhe prestadas informações mais actualizadas do CEPA e da legislação do Interior da China.

3) Continuação da implementação, com eficácia, das medidas relacionadas com o comércio de mercadorias consagrados no CEPA. Entre Janeiro e Agosto do presente ano, a Direcção dos Serviços de Economia (DSE) emitiu 275 "Certificado de Origem", permitindo às empresas exportar mercadorias para o Interior da China com isenção de direitos aduaneiros. Procedeu-se ainda a consultas com a Administração Geral de Alfândega da China sobre os critérios de origem de novas mercadorias sugeridas por Macau, a fim de alargar e actualizar a lista de mercadorias que usufruem da isenção de direitos aduaneiros.

4) Reforço da cooperação com o Interior da China na implementação do CEPA. Para além de ter participado nos planos de promoção e formação realizados pelo Ministério do Comércio do Estado, foram desenvolvidas acções de formação em matéria de políticas do Acordo CEPA, em Guangdong, conforme os consensos chegados durante a "Reunião do Grupo de Trabalho Específico sobre a Cooperação entre Guangdong e Macau na área do sector de serviços".

5) Reforço da cooperação com o Interior da China no domínio da protecção da propriedade intelectual. Em Setembro p.p. a DSE enviou funcionários a Pequim para trocarem opiniões sobre os procedimentos substanciais relacionados com a avaliação da Patente, e co-organizou, em Hong Kong, o "Simpósio sobre a Propriedade Intelectual no Interior da China, RAEHK e RAEM 2014", no sentido de aprofundar a cooperação e o intercâmbio entre as três partes no domínio da propriedade intelectual. Deu continuidade ao apoio prestado aos residentes de Macau no acesso ao "Exame Nacional de Qualificação de Agentes de Patentes", organizado pela Direcção Nacional da Propriedade Intelectual.

6) Estreitamento da cooperação com o Interior da China na área da segurança de produtos. Está reforçada a comunicação com a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspecção e Quarentena da República Popular da China, e implementado o "Acordo de Cooperação nos domínios da Segurança e do Origem dos Produtos".

5.2. Implementação do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, desenvolvendo a cooperação bilateral em todas as vertentes entre estas 2 localidades

1) Em coordenação com a promoção da liberalização do comércio de serviços entre Guangdong e Macau. Lideradas pelos seus dirigentes, duas missões

oficiais da Província de Guangdong visitaram, sucessivamente, Macau para a realização de seminários com o sector empresarial local, de modo a conhecer a situação de exploração de negócios e problemas surgidos no seu investimento em Guangdong, discutindo soluções adequadas e proporcionando aos empresários locais conhecimentos mais aprofundados sobre a liberalização do comércio de serviços entre Guangdong e Macau.

2) Impulso à cooperação no desenvolvimento da Ilha de Hengqin. Foi dado seguimento à implementação de 33 projectos anunciados em Abril p.p. e recomendados às entidades competentes de Hengqin. Em Julho, as autoridades de Macau e de Zhuhai juntaram esforços na realização, em Macau, da Sessão de Apresentação dos Resultados da Cooperação Zhuhai-Macau e de Esclarecimentos sobre as Políticas Preferenciais Vigentes na Nova Zona de Hengqin. Em seguida, foi realizada a cerimónia de assinatura de 7 protocolos de cooperação em projectos para o Parque Industrial de Cooperação entre Guangdong-Macau, respeitantes a um valor de investimento global de 7,19 mil milhões de Renmimbi.

3) Impulso à cooperação Guangzhou-Macau. Foi dado seguimento à implementação do "Acordo Guangzhou-Macau sobre a Promoção Conjunta da Zona Integrada de Nansha para a Implementação Piloto do CEPA", apoiando as empresas e câmaras de comércio de Macau nas visitas de estudo a Nansha, no encaminhamento e emparelhamento dos projectos de investimento, e na implementação desses projectos. Foi realizada a "Feira de Produtos Famosos de Macau-Guangzhou 2014" em colaboração com as entidades competentes de Guangzhou, promovendo as marcas de qualidade, produtos famosos e serviços de Guangzhou e de Macau. No decorrer da Feira, foi realizado o "Seminário sobre o Aprofundamento da Cooperação Económica e Comercial Guangzhou-Macau 2014", contribuindo para a concretização de cerca de 400 sessões de bolsas de contacto.

4) Continuidade na cooperação Guangdong-Macau nas acções promocionais no exterior para a captação do investimento. Foram organizadas delegações empresariais, por ambas as partes, para deslocação a Portugal e participação no 19.º Salão Internacional do Sector Alimentar e Bebidas (SISAB 2014), durante o qual foi realizado o Seminário para a Cooperação Económica entre os Empresários de Portugal, Macau e Guangdong. As entidades de Guangdong e Macau também realizaram sessões de apresentação de cooperação económica e comercial na África do Sul e nos Emirados Árabes Unidos, dando a conhecer a situação económica e ambiente de investimento de Guangdong e Macau. Está ainda prevista uma missão empresarial aos EUA, Canadá e México, com participação de organismos de Guangdong e Hong Kong, para apresentação do ambiente de investimento na Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas.

5) Fomento da cooperação Guangdong–Macau nos domínios económico, comercial e de convenções e exposições. Foram co-organizadas a "Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau 2014" e a "Feira de Produtos Famosos de Macau-Guangzhou 2014", dando impulso à cooperação bilateral nos grandes projectos de convenções e exposições, prevendo-se realizar, pela primeira vez, a "Feira de Produtos Famosos de Macau-Jiangmen 2014" na cidade de Jiangmen, promovendo continuamente a participação empresarial mútua nas conferências e feiras dos dois territórios. Foi celebrado um protocolo de cooperação entre Macau e Zhongshan, no sentido de construir dinamicamente uma nova plataforma de cooperação na Nova Zona de Cuiheng. Também verificaram-se novos progressos em relação aos projectos de cooperação com o Município de Zhongshan e a Zona de Nansha do Município de Guangzhou, designadamente o desenvolvimento de viagens individuais em barcos de recreio. Houve ainda novos projectos de cooperação entre Macau e Jiangmen, estando a ser abordada, com entusiasmo, a participação de Macau na construção da Grande Zona Económica Costeira de Guanghai, Jiangmen.

6) Reforço da cooperação económica e comercial Shenzhen–Macau. O IPIM celebrou, com a Comissão de Informação, Comércio e Economia do Município de Shenzhen, o Acordo sobre Fortalecimento do Intercâmbio e da Cooperação Económica e Comercial, tendo o Governo Municipal de Shenzhen organizado, em Macau, o Seminário sobre a Cooperação Económica e Comercial Shenzhen-Macau 2014 para impulsionar o intercâmbio e a cooperação bilateral. Foram instalados, na "19ª Feira Internacional de Macau (MIF)", uma zona de exposição da indústria electrónica de Shenzhen e um stand de exposição alusiva à Feira Internacional das Indústrias Culturais da China (Shenzhen).

7) Reforço de intercâmbio Guangdong-Macau no domínio da propriedade intelectual. Realizou-se a 2.ª reunião do grupo de trabalho para a cooperação Guangdong-Macau no domínio de propriedade intelectual em Guangzhou, na qual foram definidos 15 projectos de cooperação para a próxima fase.

8) Reforço da cooperação Guangdong-Macau nos trabalhos relacionados com critérios. O Grupo Especializado para os Trabalhos de Critérios Guangdong-Macau tem promovido continuamente o intercâmbio e cooperação no âmbito dos trabalhos relacionados com critérios das duas regiões, acelerando a formação do pessoal, bem como o desenvolvimento dos trabalhos sobre código de barras para produtos e sobre plataforma dos serviços de testes públicos, entre outros.

9) Continuação da promoção da cooperação financeira entre Guangdong e Macau. Realização de reuniões periódicas entre as entidades reguladoras financeiras das duas partes, tendo ambas as partes acordado no alargamento, a título experimental, das operações de financiamento transfronteiriços em

Renminbi entre Guangdong e Macau, por forma a captar o retorno de fluxos de capitais de Macau em Renminbi, apoiando o desenvolvimento da economia real. Além disso, foi ainda alcançado entre as duas partes, consenso quanto ao âmbito de cobertura de seguros dos veículos automóveis com chapas de matrícula de Macau em circulação na Ilha de Hengqin, tendo este plano já sido autorizado pela *"China Insurance Regulatory Commission"*.

5.3. Desenvolvimento do papel de Macau como plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa

1) O Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) tem apoiado, de forma empenhada e contínua, o funcionamento do Secretariado Permanente do Fórum de Macau, coordenando e assistindo para a concretização efectiva das diversas acções previstas no Programa de Actividades para o ano de 2014, acompanhando os trabalhos definidos no "Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial" da Conferência Ministerial, promovendo o intercâmbio e cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Deu-se prosseguimento ao apoio prestado no desenvolvimento de recursos humanos, tendo sido realizados, no corrente ano, 7 colóquios por iniciativa do Centro de Formação do Fórum de Macau.

2) Em articulação com o funcionamento do "Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa", tem vindo a ser promovida a cooperação entre empresários da China e dos Países de Língua Portuguesa, com vista a consolidar a função de Macau como plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. A Sociedade Gestora do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa tem promovido, de forma activa, o seu trabalho de divulgação, apresentando estratégias de investimento, procedimentos e critérios do Fundo. Presentemente, estão a ser analisados mais de 10 projectos, dos quais 4 já estão em fase de tomada de decisão de investimento pelo mesmo Fundo.

3) Implementação dos trabalhos para a concretização do papel de "Uma Plataforma e Três Centros", desempenhado por Macau. Em 2013, foi realizado, com sucesso, a 4ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau, onde o Vice-primeiro-ministro Wang Yang, anunciou o apoio a Macau na construção da "Plataforma de Partilha de Informação Interactiva de Cooperação e Intercâmbio de Pessoal Qualificado Bilingue Luso-Chinês e de Empresas", do "Centro de Serviços Comerciais para as Pequenas e Médias Empresas

Lusófonas e Chinesas", do "Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa" e do "Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa". Actualmente, os trabalhos para a construção da plataforma e dos centros estão a ser gradualmente concretizados. Para a criação da plataforma supracitada, um grupo de trabalho do IPIM deslocou-se várias vezes a Pequim para trocar opiniões com o Ministério do Comércio da China sobre o mecanismo de cooperação a adoptar e as concepções preliminares para a sua concretização. Portanto, está prevista a finalização da implementação do sítio electrónico e realização dos respectivos testes no 1º trimestre do ano 2015. No que diz respeito à construção do "Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa", planeia-se instalá-lo no edifício da antiga sede do Gabinete de Comunicação Social, sito na Rua de S. Domingos, estando, actualmente, em curso as obras de remodelação e decoração do edifício. Quanto ao "Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa", o seu primeiro projecto prioritário incidiu sobre o desenvolvimento de trabalhos para o enriquecimento do conteúdo dos produtos alimentares dos países lusófonos exibidos durante a 19a. Feira Internacional de Macau (MIF) realizada neste ano, tendo ainda sido convidados os representantes dos governos e das entidades dos sectores comerciais e industriais, quer do Interior da China quer dos Países de Língua Portuguesa, para deslocação e realização de sessões de intercâmbio e de negócios em Macau.

4) Organização, de forma dinâmica, de delegações empresariais locais para visitas e participação em exposições realizadas nos Países de Língua Portuguesa. Neste âmbito, foi organizada uma delegação empresarial de Macau para visitar Rio Janeiro com vista à participação na "ABF Franchising Expo 2014", e à realização do "Seminário sobre Investimento e Cooperação Económica e Comercial entre Macau e Rio de Janeiro" e da "Sessão de Intercâmbio e Bolsas de Contacto Comercial para Empresários de São Paulo do Brasil e de Macau", tendo ainda sido efectuada uma visita de estudo a Belo Horizonte, a quarta maior cidade do Brasil. Organizaram-se também missões empresariais para participarem no "Encontro de Empresários para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa – Maputo - 2014"; no "19º Salão Internacional do Sector Alimentar e Bebidas (SISAB 2014)", em Portugal; na 30ª edição da "Exposição de Produtos Agrícolas – OVIBEJA", em Beja, Portugal; na Feira Internacional de Luanda (FILDA), em Angola e na Feira Internacional de Maputo 2014 (FACIM), em Moçambique.

5) Apoio no endereçamento de convites aos empresários dos Países de Língua Portuguesa para participação em convenções e exposições de grande envergadura realizadas no Interior da China. Neste âmbito, 10 empresas de Portugal foram convidadas para participar na "Feira de Produtos Famosos de

Macau-Guangzhou 2014", expondo os seus produtos típicos e alimentares portugueses no "Pavilhão de Portugal" propriamente instalado para o efeito. Além disso, um grupo de cerca de 50 empresários e representantes de Países de Língua Portuguesa, juntamente com a delegação empresarial de Macau, marcaram presença na "3ª. Feira Internacional do Comércio de Serviços da China (Pequim)". Realizaram-se ainda em Zhejiang e Sichuan da China e em Portugal, "Sessões de Apresentação do Ambiente de Negócios e Investimento da China e dos Países de Língua Portuguesa".

6) Acompanhamento dos projectos de investimento e de cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Providenciaram-se serviços às empresas do Interior da China, de Macau e dos Países de Língua Portuguesa, proporcionando-lhes informações relevantes com vista a fomentar a cooperação e ligação entre as empresas.

5.4. Participação activa na cooperação económica e comercial da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas

1) Intensificação das ligações económicas e comerciais com a Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas. Foram organizadas delegações empresariais de Macau para participarem em conferências e feiras realizadas em diferentes províncias e regiões do Grande-Delta, apoiando as empresas de Macau na identificação de oportunidades de negócios derivadas da cooperação regional, prestando ainda serviços às empresas da Região do Grande-Delta, propondo-lhes utilizar Macau como uma plataforma para a conquista de mercados ultramarinos, nomeadamente os Países de Língua Portuguesa e a União Europeia. Durante a realização do "Painel de Discussão sobre o Ambiente Económico e Comercial dos Países de Língua Portuguesa", que teve lugar em Macau, os representantes das autoridades competentes na área do comércio das "9+2" províncias e regiões do Grande-Delta do Rio das Pérolas celebraram, em conjunto, o Memorando-Quadro sobre o Aprofundamento Geral da Parceria Estratégica e a Promoção da Cooperação Económica e Comercial entre a Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas e os Países de Língua Portuguesa. Foram organizadas missões empresariais para a participação na "10.º Fórum para a Cooperação e Desenvolvimento da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas", no "10.º Fórum dos Presidentes dos Municípios-Capitais da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas", entre outros eventos. Foi também providenciado apoio às províncias e municípios da Região do Grande-Delta para a vinda e realização em Macau, de actividades de intercâmbio económico e comercial.

2) Continuação da construção da plataforma de cooperação entre o Grande-Delta do Rio das Pérolas e a comunidade industrial internacional, na área de protecção ambiental. Através da realização do "Fórum e Exposição

Internacional de Cooperação Ambiental de Macau 2014" (MIECF), são fortalecidas as relações de intercâmbio e cooperação entre a Região do Grande-Delta, a União Europeia e diversas regiões do mundo, na área da indústria de protecção ambiental.

3) Reforço da cooperação no âmbito da propriedade intelectual. Guangdong, Hong Kong e Macau organizaram, em conjunto, a "10.ª Reunião de Cooperação na Área de Propriedade Intelectual da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas e Actividades de Intercâmbio Temáticos", promovendo a cooperação e intercâmbio tripartida no domínio de propriedade intelectual.

5.5. Continuação do reforço da cooperação económica e comercial com outras províncias e municípios do Interior da China

1) Aprofundamento da cooperação Fujian-Macau. Continuação da organização de delegações empresariais de Macau para a participação em grandes eventos de promoção comercial realizados na Província de Fujian, nomeadamente a 12ª edição da "China Strait Project Fair" e a 18ª edição da "China International Fair for Investment and Trade (CIFIT)" e endereçamento de convites às empresas de Fujian para participarem em conferências e feiras realizadas em Macau, apoiando-as na conquista dos mercados ultramarinos, designadamente os Países de Língua Portuguesa.

2) Participação activa nas actividades de intercâmbio económico e comercial nas diferentes províncias e municípios do Interior da China, com instalação do Pavilhão de Macau. Foi organizada uma delegação empresarial para a participação na "3.ª Feira Internacional do Comércio de Serviços da China (Pequim)", onde foi realizado, em colaboração com as entidades competentes de Pequim, o "Seminário de Promoção e Intercâmbio sobre a Cooperação na área dos Serviços de Convenções e Exposições de Macau". Foi enviada uma outra missão empresarial para a participação na 17ª edição da "China Chongqing Investment and Global Sourcing Fair", onde foram instalado o Pavilhão de Macau e realizado uma sessão de bolsas de contacto entre Empresas de Portugal, Chongqing e Macau. Foram também organizadas várias missões empresariais para participarem, respectivamente, na "8.ª Feira Internacional do Investimento e Comércio de Henan", na "3ª Feira de Importação da China, Kunshan (CIE)", na "2.ª China-South Asia Expo e 22.ª Feira do Comércio de Produtos de Importação e Exportação de Kunming da China", e na "China Processing Trade Products Fair 2014", entre outros eventos.

3) Apoio às províncias e municípios do Interior da China na realização de actividades de intercâmbio económico e comercial em Macau. Continuação

do endereçamento de convites dirigidos aos organismos competentes na área de coordenação económica e comercial de Pequim para organização de delegações para a participação na "19ª Feira Internacional de Macau (MIF)", com instalação do pavilhão temático respectivo e realização de sessões de apresentação e actividades de intercâmbio cultural e artístico, dinamizando o intercâmbio e a cooperação entre Pequim, Macau e outras regiões no domínio económico e comercial e na indústria cultural e criativa.

4) Valorização do papel desempenhado pelos Gabinetes de Ligação do IPIM nos municípios de Hangzhou, Jieyang, Chengdu, Shenyang e Fuzhou. Esses Gabinetes de Ligação prestam serviços de consultadoria para as empresas de Macau com investimentos ou negócios nas respectivas localidades, organizam visitas de estudo, proporcionam apoio na identificação de oportunidades de negócio e bolsas de contacto, ajudando, por outro lado, as empresas continentais nas suas visitas de estudo e na participação em feiras e exposições em Macau, de modo a explorar mercados ultramarinos através da plataforma de serviços comerciais de Macau.

5.6. Promoção do intercâmbio e cooperação económica e comercial entre Macau e Taiwan

Foi organizada uma delegação empresarial de Macau para participar na "*15th Taipei International Chain and Franchise Spring Exhibition* (TICFE 2014) e no "Seminário e Jantar de Intercâmbio Comercial entre os Empresários de Macau e de Taiwan", impulsionando o intercâmbio empresarial Taiwan-Macau e efectuando visitas de estudo a várias empresas de franquia e cadeias de lojas de renome locais. Foi ainda organizada uma missão empresarial para participar na "Taipei International Food Show 2014", efectuando visitas ao Parque de Indústria Cultural e Criativa e algumas empresas de marcas famosas de Taiwan.

6. Optimização da monitorização do sector do jogo

1) Continuação no ajustamento e controlo da dimensão do desenvolvimento do sector do jogo. Deu-se prosseguimento à política de ajustamento para controlar o número de mesas de jogo. Até 7 de Setembro do ano em curso, o número total de mesas de jogo existentes em Macau era de cerca de 5693, menos 57 mesas quando comparadas com as 5750 registadas no final de 2013.

2) Continuação na intensificação da fiscalização sobre os casinos. Continuação dos trabalhos de destacamento de inspectores junto dos casinos para verificação da situação do cumprimento, por parte das concessionárias, do determinado nas legislações sobre o jogo e nas normas jurídicas referentes à entrada e

funcionamento dos casinos. Implementação plena da medida de electronização dos registos sobre os jogos, e reforço da supervisão através de sistemas de vigilância visual, introduzindo ainda nova modalidade de selos mais seguros e eficientes que permita aperfeiçoar o processo de selagem das caixas de dinheiro. Aplicação com eficácia da legislação que define as comissões a pagar aos promotores de jogo não poderem ultrapassar 1,25% do montante total das apostas.

3) Inspecção rigorosa da situação financeira das operadoras de jogo. Reforçou-se a auditoria aos registos contabilísticos das operadoras de jogo de acordo com o plano definido, tendo sido efectuadas, periodicamente, análises sobre a situação financeira das operadoras de jogo e apuramento ao cumprimento dos contratos celebrados entre o Governo e as operadoras de jogo. Procederam-se, de periodicidade trimestral, à elaboração dos relatórios sobre a avaliação do *rácio* de capacidade financeira, bem como à inspecção às actividades relacionadas com o cálculo de receitas brutas. Foi realizada, conforme as regras definidas, a contagem dos bens imobilizados das operadoras de jogo em Junho p.p.

4) Reforço da fiscalização exercida sobre os promotores de jogo. Deu-se prosseguimento aos trabalhos relacionados com o licenciamento dos promotores de jogo, nomeadamente os da 1.ª emissão de licenças e respectivas renovações. Até finais de Agosto do corrente ano, foram autorizadas 440 licenças de pessoas colectivas e 127 de pessoas singulares. Continuou a proceder-se ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da base de dados dos promotores e colaboradores de jogo, com vista a proporcionar uma inspecção com maior eficácia.

5) Continuação do aperfeiçoamento da gestão das máquinas de jogo. Na sequência de instalação, em todas as salas de máquinas de jogos, de sistemas de monitorização informática remota, pôs-se em execução uma fiscalização electrónica, remota e sincronizada de todos os dados sobre as apostas nessas máquinas. A equipa de auditoria de máquinas de jogo, por seu turno, continuou a realizar periodicamente auditorias *in loco* a cada uma das salas de máquinas de jogo, tendo concluído, até finais de Agosto, duas rondas de auditoria previstas para este ano. Além disso, procederam-se à revisão e aperfeiçoamento dos diplomas legais sobre os critérios técnicos de máquinas de jogo.

6) Empenhamento na promoção do Jogo Responsável. As acções realizadas residem-se no seguinte: Fiscalização do cumprimento, por parte das operadoras de jogo, das directrizes sobre o Jogo Responsável; prosseguimento dos trabalhos quanto à exortação às operadoras de jogo para procederem à remoção das salas de máquinas de jogo ou centros de apostas a que pertencem das zonas residenciais; continuação da participação nos trabalhos da "Equipa para a Preparação das Acções Visadas para a Promoção do Jogo Responsável"; desenvolvimento das "Aplicações sobre Jogo Responsável" e prestação de apoio na realização de testes aos "Quiosques de Informação do Jogo Responsável"; melhoramento das formalidades e procedimentos do pedido sobre a aplicação das medidas de

"Auto-exclusão" e de "Exclusão a Pedido de Terceiros"; estudo de introdução nos quiosques de informação de jogo responsável instalados nos casinos, das funções que permitam a apresentação imediata do pedido de "Auto-exclusão".

7. Manutenção da ordem e estabilidade do sector financeiro

1) Reforço da supervisão do sector bancário. Na sequência da implementação do Regime de Garantia de Depósitos, iniciaram-se estudos sobre o "Sistema de Cálculo e Concessão dos Reembolsos". Concretização faseada do "Acordo de Basileia" (Basel II/III), procedendo-se à revisão da definição do capital, actualmente em vigor, bem como os respectivos métodos da sua quantificação, dando ainda prosseguimento ao estudo sobre a protecção dos consumidores de produtos financeiros.

2) Reforço da supervisão ao sector segurador. Planeia-se a finalização, durante o corrente ano, do relatório do estudo sobre a implementação do plano de desenvolvimento profissional contínuo e obrigatório do agente mediador de seguros, a fim de promover o saudável desenvolvimento do sector segurador.

3) Reforço das acções visadas ao combate às actividades relacionadas com o branqueamento de capitais e o financiamento ao terrorismo. De Janeiro a Julho de 2014 o Gabinete de Informação Financeira (GIF) recebeu 1.034 relatórios de transacções suspeitas (*STRs*) tendo remetido 107 ao Ministério Público (MP) para efeitos de investigação criminal. Procedeu-se igualmente ao acompanhamento do processo de implementação das 40 Recomendações revistas da *Financial Action Task Force* (*FATF*), preparando a próxima avaliação de Macau a ser levada a cabo pelo Grupo Ásia Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (*APG*). O GIF continuou a participar em conferências e *workshops* organizados pelo Grupo de Egmont e pelo *APG*, bem como em outras actividades promovidas pelas várias outras organizações internacionais no âmbito do combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. Foi ainda o anfitrião da 17ª Reunião Anual do *APG* que decorreu em Macau no mês de Julho com elevado sucesso. A participação do GIF com as suas entidades congéneres da China Continental e de Hong Kong na "1.ª Conferência de Trabalho acerca do Combate ao Branqueamento de Capitais da China Continental, de Hong Kong e de Macau" permitiu a instituição de mecanismos de cooperação trilateral neste domínio. Simultaneamente o GIF tem vindo a reforçar os seus mecanismos de cooperação com entidades congéneres a nível internacional, tendo celebrado no passado mês de Abril um protocolo de cooperação com a Unidade de Informação Financeira (*FIU*) da Austrália. Acordo similar deverá ser assinado proximamente com a *FIU* da Federação Russa.

8. Aperfeiçoamento do sistema de administração financeira e fiscal

1) Continuação do aperfeiçoamento do «Regime de Administração Financeira Pública». Poderão ser concluídos neste ano, de forma preliminar, os trabalhos da elaboração da proposta de lei sobre a revisão da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). Quanto ao actual ordenamento jurídico relativo à matéria de aquisição de bens e serviços, são lançados durante o ano em curso os trabalhos de avaliação, estudo e revisão, recolhendo opiniões junto de serviços públicos relacionados.

2) Reforço na administração da reserva financeira. Até ao final de Julho de 2014, as reservas básica e extraordinária cifraram-se em 116,4 mil milhões de patacas e em 126,8 mil milhões de patacas, respectivamente. No caso de ser acrescentado o saldo do orçamento do ano financeiro de 2013, no valor de 96,2 mil milhões de patacas, a reserva extraordinária pode vir a ascender a 223 mil milhões de patacas. No âmbito pré-estabelecido de riscos, vai ser elevado, no futuro, o ponto de equilíbrio de riscos / retornos relativos à gestão de investimento e, ao diminuir o peso dos instrumentos do mercado monetário, vão ser introduzidos paulatinamente os títulos de acções do exterior, e os qualificados como investimento institucional externo do Interior da China (*Qualified Foreign Institutional Investor, QFII*), no sentido de optimizar mais o peso da alocação de activos das actuais carteiras de investimento e incentivar o aumento de retornos a curto e longo prazos na reserva financeira.

3) Continuação de reforço no trabalho de troca de informações fiscais. Este ano, foi sucessivamente assinado o Acordo de Troca de Informações Fiscais com o Japão, o Reino Unido, Guernsey e a Argentina. Até ao momento, foram celebradas entre Macau e 20 jurisdições fiscais, convenções fiscais bilaterais.

9. Concretização das medidas para a melhoria das condições de vida da população

9.1. Promoção do emprego dos residentes

1) Continuação da optimização do serviço de colocação profissional. Simplificação dos procedimentos administrativos, elevando a eficácia e os resultados do serviço de colocação profissional. Foi implementado o *One-stop service* para o atendimento na linha da frente e para a conjugação do emprego, em matérias de registo, selecção e conjugação, tendo sido prolongado também o prazo de registo de recrutamento de 1 mês para 2 meses. Reformulação do

website sobre o emprego e o serviço de recrutamento, para facilitar os utentes na obtenção de informações e serviços.

2) Reforço da comunicação e da cooperação entre as partes laboral e patronal e promoção activa da concertação entre a oferta e a procura de recursos humanos. Continuação da coordenação e acompanhamento da fiscalização das diversas acções de recrutamento de grande envergadura, tendo sido enviado, até ao final de Agosto, pessoal para fiscalizar 19 daquelas acções, nas quais 929 indivíduos celebraram contrato no próprio local; foram também colocados 37 indivíduos em 9 acções de recrutamento organizadas pelas empresas do jogo para a realização de obras.

3) Intensificação dos serviços de aconselhamento profissional prestados aos jovens. Até ao final de Agosto do corrente ano, foram realizados 12 seminários sobre o emprego, que contaram com a participação de 1.376 indivíduos, e ainda 19 *workshops* sobre simulação de entrevistas com um total de 71 participantes. Prestou-se também apoio financeiro para a realização da "Exposição de Emprego para Jovens'2014", continuando a alargar os serviços prestados em matéria da simulação de entrevistas, passando a abranger também como destinatários dos mesmos os jovens que não são alunos de quaisquer instituições educativas e académicas locais.

4) Continuação do acompanhamento e prestação de apoio na integração e reintegração laboral dos indivíduos de meia-idade e com baixa escolaridade. Foram prestados aconselhamentos destinados exclusivamente àqueles indivíduos e sugestões sobre formação profissional adequada à sua mudança de emprego ou reintegração laboral.

5) Continuação do encorajamento aos empregadores na contratação de indivíduos com deficiência e reforço dos serviços de aconselhamento e de colocação profissional para esses indivíduos. Aperfeiçoamento do serviço de colocação profissional prestado pelo "Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento de Capacidades" a indivíduos com deficiência. Continuação da realização do "Programa de Experiência no Trabalho" para os alunos das escolas de educação especial. Realização da 6ª edição do "Plano de Atribuição de Prémios às Entidades Empregadoras de Pessoas Deficientes".

6) Promoção da ascensão profissional dos trabalhadores residentes (TR's), nomeadamente dos de base. Co-organização de cursos de formação com empresas e prestação de apoio aos indivíduos com baixos rendimentos ou desempregados para conseguirem um trabalho com melhores rendimentos, promovendo a ascensão profissional da mão-de-obra. Elevação, através da realização de acções de formação, das qualificações profissionais e dos níveis técnicos dos TR's, a fim de reforçar as suas vantagens e competitividade no mercado de trabalho.

9.2. Garantia do direito ao emprego dos residentes

1) Apreciação rigorosa dos pedidos de importação de TNRs, nos termos da lei. Para além de aplicação escrupulosa das políticas e medidas de importação de mão-de-obra não residente estipuladas pelo Governo da Macau, tem-se cumprido, com firmeza, o princípio de a contratação de TNRs ser meramente uma medida provisória para suprir a inexistência ou insuficiência de TRs adequados, aquando da apreciação prudente de todos os pedidos de contratação de TNRs apresentados.

2) Estreitamento da cooperação com os serviços competentes nas acções de combate ao trabalho ilegal, a fim de assegurar eficazmente o direito ao emprego dos residentes. Desde Janeiro até Agosto do corrente ano, recebeu-se um total de 194 participações relativamente ao trabalho ilegal, das quais 126 foram encaminhadas para os serviços competentes. Juntamente com os autos de notícia ou as notificações enviadas pelos serviços competentes, foram instaurados um total de 688 processos.

3) Fiscalização da situação quanto à utilização dos trabalhadores nas empresas. Continuou-se a manter estreita comunicação com os serviços competentes, inspeccionando as autorizações de contratação e de permanência junto dos TNRs, verificando ainda o cumprimento ou não das condições e encargos constantes nos despachos daquelas autorizações. Desde Janeiro até Agosto, a DSAL efectuou 116 visitas inspectivas, das quais 35 foram realizadas em colaboração com outros serviços públicos, nomeadamente com o Corpo de Policia de Segurança Pública e os Serviços de Alfândega.

4) Ajustamento atempado do número de TNRs de acordo com a situação de procura e oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho. Com a economia da RAEM a manter-se em crescimento estável, a procura de recursos laborais não tem parado de aumentar, tendo-se concluído, nos primeiros sete meses do corrente ano, a apreciação de 26.144 pedidos de contratação dos TNRs, representando um aumento de 4.168, ou seja, mais 19%, quando comparado com o número apurado em idêntico período do ano transacto que foi de 21.976 pedidos. Ao mesmo tempo, intensificou-se o estudo sobre o mercado de emprego em Macau, tendo sido consignados ao Instituto Politécnico de Macau os trabalhos de investigação sobre a situação de procura e oferta dos condutores profissionais.

9.3. Implementação de medidas favoráveis à população e de atenuação das dificuldades dos residentes

1) Implementação das medidas de partilha dos frutos do desenvolvimento económico, minimizando o impacto sobre a vida da população derivado da

inflação e salvaguardando a estabilidade das condições de vida dos residentes. Foi dada continuidade, no ano em curso, à adopção das medidas de redução/isenção fiscais do Imposto Profissional, da Contribuição Industrial, do Imposto de Turismo, do Imposto do Selo, do Imposto Complementar de Rendimentos e da Contribuição Predial Urbana. Foi aumentado para 15.000 patacas o montante trimestral atribuído no âmbito das medidas provisórias do subsídio complementar destinado aos trabalhadores por conta de outrem, a tempo inteiro mas com baixos rendimentos. Cerca de 200.000 unidades habitacionais beneficiárias são abrangidas pelo 7.º Plano de Atribuição da Subvenção do Pagamento das Tarifas de Energia Eléctrica. Foi implementado, com eficácia, o Plano de Comparticipação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, com a atribuição de 9.000 patacas e de 5.400 patacas a favor dos residentes permanentes e não permanentes do território, respectivamente. Segundo o que previsto nas Linhas de Acção Governativa para o ano financeiro de 2013, procedeu-se ao reembolso do Imposto Profissional respeitante a 2012, cujo montante global envolvido ascendeu a 386 milhões de patacas, beneficiando cerca de 100.000 contribuintes.

2) Implementação atempada de cursos destinados à atenuação de dificuldades, a fim de procurar aliviar impactos sentidos pelos trabalhadores de determinados sectores, provocados por mudanças económicas externas ou outros factores. Continuação da implementação do "Plano de Formação para Pescadores durante o Período de Defeso da Pesca", tendo mais de 400 pescadores participado no corrente ano. Os cursos foram aumentados para 16, incluindo a formação em áreas de técnicas profissionais e de conhecimentos marítimos.

9.4. Manutenção da estabilidade da oferta de produtos no mercado e acompanhamento dos efeitos da inflação sobre as condições de vida da população

1) Exploração de canais de abastecimento de produtos alimentares. Comunicação de periodicidade regular com os agentes do sector de importação de cereais e derivados, grossistas de produtos alimentares frescos e vivos, bem como de vegetais, incentivando e apoiando-os na exploração de canais próprios de abastecimento de produtos alimentares, a fim de alargar as fontes de abastecimento dos mesmos produtos a Macau.

2) Garantia da quantidade de armazenamento, oferta e estabilidade dos preços de mercado dos artigos de primeira necessidade. Foi criada uma base de dados que inclui os fornecedores e grossistas, a fim de tomar conhecimento das mudanças registadas em toda a cadeia de abastecimento. São intensificadas as acções de fiscalização realizadas por inspectores, para assegurar uma oferta estável dos produtos alimentares. Entre Janeiro e finais de Agosto, foram

efectuadas 167 acções de fiscalização, sendo 54 das mesmas focadas nos produtos como leite em pó para bebés. Os resultados dessas acções revelaram uma oferta suficiente dos produtos alimentares em causa.

3) Reforço no controlo da segurança dos produtos, com destaque para a segurança alimentar. Continua a recolher produtos no mercado, com periodicidade irregular, para que sejam enviados às entidades competentes para efeitos de teste da sua qualidade, sendo ainda enviados funcionários a efectuar vistoria no mercado. Entre Janeiro e finais de Agosto, foram efectuadas 176 acções inspectivas no âmbito da segurança de produtos, sendo elaborados 20 processos e enviadas 104 amostras de produtos a entidades competentes para serem submetidas a testes laboratoriais, cujos resultados comprovaram que a maioria dos produtos testados correspondia a respectivos padrões de segurança nacionais ou internacionais. Além disso, foram comunicados periodicamente às entidades competentes do Interior da China os produtos não aprovados e lá provenientes, para que fosse desencadeado o respectivo processo de tratamento, no local da sua proveniência. As duas partes realizaram encontros anuais para tomarem conhecimento sobre a situação de segurança dos produtos que se circulam no mercado. Paralelamente, procederam 1 060 acções de inspecção ao conteúdo da rotulagem dos produtos alimentares pré-embalados, sendo elaborados 232 processos de investigação, dos quais, registaram-se 14 casos de infracção, envolvendo a venda de produtos alimentares fora do prazo de validade e a rotulagem não correspondente à regularidade, sendo estes produtos alimentares já apreendidos.

4) Reforço na monitorização do mercado. Depositou-se grande atenção quanto às variações dos preços de produtos alimentares e de produtos combustíveis e foi aumentada a transparência das informações sobre os preços. O Grupo de Trabalho Interdepartamental para os Preços dos Produtos Alimentares tem realizado continuamente acções de inspecção aos preços de produtos alimentares, encarregando-se a DSE de realizar a investigação específica sobre os preços de importação, venda por grosso e a retalho dos produtos de primeira necessidade, tais como cereais e produtos derivados, designadamente o arroz, óleo alimentar, açúcar e sal. Foi ainda enviado pessoal para efectuar vistorias no mercado local, envolvendo vários pontos de venda e 3.000 produtos alimentares. De Janeiro a Agosto do corrente ano, foram efectuadas 372 acções a esse respeito, não tendo sido detectada nenhuma situação anormal, sendo relativamente estável a variação dos preços de produtos praticados. Além disso, deu-se prosseguimento aos trabalhos de divulgação periódica das informações sobre os preços de cereais e produtos derivados ao mercado local. Simultaneamente, deu-se ainda continuidade ao acompanhamento da evolução dos preços dos produtos petrolíferos para veículos automóveis e do gás liquefeito de petróleo e das respectivas amplitudes de variação.

10. Desenvolvimento ordenado de outros trabalhos

10.1. Defesa dos direitos e interesses dos consumidores

1) Optimização dos serviços referentes à protecção dos direitos e interesses dos consumidores e elevação da eficiência no tratamento dos casos de reclamação apresentados. No corrente ano, de Janeiro a Setembro, registaram-se 4.502 atendimentos, dos quais 1.359 queixas, 3.093 pedidos de informação e 50 sugestões.

2) Aprofundamento dos trabalhos de investigação dos preços de produtos postos à venda no mercado local. Foi aumentado o número de tipos de produtos para a recolha de preços e reforçados os trabalhos de investigação específica, elevando ainda a frequência de divulgação de informações. Por outro lado, o total de plataformas para a disseminação de informação sobre preços cresceu, tendo o seu conteúdo sido aperfeiçoado. Também as funções do "Posto das Informações de Preços dos Produtos Postos à Venda nos Supermercados" foram igualmente melhoradas.

3) Aumento da eficiência administrativa e da taxa de utilização do Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo. Nos primeiros três trimestres do presente ano, foram dirigidos 18 casos ao Centro de Arbitragem. É de notar que alguns casos foram concluídos apenas dentro de um dia. Agora o tempo necessário para concluir todo o processo de arbitragem, ou seja, de marcação até à decisão arbitral, reduziu, de 44,3 dias em 2013, para 25,1 dias, i.e., para cerca de metade do tempo despendido no ano precedente.

4) Aperfeiçoamento do sistema de supervisão e avaliação das "Lojas Certificadas". Aumentaram-se a frequência e as formas de inspecção pelo grupo de supervisão, convidando elementos de associações de defesa do consumidor do Interior da China para desempenhar papel de cliente oculto, e incentivando consumidores a fornecerem informações da mesma natureza. Até agora foram elaborados vários códigos de práticas, respectivamente para 16 sectores comerciais.

10.2. Intensificação do trabalho estatístico

1) Publicação dos resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares 2012/2013, proporcionando não só dados mais actualizados e análises sobre despesas em consumo e sua estrutura dos agregados familiares locais, mas também informações sobre receitas e respectivas fontes, bem como a actualização dos indicadores que reflectem a distribuição dos rendimentos dos agregados familiares.

2) Revisão do Índice de Preços no Consumidor (IPC). Divulgou-se, no mês de Outubro p.p., o IPC calculado segundo o novo período base 2013/2014.

SEGUNDA PARTE

RETROSPECTIVA SOBRE AS ACÇÕES GOVERNATIVAS DESENVOLVIDAS NA ÁREA DA ECONOMIA E FINANÇAS AO LONGO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (2010-2014)

Tem vindo a ser adoptadas, desde 2010, nesta área da economia e finanças, medidas eficazes para fazer face e procurar eliminar os impactos subsequentes da crise financeira mundial, com vista à manutenção do desenvolvimento estável e saudável da economia local, tendo-se ainda empenhado na tomada de acções dinâmicas para promover a diversificação adequada da economia, reforçar a cooperação regional e melhorar a qualidade de vida dos residentes mediante o fomento de emprego. Graças aos esforços despendidos pelos diversos sectores sociais, a economia local tem mantido, basicamente, em desenvolvimento estável ao longo dos últimos cinco anos. Entre 2010 e 2013, a taxa média de crescimento anual do PIB local foi de 14%, em termos reais, tendo o valor do PIB em 2013 atingido 413,5 mil milhões de patacas e o respectivo PIB per capita foi de 87,3 mil dólares americanos. Por outro lado, as finanças públicas e o mercado financeiro têm mantido estável e saudável, tendo a receita pública arrecadada no ano de 2103, totalizado em 175,95 mil milhões de patacas, mais 98,8% quando comparadas com o valor de 88,488 mil milhões de patacas apurado no ano de 2010. A situação do emprego tem vindo a melhorar continuamente, descendo a taxa global de desemprego de 2,8% para 1,8% entre 2010 e 2013, com a taxa de desemprego dos residentes a decrescer, passando de 3,5% para 2,4%. Entre Junho e Agosto de 2014, a taxa de desemprego situou-se nos 1,7%.

Paralelamente, as condições de negócios têm vindo a ser continuamente melhoradas, tendo a Organização Mundial do Comércio (OMC) confirmado, na sequência da IV Sessão de Exame das Políticas Comerciais da RAEM realizada no território, em 2013, que Macau continua a ser uma das economias mais abertas no mundo, reconhecendo o seu empenho no prosseguimento de adopção de políticas abertas a nível económico, aplicando medidas de isenção de direitos aduaneiros e de minimização de restrições de acesso em matéria de comércio e investimento. Ademais, foram também reconhecidos por essa mesma organização os esforços do Governo da RAEM no âmbito do fomento do crescimento económico e do aperfeiçoamento contínuo do ambiente de negócios.

1. Aperfeiçoamento das medidas de apoio e prestação de assistência a PMEs no desenvolvimento das suas actividades

Representando mais de 90% do total das empresas existentes no território, as PMEs ocupam um peso preponderante no contexto económico local. Contudo, dada a expansão acelerada da economia no território com repercussões reflectidas na subida dos custos de exploração e na insuficiência de mão-de-obra, etc., uma parte dessas empresas tem vindo a enfrentar dificuldades e desafios cada vez maiores no decurso da exploração das suas actividades. Assim sendo, para apoiar o seu desenvolvimento e tendo, no entanto, em consideração a realidade das mesmas empresas, foram lançadas medidas diversas, as quais residem essencialmente no seguinte:

1) **Implementação e aperfeiçoamento dos planos de apoio e de Garantia de Créditos destinados a Pequenas e Médias Empresas.** Nos últimos cinco anos, foram implementados, de forma eficaz, o "Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas", o "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas", o "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projecto Específico", a "Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial" e os "Incentivos Fiscais no âmbito da Política Industrial", entre outros, os quais têm vindo a ser objectos de melhoramentos de acordo com as mudanças das condições económicas no interior e exterior. E através dessas medidas, as empresas conseguiram obter fundos para efectuar obras de beneficiação nos seus estabelecimentos comerciais, adquirir equipamentos necessários para o exercício das suas actividades e servir como suplementos aos seus fundos de maneio, o que, para além de poderem ajudá-las a reduzir os custos operacionais, aliviando as dificuldades de financiamento, contribuíram também para a gradual reconversão e valorização das mesmas. As medidas de apoio atrás mencionadas tinham como beneficiários principais os seguintes sectores: venda por grosso e a retalho, restauração, construção e obras públicas, indústria transformadora, importações e exportações, entre outros. E, no sentido de aumentar o apoio financeiro prestado às PMEs, foi tomado o seguinte: no âmbito do "Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas", o montante máximo concedido com isenção de juro foi aumentado de 500 mil patacas para 600 mil patacas, enquanto o montante máximo da garantia de crédito prestada pelo Governo da RAEM, no âmbito do "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas" elevou-se de 200 milhões de patacas para 500 milhões de patacas, passando, de seguida, para os 900 milhões de patacas. Entre 2010 e o 2.º trimestre de 2014, foram aprovados 2.751 pedidos de candidatura ao "Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas", envolvendo um montante de 930 milhões de patacas e, nos 302 pedidos aprovados no âmbito do "Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas", o montante de empréstimos aprovados rondou-se nos 810 milhões enquanto o montante de garantia de crédito concedido cifrou-se em 570 milhões de patacas.

2) **Lançamento do "Plano de Apoio a Jovens Empreendedores".** Criou-se, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, o "Plano de Apoio a Jovens Empreendedores", que visa conceder uma verba de apoio reembolsável, isenta de juros, aos jovens de Macau que desejem criar os seus próprios negócios, mas que não disponham de capital suficiente, a fim de incentivar os jovens, para além da tendência tradicional na procura de emprego, explorarem novas opções e oportunidades, concretizando o seu desejo de criar um negócio. O limite máximo do empréstimo concedido é de 300 mil patacas, com um prazo de reembolso estabelecido até um máximo de 8 anos. Desde 1 de Agosto de 2013, data em que começou a admitir-se os respectivos pedidos, até 7 de Setembro de 2014, foram recebidos 442 pedidos e aprovados 285, envolvendo um montante de 66,44 milhões de patacas, tendo sido beneficiadas actividades como venda a retalho, serviços de imóveis e serviços prestados às empresas, restauração, venda por grosso, instituições educativas e serviços de saúde, entre outras.

3) **Lançamento do "Plano de Apoio Financeiro a Sítios Electrónicos de Pequenas e Médias Empresas".** Para reforçar a aplicação do comércio electrónico por parte das PMEs, incentivando-as a adoptar meios modernos e de baixo custo para angariar clientes de todo o mundo e explorar os mercados exteriores, promovendo assim o desenvolvimento do comércio electrónico de Macau, foi lançado, em 15 de Setembro de 2014, o Plano de Apoio Financeiro a Sítios Electrónicos de Pequenas e Médias Empresas, que visa estimular os empresários das PMEs que operam em Macau a construir, optimizar e manter o seu sítio empresarial através da concessão de apoio financeiro. Além disso, estipula-se também que aos proprietários das PMEs locais que ainda não criaram o sítio electrónico das suas empresas, será concedido apoio financeiro para cobrir as despesas com a construção, em 2015, do sítio electrónico empresarial e parte das despesas da sua manutenção nos primeiros três anos, até ao limite de 70% das despesas efectivamente pagas. A verba de apoio não pode ultrapassar 14.000 patacas no caso de construção do sítio electrónico e 6.000 patacas no caso de manutenção. Aos empresários locais que já criaram os sítios electrónicos das suas empresas pode ser concedido, em 2015, apoio financeiro para cobrir as despesas da optimização do mesmo, até ao limite de 70% das despesas efectivamente pagas, mas não podendo ultrapassar 5.000 patacas.

4) **Criação do Centro de Exposição de Produtos de Macau (Macao Ideas), de modo a exibir e promover as marcas de Macau através de uma imagem nova e uniforme.** O Macao Ideas foi criado em Maio de 2011, tendo por objectivo incentivar as empresas de Macau para o desenvolvimento das próprias marcas de qualidade e elevação da imagem de marcas. Como um centro de exposição dos Produtos de Macau, Marcas de Macau, Design de Macau e Produtos dos Países de Língua Portuguesa com Canais de Distribuição em Macau, o Macao Ideas, para além de dispor uma zona de negociações e uma base de dados, providencia serviços de consultadoria comercial, de bolsas de contacto,

etc. Além disso, através do seu sítio electrónico, revistas e feiras e exposições no exterior com a participação do IPIM, Macao Ideas apresenta uma imagem uniforme para promoção das empresas de marca de Macau, prestando-lhes assim apoio no desenvolvimento de mercados internacionais. Desde a data da sua entrada em funcionamento até Agosto de 2014, o Macao Ideas contou com a participação de 115 empresas expositoras e 1.121 produtos exibidos, tendo recebido um total de 65.599 visitantes e realizado um grande número de sessões de bolsas de contacto e negociações, ajudando as empresas expositoras na procura de parcerias empresariais.

5) **Apoio às PMEs para a sua reconversão e valorização através do regime de franquia e cadeia de lojas.** Desde 2009, tem sido realizada anualmente a "Exposição de Franquia de Macau" (MFE), a qual, com 6 edições bem sucedidas, contribuiu para mais de 7.300 sessões de bolsas de contacto e negociações e celebração de 108 acordos, com número de participantes superior a 70.000, o que ajudou, com sucesso, algumas PMEs de Macau na reconversão das suas actividades, assim como na introdução de cadeia de lojas de marcas internacionais. A par disso, foram organizados cursos de formação empresarial e visitas de estudo a favor das PMEs, incluindo a organização de delegações de representantes das PMEs locais para participar na "Taipei International Chain and Franchise Exhibition (TICFE) em Taiwan, aproveitando para visitas de estudo a empresas de marca daquele território.

6) **Incentivo às PMEs no desenvolvimento de mercados internacionais através da participação em conferências e feiras.** Entre 2009 e 10 de Setembro de 2014, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) proporcionou incentivo financeiro a um total de 361 feiras e exposições locais e externas, e a 2.097 empresas e instituições para participação em feiras e exposições. Ao longo dos anos, tem sido instalada a Exposição das PMEs na Feira internacional de Macau (MIF), de modo a permitir às PMEs locais explorar mercados nacionais e internacionais para os seus produtos e identificar maiores oportunidades de negócio, sendo estabelecida, para as PMEs, uma série de planos de incentivo e benefícios para participação em feiras, para além da realização de actividades em série destinadas às PMEs, designadamente, prestação de serviços de "uma viagem com vários destinos" aos expositores e participantes, assim como de serviços de bolsas de contacto e negociações, instalação de zonas de transacções profissionais, planeamento de acções de publicidade em série para as PMEs locais expositoras durante a MIF, oferecendo, assim, mais canais de publicidade efectivos para apoiar as empresas expositoras na exploração de novos mercados.

7) **Apoio à realização da Semana Dinâmica de Macau com vista à promoção dos produtos e serviços de Macau.** A "Semana Dinâmica de Macau", uma grande feira comercial integrada, foi realizada em várias cidades do Interior da China desde 2009 e, até à edição "Semana Dinâmica de Macau – Shenyang,

Liaoning" em 2014, as instituições e empresas participantes totalizaram 2.023, tendo-se registado, em termos acumulativos, mais de 1.280.000 entradas de visitantes, uma área de exposição global de 130.000 m2, sendo superior a 53,65 milhões de Renminbi o volume de negócios transaccionados *in loco*, para além da celebração de mais de 220 protocolos e cartas de intenção para cooperação em projectos. Os comentários e resultados em relação à Semana Dinâmica de Macau têm vindo a ser cada vez mais favoráveis, reflectindo um bom resultado em termos de objectivos pretendidos, designadamente a promoção da economia, comércio e turismo de Macau, e dos seus produtos e serviços de marca.

Além disso, no desejo de atenuação das dificuldades sentidas pelas PMEs em termos insuficiência de mão-de-obra, foram acelerados os trabalhos de apreciação dos pedidos de contratação de TNRs apresentados. O Gabinete para os Recursos Humanos (GRH) tem continuado a proceder à revisão e ao melhoramento dos procedimentos administrativos concernentes ao tratamento dos pedidos supracitados. Assim, para evitar que sejam apresentados pedidos de renovação de trabalhadores não residentes em períodos dispersos e reduzir o número de pedidos apresentados por uma mesma empresa de média e pequena dimensão, o GRH, aquando da apreciação dos pedidos provenientes de uma mesma empresa, tem procurado uniformizar as datas dos despachos a que dizem respeito, permitindo, desta forma, que as próximas renovações possam ser tratadas simultaneamente. Até finais de Julho do corrente ano, existiam 10.974 empresas/entidades com autorização para contratação de TNRs, um aumento de mais de 4.000 face às 6.765 registadas no final de 2010, das quais mais de 90% eram empresas de pequena e média dimensão.

2. Reforço das acções para incubação da indústria de convenções e exposições, promovendo o seu desenvolvimento

1) **Aperfeiçoamento da entidade responsável pelos assuntos de convenções e exposições.** Na sequência da criação da Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições em 2010, a DSE criou subunidades orgânicas específicas para reforçar os trabalhos visados ao fomento do desenvolvimento do sector em causa.

2) **Lançamento do "Plano de Estímulo às Convenções e Exposições" e do "Plano de Apoio a Reuniões Internacionais e Feiras Profissionais".** No intuito de transformar Macau num local de destino para a realização de eventos de convenções e exposições, a DSE lançou, em 2012, o "Plano de Estímulo às Convenções e Exposições" que tem por objectivo prestar assistência e apoio às entidades organizadoras e planeadoras de eventos de convenções e exposições que pretendem ser realizados em Macau. Face às reais necessidades do sector empresarial, a DSE procedeu à optimização do mesmo plano em 2013,

aumentando o número de projectos abrangidos. Em 2014, a DSE lançou um novo plano intitulado "Plano de Apoio a Reuniões Internacionais e Feiras Profissionais" para atrair a vinda e realização de mais reuniões e feiras internacionais em Macau. Os 2 planos prestam apoio aos candidatos qualificados no que diz respeito a alojamento, alimentação, arrendamento de instalações, propaganda e publicidade, logística, oradores convidados, chefes das delegações e compradores profissionais, entre outros, contribuindo para a elevação da competitividade do sector local, promovendo o seu desenvolvimento sustentável. Até 7 de Setembro de 2014, foram recebidos 259 pedidos no âmbito do "Plano de Estímulo às Convenções e Exposições", dos quais 194 foram aprovados, envolvendo um montante global de 165 milhões de patacas. No que diz respeito ao "Plano de Apoio a Reuniões Internacionais e Feiras Profissionais", dos 15 pedidos recebidos, 4 foram aprovados, contabilizando um montante de 14,36 milhões de patacas.

3) **Lançamento do Serviço de Agência Única para a Licitação de Convenções e Exposições e o Respectivo Apoio.** O Serviço de Agência Única para a Licitação de Convenções e Exposições e o Respectivo Apoio foi lançado pelo IPIM em 2013, no sentido de intensificar as ligações com as instituições internacionais de convenções e exposições e promover o sector de convenções e exposições local no exterior. Até ao mês de Agosto de 2014, o Serviço de Agência Única para a Licitação de Convenções e Exposições e o Respectivo Apoio deu acompanhamento a 98 projectos de conferências e feiras, dos quais 20 já foram realizados em Macau e 15 confirmados a sua realização no território. Em termos de natureza dos projectos, são 65 conferências, 18 exposições e 15 conferências e exposições.

4) **Incubação da indústria de conferências e feiras de marca de Macau.** Foi privilegiada a realização da "Feira Internacional de Macau (MIF)", do "Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau" (MIECF), da "Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau" e da "Exposição de Franquia de Macau" (MFE), promovendo, passo a passo, a sua visibilidade, adaptação ao mercado, profissionalismo, internacionalização e identidade da marca, tornando-as em conferências e feiras de marca de qualidade no contexto regional. Com os esforços conjuntos das diversas partes intervenientes, já foram criadas em Macau, gradualmente, várias feiras e exposições de marca de qualidade. A MIF foi certificada pela Associação Global da Indústria de Exposições (também conhecida como UFI) em 2005 e, ao longo dos anos, tornou-se mais internacionalizada e em crescente escala, tendo o número de participantes aumentado de cerca de 65.000 em 2009 para mais de 110.000 em 2013, os países / regiões participantes de 42 para 53, o número de stands de exposição de 1.074 para 1.900, e as sessões de bolsas de contacto realizadas, de 1.032 para 2.063. Até agora, a MIF tem celebrado memorandos de cooperação em feiras e exposições com a "China Yiwu International Commodities Fair", a CIFTIS – Feira Internacional do Comércio de Serviços da China (Pequim) e várias conferências e feiras a nível internacional, promovendo mutuamente a visibilidade através

da troca de informações acerca de feiras e exposições, impulsionando, de igual modo, o desenvolvimento do sector de convenções e exposições de Macau. O MIECF foi certificado pela Associação Global da Indústria de Exposições (UFI) em 2011 e contou com o apoio das diversas províncias e regiões do Grande-Delta do Rio das Pérolas. Entre 2009 e 2014, o número de entidades expositoras cresceu de 254 para 400 e, as sessões de bolsas de contacto realizadas, de 366 para 800, evidenciando os resultados do evento cada vez melhores, tornando-o numa actividade de marca para o fortalecimento da cooperação na indústria de protecção ambiental entre a Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas, a União Europeia e outras regiões.

5) **Introdução de convenções e exposições de renome para serem realizadas em Macau.** Mediante a colaboração com o Ministério do Comércio da China, foram envidados esforços para captar a vinda e realização das feiras e exposições com certa dimensão e influência da China Continental em Macau. A partir de 2012, o Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas, evento de grande dimensão e influência internacional, passou a estabelecer-se formalmente em Macau, tendo sido aí realizado durante 3 anos consecutivos. As suas edições bem sucedidas em Macau contribuíram para elevar o nível de internacionalização do sector de convenções e exposições local e reforçar a capacidade dos operadores locais na organização de conferências e feiras, impulsionando positivamente o desenvolvimento integrado dos sectores de convenções e exposições da China Continental e de Macau. A par disso, foi oferecido apoio aos operadores locais na realização da "Feira Internacional de Automóveis China (Macau) 2012" e da "Feira Internacional de Importação e Exportação de Iates China (Macau)", entre outros eventos.

6) **Empenho na formação de pessoal qualificado do sector de convenções e exposições.** Foi dado apoio aos operadores do sector em causa na inscrição e frequência de cursos de formação com reconhecimento internacional e profissional (tais como EMD e CEM), ajudando-os, ao mesmo tempo, na organização de cursos de formação teórico-práticos. Presentemente, está em curso a realização activa de um estudo sobre o "Plano de Apoio à Formação de Talentos para o Sector de Convenções e Exposições", planeando facultar apoio às entidades organizadoras de acções de formação na área de conferências e feiras e respectivas instituições de ensino responsáveis pela realização de acções de formação, bem como aos empregadores e associações que proponham os seus trabalhadores para participarem naquelas acções de formação, procurando assim proporcionar reserva de profissionais qualificados para as ditas actividades e elevar as qualificações dos profissionais em activo. Terminou já a consulta deste plano junto do sector em causa, o qual irá ser submetido para a discussão no seio da Comissão para o Desenvolvimento de Convenções e Exposições, estando previsto o seu lançamento no próximo ano.

7) **Empenho na obtenção de apoio junto do Estado para a expansão da indústria de convenções e exposições de Macau.** Foi alcançado com o Ministério do Comércio do Estado consenso sobre a facilitação dos procedimentos para a emissão de vistos, proporcionando maior conveniência aos agentes do Interior da China na participação de eventos de convenções e exposições a realizar em Macau, tendo, ainda assinado o "Acordo sobre a Intensificação da Cooperação no Sector de Convenções e Exposições".

Em 2013, as convenções e exposições totalizaram 1.030, com mais de 2,03 milhões de participantes, representando uma subida anual de 26%. Dos eventos realizados, o número de conferências foi de cerca de 1.000, valor próximo ao de 2012, mas os participantes atingiram mais de 140.000, representando uma subida de 14,3%; o número de exposições, por sua vez, cifrou-se em 66 em 2013, com mais de 1,89 milhões de participantes, ou uma subida anual de 27%. Por outro lado, conforme as informações recolhidas junto de entidades entrevistadas, os visitantes profissionais totalizaram mais de 120.000 em 2013, correspondendo a um aumento anual de 52,6%, dos quais figuraram 58.074 locais (aumento anual de 37,9%) e 63.616 estrangeiros (crescimento anual de 69%). Quanto às instalações para convenções e exposições, estas foram optimizadas progressivamente, tendo a superfície global destinada às actividades de convenções e exposições em Macau atingido uma área superior a 160.000 m2. Além disso, mais de 30 hotéis têm espaços disponíveis para a realização de eventos de convenções e exposições, devidamente equipados e prontos para a realização de um leque variado de actividades da mesma natureza.

3. Fortalecimento da fiscalização do sector de jogo e promoção do seu desenvolvimento sustentável e ordenado

1) **Ajustamento e controlo da dimensão e ritmo do desenvolvimento do sector de jogos e promoção de um desenvolvimento adequado do mesmo sector**. Em 2010, foi implementada, pelo Governo da RAEM, a política de controlo do número das mesas de jogo, tendo sido estipulado ser 5.500 o limite máximo das mesmas entre 2010 e 2013, e uma taxa média anual de 3% em relação ao crescimento do número de mesas nos próximos 10 anos contados a partir de 2013. É de notar que o número de mesas de jogo está a aumentar a um ritmo praticamente correspondente ao previsto na respectiva política.

2) **Reforço da fiscalização sobre os promotores de jogo**. Em 2009, o Governo da RAEM implementou uma política de ajustamento e controlo sobre o limite máximo das comissões e outras remunerações pagas aos promotores de jogos de fortuna e azar nos casinos por parte das concessionárias e sub-concessionárias, para que as actividades de jogos de fortuna e azar dos casinos possam decorrer num ambiente assente na concorrência saudável, leal e justa. Assim, foram

sucessivamente publicados, durante o ano de 2009, o Regulamento Administrativo n.º 27/2009 e o despacho n.º 83/2009 do Secretário para a Economia e Finanças, determinando expressamente o limite máximo das comissões pagas aos promotores de jogo fixado em 1,25%. Em conformidade com o plano previamente definido, em Junho de 2010, a DICJ realizou a 1.ª ronda de trabalhos de auditoria sobre o cumprimento das normas dos respectivos diplomas legais, seleccionando aleatoriamente e averiguando *in loco* para verificação das informações apresentadas pelas concessionárias e promotores de jogo, de modo a assegurar o cumprimento da legislação vigente quanto ao pagamento das comissões de jogo e a inexistência de infracções praticadas pelas diferentes operadoras de jogo. Por outro lado, foi implementada, em Junho de 2011, a "Carta de Qualidade no âmbito do Licenciamento dos Promotores de Jogo". Além disso, para uma gestão mais eficiente dos dados dos promotores de jogos e seus colaboradores, deu-se início, pela DICJ, à criação de uma base de dados para esses profissionais a partir de 2011.

3) **Criação de critérios de inspecção e certificação para as máquinas de jogo**. Em virtude de uniformizar os relatórios de testes e respectivos certificados, e criar um conjunto de critérios de inspecção e certificação para as máquinas de jogo em Macau, adequados ao ambiente de jogos local, a DICJ, em 2012, emitiu, pela primeira vez, os "Critérios Técnicos para as Máquinas de Jogo em Macau" (versão 1.0), por forma a assegurar a equidade e credibilidade das máquinas de jogo instaladas neste território. No documento acima referido, constam descrições sobre os requisitos mínimos das máquinas em termos técnicos que abrangem matérias como *soft-ware* e *hard-ware*, instalação de jogos, forma de pagamento de prémios, etc. Posteriormente, para aumentar a aplicabilidade dos critérios definidos, dando resposta às necessidades de desenvolvimento do respectivo sector e reforçando a eficácia dos trabalhos na prevenção de jogo problemático, a DICJ começou, desde 2013, a proceder-se alterações parciais ao dito documento orientador, tendo introduzido regras que visam prevenir o aparecimento de jogadores demasiadamente viciados nos jogos dessas máquinas. E, finalmente, foi publicado, em Junho de 2014, a versão 1.1 dos "Critérios Técnicos para as Máquinas de Jogo em Macau".

4) **Promoção do Jogo Responsável**. Fomento do jogo responsável e tratamento dos assuntos quanto à remoção das salas de máquinas de jogo das zonas residenciais, mediante a elaboração do regulamento administrativo que define o regime de fornecimento e requisitos das máquinas, equipamentos e sistema de jogo. Emitiu-se, em 2012, uma instrução de jogo responsável destinada às seis operadoras de jogo existentes em Macau, registando-se, até finais de 2013, a suspensão de exploração ou mudança de 5 salas de máquinas de jogo. Relativamente aos centros de apostas, o número desses centros que proporcionam actividades de apostas mútuas ou lotarias totalizou 19 em 2008, dos quais cerca de metade encontrava-se em zonas habitacionais. E com o empenho despendido ao longo dos últimos anos, o número desses centros existentes em Macau

reduziu-se actualmente para 11, descendo significativamente para 4 os que ainda se situam em zonas comunitárias. Paralelamente, para fomentar um ambiente social harmonioso e estável em prol do desenvolvimento do sector de jogo, foi elaborado o diploma legal que regula o condicionamento da entrada, do trabalho e do jogo nos casinos, determinando a elevação da idade mínima de acesso aos casinos de 18 para 21 anos. Assim, desde 1 de Novembro de 2012, data da entrada em vigor da supracitada lei, até Agosto de 2014, os indivíduos cuja entrada nos casinos foi impedida pelas diferentes operadoras de jogo por não terem completado 21 anos de idade, totalizaram 630.000. Quanto às medidas de "auto-exclusão" e de "exclusão a pedido de terceiros" relativamente aos jogadores problemáticos, até ao 2.º trimestre do corrente ano, foram admitidos 406 pedidos, conseguindo uma parte dos jogadores problemáticos restabelecida a sua vida normal após recebido o necessário apoio prestado.

4. Participação no desenvolvimento da Ilha de Hengqin e aprofundamento da cooperação económica com o exterior

1) **Continuidade na promoção do estreitamento das relações com o Interior da China na área económica e comercial.** Entre 2010 e 2013, foram assinados, sucessivamente, os Suplementos VII a X ao Acordo CEPA. Em relação ao comércio de mercadorias, foi praticamente concretizada, entre os dois territórios, a sua liberalização a partir do ano 2006. Desde 2009 até Agosto de 2014, a DSE emitiu 2.575 "Certificados de Origem para efeitos de Isenção de Direitos Aduaneiros". No que diz respeito ao comércio de serviços, o Interior da China concedeu um total acumulado de 383 medidas preferenciais a Macau, tendo a DSE emitido, entre 2009 e Agosto de 2014, um total de 439 "Certificados de Prestadores de Serviços de Macau". No seu plano geral sobre a liberalização do comércio de serviços para com o exterior, o Interior da China decidiu aplicá-la, em prioridade, a Hong Kong e Macau, sendo a província de Guangdong escolhida como o local para a implementação pioneira das políticas traçadas, e tendo liberalizado a favor do território de Macau 26 áreas que abrangem, entre outras, serviços jurídicos, tratamento médico, actividade bancária, títulos financeiros. Quanto à facilitação do comércio e investimento, foram alcancados resultados satisfatórios devido ao desenvolvimento de uma grande variedade de projectos de cooperação entre as duas partes. De entre as medidas adoptadas, destacam-se as integradas no âmbito da cooperação industrial, proporcionando facilidades aos profissionais que pretendem participar em feiras realizadas em Macau, em matéria de obtenção de vistos, prestando, assim, apoio para a realização de feiras de grande envergadura no território. Desde 2010 até Maio de 2014, o número de visitantes entrados portadores de visto individual provenientes de 49 cidades do Interior da

China atingiu 31,09 milhões de pessoas. E entre 2010 e 2013, 784 residentes de Macau conseguiram obter qualificação profissional, a nível nacional, nas áreas de medicina, advocacia, agenciamento de patente, entre outras. Além disso, desde a entrada em vigor do Acordo CEPA até finais de Junho de 2014, totalizaram 1.018 entidades comerciais e industriais de Macau registadas, em nome individual, no Interior da China, envolvendo um total de 2.580 trabalhadores ao seu serviço e um capital nominal global de 80,65 milhões de Renminbi.

2) **Cooperação Guangdong-Macau na construção do Parque Industrial de Cooperação.** Em conformidade com o Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, celebrado em 2011, Guangdong e Macau deram início à construção conjunta do Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau em Hengqin, com uma área de 5 km2, dos quais 0,5 km2 destinada ao Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação entre Guangdong e Macau, enquanto os restantes 4,5 km2 a zonas industriais de cultura e criatividade, de serviços integrados, etc.

Para promover a construção do Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau, o IPIM criou, em Agosto de 2011, o Grupo de Trabalho Responsável pelo Desenvolvimento de Hengqin e, em colaboração com as entidades competentes de Hengqin, foi instalado no Centro de Apoio Empresarial do IPIM, em Dezembro de 2011, o Escritório de Consultadoria e Ligação sobre Investimento em Hengqin, sediado em Macau. No 2º trimestre de 2013, o Governo da RAEM criou a Comissão de Apreciação dos Projectos de Macau no Âmbito do Desenvolvimento de Hengqin. No dia 17 de Julho de 2013, foi realizado em Macau o Seminário para a Captação Conjunta de Investidores para o Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau e Sessão de Esclarecimentos sobre as Políticas Preferenciais Vigentes em Hengqin, desencadeando, de seguida, a partir de Agosto, o respectivo processo de captação de investimentos durante 3 meses seguintes. A Comissão de Apreciação dos Projectos de Macau no Âmbito do Desenvolvimento de Hengqin divulgou em meados de Abril de 2014, a lista dos 33 projectos de investimento qualificados e recomendados às entidades competentes de Hengqin, abrangendo áreas criativa e cultural, de turismo e lazer, logística e comércio, serviços comerciais, investigação científica e educacional, medicamentos e cuidados de saúde, novas tecnologias avançadas, entre outras, estando actualmente os referidos projectos em fase da sua implementação.

O Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa em Hengqin, no âmbito da cooperação entre Guangdong e Macau, representa o primeiro projecto de parque industrial de cooperação bilateral. As entidades competentes de Guangdong e Macau formaram uma joint-venture responsável pelo investimento para promover a construção do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa e explorar as actividades respectivas. Para o efeito, o Governo da RAEM procedeu à constituição da "Macau Investimento e Desenvolvimento,

S.A", em Junho de 2011, e juntamente com a Companhia de Investimento Grande Hengqin de Zhuhai S.A., foi formada a "Guangdong-Macau Traditional Chinese Technology Industrial Park Devolopment Co., Ltd." (adiante designada por Sociedade do Parque Industrial), detendo 51% da participação por parte de Macau, e 49% por parte de Zhuhai. Em Novembro de 2011, ficou concluído o processo de registo da Sociedade de Parque Industrial no Município de Zhuhai, e definida a composição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da mesma Sociedade. Desde a sua constituição, a Sociedade já concluiu a construção do seu escritório, adquirindo o direito de uso de terrenos através de concurso, procedendo ao primeiro aumento de capital social, promovendo alteração do âmbito de exploração de actividades, concluindo os respectivos planeamentos industrial e global de construção, finalizando obras de aterro e de construção do Pavilhão de Exposição e do Centro de Exposição. Foi ainda concluída a elaboração do seu regime administrativo e financeiro, e encontra-se em curso a execução dos trabalhos de *design* das obras de infra-estruturas e do edifício principal, com vista a oferecer um melhor ambiente de investimento para todos os investidores interessados.

Foi também criado um Centro de Incubação no Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação entre Guangdong e Macau, proporcionando aos empresários locais interessados no mercado da China Continental e no referido Parque, serviços gratuitos, tais como disponibilização do endereço do Parque para efeitos de registo de empresas e de instalações de escritório no primeiro ano, servindo-se deste como local de lançamento do respectivo plano de introdução e desenvolvimento do mercado do Interior da China. O Centro de Incubação entrou em funcionamento no dia 3 de Julho de 2014 e tem capacidade para acomodar, no máximo, 50 empresas de Macau. Numa fase inicial, o Centro concentra-se essencialmente nos serviços prestados às empresas de medicina tradicional chinesa, cuidados de saúde, transferência de tecnologia, desenvolvimento de produtos para cuidados de saúde e convenções e exposições. Até à data, já deram entrada 15 empresas. Além disso, o Centro de Incubação do Parque Científico e Industrial passou a estabelecer parceria com os serviços governamentais de Hengqin, tendo designado pessoal responsável para o acompanhamento dos projectos de investimento do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, procurando assim ajudar as empresas no desenvolvimento dos seus negócios.

3) **Aprofundamento, em pleno, da cooperação Guangdong-Macau.** Entre 2009 e 2014, o IPIM e os Serviços do Comércio da Província de Guangdong organizaram, em conjunto, 6 edições da "Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau", concretizando a realização de mais de 4.600 sessões de bolsas de contacto e celebração de 68 protocolos de cooperação Guangdong-Macau em projectos, tendo ainda participado mais de 720.000 pessoas, em termos acumulativos. Entre 2012 e 2014, o IPIM e os Serviços do Comércio e Cooperação

Económica com o Exterior de Guangzhou promoveram a realização, na Cidade de Guangzhou, de 3 edições da "Feira de Produtos Famosos de Macau-Guangzhou". No mês de Dezembro de 2013, foi realizada a "Feira de Produtos Famosos de Macau-Foshan" em conjunto com a Delegação de Foshan do Conselho para a Promoção do Comércio Internacional da China (CCPIT); em Dezembro de 2014, irá ser realizada a "Feira de Produtos Famosos de Macau-Jiangmen 2014" na Cidade de Jiangmen, Província de Guangdong, sob a organização conjunta do IPIM e dos Serviços do Comércio de Jiangmen. Nos últimos 5 anos, os organismos de coordenação económica de Guangdong e Macau organizaram sucessivamente, em conjunto, delegações empresariais de ambas as partes para a deslocação aos Países de Língua Portuguesa, nomeadamente Brasil, Moçambique, Portugal, Angola e Timor-Leste, para a realização de actividades de promoção comercial, intercâmbio e visitas de estudo. Outras missões empresariais, também organizadas conjuntamente pelo IPIM e os organismos estatais competentes de Guangdong dirigiram-se a outros 15 países e regiões destinos, designadamente Argentina, Espanha, EUA, Canadá, Nova Zelândia, Alemanha, Suíça, África do Sul e Emirados Árabes Unidos para promoções comerciais e apresentações conjuntas.

4) **Valorização do papel de Macau como plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa**. Foram realizados, com sucesso, a 3ª e a 4ª Conferências Ministeriais do Fórum de Macau em 2010 e 2013, respectivamente. Colocando ênfase no apoio à introdução de empresas do Interior da China e de Macau nos mercados dos Países de Língua Portuguesa e na atracção de empresas desses países para o mercado da China, foi criado o "Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa", em Junho de 2013, por iniciativa conjunta do Banco de Desenvolvimento da China e do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização de Macau (FDIC). Em Novembro de 2013, foi concretizado o "Projecto do Parque Agrícola – Wanbao (Moçambique)", o primeiro projecto a ser financiado pelo Fundo, com a assinatura da devida documentação oficial em Macau. Actualmente, já foi aprovado o financiamento do projecto proveniente de Angola sobre a produção de suportes de fios eléctricos e tubos PE, estando a ser avaliados mais de 10 projectos apresentados por outros países lusófonos. A fim de promover o intercâmbio e cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, nos últimos 5 anos, foram organizadas delegações empresariais locais e do Interior da China para efectuarem visitas e participarem nas feiras realizadas nos Países de Língua Portuguesa, dando apoio às empresas destes países na participação em actividades económicas e comerciais realizadas quer no Interior da China, quer em Hong-Kong e Macau. Empenhou-se ainda na participação em trabalhos visados a concretização da criação, em Macau, de "1 Plataforma e 3 Centros", ("Plataforma de Partilha de Informação Interactiva de Pessoal Qualificado Bilingue Luso-Chinês e de Cooperação e Intercâmbio Empresariais"; "Centro de Serviços Comerciais para as Pequenas e Médias Empresas Lusófonas e Chinesas"; "Centro de Convenções e

Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países da Língua Portuguesa" e "Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa"). Além disso, desde a sua constituição em Macau no ano de 2011 até 2014, o Centro de Formação do Fórum de Macau proporcionou acções de formação dirigidas a um total de 629 quadros provenientes dos países lusófonos, do Interior da China e de Macau.

5) **Impulso ao intercâmbio e à cooperação económica e comercial com a Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas e outras regiões do Interior da China.** Foram organizadas delegações empresariais de Macau para participarem em grandes eventos de intercâmbio económico e comercial realizados nas diferentes províncias e municípios do Interior da China, prestando ainda apoio às províncias e municípios do Interior da China na vinda e realização das suas actividades de intercâmbio económico e comercial em Macau. Sob o enquadramento de cooperação do Grande-Delta do Rio das Pérolas, foram organizadas anualmente missões empresariais de Macau para a participação na Feira de Cooperação Económica e Comercial da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas e na série de actividades inseridas no mesmo evento. Durante as últimas 5 edições da supracitada Feira realizadas, o IPIM procedeu à coordenação e acompanhamento de 25 protocolos de cooperação em projectos, no valor global superior a 3,5 mil milhões de patacas. Em 2014, as entidades competentes de Guangdong, Hong Kong e Macau realizaram, em conjunto, a 10.a Feira de Cooperação Económica e Comercial da Região do Grande-Delta do Rio das Pérolas, tendo o IPIM organizado uma missão empresarial de Macau para a participação no evento em Guangzhou, marcando ainda presença no Fórum de Alto Nível e noutras relacionadas actividades aí desenvolvidas. Através do alargamento da rede dos Gabinetes de Ligação do IPIM no Interior da China, foi providenciado apoio às PMEs locais na exploração dos mercados continentais. Até ao presente momento, já foram instalados os Gabinetes de Ligação do IPIM nas cidades continentais de Hangzhou, Jieyang, Chengdu, Shenyang e Fuzhou, sendo de assinalar que no dia 19 de Setembro de 2014 decorreu a cerimónia de descerramento da placa alusiva à entrada em funcionamento do Gabinete de Ligação em Shenyang.

5. Criação da reserva financeira e aperfeiçoamento do regime de administração financeira e fiscal

1) **Aperfeiçoamento do regime de administração financeira pública e do regime fiscal**. Em 2006, o «Regime de Administração Financeira Pública» foi aprovado pelo Regulamento Administrativo n.º 6/2006, estabelecendo normas mais rigorosas relativas à administração financeira pública, controlando com eficácia as despesas do Governo e fiscalizando o funcionamento financeiro

dos serviços públicos. Na sequência da implementação do novo regime, foram emitidas mais instruções complementares e normas. E após revista a situação da implementação, foram em 2009 introduzidas alterações no regime pelo Regulamento Administrativo n.º 28/2009.

Em 2009, pela Lei n.º 4/2009 que altera a Tabela Geral do Imposto do Selo, foram reduzidas as taxas do Imposto do Selo sobre a Transmissão de Bens Imóveis, passando este imposto a ser tributado de acordo com os escalões de valores, variando entre 1% e 3%, no sentido de diminuir os custos das transacções para a aquisição normal de habitação.

Em 2011, o Regulamento da Contribuição Predial Urbana foi alterado pela Lei n.º 1/2011, baixando as taxas aplicáveis aos prédios arrendados e não arrendados, de 16% e 10% para 10% e 6%, respectivamente, tendo por objectivo aliviar o encargo fiscal dos proprietários dos bens imóveis.

Em 2012, por força da Lei n.º 1/2012 que altera o Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados, as taxas de transmissão de veículos motorizados novos que reúnam as normas ecológicas de emissão de gases poluentes, nos termos definidos no despacho do Chefe do Executivo, beneficiam de uma redução de 50%, com o limite máximo de 60.000 patacas. Medida esta que tem por objectivo incentivar a compra pelos consumidores de veículos amigos do ambiente.

Nos anos de 2013 e 2014, foi formalmente iniciado o processo de revisão da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), estando prevista para final de 2014 a conclusão da redacção preliminar da respectiva proposta de lei.

Desde a retirada da Assembleia Legislativa da proposta de lei sobre o Código Tributário, em Maio de 2012, foi entretanto criado um novo grupo de trabalho que concluíu basicamente a sua revisão e reformulação.

2) **Criação da reserva financeira**. Em 2012, foi formalmente implementado o «Regime Jurídico da Reserva Financeira», e concluíram-se, no mesmo ano, a mobilização dos fundos da reserva financeira e a injecção de capitais na reserva cambial. Nesse mesmo ano, o valor total do saldo do Fundo de Reserva da RAEM e dos saldos orçamentais de anos económicos anteriores ascendeu a 153 mil milhões de patacas, das quais, 98,8 mil milhões de patacas foram transferidas para a criação da reserva básica, 58,26 milhões de patacas para a criação da reserva extraordinária, e, 54,2 mil milhões de patacas para a reserva cambial. Até Julho de 2014, as reservas básica e extraordinária cifraram-se em 116,4 mil milhões e em 126,8 mil milhões de patacas respectivamente. No caso de ser acrescentado o saldo do orçamento do ano financeiro de 2013, no valor de 96,2 mil milhões de patacas, a reserva extraordinária pode vir a ascender a 223 mil milhões de patacas.

3) **Celebração de convenção fiscal bilateral com diferentes jurisdições fiscais**. A celebração visa evitar a dupla tributação, salvaguardar os direitos e os interesses dos contribuintes, elevar a transparência fiscal, optimizar o mecanismo da troca

de informações fiscais, combater e prevenir a evasão fiscal transfronteiriça. Até Outubro de 2014, foram assinados acordos fiscais entre a RAEM e 20 jurisdições fiscais, nomeadamente, 5 "Convenções para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento" e 15 "Acordos de Troca de Informações Fiscais". O Grupo de Revisão Paritária da Organização para a Cooperação Económica (OCDE) manifestou que os trabalhos da RAEM no âmbito da troca de informações fiscais já haviam atingido os padrões reconhecidos pela comunidade internacional.

6. Aperfeiçoamento da supervisão financeira e combate às actividades de branqueamento de capitais

1) **Aperfeiçoamento do regime de supervisão financeira**. Considerando o contínuo desenvolvimento do mercado financeiro e a constante elevação dos requisitos da sua supervisão, com referência aos critérios de supervisão bancária internacionais e em conformidade com a realidade de Macau, têm sido aperfeiçoadas as disposições legais e directivas de supervisão. Nos últimos cinco anos foram promulgadas a "Directiva relativa à Subcontratação de Serviços de Gestão", a "Directiva sobre Gestão Contínua de Exploração de Actividades", a "Directiva sobre o Tratamento de Queixas apresentadas por Clientes", a "Directiva relativa ao Fornecimento e Comercialização de Produtos Financeiros", a "Directiva relativa à Concessão de Empréstimos Hipotecários para Aquisição de Imóveis", a "Directiva sobre Gestão do Risco de Liquidez" e a "Directiva relativa à Publicação de Informações Financeiras" e revistas a "Directiva sobre o Combate Contra o Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo para as Instituições Financeiras", a "Directiva sobre Transacções de Elevado Montante em Numerário no âmbito do Combate Contra o Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo" e as "Normas sobre Disponibilidades de Caixa e Mínimos de Cobertura" etc. No que se refere à execução do Acordo "Basileia II/III", foram adoptadas disposições, por etapas, para implementar de forma faseada, adequada e eficaz os respectivos novos critérios e requisitos no território, em conformidade com a situação da sua implementação na RAEM. Paralelamente, tendo em atenção as experiências de supervisão vividas no passado, relativas à implementação do Regime Jurídico de Sistema Financeiro, ao desenvolvimento do sector bancário de Macau e às opiniões dos seus profissionais, bem como à evolução dos requisitos de inspecção a nível internacional, com referência às disposições legais de supervisão das jurisdições com ligação financeira íntima com Macau ou com sistema jurídico semelhante ao do território, foram iniciados os trabalhos de revisão global do Regime Jurídico de Sistema Financeiro.

2) **Implementação do Regime de Garantia de Depósitos e criação do "Fundo de Garantia de Depósitos".** Com o objectivo de reforçar a protecção dos direitos

dos depositantes, foi promulgado o Regime Jurídico de Garantia de Depósitos que entrou em vigor a partir de 7 de Outubro de 2012. Nos termos do qual é proporcionada uma garantia, com o limite máximo de 500.000 patacas, a todos os depósitos em diferentes moedas detidos por cada depositante numa mesma entidade.

3) **Aperfeiçoamento das disposições legais do sector segurador.** A AMCM procedeu à revisão dos dois tipos de seguros obrigatórios: Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel e Regime de Reparação dos Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. Pelo Regulamento Administrativo n.º 8/2011, de 21 de Março de 2011, os valores mínimos dos seguros de responsabilidade civil automóvel referentes a todos os tipos de veículos sujeitos ao Regime Jurídico do Seguro Obrigatório, foram objecto de ajustamento entre 50% e 100%, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2011. Os valores mínimos do seguro por cada acidente foram elevados para o máximo de 4 milhões de patacas, consoante os tipos de veículos. Além disso, em conformidade com o disposto na Ordem Executiva n.º 89/2010, de 6 de Setembro de 2010, os limites das indemnizações por morte e por incapacidade permanente para trabalho, previstos no Regime de Reparação dos Danos Emergentes de Acidentes de Trabalho, foram aumentados para 1 milhão de patacas e 1,25 milhões de patacas, respectivamente, a partir de 1 de Janeiro de 2011. Paralelamente, devido à complexidade dos produtos de seguros de vida e com vista a fortalecer a segurança dos segurados e a gestão das seguradoras, a AMCM implementou diversas novas disposições legais e medidas, designadamente foi prorrogado de 7 dias para 21 dias, a partir de Junho de 2013, o "prazo de reflexão nas apólices de seguro de vida"; as seguradoras estão obrigadas a adoptar "ilustrações-padrão nas apólices de seguro de vida não-indexadas", a partir de Julho de 2012, com o objectivo de reforçar os requisitos destas ilustrações que devem revelar o prémio do seguro e respectivas taxas, a constituição do prémio e os resultados anteriores do rácio de juro da apólice de seguros.

4) **Reforço das medidas de combate contra o branqueamento de capitais (AML)**. Implementação com eficácia de todas as medidas destinadas ao combate às actividades relacionadas com o branqueamento de capitais e o financiamento de terrorismo, reforçando os trabalhos de produção legislativa na área do combate ao branqueamento de capitais, nomeadamente a revisão do quadro normativo AML vigente, e dando início aos procedimentos de preparação de legislação relativa ao congelamento de bens ou fundos relacionados com actividades terroristas, terroristas ou organizações terroristas. Coordenação e execução dos trabalhos de avaliação de risco existente em toda a RAEM no que diz respeito ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, reforçando ainda a cooperação com organizações internacionais em matéria de combate ao branqueamento de capitais. O GIF foi admitido, em 2009, como membro do Grupo de Egmont, após ter sido alvo duma avaliação e aprovação no respectivo processo

de adesão. Desde então o GIF tem participado activamente nas suas actividades. E a convite da *FATF*, o GIF desempenhou igualmente um papel activo no Grupo de Revisão Regional Ásia-Pacífico do Grupo de Revisão da Cooperação Internacional da *FATF* desde 2010.

7. Manutenção do pleno emprego e promoção da ascensão profissional dos residentes

1) **Optimização do serviço de colocação profissional e elevação da sua eficácia**. A DSAL melhorou os procedimentos de atendimento no âmbito da prestação dos serviços de registo de oferta e procura de emprego, reforçou o serviço de aconselhamento profissional prestado aos jovens, procurou aliviar a pressão sentida pelos candidatos na procura de emprego, prestou apoio na integração e reintegração laboral dos indivíduos de meia-idade e com baixa escolaridade; encorajou os empregadores na contratação de indivíduos com deficiência e intensificou o serviço de aconselhamento e colocação profissional destes indivíduos. Entre 2009 e Junho de 2014, procedeu, com sucesso, à colocação profissional de 5.336 candidatos a emprego, proporcionou seminários sobre emprego e prestou serviços de planeamento profissional a favor de 5.385 jovens, apoiou a integração e reintegração laboral de 2.166 indivíduos de meia-idade entre os 40 e 60 anos de idade e com habilitações literárias equivalentes ou inferiores a ensino secundário geral e ainda encorajou as entidades empregadoras na contratação de indivíduos com deficiência, tendo conseguido a colocação de 172 desses indivíduos. Promoveu a realização de cursos para atenuação de dificuldades, com a participação de 4.356 formandos.

2) **Implementação do plano de formação com estágio destinado à integração laboral.** Primeiro, foi o "Plano de Formação no Posto de Trabalho e de Contratação", implementado em Julho de 2009 e co-organizado pela DSAL e Federação da Associação de Operários de Macau, o qual foi sendo aperfeiçoado de acordo com a situação do emprego. Esse Plano terminou em Setembro de 2011, tendo proporcionado, durante aquele período, 6.847 ofertas de emprego, tendo produzido determinado sucesso em termos de empregabilidade de TR's. O âmbito de implementação desse Plano abrangeu 6 operadoras do jogo e outras empresas que empregavam 30 ou mais TNR's não qualificados dos sectores de alojamento e restauração. Segundo, foram os cursos de formação profissional co-organizados com empresas, os quais tinham como componente principal o estágio. Para incentivar os jovens a integrarem-se em trabalhos relacionados com serviços de reparação e gestão de instalações, a partir de Abril de 2009, a DSAL tem vindo a co-organizar com diversas empresas o "Plano de Formação de Técnicos Estagiários", com a duração de 1 ano e tendo o estágio como componente principal da formação, proporcionando, aos técnicos com o nível básico em

serviços de reparação e aos trabalhadores ao serviço nessa área, uma formação em técnicas num nível relativamente mais elevado, dando também oportunidades para praticar trabalhos específicos. Durante o período de formação, os formandos têm o direito de receber um subsídio mensal máximo até 9.000 patacas, sendo 7.000 atribuídas pela empresa como subsídio de estágio no trabalho e 2.000 pela DSAL como subsídio de formação. Até 2014, aquele Plano foi realizado durante 6 edições consecutivas, tendo participado 26 empresas, incluindo empresas públicas, hotéis, empresas de serviços de reparação, entre outras. De acordo com os dados estatísticos, cerca de 95% dos 85 formandos que concluíram o curso foram contratados pelas respectivas empresas, representando uma taxa de emprego imediato (dentro de 1 mês após a conclusão do curso) de mais de 85%. Terceiro, a DSAL implementou, entre 2009 e 2013, o "Plano de Estágio no Interior da China para Alunos Graduados em Instituições de Ensino Superior" que permitiu aos alunos de Macau com o ensino superior trabalharem no Interior da China para adquirirem experiência e alargarem a sua visão. Foram organizadas 4 edições desse Plano, que contaram com a participação de 287 alunos.

3) **Empenho no impulsionamento da progressão profissional dos trabalhadores**. Para ajudar os residentes locais a obterem habilidades que lhes permitam subir aos degraus em direcção a uma ascenção profissional, o CPTTM tem vindo a proporcionar serviços de exames profissionais e abertos ao público, com atenção focada nas seguintes 4 categorias: tecnologias de informação; gestão comercial; linguagem e habilidades vocacionais. Desde 2009 até Maio de 2014, registou-se, acumulativamente, uma participação de 16.100 examinandos em diversos exames, cujo número não tem parado de aumentar anualmente, passando de 1.100 em 2009 para 4.300 em 2013. Até Maio de 2014, mais de 2.160 indivíduos participaram nos Exames Nacionais para a Qualificação Vocacional, um total de cerca de 20 modalidades, cuja taxa de aprovação atingiu, em média, 80%, aproximadamente. Quanto a testes de técnicas do modelo "1 teste 2 certificados", até Junho de 2014, 744 indivíduos passaram nos testes e foram atribuídos certificados de qualificação vocacional a nível nacional e de Macau. Para que os residentes de Macau com baixos rendimentos ou desempregados possam ter, através da formação, um trabalho com rendimentos mais elevados ou perspectivas de um futuro melhor, a DSAL implementou em Julho e Setembro de 2014, de acordo com a situação do mercado de trabalho, duas edições do "Curso de Formação de Seguranças de Hotéis", permitido, através da ligação com as operadoras do jogo, aos formandos, após conclusão do curso, participarem nas acções de recrutamento, a fim de os apoiar na integração no respectivo trabalho e melhorar as suas condições financeiras e de emprego, as quais contaram com a participação de um total de 48 formandos, dos quais 42 participaram na acção de recrutamento de seguranças entretanto realizada, tendo 29 sido contratados com sucesso. O pessoal empregado em Macau tem vindo a ascender gradualmente na sua profissão. Basicamente, as 6 operadoras do jogo já implementaram a localização do pessoal de gestão dos níveis médio e alto na secção das mesas

de jogo. Até Maio de 2014, o pessoal de gestão dos níveis alto, médio e de base representava 66,6%, 83,0% e 85,3% respectivamente.

4) **Fixação do salário mínimo para os trabalhadores que exercem trabalhos de limpeza e de segurança na área de administração de propriedades**. Para estabelecer medidas de melhoria de regalias dos trabalhadores com baixos rendimentos, após consulta do relatório de investigação da Universidade de Macau, e ouvidas as opiniões dos empregadores e trabalhadores através do Conselho Permanente de Concertação Social, e ainda tendo como referência as experiências adquiridas por países e regiões que implementaram o regime de salário mínimo e também ponderado sobre a realidade de Macau, foi proposta a fixação do salário mínimo para os trabalhadores que exercem trabalhos de limpeza e de segurança na área de administração de propriedades, no intervalo de 23 a 30 patacas como o nível do primeiro salário mínimo a ser estabelecido por lei, tendo sido feita uma consulta pública entre 30 de Setembro e 15 de Novembro de 2013. Em 1 de Julho de 2014, a proposta de lei sobre o "Salário Mínimo para os Trabalhadores que Exercem Trabalhos de Limpeza e de Segurança na Área de Administração de Propriedades" foi discutida e aprovada, na generalidade, no plenário da Assembleia Legislativa.

5) **Reforço da fiscalização da contratação de TNRs, assegurando o direito ao emprego dos TRs**. Em virtude de salvaguardar a contratação dos TRs, foi implementada, em Abril de 2010, a "Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes", tendo sido ainda adoptadas diligências no sentido de optimizar os procedimentos de apreciação dos pedidos de TRNs e sua fiscalização, as quais residiram-se nas seguintes três vertentes:

(1) Apreciação e autorização, com prudência, dos diversos tipos de pedidos de contratação de TRNs, tendo sempre por base a salvaguarda dos interesses e direitos dos TRs em termos de acesso ao emprego;

(2) Continuidade na fiscalização da situação de utilização dos trabalhadores pelas empresas, intensificando a monitorização das mesmas na contratação de TNRs e reforçando as acções de aplicação de penas relativas às infracções de contratação sem autorização;

(3) Elevação da transparência do processo relativo à apreciação dos pedidos de importação de TNRs, o que foi feita através de divulgação, a partir de Maio de 2011, das informações sobre TNRs importados. Estes dados, cuja actualização é feita periodicamente, estão disponibilizados para a consulta do público a qualquer hora, através da página electrónica do GRH. E ainda, em resposta às solicitações da sociedade, foram introduzidas atempadamente alterações ao determinado no artigo 4.º da "Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes" no ano de 2013, sobre o regime vulgarmente conhecido como o "período de

impedimento", a fim de proteger os direitos e interesses das partes patronal e laboral, assegurando o desenvolvimento saudável do mercado de trabalho.

8. Reforço da formação profissional e elevação das qualificações dos recursos humanos

1) **Organização de cursos de formação profissional diversificados para diversos sectores**. Tendo em vista o desenvolvimento de recursos humanos locais e o reforço da empregabilidade dos residentes, a DSAL organizou cursos de formação profissional diversificados para diversos sectores. Entre 2010 e Maio de 2014, foi organizado um total de 2.155 cursos de formação de diferentes tipos, que contaram com 57.471 formandos. De entre esses cursos, os realizados ao abrigo das "Acções de Formação da 2ª Aptidão Profissional" que totalizaram 344 cursos, designadamente para electricista, técnico de refrigeração, mecânico de automóveis, aplicação de programas informáticos para decoração de interiores, recepcionista de convenções e exposições, arranjos florais, acepipes chineses (*Dim Sum)*, entre outros, e que contaram com a participação de cerca de 7.200 formandos, permitiram aos indivíduos empregados aumentar as suas escolhas de emprego e o seu espaço de desenvolvimento. Por outro lado, foram co-organizados cursos de formação com estágio, com 26 empresas públicas, hotéis e empresas de serviços de reparação, proporcionando aos formandos oportunidades de fazerem o estágio, tendo a maioria sido contratados directamente pelas respectivas empresas após a conclusão do curso. Além disso, entre 2009 e Maio de 2014, o CPTTM realizou um total de 5.300 cursos de tipos diferentes, que contaram com a participação de mais de 107.400 formandos (pessoas físicas).

2) **Promoção da criação do regime de avaliação de técnicas profissionais e realização de exames para certificação profissional.** Em 2009, a DSAL celebrou, através da cooperação regional, o "Acordo de Cooperação sobre o Desenvolvimento de Técnicas Profissionais entre Guangdong e Macau", com os Serviços de Recursos Humanos e Segurança Social da Província de Guangdong. Servindo-se da experiência sobre a avaliação de técnicas profissionais e dos recursos daqueles Serviços, em 2010, a DSAL implementou, pela primeira vez, o teste de técnicas segundo o modelo "1 teste 2 certificados" para o nível elementar de "arranjos florais" entre Guangdong e Macau. Os participantes naquele teste podem, apenas com um teste, obter o certificado nacional de qualificação profissional e o certificado de qualificações profissionais de Macau. A seguir ao nível elementar de "arranjos florais", a DSAL implementou os testes de técnicas segundo o modelo "1 teste 2 certificados" para o nível médio de "arranjos florais", e também para os níveis elementar, médio e alto de "electricista de reparações", tendo ainda, celebrado, em 2011, com o CPTTM, o "Acordo de Cooperação sobre o Modelo 1 teste 2 certificados", permitindo, desse modo, que os residentes de

Macau com o certificado nacional de qualificação profissional obtido através do CPTTM, obtenham também o certificado de qualificações profissionais da DSAL. Além disso, em 2012, co-organizou em Macau, com o CPTTM, testes segundo o modelo "1 teste 2 certificados", tendo acelerado a inclusão de mais tipos de trabalho nesses testes. Em Agosto de 2014, um total de 761 pessoas (físicas) fizeram o teste segundo o modelo "1 teste 2 certificados", tendo obtido os certificados de qualificações profissionais nacional e de Macau.

9. Concretização das medidas de compartilha e melhoramento efectivo das condições de vida da população

Na sequência do desencadeamento da série de trabalhos anuais relativos à implementação das medidas favoráveis à população anunciadas pelo Chefe do Executivo na apresentação das Linhas de Acção Governativa dos últimos anos, o fruto do desenvolvimento económico tem vindo a ser partilhado pela população local. Ao longo dos últimos 5 anos, as medidas favoráveis à população implementadas na área económica e financeira comportam o seguinte:

1) Plano de Comparticipação Pecuniária no Desenvolvimento Económico. Foi atribuída a comparticipação pecuniária a favor dos residentes permanentes e não permanentes de Macau, envolvendo uma verba global de 20,18 mil milhões de patacas, beneficiando anualmente uma média de 616.000 residentes. No âmbito do apoio pecuniário para o ano de 2011, foi concedido um valor total de 1,73 mil milhões de patacas, beneficiando um total de 608.000 residentes;

2) Subvenção do pagamento das tarifas de energia eléctrica de 2.ª fase a 7.ª fase. Foram beneficiadas, em cada fase, uma média de 193.000 unidades habitacionais e o valor atribuído totalizou 1,96 mil milhões de patacas até Agosto de 2014;

3) Aplicação da medida provisória do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho a favor dos trabalhadores por conta de outrem a tempo inteiro e com baixos rendimentos, tendo sido atribuído, totalmente, um valor global de 140 milhões de patacas desde 2010 até 2.º trimestre de 2014;

4) Devolução do 60% do imposto profissional de 2012 pago pelos residentes locais que assumiram as suas obrigações fiscais, até um limite máximo de 12.000 patacas, no valor global de cerca de 386 milhões de patacas, beneficiando 100.000 contribuintes residentes;

5) Medidas de redução/isenção fiscal da Contribuição Industrial, do Imposto de Turismo, do Imposto do Selo, do Imposto Complementar de Rendimentos e da Contribuição Predial Urbana. Ao longo dos 5 anos transactos, deixaram de ser arrecadadas receitas fiscais no valor global de 7 mil milhões de patacas, com vista a proporcionar benefícios quer às empresas quer aos residentes locais.

Para a implementação de todas as medidas supracitadas, as despesas efectivamente despendidas e as receitas que deixaram de ser arrecadadas nos últimos 5 anos totalizaram 31,4 mil milhões de patacas.

10. Elevação da eficiência na arbitragem e reforço da defesa dos direitos e interesses dos consumidores

1) **Elevação da eficiência na arbitragem**. O Conselho de Consumidores (CC) implementou em 2011 a carta de qualidade em relação aos serviços prestados pelo Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo: Encaminhamento ao Centro de Arbitragem para marcação da data de conciliação e arbitragem dentro de 14 dias úteis contados a partir da data de instrução do processo de pedido de arbitragem pelas partes envolvidas. Com a implementação da carta de qualidade, verificou-se um aumento significativo da eficiência no tratamento de casos por parte do Centro de Arbitragem.

2) **Criação de plataforma para a divulgação de informação de preços e seu aperfeiçoamento.** Nos últimos cinco anos, o CC tem reforçado o desenvolvimento dos trabalhos de investigação sobre os preços de produtos postos à venda nos supermercados, alargando o âmbito da recolha de preços. Actualmente, recolhem-se mensalmente mais de 32 mil preços de cerca de 340 produtos postos à venda em quase 100 supermercados locais, enquanto em 2009 apenas se investigavam os preços de cerca de 220 produtos em 11 supermercados. Assim sendo, recolhem-se agora mais de 380 mil dados anuais. No que diz respeito à investigação específica de carácter regular, o número máximo de projectos simultaneamente levados a cabo foi de 17, durante os últimos cinco anos. Actualmente, 6 projectos estão em curso, recolhendo anualmente mais de 1.600 preços. E ainda, tendo em conta a situação de oferta e procura no mercado local, o CC criou vários grupos de trabalho para a realização de investigação e estudos concernentes aos preços de vários bens de consumo, nomeadamente os de primeira necessidade. Todos os trabalhos supracitados contribuíram para aumentar a transparência dos preços praticados no mercado, bem como prestar apoio às autoridades competentes na detecção e prevenção de eventuais problemas tais como a elevação injusta de preços e o açambarcamento de produtos.

3) **Continuação na elaboração dos códigos de práticas para as "Lojas Certificadas" e sua revisão, criando um ambiente de consumo "confiável" e "seguro" em Macau.** Durante os últimos cinco anos, o CC elaborou códigos de práticas para 5 sectores comerciais e procedeu à revisão dos códigos de 3 sectores. Até à presente data foram implementados 16 códigos de práticas para as "Lojas Certificadas" de diversos sectores sobretudo ligados à vida quotidiana dos

cidadãos de Macau e ao turismo. Actualmente, 73% das 1.220 "Lojas Certificadas" existentes, ou seja, cerca de 900 "Lojas Certificadas" estão sujeitas ao código de práticas do sector de que fazem parte.

11. Aperfeiçoamento do sistema estatístico e optimização do serviço de consulta de informação

1) **Censos 2011**. Divulgaram-se os Resultados dos Censos 2011 em Abril de 2012 e procedeu-se ao lançamento do Sistema de Informação Geográfica (GIS) dos Censos 2011, proporcionando informação demográfica detalhada e respectiva análise aprofundada através de publicações estatísticas, de páginas-*web* da DSEC e do GIS entretanto disponibilizadas, permitindo aos utilizadores de informação conhecerem, de forma rigorosa, as características e as semelhanças e diferenças entre a população total e a população local. Simultaneamente, elaboraram-se as Projecções da População de Macau 2011-2036, tomando como referência os Resultados dos Censos 2011, e as informações sobre a evolução da população e a tendência de desenvolvimento socio-económico recente, entre outras.

2) **Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) 2012/2013**. Os resultados deste inquérito, realizado quinquenalmente, providenciam ao Governo e aos diferentes sectores da sociedade, dados detalhados sobre receitas e despesas dos agregados familiares locais, incluindo o modelo de consumo de bens e serviços actualizado, estrutura da despesa, receitas totais e respectivas fontes. Estes dados servem de base para proceder à revisão do período base do IPC, dos tipos e ponderações do cabaz de bens e serviços, bem como das estimativas da despesa do consumo privado do Produto Interno Bruto (PIB), permitindo ainda a elaboração dos indicadores que reflectem a distribuição das receitas dos agregados familiares do território. A amostra do IOF 2012/2013 é constituída por mais de 6.500 unidades de alojamento, cujo processo de recolha de informação decorreu ao longo de um ano, dividido em 26 ciclos de 2 semanas, no sentido de cobrir as 4 estações do ano, com impactos sazonais próprios. Divulgaram-se os resultados do IOF 2012/2013 em Abril do corrente ano.

3) **Introdução de novos projectos estatísticos**. Tem vindo a divulgar-se anualmente, desde 2011, o Rendimento Bruto Nacional, providenciando informação suplementar do PIB calculado segundo as diferentes ópticas (despesa, produção e rendimento). Com o intuito de avaliar a contribuição efectiva das actividades turísticas para a economia de Macau, elaborou-se a primeira Conta Satélite do Turismo, referente a 2010, cujo trabalho se tornou já um projecto de rotina, divulgado anualmente. Além disso, a DSEC participou no Programa de Comparação Internacional (PCI) 2011, que envolve cerca de 200 países ou economias do mundo, com o objectivo de medir a Paridade de Poder

de Compra (PPC) de moedas distintas, no sentido de avaliar correctamente o desenvolvimento das diferentes economias. Macau está integrada na Região Ásia-Pacífico no âmbito do Programa supracitado, cujos resultados preliminares foram divulgados ao público na primeira quinzena de Abril do corrente ano, pelo Banco de Desenvolvimento da Ásia (ADB), e os seus resultados a nível mundial foram também publicados em finais de Junho pelo Banco Mundial.

CONCLUSÃO

Ao longo dos últimos cinco anos, em cumprimento das linhas orientadoras entretanto traçadas no domínio da governação na área da economia e finanças que se traduzem em "firme na prevenção de risco, estabilização do crescimento, garantia do emprego, promoção da diversificação sectorial, reforço da cooperação, optimização da estrutura, fomento da reconversão industrial e garantia da qualidade de vida da população", o Governo da RAEM tem definido como trabalhos prioritários a promoção da diversificação adequada da indústria, o apoio às PMEs, a elevação da qualificação dos recursos humanos, o aprofundamento da cooperação regional e a protecção efectiva da qualidade de vida da população. Através da adopção de uma série de medidas que visam fomentar o crescimento económico e melhorar a qualidade de vida dos residentes, os objectivos da governação previamente definidos para esta área de governação foram basicamente concretizados, com a economia global em crescimento estável, assegurando o pleno emprego, garantindo o estado saudável das finanças públicas e do mercado financeiro locais, e promovendo o gradual progresso da diversificação sectorial assim como o melhoramento do ambiente de negócios e da qualidade de vida da população.

Actualmente, a economia da RAEM já entrou numa nova etapa de desenvolvimento. Além da expansão célere da indústria de jogo, a economia local está também a enveredar-se pelo caminho da diversificação das suas actividades sectoriais, passando, assim, a dispor, de forma gradual, de vantagens próprias para o seu desenvolvimento, tendo praticamente criado um ambiente de desenvolvimento privilegiado, com vantagens em termos de marcas e de indústrias. No futuro, Macau continuará a apostar esforços em fomentar o desenvolvimento diversificado e adequado da sua economia, com atenção focada particularmente na aceleração do progresso dos sectores de turismo e lazer, convenções e exposições de negócios, actividades cultural e criativa, etc., a fim de que Macau se torne gradualmente num centro internacional de turismo e de lazer. Por outro lado, irá também desenvolver, de melhor forma, os seus próprios potenciais, acelerando a construção de plataforma de serviços comerciais a nível regional, designadamente da plataforma de serviços virada para a cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, nos domínios económico e comercial.

Perante uma conjuntura repleta de complexidade e volatilidade que está pairado sobre o contexto económico do mundo, teremos que, por um lado, tomar medidas eficazes para ultrapassar as dificuldades e obstáculos decorrentes do actual processo de desenvolvimento, assegurando o crescimento estável da economia, e por outro, empenhar-nos em delinear planos estratégicos de longo prazo que visam não só consolidar os alicerces já existentes como também estimular a sustentabilidade da expansão económica. Iremos também intensificar os estudos sobre novos problemas e conjuntura do mercado financeiro local, para que possam ser adoptadas atempadamente medidas de contingência respectivas, redobrando ainda esforços para impulsionar a economia local rumo a um desenvolvimento estável e saudável, através de aplicação de medidas visadas ao ajustamento, consolidação e reconversão do seu tecido industrial, proporcionando assim, bases sólidas em prol do desenvolvimento sustentável da economia local.

Área da Segurança

ÍNDICE

ÍNDICE 141

PREFÁCIO 143

PRIMEIRA PARTE: BALANÇO DA EXECUÇÃO DAS LINHAS DE ACÇÃO PARA O ANO 2014 145

1. Coordenação geral, o planeamento global e a gestão optimizada 145
2. Garantir a segurança da cidade, manter a boa ordem pública 147
3. Melhoria das técnicas de investigação e implementação de meios de reforço das capacidades de combate ao crime 147
4. Facilitar o desembaraço aduaneiro, incrementar a proteção da propriedade intelectual e o combate ao contrabando 149
5. Criar uma base sólida para a investigação com base nas novas tecnologias, actualizando e inovando 150
6. Segurança Rodoviária. Educação para uma condução cívica e fluidez de tráfego.. 151
7. Recurso a novas tecnologias para facilitar os procedimentos dos serviços de migração 152
8. Combate ao fogo, salvamento e protecção civil 153
9. Melhoramento do programa de protecção civil 154
10. Gestão prisional científica e promoção da reinserção social 155
11. Incremento da Formação com vista à pesquisa de talentos 156
12. Promover o policiamento comunitário, ampliar a cooperação policial 157
13. Melhorar as medidas de combate ao tráfico de pessoas 158

SEGUNDA PARTE : RETROSPECTIVA DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS A LONGO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS 160

1. O contributo da cooperação regional Guangdong, Hong Kong e Macau para a afirmação de Macau como um dos locais mais seguros 161
2. Facilitação do desembaraço alfandegário das mercadorias, acompanhando o dinamismo económico 162
3. Reestruturação policial e ajustamento às demandas da missão no combate ao crime 163
4. Esforço conjunto na prevenção da criminalidade juvenil 165
5. Agilização de procedimentos e modernização de equipamentos para melhoria dos fluxos fronteiriços 166

6. Sucesso e amplitude territorial do serviço de incêndios e de socorro 168
7. Generalizar a promoção da segurança no trânsito, impedir a condução ilegal 169
8. Aposta na formação com vista à renovação dos quadros com profissionais de excelência 171
9. Ciência e equipamentos tecnológicos ao serviço das forças e serviços de segurança 172
10. Melhoria do ambiente prisional por via da optimização da gestão e do reforço das valências da reinserção social do recluso 174
11. Sucesso no combate do tráfico de seres humanos 175
12. A cooperação com a Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau 177

CONCLUSÃO 179

PREFÁCIO

Prosseguindo os objectivos de segurança pública desejáveis para a Região Administrativa Especial de Macau, envolvemo-nos num esforço conjunto de todos os escalões de responsabilidade, quer pessoal quer organizacional, visando contribuir para a paz e tranquilidade sociais e garantindo que, nos limites da lei, os cidadãos fruam das suas liberdades e direitos individuais e os seus bens resultem protegidos. Nesse sentido, alinhamos pelas políticas públicas definidas pelo Governo, implementando estratégias e medidas concretas, por forma a que, cada uma das corporações e serviços unissem sinergias atinentes à optimização da luta contra o crime, à melhor administração dos fluxos migratórios e de trânsito transfronteiriço de bens e mercadorias, à melhoria da gestão prisional e reinserção dos reclusos nos valores e padrões comportamentais da nossa sociedade, à eficiência dos serviços de socorro e emergência, à melhoria dos comportamentos pessoais no tráfego rodoviário, bem como à melhoria da fluidez deste, em suma, à consolidação de uma boa ambiência de segurança pública interna.

O rumo da internacionalização e cosmopolitismo que se nota na RAEM caracterizado pela diversificação das ofertas de entretenimento e de lazer, vem acompanhado de um crescimento demográfico significativo, quer no que à população residente diz respeito, quer no que concerne à população flutuante, mormente aos turistas.Desta realidade resulta necessariamente o incremento das responsabilidades do policiamento e das demais vertentes da actividade da segurança pública interna. Vivem-se tempos de mudança que se reflectem nas operações do dia-a-dia, o que demanda uma constante e permanente atitude de modelação da organização e seu funcionamento, por forma a que cada departamento, no âmbito das suas concretas responsabilidades se ajuste de forma pragmática e eficiente à diversidade e complexidade dos comportamentos desviantes que se vão registando. Nesse sentido continuamos o nosso esforço de fortalecimento de todas as áreas de intervenção das forças e serviços de segurança, particularmente da sua valência policial, por forma a prevenir e combater a criminalidade, especialmente aquela que pelas suas caratcerísticas próprias mais possa afectar a estabilidade e paz sociais, cientes de que só assim, se pode assegurar o desenvolvimento socio-económico sustentado. Temos um percurso marcado pela atenção que dedicamos à melhoria do serviço prestado, focando-nos na formação contínua e permanente do nosso pessoal e na disponibilzação dos melhores meios auxiliatres da intervenção humana, dotando-o do melhor equipamento facilitando-lhe a performance táctica e técnica no prosseguimento das suas tarefas de combate aos comportamentos contrários à lei e, bem assim, das demais valências da segurança pública. Apostamos seriamente na expansão do policiamento comunitário, realizando a aproximação das polícias aos cidadãos e facilitando a interacção destes com as autoridades de segurança. Por outro lado, reforçamos a cooperação policial inter-regional, com visíveis resultados nos objectivos da nossa missão. Constatamos com orgulho de que o nosso esforço por uma arquitectura do sistema de segurança pública interna que garantisse um bom balanceamento dos valores da segurança e da liberdade tem uma resposta positiva nos resultados alcançados, dos quais

podemos retirar a conclusão de estabiliade e paz social, só possível em virtude do esforço conjunto de todos os profissionais que, com a ajuda da população, se envolveram de uma forma dedicada e leal, nesta nobre tarefa de promover o bem-estar dos cidadãos.

Nas véspera de entrada em funções de um novo Governo, é nosso dever proceder a uma análise crítica do trabalho até aqui desempenhado e retirar dela o que de mais útil possa servir o futuro, porquanto nos guia, exclusivamente, a prossecução do interesse público na senda de uma RAEM desenvolvida e próspera, mas simultaneamente segura.

PARTE I

BALANÇO DA EXECUÇÃO DAS LINHAS DE ACÇÃO DO ANO DE 2014

Em 2014 cumpre-se o 15.º aniversário do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, facto que assume significativo simbolismo político e, no que particularmente diz respeito à área de governação da segurança, é nosso dever espelhar os resultados das nossas opções de trabalho, todo ele voltado para o bem- estar dos residentes e vistantes e, bem assim, garantir que a cidade prossiga no caminho do desenvolvimento como local aprazível, de renome internacional onde o lazer seja confortado por um ambiente de segurança estável e tranquilo.

Ao longo deste último ano procurámos corresponder ao cresimento que se vem registando com uma visão mais ampla e de longo prazo, só possível à medida que se estabilizam os indicadores que permitam aplicação de regras científicas ao planeamento dos nossos trabalhos, necessárias que elas se mostram ao incremento das nossas capacidades. Assim, promovemos a melhoria da gestão interna, por via de uma auditoria de procedimentos permanente e do incremento da formação em exercício, demos maior ênfase à proximidade policial, expandindo o conceito de policiamento comunitário por forma a dar-lhe maior eficácia. Juntos, os responsáveis tomaram em mãos a tarefa da convergência para o interesse comum do desenvolvimento social, certos de que dessa reunião de esforços, resulta a força adequada à realização dos fins a que se propõem as políticas públicas do Governo da RAEM.

1. Coordenação geral, o planeamento global, gestão optimizada

Sublinhamos a importância dos Serviços de Polícia Unitários no desempenho das suas atribuições de direcção e comando operacional unificado refelectido na optimização da interoperatividade entre a Polícia Judiciária e o Corpo de Polícia de Segurança Pública (adiante designada por Polícia de Segurança Pública ou simplesmente, CPSP), aspecto fundamental para um eficaz acompanhamento do surto de desenvolvimento que vimos vivenciando na RAEM. Convictos de que a disciplina é fundamental ao sucesso da coesão policial, prestamos muita atenção à administração da justiça disciplinar, tanto na vertente da censura dos comportamentos desadequados, como na retribuição premial dos que se distinguiram pela especial dedicação. Neste sentido, interagimos de perto com as recomendações que ao longo

do ano foram sendo apresentadas pela Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança, particularmente daquelas que resultaram da análise de uma casuística específica, seguros de que essas sugestões contribuem para a melhoria do serviço prestado e da imagem externa da instituição.

Por efeito dos encontros regulares das autoridades policiais de Macau com os órgãos de segurança pública da China Continental, bem como resultado da cooperação policial com Província de Guangdong e Xangai, fortaleceu-se a eficácia das operações conjuntas. A operação conjunta com o nome de código "thunder", que envolve anualmente as polícias das três regiões referidas, foca-se no combate às actividades do submundo do crime organizado, designadamente o relacionado com o tráfico de estupefacientes, tráfico de seres humanos para prostituição e outros tráficos transfronteiriços, para além de criminalidade grave e sofisticada como o roubo, branqueamento de capitais, ofensas corporais, etc, visando, assim, manter em níveis elevados a segurança e a ordem públicas nas respectivas áreas de jurisdição. Enfatizamos, também, as "medidas e acções, preventivas" conjuntas, voltadas para as celebrações anuais do Novo Ano, por forma a que elas decorram em ambiente seguro.

Preocupamo-nos com o investimento em recursos subsidiários do bem-estar do pessoal e do mais saudável ambiente de trabalho, com vista a melhorar os índices da motivação profissional. Providenciamos apoio psicológico aos funcionários de todos os escalões da hierarquia, proporcionando-lhes aconselhamento e competências de auto-gestão emocional, o que levamos a cabo não só pela forma de seminários bem como pelo aconselhamento pessoal, muito especialmente para os profissionais da linha da frente, encaminhando-os para serviços especializados sempre que tal se mostrou necessário. No primeiro semestre promovemos 2 seminários dedicados ao problema e 43 cursos com ele relacionados, nos quais incluímos temas como os da gestão emocional, das relações interpessoais, da saúde mental, do amor e casamento, da prevenção de jogos de azar, do stresse e saúde mental, bem como sinalizamos formas de ajudar as pessoas com perturbações, acções estas que contaram com mais de um milhar de participações.

Além disso, alinhando pela crescente preocupação do comportamento anti-social global em todo o mundo, as autoridades de segurança de Macau também voltam a sua atenção para a luta anti-terrorista. Em face de crescente preocupação à escala global deste fenómeno anti-social, prestamos também muita atenção à troca de informações relativas ao terrorismo, avaliando a ameaça e reforçando as capacidade de protecção e resposta. Em Dezembro de 2013, os SPU lideraram uma delegação que se deslocou à província de Guangdong para assistir ao oitavo encontro policial de alto nível das "três regiões" sobre o terrorismo e contra-terrorismo , bem como para a XVI Conferência Anual. Os departamentos de polícia anti-terrorismo de cada uma das três discutiram uma série de questões e trocaram vivências e experiências. E em Fevereiro deste ano de 2014 teve lugar em Hong Kong "a reunião relativa ao primeiro semestre sobre operações antiterroristas das autoridades policiais das três regiões vizinhas, visando o objectivo do incremento das formas de luta anti-terrorista e, bem assim, da agilização das cooperação em matéria de intelligence antiterrorista.

2. Garantir a segurança da cidade, manter a boa ordem púbica

A Polícia de Segurança Pública intensificou as suas estratégias tácticas, reforçando o pessoal que, na linha da frente, previne e combate o furto,o roubo e o fogo posto, ciente de que estes comportamentos são muito prejudiciais ao bem-estar dos cidadãos. Igualmente intensificou o combate ao trabalho clandestino, desenvolvendo mais acções no sentido de conter o fenómeno.

Acompanhando o desenvolvimento de Macau, optimizou-se o conceito de patrulhamento, adaptando-o à nova densidade urbana, designadamente dotando-o de novas viaturas operacionais, assim aumentando a sua capacidade de intervenção em situações de emergência. Com esse objectivo e a fim de reforçar a capacidade de intervenção, constituiu-se um novo conceito de patrulhamento concretizado no "Grupo Especial de Partulha". Este Grupo iniciou a sua actividade no início de Agosto passado em apoio do patrulhamento de rotina, dando-lhe, muito particularmente, suporte no policiamento de grandes eventos e na ocorrência de crimes graves. Actualmente, a península de Macau e as Ilhas contam, ainda, com a colaboração desse "Grupo Especial de Patrulha" activo 24 /24 horas, o qual cobre também o complexo habitacional de Seak Pai Wan. Para além da dotação com cinco veículos de intervenção rápida, a luta contra o crime foi reforçada com outro tipo de equipamento operacional que concorre para a intervenção e processamento rápidos de incidentes anti-sociais.

Foram estabelecidas directrizes caracterizadoras dos locais públicos onde os sistemas de videovigilância podem constituir um meio complementar importante da acção de polícia, cuja instalação é sempre objecto de estudo prévio e acompanhamento devido.

3. Melhoria das técnicas de investigação e implementação de meios de reforço das capacidades de combate ao crime

A Polícia Judiciária, por efeito da melhoria das suas instalações físicas e de outros equipamentos viu beneficiada a implementação de importantes medidas de polícia, designadamente o reforço da intelligence policial, o que lhe permite um melhor acesso às novas tecnologias e proporciona uma melhor capacidade de intercâmbio global, tão necessário ele é para o fortalecimento das medidas de combate ao crime. No sentido de implementar uma metodologia policial que alicerça a investigação criminal na recolha de indícios, incrementamos o intercâmbio e a cooperação dos congéneres do exterior no sentido de desenvolver uma rede de intelligence que proporcione uma boa recolha de informações sobre a criminalidade que permita não só a eficácia do combate mas também a melhor adequação de medidas preventivas. A acção da Polícia Judiciária desenvolveu-se com especial incidência no combate aos crimes de furto, roubo, fraude, tráfico e consumo

de estupefacientes, bem como em outras vertentes do comportamento criminoso, como as casas de jogo clandestino. Para tanto melhorou as condições de trabalho do pessoal de investigação dotando-os de equipamento forense adequado e especial, por forma a que cada um retire o melhor das suas capacidades e competências profissionais, particularmente quando está em causa o combate à criminalidade grave, ao crime informático ou com recurso a altas tecnologias. A rede de intelligence policial continua em expansão, dela resultando uma melhor e mais eficaz análise dos fenómenos criminógenos.

Desde 2013 que a Polícia Judiciária se vem empenhandono combate à fraude telefónica, para tanto desenvolvendo técnicas de investigação do modus operandi dos criminosos e estabelecendo uma profícua cooperação com as autoridades do Interior da China e das regiões vizinhas. Desta cooperação, particularmente com as autoridades do Município de Zhuhai, resultou recentemente êxito na investigação de um caso de burla telefónica conhecido por "adivinha quem ", através da qual um grupo de delinquentes burlou, um número conhecido de 8 vítimas de Macau, envolvendo um total de 460 mil Yuans de prejuízo para as mesmas. As polícias de Guangdong, Hong Kong, Macau e Taiwan, em Setembro deste ano, tomaram "medidas conjuntas de protecção a idosos", tendo desmantelado um grupo que se dedicou durante 2 anos à fraude telefónica, contra idosos de Taiwan, detendo trinta e um homens e mulheres cujos actos ilícitos envolveram quantias que somaram HKd $ 200 milhões, sendo de destacar que foi a polícia de Macau quem protagonizou a investigação.

Para combater a criminalidade informática estabelecemos uma teia de relações de cooperação de dimensão internacional, envolvendo contactos com autoridades de outros países e regiões, facilitadas pelos acessos que nos confere a INTERPOL, bem como o contacto sistemático com operadores de telecomunicações, o que nos permite um conhecimento mais profundo e uma atitude de prevenção junto dos departamentos governamentais e das nossas instituições financeiras, convictos de que só assim podemos combater este tipo de criminalidade e proteger os cidadãos em face destas actividades ilícitas, actuando com oportunidade. Também, entre Fevereiro e Maio deste ano de 2014 foi investigada uma fraude financeira envolvendo cartões bancários que atingiu um valor de mais de 200 mil yuans, do que resultou a prisão de 14 suspeitos. Finalmente, também a meio do corrente anos, a Policia Judiciária descobriu um caso de utilização de cartões de crédito falsificados a partir de clonagem de dados de verdadeiros ilicitamente apropriados pelos delinquentes, com recurso a alta tecnologia.

Desenvolvemos um enorme desforço no que diz respeito ao combate ao tráfico internacional de estupefacientes, Para tanto, durante Janeiro a Maio de 2014, usando os nossos recursos de intelligence criminal e incrementando o contacto com diversos departamentos congéneres estrangeiros, alacançamos vários êxitos, tendo apreendido, em Maio, mais de 3Kgs de estupefacientes, isto apesar da cada vez mais sofisticada acção dos traficantes que procuram iludir as autoridades recorrrendo a viagens pouco ortodoxas e muito sinuosas. Além disso, a Polícia Judiciária com base na sua análise profissional, conseguiu detectar um alvo com comportamento suspeito, e em 07 de Agosto interceptou no Aeroporto Internacional de Macau um indiano a praticar o tráfico de estupefacientes, e encontrado na sua bagagem 3.023 gramas de drogas de heroína .

4. Facilitar o desembaraço aduaneiro, incrementar a proteção da propriedade intelectual e o combate ao contrabando

Nos últimos anos temos concentrado esforços na facilitação do desembaraço aduaneiro, por via da promoção e desenvolvimento de sistemas electrónicos dedicados. Em 2014, foi lançado com sucesso um modelo de desmaterialização dos procedimentos que vinha sendo desenvolvido desde 2103, e visa essencialmente a importação de automóveis. Registamos, também, significativas melhorias nos procediemtos de declaração electrónica, notando-se uma maior simplificação e aceleração na liberação das mercadorias. Para prevenir as intrusões fraudulentas, optimizamos os nossos recursos informáticos, quer a níve do hardware quer a nível do software.

Vimos dedicando especial atenção à recuperação das infra-estruturas e incrementamos medidas tendentes a conceder uma maior segurança à navegação nas águas costeiras de Macau, combatendo a emigração ilegal, o roubo, o contrabando e outras actividades ilícitas capazes de comprometer a estabilidade e o cumprimento da lei.Paralelamente reforçamos as nossas capacidades de patrulhamento,de busca e de salvamento em meio aquático, renovando os meios por forma a optimizar o serviço prestado. Desenvolvemos uma apertada vigilância sobre o trânsito fomigueiro de mercadorias, por forma a combater os delitos aduaneiros e a importação de produtos falsificados, os quais são destinados a vender a turistas com avultados lucros. Detectámos 14 casos de violação dos direitos de propriedade intelectual sobre marcas registadas, cujos processos foram encaminhados para o Ministério Público. A nossa luta contra a fraude aduaneria desenvolveu-se nos vários cais de desembarque e igualmente em pontos de abastecimento ao público, não só de produtos alimentares como de outros de diversa natureza e finalidade. Regularmente cooperamos com outras autoridades policiais para combater as importações à margem da lei e bem asim a revenda em lojas negras, clandestinas.

A cooperação dos SA com os congénres locais e com os das regiões vizinhas permitem uma maior dinâmica no combate aos ilícitos aduaneiros, estribada na troca de informações e experiências. Exemplo desta boa cooperação foi a realização em Maio de operações transfronteiriças conjuntas de Guangdong-Macau, das quais resultou o desmatelamento de verdadeiros mercados ilícitos, tendo identificado diversos casos relacionados com evasão fiscal, nomeadamente na área do comércio de tabaco falsificado, cujo valor agregado atingiu mais de vinte milhões de patacas, o que constitui uma acção muito significativa nesta área comercial específica..

Realizámos três reuniões de alto nível relacionadas com a temática da nova ponte Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau 2014, tendo alcançado consenso sobre várias formas de cooperação futura para um ingresso suave nos desafios que aquela infra-estrutura nos vai trzer.

5. Criar uma base sólida para a investigação com base nas novas tecnologias, actualizando e inovando

Por forma a melhorar e a dar maior eficácia à investigação criminal vimo-nos equipando com a mais moderna tecnologia informática de auxílio policial, bem como de software específico dedicado. Demos prioridade à rapidez dos sistemas e da respectiva gestão. Providenciámos também módulos de formação aos investigadores que os apetrecharam com as melhores técnicas de perícia criminal, pretendendendo com isto a optimização das suas capacidades profisionais, particularmente no que respeita ao uso das novas tecnologias, tudo com vista a uma maior eficiência do processo de invstigação.

As novas tecnologias são determinantes para fazer face à maior complexiade como hoje se praticam os crimes, tornando a sua descoberta mais dificultada. Nesse sentido providenciamos um acervo significativo de meios complementares tecnologicamente avançados, que permitam, também, uma melhor e mais eficaz interacção interdepartamental. Assim, nos últimos anos procedemos a uma melhoria constante do suporte informático forense, do apoio laboratorial de bioquímica e, bem assim, do desenvolvimento do banco de dados DNA e da prospecção respectiva do suporte legal. Em 2014, procedemos à introdução de equipamentos sofisticados e novas técnicas, tais como testes genéticos e de identificação de resíduos de explosivos e produtos corrosivos, preparando-nos para cenários actuais da prática de crimes em que a recolha de prova se torna mais difícil e sofisticada.Um trabalho árduo foi tambem desenvolvido na área da computação forense, visando torná-la mais eficiente na utilização e no resultado. Deste nosso esforço resultou, como exemplo, a possibilidade de termos finalmemte identificado o autor de um homicídio ocorido há 11 anos, fruto de um enorme empenho e aplicação de técnicas de investigação avançadas, quer de lofoscopia, quer de pesquisa de DNA.

O Banco de dados de impressões digitais é também um dos objectivos em execução e que muito irá contribuir para a identificação biométrica das pessoas e evitar a dupla identidade. No âmbito do policiamento electrónico, a DSFSM está intensificar a "actualização e a expansão do sistema de rádio", incluindo a actualização de equipamento de controlo do sistema central e de várias unidades individuais, aumentando as consolas, tudo no sentido de incrementar a capacidade de reacção rápida e conceder eficácia ao trabalho. Além disso, vimos desenvolvendo aplicações (Apps) para smartphones, sobre valências da Polícia de Segurança Pública de Macau, designadamente as relacionadas com os fluxos fronteiriços, o que permite a consulta em tempo real do volume de afluência e congestionamento (exibe imagens video em real streaming, dos locais de passagem fronteiriça), bem como as relacionadas com as infracções às leis do trânsito rodoviário e, bem assim, a a implementação de hotline.

Durante o ano foi concluídas aplicações para os equipamentos móveis dos agentes policiais que permitem o acesso a informação individual sobre a autorização de permanência dos visitantes em Macau, validade dos documentos de trabalhadores nao residentes, informação sobre pessoas desaparecidas, informação sobre dados dos veículos, bem como

disponibilizam funcionalidades de tradução e mapas de Macau. Igualmente desenvolvemos um processo de autuação electrónic , sendo que os agentes da PSP, podem, agora, transmitir à base de dados, em tempo real, as infracções registadas. Em Fevereiro de 2014 o Departamento de Trânsito já tinha em uso um total destes 115 aparelhos. Ainda no âmbito do equipamento electrónico, procedemos aos trabalhos preparatórios de instalação de 55 pórticos de passagem automática no Terminal Marítimo da Taipa.

6. Segurança Rodoviária. Educação para uma condução cívica e fluidez de tráfego

As forças e serviços de segurança vêm sendo confrontadas com o crecimento contínuo das redes viárias, o que demanda uma maior intensidade de tráfego e a maior solicitação de intervenção policial, por forma a que se garanta uma maior fluidez. Especialmente nas horas de ponta e em locais determinados habitualmente mais congestionados, designadamente nos feriados, reforçamos a fiscalização e as operações de regulação tendo em vista facilitar a circulaçào de pessoas e bem asim prevenir a sua segurança.

A Polícia de Segurança Pública tem procedido a um esforço de cooperação interdepartamental por forma a combinar os dados e informações obtidos e utilizá-los, bem como aos equipamentos, para melhor monitorizar os comportamentos abusivos, seja do excesso de velocidade, seja do excesso de alcoolemia, aspectos sobre os quais, em parceria com os Serviços de Justiça, vimos apostando na publicidade, com vista a reduzir a sinistralidade. Intensificamos a fiscalização junto das passadeiras para peões e as zonas de atravessamento interdito, exortando os cidadãos a adoptarem comportamentos cívicos adequados por forma a melhor alcançarem a sua própria segurança. Estacionamos mais nove unidades de patrulha em Coloane, com o objectivo de melhor fiscalizar o trânsito onde decorrem trabalhos de engenharia e, bem assim, reprimir as situações de poluição ambiental causada pelas partículas suspenso na atmosfera, que causam prejuízos à vida quotidiona.

Fortalecemos, ainda, as acções de fiscalização sobre comportamentos impróprios para a condução automóvel, como seja a influenciada por adições ilícitas de estupefacientes e alcool, lançando mão de mais modernos equipamentos de teste. Procedemos a uma sistemática avaliação das condições do tráfego rodoviária, monitorizando o seu estado em real time. Intensificamos a fiscalização do estacionamento ilegal e abusivo, com particular expressão naquele que dificulta a fluidez do trânsito. Incrementamos o recurso aos meios tecnológicos para detectar as transgressões, incrementando a instalação de sistemas de detecção de estacionamento ilegal, quer na Península, quer nas Ilhas. Em articulação e comunhão de esforços com os departamentos respectivos, desenvolvemos acção conjunta para combater comportamentos abusivos e ilícitos dos taxistas, bem como o transporte privado e ilegal de passageiros, como também incremenatmos a acção inspectiva sobre os condutores não habilitados, promovendo a redução do impacto negativo que têm para a normalização do trânsito rodoviário em Macau.

No que se refere ao processamento das contraordenações de trânsito, a Polícia de Segurança Pública, vem desenvolvendo uma série de procedimentos administrativos e operacionais na linha da frente, daí advindo resultados satisfatórios que dão mais clareza e segurança à autuação de infracções. Com vista ao melhoramento e eficácia destes procedimentos, adquirimos um número significativo de quipamentos modernos que permitem o acesso mais célere a informações úteis a esta actividade por parte de polícia de linha frente.

Confrontando-nos com o desenvolvimento do projecto do Metro Ligeiro, das grandes infra-estruturas hoteleiras do COTAI e locais de entertenimento adjacentes, com a implementação do novo Campus Universitário da Ilha de Hengqin, com o crescimento das áreas residenciais, com as perspectivas de novos postos fronteiriços, é fácil imaginar a pressão que pende sobre as forças policiais para garantir a boa ordem na gestão do trânsito rodoviário, que seja simultaneamente segura e eficaz.

7. Recurso a novas tecnologias fara facilitar os procedimentos dos serviços de migração.

Temos assistido a um enorme incremento da emigração em Macau, o que determina um esforço redobrado e uma gestão muito optimizada dos recursos disponíveis, Sobre o Departamento de Migração recai a responsabilidade de gerir os movimentos fronteiriços, acompanhando essa tarefa de uma alargada panóplia de procedimentos de catalogação de dados dactiloscópicos e de dados estatísticos, só possíveis de levar a cabo com a ajuda de avançados modelos de software informático. Na verdade, só com o recurso a estes meios complementares que os serviços de migração vêm desenvolvendo, é possível levar a bom termo a sua missão, quer quanto à fidelidade da confirmação das identidades, quer quanto à desmaterialização dos procedimentos, reduzindo ao mínimo indispensável os consumos de papel e, bem assim, poupando nos recursos humanos

A fim de melhor lidar com o pico de multidões nas fronteiras, o Departamento de Migração procede a uma pré-avaliação, com vista ao planeamento das necessidades de equipamento e de pessoal da linha da frente e do atendimento público, de molde a manter a comunicação com as autoridades da China Continental, 24 horas sobre 24 horas, e melhor gerir os fluxos de pessoas.

Além do incremento da passagem automática, investimos fortemente em pessoal, software e hardware, com vista a corresponder à implementação do documento de viagem electrónico por parte da China Continental, a par de uma sistemática coordenação de medidas afins, do que resulta uma clara melhoria da eficiência dos procedimentos de fronteira. Igualmente, articulamos com as autoridades de Hong Kong o uso do documento de viagem electrónico, substituindo o tradicional "carimbo" por uma senha onde é indicado o tempo de permanência autorizado a cada um dos visitantes, em ambos os locais, procedimento que teve reflexos muito positivos no tempo de transposição fronteiriça.

Igualmente implementamos, na sede dos serviços de migraçao, um sistema de marcação prévia por forma a que o levantamento dos documentos ocorra com hora marcada e assim torne o atendimento mais amigável para os requerentes.

Tendo em vista um maior rigor no sistema de aprovação dos processos de trabalhadores não-residentes originários da província de Guangdong, implementou-se, desde Julho,uma linha de internet dedicada no âmbito do programa "Linha Aberta Guangdong-Macau" do qual se esperam os melhores resultados. A segurança das fronteiras é também uma das preocupações do departamento de Migração e, nesse sentido, vem-se implementando as normas internacionais do sistema APIS-Advance Passenger Information System, por forma a que as informações sobre os visitantes permitam uma triagem mais eficaz e tão antecipada quanto possível. Por último uma referência para o facto de os governos da Austrália e de Macau, terem assinado um memorando de entendimento com vista à formação de pessoal tanto na área da emigração ilegal como na do combate ao tráfico de seres humanos.

8. Combate ao fogo, salvamento e protecção civil

Continua em curso a construção de um conjunto de grandes empreendimentos o que demanda do Corpo de Bombeiros um trabalho àrduo de adaptacão dos seus planos de combate ao fogo. Primeiramente, o novo campus da Universidade de Macau na Ilha da Hengqin criou necessidades específicas que levaram à instalação de um posto operacional e à realização de simulacros de incêndio em ordem a testar e agilizar procedimentos em caso de ocorrência. Igualmente, o projecto da ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau demanda uma coordenação das capacidades de cada um dos locais de ligação, por forma a agilizar procedimentos e se conhecer o modo de intervenção de casa uma das partes, em caso de uma ocorrência. Também um conjunto de realizações em curso, como o Metro Ligeiro, nos requisita a adaptação dos planos de contigência, ao que vimos procedendo à medida que vão avançando os trabalhos de construção, para garantirmos eficiência numa eventual intervenção, tendo em vista a especialidade do transporte ferroviário. Prevenimos a dificuldade de acesso ao local do sinistro em caso de congestionamento de tráfego rodoviário, equipando-nos com motociclos equipados para acudir em primeiro grau a uma emergência, actuando como força avançada de reacção imediata, que se vem revelando de uma importância extrema. Instalamos equipamentos especiais de salvamento para ocorrer a eventuais ocorrências de incêndio nas novas zonas de habitação pública de Seak Pai Wan, onde tambem temos estacionado pessoal para qualquer eventualidade.

O Corpo de Bombeiros fez uma aposta forte na formação de pessoal da linha da frente e no treino sistemático e específico direccionado para as novas infraestruturas, testando e implementando os planos de contingência respectivos, assim fortalecendo as capacidades técnicas do seu pessoal da linha da frente. Vimos acompanhando estas acções com um esforço de melhoria das condições de trabalho, das instalações e dos equipamentos, por forma a aumentar a eficiência do trabalho operacional, convictos de que só deste modo se logra a realização do interesse de Macau e da sua população, quanto aos serviços de socorro, salvamento e resgate.

Procedemos a um levantamento dos locais de maior incidência de acidentes no primeiro semestre do ano, estudando, com base nos 28 catalogadas, as melhores formas de intervenção das equipas de salvamento, designadamente quanto à forma mais célere de evacuação de eventuais sinistrados, assim aumentando o grau de sucesso no socorro das vítimas.

Desenvolvemos um programa de trabalho voltado para a prevenção de incêndio realizando, no primeiro semestre, 59 palestras sobre o fogo, nas quais participaram mais de 5.000 pessoas, 18 exercícios de evacuação de escolas e 18 eventos sobre a mesma temática da prevenção do fogo. No mesmo sentido, procedemos à distribuição de mais de 13.000 cartazes e folhetos, e é nossa intenção prosseguir estes programaas fazendo uso dos mais diversos canais de divulgação, promovendo a consciencialização para uma atitude mais segura. Também no que respeita à actividade inspectiva, levamos a cabo 641 inspecções em locais de trabalho, a 647 fiscalizações dos sistemas de segurança contra incêndios, a 1316 inspecções de segurança e a 2786 avaliações de segurança, tratamos 182 queixas e colaboramos com outros serviços, designadamente no desmantelamento de locais de alojamento ilegais, e, ainda, num processo de demolição, o que soma 71 intervenções.

9. Melhoramento do programa de protecção civil

O Gabinete Coordenador de Segurança, no ano de 2014 continuou a melhorar programa de Protecção civil, realizando vários exercícios destinados a testar a operacionalidade dos diversos departamentos e a arquitectura da sua cooperação relativa, assim promovendo a melhoria da resposta em caso de catástrofes naturais ou acidentes em grande escala. Foram, no primeiro semestre do ano, realizados exercícios de sala (Posto de Comando) dirigidos à ocorrência de Tufão, simulando e testando a capacidade de resposta às emergências decorrentes destes fenómenos atmosféricos, visando a coordenação, em Macau e nas Ilhas, ao nível da eficácia do comando e controlo, da alocação de recursos, das comunicações e do processamento de dados.

Além disso, demos importância ao "mecanismo de ligação na Gestão de Emergências Guangdong e Maca". O Gabinete Coordenador de Segurança participou em várias reuniões", das quais destacamos o "V encontro sobre o mecanismo de ligação na Gestão de Emergências entre Guangdong e Macau", realizado em fevereiro de 2014, em Zhuhai, e, posteriormente, coordenou uma visita conjunta de amabas as partes ao novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin e respectivo perímetro das instalações, o que vai ajudar no futuro, além do mais, a monitorização e o resgate em eventual situação de emergência.

Sobre o "plano de emergência do novo campus da Universidade de Macau na Ilha da Hengqin", O Gabinete Coordenador de Segurança prosseguiu com a constante actualizaçao dos diversos planos de contingência, o que implicou a coordenação com as autoridades de segurança pública do continente com vista à implementação de um novo acordo de operações de emergência relativo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin.

10. Gestão prisional científica e promoção da reinserção social

No último ano, o Estabelecimento Prisional de Macau prosseguiu o melhoramento do desempenho das suas atribuições, enquadrando-o num elevado grau de rigor e segurança. Assente no desenvolvimento das competências dos seus recursos humanos, a instituição incrementou o seu esforço de preparação do recluso para um fururo regressso à liberdade, facultando-lhe uma ampla gama de oportunidades de formação profissional e actividades de grupo, visando o reforço da sua auto-estima e vontade de recuperação dos valores padrão da sociedade onde regressará após o cumporimento da pena.

Com esse objectivo principal da reinserção social, procedemos a uma alocação racional do pessoal, facultamos-lhe formação adequada e reorganizamos as subunidades por forma a poder melhor cumprir essa importante missão. Por outro lado, investimos na formação específica do pessoal da guarda prisional, dando-lhes competências adequadas ao cumprimento das suas funções.

Providenciando as mais exigentes condições de segurança no Estabelecimento Prisional, instalamos, durante Março de 2014, equipamentos sofisticados de Raio X por forma melhor obviar a falhas de inspecção de segurança e, designadamente, prevenir a introdução ilegal de produtos.Igualmente adquirimos equipamento de rastreio de telemóveis, por forma a interceptar a sua entrada e uso ilegal no interior da prisão. Preocupamo-nos tambem com as condições de saúde e salubridade do meio prisional e, para o efeito, adquirimos equipamentos de detecção de temperatura, que rastreiam tanto a população prisional como quaisquer outas pessoas que o frequantem, seja por que razão for.

Promovemos diversas acções relacionadas com a saúde mental da população prisional, organizando diversas actividades orientadas para a pesquisa de habilidades pessoais e para a sanidade mental dos reclusos, como disso é exemplo, em 2014, o "Worshop Vida saudável", no âmbito do qual foram reforçados comportamentos amigos do ambiente, como sejam a prevenção do tabagismo. Este programa visou tambem conceder competências aos reclusos, envolvendo-os em dinâmicas de grupo, para melhor lidarem com a adversidade diminuindo a sua angústia ansiedade.

No sentido da melhor gestão dos recursos disponíveis iniciamos o estudo da Lei Orgânica do Estabelecimento Prisional, com vista a adpatar a sua estrutura aos novos desafios, muito particularmente para um melhor e mais racional emprego dos meios humanos. Relativamente a estes investimos seriamente na formação e capacitação pessoal, promovendo 36 de acções de formação em 2014, que envolveram cerca de 3000 participações, delas se destacando a formação de formadores, com seis acções dedicadas. De sublinhar que a partir de Junho se realizaram 11 desssas acções, envolvendo um total de 1.246 participações.

Concluímos a ampliação e reforma da ala feminina, exactamente no início de 2014. Porém, mantemos em desenvolvimento um projecto de expansão desats instalações que permitirão o aumento da capacidade de 184 para 315 reclusas.

11. Incremento da Formação com vista à pesquisa de talentos

Estamos em sintonia com os demais departamentos e serviços da administração no que diz respeito ao prosseguimento de um programa de intensificação da formação de talentos por forma a corresponder às cada vez maiores exigências que se colocam à governação. Nesse sentido, desenvolvemos uma intensa actividade de optimização profissional dos recursos humanos e de pesquisa de talentos, que demosntrem capacidades consideradas mais-valia para as nossas áreas de desempenho. Neste aspecto, não descuramos o fomento do bilinguismo e as técnicas de comunicação, em especial do pessoal da linha da frente, por forma a facilitar a mediação com os cidadãos e assim optimizar o serviço público prestado.

Na nossa área de governação, essa missão cabe em primeira linha à Escola Superior das Forças de Segurança de Macau, a qual toma a seu cargo a formação do pessoal nos diversos escalões profissionais, ajustando essas acções àquilo que em cada momento se estima serem as necessidades da comunidade e providenciando cursos de levado nível e qualidade. A fim de alcançar uma relação equilibrada entre qualidade e quantidade direccionamos a nossa acção para o aproveitamento das capacidades intelectuais, fomentando igualmente a graduação externa em licenciatura e mestrado. Envolvemos neste objectivo a Escola da Polícia de Segurança Pública, a Escola da Polícia Judiciária e a Escola de Bombeiros, cada uma delas com programas orientados para capacitação nas suas atribuições e valências específicas, sem prejuizo do fomento do intercâmbio com outros departamentos, quer de ensino, quer de outras áreas, por forma a colher deles o melhor que cada um pode oferecer, assim aproveitando as sinergias disponíveis na administração e melhor adestrar os nossos recursos humanos, certos de que quanto melhor for a sua capacidade profissional maior será a disponibilidade emocional para um bom desempenho.

Concluímos o XII Curso para formação dos oficiais de polícia e bombeiros" em março deste ano, no termo da qual se realizou a cerimónia de graduação, resultando que os 31 alunos foram incorporados na Polícia de Segurança Pública e Corpo de Bombeiros nas respectivas carreiras de oficiais. Decorrem o XIII Curso para formação dos oficiais de polícia e bombeiros e o "XIV Curso para ormação de oficiais dos bombeiros", enquanto decorre a preparação para abertura do XV Curso de formação de oficiais do CPSP". Em 26 de Maio, houve 189 elementos do XIX Curso de Formação de Instruendos que tomaram a posse, decorrendo entretanto o XX Curso de Formação de Instruendos, do qual se prevê sairem prontos 155 elementos. Está em curso o concurso para o XXI Curso de Formação de Instruendos. Entretanto, temos em marcha o início dos procedimentos com vista ao XXII, sendo que o respectivo aviso foi publicado em Setembro.

A ESFSM, em coordenação com outros departamentos, organizou cursos de formação, incluindo o curso de formação para ingresso na categoria de Subcomissário alfandegário, o curso de formação para ingresso na carreira de verificador alfandegário, curso de formação para ingresso no Corpo de Guardas Prisionais (estagiários do Nepal), cursos de formação de mandarim para guardas prisionais, bem como cursos de formação em valências específicas,

tais como" cursos de formação de condutores", "curso básico de formação de funcionários públicos servir nas forças de segurança de Macau, curso de formação sobre procediemtntos de aquisição de bens e serviços, entre outros. Enquanto isso, a ESFSM cooperou com entidades de formação no exterior, do que são exemplo: o Departamento de Investigação Criminal de Guangdong, o Instituto de Hong Kong Police Force, oInstituto de Oficiais de Guangdong de Cantão, o Instituto de Gestão para Funcionários Públicos de Jing Gang Shan de Jiangxi, o Instituto das Forças Armadas do Povo Chinês e o Instituto de Polícia Criminal da China.

12. Promover o policiamento comunitário, ampliar a cooperação policial

O policiamento comunitário é um conceito de policiamento ao qual dedicamos muita da nossa atenção porquanto a proximidade que ele inculca é fundamantal para a detecção de comportamentos desviantes, tendencialmente criminosos. Este conceito de policiamento materializa-se na aproximação ao cidadão pelas mais diversas vias , desde a interacção pessoal ou mediação através das associações públicas ou privadas, passando pela utilização dos mass media. Este trabalho é fundamental para a prevenção do crime, fundamentalmente junto da população jovem, mais vulnerável ao aliciamento para actividades à margem da lei, pelo que, junto das organizações juvenis, levamos a efeito sessões de esclarecimento sobre a compreensão do regime jurídico de Macau, integrando-as em programas de educação cívica.

Demos e daremos sempre muita importância à comunicação social como meio essencial à passagem e divulgação da nossa mensagem de ordem pública, preocupando-nos em manter uma boa relação de coperação, optimizando também as nossas subunidades de relações públicas, por forma a manter os melhores canais de proximidade com os media. Esta relação que privilegiamos funciona em dois sentidos, porquanto não só divulgamos a nossa mensagem como aproveitamos as notícias que nos fazem chegar, delas colhendo as utilidades que nos oferecem em benefício do melhoramento da nossa actuação. Providenciaremos conferências de imprensa regulares publicitando os modi operandi mais actuais dos criminosos, divulgando as uas técnicas e aconslhando os cidadàos sobre a forma como devem resguardar-se dessas investidas criminosas. Paralelamente, reforçamos o intercâmbio com os congéneres vizinhos, muito particularmente no que tem a ver com a criminalidade violenta e grave e com o terrorismo, montando operações conjuntas com vista à respectiva prevenção e repressão.

Ainda no âmbito do policiamento comunitário prosseguiremos o aprofundamento das relações entre a polícia e a comunidade, fazendo incidir a presença junto dos edifícios habitacionais. Este conceito de policiamento tem que ser muito sensível aos condicionalismos sociais, promovendo uma profunda sensibilização dos cidadãos para a importancia da sua boa interacção com as autoridades, por forma a melhor prevenir o crime. Desenvolvemos alguns programas de aproximação aos cidadãos,além das tradicionais visitas às associações

cívicas, como sejam a divulgação de publicações com indicações de segurança e protecção perante o crime, iniciativas de sensibilização da juventude para a segurança e para a identificação com os valores padrão da vida em sociedade, e utilização das facilidades da Web para a divulgação da nossa mensagem. Ademais, prosseguimos com o programa dos Pioneiros Combatentes do Crime e o da Prevenção de crimes em edifícios, dos quais esperamos os melhores resultados.

O CPSP tem dado especial atenção à prevençao da criminalidade juvenil, aproximando-se das escolas e junto delas promovendo iniciativas, que durante Janeiro a Maio do ano já atingiram o número de 9 e às quais assistiram mais de 1.200 jovens. Preocupa-nos o aliciamento de jovens para o crime e no sentido de o evitar redobramos esforços numa atitide preventiva, advertindo-os e admoestando-os quando adoptam comportamentos, com especial incidência nos reincidenets. Neste capítulo podemos referir que durante Janeiro a Maio foram sujeitos a investigação um conjunto de 13 jovens.

Também o Grupo de Acompanhamento dos Jovens da Polícia Judiciária tem por missão a prevenção da delinquência juvenil e a educação cívica, vindo a realizar ativamente um trabalho muito interessante junto dos pais e das escolas, bem como de outros grupos comunitários e departamentos da administração. Pretende-se envolver todos estes sectores na temática de prevenção da delinquência nos escalões etários mais jovens e, em conjunto levar a efeito iniciativas e estratégias que facilitem um percurso dos jovens socialmente amparado. Realizaram-se eventos em espaço aberto num total de 22, entre Janeiro e Maio deste ano, no âmbito dos quais foram passadas mensagens preventivas aos jovens e, ainda, o aconselhamento a denunciarem sempre quaisquer atitudes indiciariamente criminosas de que se apercebam, assim cooperando com a Polícia e a ajudando no combate ao crime. Criou-se uma rede de "segurança escolar" a qual, juntamente com as escolas, nos facilitará o desenvolvimento de uma plataforma de troca de informações, fundamental a conhecer as más influências que eventualmente possam chegar de fora e, bem assim, a concepção de estratégias preventivas e de dissuasão. Até a Maio de 2014, foram visitadas 48 escolas primárias e 62 secundárias no âmbito deste programa.

13. Melhorar as medidas, combater o tráfico de pessoas

Em 2014, a Comissão de Acompanhamento de Medidas de Dissuasão do Tráfico de Pessoas de Macau prosseguiu uma consistente agenda de trabalhos de prevenção de crime de tráfico de seres humanos, bem como de protecção das suas vítimas, envolvendo-se nas políticas de combtae a este tipo de criminalidade, para tanto estabelecendo parcerias, nas quais se incluem as parcerias com ONG's. A comissão é composta por cinco grupos de trabalho que realizaram reuniões regulares para discutir medidas mais eficazes para melhor execução do seu programa. O grupo de trabalho da prevenção visitou Hong Kong em Setembro e aí se reuniu com uma série de departamentos governamentais e organizações não-governamentais para discutir,entre outros assuntos, a questão da prevenção do trabalho escravo.

Em termos de prevenção, no ano passado foram feitas atualizações tecnológicas nas de linha de apoio, organizando junto da comunidade e do campus, palestras, atividades, divulgação de informação jurídica relacionada pela Internet, bem proporcionando formação interna aos agentes policiais. Realizou uma série de seminários sobre o combate às relações de trabalho forçado, junto dos diversos sectores profissionais a fim de explicar a forma como a lei trata estes casos. Além disso, em cooperação com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária organizou um seminário específico para as magistraturas e outras profissões jurídicas. De realçar, ainda, a publicação sob o patrocínio da Comissão, de um livro sobre o "Crime do Tráfico de Seres Humanos" da responsabilidade e autoria da Associação do Estudo do Direito Criminal de Macau.

Nesta matéria é de destacar os trabalhos levados a cabo pelas polícias que incluiram o combate ao tráfico de pessoas nas suas grandes operações, incluindo as operações conjuntas com as cogéneres do exterior que visaram a fiscalização e o resgate de vítimas desde fenómeno criminal. Internamente, a Polícia de Segurança Pública realizou uma acção de identificação das vítimas de tráfico de seres humanos, e reforçou o controlo nos postos fronteiriços. De Janeiro a Setembro de 2014, a polícia detectou quatro casos de tráfico de seres humanos, resgatou quatro das suas presumíveis. Em 05 de Abril último, o Corpo de Polícia de Segurança Pública investigou e prendeu dois suspeitos envolvidos em crime de tráfico para prostituição de mulheres africanas em Macau e Guangzhou, as quais haviam sido aliciadas com promessas ardilosas.

A Comissão vem atribuindo grande importância à cooperação com a sociedade civil e, com a ajuda do Centro do Bom Pastor, da Associação das Mulheres de Macau e de Cáritas de Macau, dái resultando o fortalecimento e a ampliação da rede de proteção das vítimas.

Em 2010, foi assinado com a Mongólia um acordo de cooperação na luta contra o tráfico de seres humanos. Em 2014, houve reunião com representantes da Mongólia, para reforçar a cooperação bilateral e o intercâmbio na luta contra o tráfico de seres humanos.

PARTE II

RETROSPECTIVA DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS A LONGO DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Guiado pelos princípios "um País dois Sistemas" e "Macau governado pelas suas gentes" o Governo da Região Administrativa Especial tem-se empenhado ao longo dos anos, na implementação da "Lei Básica" em toda a sua plenitude, gozando do alto grau de autonomia que lhe é concedida e, com base na qual vem promovendo a manutenção da estabilidade social, a harmonia e o desenvolvimento económico. Beneficiando do inestimável apoio do Governo Central e do esforço conjunto dos cidadãos, o Governo empenha-se, na verdade, no desenvolvimento social e dos seus padrões de cultura, no ajustamento das suas políticas públicas, e na consolidação sustentável de uma economia dinâmica. Nos últimos anos, a área de governação da segurança pública interna assumiu com responsabilidade a tarefa de protecção das pessoas e seus bens, ciente de que é, também, do grau da sua eficiência que resultam bases de sustentação para a implementação das políticas públicas e para o desenvolvimento de que vimos falando e se pretende.

Nos últimos anos, Macau tornou-se um dos paradigmas do "turismo mundial e um "centro de lazer" internacionalmente reconhecido, para aqui confluindo um contingente de turistas, o que convoca um empenho deveras exigente à área da segurança, uma vez que determina o aumento exponencial da população e significativas alterações na qualidade de vida e no ambiente social. Confrontados com esta nova realidade, as autoridades de segurança tomaram em mãos este desafio e, orientando a sua acção para o bem-estar das pessoas, determinaram-se na implementação de programas e medidas dotadas de plasticidade adequada às novas dinâmicas sociais. Para essa finalidade fizemo-nos dotar de recursos humanos e materiais adequados. Adquirimos equipamentos modernos e edificamos instalações condizentes com as necessidades. Dedicamos a nossa atenção à formação contínua do pessoal, com vista a alcançar a melhor coesão possível e melhorar a eficácia e a perícia policial, porquanto, só assim podemos corresponder às exigências da inovação e do crescimento da Região Administrativa Especial de Macau. Com efeito introduzimos equipamentos tecnologicamente avançados porquanto, os mesmos facilitam e simplificam os procedimentos para além de agilizarem a cooperação interdepartamental, cada vez mais necessária na actividade que prosseguimos, o que é particularmente visível na questão do tráfego rodoviário. É este o resumo do noso empenho nos últimos 5 anos, o que aqui deixamos:

1. O contributo da cooperação regional Guangdong, Hong Kong e Macau para a afirmação de Macau como um dos locais mais seguros

A cooperação regional entre Guangdong, Hong Kong e Macau foi fundamental para o combate ao crime transfronteiriço ao longo destes últimos 5 anos de governação. Nos últimos anos, as polícias de Hong Kong-Guangdong e Macau lançaram, nos resepctivos programas anuais, uma operação conjunta com a duraçao de um mês, tendo por grande objectivo a depuração do ambiente de segurança das três regiões, promovendo a respectiva estabilidade social. Durante os últimos cinco anos, a Operação conjunta "Trovão", proporcionou o êxito na investigação de um conjunto de crimes transfronteiriços, dando origem a sucessivas operações conjuntas conexas de particular importância para a segurança regional.

Anualmente, nas proximidades do Ano Novo Lunar, os Serviços de Polícia Unitários coordenaram os organismos subordinados, a Polícia de Segurança Pública e Polícia Judiciária, na realização de uma operação preventiva com o mesmo objectivo de depuração do ambiente de segurança pública interna.

Em Maio de 2012, em Macau teve lugar o 2.º Forum de Polícia de Macau e de Zhuhai. Em Junho de 2014, sendo que o 3.º teve lugar em naquela cidade.Este forum tem por objectivo promover a cooperação entre a polícia de Macau e de Zhuhai e assimilar mais profundamante os níveis de cooperação policial e o intercâmbio, a fim de, em conjunto, melhor lidar e combater a criminalidade transfronteiriça. Em Novembro de 2012 e Dezembro de 2013, tiveram lugar, em Macau, os VII e VIII Seminários sobre "Estudo da Ciência Policial" dirigido às autoridades policiais de ambos os lados do Estreito, Taiwan, Hong Kong, Macau, no âmbito do qual se promoveu ativamente o intercâmbio e cooperação mútua das autoridades policiais, envolvendo nele, especialistas e académicos, com o objectivo de melhorar os estudos teóricos policiais sobre a luta contra crime transfronteiriço.

Os SPU desenvolveram uma série de trabalhos no grupo de trabalho policial contra jogo ilícito de Guangdong, Hong Kong e Macau, prestando a atenção para o flagelo público causado que pode constituir o jogo ilegal. Os departamentos policiais dos três lugares promoveram uma activa ligação, realizando regular e anualmente uma conferência, com foco na luta contra o as apostas ilegais do futebol durante o Campeonato Europeu e o Campeonato do Mundo, sendo de resgistar êxito assinalável nesta acção, para tanto sendo relevanets as trocas de informações entre aquelas entidades de investigação criminal.

A investigação criminal assumiu um papel relevante ao nível da cooperação regional, Tomem-se por exemplos bem sucedidos dessa cooperação os seguintes : em Julho de 2011, fruto desta cooperação, foi desmantelada uma unidade de fabrico de drogas ilícitas num edifício industrial no bairro Iao Hon, no âmbito da qual foram apreendidos 87 Kgs de químicos e anfetaminas, resultando na prisão de dezenas de cúmplices, neutralizando, assim, uma organização que se dedicava a esta prática criminosa e altamente lesiva à saúde pública,

não só de Macau como das regiões adjacentes; em Fevereiro e Março de 2012 no âmbito da operação "Clone Casino" foram investigados dois casos de fraude maciça, no âmbito da qual foi detido um grupo de 23 criminosos, incluindo o respectivo líder de Hong Kong; nos meses de Fevereiro e Março de 2014, foi descoberta com êxito uma fraude envolvendo a utilização fraudulenta do cartão Union Pay, que envolvia valores próximos das centenas de milhões de Patacas.

A polícia cumpriu com êxito a missão de segurança em grande envergadura. Este cenário de entrega total à missão repetiu-se ao longo dos últimos cinco anos sempre que altos dirigentes nacionais se deslocaram a Macau, colocando as autoridades policiais todo o seu empenho profissional na garantia de segurança absoluta dos dignitários visitantes. Em 2010 e 2013, decorreu em Macau, "a terceira e a quarta sessão do fórum de cooperação económica dos países de língua Portuguesa com a China ". Neste certame estiveram presentes entidades representativas dos respectivos países, ao mais alto nível, incluindo Presidentes, Ministros e Vice-Ministros, dignitários que exigiram das autoridades de segurança uma coordenação interna e externa muito activa. As autoridades policiais de Macau desenvolveram um trabalho meritório, quer na protecção individual, quer no âmbito das mais diversas valências da segurança do evento e dos altos dignitários, incluindo de facilitação na área da migração

Também o Corpo de Bombeiros desenvolveu um trabalho de grande mérito na sua área de intervenção, realizando múltiplas acções de inspecção de segurança contra incêndios dos Hotéis e bem assim dos geradores de corrente eléctrica em caso de emergência. O contributo desta corporação inclui outras áreas de intervenção como a disponibilização de meios de socorro móveis e fixos que garantiram o decurso dos trabalhos em perfeita segurança para os participantes, os quais assim emprestam toda a sua energia ao decurso dos trabalhos, certos de que na s retaguarda nada foi esquecido, para o caso de ocorrência de um qualquer incidente.

2. Facilitação do desembaraço alfandegário das mercadorias, acompanhando o dinamismo económico

Nos últimos anos, com a implementação da assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau e a implementação do plano de desenvolvimento de Hengqin de Zhuhai, articulado com o plano de desenvolvimento global, e as medidas acordadas entre os Serviços de Alfândega do continente e das regiões vizinhas, foi implementado o "selo verde", através do qual se alcaça a certificação mútua do resultado da inspecção bilateral entre as Alfândegas de Guangdong e de Macau, o que teve particular impacto na liquidação de impostos sobre as operações de comércio externo do álcool, medidas facilitadoras que se pretende estender a outros países uma vez que são extremamente eficazes e úteis para as operações aduaneiras, nas transacções comerciais com o exterior.

No combate ao contrabando terrestre, para providenciar a maior eficácia na inspecção de veículos de grande porte os Serviços de Alfândega introduziram nas fronteiras com Zhuhai duas máquinas de Raio X de grande porte, o que em muito evita o contrabando por via terrestre e torna as operações aduaneiras muito mais eficaz em impedir e combater o uso de veículos com duas marcas para transportar de forma oculta os produtos luxuosos para a China Continental. No âmbito de inspecção alfandegária, procedemos a operações de fiscalização baseadas na avaliação de risco e das informações. A nossa luta contra a fraude aduaneria desenvolveu-se nos vários cais de desembarque e igualmente em pontos de abastecimento ao público, não só de produtos alimentares como de outros de diversa natureza e finalidade. Regularmente combatemos as importações à margem da lei e bem assim a revenda em lojas negras ou clandestinas a fim de assegurar a segurança alimentar.

Nos últimos anos, unimo-nos ao Departamento de Fronteiras de Guangdong, para a navegação ilegal. Em cooperação com a Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água, limpamos os artefactos pesca ilegal o que contribui para a redução muito significativa da navegação ilegal e sem o respectivo licenciamento, o que, paralelamente, contribuiu para reduzir e monitorizar a emigração ilegal.

Constatamos que com a entrada em funcionamento do campus da Universidade de Macau na Ilha da Hengqin, a Alfândega de Macau encetou e incrementou a comunicação com a fronteira Guangdong, não se tendo até hoje registado problemas significativos de natureza aduaneira, como, aliás durante os três anos da sua construção, em que incidimos a fiscalização sobre o trânsito de materiais e equipamentos.

Nos últimos anos, com o desenvolvimento do turismo em Macau e o incremento do consumo associado a um maior poder de compra, não só dos visitantes como também dos locais, a protecção dos direitos de propriedade intelectual teve que ser reforçada com o apoio dos titulares dos direitos, sendo que os Serviços de Alfândega se podem orgulhar do trabalho feito nesta matéria. A violação de propriedade intelectual on line é um problema transversal e à escala universal, registando-se esta tendência , também, em Macau, através dos mais diversos meios. Este desafio determinou uma intensificação da formação dos conhecimentos técnicos do pessoal alfandegário e, bem assim, cooperação com as autoridades aduaneiras do exterior, sem esquecer a dotação com equipamento sofisticado e altamente tecnológico, porquanto só assim é possível proteger o interesse público em geral e a economia em particular.

3. Reestruturação policial e ajustamento às demandas da missão no combate ao crime

Com a implementação da liberalização do sector do jogo e da política do visto singular para os cidadãos da China Continental, registou-se o rápido desenvolvimento da economia em Macau, resultou uma maior permeabilidade de Macau àos cidadãos das regiões e países vizinhos, advindo daí novas variáveis para o ambiente de segurança. Por

seu turno, as práticas criminosas tendem a uma maior sofisticação tecnológica e a uma mais frequente transnacionalidade. A Polícia Judiciária vem adaptando as competências policiais às demandas das dinâmicas sociais e apurar a eficácia do trabalho, procedemos aos ajustamentos regulamentares necessários para melhorar a organização da estrutura através da aprovação do Regulamento Administrativo n.º 20/2010: a criação do Gabinete de Informações e Apoio foi decisiva na investigação da criminalidade organizada, grave e violenta, e no apoio a outras unidades de investigação, bem como para ajudar ao desenvolvimento de um plano estratégico de combate ao crime, com base em intelligence criminal. Com a adaptação estrutural às demandas introduzidas pela cada vez mais sofisticada prática criminosa, particularmente as que operamos nos departamentos de informática, ciências forenses e, bem assim, no departamento de crimes económicos; foi e continua a ser nosso propósito dar combate às actividades criminosas que usam as novas tecnologias de informação para expandir a sua actividade, designadamente, o cibercrime, realidade que cada vez mais assume gravidade e exige de nós mais esforço e qualificação profissional

Levamos a efeito outras medidas de reestruturação nas quais incluímos a criação, em Janeiro de 2011, de um Grupo de reacção rápida para responder a qualquer situação de emergência; em 2012, criámos um Grupo especial para intervenção nos casinos, a fiscalização 24 sobre 24 horas, em estreita cooperação com a Direcção dos Serviços de Inspecção de Jogos. A partir de Julho de 2013, procedemos à mudança para o antigo edifício da Xinhua, mantendo alguns departamentos dispersos pela cidade, em função das necessidades decorrentes de uma melhor gestão dos recursos e de uma mais eficiente direcção funcional; 2014, foi um ano marcado pelo desenvolvimento das técnicas de investigação da criminalidade informática, por via do incremento da formação em computação forense, fortalecendo o poder de investigação e associando isto a campanhas de divulgação junto das escolas, centros comunitários e da população em geral sobre os perigos a que estão expostos em face do progressivo desenvolvimento das mais diversas formas de criminalidade informática.

Com estas alterações estruturais a Polícia Judiciária fortaleceu as suas capacidades de luta contra o crime e concorreu para que vivamos numa sociedade subordinada à lei. Particularmente os crimes que mais atormentam a população, o furto, furto qualificado, homicídio, fogo posto extorsão, sequestro etc., revelaram uma significativa redução, pelo que reivindicamos uma parte desse êxito e com eles contribuímos para o melhor bem-estar dos cidadãos e para o crescimento socioeconómico sustentado da economia de Macau e melhoramento dos índices do seu desenvolvimento social.

Tendo beneficiado muito da troca de informações entre os serviços congéneres. A PJ entende que este intercâmbio é, hoje, prevalecente eque a cooperação externa é fundamental à intelligence criminal, pelo que se prosseguiu e intensificou a ligação com as regiões e países vizinhos, esforço do qual veio a resultar êxito para todas as partes envolvidas e, particularmente, para o trabalho da Polícia Judiciária, nas suas estratégias forenses. Nesse sentido se prosseguiram estratégias de enriquecimento da cooperação policial, a fim de

se apreender as mais recentes metodologias dos grupos criminosos e da criminalidade internacional e transfronteiriça, tal como o tráfico de estupefacientes, os crimes relativo aos jogos de fortuna azar, os crime informáticos, entre outros, e, assim, melhorar as formas de cooperação policial transfronteiriça. Em de 2011, foi desmantelada uma unidade de fabrico de drogas ilícitas num edifício industrial. Em 2012 foi desmantelada operação "Clone Casino". Em 2014, foi descoberta uma rede criminosa envolvendo a utilização fraudulenta do cartão Union Pay.

4. Esforço conjunto na prevenção da criminalidade juvenil

O CPSP através do seu programa de prevenção criminal junto das escolas, encetou um trabalho comunitário, muito para além da mera "advertência Policial", Enviou um representantes policial para contacto regular com os assistentes sociais escolares afim de as capacitar e dotar de competências afins das estratégias de combate à delinquência juvenil, mas também de captar sinais de devios comportamentais, úteis para a prevenção criminal. Na sequência da implementação do regime de medidas de advertência policial, vigente a partir de 2007, foi dada formação específica aos agentes policiais que executam a advertência, aplicável a pequenos delitos e que serve de aviso e alerta para as graves consequências dos actos praticados, promovendo a sua conciliação com os valores da integração social, aferida por padrões comportamentais.Designadamente, afastando-os de locais de risco, como os de entretenimento nocturno, em cujos ambientes cresce uma maior vulnerabilidade ao aliciamento.

Nesse sentido, e desde o segundo semestre de 2013, a Polícia de Segurança Pública instalou um "mecanismo de ligação com a comunidade", enviando várias equipas para junto das escoas, das associações cívicas e outras organizações de juventude, com a finalidade de fazerem um trabalho de divulgação por via de vários meios comunicacionais, de reuniões, palestras, todo o tipo de informação preventiva, promovendo também, para o mesmo efeito, a melhor interacção com a população. No âmbito do policiamento comunitário foi implementado um mecanismos de pesquisa e recolha de informações, que facilitam a actuação em tempo útil, quando é sinalizado um qualquer evento crítico. Este é o meio privilegiado para reportar às polícias indicações sobre a evolução da criminalidade juvenil bem como outros problemas que afectando a vida das pessoas interferem com o seu sentimento de segurança. Esse material recolhido é analisado e tratado pelo serviço policial competente e incorporado na sua agenda operacional.

Nos últimos anos a Polícia Judiciária empenhou muito do seu esforço no policiamento comunitário, principalmente implementando várias atividades promocionais e educativas, através do Gabinete de Relações Públicas, dirigidas especialmente aos jovens, com o apoio dos media e da comunidade, nesse sentido divulgando avisos policiais na net onde revela os mais recentes modi operandi dos criminosos para que o público alvo melhor

compreenda o ambiente de segurança. Em Abril 2010 criou uma "Equipa de Prevenção de Crimes residenciais", envolvendo os moradores, as entidade gestoras dos condomínios e as associações de moradores, entidades que se comprometem com a colaboração com as autoridades, a fim de que estas se mantenham actualizadas quanto ao perfil securita'rio do edifício, o que obteve muita aceitação das comunidades residenciais.. Em Abril de 2014, implementou o programa dos "Amigos da polícia judicial na luta anti-crime", recrutando pessoas entusiasmadas no trabalho de prevenção da criminalidade, programa que já captou a adesão de 323 edifícios..

A Polícia Judiciária criou em 2008 o grupo de acompanhamento de delinquência juvenil, que comunga dos mesmos objectivos, e direccionou um programa de prevenção da delinquência juvenil chamado, "Escola Segura via net" na qual participam 62 escolas primárias e 48 secundárias através do qual divulga informações muito úteis e procede a briefings regulares com vista a uma combate eficaz das tendências criminógenas nestas idades. Em Julho de 2013 lançou um novo programa, "Pioneiros anti-crime", que recrutou os alunos provenientes da Escola Segura via net. Os quais vão receber um ano de formação com vista a fomentar a consciência cívica nos mais jovens e dar-lhes competências e conhecimentos facilitadores da participação na luta contra o crime, bem como para divulgar esta mensagem de bons padrões de comportamento cívico. No Natal de 2013, foi organizado o concurso de conhecimentos sobre a prevenção criminal no seio de estudantes primários e secundários a fim de elevar a sua consciência da prevenção criminal.

5. Agilização de procedimentos e modernização de equipamentos para melhoria dos fluxos fronteiriços

O CPSP vem desenvolvendo um esforço extraordinário no sentido de agilizar a passagem nas fronteiras, fazendo-o quer ao nível dos equipamentos, quer ao nível dos recursos humanos e dos procedimentos, tudo no sentido da assim beneficiar a população.

Foi criado um canal especial para crianças inferiores a 11 anos de idade, vocacionado para aqueles que frequentam escolas em Macau e, assim, não serem prejudicados com atrasos na chegada às aulas. Assim desde 1 de Setembro de 2010, de segunda a sábado, pela manha e ao fim da tarde, das 7 horas às 8: 30 horas, foi aberto um canal dedicado a estes jovens que entram na RAEM com maior fluidez e desde 9 de Janeiro de 2013 foi aberto um canal destinado às crianças que residem em Macau mas frequentam escolas na China Continental, das 7 horas às 8: 30 horas.

Em 21 de Setembro de 2010 instalamos 26 pórticos de passagem automática no Terminal Marítimo da Taipa e, em 22 de Novembro de 2011, reforçamos o Posto Fronteiriço do Aeroporto Internacional de Macau com mais 8 equipamentos com idêntica finalidade, todos disponíveis para o controlo de residentes e outros passageiros registados, assim dando muito maior rapidez aos procedimentos de entrada e saída, e permitindo um mais rápido desembaraço dos passageiros.

Alargamos o universo dos utentes do sistema automático de passagem. Em 2010 expandiu-se para os utentes com permanência especial e suas famílias, trabalhadores estrangeiros e suas famílias e estudantes não residentes em Macau. Em 2011, os titulares de salvo-conduto chinês com visto de trabalho podem usar o sistema automático de passagem. E disponibilizamos a consulta online do andamento dos procedimentos e da data do levantamento dos documentos de identificação. Em relação aos serviços mais procurados, foi promovido o serviço de notificação das seguintes matérias por meio de mensagem do telemóvel: autorização de residência, marcação prévia e título de permanência especial. Por sua vez em 28 de Fevereiro de 2011, lançamos um novo modelo de cartão de identificação, o qual também serve de documento de viagem para saída e entrada em Macau. Em Março de 2012, entrou em funcionamento o sistema de impressão digital electrónica, que ajuda, fora do horário de expediente, a verificação de identidade dos visitantes de Hong Kong que tenham perdido o seu documento de viagem. Em 14 de Maio de 2012, lançou-se o serviço de fotografia tirada por via electrónica in loco para requerentes de documento, assim lhes facilitando o procedimento. Em 1 de Abril de 2013, foi acrescentado o programa de verificação de identidade dos visitantes que tenham perdido o seu documento de viagem.

Em articulação com uso de salvo-conduto electrónico para Hong Kong e Macau, foi concluído em 2014 o programa de actualização de hardware e software, sendo agora possível os cidadãos portadores de tal documento usar o sitema de passagem automática sem quaisquer outras formalidades. O sistema de reconhecimento facial entrou em funcionamento em 2011, nos principais postos fronteiriços, tais como o das Portas de Cerco, Terminal Marítimo do Porto Exterior, Terminal Marítimo Provisório da Taipa, Aeroporto Internacional de Macau e posto fronteiriço do Cotai .

Em 11 de Julho de 2011 entrou em funcionamento o Centro de Detenção para emigrantes Ilegais, localizado no edifício dos Serviços de Migração, com lotação para 188 indivíduos, com alas, masculinos e feminina.

Em 26 de Março de 2013, foi lançada a plataforma digital de informação dos postos fronteiriços a qual dá informação em real time e, por imagem, sobre o tráfego de pessoas e respectiva fluidez na passagem, sendo assim a cessível a qualquer cidadão esse tipo de informação através de um dispositivo móvel e decidir, por si, o momento de proceder à sua passagem.

No sentido de simplificar e desmaterializar ao máximo os procedimentos, abolimos o carimbo no documento de viagem, a partir de 17 de Abril de 2013, isentando-os do preenchimento de arrival/ departure card, medida que encurta o tempo de passagem. Em 10 de Julho de 2013 estendemos a medida a outro tipo de documentos, substituindo os carimbos pela emissão de um ticket com indicação do tempo de estadia autorizado, assim melhorando a eficiência no respectivo controlo e fiscalização.

Em Novembro de 2013, foi assinado um memorando de entendimento com os serviços de migração de Austrália e do CPSP, com o objectivo de agilizar os mecanismos de cooperação e bem assim implementar acções de formação específicas e reforçar as

capacidades dos agentes de ambas as partes. Foi acordado, para além da formação, o incremento na troca de informações e experiências, especialmente quanto a questões do tráfico de seres humanos, falsificação de documentos, imigração ilegal e outros ilícitos conexos às fronteiras, tudo no sentido da adopção de Boas Práticas operacionais e administrativa, compromissos mútuos que vêm sendo implementados já no decorrer do ano de 2014.

Em 10 de Março de 2014 teve início o sistema de marcação online, assim permitindo aos utentes acederem, através do site da Polícia de Segurança Pública, a uma plataforma de reserva de hora de atendimento, na qual podem proceder a alterações ou cancelamentos, deste modo obviando a acumulações e filas de espera indesejáveis, para atendimento aos balcões.

O pessoal da Polícia de Segurança Pública, em todos os seus graus da hierarquia e qualidade na respectiva orgânica, empenham-se na prestação do melhor serviço ao cidadão, animados pelo sentimento de "interesse público", fazendo justiça ao prémio colectivo que lhe foi atribuído pelo Chefe do Executivo , "Quality Award da Região Administrativa Especial de Macau", sublinhando o seu desempenho.

6. Sucesso e amplitude territorial do serviço de incêndios e de socorro

O Corpo de Bombeiros em 13 de Dezembro de 2007 outorgou com Serviços de Bombeiros de Segurança Pública da Província de Guangdong e do Departamento Provincial de Saúde da mesma Região o "Acordo de Cooperação Guangdong-Macau em matérias de combate ao incêndio e de socorro", visando a melhoria bilateral das respectivas atribuições e a realização de exercícios conjuntos. Nos últimos cinco anos, tiveram lugar várias acções de cooperação que visaram o fomento e a melhoria da comunicação bilateral, do que se destaca o encontro realizado de 11 a 27 de Novembro de 2010, com vista a dar início aos preparativos para 16.º os Jogos Asiáticos, tendo sido abordados aspectos relacionados com a prevenção e combate ao fogo e, bem assim, com a temática do socorro. Além disso, o Corpo de Bombeiros continuou a manter a comunicação com os congéneres de Guangdong com vista aos planos de emergência e, a com eles, participar em reuniões, conferências, seminários e outras actividades que permitem criar sinergias e reforço da cooperação bilateral, a bem do melhor desempenho das atribuições de cada instituição.

O Corpo de Bombeiros tem vindo a articular a sua acção com a política de habitação pública do Governo e bem assim com a política de conservação do património classificado, estendendo as suas preocupações de missão ao complexo da Ilha da Hengqin, sempre no sentido da mais bem sucedida prevenção de incêndios. O trabalho de inspecção de incêndios tem vindo a incrementar-se à medida do crescimento da malha urbana, com destaque para a nova zona habitacional de Seak Pai Van, onde, aliás, desde meados de 2013, foi estacionada uma guarnição dotada de auto-escada por forma a garantir uma resposta imediata em caso

de ocorrência de uma qualquer emergência, que justifique a intervenção dos bombeiros para resgate. Em consonância com o desenvolvimento urbano e com o programa de habitação pública, temos, de facto, desenvolvido um trabalho efectivo e sistemático de prevenção.

Em articulação com o Instituto Cultural de Macau, lançamos um plano de prevenção contra incêndios nas áreas classificadas como Património Mundial de Macau, sendo que de acordo com o mesmo procedemos a inspecções conjuntas e a acções de formação de natureza preventiva, como por exemplo o uso de extintores de incêndio pelos funcionários, sensibilizando-os para essas tarefas primárias. Promovemos um simpósio sobre a prevenção do fogo em zonas classificadas como Património Mundial em conjunto com o Ministério da Segurança Pública, trazendo muitos especialistas e convidando responsáveis tibetanos, atento o seu património cultural, tendo resultado grande êxito de todas as intervenções sobre esta temática tão importante para a nossa história.

O novo campus da Universidade de Macau na Ilha da Hengqin trouxe novos desafios e, desde o seu início, o Corpo de Bombeiros acompanhou a sua construção levando a cabo todos os procedimentos legais e regulamentares. Igualmente acompanhamos a construção do Túnel subaquáctico e, a partir de 19 de Agosto último, temos instalado um dispositivo operacional no novo quartel do campus e procedemos já, em 20 de Agosto, a um exercício no Túnel subaquáctico. Por outro lado, procedemos a palestras e exercícios, de natureza preventiva, envolvendo procedimentos de prevenção, combate e evacuação, visando sensibilizar e dotar o pessoal de capacidade de reação em caso de ocorrência de um incidente grave.

Em relação aos projetos de infra-estruturas transfronteiriças da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o Corpo de Bombeiros editou um plano de contingência daquela infraestrutura que abrange o tráfego transfronteiriço de Hong Kong-Zhuhai-Macau Ponte, e do túnel que liga a ponte a Gongbei, tendo em mente os fluxos de pessoas e automóveis e denmais questões relacionadas com a emergência e o resgate. Os Serviços de Bombeiros de Guangdong e Macau, realizaram em Dezembro de 2012, um simpósio sobre o programa de resgate no período da construção de ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau", no sentido de estudar profundamente esta grande infraestrutura

7. Generalizar a promoção da segurança no trânsito, impedir a condução ilegal

O rápido crescimento de veículos automóveis em Macau, desproporcionado relativamente à sua rede viária, traz uma enorme pressão à gestão do tráfego rodoviária por parte da Polícia de Segurança Pública, a qual prossegue a estudar formas práticas de enfrentar os problemas que se colocam. Este esforço envolve uma maior dedicação do pessoal, não só para efeitos de ordenamento, como também para a fiscalização da condução em infracção às regras estradais, pretendendo-se, assim, reduzir a ocorrência de acidentes. Prosseguimos a instalação de equipamentos de detecção de excesso de velocidade e de

estacionamento e paragem ilegal, em especial nas zonas sinalizadas como mais vulneráveis a estes tipos de infração e sisnistralidade. Vimos desenvolvendo um novo programa de segurança rodoviária em parceria com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, em marcha desde 2013, e que decorrerá de uma forma permanente e contínua, no âmbito do qual procedemos à sensibilização dos utentes da via pública para as regars básicas da segurança rodoviária, o que fazemos por vário meios, como a distribuição de panfletos, exibição de videoclips e bem assim recorremos aos meios de comunicação social para massificação desta campanha.Por sua vez. A Polícia de Segurança Pública envolveu várias associações cívicas, escolas e outras organizações não-governamentais, a fim de, em conjunto com elas e com o empenhamento dos seus agenets policiais, promoverem acções de divulgação e conhecimento jurídico sobre temas da segurança rodoviária em Macau.

Paralelamente ao encerramento da Av. Almeida Ribeiro ao tráfego comum, aos domingos e feriados, reservando-o apenas a viatruas especiais e à implementação de corredores dedicados a motociclos na Ponte Sai Van, a Polícia de Segurança Pública criou um canal de comunicação direccionado à DSAT, por forma a melhor artricular e racionalizar as medidas a adoptar, elaborando em conjunto as necessárias directrizes e implementando outdoors de sensibilização para uma condução segura, intensificando a fiscalização e instalando sistemas de controlo de velocidade.

Densificando uma metodologia científica, a polícia de segurança pública, durante o ano de 2013, dotou o pessoal da linha da frente de equipamentos portáteis de emissão de autos de infracção rodoviária e bem assim de equipamentos com a capacidade de fotografia e georefernciação das viaturas infractoras, e prontas a descarregar em tempo real os dados na plataforma dedicada do Departamento de Trânsito, assim ficando disponíveis para consulta dos cidadãos.

Em 2013, foram 4 adquiridos dispositivos de detecção rápida de presença de susbtâncias estupefacientes nos condutores, por análise da respectiva saliva, o que permite obter o resultado em apenas 10 minutos, bem como imprimir o resepctivo documento de prova.

Registamos, ainda, uma diminuição nas estatísticas da condução sob o efeito do àlcool no período compreendido entre 3009 e 2013, o que nãoi dexixa de se dever à fiscalização mais apertada, mas também ao esforço de sensibilização e educação para uma condução segura.

Uma referência ainda para o trabalho conjunto com a DSAT no âmbito dos sistemas de videovigilância, o que permite uma melhor e mais racional gestão do tráfego rodoviário e bem assim da recolha de material probatório em caso de ocorrência de acidenets rodoviários. Na verdade foram va'rios os dispositivos instalados nos últimos anos, visando sobretudo a passagem de sinal vermelho e a detecção de excesso de velocidade. Desde 2009, a DSAT instalou 19 sistemas de detecção de estacionamento ilegal nas paragem de autocarros e nas entradas dos silos de estacionamento, cujas imagens são posteriormente tratadas e analisadas por aquela direcção de serviços e pelo Departamento de Trânsito, para os efeitos procedimentais adequados.

8. Aposta na formação com vista à renovação dos quadros com profissionais de excelência.

Durante os últimos cinco anos, continuamos a reforçar a formação de pessoal, melhorar a sua qualidade e recrutando novos elementos para as forças e serviços de segurança. Constatamos que as habilitações e qualificações do pessoal policial vem melhorando significativamente. Assim, em 2000, contávamos com 39% de agentes habilitados com o ensino primário, percentagem que reduziu para 14% em 2009 e 7,1% em 2013. Por sua vez, a percentagem de licenciados tem vindo em crescendo, registando-se no ano de 2013, 31,96% de agentes titulares de diploma universitário, ao passo que em 2000 e 2009 a percentagem era, apenas, de 7% e 20% respectivamente, sendo que, actualmente, mais de 50% dos agentes têm frequência universitária.

A Escola Superior das Forças de Segurança de Macau, tem investido na formação de profissionais diferenciados e de qualidade. Entre 2009-2013, decorreu o 8.º a 11.º Cursos de Formação de Oficiais para a polícia e para os bombeiros, tendo concluído foram a sua formação 30 oficiais de polícia e 20 engenheiros de segurança para o Corpo de Bombeiros.

No programa de qualificação para liderança, abrimos o "Terceiro Curso de Comando e Direcção" em 2011, do qual saíram habilitados 6 oficiais.

No âmbito da formação inicial concluímos os do IX ao XVIII Curso de Formação de Instruendos, tendo concluído a sua formação um total de 1.617 instruendos, dos quais 1.231 para a Policia de Segurança Pública e 386 para o Corpo de Bombeiros.

No que respeita à formação em exercício nos últimos 5 anos é de referir a abertura de diversos cursos de promoção de diversas categorias, contando um total de 1.348 participações; Igualmente proporcionamos curso de formação básica destinado a fortalecer o civismo, a conduta ética e a disciplina. Além disso, promoveram-se cursos profissionalizantes de natureza diversa, destacando-se os seminários e os workshops, tudo tendo em vista a melhoria da qualidade dos conhecimentos da legislação, dos procedimentos administrativos, de línguas, de informática, de relações públicas e auto-controlo emocional, entre outros.

Nas acções de recrutamento, treino e empenho em funções sempre procuramos melhorar a qualidade geral e a capacidade de identificação com os objectivos que prosseguimos, para tanto investindo na sua formação e na promoção da sua moral e bem estar. Nesse sentido proprorcionamos oportunidades de progressão na carreira, convictos de que com estas opções gestionárias gratificamos o esforço e conseguimos fortalec a coesão interna e criara condições atractivas para a juventude se juntaràs forças e serviços de segurança. Nos últimos anos, protagonizamos uma reestruturação racional das carreiras e uma reestruturação sistemática dos quadros de pessoal, por forma a aumentar a capacidade global e, bem assim, as oportunidades de promoção dos funcionários; paralelamente ajustamos as condições de remuneração e as gratificações acessórias, para além de dotarmos o pessoal de melhor equipamento e fardamento. Por sua vez as Obras Sociais e demais departamentos dedicados ao bem – estar do pessoal, procuraram disponibilizar-lhe o melhor dos seus apoios.

A Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau providenciou a prestação de serviços de aconselhamento psicológico, ao pessoal civil e militarizado das forças de segurança dos serviços e suas famílias, visando superar problemas de natureza psico-social e a aliviar o stress, para o que fizemos evoluir a dotação de técnicos de um elemento a tempo inteiro em Setembro de 2007, passando a ter 3 elementos, actualmente, o que permite estender este serviço de apoio ao funcionário dos Serviços de Alfândega.

Também foi criado um "grupo de apoio psicológico" na Polícia de Segurança Pública, para prestar serviços de assistência a agentes afectados por stress profissional. Igualmente dedicámos muita da nossa atenção à saúde mental dos nossos militarizados promovendo acções dedicadas ao despiste e fortalecimento emocional, porquanto é fundamental ao bom exercício da sua profissão.

9. Ciência e equipamentos tecnológicos ao serviço das forças e serviços de segurança

Para responder à cada vez maior sofisticação do crime, particularmente aquele que recorre às mais altas tecnologias, tem vindo a incrementar-se o investimento em equipamentos avançados bem como apuradas as técinas de polícia científica e de perícia forense, medidas acompanhadas de uma grande aposta na formação do pessoal, cientes de que apenas assim será possível exercer uma boa fiscalização e investigação criminal.

Desde 2006 que as Forças de Segurança de Macau usam o sistema de rádio digital TETRA, e, em face do intenso desenvolvimento das infra-estruturas turísticas e habitacionais, temos estendido a cobertura e as estações retransmissoras. Este sistema permite a geo-referenciação, via satélite, do dispositivo policial, informação de extrema importância, para segurança do pessoal e seu equipamento, porquanto está sempre localizado em real time, sendo que hoje temos mais de 100 viaturas equipadas com esta capacidade, distribuídos pelas diversas subunidades policiais. Todavia, em face do intenso desenvolvimento que constatamos em Macau e COTAI, com o significativo aumento das instalações de lazer, vimos de há um tempo para cá, e mantemos em agenda, a proceder à actualização do Sistema TETRA, procurando a sua expansão por forma a que possa suportar um maior número de unidades.

A DSFSM atualizou em 2009 o sistema de alarme de emergência, introduzindo um novo sistema de comunicação e de rede informática, baseada no Sistema GIS 1, que integra uma capacidade de localização geográfica, o que ajuda em muito a tomada de decisão operacional assistida por computador. Este item tem várias funcionalidades e permite uma gestão optimizada das bases, desde o tratamento das casuísticas, aos registos do tribunal, ao identificador de chamadas, à gravação de chamadas, à disponibilização de relatórios estatísticos, para além de outras de utilidade para a missão. O sistema identifica automaticamente o número de telefonema de emergência com base no endereço e posiciona-se directamente no mapa electrónico, grava automaticamente e gera registos de

casos. Estas capacidades de qua apenas se deixam escassos exemplos, são fundamentais para a racionalização e boa tomada de decisão, resultando dai uma prestação de serviço à população muito mais eficiente e útil. Em suma, o sistema permite o accionamento eficaz da emergência, representando um enorme salto de qualidade e eficiência a realização do interesse público, assente em decisões mais ajustadas à realidade e com maior precisão, traduzindo, assim, uma enorme facilitação da acção de comando e direcção.

A Polícia Judiciária continuou fortalecer as suas capacidades de investigação, desenvolvendo as suas valências tecnológica, destacando-se a aquisição em 2011 de uma viatura equipado com a mais alta tecnologia, compreendendo hardware e software, que permite a recolha de prova forense no local e cena do crime, o que acrescenta muita qualidade e eficácia ao trabalho de investigação criminal. O Laboratório da Informática Forense em articulação com uma série de procedimentos qua seguem os padrões internacionais, dá garantias de uma maior qualidade policial.. Ao longo de cinco anos, a PJ acompanhou de perto o desenvolvimento das tecnologias de informação para melhorar e atualizar uma variedade de dispositivos de hardware e software e tecnologia de computação forense, tendo enviado pessoal para receber a formação profissional relevante e assim fortalecer as competências pessoais de prevenção e de combate à criminalidade informática grave e tecnologicamente muito avançada.

Demos, aliás, uma particular atenção à prevenção de comportamentos criminosos nos pontos de contacto com o exterior, e, nesse sentido, instalamos entre Agosto de 2011 e Novembro 2013, máquinas de raio X quer no Aeroporto Internacional, quer nos Terminais Marítimos, que permitem scanerizar o transporte no corpo de substâncias ilícitas, o que concorre para um maior rigor na investigação do tráfico de estupefacientes, sendo que desenvolveremos no futuro estas técnicas. Igualmente começamos a aplicar os mesmos meios complementares na segurança de grandes eventos.

Todos veículos operacionais da PSP foram equipados com o sistema de rastreamento GPS a fim de fazer a mobilização mais razoável e eficiente da força policial. Foi concluído o programa de telemóvel para os agentes policiais de patrulha, o qual inclui as funcionalidades de consulta de informações de trabalhadores não residentes, informações sobre pessoas desaparecidas, de identificação de veículos, de tradução de idiomas, de mapas de Macau, etc.. Foi desenvolvida, também, em 2014, uma nova versão de autuação de infracções às leis do trânsito rodoviário dotando-se os agenets de 115 novos dispositivos móveis, o que permite que transmitir os autos imediatamente à base de dados, onde podem ser consultadas em tempo real pelos cidadãos. Além disso, foram desenvolvidas e disponibilizadas aplicações (apps) através das quais se pode aceder a diversas informações policiais úteis, através dos smartphones, como sejam a densidade dos fluxos fronteiriços en tempo real, infracções de trânsito registadas, inquéritos e hotline, entre outras utilidades. No que à facilitação administrativa diz respeito foram eliminados formulários escritos, designadamente no que se refere à entrada e saída dos visitantes, substituindo-os por aplicações digitais.

Integramos um Grupo de Trabalho interdepartamental para estudo da implantação do sistema de videovigilância em Macau, o qual se compõe de elementos da Polícia de

Segurança Pública, da Polícia Judiciária e do Gabinete para o Desenvolvimento das Infra-estruturas, grupo este que, subordinando-se à Lei da Vídeo Vigilância se vem esforçando por uma aplicação racional, segundo as necessidades efectivas. Por seu turno temos correspondido com a dotação dos equipamentos e software que permitam retirar o melhor rendimento desta tecnologia, tão importante para a segurança pública, mas sem que se viole desnecessariamente os limites do direito à privacidade.

Em face do súbito desenvolvimento de Macau, e as infra-esturturas entretanto construídas, vimos procedendo ao ajuste pontual dos planos de instalação deste tipo de equipamento. Assim, de 429 passamos rapidamente para as 820 câmaras instaladas, as quais obedeceram a um faseamento em função das respectivas prioridades. 219 para os postos fronteiriços, 263 para a rede rodoviária e, ainda 338 instaladas em locais mais vulneráveis ao furto, para garantir aos turistas a fruição tranquila do entretenimento que Macau pode proporcionar. À medida que se for registando outras necessidades promoveremos o estudo e a instalação de outros dispositivos, desde que cheguemos à conclusão que esse é um meio importante para alcançar o bem-estar dos cidadãos.

Os dirigentes policiais estão atentos à evolução da sociedade e não deixarão de ajustar os procedimentos e os equipamentos às reais necessidades, sempre que tal seja reconhecido como necessário e possível.

10. Melhoria do ambiente prisional por via da optimização da gestão e do reforço das valências da reinserção social do recluso

Providenciamos um constante melhoramento da gestão e das condições de segurança do Estabelecimento Prisional. Para o efeito temos vindo, ano após ano, a introduzir modelos tecnológicos modernos e a adaptar a regulamentação orgânica às novas exigências, cada vez mais prementes.

O novo estabelecimento prisional está, desde Agosto de 2010 em construção, sendo que após a sua conclusão veremos a nossa capacidade aumentada para 2700 reclusos. Na sua construção são usadas as mais modernas técnicas de construção e os materiais aplicados são amigos do ambiente e voltados para a poupança de energia. A edificação contempla um centro de formação e podemos garantir que os trabalhos decorrem com normalidade.

A fim de aliviar o dispositivo humano, especialmente nas escoltas e, igualmente reduzir os riscos que comportam as armas de fogo real, adquirimos e estamos a introduzir desde 2010, armamento com tecnologia Taser, com os quais os guardas prisionais podem controlar facilmente as tentativas de fuga, sem recurso a armas letais.

Para enfrentar a superlotação do pavilhão feminino procedemos à expansão, entre 2012 e 2014, das respectivas instalações tendo obtido um ganho de mais 100 camas, com

isto aliviando a stress da população reclusa feminina e melhorando as suas condições de habitabilidade.

Com vista a melhorar as condições de segurança e o normal cumprimento das penas privativas de liberdade, a direcção do estabelecimento iniciou, em 2013, a instalação de equipamento de triagem Raio-X. Com o qual não só facilita o trabalho de inspecção como inibe a entrada de produtos ilícitos no interior da zona de reclusão, melhorando, assim, o ambiente prisional.

No sentido de proporcionar as melhores condições de reinserção social do recluso, uma vez cumprida a sua pena privativa de liberdade, incrementamos as oportunidades de formação, não só em quantidade como em qualidade, porquanto temos por objectivo fundamental preparar o recluso para a vida em sociedade, uma vez terminada a sua reclusão.

Sucessivamente, em 2009, através da colaboração com uma série de instituições de formação profissional e técnica, levamos a cabo varias acções de formação, dando-lhes competências específicas, designadamente de panificação e pastelaria, limpeza e higiene, iniciação à contabilidade, etc. Cursos estes que estamos seguros poderão ser muito úteis para o seu futuro.

Em cooperação com o Instituto de Acção Social de Macau, iniciámos em Novembro de 2009 um programa de libertação das drogas por via da metadona, o que se tem revelado muito útil à reconciliação do recluso com os valores fundamentais da sociedade.

Desde Dezembro de 2010, internamente desenvolvemos actividades de auto-motivação em grupo, incentivando os reclusos a aderir a actividade voluntárias mas de interesse assistencial, desde a participação em actividades de limpeza, à participação em actividades na biblioteca e na encadernação de livros, assim, tendo dado um impulso importante à auto-estima dos elementos participantes.

Desde Maio de 2012, em cooperação com a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça lançamos um programa de envolvimento com os empresários de forma a, ainda enquanto em cumprimento de pena, suscitar oportunidades de emprego, acautelando a entrada no mercado de trabalho do recluso, mal saia em liberdade. Dos 42 reclusos que em 2013 expiaram as suas penas e regressaram à liberdade, 20 acabaram empregados no âmbito deste programa."

11. Sucesso no combate do tráfico de seres humanos

A Comissão de Medidas de Dissuasão do Tráfico de Macau foi criada em 30 de agosto de 2007 pelo Despacho do Chefe do Executivo n º 266/2007, ao que se seguiu, em Junho de 2008, a aprovação da legislação de combate ao tráfico de seres humanos. ao longo dos anos da sua vigência foram detectados 99 casos no âmbito dos quais foram salvas 139 vítimas e 10 criminosos foram condenados a penas que variam entre os 3 anos e os 13 anos e 3 meses de prisão.

A Comissão tem voltado a sua estratégia para a prevenção e o combate do crime de tráfico de pessoas, mas tem tido um papel importante, também, a colaboração com a investigação criminal, resultado de uma boa parceria com as ONG's. Para o bom desempenho de trabalho, a comissão criou cinco grupos de trabalho: grupo de protecção de vítimas, grupo de prevenção e sensibilização, grupo de investigação e acusação, grupo de prevenção de trabalho forçado e grupo de prevenção de tráfico de órgãos humanos.

Temos desenvolvido um trabalho de prevenção, materializado em campanhas de sensibilização pública, por via de palestras, seminários, difusão de relatórios, actividades recreativas e outras acções, designadamente, junto dos media por forma a chegar ao maior universo de pessoas possível. Temos, também, dirigido acções de formação para os agentes policiais. Para facilitar a recolha de indícios sobre o tráfico e prestar assistência às vítimas, foram estabelecidas duas linhas telefónicas de apoio de 24 horas. Ao longo de anos, foram realizadas diversas acções de formação para prevenir e combater o tráfico de pessoas, incluindo a organização de cursos de formação e workshops com os seguintes painéis de discussão: "sinais psicológicos e comportamentais para identificar as vítimas do crime de tráfico", " ferramenta para ajudar a identificar vítimas de tráfico", "combate ao tráfico de pessoas." e "questões legais sobre a investigação do crime tráfico de seres humanos", e, a presença de agentes policiais em seminários e cursos internacionais. Igualmenete beneficiaram de formação os trabalhadores da área da saúde e outro pessoal que desempenha funções na linha da frente, sendo que, no seu total, contamos, já, com cerca de 10.000 participações formativas. Por seu turno temos concedido apoio médico, psicológico e até jurídico, nomeadamente na área dos procedimentos de migração, às vítimas de tráfico humano.

As autoridades policiais têm-se articulado com as suas congéneres de Hong Kong e do Continente e integrado, nas suas ordem de operações anti-crime anuais, o combate ao tráfico de pessoas, a par dos demais crimes de natureza transfronteiriça, além disso, o tema tem sido uma constante nas acções de fiscalização e inspecção policial, junto dos locais críticos, como sejam os Cyber cafés, os Karaoke's, os Casinos, Hotéis, salões de Jogos, casas de massagem e night clubs, entre outros locais de diversão. Os departamentos de intelligence criminal dos organismos policiais desenvolveram também, um importante trabalho vocacionado para a prevenção deste tipo de crime e comportamento anti-social, para o que elaboraram um questionário de cujo preenchimento podem resultar coordenadas para a detecção de presença de comportamentos afins do tráfico e, assim, melhor lhes poder dar luta e combate, contribuindo para a ajuda às vítimas em situação difícil, estabelecendo um sistema de comunicação com as regiões vizinhas para reforçar a recolha de informações, procedendo a operações policiais com congéneres estrangeiras e das regiões vizinhas, com o subgabinete de Macau do Gabinete Central Nacional Chinês da Interpol e outras organizações. Esperamos que estas acções, contribuam em grande escala para a luta contra o crime de tráfico se pessoas e seus crimes conexos , bem como para o resgate das suas vítimas. A polícia também intensificou a fiscalização nos postos fronteiriços, reforçando a vigilância das suspeitas de vítimas de tráfico humano que repetidamente entram e saem de Macau.

Em 2010, foi assinado com a Mongólia um acordo de cooperação na luta contra o tráfico de seres humanos. Em 2014, decorreu uma reunião de trabalho com representantes da Mongólia, para reforçar a cooperação bilateral e o intercâmbio na luta contra o tráfico de seres humanos.

A Comissão conta com a colaboração da sociedade civil nesta sua luta e o seu contributo tem sido importante para estender a rede de protecção e sensibilizar o público para a percepção desta actividade, colaboração que se tem revelado fundamental, quer através da melhor consciencialização, quer através partilha de informações. Desta participação da sociedade civil e das associações cívicas, destacamos o contributo muito meritório que nos tem trazido a Comunidade Bom Pastor de Macau, com a qual temos levado a cabo um trabalho de cooperação excelente, muito particularmente na prevenção do tráfico de menores, o que se vem fazendo por via de campanhas de divulgação diversas junto das comunidades estudantis. Além disso, em articulação com o Instituto de Acção Social de Macau, e a Associação das Mulheres, desenvolvemos uma profícua actividade relacionada com este assunto, muito particularmente após o resgate das vítimas de tráfico de pessoas, projectando programas de apoio, mesmo depois do seu regresso ao meio familiar. Destacamos o trabalho levado a cabo, em Abril de 2011, junto da Organização Mundial da Migrações, no sentido de apoiar este tipo de reintegração das vítimas, trabalho enquadrado numa rigorosa avaliação que permita adequar o tipo de apoios necessários

12. A cooperação com a Comissão de Fiscalização da Disciplina das Forças e Serviços de Segurança de Macau

A Comissão de Fiscalização das Disciplina das Forças e Serviços de Segurança, foi criada em 2005 por Despacho do Chefe do Executivo, com a natureza de órgão independente, de controlo externo, visando a monitorização da conduta ética e deontológica das autoridades policiais e outras entidades dependentes da área de governação da segurança. Pretende-se com a acção da CFD uma permanente correcção de comportamentos e procedimentos destas entidades, na sua relação com os cidadãos. O seu trabalho tem constituído um importante contributo para a regulação de um bom serviço à comunidade, pautado pela constante adequação dos códigos de conduta, o que resulta em ganhos para a imagem pública das forças e serviços de segurança.

A CFD não se demite duma acção proactiva, todavia, dada as suas características tem-se voltado mais para a reacção, por via das averiguações sumárias, em face das queixas apresentadas pelos cidadãos. É com base na análise dos comportamentos denunciados que se propõem as correcções, por via de recomendações dirigidas à tutela, as quais são de imediato difundidas, visando a adequação comportamental ou procedimental.

Dotada, desde 2009, de instalações próprias, A CFD prossegue o desenvolvimento das suas atribuições e o estudo de melhores condições de intervenção. Em 2010 viu aumentar o número dos seus membros, conferindo-lhe uma maior representatividade popular e, por último, iniciou, em 2011, a prestação de serviço ininterrupto à hora de almoço, alargando a disponibilidade horária para que os cidadãos tenham melhores condições de acesso ao serviço que presta, num claro reforço da realização do interesse público.

CONCLUSÃO

Em síntese podemos concluir que as forças e serviços de segurança se empenharam denodadamente ao longo do tempo, mas particularmente nos últimos 5 anos, no cumprimento da sua missão, sendo que essa dedicação tem que ser partilhada por todos os departamentos,cujo pessoal, tanto o militarizado como o civil, se entregou à prossecução do bem comum, envolvendo-se no combate e prevenção do crime, na protecção da vida e segurança das pessoas e dos seus bens, e na criação de condições de fruição dos seus direitos e liberdades individuais, sem prejuízo dos equilíbrios e da harmonia, valores fundamentais para o desenvolvimento económico e social. A boa cooperação entre todos os serviços, que aqui se regista, foi fundamental para o sucesso alcançado ma consolidação da paz social, e concede-nos a força necessária para que prossigamos um trabalho cada vez mais responsável e intenso rumo à implementação de uma política de segurança, caracterizada pela excelência.

O futuro da Região Administrativa Especial de Macau que em breve estará nas mãos de um novo governo, depende, também, do bom trabalho até aqui realizado pelos serviços e forças de segurança, sendo nesse sentido que todos, seja qual for a carreira ou o quadro em que estejam inseridos, continuarão a empenhar-se no cumprimento da sua missão, enfrentando os árduos desafios que se apresentam com firmeza, liderança e sentido de responsabilidade social e política. O perfil turístico da Região Administrativa Especial de Macau, tem que privilegiar as boas condições de lazer e, tal desiderato, só é possível em ambiente distendido e tranquilo, em que liberdade e a segurança se auto-regulem num equilíbrio permanente e façam desta nossa bela cidade, um dos locais mais apetecíveis e tranquilos do mundo.

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

ÍNDICE

PREFÁCIO 189

1.ª PARTE
EXECUÇÃO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA NO ANO DE 2014 190

1. No domínio da Saúde 190

1.1. Aperfeiçoamento da assistência médica para idosos, reforço do apoio à gestão da doença 190

1.2. Aumento da prestação de cuidados de saúde, optimização da construção do sistema de saúde 191

1.3. Aprofundamento da prevenção e controlo na defesa da saúde pública, implementação ordenada das políticas de controlo do tabagismo 192

1.4. Aperfeiçoamento da estruturação dos regimes de saúde, impulso ao desenvolvimento das actividades de cuidados de saúde a longo prazo 193

2. No domínio da Educação 194

2.1. Ensino Superior 194

2.1.1. Aperfeiçoamento dos regimes e aumento da qualidade, promoção do desenvolvimento estável do ensino superior 195

2.1.2. Incentivo e apoio ao prosseguimento de estudos, cuidados e estímulo ao crescimento dos estudantes 196

2.1.3. Desenvolvimento das vantagens específicas das instituições, dedicação à formação de quadros qualificados 198

2.2. Ensino não superior 198

2.2.1. Reforço da criação de um mecanismo eficaz a longo prazo, aumento estável do financiamento 199

2.2.2. Atenção às diversas necessidades dos alunos, incentivo ao desenvolvimento sistemático das escolas 199

2.2.3. Execução oficial do quadro curricular, aumento da eficácia da avaliação educativa 201

2.2.4. Aumento da qualidade moral dos alunos, reforço do apoio financeiro ao ensino especial 201

2.2.5. Impulso à implementação do diploma legal do "Quadro geral", preparação de um corpo docente excelente 202

2.2.6. Incentivo à aprendizagem e reciclagem contínua, desenvolvimento dinâmico do ensino técnico-profissional 203

2.3. No âmbito da Juventude 203

2.3.1. Criação ordenada de um mecanismo eficaz a longo prazo, execução activa das políticas para os jovens 203

2.3.2. Preparação com empenho de diversos quadros qualificados, aumento das capacidades competitivas dos jovens 204

2.3.3. Optimização do trabalho voluntário, aumento da consciência da responsabilidade social 204

2.3.4. Disponibilização, com empenho, de diversos serviços, conjugação das energias positivas dos jovens 205

3. No domínio da Acção Social 205

3.1. Melhoramento da rede de serviços de apoio às famílias, aumento das vagas das creches e prestação de atenção aos jovens 206

3.2. Optimização dos serviços de apoio aos idosos e aprofundamento progressivo dos serviços de reabilitação 207

3.3. Reforço da prevenção e tratamento do jogo problemático, ampliação do reduto de combate à droga na comunidade 208

3.4. Estudo e investigação para a melhoria da atribuição de subsídios, esforços na prestação de maior atenção aos direitos e interesses das mulheres 209

4. No domínio da Segurança Social 210

4.1. Implementação do sistema da segurança social de dois níveis e criação, em conjunto, da protecção pós-aposentação a longo prazo 210

5. No domínio do Turismo 211

5.1. Início do Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo, melhoria do ambiente turístico em geral 211

5.2. Optimização da formação em gestão da indústria, aumento da qualidade dos serviços turísticos 212

5.3. Continuidade do Plano do Turismo Comunitário, aumento da diversificação dos Produtos Turísticos 213

5.4. Início de uma série de eventos promocionais, formação de uma imagem turística própria 214

5.5. Participação na cooperação internacional e regional, fortalecimento do diálogo com a comunicação social e o público 215

6. No domínio da Cultura 216

6.1. Implementação da Lei de Salvaguarda do Património Cultural, promoção da conservação e da transmissão da cultura 216

6.2. Atracção, quer no local quer no exterior, de pessoas, comunidades, instituições e associações artísticas de renome, incentivo à difusão da cultura e da arte na comunidade 217

6.3. Cooperação para um apoio conjunto e abrangente, impulso ao desenvolvimento das indústrias culturais 218

6.4. Formação de quadros qualificados, generalização da educação cultural e artística 219

6.5. Aperfeiçoamento e melhoramento da estrutura orgânica para iniciar com êxito a transferência de atribuições 220

7. No domínio do Desporto 220

7.1. Intensificação da promoção do desporto para todos e sensibilização para a participação activa dos cidadãos 221

7.2. Optimização dos programas de apoio e formação integral dos talentos desportivos 221

7.3. Gestão científica da informação desportiva e criação de espaços desportivos verdes 222

2.ª PARTE
RETROSPECTIVA DAS ACTIVIDADES REALIZADAS DO ANO DE 2009 AO ANO DE 2014 224

1. No domínio da Saúde 224

1.1. Reforço da prevenção e controlo de doenças transmissíveis, eficácia na protecção da saúde dos cidadãos 224

1.2. Aperfeiçoamento dos cuidados de saúde destinados a idosos, adopção de medidas convenientes e abrangentes 226

1.3. Empenho na protecção da saúde dos cidadãos, promoção da auto-defesa e controlo de doenças 227

1.4. Melhoramento da qualidade dos cuidados de saúde, acreditação de serviços por agência de avaliação internacional 227

1.5. Aceleração da construção das infra-estruturas médicas, optimização da rede de prestação de cuidados de saúde 230

1.6. Execução rigorosa da Lei de Controlo do Tabagismo, promoção da criação de um ambiente livre de tabaco 231

1.7. Aperfeiçoamento da estruturação dos regimes de saúde, impulso ao desenvolvimento das actividades de cuidados de saúde a longo prazo 232

2. No domínio da Educação 234

2.1. Ensino Superior 234

2.1.1. Promoção ordenada da produção legislativa, concepção do macro plano de desenvolvimento do ensino superior 234

2.1.2. Promoção da internacionalização do ensino superior, estabelecimento do mecanismo de garantia da qualidade 235

2.1.3. Construção do sistema informático do ensino superior, domínio dos dados sobre a oferta e a procura de quadros qualificados 236

2.1.4. Aperfeiçoamento das condições pedagógicas das instituições, apoio aos estudantes para o prosseguimento de estudos 237

2.1.5. Reforço do intercâmbio e da cooperação na área da educação, promoção da complementaridade de vantagens no desenvolvimento conjunto 237

2.1.6. Construção de uma plataforma de serviços aos estudantes, atenção ao seu desenvolvimento global 239

2.1.7. Melhoramento das instalações e equipamentos das instituições, obtenção do reconhecimento internacional sobre o nível da sua qualidade 241

2.2. Ensino não superior 242

2.2.1. Desenvolvimento prioritário da educação, reforço do investimento em recursos 243

2.2.2. Aperfeiçoamento do mecanismo de educação de longo prazo, promoção da formação de talentos 244

2.2.3. Preocupação com as necessidades diversificadas dos alunos, desenvolvimento activo de todos os tipos de ensino 245

2.2.4. Reforço da criação de uma equipa de pessoal docente, elevação plena do nível da qualidade dos docentes 246

2.2.5. Aprofundamento da reforma curricular e do ensino, promoção do desenvolvimento físico e mental dos alunos 247

2.3. No âmbito da Juventude 249

2.3.1. Aperfeiçoamento do sistema dos trabalhos dos assuntos juvenis, criação, a longo prazo, de um mecanismo eficaz 249

2.3.2. Fomento dos serviços juvenis diversificados, cultivo da capacidade competitiva latente nos jovens 250

2.3.3. Promoção de forma sistemática do trabalho voluntário, incentivo aos jovens para a sua contribuição para com a sociedade 251

3. No domínio da Acção Social 252

3.1. Apoio aos grupos vulneráveis e assistência à população na resolução das suas dificuldades, em prol da felicidade na família e da harmonia na comunidade 253

3.2. Promoção da qualidade dos serviços de creches e desenvolvimento diversificado das acções para crianças e jovens 254

3.3. Promoção dos serviços de apoio a idosos e planeamento de projectos de desenvolvimento 255

3.4. Reforço das medidas sobre a reabilitação e comunidade harmoniosa, melhoria do regime e optimização dos serviços 257

3.5. Concretização das diversas estratégias de prevenção e de tratamento, redução dos riscos de consumo de drogas e do vício do jogo na comunidade 259

3.6. Reforço da assistência, melhoria do apoio financeiro e sistema de credenciação com vista à melhoria da qualidade de serviço 262

3.7. Alargamento de vias de participação das mulheres e criação de uma plataforma de dados para investigação científica 262

4. No domínio da Segurança Social 263

4.1. Reforma do regime da segurança social e participação de todos na protecção na terceira idade 264

4.2. Constituição do regime de previdência central não obrigatório e aperfeiçoamento do sistema da protecção na terceira idade de dois níveis ... 265

4.3. Reforço do ensino sobre gestão financeira junto da população e melhoramento da qualidade de serviços 266

4.4. Cooperação na área de acção social entre Guangdong e Macau e estudo sobre a articulação do sistema de protecção na terceira idade 266

5. No domínio do Turismo 267

5.1. Formulação do plano geral do desenvolvimento e definição do rumo do seu desenvolvimento 268

5.2. Optimização da gestão da Indústria e aumento da qualidade dos serviços turísticos 270

5.3. Desenvolvimento da diversificação dos produtos turísticos e promoção das festividades e eventos 272

5.4. Novas tácticas promocionais e exploração de mercados geradores de turistas 273
5.5. Ênfase na participação em organizações internacionais e fortalecimento da cooperação regional 274
6. No domínio da Cultura 276
6.1. Implementação completa da salvaguarda do património cultural; execução gradual das medidas relacionadas 276
6.2. Apoio ao desenvolvimento das Indústrias Culturais e Criativas; promoção da diversificação adequada da economia 277
6.3. Apoio ao desenvolvimento das artes e cultura e formação de talentos culturais 279
6.4. Divulgação da cultura nas comunidades; aprofundamento da popularização e educação cultural 280
6.5. Melhoramento do planeamento dos recursos culturais; criação de uma atmosfera de lazer 281
6.6. Orientação da apreciação artística pela população; promoção do intercâmbio e da cooperação regional 282
7. No domínio do Desporto 283
7.1. Integração de todos os recursos e promoção da prática do desporto ao longo da vida 284
7.2. Aprofundamento dos planos de assistência e impulso ao desenvolvimento do desporto de rendimento 286
7.3. Impulso ao estabelecimento de um quadro de jovens atletas, reforço do intercâmbio e da cooperação no âmbito desportivo 288
CONCLUSÃO 290

PREFÁCIO

Desde o início do 3.º Governo da Região Administrativa Especial de Macau, seguindo o princípio de "implementar a governação científica e projectar o plano de desenvolvimento" e prosseguindo o lema de "ter por base os interesses da população e melhor servir os cidadãos" que, na área dos assuntos sociais e cultura, se tem auscultado a opinião pública e havido preocupação com as solicitações ligadas à qualidade da vida, apostando-se em prioridades, nomeadamente, a "preocupação do bem-estar da população, a formação de talentos, o aperfeiçoamento dos valores humanísticos e a construção duma sociedade harmoniosa". A par da criação e do melhoramento de mecanismos eficazes a longo prazo na acção governativa, a área dos assuntos sociais e cultura tem-se dedicado ao aperfeiçoamento das formas de trabalho em todos os domínios sob sua tutela. Espera-se que, através de diferentes políticas e medidas adequadas, os cuidados tidos com os grupos sociais vulneráveis possam melhorar, a qualidade dos cuidados de saúde, da educação e dos serviços sociais possa verdadeiramente elevar-se, a qualidade do turismo possa aperfeiçoar-se, a segurança social possa completar-se, mais "energias positivas" sejam transmitidas à sociedade e o nível geral da qualidade de vida da população possa ininterruptamente crescer, no sentido de se materializar o objectivo estratégico da transformação de Macau num "Centro Mundial de Turismo e Lazer".

Em seguida, apresenta-se uma retrospectiva concisa das prioridades da acção governativa na área dos assuntos sociais e cultura quer de 2014 quer dos últimos cinco anos.

1.ª PARTE

EXECUÇÃO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA NO ANO DE 2014

1. No domínio da Saúde

Em 2014, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau (adiante designada por RAEM) continuou a assegurar a linha de "tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção", tendo-se esforçado pela promoção do desenvolvimento da prestação de cuidados de saúde em Macau, tendo reforçado os serviços de protecção de saúde dos idosos e a prevenção e o tratamento das doenças crónicas não transmissíveis. A par disso, procedeu-se à vigilância rigorosa das ameaças dos diversos tipos de doenças transmissíveis, foram bem executadas as medidas de defesa da saúde pública, foram aumentados o investimento em recursos e o fornecimento de serviços, estando firme na concretização de um sistema de saúde eficaz a longo prazo, de forma a assegurar o bem-estar dos cidadãos.

1.1. Aperfeiçoamento da assistência médica para idosos, reforço do apoio à gestão da doença

Na sequência do envelhecimento da sociedade, o Governo da RAEM deu particular importância ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento da prevenção e do tratamento das doenças dos idosos e das doenças crónicas. O Centro Hospitalar Conde de São Januário (adiante designado por CHCSJ) concluiu, no primeiro semestre do ano de 2014, mais de 300 programas de alta hospitalar, tendo instruído doentes e familiares sobre as técnicas de cuidados de saúde e acompanhado os casos por via telefónica, sendo o resultado, em geral, satisfatório. A par disso, foi dada formação educativa específica para o pessoal de enfermagem sobre a prevenção das úlceras de pressão e, em cumprimento das orientações da Organização Mundial de Saúde (adiante designada por OMS), procedeu-se à reclassificação das úlceras de pressão, tendo sido também promovida a divulgação da experiência nos lares comunitários, no sentido de melhorar cabalmente a qualidade dos cuidados prestados aos portadores de doenças crónicas.

Os doentes crónicos necessitam de cuidados permanentes e o conhecimento das técnicas de auto-cuidados pode ajudar a reduzir a possibilidade de novo internamento hospitalar e aumentar a sua qualidade de vida. O Governo da RAEM esforçou-se pela redução da taxa de incidência dos diversos tipos de doenças crónicas através de actividades de promoção e educação. No primeiro semestre do ano de 2014, os Centros de Saúde

realizaram 1.900 palestras de educação para a saúde relativamente às doenças oncológicas, cardiovasculares, respiratórias e diabéticas, bem como à febre de dengue e ao controlo do tabagismo, contando com cerca de 12.000 participantes. Além disso, os Serviços de Saúde (adiante designados por SS) ministraram aproximadamente 60 acções formativas sobre auto-cuidados de doentes crónicos e *workshops* para chefes de equipa, com a participação de cerca de 400 pessoas. Também os centros de saúde iniciaram o serviço de aconselhamento na área de enfermagem e a auto-medição de tensão arterial, no intuito de aumentar a consciência dos cidadãos para a importância da gestão da saúde.

Os SS têm dado muita importância à prestação de assistência a doentes. No primeiro semestre do ano de 2014, o Centro de Recursos para Doentes Oncológicos efectuou 2.100 atendimentos e, no segundo semestre do ano, irá alargar a área de serviço aos doentes diabéticos. A entrada em funcionamento, a título experimental, da equipa de voluntários do CHCSJ pode ajudar os doentes a ter acesso aos serviços médicos necessários e reforçar o sistema de assistência.

A par disso, o Governo da RAEM está a estabelecer o Sistema Electrónico Universal de Processos Clínicos de Macau; na premissa de protecção da privacidade dos doentes, os SS concluíram a preparação dos regulamentos de funcionamento e das medidas de segurança para a fase inicial e vão entrar na fase de aquisição do Sistema.

1.2. Aumento da prestação de cuidados de saúde, optimização da construção do sistema de saúde

Depois da acreditação do CHCSJ, seis centros de saúde obtiveram a acreditação internacional atribuída pelo *The Australian Council on Healthcare Standards* (ACHS) em 2014, confirmando que satisfaz a gestão dos serviços no sistema dos cuidados de saúde primários. Os SS adoptarão este resultado positivo como novo ponto de partida no sentido do aperfeiçoamento contínuo da gestão de serviços e qualidade. Por outro lado, os serviços paramédicos como o Centro de Transfusões do Sangue, o Laboratório de Saúde Pública e o Departamento dos Assuntos Farmacêuticos continuam a executar, eficiente e respectivamente, os trabalhos de fornecimento do sangue, inspecção e quarentena, vigilância e supervisão e acreditação de qualidade, de forma a promover o progresso estável dos serviços de saúde em Macau.

No primeiro semestre de 2014, o Serviço de Urgência do CHCSJ efectuou 147.000 atendimentos, representando um aumento de 7,5% em relação ao ano anterior. Com a entrada em funcionamento do novo Edifício do Serviço de Urgência do CHCSJ, para além de ter aumentado a eficácia na prestação de serviços e melhorado o ambiente de atendimento médico, foi também implementado integralmente o regime de triagem de 4 níveis e foi aberta a consulta externa de 24 horas, ficando assim melhor assegurado que os cidadãos em situação de urgência tenham acesso aos cuidados médicos mais adequados. Com o aumento do número de habitantes na zona de Seac Pai Vai, em Coloane, o Posto de Saúde Provisório

dessa zona passou a prestar serviços completos na sua consulta externa a fim de satisfazer a procura dos serviços de saúde.

Os SS prosseguiram o fortalecimento da cooperação com as entidades médicas sem fins lucrativos, no sentido de melhor desenvolver as funções dos recursos de saúde no seio da comunidade. No primeiro semestre do ano de 2014, foram subsidiados na totalidade 260.000 atendimentos médicos, abrangendo serviços especializados, consultas gerais e aconselhamentos psicológicos, entre outros. O Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde foi implementado há já seis anos, contribuindo eficazmente para a triagem de doentes, comparticipação nas despesas médicas dos cidadãos e apoio à operação das entidades médicas particulares, tendo assim promovido o desenvolvimento simultâneo dos serviços de saúde públicos e privados.

O Governo da RAEM está a executar de forma ordenada todas as obras integradas no "Projecto de melhoramento das infra-estruturas do sistema de saúde", acelerando as obras de tratamento de solos de fundação do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, prosseguindo, em simultâneo, outros trabalhos como a concepção do projecto, a avaliação do ambiente e o planeamento rodoviário, entre outros. Foram iniciadas sucessivamente as obras de construção do Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas no Alto da Montanha de Coloane, do Complexo Municipal de Serviços Comunitários da Praia do Manduco e do Hospital de Reabilitação em Ká-Hó. Por sua vez, o Centro de Saúde de Nossa Senhora do Carmo, localizado no Edifício do Lago, Taipa, e o Posto de Saúde de Coloane já entraram na fase de obras de remodelação interna. O Edifício de Especialidades do CHCSJ, o Centro de Saúde de Seac Pai Vai e o Centro de Saúde do Bairro da Ilha Verde encontram-se na fase da concepção do projecto.

1.3. Aprofundamento da prevenção e controlo na defesa da saúde pública, implementação ordenada das políticas de controlo do tabagismo

Face às ameaças da gripe aviária H7N9, do novo tipo de coronavírus e do vírus Ébola, os SS têm cumprido rigorosamente as orientações da OMS, tendo adoptado mecanismos e medidas nos postos fronteiriços como a vigilância de temperatura dos visitantes chegados a Macau, a definição de orientações em resposta a contingências, a aquisição de reagentes, o aumento da reserva de medicamentos e uma intensa divulgação das informações junto ao público. Em observância do "Regulamento de Saúde Internacional 2005", foi reforçada e aperfeiçoada a inspecção nos postos fronteiriços, tendo também sido reforçada e melhorada a capacidade do Território na resposta às doenças transmissíveis.

Em 2014, Macau obteve a certificação de "erradicação do sarampo" atribuída pela OMS, significando que na Região já não há a transmissão local da doença, fazendo parte dos primeiros países ou áreas da Região do Pacífico Ocidental a receber esta distinção. Para além

disso, o Laboratório de Saúde Pública foi reconhecido mais uma vez como o "Laboratório de Sarampo da Região de Macau", reflectindo que as suas técnicas profissionais relativas à análise laboratorial atingiram o nível internacional.

Para concretizar as políticas de saúde que "privilegiam a prevenção", os SS, além de implementarem anualmente a vacinação contra a gripe sazonal destinada aos grupos de alto risco, a título gratuito, têm vindo a alargar a cobertura do programa de vacinação, tendo sido iniciada a administração gratuita da vacina contra o cancro do colo do útero para as pessoas qualificadas, de forma a melhor promover a saúde pública.

Desde a entrada em vigor da "nova lei de controlo do tabagismo", o Governo da RAEM tem promovido persistentemente a criação de um ambiente livre do fumo do tabaco, através das diversas medidas como a execução rigorosa da lei, as acções educativas e publicitárias e a promoção da desabituação tabágica. Os trabalhos de controlo do tabagismo na comunidade tiveram resultados muito positivos. No primeiro semestre de 2014, os agentes responsáveis pela execução da lei de controlo do tabagismo efectuaram, na totalidade, 150.000 inspecções aos estabelecimentos, emitiram 4.200 acusações e, através das consultas externas de desabituação tabágica, prestaram assistência e estímulos aos cidadãos para que se afastassem deste vício.

Progrediu o controlo do tabagismo nos casinos, tendo sido implementado, a partir de 6 de Outubro de 2014, o novo projecto de proibição completa de fumar nas áreas comuns de jogo e criação de áreas para fumadores nas áreas de jogo com acesso condicionado. O projecto pode contribuir para melhorar a qualidade do ar no interior dos casinos e delimitar mais claramente as áreas para não fumadores, assim facilitando a execução da lei de controlo do tabagismo e protegendo melhor a saúde dos cidadãos.

1.4. Aperfeiçoamento da estruturação dos regimes de saúde, impulso ao desenvolvimento das actividades de cuidados de saúde a longo prazo

O Governo da RAEM tem dado grande importância ao estabelecimento do sistema de saúde e à formação de profissionais. Através da revisão do Decreto-Lei n.º 8/99/M, relativo ao "Regime dos internatos médicos", foi uniformizada a duração do estágio para 6 anos, tendo sido regulamentados, em simultâneo e explicitamente, os conhecimentos, metodologias e técnicas que os internos complementares têm que dominar, com a finalidade de melhorar o seu nível profissional.

Com o aproveitamento articulado dos recursos dos três hospitais locais, foram criados o Curso de Aperfeiçoamento dos Conhecimentos Clínicos e o Curso Prático Avançado em Medicina Clínica. Adoptaram-se os novos modos de formação de médicos, intensificaram-se a contratação e a formação do pessoal de saúde, particularmente de profissionais como médicos e enfermeiros, teve lugar nova edição de internato complementar, ajustou-se o plano

de formação de médicos especialistas para os próximos cinco anos, de forma a promover activamente a formação dos profissionais locais no âmbito de saúde.

Por seu turno, o Conselho para os Assuntos Médicos tem-se dedicado à análise e à discussão do conteúdo da proposta de lei relativa ao "Regime de registo dos profissionais de saúde", incluindo os requisitos relativos à qualificação para o exercício das profissões no âmbito da saúde, a responsabilidade disciplinar e o desenvolvimento profissional contínuo dos profissionais, entre outros temas. O Conselho também se dedica ao aperfeiçoamento da proposta de lei do "Regime dos internatos médicos", no intuito de alcançar os objectivos a longo prazo, nomeadamente o da promoção do desenvolvimento de talentos e o de estabelecimento do regime. A proposta de lei do "Regime jurídico de tratamento de litígios decorrentes de erro médico" encontra-se em fase de discussão na especialidade pela 3.ª Comissão Permanente da Assembleia Legislativa. Para além disso, continuaram a revisão das leis relativas aos assuntos farmacêuticos e a optimização do regime de gestão de medicamentos em Macau.

No âmbito do "Acordo de cooperação na área da medicina tradicional" celebrado com a OMS, os SS realizaram vários *workshops* regionais e locais, ajudando a promoção do desenvolvimento da medicina tradicional. O Governo da RAEM tem mantido um contacto estreito com a OMS, com a Comissão Nacional de Saúde e Planeamento Familiar e com as regiões vizinhas, reforçando consistentemente a cooperação regional na área de saúde, a fim de concretizar o objectivo de desenvolvimento sustentável do sistema.

2. No domínio da Educação

2.1. Ensino Superior

Em 2014, o Governo da RAEM continuou a implementar a linha orientadora "promover a prosperidade de Macau através da educação" e a empenhar-se no estabelecimento e no processo legislativo dos diplomas legais e regimes relativos ao ensino superior, iniciando, de forma programada, a criação do Regime de Avaliação do Ensino Superior e a realização dos trabalhos relativos à avaliação, melhorando continuamente a Base de Dados dos Recursos Humanos Qualificados do Ensino Superior e o apoio às instituições do ensino superior na optimização das instalações e no aumento da qualidade. Simultaneamente, o Governo tem dado maior atenção e apoio aos estudantes universitários, tendo-lhes dado informações diversificadas e criado oportunidades de estudo, aumentando, assim, as suas qualidades em vários aspectos. A mudança da Universidade de Macau para o novo campus, na Ilha de Hengqin, foi realizada com sucesso. As instituições do ensino superior têm promovido, por sua iniciativa, medidas que visam aumentar a qualidade do ensino e da investigação, de modo a formar quadros qualificados, em prol do desenvolvimento de Macau.

2.1.1. Aperfeiçoamento dos regimes e aumento da qualidade, promoção do desenvolvimento estável do ensino superior

Desenvolveu-se o processo legislativo sobre o Regime do Ensino Superior, tendo sido concluída a versão definitiva e continuou-se a acompanhar a elaboração dos diplomas complementares, tendo sido aperfeiçoado o conteúdo dos diplomas legais relativos à organização e ao funcionamento do serviço administrativo do ensino superior, ao Fundo do Ensino Superior e ao Conselho de Coordenação do Ensino Superior. Iniciaram-se também os trabalhos preparatórios dos projectos de diploma sobre o Estatuto de Ensino Superior e o Sistema de Créditos do Ensino Superior e concluiu-se do quadro regulamentar para o Regime de Avaliação do Ensino Superior.

Continuou-se a elaboração do projecto de desenvolvimento a médio e longo prazo do ensino superior. A concepção do Enquadramento de Indicadores de Competência e de Qualidade, no âmbito do ensino superior de Macau, já tinha sido feita pelas entidades profissionais dele encarregadas e estas, actualmente, prosseguem os estudos sobre os Indicadores da Qualificação de Licenciados, de acordo com o conteúdo definido no Enquadramento. Além disso, para iniciar programadamente os trabalhos preparatórios relativos ao estabelecimento do Regime de Avaliação do Ensino Superior, foram concluídos os estudos sobre o quadro do Regime e a elaboração de orientações relevantes; presentemente, está em curso a preparação dos estudos sobre o teste piloto, de forma a verificar a aplicabilidade e a operacionalidade das referidas orientações. A par disso, são apoiadas e incentivadas as instituições do ensino superior a convidarem entidades especializadas para desenvolverem projectos de avaliação. Para o efeito, organizaram-se as instituições locais para participar em acções de formação sobre a avaliação, para que pudessem adquirir experiências e possuir uma reserva de pessoal qualificado para a futura aplicação do Regime de Avaliação do Ensino Superior.

Auscultadas as opiniões das instituições do ensino superior quanto à optimização da plataforma electrónica da Base de Dados para o Ensino Superior, têm-se melhorado a recolha e a divulgação das informações sobre o ensino superior e, em simultâneo, actualizado oportunamente a Base de Dados dos cursos ministrados no ensino superior. Para além de ter sido concluído o Relatório Anual dos Indicadores do Ensino Superior, procedeu-se ainda à comparação desses mesmos indicadores entre Macau e outras regiões. Têm-se mantido actualizadas e são oportunamente completadas as informações constantes da Base de Dados dos Recursos Humanos Qualificados do Ensino Superior; concluíram-se, por parte das entidades disso encarregadas, os estudos sobre as previsões da procura de quadros qualificados com habilitações académicas superiores, nomeadamente, nos sectores de contabilidade, tradução, engenharia e hotelaria. Através da comparação e análise dos dados obtidos, foram elaborados relatórios sobre as previsões da procura e da oferta de quadros qualificados nos referidos sectores, estando as informações disponíveis na página electrónica destinada a consulta pública. Realizam-se, periodicamente, reuniões

conjuntas dos dirigentes das instituições do ensino superior, permitindo-lhes a partilha de informações sobre a procura e a oferta de quadros qualificados, promovendo, deste modo, a intensificação do intercâmbio e da cooperação entre essas instituições, aproveitando as suas vantagens próprias para que cada uma delas se desenvolva nas respectivas áreas.

Foi celebrado um memorando de cooperação com o Departamento Administrativo do Ensino Superior da Província de Guangdong, de modo a criar condições favoráveis ao aprofundamento do intercâmbio e da cooperação entre Macau e Guangdong no âmbito da educação. Organizou-se a participação das instituições em exposições de educação e em actividades promocionais realizadas no Interior da China e no exterior, no intuito de atrair estudantes excelentes para prosseguirem estudos em Macau. Coordenaram-se as instituições do ensino superior de Macau para a criação do "Grupo de Trabalho sobre Formação dos Quadros Bilingues Qualificados nas Línguas Chinesa e Portuguesa"; organizaram-se os dirigentes dessas instituições para visitar os países de língua portuguesa, reforçando a respectiva ligação e procurando oportunidades de cooperação. Continuou-se a coordenar e a apoiar o Grupo de Trabalho de Quatro Instituições para o Exame Unificado de Acesso na realização dos seus trabalhos. Após consulta ao sector educativo, o Grupo de Trabalho elaborou uma série de documentos, incluindo o programa do exame, os enunciados de simulação, o projecto de implementação do exame unificado, bem como uma colecção de perguntas e respostas, tendo realizado sessões de esclarecimento nas escolas secundárias para uma ampla auscultação de opiniões.

Mantém-se o apoio financeiro às instituições do ensino superior, ajudando-as a melhorar as instalações pedagógicas e a desenvolverem projectos favoráveis ao aumento da qualidade do ensino. Apoiou-se a "Aliança das Bibliotecas das Instituições do Ensino Superior de Macau" na realização de trabalhos como a aquisição conjunta de uma Base de Dados, a exploração e o funcionamento experimental da plataforma de recursos electrónicos das instituições do ensino superior de Macau; em simultâneo, lançou-se e entrou em funcionamento o cartão de biblioteca unificado em grupo, destinado aos estudantes e ao pessoal docente e não docente das instituições do ensino superior de Macau. Realizaram-se diversas actividades favoráveis ao desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente das instituições e continuou a ser-lhe dado apoio na realização dos estudos académicos, na participação em reuniões académicas e na apresentação de resultados da investigação, de modo a aumentar o nível académico.

2.1.2. Incentivo e apoio ao prosseguimento de estudos, cuidados e estímulo ao crescimento dos estudantes

Deu-se continuidade ao "Plano de Atribuição do Subsídio para Aquisição de Material Escolar a Estudantes do Ensino Superior", tendo-se analisado a viabilidade de o transformar numa medida permanente. Revisto o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Mérito para Estudos Pós-Graduados, aumentou-se o montante das bolsas e definiram-se as áreas de especialização prioritárias para a sua atribuição. Concluiu-se a criação da página electrónica

específica para bolsas de mérito, bolsas de estudo e bolsas-empréstimo, possibilitando a integração e divulgação, de forma uniforme, das informações de diversos serviços públicos, facilitando a consulta por parte dos residentes. Efectuou-se o estudo sobre a celebração do Protocolo de Cooperação na Atribuição de Bolsas de Mérito para Estudos Pós-Graduados com a Comissão Nacional dos Assuntos Étnicos, no intuito de incentivar o prosseguimento de estudos dos residentes do Interior da China e de Macau.

Deu-se continuidade à cooperação com o Ministério da Educação, relativamente à realização dos exames de admissão em Macau, destinados a candidatos a cursos de pós-graduação, tendo sido aperfeiçoada a rede dos exames unificados de admissão dos estudantes chineses residentes no estrangeiro, nas regiões de Hong Kong, Macau e Taiwan para o prosseguimento de estudos em estabelecimentos de ensino superior no Interior da China e foram também melhoradas as formalidades de inscrição. Através de meios diversificados, nomeadamente, "Centro de Estudantes do Ensino Superior", páginas electrónicas com informações sobre o prosseguimento de estudos, série de conversas na Internet, programa de estágio durante férias mais longas e realização de palestras itinerantes nas escolas secundárias por instituições encarregadas, reforçaram-se as informações sobre o prosseguimento de estudos e o emprego, estimulando os estudantes a planearem a sua carreira.

Concluíram-se a 3.ª fase do estudo do planeamento dos serviços de aconselhamento aos estudantes de ensino superior, o planeamento dos serviços de aconselhamento às instituições de ensino superior e o quadro do mecanismo de resolução de situações de crises e foram realizadas acções de formação para o pessoal conselheiro das instituições, dando assim maior atenção aos estudantes de ensino superior. Continuou a optimizar-se a página electrónica "*Blog* para Estudantes do Ensino Superior", a plataforma de comunicação e intercâmbio com os estudantes de ensino superior, tendo sido alargado o acesso ao *Blog* aos estudantes de ensino secundário e seus pais.

Foi alargado o leque de serviços prestados pelo Centro dos Estudantes do Ensino Superior que, para além de realizar as actividades relativas ao aconselhamento sobre o prosseguimento de estudos e o emprego, fornecer as respectivas informações, processar diversas formalidades da inscrição, do requerimento de documentos e dos pedidos de aluguer e empréstimo de equipamentos e instalações, apoiar as associações de estudantes a desenvolver actividades associativas, tem recrutado estudantes voluntários para realizar determinados trabalhos e organizar actividades, no intuito de aumentar a sua qualidade integral através dessas práticas. Realizaram-se os preparativos para a criação do Prémio de mérito para estudantes do ensino superior com excelente desempenho académico, louvando os estudantes universitários distintos. Têm sido investidos recursos e apoiado os estudantes universitários no desenvolvimento de actividades favoráveis ao seu crescimento físico e mental e na sua contribuição para a sociedade, para que, em consequência, possam progredir. Têm-se concedido apoios financeiros às instituições relevantes para que continuem a realizar o concurso "Inno ICT Business Plan" apoiando os estudantes premiados a concretizar os seus projectos. Deu-se continuidade à realização de diversas actividades de

intercâmbio e concursos interuniversitários como de basquetebol, de composição de textos e debates. Tem-se apoiado os estudantes universitários na obtenção do Cartão Internacional de Estudante, incentivando-os a participar em actividades internacionais, no sentido de lhes enriquecer a vida extra-escolar, alargar os seus horizontes e reforçar a capacidade linguística e o amor à Pátria.

2.1.3. Desenvolvimento das vantagens específicas das instituições, dedicação à formação de quadros qualificados

Em coordenação com o processo legislativo do "Regime do Ensino Superior", as instituições iniciaram a revisão dos seus estatutos tendo em conta as necessidades do seu próprio desenvolvimento. Depois da aprovação da lei, iniciar-se-á, de imediato, a revisão dos mesmos estatutos, de forma a dar maior impulso ao desenvolvimento saudável das instituições.

Entrou em pleno funcionamento o novo *campus* da Universidade de Macau, na Ilha de Hengqin. No início do novo ano lectivo, mudaram-se mais de 5.000 estudantes e professores para as suas residências. Estão implementados, integralmente, o novo modelo pedagógico composto por "quatro elementos" e o regime de colégios residenciais. A Universidade de Macau iniciou os trabalhos relativos à reforma do seu modelo de gestão, aos procedimentos administrativos, ao ensino e cursos e à cultura escolar.

As instituições de ensino superior continuam a desenvolver as suas vantagens específicas, tendo em conta o desenvolvimento de Macau, formando quadros qualificados necessários para a sociedade, intensificando continuamente a cooperação com as instituições chinesas e portuguesas para formação de quadros que dominem a língua portuguesa. A par disso, organizaram acções de formação na área das indústrias culturais e criativas; na área do turismo, criaram cursos de formação profissional e cursos comunitários com reconhecimento internacional e foram encarregadas de realizar estudos sobre as políticas relativas ao turismo.

Continuam a esforçar-se pelo aumento da qualidade, incentivando e dando apoio financeiro ao pessoal docente para que realize investigação académica e apresente os resultados da investigação. Para além disso, convidaram agências internacionais de avaliação para as avaliarem. Já este ano, o Instituto Politécnico de Macau foi aprovado na avaliação institucional, realizada pela *Quality Assurance Agency for Higher Education,* do Reino Unido.

2.2. Ensino não superior

Seguindo o princípio de "Promover a prosperidade de Macau através da Educação" e de acordo com o "Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020)" (adiante designado por "Planeamento Decenal"), foi realizado, de forma eficiente, em 2014, um investimento em recursos educativos, reforçando o apoio

ao ensino especial, promulgando e pondo em prática o "Quadro da Organização Curricular da Educação Regular do Regime Escolar Local", criando um mecanismo de investigação educativa, reforçando a preparação de alunos distintos, executando, em maior grau, o "Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo", contribuindo para que Macau se torne numa sociedade de aprendizagem.

2.2.1. Reforço da criação de um mecanismo eficaz a longo prazo, aumento estável do financiamento

Cumprindo o espírito de uma "governação científica", reforçou-se a criação de um mecanismo eficaz a longo prazo, iniciou-se o estudo sobre o desenvolvimento da modalidade de ensino técnico-profissional e do ensino em turmas reduzidas dos ensinos infantil e primário, de modo a proporcionar fundamentos científicos para o desenvolvimento educativo, concretizando as várias medidas do "Planeamento Decenal", aperfeiçoando continuamente os diplomas legais sobre educação, pondo plenamente em prática os trabalhos relativos ao "Quadro Geral", criando ferramentas sistemáticas para o respectivo trabalho de gestão das escolas; desenvolveram-se também as funções do Conselho de Educação para o Ensino Não Superior e do Conselho Profissional do Pessoal Docente, recolhendo, por vários canais, as opiniões dos diversos sectores, de forma a impulsionar o desenvolvimento da educação.

Reforçou-se o investimento em recursos, aumentando o montante dos subsídios da escolaridade gratuita, das propinas e do subsídio para aquisição de manuais escolares, assegurando o direito à igualdade educativa dos alunos; rentabilizaram-se as funções do Fundo de Desenvolvimento Educativo, de modo a apoiar as escolas na realização de diversos planos e actividades com características de desenvolvimento; melhorou-se, de forma contínua, a gestão financeira das escolas particulares, racionalizando mais a utilização do financiamento educativo; desenvolveu-se, em maior grau, o ensino em turmas reduzidas, a fim de responder, da melhor forma, às necessidades de desenvolvimento dos alunos.

No que diz respeito às estatísticas educativas, manteve-se a ligação e cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e aumentou-se a colaboração regional, aprofundando a comunicação com os serviços e instituições educativas das regiões vizinhas, promovendo o intercâmbio entre docentes e alunos e disponibilizando oportunidades de desenvolvimento múltiplo para os alunos.

2.2.2. Atenção às diversas necessidades dos alunos, incentivo ao desenvolvimento sistemático das escolas

Foram adoptadas diversas medidas de modo a assegurar o direito à escolaridade obrigatória para as crianças e jovens ainda em idade escolar, promovendo a "Nova medida

para a matrícula dos alunos que ingressam, pela primeira vez, no ensino infantil", melhorando o processo de admissão de alunos do ensino infantil. Foram também organizados, continuamente, cursos destinados aos alunos imigrantes, para apoiar a sua integração na comunidade e aprofundar o seu conhecimento sobre o ambiente de Macau. Foram criados ainda os planos do prémio de classificação distinta e de preparação de alunos excelentes do ensino secundário. Apostou-se no desenvolvimento do ensino técnico-profissional, explorando as potencialidades dos alunos; através do Fundo de Desenvolvimento Educativo, os alunos do ensino secundário complementar e os docentes das disciplinas de línguas foram incentivados a inscreverem-se nos exames internacionais de credenciação de línguas, com vista a aumentar a sua capacidade linguística. Fomentou-se o desenvolvimento da avaliação diversificada, pesquisando o regime de avaliação dos alunos, optimizando o mecanismo de aconselhamento aos alunos e financiando as escolas no desenvolvimento do apoio aos alunos mais fracos na aprendizagem, de modo a promover o seu sucesso escolar. Aumentou-se o apoio aos alunos que abandonaram os estudos, a fim de estimular o seu crescimento saudável.

Alargou-se a concessão de subsídio de propinas aos alunos de Macau que frequentam cursos do ensino secundário complementar em Zhuhai e Zhongshan, alargando-a, ainda, aos alunos que frequentam o ensino infantil. Foram aumentadas, significativamente, as vagas para as bolsas de mérito e bolsas extraordinárias, elevando também o seu montante, no sentido de apoiar os alunos para que frequentem cursos superiores, assim contribuindo para a formação de mais quadros qualificados distintos. Ao mesmo tempo, os subsídios para aquisição de material escolar e para a alimentação foram aumentados, rentabilizando a concessão das bolsas-empréstimo no âmbito do plano de bolsas para o ensino superior, de modo a reforçar o apoio aos alunos de famílias com dificuldades económicas.

O apoio ao sistema escolar da escolaridade gratuita foi aumentado e o desenvolvimento das escolas oficiais e particulares foi estimulado. A comunicação com os serviços públicos com competência na reserva de terrenos para fins educativos no planeamento urbano foi mantida, continuando-se a apoiar as escolas na reordenação dos edifícios escolares, de modo a criar uma base para o desenvolvimento educativo, em termos das instalações; apoiaram-se ainda as escolas no reforço das tecnologias informáticas e de comunicação, procedendo, gradualmente, à monitorização e testes dos equipamentos electromecânicos e dos equipamentos contra incêndios dos edifícios escolares, criando um ambiente seguro para a aprendizagem.

As escolas foram incentivadas, de forma contínua, à criação de associações de pais, disponibilizando apoio financeiro ao seu funcionamento, reforçando a formação e intercâmbio entre os membros das associações de pais, incentivando a cooperação entre a família e a escola. Foi desenvolvida, de forma contínua, a promoção de materiais didácticos de educação para os pais, realizando-se diversas palestras e acções formativas; através do "Plano de incentivo 100% pais", os encarregados de educação foram incentivados a participar nas actividades educativas para pais e filhos, estudando-se a possibilidade de criação de uma "plataforma de aprendizagem para encarregados de educação" e de encontrar novos meios para reforçar a educação para os pais.

2.2.3. Execução oficial do quadro curricular, aumento da eficácia da avaliação educativa

Foi publicado e posto em prática o "Quadro da Organização Curricular da Educação Regular do Regime Escolar Local", que constituiu um avanço importante para a reforma curricular de Macau. Com base nos "Projectos piloto dos currículos para os ensinos infantil e primário", foi implementado o "Projecto piloto de currículos para o ensino secundário geral". Ao mesmo tempo, promoveu-se a adopção das exigências das competências académicas básicas das disciplinas para o ensino secundário complementar e das instruções para os currículos dos restantes níveis de ensino. Foi reforçada a formação docente relacionada com a reforma curricular, melhorando a capacidade de liderança e a exploração curricular das escolas e docentes.

Foi desenvolvida, de modo programado, a avaliação escolar global, optimizando, nas escolas e nos docentes, os conceitos e técnicas de avaliação, elevando a capacidade dos docentes na elaboração dos enunciados de provas, dando continuidade à actualização do regime de avaliação de alunos, a fim de aumentar a eficiência pedagógica. Resumidas as opiniões recolhidas sobre a "Avaliação especializada da leitura", estabeleceram-se políticas e medidas visando a melhoria do nível de leitura dos alunos. Acompanharam-se os diversos trabalhos relacionados com o "Programa Internacional de Avaliação de Alunos" (PISA) preparando os testes a levar a cabo no ano de 2015.

2.2.4. Aumento da qualidade moral dos alunos, reforço do apoio financeiro ao ensino especial

Aprofundou-se a educação moral nas escolas promovendo o desenvolvimento do grupo de trabalho nesta área e o intercâmbio entre os trabalhadores de diversas escolas nela envolvidos. Iniciou-se a revisão dos materiais didácticos de "Virtude e Cidadania" para o ensino primário, desenvolvendo a promoção da generalização da "Lei Básica" e da educação cívica, reforçando a educação do amor pela Pátria e por Macau, através de visitas e estudos sobre a actualidade nacional. Por ocasião do Campeonato do Mundo de Futebol, divulgaram-se, através de uma série de actividades junto dos alunos, informações relativas à prevenção do jogo. Enfatizou-se a educação para o afastamento das drogas, a educação sexual e a educação sobre a vida, apelando ao respeito pelos idosos, ensinando os alunos a serem cumpridores da sua palavra e tolerantes, entre outras virtudes, ajudando-os a interiorizar valores correctos e uma filosofia de vida positiva.

Procedeu-se a consultas sobre a revisão dos diplomas legais relativos ao regime do ensino especial, no sentido de o completar e aperfeiçoar. Incentivaram-se as escolas para a criação de um ambiente sem barreiras, para o desenvolvimento do "Ensino a alunos sobredotados" e do "Ensino inclusivo". Os alunos com necessidades educativas especiais e encarregados de educação foram mais apoiados, procedendo-se, por exemplo,

ao fornecimento do almoço saudável e à concessão de um subsídio para o serviço de transporte antes e depois das aulas; motivaram-se as escolas e instituições para prestarem serviços de apoio após as aulas ou em fins-de-semana e feriados, ajudando a aliviar o stress dos encarregados de educação, para além de disponibilizar aos alunos actividades educativas favoráveis ao seu desenvolvimento físico e mental e ao aumento das suas capacidades de sobrevivência. Foi, de igual modo, melhorado o trabalho de avaliação, tendo-se concluído os estudos e criação de instrumentos de diagnóstico cognitivo do desenvolvimento das crianças e prepararam-se, ainda, acções de formação posteriores; contrataram-se trabalhadores para que os alunos com necessidades educativas especiais possam receber o mais rápido possível uma avaliação que indique o nível pedagógico em que serão colocados. Através da formação do pessoal docente e do "Plano de bolsas de estudo para o ensino superior", prepararam-se quadros qualificados para o desenvolvimento do ensino especial. Subsidiaram-se as instituições do ensino especial, destacando mais professores desta área, a fim de prestar assistência às escolas que proporcionam o ensino inclusivo.

2.2.5. Impulso à implementação do diploma legal do "Quadro geral", preparação de um corpo docente excelente

Foram concretizadas as diversas medidas do "Quadro geral", elevando a qualidade profissional do pessoal docente, estudando a elaboração do regime de desenvolvimento profissional desse pessoal, melhorando o trabalho de avaliação das escolas e assegurando a realização do disposto relativo à diferença salarial de 1,3 vezes entre o nível mínimo e o máximo do pessoal docente e do regime do fundo de previdência. Realizaram-se actividades comemorativas do Dia do Professor, divulgando as regras para a atribuição da menção de "Professor Distinto", no sentido de promover uma atmosfera de respeito pela educação e pelos docentes. Foram reforçados os recursos de apoio aos alunos distintos para que frequentem cursos superiores em educação, bem como, em articulação com as necessidades de desenvolvimento, se organizaram cursos de formação para os docentes dos ensinos infantil e primário, de forma a preparar uma reserva de recursos humanos da área educativa numa perspectiva de longo prazo.

Com vista a aumentar a capacidade profissional do pessoal docente, tem vindo a organizar-se, de forma contínua, o plano "Prémio do Projecto Pedagógico", o "Plano de intercâmbio de docentes altamente qualificados do Interior da China em Macau" e cursos de formação para docentes principais. Continuou-se a organizar a formação dos directores e quadros de gestão das escolas superiores e médios, a fim de os preparar para serem líderes educativos, subsidiando os docentes para participarem nos exames de credenciação profissional das línguas chinesa, portuguesa e inglesa, pondo em prática os planos de "suspensão provisória das actividades lectivas para formação" e "licença sabática para reciclagem" e continuando a incentivar as escolas na criação de grupos de investigação na área da educação, melhorando, gradualmente, os métodos educativos.

2.2.6. Incentivo à aprendizagem e reciclagem contínua, desenvolvimento dinâmico do ensino técnico-profissional

Resumidas as experiências da primeira fase do "Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo", lançou-se uma nova fase do programa para os anos de 2014 a 2016, com o objectivo de reforçar o apoio financeiro, alargar o âmbito de financiamento e construir uma plataforma de educação contínua de excelência e diversificada; paralelamente, melhorou-se a forma de concessão do subsídio para o ensino recorrente. Através do Prémio de Aprendizagem Contínua, incentivam-se os cidadãos a estudar de modo regular.

Estudou-se a revisão do diploma legal sobre o ensino técnico-profissional, aperfeiçoando gradualmente este sistema do ensino. As escolas foram financiadas, de forma contínua, para desenvolverem cursos do ensino técnico-profissional e implementou-se o programa "Pôr em prática o conhecimento adquirido", encorajando os alunos a participar em diversos testes da competência profissional. Para a concretização da política de formação de quadros qualificados do Governo da RAEM, impulsionou-se a preparação e criação, num lote da habitação pública em Seac Pai Van, do "Centro Prático do Ensino Técnico-Profissional" e planeou-se a organização de cursos do ensino técnico-profissional com entidades profissionais. Ao mesmo tempo, fizeram-se os preparativos para a construção de um centro de formação onde os alunos podem estudar mandarim, português e inglês num ambiente experimental e interactivo.

2.3. No âmbito da Juventude

No âmbito da Juventude, de acordo com a linha orientadora "juntar as forças de todos os sectores da sociedade, cuidar do crescimento dos jovens", implementou-se a "Política da Juventude de Macau (2012-2020)", através de uma série de medidas visando aumentar o sentimento de amor pela Pátria e por Macau dos jovens, assim como o entusiasmo e o sentido de responsabilidade social.

2.3.1. Criação ordenada de um mecanismo eficaz a longo prazo, execução activa das políticas para os jovens

Foi dinamicamente posta em prática a Política da Juventude, reforçando a divulgação das políticas, e criou-se um mecanismo de coordenação interdepartamental envolvendo as competentes áreas de acção governativa. Desenvolveu-se nova fase do inquérito social sobre os indicadores da juventude e concluiu-se a análise da avaliação das políticas de juventude. Desenvolveram-se continuamente as funções do Conselho de Juventude, concretizando ordenadamente as diversas políticas.

Através do apoio financeiro atribuído a instalações complementares e de acções de formação e intercâmbio, entre outros, apoiaram-se as escolas e associações juvenis no desenvolvimento das suas actividades e planos destinados aos jovens, a fim de aumentar a eficiência de funcionamento e a qualidade dos serviços prestados. Promoveram-se diversos planos de disponibilização ao público dos meios escolares, financiando as escolas para abrirem os seus campos desportivos e outras instalações, bem como a remodelação, renovação e optimização de instalações, proporcionando um melhor ambiente para o crescimento dos jovens.

2.3.2. Preparação com empenho de diversos quadros qualificados, aumento das capacidades competitivas dos jovens

Realizaram-se aconselhamentos ao nível pré-laboral e ajudaram-se os jovens a conhecer melhor as indústrias modernas. Organizou-se uma diversificada formação relativa a conhecimentos jurídicos, capacidade de liderança, gestão financeira e técnicas de trabalho destinadas aos jovens, procurando cultivar um pensamento autónomo, espírito crítico e capacidade de inovação e de contribuição.

Concluíram-se várias competições escolares, em termos desportivos, recreativos e de generalização científica, actividades de intercâmbio no exterior organizadas para docentes e alunos, assim como extracurriculares na comunidade e nas escolas. Em cooperação com a Delegação do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China na Região Administrativa Especial de Macau, realizou-se um conjunto de actividades no âmbito do concurso dos conhecimentos diplomáticos, tendo-se editado um livro. Organizaram-se, também, os jovens para visitarem os mais desfavorecidos, fazerem experiências de trabalho agrícolas e ensino voluntário em regiões afastadas, alargando os seus horizontes e aumentando a sua competitividade.

2.3.3. Optimização do trabalho voluntário, aumento da consciência da responsabilidade social

Ao promover o "quadro geral sobre trabalho voluntário", melhoraram-se também as funções do sistema de registo *online* do trabalho voluntário, tendo sido criada uma plataforma informática dos voluntários jovens e activado o mecanismo de elogio. Realizou-se o Fórum de Juventude subordinado ao tema "Políticas do Voluntariado Juvenil da Região da Ásia-Pacífico", tendo-se obtido grandes avanços na generalização do trabalho voluntário dos jovens.

Realizaram-se colóquios sob o tema "Os Jovens Reflectem sobre a Sociedade" e sessões de partilha de experiências temáticas e "Encontro com os Jovens", de forma a promover a educação cívica e a generalização de conhecimentos jurídicos. Foi lançado, pela primeira vez,

o "Plano de Jovem Jornalista da Escola" e aumentou-se efectivamente o nível de preocupação e a perspicácia dos jovens quanto à vida social.

2.3.4. Disponibilização, com empenho, de diversos serviços, conjugação das energias positivas dos jovens

Realizaram-se a Jornada de Educação sobre a Defesa Nacional, o Acampamento Educacional para os Alunos do Ensino Secundário e o Acampamento Militar de Verão para Alunos Jovens, bem como as Viagens de Aprendizagem "Conhecer a Pátria, Amar a China", a fim de aumentar o autoconhecimento e criar uma filosofia correcta de valores entre os jovens. Apoiaram-se as escolas na elaboração das estratégias do desporto da própria escola e no aperfeiçoamento das instalações desportivas, tendo sido criados centros polidesportivos e promovidos, no meio escolar, exercícios de protecção dos olhos e dos dentes e actividades nos intervalos das aulas e outras visando o reforço da condição física. Através da implementação do Plano de Promoção "Uma Nova Geração da Luz Solar", proporcionaram-se informações sobre as actividades ao ar livre mais adequadas, com empenho na formação de hábitos de vida saudáveis e melhorando a condição física. Organizaram-se, ainda, para o sector educativo, competições de numerosas modalidades, realizadas no exterior, tendo os jogadores de Macau sido galardoados como excelentes prémios no "XII Campeonato Desportivo Nacional de Alunos"; realizou-se, com sucesso, o "Festival Juvenil Internacional de Dança 2014", incentivando o intercâmbio desportivo e cultural e ampliando, assim, os conhecimentos e os horizontes dos jovens.

Com a realização de uma nova edição do "Plano de Incentivos aos Jovens Distintos – Estimular a Energia Positiva", reforçou-se a sua capacidade de identificação e conhecimento do jogo problemático, a utilização saudável da Internet, a educação sexual e comportamentos desviantes, cultivando uma atmosfera social positiva. Em celebração do 15.º aniversário do estabelecimento da RAEM, realizou-se, com sucesso, um grande espectáculo cultural e artístico do sector educativo, demonstrando-se o infinito dinamismo dos jovens e o seu amor pela Pátria e por Macau.

3. No domínio da Acção Social

Em 2014, todos os trabalhos da área dos serviços sociais prosseguiram de uma forma gradual, segundo o plano traçado. O Governo da RAEM continuou a estar atento à qualidade de vida da população e rentabilizou as suas funções de previdência social, designadamente no tocante à protecção dos grupos vulneráveis, tendo procurado melhorar a sua qualidade de vida através da alocação de mais recursos. O serviço das creches foi um assunto que despertou a atenção da sociedade e, ao longo de 2014, foram lançadas várias medidas conducentes ao aumento do número das respectivas vagas, bem como foi implementado o "Programa Piloto do Serviço de Amas Comunitárias", em ordem a aliviar a procura daquele

serviço. Estão em curso, segundo o previsto, para o próximo decénio, tanto o planeamento dos Serviços de Apoio a Idosos como o planeamento dos Serviços de Reabilitação. Foram apoiadas as instituições particulares no desenvolvimento das suas funções e na estabilidade dos seus recursos humanos, promovendo assim o desenvolvimento dos serviços sociais.

3.1. Melhoramento da rede de serviços de apoio às famílias, aumento das vagas das creches e prestação de atenção aos jovens

A fim de que mais famílias necessitadas pudessem beneficiar de apoios adequados, em conformidade com o mecanismo de ajuste, o Governo da RAEM aumentou, ao longo do ano, por duas vezes, o valor do risco social. Em simultâneo, foi implementando uma série de medidas de apoio, entre as quais a atribuição aos agregados familiares beneficiários do subsídio regular de uma única prestação adicional, de montante total equivalente a esse subsídio; o aumento do apoio especial às famílias monoparentais, nomeadamente para actividades de aprendizagem, para cuidados médicos específicos e para a invalidez; o aumento em grande escala do valor do apoio complementar para a renda de casa; a continuação tanto da concessão do "Subsídio especial para a manutenção de vida aos três tipos de famílias em situação vulnerável" como da implementação do "Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo". De igual modo, foram mais uma vez actualizados o Subsídio para Idosos e o Subsídio de Invalidez.

Relativamente aos serviços de apoio prestados às famílias e à comunidade, o Grupo promotor "Vida amorosa, família feliz" organizou uma série de actividades para o "Mês da Família Feliz", subordinada ao tema "Mais amor na família e harmonia na comunidade", transmitindo uma mensagem positiva de família saudável e harmoniosa. Com a finalidade de reforçar o apoio ao tratamento de casos familiares, foi encetado o trabalho preparatório de criação do "Sistema de gestão de trabalhos relacionados com o tratamento de casos", de forma a criar progressivamente uma rede de serviços referente ao tratamento desses casos, abrangendo todo o território de Macau. Em simultâneo, procedeu-se, de modo ordenado, ao melhoramento do mecanismo de apoio de 24 horas por dia, de forma a assegurar aos necessitados o acesso a serviços adequados para fazer face às situações de emergência. Com vista ao melhoramento contínuo do mecanismo de apoio comunitário em colaboração com as instituições particulares, em articulação com as "estratégias dos três níveis de prevenção" definidas para os serviços de apoio às famílias e à comunidade, vários centros de serviços entraram em funcionamento.

Atendendo à crescente procura de creches, o Governo da RAEM adoptou várias políticas e medidas visando aumentar o número de vagas para o acolhimento de crianças. Nesta conformidade, em 2014, com a inauguração de 3 creches, conseguiu-se um aumento de cerca de 700 vagas; recorrendo à revisão da lei, no sentido de aumentar o número de crianças por cada sala de actividades, permitiu-se um aumento de cerca de 440 vagas nas 41 creches actualmente existentes; com a implementação do serviço de acolhimento de meio

dia, verificou-se um aumento de cerca de 1.000 vagas. Assim, em resultado de tudo isso, prevê-se que, até ao fim do ano, haja mais de 8.000 vagas disponíveis, o que permitirá atingir o objectivo inicialmente estabelecido. Promoveu-se o "Programa Piloto do Serviço de Amas Comunitárias" que consiste em oferecer, para além dos serviços prestados pelas creches, um outro serviço de escolha mais flexível para as famílias que têm uma necessidade real de acolhimento das suas crianças e carecem de pessoas que lhes prestem ajuda.

Em relação aos serviços de apoio a jovens, está em preparação o "Programa piloto de serviços relativos aos jovens anónimos e ao vício pela Internet", tendo-se já dado início aos programas específicos que têm como objectivo melhorar a inteligência emocional dos jovens e a sua capacidade para resistir à pressão, bem como ajudá-los a conhecerem-se a si próprios, a reorganizarem a sua vida e a reintegrarem-se na sociedade.

3.2. Optimização dos serviços de apoio aos idosos e aprofundamento progressivo dos serviços de reabilitação

Em sede do "Grupo Interdepartamental de Estudo do Mecanismo de Protecção dos Idosos de Macau", foi concluída, de acordo com o plano definido, a primeira fase do trabalho de investigação relativo ao "Estudo básico" e à "Avaliação dos serviços" e elaborado, com base nele, o "Enquadramento das políticas do sistema de segurança social para os idosos de Macau", tendo-se dado início à elaboração do "Programa de desenvolvimento do serviço de apoio a idosos nos próximos 10 anos (2016-2025)".

No que se refere às acções realizadas com vista à optimização dos serviços de apoio comunitário dirigido aos idosos que vivem sozinhos e com debilidade física, destacam-se a conclusão do programa piloto para a optimização dos serviços de uma equipa de apoio domiciliário, a organização das acções de formação para as restantes 4 equipas desse apoio, a produção de orientações relativas ao guia de funcionamento dos serviços elaborado para as mesmas equipas, bem como a revisão e avaliação dos serviços de três centros de cuidados especiais diurnos para idosos. Com a finalidade de reforçar os serviços de cuidados prestados às pessoas com demência senil, foi desenvolvido o trabalho preparatório para a criação, num lar de cuidados especiais, de serviços de enfermagem e de apoio diurno. A fim de prestar assistência às pessoas com demência senil e seus familiares, foi ainda dado apoio para que um centro de dia de cuidados especiais fosse transformado num centro de cuidados especiais diurnos para pessoas com demência senil. Através do "Programa piloto de avaliação da segurança do idoso no domicílio e de melhoramento das casas de banho", visando prestar serviços de avaliação da segurança domiciliária e de orientações para os idosos, de que beneficiaram cerca de 1.000 idosos que vivem sozinhos, e também serviços de melhoramento das condições de segurança das casas de banho, de que beneficiaram cerca de 800 idosos. Prevê-se que até Março de 2015 mais de 1.800 idosos que vivem sozinhos possam beneficiar desses serviços.

O "Grupo Interdepartamental de Estudo do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio" e a sua "Equipa de execução" realizaram várias acções,

nomeadamente reuniões de trabalho, actividades de intercâmbio, *workshops* sobre o planeamento dos serviços de reabilitação para o próximo decénio e seminários para a troca de experiências internacionais, tendo assim estabelecido uma base sólida para a elaboração do "Plano de desenvolvimento dos serviços de reabilitação" para o decénio de 2016 a 2025. No que se refere à avaliação da deficiência foi convidada a equipa de especialistas do Interior da China, responsável pela elaboração dos critérios de avaliação da deficiência e do respectivo sistema, para se deslocar a Macau a fim de se proceder à revisão do "Regime de avaliação do tipo e grau da deficiência, seu registo e emissão de cartão", bem como ao acompanhamento subsequente. Com a finalidade de criar condições favoráveis para incentivar o apoio à colocação das pessoas deficientes no mercado normal de trabalho, foi promovida a 2.ª fase do "Plano de Apoio Financeiro para a Promoção do Emprego das Pessoas com Deficiência". Foi lançada a 1.ª fase do "Programa de Benefícios do Cartão de Registo de Avaliação de Deficiência", coordenado pelo Instituto de Acção Social (IAS), em colaboração com 28 serviços públicos, tendo como objectivo proporcionar aos portadores desse cartão benefícios como o atendimento prioritário, descontos em taxas e isenção de pagamentos. De igual modo, entraram em funcionamento os equipamentos residenciais localizados no Complexo de Habitação Pública de Seac Pai Van, em Coloane, destinados a pessoas portadoras de deficiência intelectual de grau ligeiro ou moderado, com idade igual ou superior a 16 anos.

3.3. Reforço da prevenção e tratamento do jogo problemático, ampliação do reduto de combate à droga na comunidade

Relativamente à prevenção da toxicodependência, tem vindo a dar-se continuidade à educação sobre o combate à droga e, com esse propósito, foram mobilizadas as associações comunitárias para promoverem as diferentes acções de divulgação sobre o combate à droga. Entretanto, foi iniciado o "Estudo sobre o acompanhamento da situação do consumo de drogas por parte dos jovens" com o objectivo de se poder ter um maior conhecimento sobre a tendência do consumo de drogas por parte dos jovens de Macau. A fim de que os trabalhos referentes à prevenção e ao tratamento da toxicodependência possa ter uma maior cobertura, foi criada uma aplicação para telemóveis intitulada "Posto de informações sobre o combate à droga", de forma a que a população necessitada possa não só ter acesso às informações relativas aos malefícios das diferentes drogas, como também proceder à auto-avaliação do seu grau de dependência das drogas e conhecer as vias através das quais tem acesso aos serviços de desintoxicação. Paralelamente, têm sido desenvolvidos, de uma forma completa, os trabalhos referentes à divulgação e às acções de formação profissional sobre a desintoxicação, dando-se formação a mais de 3.800 profissionais de saúde e polícias da linha da frente, em ordem a aumentar a sua capacidade em matéria de detecção precoce e de intervenção.

A respeito da prevenção e tratamento do jogo problemático, refira-se que a "Linha aberta de aconselhamento para a eliminação do vício do jogo" e o "Aconselhamento e prestação de informações através da Internet", disponíveis 24 horas, entraram em funcionamento, de

forma a que a população necessitada possa ter acesso, a qualquer momento, a um serviço de aconselhamento oportuno. Foi lançado junto dos jovens e estudantes o "Plano sensibilizador sobre a gestão racional de recursos financeiros", a fim de lhes inculcar o valor correcto do dinheiro, de forma a prevenir quaisquer influências sociais causadas pelo ambiente do jogo de fortuna e azar. Para que os vários *stakeholders* possam ter um conhecimento ou um domínio mais profundo sobre as políticas relativas ao "jogo responsável" e ao "jogo problemático", na esperança de poder-se profissionalizar os serviços que tratam do "jogo problemático", o IAS, em colaboração com a Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos, a Universidade de Macau e o Instituto Politécnico de Macau, ministrou acções de formação relativas ao "jogo responsável", destinadas aos assistentes sociais e às chefias do sector da indústria do jogo. Em paralelo, tem-se vindo a dar continuidade à promoção do projecto intitulado quiosques de informações sobre o "Jogo Responsável" e foram aditados à 2.ª versão desse projecto uma função que permite ao utente proceder ao pedido de auto-exclusão, a linha aberta disponível 24 horas de aconselhamento sobre o jogo e a possibilidade de efectuar o pedido de apoio imediato.

3.4. Estudo e investigação para a melhoria da atribuição de subsídios, esforços na prestação de maior atenção aos direitos e interesses das mulheres

Para promover o desenvolvimento dos serviços sociais e apoiar as instituições particulares que prestam serviços sociais, foi dada continuidade à realização do "Plano de Comparticipação Financeira do Seguro de Saúde das Instituições Particulares de Solidariedade Social Subsidiadas" e do "Projecto de Desenvolvimento Profissional dos Trabalhadores de Serviço Social", entre outros. Para avaliar e melhorar o regime de atribuição de subsídios que já vigora há muitos anos, ter-se-á por base a sugestão constante do "Programa de Estudo sobre o Subsídio Regular destinado à Realização dos Serviços Sociais de Macau", com vista a elaborar, o mais breve possível, a proposta para a sua reforma. Quanto à implementação do regime de credenciação dos assistentes sociais, refira-se que, para melhor reunir consenso, foi criada a "Comissão Especializada para a Revisão da Proposta da Lei do Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais" subordinada ao Conselho de Acção Social, que realizou várias reuniões, no sentido de discutir em pormenor os diferentes assuntos que mais chamaram a atenção da população na primeira fase do período de consulta. Para a recolha de mais opiniões do sector em causa e do público, estão a envidar-se esforços no sentido de preparar a realização da segunda fase da consulta pública.

O Governo da RAEM tem vindo a esforçar-se no sentido de colaborar com as associações particulares para a realização de actividades comunitárias que visem despertar a atenção da comunidade para os direitos e interesses das mulheres, designadamente, sobre "As mulheres e a educação" e a "Promoção de Políticas Amigas da Família". Entretanto, tem-se dado continuidade ao acompanhamento da criação da "Base de dados com informações sobre as mulheres de Macau" e, para o efeito, foram efectuadas visitas aos respectivos

Serviços, para se chegar a um acordo sobre a troca de informações. Será acabado um teste interno desta Base, que permitirá não só indicar, na totalidade, a população das mulheres de Macau, a sua situação de vida e de saúde, bem como a sua situação geral num determinado período de tempo, permitindo também proceder à comparação desses dados em diferentes períodos.

4. No domínio da Segurança Social

Em 2014, o Governo da RAEM tem-se esforçado para aperfeiçoar o sistema de segurança social para os idosos de Macau, continuando a proceder à injecção extra de capital no Fundo de Segurança Social (adiante designado por FSS), de forma a garantir o funcionamento sustentável do regime da segurança social do primeiro nível e constituindo, de forma dinâmica e ordenada, o regime de previdência central do segundo nível, a fim de concretizar o regime da segurança social de dois níveis e proporcionar aos residentes uma protecção eficaz da vida pós-aposentação.

4.1. Implementação do sistema da segurança social de dois níveis e criação, em conjunto, da protecção pós-aposentação a longo prazo

O Governo da RAEM procedeu, pelo segundo ano consecutivo, a uma injecção de capital de 5.000 milhões de patacas no FSS, de forma a garantir a estabilidade e a sustentabilidade do regime da segurança social do primeiro nível. Para aliviar a pressão da inflação sentida pelos residentes no seu quotidiano, o FSS aumentou, a partir de Janeiro de 2014, as pensões para idosos, de invalidez e outras prestações ou subsídios, representando um aumento médio de 6%. Além disso, em 2014, aos titulares de contas individuais de previdência que cumpriam os requisitos legais foi atribuída uma verba, a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais, de 7.000 patacas; os beneficiários que tenham, pela primeira vez, esse direito ainda podem ter uma verba de incentivo básico de 10.000 patacas. A respectiva lista foi publicada em Junho, tendo envolvido mais de 330.000 pessoas e sendo o valor da dotação de 2.500 milhões de patacas.

Finalizou-se em Junho de 2014 a consulta pública relativa ao "Regime de previdência central não obrigatório", com uma duração de 60 dias; nesse período foram recebidas cerca de 400 opiniões e o respectivo relatório final será publicado no segundo semestre. Paralelamente, para acelerar o trabalho legislativo, o FSS está na fase de redacção da proposta de lei, no sentido de avançar com a implementação do regime da segurança social de dois níveis.

Com vista a aperfeiçoar constantemente os serviços prestados, em 2014, o FSS disponibilizou mais meios electrónicos para o pagamento de contribuições, permitindo aos

residentes pagarem as contribuições do regime facultativo através de 700 caixas automáticas da rede de Jetco de bancos designados de Macau. Em relação aos itens de serviços prestados nos quiosques automáticos, também foi acrescido o serviço de requerimento de certidão de conta corrente de beneficiários.

Para promover o desenvolvimento do regime da segurança social de dois níveis, o FSS organizou várias actividades sobre gestão financeira, como por exemplo, o concurso de publicidade criativa, uma série de palestras, *workshops* para pais e filhos, tenda de exposição em feiras, no intuito de reforçar os conhecimentos dos residentes sobre o regime da segurança social de dois níveis e os produtos financeiros bem como transmitir aos residentes de diversas faixas etárias conceitos correctos sobre gestão financeira. Para além disso, com a finalidade de aprofundar os conhecimentos dos residentes sobre o "regime da segurança social", o FSS produziu uma série de vídeos promocionais e disponibilizou-os nos postos de atendimento do FSS, da Direcção dos Serviços de Finanças, do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e do Centro de informações ao público, focalizando-se na apresentação dos preceitos inerentes ao regime da segurança social.

No que diz respeito à cooperação regional das novas áreas como a protecção na terceira idade, o FSS cooperou com o Departamento de Recursos Humanos e Segurança Social da Província de Guangdong na emissão da prova de vida para os beneficiários que residem na Província de Guangdong e que recebem as prestações do FSS. Depois de ambas as partes assinarem um memorando de cooperação, espera-se que essa medida possa ser implementada em 2015.

5. No domínio do Turismo

Em articulação com o objectivo da transformação de Macau num "Centro Mundial de Turismo e Lazer", a Direcção dos Serviços de Turismo desenvolveu, em 2014, uma série de políticas e medidas, como o Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo, o aperfeiçoamento dos diplomas reguladores do turismo, o reforço da formação no sector, o estímulo contínuo ao "Plano de Turismo Comunitário"e aos roteiros turísticos "Sentir Macau passo-a-passo", a Campanha de Sensibilização para o Turismo e do Programa de Avaliação de Serviços Turísticos de Qualidade; em simultâneo, melhorou o ambiente turístico, explorou produtos turísticos diversificados, participou e organizou eventos turísticos internacionais e regionais.

5.1. Início do Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo, melhoria do ambiente turístico em geral

A indústria turística detém uma posição importante no desenvolvimento económico de Macau. Para concretizar a transformação de Macau num "Centro Mundial de Turismo e Lazer", é preciso um estudo sobre os planos gerais definidos para esta indústria, pelo que

a DST iniciou os trabalhos preparatórios referentes ao "Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo"; ao mesmo tempo, foi incumbida uma instituição académica local de realizar o estudo sobre a história sumária do desenvolvimento dessa indústria de Macau, permitindo aos serviços competentes compreender melhor o papel e as funções do turismo no desenvolvimento social, económico, cultural e urbanístico de Macau, sendo referências importantes para a execução do referido plano.

Ao mesmo tempo, iniciou-se o inquérito aos visitantes do Interior da China, que chegaram através de excursões, bem como aos visitantes dos mercados de língua inglesa, servindo o resultado como fundamento de referência na definição da estratégia e do modelo de promoção. Também o estudo sobre a viabilidade de alojamento em "Residências de família" já se encontra concluído, o que permite conhecer a aceitabilidade do público quanto a este tipo do alojamento, servindo como fundamento para uma futura elaboração das respectivas políticas.

Através da cooperação e discussão do grupo de trabalho interdepartamental, tem-se impulsionado, de forma contínua, o trabalho de optimização da sinalização turística e do ambiente turístico. Ao mesmo tempo, participou-se nos trabalhos de planeamento, das obras de renovação e aperfeiçoamento de serviços dos vários postos fronteiriços.

5.2. Optimização da formação em gestão da indústria, aumento da qualidade dos serviços turísticos

Tem-se promovido um turismo de qualidade e aperfeiçoado os seus regulamentos. Continua-se a acompanhar o trabalho legislativo do diploma que regula a actividade das agências de viagens e dos guias turísticos e acompanha-se também a revisão do diploma regulador dos estabelecimentos hoteleiros e de restauração. Dá-se continuidade à fiscalização de rotina aos estabelecimentos licenciados pela DST, fazem-se inspecções aleatórias aos grupos turísticos vindos do Interior da China, nos postos fronteiriços e nos pontos de interesse turístico, para assegurar a qualidade do turismo e defender os direitos e interesses dos turistas. Introduziram-se novos dispositivos electrónicos nas acções de inspecção, contribuindo para o aumento da sua eficiência.

Tem-se colaborado, de forma construtiva, com os operadores e agentes turísticos, sobretudo no acompanhamento de projectos de construção e melhoria de empreendimentos, instalações hoteleiras, de restauração e instalações de diversões. É dado tratamento prioritário aos pedidos de licenciamento dos estabelecimentos hoteleiros económicos para incentivar o aumento da oferta da hospedagem económica. Têm-se acompanhado, continuamente, as medidas de simplificação e racionalização do processo de licenciamento, visando o aumento da eficiência e celeridade na apreciação dos pedidos de licenciamento. Foi também lançado o serviço *on-line* de consulta sobre o andamento de pedidos referentes ao cartão de guia turístico, que permite ao interessado saber do andamento do seu pedido.

Atentos à questão da prestação ilegal de alojamento, tem-se actuado em estreita cooperação com o Grupo de Trabalho Interdepartamental e realizado acções de combate conjuntas, em que foram inspeccionadas e seladas as fracções suspeitas e desencadeado processo sancionatório contra os infractores. Para acompanhar, de modo constante, o ponto de situação da aplicação da lei "Proibição da Prestação Ilegal de Alojamento", os dirigentes desta Direcção de Serviços deslocaram-se aos blocos residenciais afectados e aos bairros para conhecer a situação e promover acções de combate, mantendo uma boa interacção com os moradores.

Dando continuidade à Campanha de Sensibilização para o Turismo de Macau, foram realizadas diversas acções de promoção e de formação, que contribuíram, desta forma, para reforçar junto do público o conceito da imagem de qualidade turística de Macau estimulando a sua consciência de participação.

Para reforçar a imagem internacional do turismo de Macau e aumentar a confiança dos visitantes nos serviços relacionados, foi lançado o "Programa de Avaliação de Serviços Turísticos de Qualidade (QTSAS)" e realizada a cerimónia de distribuição dos Prémios de Certificação de QTSAS aos participantes, com o objectivo de apoiar o sector no aperfeiçoamento contínuo dos seus serviços. No intuito de reforçar a formação, organizaram-se cursos de formação ao abrigo do Programa QTSAS.

5.3. Continuidade do Plano do Turismo Comunitário, aumento da diversificação dos Produtos Turísticos

Para promover um conhecimento mais profundo sobre Macau e dividir o fluxo de visitantes pelas diferentes zonas comunitárias, aliviando a pressão nos principais pontos turísticos, através da coordenação interdepartamental e da colaboração com as associações, deu-se continuidade ao "Plano de Desenvolvimento para o Turismo Comunitário", organizando-se uma série de actividades nos vários pontos turísticos. Procuraram-se recursos turísticos característicos das comunidades, elaborou-se o guia dos roteiros do turismo comunitário com temas diferentes, para que esses elementos se agregassem em produtos turísticos adequados a viagens independentes. Ao mesmo tempo, realizaram-se várias sessões para recolha de opiniões na comunidade sobre os novos roteiros turísticos adicionais ao programa "Sentir Macau passo-a-passo", bem como se deu início aos inquéritos feitos em comunidades ou concluídos *on-line*, alargando a recolha de opiniões. Para enriquecer os produtos turísticos, ao longo do percurso dos roteiros turísticos do programa "Sentir Macau passo-a-passo", foi lançada a Campanha de Colecção de Carimbos dos Roteiros Turísticos "Sentir Macau passo-a-passo" e lançar-se-á o espectáculo de *Mapping* "Imagens Macau".

Organizou-se, continuamente, uma série de espectáculos culturais e festividades. Aos fins-de-semana (sábados e domingos), organizaram-se espectáculos culturais de grupos artísticos. Realizaram-se actividades festivas como a "Parada do Ano Novo Chinês", o

"Concurso Internacional de Fogo de Artifício de Macau" e o "Dia Internacional do Turismo", pretendendo-se avaliar a eficácia desses grandes eventos.

Quanto ao turismo de negócios, iniciaram-se o "Plano de Apoio ao Turismo de Incentivos" e o "Programa de pontuação de participação nas feiras de incentivo", organizaram-se e realizaram-se visitas do estudo e feiras no exterior com que, para além de ajudar os parceiros da indústria local a promoverem-se no exterior, se pretende encorajar grupos de incentivos a escolher Macau como destino e também criar uma plataforma para as indústrias local e do exterior, desenvolvendo a comunicação e a cooperação.

Aproveitando a reputação do Grande Prémio de Macau, pretende-se transformar este evento numa marca da RAEM. A fim de reforçar a promoção e a divulgação do valor desportivo do evento, deu-se continuidade às visitas de alunos ao local das corridas.

5.4. Início de uma série de eventos promocionais, formação de uma imagem turística própria

Dá-se continuidade à promoção turística, utilizando vários meios publicitários, sob os *slogans* de momentos "Encantadores", "Surpreendentes", "Deliciosos", "Fascinantes" e "Emocionantes", mostrando-se os produtos e itinerários turísticos específicos de Macau. Realizaram-se, nos mercados exteriores, feiras e apresentações turísticas para mostrar a diversidade do turismo de Macau, incluindo a campanha promocional de Guangxi e Nanning, exposição de artes "Sentir Macau" e "*Experience* Macau Carnival" em Hong Kong, "Macau Carnival" em Taiwan, *roadshow* em Seul, na Coreia do Sul, exposição de artes nos EUA, "*Macau Mapping Consumer Show*", em Sydney e em Melburne, na Austrália, "Festivais de gastronomia de Macau" em Inglaterra e em França, exposições de fotografia, em Portugal, do "61.º Grande Prémio de Macau" e do "15.º Aniversário do Estabelecimento da RAEM".

No âmbito da promoção através da Internet e dos média electrónicos, convidaram-se celebridades do Interior da China para produção de um pequeno *travelogue* em Macau, tendo o mesmo sido transmitido através de youku.com. O referido *travelogue* registou 180.000 intervenções nos primeiros três dias de lançamento. Por outro lado, colaborou-se com a Air Macau na organização de jogos com atribuição de prémios na conta do *Wechat* da DST. Ao mesmo tempo, a DST tem desenvolvido várias campanhas promocionais em televisões internacionais e regionais, para colocação de *spots* publicitários nos respectivos canais televisivos. Foi feito o convite às estações de televisão e meios de comunicação electrónicos de renome para produzirem curtas-metragens, *travelogues* e programas televisivos em Macau, mostrando restaurantes, igrejas, bairros antigos, roteiros comunitários, através de actores e apresentadores célebres, reforçando-se a divulgação. Para além disso, em colaboração com as companhias aéreas e as agências de viagens, programaram-se pacotes turísticos especiais de interesse, num prazo limitado, para incentivar os consumidores a visitar Macau.

Continuou-se a manter cooperação estreita com os serviços de turismo de Hong Kong e do Interior da China, desenvolvendo promoções conjuntas nos mercados exteriores, relativamente aos "itinerários multi-destinos". A DST deslocou-se à Malásia, em conjunto com a Administração de Turismo da Cidade de Zhongshan e a Administração de Cultura, Desportos e Turismo da Cidade de Zhuhai, para uma visita *in-loco*, no intuito de explorar o melhoramento dos produtos turísticos de Zhongshan, Zhuhai e Macau. As três entidades promoveram, também, em conjunto, sessões de apresentação turística de Zhonghan, Zhuhai e Macau nas cidades de Zhengzhou e Wuhan. Tendo em consideração as mudanças no mercado indiano, procurámos um parceiro mais adequado e competente para a promoção do turismo de Macau naquele mercado.

5.5. Participação na cooperação internacional e regional, fortalecimento do diálogo com a comunicação social e o público

Para elevar o nome de Macau nos círculos internacionais do turismo, continuou a participação em actividades levadas a efeito por várias organizações internacionais e a participação noutras actividades relevantes a nível internacional, designadamente em reuniões, conferências e acções de formação organizadas pela Organização Mundial do Turismo (OMT), pela Associação de Turismo da Ásia Pacífico (Pacific Asia Travel Association - PATA) e pela Federação Mundial de Cidades de Turismo (World Tourism Cities Federation - WTCF), entre outros. A "8.ª Reunião Ministerial do Turismo da APEC e a 45.ª Reunião do Grupo de Trabalho do Turismo", co-organizadas pela Direcção dos Serviços de Turismo do Governo da RAEM, tiveram lugar no passado mês de Setembro, tendo contado com a participação dos ministros de turismo ou seus representantes das 21 economias-membro da APEC, bem como de representantes das principais organizações internacionais de turismo, estando presentes, neste evento realizado em Macau, um total de 152 convidados. Ao mesmo tempo, colaborou-se na organização do "3.º Fórum de Economia de Turismo Global em Macau, 2014".

A nível da cooperação regional, no âmbito dos acordos-quadro de cooperação turística, dar-se-á ênfase ao desenvolvimento de vários projectos de cooperação entre o Grande Delta do Rio das Pérolas, Hong Kong-Macau, Guangdong - Hong Kong - Macau, Guangdong-Macau e Fujian-Macau, entre outros. No "Painel de Discussão sobre Cooperação Turística na Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas", realizado em Macau pela DST no passado mês de Junho, os responsáveis pelo turismo das diferentes províncias e regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas celebraram o "Acordo-Quadro sobre Cooperação Turística na Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas" e concordaram com a produção conjunta de um vídeo promocional de turismo. Ao mesmo tempo, continuou o acompanhamento do "Acordo-Quadro de Cooperação entre Guangdong e Macau", no âmbito do turismo, e procedeu-se à celebração de memorandos de cooperação com a Administração de Cultura, Desporto e Turismo de Shenzhen.

A DST tem estudado a viabilidade do desenvolvimento de uma "Plataforma Electrónica com Informações de Turismo", facilitando tanto a emissão como a recepção das informações sobre o turismo. Criou-se uma aplicação para telemóveis inteligentes da publicação *"What's On"*; terminou-se com sucesso a filmagem de um vídeo promocional, do projecto de divulgação "Pessoas e Amizades de Macau", encontrando-se na fase final da sua produção.

6. No domínio da Cultura

Em 2014, o Instituto Cultural promoveu o desenvolvimento cultural de Macau em todos os aspectos, procedendo, nomeadamente, à implementação da "Lei de Salvaguarda do Património Cultural", às acções de conservação patrimonial, à formação de quadros da área artístico-cultural, à promoção da generalização do acesso à cultura e de acções educativas nesta área, à promoção do desenvolvimento das indústrias culturais e criativas e ao incentivo à difusão da cultura nas comunidades. Além disso, devido à transferência de atribuições culturais do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, promoveram-se a revisão dos respectivos diplomas e o ajustamento das estruturas orgânicas dos serviços envolvidos para acompanhar a governação da RAEM e responder às necessidades sociais.

6.1. Implementação da Lei de Salvaguarda do Património Cultural, promoção da conservação e da transmissão da cultura

Após a promulgação da "Lei de Salvaguarda do Património Cultural" e a constituição do Conselho do Património Cultural, o Instituto Cultural continuou as acções de conservação do património cultural, tendo iniciado a consulta pública sobre o "Plano de Salvaguarda e Gestão do Centro Histórico de Macau", concluído a primeira fase do levantamento do património arquitectónico de toda a cidade e impulsionado a candidatura de "Crenças e Costumes de A-Ma, em Macau" e de "Costumes e Crenças de Na Tcha, em Macau" ao património cultural intangível a nível nacional. Desde a entrada em vigor da "Lei de Salvaguarda do Património Cultural", o Instituto Cultural tem desenvolvido uma série de acções de divulgação desta lei. Através de acções promocionais e educativas, como sessões de esclarecimento, foram dados a conhecer ao público os trabalhos arqueológicos e o património cultural tangível e intangível de Macau. Foram também realizadas 18 espectáculos, actividades artísticas e *workshops* na Casa do Mandarim, na Casa de Lou Kau, nas Ruínas de São Paulo, entre outros locais do Património Mundial de Macau, atraindo a participação da população.

Em 2014, acabaram-se as obras de recuperação da Casa Memorial de Zheng Guangying e da Antiga Residência do General Ye Ting. Simultaneamente, acompanharam-se várias obras, como a revitalização da Biblioteca do Patane, o restauro do edifício da Farmácia Sino-Ocidental na Rua das Estalagens, a Sala de Exposição de Zheng Guangying, o Museu de São José, entre outras. O Instituto Cultural realizou, por sua iniciativa, escavações no parque

de estacionamento na Rua do Estaleiro em Coloane e no pátio traseiro da Associação Hó Sông-I-Tong, bem como procedeu à ordenação e ao registo dos achados arqueológicos encontrados na Rua de D. Belchior Carneiro e no Pátio do Amparo.

O Museu de Macau deu continuidade ao reforço de colecção do património e espólio através de doações e aquisições, bem como se tem esforçado em recolher peças pertencentes a determinadas colecções e peças relacionadas com Macau dispersas por todo o mundo.

6.2. Atracção, quer no local quer no exterior, de pessoas, comunidades, instituições e associações artísticas de renome, incentivo à difusão da cultura e da arte na comunidade

Em 2014, o Instituto Cultural continua a realizar o "Festival de Artes de Macau" e o "Festival Internacional de Música de Macau", assim como o "Desfile por Macau, Cidade Latina" integrado nas comemorações do 15.º aniversário da transferência da administração de Macau para a China, de forma a desenvolver o intercâmbio cultural quer na RAEM quer com o exterior. Esta edição do Festival de Artes de Macau contou com 30 programas. Durante o Festival foram realizadas várias actividades extensivas incluindo *master classes*, *workshops*, exposições, palestras e debates pós-espectáculo, etc.. Tiveram lugar, pela primeira vez, actividades para os deficientes visuais e auditivos a fim de levar a arte a todas as comunidades. O "Festival Internacional de Música de Macau" contou com 25 espectáculos musicais e aumentou o número de sessões das actividades extensivas, a fim de atrair a participação dos cidadãos de diferentes faixas etárias e estratos sociais.

Relativamente aos espectáculos musicais, a Orquestra de Macau e a Orquestra Chinesa de Macau realizaram cerca de 100 concertos de diferentes tipos, incluindo sessões específicas para alunos dos ensinos secundário, primário e infantil e para as associações de solidariedade, tendo promovido, com sucesso, a música junto da comunidade. O Conservatório de Macau também apresentou obras artísticas numa digressão escolar de modo a partilhar a alegria transmitida pelas artes.

Lançou-se o "Programa de Apoio a Projectos Artísticos Comunitários", e organizou-se o "Descobrimento de Criatividade Comunitária — Série de Seminários e *Workshops* sobre a Arte Comunitária", aumentando o conhecimento dos artistas locais sobre o tema; conjugaram-se as ideias e as reflexões das associações artísticas particulares, de modo a promover a difusão das artes na comunidade. O Museu de Macau cedeu a sua galeria "Acesso à Fortaleza do Monte" às associações para a realização de exposições; em 2014, registou-se, neste contexto, a sua utilização para exposições de diferentes temas, como arte floral, design, caligrafia e pintura, fotografia, gravura, etc., contribuindo para o enriquecimento espiritual e da vida cultural e artística dos cidadãos.

Relativamente à construção das bibliotecas e à promoção de leitura nas várias comunidades, foram basicamente concluídas a construção e a decoração da Biblioteca do

Parque Central da Taipa. As colecções de livros, os equipamentos e as diversas instalações encontram-se em fase de instalação e testes. A Biblioteca de Seac Pai Van e a Nova Biblioteca Central de Macau, cuja construção será levada a cabo de forma ordenada, já deram início à preparação dos respectivos acervos, planeamento e concepção de funções.

6.3. Cooperação para um apoio conjunto e abrangente, impulso ao desenvolvimento das indústrias culturais

Em 2014, o Governo da RAEM, sob estratégias promotoras do desenvolvimento da diversificação adequada da economia, definiu a orientação a seguir no desenvolvimento das indústrias culturais bem como a implementação do seu sistema de apoio financeiro como fundamentais.

Por isso, o Instituto Cultural continua a promover o trabalho ligado aos domínios cultural e criativo. O Fundo das Indústrias Culturais (FIC) começou, oficialmente, o trabalho referente à concessão de subsídios, enquanto o Conselho para as Indústrias Culturais continua a desenvolver estudos e coordenar os respectivos trabalhos.

No âmbito da série de programas de subsídios para as Indústrias Culturais e Criativas de Macau, na sequência do lançamento do "Programa de Subsídios à Criação de Mostras de Design de Moda" e do "Programa de Apoio à Produção Cinematográfica de Longas-Metragens" em 2013, foi lançado este ano o "Programa de Subsídios à Produção de Álbuns de Canções Originais". Simultaneamente, procedeu-se ao estudo da criação de um outro programa de subsídios na área dos desenhos animados e a adopção de medidas adequadas. Para acompanhar estes programas e promover o intercâmbio e a cooperação com o sector criativo, o Instituto Cultural organizou, em colaboração com as entidades competentes da Província de Guangdong e de Hong Kong, a "Feira de Investimento na Produção Cinematográfica entre Guangdong-Hong Kong-Macau", com vista a promover o contacto e a cooperação entre as indústrias culturais e criativas locais e os investidores.

No que se refere ao desenvolvimento de recursos espaciais, o Instituto Cultural empenhou-se nas obras de revitalização dos edifícios da Travessa da Paixão n.^{os} 9 -13 e da Associação Hó Sông-I-Tong, preparou a construção do Cinema de Arte na Travessa da Paixão, que se tornará, em conjunto com o edifício da Associação Hó Sông-I-Tong, num espaço cultural e criativo polivalente. Simultaneamente, acelerou as obras de restauro dos dois edifícios das antigas Oficinas Navais na Barra, com o objectivo de os remodelar e transformar num espaço de exposições de arte contemporânea e plataforma de exposição e venda dos produtos culturais e criativos de Macau. Quanto à promoção dos espaços das indústrias culturais e criativas, foi lançado o "Mapa Cultural e Criativo de Macau", com apresentação destes espaços em todas as freguesias de Macau, contendo ilustrações e descrições muito vivas, divulgando desta forma o seu desenvolvimento ao público.

O FIC elaborou o "Regulamento da Concessão de Apoio Financeiro pelo Fundo das Indústrias Culturais". Com base no princípio de "apoiar as empresas que façam os seus

próprios investimentos", aplica-se de modo razoável o erário público no apoio aos projectos culturais e criativos locais, com destaque para a fase inicial de plataformas de serviços, proporcionam-se serviços de apoio *one-stop* nessa fase, ajudando a reduzir o risco e os custos de exploração, de forma a estimular um desenvolvimento saudável e sustentável das indústrias culturais.

Em conjunto com o Instituto Cultural e o Conselho para as Indústrias Culturais, o FIC realizou a Sessão de Convívio com os Média "Apresentação do Quadro da Política do Desenvolvimento das Indústrias Culturais", na qual se apresentaram as estratégias e medidas concretas de desenvolvimento das indústrias culturais do Governo da RAEM. O FIC organizou também sessões de esclarecimento sobre a candidatura a apoio financeiro, tendo apresentado e explicado ao sector elementos como os objectivos do FIC, os destinatários, as modalidades e o processo de candidatura a apoio financeiro, as normas de avaliação e o esquema de fiscalização, proporcionando-lhe um melhor conhecimento sobre o requerimento.

De momento, está em curso a avaliação sobre as candidaturas apresentadas de acordo com o disposto no "Regulamento da Concessão de Apoio Financeiro pelo Fundo das Indústrias Culturais", prevendo-se a primeira concessão em finais de 2014.

6.4. Formação de quadros qualificados, generalização da educação cultural e artística

Em 2014, o Instituto Cultural continua o "Programa de Formação de Recursos Humanos em Gestão Cultural e das Artes", o "Plano de Financiamento de Estudos nas Áreas das Artes e Cultura", a "Bolsa IPM-IC para Pós-graduções", com o objectivo de promover a formação de talentos. Deu-se continuidade ao plano "Palestras sobre Temas Culturais", estendendo-o aos alunos do 6.º ano da escola primária e das escolas do ensino secundário complementar bem como às associações. O "Programa de Especialização na Área Cultural", iniciado em 2012, continuou a ajudar a reintegração social dos jovens marginalizados, através da promoção da sua participação em trabalhos culturais, alargando desta forma o impacto da educação cultural e artística.

Em 2014, o Conservatório de Macau manteve o seu progresso no âmbito do ensino básico das artes do espectáculo e as três escolas de música, de teatro e de dança intensificaram a formação de talentos artísticos. No ano lectivo 2014/2015 registou-se um aumento de 33% nas inscrições para os vários cursos de divulgação artística, relativamente ao ano lectivo anterior. Os alunos e grupos de actuação do Conservatório obtiveram excelentes resultados em visitas de intercâmbio e em concursos no exterior.

Na área de publicações, publicaram-se, ao longo do ano, mais de 30 obras em chinês, português e inglês como "100 Sonetos de Luís de Camões", "Paisagens Literárias — Passeio Literário pelo Centro Histórico de Macau", entre outras. No tocante às exposições, depois da "Caras da Literatura de Macau em Língua Chinesa: Exposição de Retratos Fotográficos

2013", foi realizada, em 2014, a "Exposição de Retratos Literários Portugueses", descobrindo melhor os recursos culturais locais. O Instituto Cultural, o Centro de Estudos de Macau da Universidade de Macau e a Revista "Modern Chinese History Studies" da Academia de Ciência Social da China co-organizaram a Conferência Comemorativa do 15.º Aniversário da Transferência da Administração de Macau para a China e do 120.º Aniversário da Publicação da Grande Obra "Palavras de Advertência em Tempos Prosperidade" de Zheng Guangying.

No domínio da transmissão e generalização da cultura, o Museu de Macau organizou as exposições temáticas "Colotipia — Retorno — John Thomson e Wong Ho Sang", e "Marcas Históricas de Lingnan: Os Mais Notáveis Achados Arqueológicos de Guangdong, Hong Kong e Macau", com o fim de divulgar e promover a história e cultura de Macau. O Arquivo Histórico de Macau realizou a Exposição "Em Tempo de Tufões – Exposição de Documentos Históricos de Macau" e palestras subordinadas ao mesmo tema, para apresentar a história de Macau sob diferentes pontos de vista, através de objectos e registos de história oral, transmitindo a valiosa memória cultural de uma forma mais completa e mais aprofundada.

6.5. Aperfeiçoamento e melhoramento da estrutura orgânica para iniciar com êxito a transferência de atribuições

Em articulação com o reajustamento de atribuições dos serviços e o aperfeiçoamento da estrutura orgânica feito pelo Governo da RAEM, o Instituto Cultural iniciou com êxito a transferência das atribuições do IACM, aqui incluída a recepção das instalações culturais públicas, como o Centro Cultural de Macau, o Museu de Artes de Macau e as bibliotecas municipais, entre outras. Através desta transferência e do ajustamento da estrutura orgânica, é possível progredir no reordenamento das atribuições dos respectivos serviços, na reorganização de recursos e na elevação do nível da governação, de modo a responder às necessidades do desenvolvimento social e contribuir assim para uma base sólida no âmbito do desenvolvimento das actividades culturais e das indústrias culturais e criativas de Macau.

7. No domínio do Desporto

Em 2014, o Instituto do Desporto concentrou os seus esforços na intensificação da promoção do desporto para todos e no desenvolvimento especializado do desporto de rendimento. Cooperou-se com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude na realização de iniciativas de sensibilização para a prática desportiva e saúde nas escolas, incutindo nos estudantes o hábito permanente de prática de desporto. Com a melhoria do "Projecto de apoio financeiro para a formação de atletas de elite", fez-se com que mais atletas do desporto de rendimento beneficiassem do projecto, incentivando, dessa forma, uma maior dedicação ao desporto desta natureza. Por outro lado, melhorou-se a base de dados com informações sobre a formação dos atletas, o que constitui um suporte sólido para o desenvolvimento contínuo do desporto de rendimento em Macau.

7.1. Intensificação da promoção do desporto para todos e sensibilização para a participação activa dos cidadãos

O Governo da RAEM deu continuidade à intensificação da promoção do desporto para todos através da organização de actividades regulares estimulando mais cidadãos a fazer exercícios físicos. Para reforçar o conhecimento e o interesse no desporto dos jovens e estudantes, o Instituto do Desporto continuou a cooperar com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude na realização de acções promotoras de desporto e da saúde em diversas escolas secundárias e instituições de ensino superior, na organização de mais modalidades desportivas adequadas aos jovens, entre as quais se destacam os torneios de modalidades com bola nos "campos livres" e no acréscimo de mais modalidades desportivas disponibilizadas durante o programa das Actividades de Férias, proporcionando-lhes assim mais oportunidades para a prática desportiva.

Deu-se também continuidade à criação do interesse da população pelo desporto através da organização de actividades inseridas no desporto para todos. Assim, até Agosto deste ano, no âmbito deste desporto, foram organizadas mais de 16 actividades recreativas e desportivas ou eventos desportivos de maior dimensão, incluindo mais de 2.300 classes de recreação e manutenção e turmas das Actividades de Férias, criando oportunidades de participação e de apreciação de eventos desportivos, com um registo de cerca de 430.000 participantes. A rede das instalações desportivas públicas foi utilizada por mais de 3,55 milhões de utentes.

Para maior interesse dos cidadãos na prática desportiva, em Outubro de 2014, o Governo da RAEM organizou, com sucesso, os "1.os Jogos Desportivos Populares Destinados à População Local em Geral", querendo a iniciativa atrair e sensibilizar os cidadãos para a prática de desporto e fortalecer a sua condição física.

7.2. Optimização dos programas de apoio e formação integral dos talentos desportivos

Deu-se continuidade à prestação de apoio às associações desportivas mediante a atribuição de apoios financeiros para o recrutamento de formadores especializados, auxiliando as selecções nos seus treinos e na elaboração de planos de formação de longo prazo, com vista à melhoria do nível competitivo dos atletas. Deu-se, ainda, continuidade à organização de formação especializada para gestores desportivos a fim de aumentar a especialização dos agentes desportivos, para além de apoiar os treinadores e juízes locais na obtenção, mediante prestação de provas, de certificação internacional das respectivas modalidades. Em Abril do ano de 2014 organizou-se uma delegação composta por gestores das associações desportivas que se deslocou a Pequim, onde participou num curso de formação de gestores desportivos. Ao mesmo tempo, organizou-se, em Macau, uma série de edições de cursos de formação destinadas aos treinadores, proporcionando formação

especializada aos gestores, técnicos e treinadores desportivos com vista a impulsionar o desenvolvimento rumo à especialização das associações desportivas.

Tendo em vista a optimização do "Projecto de apoio financeiro para a formação dos atletas de elite", em diferentes categorias, alargou-se o âmbito de concessão desse apoio, facilitando-lhes a definição dos objectivos e elaboração dos planos de formação de médio e longo prazo, tendo em conta as suas condições. Em paralelo, com o apoio do Governo da RAEM e das associações desportivas, os atletas têm vindo a concentrar-se melhor nos treinos e nas competições desportivas. Neste momento, há já um total de 130 atletas provenientes de 12 associações desportivas que se encontram integrados no "Projecto de apoio financeiro para a formação de atletas de elite".

Deu-se continuidade à expansão das actividades de intercâmbio desportivo para jovens locais e do Interior da China mediante protocolos de intercâmbio e cooperação celebrados com diferentes regiões, tendo-se desenvolvido numerosas actividades desportivas e competições para jovens, permitindo aos atletas jovens ter mais oportunidades de interacção técnica com atletas de outros países e regiões e assim acumular, de modo efectivo, experiências de competição. Além disso, para uma adequada preparação da participação nos Jogos Para-Asiáticos, continuou-se a concretização do protocolo de cooperação assinado com os organismos de pessoas portadoras de deficiência do Interior da China, tendo-se desenvolvido actividades de intercâmbio desportivo e formação entre os agentes desportivos portadores de deficiência de ambas as regiões, proporcionando, adequadamente, assistência e auxílio aos atletas portadores de deficiência de Macau na sua participação nas competições e nos treinos.

Incentivaram-se os atletas a deslocar-se ao exterior para participação em eventos desportivos de alto nível, a fim de fazer intercâmbio com atletas de outros países e regiões no intuito de melhorar o seu nível competitivo. Em 2014, a Delegação Desportiva de Macau participou em numerosos jogos internacionais e em eventos multi-desportivos de grande dimensão, tendo alcançado excelentes resultados, demonstrando assim o empenho e dedicação dos atletas.

7.3. Gestão científica da informação desportiva e criação de espaços desportivos verdes

Para gerir, com eficácia, as informações sobre a formação desportiva dos atletas, o Instituto do Desporto criou uma base de dados dessas informações, com o objectivo de aplicar métodos mais sistemáticos e científicos na gestão das informações de treinos e competições dos atletas, assim possibilitando a elaboração dos planos de treinos de forma mais científica pelos treinadores de diferentes modalidades desportivas e aumentando, consequentemente, a eficiência de formação.

Continuou-se a aproveitar a organização de actividades como os serviços de postos de informação de saúde desportiva e da avaliação da condição física, classes de reabilitação

física e palestras para os residentes tomarem conhecimento do seu estado de saúde e poderem optar, assim, por praticar os desportos adequados. Actualizaram-se devidamente o conteúdo do Posto de informação nutricional e a edição dos folhetos, fornecendo aos residentes informações úteis de manutenção com base científica. Os residentes podem ainda utilizar equipamentos de comunicação móvel para conhecer as regras e o estado de utilização das instalações desportivas interessadas e escolher o local mais conveniente para a prática do desporto.

Para preparação da 3.ª avaliação da condição física da população de Macau, a levar a cabo em 2015, o Instituto do Desporto iniciou os trabalhos preparatórios da pré-fase, incluindo a celebração de protocolos de cooperação com entidades co-organizadoras, a formação dos inquiridores e a produção de folhetos e materiais promocionais, entre outros.

Continuou-se o acompanhamento da elaboração dos projectos de obras do Centro de Formação e Estágio de Atletas e da reconstrução do Pavilhão de Mong-Há e da finalização dos trabalhos preparatórios para a recepção das instalações desportivas do Instituto de Assuntos Cívicos e Municipais, com vista a assegurar a manutenção do seu normal funcionamento depois da sua transferência para o Instituto do Desporto.

Para articular com a protecção ambiental e a poupança energética previstas pelo Governo da RAEM, o Instituto do Desporto apresentou o requerimento de certificação "eco-etiquetagem" para o Centro Desportivo Olímpico. O processo de certificação concluiu-se em 2014 e tornou o Centro na primeira instalação desportiva de Macau detentora dessa certificação internacional. Ao mesmo tempo, procura-se, ainda, identificar outras instalações que reúnam as condições exigidas para esse efeito, com vista a promover a criação dos espaços desportivos ecológicos e amigos do ambiente.

2.ª PARTE

RETROSPECTIVA DAS ACTIVIDADES REALIZADAS DO ANO DE 2009 AO ANO DE 2014

1. No domínio da Saúde

Nos cinco anos anteriores, o 3.º Governo da Região Administrativa Especial de Macau (adiante designada por RAEM), preconizando como estratégia o desenvolvimento harmonioso da economia e da sociedade, alargou o investimento nos recursos de saúde, acompanhou atentamente a prevenção e o tratamento de doenças de determinados grupos específicos, reforçou e aperfeiçoou os serviços médicos destinados a idosos e portadores de doenças crónicas não transmissíveis, proporcionou diversas medidas de facilitação e apoio e aumentou a capacidade de diagnóstico, tratamento e gestão de doenças. Além disso, melhorou a prestação dos cuidados de saúde de forma cabal, tendo sido consolidada a capacidade de prevenção e controlo na defesa da saúde pública, aprofundada a aplicação de tecnologias de informação clínica, concretizado ordenadamente o "Projecto de melhoramento das infra-estruturas do sistema de saúde", ampliado o mecanismo de cooperação externo e reforçada a protecção da saúde dos cidadãos através da revisão dos diplomas legais, de forma a promover o desenvolvimento sustentável, a longo prazo, do sistema de saúde.

1.1. Reforço da prevenção e controlo de doenças transmissíveis, eficácia na protecção da saúde dos cidadãos

Os Serviços de Saúde (adiante designados por SS) têm como suas atribuições a protecção da saúde dos cidadãos e dos visitantes. Nos últimos anos, as doenças transmissíveis fatais, para além de serem uma grande ameaça para a saúde dos cidadãos, também causam grandes dificuldades e desafios ao sistema de saúde. Para atingir o objectivo de desenvolver Macau como um "Centro mundial de turismo e lazer", assume uma importância considerável a prevenção e controlo na defesa da saúde pública.

Com base na prevenção e controlo da febre de dengue e da Síndrome Respiratória Aguda Severa (SARS), o Governo da RAEM tem-se empenhado em reforçar e consolidar o mecanismo de prevenção e controlo de doenças transmissíveis. Desde 2010 até ao presente, apesar de Macau experimentar anualmente uma movimentação de 30 milhões de pessoas, tendo encarado sucessivamente ameaças da prevalência da gripe H1N1, da gripe H7N9, da

síndrome respiratória coronavírus do Oriente Médio e do vírus Ébola nas regiões vizinhas, não se registou nenhum caso de infecção por essas doenças transmissíveis com excepção da gripe H1N1, não havendo registo da ocorrência de um surto local da febre de dengue grave e em grande escala há mais de dez anos, nem casos de morte por causa da febre hemorrágica de dengue. Esse resultado indicia que as medidas anti-epidemia adoptadas pelo Governo da RAEM tiveram eficácia, bem como valida os esforços envidados na defesa da saúde pública pelos trabalhadores de saúde, em particular, e a colaboração do público, em geral.

Os SS têm observado as exigências da Organização Mundial de Saúde (adiante designada por OMS), tendo elaborado diversas medidas de contingência destinadas à resposta e ao isolamento, reforçado o controlo sanitário nos postos fronteiriços e realizado formação de profissionais de saúde, no sentido de melhorar continuamente a capacidade de resposta face aos diferentes tipos de doenças transmissíveis. O Governo da RAEM promulgou o regulamento administrativo relativo ao "Regime de Execução do Regulamento de Saúde Internacional (2005)" e criou a Comissão de Saúde para os Pontos de Entrada para aumentar a capacidade de Macau em relação à prevenção, controlo e resposta a doenças transmissíveis. Em simultâneo, foi celebrado o "Acordo de Cooperação relativo à Quarentena Sanitária para a Entrada e Saída Fronteiriças" com a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspecção e Quarentena da República Popular da China, fortalecendo assim os mecanismos de comunicação e troca de informações sobre a situação epidemiológica de doenças transmissíveis e emergências de saúde pública. A infecção respiratória severa associada a coronavírus foi incluída na tabela de doenças de declaração obrigatória prevista na "Lei de prevenção, controlo e tratamento de doenças transmissíveis" e foram impulsionados regular e progressivamente os trabalhos de prevenção e controlo na defesa da saúde pública, reforçando assim a protecção da saúde dos cidadãos.

Para concretizar as políticas de saúde que "privilegiam a prevenção", o Governo da RAEM, para além de ter reforçado a prevenção e o tratamento das doenças transmissíveis graves tais com SIDA e tuberculose, implementou a administração da vacina contra a gripe sazonal e a administração suplementar da vacina antipneumocócica 13 valente, destinadas aos grupos de alto risco, a título gratuito e, em 2013, incluiu a vacina contra o cancro do colo do útero no programa de vacinação. Em 2014, Macau obteve a certificação de erradicação do sarampo atribuída pela OMS, fazendo parte dos primeiros países ou áreas da Região do Pacífico Ocidental que receberam esta distinção.

Por outro lado, no princípio de 2013, o Governo da RAEM implementou o "Plano Provisório de Apoio às Mães e Bebés", considerado uma medida de providência para lidar com a emergência de saúde pública, tendo assegurado a prioridade dos residentes de Macau na aquisição de leite em pó, assim evitando qualquer prejuízo para o crescimento das crianças com menos de um ano de idade. Até ao presente, esta medida tem sido eficazmente implementada. A par disso, os SS desenvolveram activamente diferentes tipos de trabalhos, entre os quais a promoção do aleitamento materno.

1.2. Aperfeiçoamento dos cuidados de saúde destinados a idosos, adopção de medidas convenientes e abrangentes

Ao longo de mais de dez anos, a esperança de vida dos residentes de Macau à nascença tem aumentado consistentemente. Em 2013, foi de 82,3 anos, representando um prolongamento de 4,4 anos em relação aos 77,9 anos registados em 1999, colocando Macau nos primeiros lugares a nível mundial. As taxas de mortalidade infantil e materna têm permanecido baixas e os vários indicadores de saúde têm-se mantido num nível elevado, devendo-se esses resultados excelentes à eficácia global das políticas do Governo no âmbito de saúde e ao empenho dos trabalhadores de saúde.

Face ao envelhecimento da população e ao aumento contínuo da procura dos cuidados de saúde destinados a idosos, o Governo da RAEM tem dado grande importância ao desenvolvimento dos serviços geriátricos no CHCSJ, criando, nomeadamente, uma equipa de trabalho interdepartamental, a consulta externa de geriatria, a consulta de memória, a unidade de internamento de geriatria e o serviço de gestão de medicamentos para idosos. A par disso, reforçou-se ainda a protecção da sua saúde através de uma série de medidas comunitárias no âmbito de saúde, nomeadamente, a abertura da consulta externa para idosos nos centros de saúde, a implementação do serviço de aconselhamento sobre enfermagem e utilização de medicamentos e do projecto de controlo de diabetes e hipertensão, a criação de vias de levantamento de medicamentos exclusivas para idosos e a ampliação do Posto de Saúde dos Idosos da Taipa.

Para além de terem sido implementadas medidas favoráveis aos idosos, como prioridade em consultas médicas, inscrição, aconselhamento e levantamento de medicamentos, proporcionou-se-lhes um serviço de cuidados contínuos através do serviço de transferência recíproca entre o CHCSJ e os centros de saúde e através do aperfeiçoamento do programa de alta hospitalar, assim concretizando o conceito de "cuidados contínuos" entre o hospital e a comunidade. Em colaboração com as entidades médicas sem fins lucrativos, foram prestados cuidados domiciliários e de transporte para os idosos que vivem sozinhos ou que tenham dificuldades de locomoção, tendo sido assim assegurado os cuidados adequados e abrangentes na cadeia de serviços de prevenção, tratamento e reabilitação, bem como concretizado as políticas do Governo da RAEM em prol dos idosos.

Através de investimento em recursos e na formação de pessoal, o Governo da RAEM melhorou a capacidade terapêutica da especialidade geriátrica de Macau. A par disso, em cumprimento das orientações da OMS, procedeu-se à reclassificação das úlceras de pressão, à formação educativa específica para o pessoal de enfermagem sobre a prevenção dessas úlceras e à divulgação da respectiva experiência nos lares comunitários, com vista a melhorar a qualidade dos cuidados prestados a idosos.

1.3. Empenho na protecção da saúde dos cidadãos, promoção da auto-defesa e controlo de doenças

Nos últimos anos, as doenças crónicas tornaram-se nas principais causas de morte em Macau, representando mais de 70% da taxa de mortalidade local, com tendência para atingir pessoas mais jovens. Face a esta situação, o Governo da RAEM estabeleceu o quadro e o plano de operações para a prevenção e o controlo das doenças crónicas, com uma maior atenção prestada à elevação da consciência do público sobre a protecção da saúde e sobre a prevenção das doenças oncológicas, cardiovasculares, diabéticas e respiratórias crónicas, tendo sido vigiadas e analisadas a prevalência e a tendência de desenvolvimento dessas doenças através de medidas de detecção precoce e intervenção activa, a fim de que pudessem ser eliminados e mitigados os factores de risco da sua maioria.

Por outro lado, a fim de responder às necessidades de diagnóstico, tratamento e reabilitação dos portadores de doenças crónicas, os SS abriram a Unidade Associada de Cuidados Continuados nas Ilhas, aumentando o número de camas de reabilitação e a sua mobilidade. Foi criado o Centro de Apoio a Doentes para intensificar a assistência aos doentes com cancro ou diabetes. Além disso, com a organização de acções formativas sobre auto-cuidados nas doenças crónicas, foi aumentada a capacidade técnica dos doentes ou dos seus familiares relativamente aos cuidados a ter com a doença, tendo sido adiadas e reduzidas eventuais complicações, bem como melhorada a qualidade de vida dos doentes.

Tendo como objectivo promover junto dos cidadãos a formação consciente de hábitos saudáveis, de forma a eliminar e reduzir os factores de risco para a saúde, a Comissão para a Cidade Saudável de Macau tem adoptado, nos últimos anos, como pontos de partida a promoção da saúde escolar e do "edifício saudável", para levar os alunos a desenvolverem um estilo de vida saudável a partir de tenra idade, de forma a incentivar a participação activa das famílias e da comunidade. Para além disso, os SS têm-se empenhado na organização de vários tipos de actividades educativas de saúde, no sentido de divulgar informações correctas sobre a saúde junto dos cidadãos de todos os estratos sociais, de forma a reduzir a taxa de incidência dos diversos tipos de doença, melhorando a saúde e a qualidade de vida do público em geral.

1.4. Melhoramento da qualidade dos cuidados de saúde, acreditação de serviços por agência de avaliação internacional

Até ao fim de 2013, Macau tinha uma população de 608.000 pessoas, um aumento de cerca de 14% em relação aos 533.000 residentes em 2009. No período homólogo, os atendimentos prestados pelas Consultas Externas e pelos Serviços de Urgências do CHCSJ aumentaram significativamente de 498.000 para 637.000, configurando um acréscimo de 28%. Quanto aos centros de saúde, os atendimentos aumentaram de 524.000 para 597.000,

representando um acréscimo de 14%. A taxa de acréscimo na quantidade total dos serviços prestados é superior à do crescimento da população, o que evidencia o aumento progressivo da procura e da confiança dos cidadãos no sistema de saúde. O Governo da RAEM tem-se esforçado por proporcionar os cuidados de saúde adequados e atempados através de várias medidas, tais como a ampliação da prestação de cuidados de saúde e a triagem de doentes para entidades de saúde na comunidade.

O CHCSJ foi o primeiro hospital de Macau a receber acreditação internacional, o que prova que os cuidados de saúde em Macau foram reconhecidos e aprovados pelas agências internacionais de avaliação. Ao longo dos anos, o Governo da RAEM tem-se empenhado na optimização da qualidade desses cuidados, tendo como referência as experiências de acreditação das regiões vizinhas e os trabalhos de gestão de qualidade desenvolvidos no passado e comissionou *The Australian Council on Healthcare Standards (ACHS)* para realizar uma avaliação individual do CHCSJ e dos centros de saúde, que foram oficialmente aprovados na avaliação, em Maio de 2012 e em Junho de 2014, respectivamente. No caso do CHCSJ, não só foi aprovado em todas as 45 normas relativas às áreas dos cuidados clínicos, de serviços de apoio e da administração institucional, como também obteve uma classificação de excelência nas áreas de prevenção das úlceras de pressão, prevenção da queda de pacientes e gestão de segurança. Este sistema de acreditação é adoptado por Hong Kong e por outros países e regiões desenvolvidos, com uma vasta aceitabilidade. Depois de obter a acreditação, os SS continuam a aperfeiçoar a qualidade dos serviços através do reforço do nível de planeamento, monitorização e avaliação, com vista a alcançar o objectivo de proporcionar uma maior segurança aos doentes. Por seu turno, os serviços responsáveis pela inspecção e quarentena, com base em serviços padronizados, continuam a promover a acreditação da qualidade dos seus trabalhos laboratoriais com a finalidade de aumentar, de forma integral, o nível de gestão de qualidade dos serviços de saúde.

Nos últimos 5 anos, o Governo da RAEM tem melhorado a qualidade dos serviços médicos, a promoção do serviço de enfermagem especializada em diabetes, a introdução da diálise peritoneal, para aumentar a taxa de sobrevivência dos doentes com insuficiência renal em fase terminal, a aplicação proficiente de intervenções minimamente invasivas, a adopção da cirurgia de reconstrução retalho gengival para ajudar a restaurar as funções da boca, o estabelecimento de mecanismos aperfeiçoados para prevenir a queda de doentes e a incidência de úlceras de pressão, o domínio das técnicas de terapia de radiologia interventiva a nível internacional, a ocupação de um lugar nos países com a melhor taxa de sobrevivência de doentes com cancro, a aplicação do sistema de neuronavegação para melhorar a qualidade de cirurgias e a utilização das luvas de prata iónica no tratamento de queimaduras para promover a eficácia de diagnóstico e terapêutica, mostrando que os cuidados de saúde diferenciados de Macau têm um nível elevado e avançado.

O Governo da RAEM melhorou as infra-estruturas de saúde através da criação do Posto de Urgência das Ilhas e da Unidade Associada de Cuidados Contínuos, do aumento de camas hospitalares, da inauguração do Edifício do Serviço de Urgência do CHCSJ e da Unidade Associada de Cuidados Agudos, da abertura do Posto de Saúde Provisório na

zona de Seac Pai Van e da mudança das instalações do Posto de Saúde para os Idosos. No âmbito de cuidados de saúde primários, os SS esforçam-se por responder às necessidades dos cidadãos decorrentes do desenvolvimento social, com o ajustamento de horários e das áreas de serviço, tendo sido prolongado o horário dos centros de saúde até às 20 horas e o horário do Centro de Saúde Fai Chi Kei e do Centro de Saúde da Areia Preta prolongado até às 22 horas. Criou-se o serviço de prestação de consultas externas não marcadas aos fins-de-semanas e feriados, foi desenvolvida uma série de serviços como aconselhamento psicológico, consulta externa de desabituação tabágica, serviço de assistência social na área da saúde, tendo sido reforçados continuamente os serviços de consulta externa no âmbito de medicina tradicional chinesa, acupunctura e saúde oral, a fim de proporcionar cuidados de saúde adequados e abrangentes.

Com o fim de aproveitar cabalmente os recursos de saúde disponíveis na comunidade, dar apoio à actividade das entidades médicas privadas e estimular os cidadãos a formar hábitos saudáveis, a partir de 2009, o Governo da RAEM iniciou o Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde que tem obtido o reconhecimento e o apoio dos residentes, tendo sido registadas taxas de impressão e utilização superiores a 80% ao longo destes anos; durante esse período foi antecipada a atribuição e aumentado o valor dos vales de saúde e dada maior flexibilidade à sua utilização.

Através de apoio financeiro prestado às entidades de saúde sem fins lucrativos, o Governo da RAEM disponibiliza anualmente aos cidadãos mais de 500.000 atendimentos no âmbito de consultas externas gerais, exames laboratoriais e serviços especializados hospitalares, ampliando as actividades externas contra a SIDA e o serviço de aconselhamento psicológico, coordenando aquelas entidades para que prestem serviço de consultas externas à noite, aos fins-de-semanas e feriados, na expectativa de que, através da sinergia dos recursos com estas entidades de saúde, possam ser melhor respondidas as necessidades dos cidadãos.

Por outro lado, os SS têm-se esforçado por assegurar a disponibilização de quantidade suficiente de sangue em Macau. Com a colaboração da Cruz Vermelha de Hong Kong, os cidadãos de Macau podem inscrever-se localmente como dadores internacionais de medula óssea / célula-tronco do sangue. Dominaram rapidamente as técnicas de análise laboratorial para a detecção de novos vírus, intensificaram as actividades de inspecção e detecção do tabaco e das doenças transmissíveis, entre outras substâncias e aperfeiçoaram o mecanismo de vigilância e controlo de medicamentos e o mecanismo de comunicação, de forma a garantir a segurança de Macau em termos de saúde pública.

Com base na aplicação integral do Sistema de Comunicação e Arquivamento de Imagens Médicas (PACS) em 2010, os SS continuam a desenvolver os trabalhos da primeira fase de construção do Sistema Electrónico Universal de Processos Clínicos de Macau, aprofundando a utilização de tecnologias informáticas, para atingir os objectivos de partilha de informações de doentes e aumento da eficácia do diagnóstico e tratamento.

1.5. Aceleração da construção das infra-estruturas médicas, optimização da rede de prestação de cuidados de saúde

Para assegurar a política de saúde, que tem como a missão prioritária a protecção da saúde dos cidadãos, em 2010 o Governo da RAEM elaborou o "Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde", visando o reforço do sistema de prestação de cuidados de saúde em Macau através de três aspectos, nomeadamente projectos de ampliação e reconstrução, reestruturação da rede de cuidados de saúde primários e construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, no sentido de proporcionar aos cidadãos uma maior segurança médica e serviços médicos de melhor qualidade.

A fim de desenvolver o "Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde" de forma mais eficaz, criou-se a Comissão de Acompanhamento da Rede de Infra-estruturas do Sistema de Saúde, à qual compete coordenar a realização dos programas inerentes ao Projecto. Quanto ao Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, foram concluídos os trabalhos da fase inicial, a saber, as obras de aterro, o programa de concepção, os projectos arquitectónicos, a sondagem de terrenos e o relatório de avaliação ambiental. Actualmente, estão em curso a elaboração da planta, as obras de tratamento de solos das fundações e os trabalhos preparatórios para o início da construção.

O Governo da RAEM tem acompanhado com muita atenção as mudanças sociais como a movimentação demográfica, o envelhecimento populacional e as políticas de habitação pública, desenvolvendo, em tempo oportuno, trabalhos destinados à expansão das infra-estruturas da rede de cuidados de saúde primários e à optimização do ambiente dos centros de saúde. Já entraram na fase de obras o Complexo Municipal de Serviços Comunitários da Praia do Manduco, onde funciona o Centro de Saúde de São Lourenço, o Centro de Saúde de Nossa Senhora do Carmo localizado no Edifício do Lago, Taipa, e o Posto de Saúde de Coloane. Os dois novos centros de saúde localizados, respectivamente, em Seac Pai Van, Coloane, e no Bairro de Ilha Verde, encontram-se na fase de concepção do projecto. No futuro, a rede de cuidados de saúde primários terá uma face completamente nova.

Por outro lado, o Edifício do Serviço de Urgência do CHCSJ, com a construção iniciada em 2010 e concluída em 2013, entrou em funcionamento no mesmo ano. O Edifício é composto por 4 pisos, com uma área de 14.000 metros quadrados, 3 vezes maior que a anterior. Na sequência desta ampliação, melhoraram o ambiente de atendimento e a capacidade de resposta do Serviço de Urgência que, assim, melhor assegura que os cidadãos com necessidade urgente tenham acesso aos serviços de diagnóstico e tratamento adequados em tempo oportuno. Com a abertura da Unidade Associada de Cuidados Agudos, a lotação de 100 camas no Edifício do Serviço de Urgência entrou em pleno funcionamento. Presentemente, o CHCSJ dispõe de cerca de 690 camas, representando um aumento de 25% em relação a 2010, tendo assim aliviado a pressão do hospital quanto ao limitado número de camas.

Em relação ao Edifício Residencial de Profissionais de Saúde da Primeira Linha, ao Centro de Recuperação de Doenças Infecciosas no Alto da Montanha de Coloane e ao Hospital de

Reabilitação em Ká-Hó, a construção já começou. Os SS promovem cabalmente os trabalhos preparatórios da construção do Edifício de Especialidades e o Edifício Multiusos do CHCSJ, estando na fase da concepção do projecto.

1.6. Execução rigorosa da Lei de Controlo do Tabagismo, promoção da criação de um ambiente livre de tabaco

Em cumprimento do princípio de "progresso gradual, começando pelo mais fácil", o Governo da RAEM definiu as políticas de controlo do tabagismo adequadas a Macau. Com a entrada em vigor da "Lei de controlo do tabagismo" em 2012, tornou-se proibido fumar na maioria dos recintos fechados e noutros lugares especificamente indicados. Através da intensificação da inspecção e da implementação dos regulamentos relativos à rotulagem e à embalagem de produtos do tabaco e ao controlo da respectiva publicidade, protegem-se os cidadãos dos malefícios do tabagismo passivo e alerta-se o público para os efeitos nocivos do tabagismo. De 1 de Janeiro de 2012 a 31 de Julho de 2014, os agentes responsáveis pela execução da lei efectuaram mais de 582.000 inspecções a estabelecimentos e emitiram mais de 21.000 acusações.

Através da disponibilização das consultas externas de desabituação tabágica, ajudam e incentivam os cidadãos a abster-se do vício do tabagismo. Em 2013, registaram-se mais de 3.500 atendimentos. A par disso, empenharam-se nos diversos tipos de actividades promocionais e educativas, tendo criado a União Contra o Tabagismo de Macau, acompanhado, de forma contínua e atenta, os problemas dos jovens fumadores e sua prevenção, dedicando-se a divulgar a mensagem de um ambiente livre de tabagismo junto das comunidades e das escolas, no intuito de tornar Macau numa cidade livre de tabagismo. A partir da entrada em vigor desta lei de controlo do tabagismo, até à presente data, os SS têm organizado actividades de promoção e educação em prol do controlo do tabagismo, contando com a participação de cerca de 24.000 pessoas.

Em 2013, em Macau iniciou-se a implementação de medidas de proibição total de fumar nos casinos. O Governo da RAEM aprovou, nos termos legais, os pedidos de criação de áreas para fumadores, tendo procedido a grande quantidade de trabalhos relativos à inspecção para assegurar o cumprimento da lei, a monitorização da qualidade do ar, a execução das medidas destinadas à protecção dos trabalhadores, a supervisão e a verificação dos relatórios apresentados pelos casinos sobre a qualidade do ar e o exame médico dos trabalhadores, no sentido de concretizar eficazmente as políticas de controlo do tabagismo nos casinos. De 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Julho de 2014, os SS recolheram mais de 170 amostragens do ar nos casinos, tendo analisado mais de 3.500 amostras.

A partir de Outubro de 2014, o Governo da RAEM ajustou as normas de controlo do tabagismo nos casinos, de forma a que passou a ser completamente proibido fumar nas áreas comuns de jogo, sendo apenas permitida a criação de áreas para fumadores nas áreas de jogo com acesso condicionado, contribuindo para melhorar a qualidade do ar; a par disso, a delimitação mais clara das áreas para não fumadores facilita a execução da

lei de controlo do tabagismo. Para melhor proteger a saúde dos cidadãos e concretizar ordenadamente o planeamento geral do controlo do tabagismo em Macau, procede-se aos preparativos para a terceira fase desse controlo.

1.7. Aperfeiçoamento da estruturação dos regimes de saúde, impulso ao desenvolvimento das actividades de cuidados de saúde a longo prazo

O Governo da RAEM tem-se empenhado permanentemente na revisão e no aperfeiçoamento da construção do sistema de saúde, com vista a assegurar o seu desenvolvimento estável e saudável. Sendo os recursos humanos um elemento essencial, a partir de 2009, concluiu-se de forma faseada a revisão dos diplomas legais relativos às carreiras especiais de enfermeiro, médico, farmacêutico, técnico superior de saúde, administrador hospitalar, técnico de diagnóstico e terapêutica, inspector sanitário e auxiliar de saúde, incluindo a definição do conteúdo funcional e a elencagem dos requisitos para cada carreira, etc., no sentido de aperfeiçoar a estruturação dos regimes da área da saúde. Posteriormente, a fim de os complementar, foram publicados 16 regulamentos administrativos e despachos, bem como foram criadas "Comissões para a equiparação de habilitações" das respectivas áreas profissionais. A revisão das carreiras especiais envolveu cerca de 2.000 funcionários dos SS, estando concluídos os trabalhos de transição da carreira, o que beneficia seguramente o desenvolvimento das actividades de saúde.

Para além de reforçar e aperfeiçoar a legislação relativas à prevenção e controlo na área da saúde pública, a fim de melhorar o regime de avaliação das habilitações profissionais e a formação contínua relativamente aos profissionais de saúde, bem como os padrões e os procedimentos relacionados com as actividades médicas, em 2013 foi criado o Conselho para os Assuntos Médicos. Tendo por objectivo estabelecer um regime de avaliação de habilitações profissionais mais restrito e rigoroso, foi discutido o "Regime de Registo dos Profissionais de Saúde" pelo mesmo Conselho. Aliás, o "Regime jurídico de tratamento de litígios decorrentes de erro médico" foi aprovado na generalidade pela Assembleia Legislativa após uma longa discussão, estando a proposta a ser discutida na especialidade pela 3.ª Comissão Permanente da Assembleia.

Para além do acima exposto, em 2014, a duração da formação para todas as especialidades médicas foi uniformizada para 6 anos, através da revisão efectuada ao Decreto-Lei n.º 8/99/M, relativo ao "Regime dos Internatos Médicos", consagrando expressamente conhecimentos, métodos e técnicas a serem dominados pelos internos do internato complementar, e foi revisto o plano de formação de médicos especialistas para os próximos cinco anos, desenvolvendo-se acções de formação para os "talentos locais". Tendo por base a definição do plano integrado das necessidades dos médicos e tendo integrado os recursos dos 3 hospitais na Região, foram organizados o Curso de Aperfeiçoamento do Conhecimento Clínico e o Curso Prático Avançado em Medicina Clínica, oferecendo um novo modelo de formação de médicos, no sentido de responder às necessidades de desenvolvimento social e da área da medicina.

No âmbito do acordo de cooperação na área da medicina tradicional celebrado com a OMS, os SS, desde 2012 até à presente data, organizaram vários *workshops* regionais e locais, tendo promovido o desenvolvimento da medicina tradicional e a formação de profissionais desta área. Simultaneamente, foram aprovadas e implementadas oficialmente as Boas Práticas de Fabrico de Medicamentos Tradicionais Chineses (GMP) e as Boas Práticas de Distribuição de Medicamentos (GDP), reforçando a normalização do fabrico e da distribuição dos produtos farmacêuticos, continuando a revisão e a optimização das leis e dos regulamentos relativos à gestão de produtos farmacêuticos, promovendo constantemente a implementação do "Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau", assim contribuindo para a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau.

Os SS celebraram protocolos de cooperação na área da saúde com países e regiões como o Interior da China, Singapura e Hong Kong, intensificando a cooperação nessa área e têm contratado elites da área da saúde e da medicina para que venham trabalhar em Macau, promovendo e melhorando os serviços de assistência médica e a construção do sistema de saúde na Região. Têm também mantido relações estreitas com a OMS, a Comissão Nacional de Saúde e Planeamento Familiar e com os demais serviços de saúde das regiões vizinhas, empenhando-se na melhoria da saúde pública e da qualidade dos serviços médicos.

Conclusão

O Governo da RAEM, através da rede de cuidados de saúde primários, do sistema de cuidados de saúde especializados, das medidas de prevenção e controlo na defesa da saúde pública e do estabelecimento pleno de um mecanismo a longo prazo no sistema de saúde, têm-se empenhado na concretização das estratégias inerentes às linhas de "tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção". O sistema de cuidados de saúde primários gratuitos de Macau foi classificado como um paradigma pela OMS. Mais de 80% dos doentes que recorrem ao hospital público têm acesso à assistência médica especializada e aos serviços de reabilitação a título gratuito. Em articulação com o sólido mecanismo de prevenção e controlo de doenças transmissíveis, a saúde dos cidadãos pode ficar completamente protegida.

Retrospectivamente, nos últimos cinco anos, o Governo da RAEM obteve sucesso na luta contra a ameaça de diversas doenças transmissíveis fatais, tendo consolidado os trabalhos do controlo do tabagismo e tendo optimizado os trabalhos da prevenção, diagnóstico e tratamento a idosos e portadores de doenças crónicas. Foram inaugurados o Posto de Urgência das Ilhas e o Edifício do Serviço de Urgência, foi alargada a rede de prestação de cuidados de saúde, incluindo a prestação de serviços médicos em colaboração com as entidades de saúde sem fins lucrativos, foram adoptadas medidas convenientes e abrangentes e implementado o Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde. A par disso, o CHCSJ foi objecto de acreditação internacional, foi obtida a certificação de erradicação do sarampo, foram intensificadas a contratação e a formação de profissionais de saúde, foram aperfeiçoados os regimes jurídicos, entre outros, de forma a melhorar a

qualidade dos serviços de cuidados de saúde em prol da protecção da saúde e da segurança dos cidadãos.

2. No domínio da Educação

2.1. Ensino Superior

O Governo da RAEM está empenhado na alteração do "Regime do Ensino Superior" e no aperfeiçoamento dos diplomas legais relacionados, tendo iniciado o trabalho referente ao planeamento do desenvolvimento a médio e longo prazo do ensino superior. Tem acompanhado a criação do Regime da Avaliação do Ensino Superior, tendo definido as orientações dos trabalhos de avaliação e os Indicadores das Competências e Qualidade, destinados à avaliação das habilitações de estudantes universitários graduados. Criou-se a Base de Dados dos Recursos Humanos Qualificados do Ensino Superior, servindo de referência ao Governo, às instituições e aos estudantes, respectivamente, para a definição de políticas, na organização das actividades lectivas e no prosseguimento de estudos. Têm-se promovido a cooperação e o intercâmbio no domínio da educação entre Macau, o Interior da China e os países e regiões de língua portuguesa. Têm-se investido em recursos nas instituições do ensino superior, ajudando-as no melhoramento das instalações pedagógicas e no apoio ao desenvolvimento contínuo do pessoal docente e não docente. Foi lançado o "Plano do Subsídio para Aquisição de Material Escolar a Estudantes do Ensino Superior", de forma a aliviar os seus encargos económicos. Foi criado o "*Blog* para os Estudantes do Ensino Superior de Macau" e inaugurado o "Centro dos Estudantes do Ensino Superior", para prestar aos estudantes informações e serviços variados. Deu-se continuidade à realização de várias actividades interuniversitárias e à organização de visitas de estudo e de intercâmbio no exterior. Tem-se cooperado com as entidades competentes, de forma a prestar aos estudantes oportunidades de estágio profissional, aumentando assim as suas capacidades gerais.

As instituições de ensino superior continuam a melhorar a qualidade do ensino, o que mereceu o reconhecimento de entidades e organizações internacionais. Tendo em consideração o seu posicionamento e as suas próprias vantagens, as instituições têm-se empenhado na realização da educação global em vários aspectos. O pleno funcionamento do novo campus da Universidade de Macau, na Ilha de Hengqin, virou uma nova página do ensino superior de Macau.

2.1.1. Promoção ordenada da produção legislativa, concepção do macro plano de desenvolvimento do ensino superior

Para promover o desenvolvimento estável do ensino superior de Macau, procedeu-se, de forma sistemática, à definição e optimização de regimes e diplomas legais. Tendo

sido promovida a revisão do "Regime do Ensino Superior", depois de várias discussões entre os serviços competentes, foram basicamente confirmados os artigos do projecto legal, esperando-se que a proposta possa avançar com a maior brevidade para a próxima fase legislativa. A par disso, procedeu-se à elaboração de uma série de diplomas legais complementares, relativos à organização e funcionamento do serviço administrativo do ensino superior, ao Fundo do Ensino Superior, ao Conselho de Coordenação do Ensino Superior, ao Estatuto de Ensino Superior, ao Regime de Avaliação do Ensino Superior e ao Sistema de Créditos do Ensino Superior.

Elaborou-se o macro plano de desenvolvimento a médio e longo prazo do ensino superior, de forma a melhorar os regimes e diplomas legais, garantir o investimento em recursos, definir as exigências das competências académicas básicas para cada grau do ensino superior, aumentar continuamente a qualidade do ensino, criar a Base de Dados dos Recursos Humanos Qualificados do Ensino Superior e prestar mais atenção aos estudantes universitários. Entidades académicas efectuaram estudos sobre o regime de financiamento ao sistema de ensino superior pelo Governo e a necessidade da criação do regime de reconhecimento das habilitações académicas, servindo esses estudos como referência do Governo na definição das respectivas políticas. Simultaneamente, foram determinados os "indicadores das competências comuns" para as exigências das competências académicas básicas de cada grau do ensino superior, estando assim definidos os critérios científicos para avaliar as habilitações e a qualidade dos estudantes graduados.

2.1.2. Promoção da internacionalização do ensino superior, estabelecimento do mecanismo de garantia da qualidade

A exigência da qualidade do ensino é a componente essencial da política do ensino superior e a sua avaliação é um dos meios mais importantes para aumentar essa qualidade. Para o efeito, o Governo da RAEM pretende implementar o Regime de Avaliação do Ensino Superior, tendo realizado, de forma programada, os vários trabalhos preparatórios, designadamente, a adesão à INQAAHE (a maior organização internacional de garantia da qualidade), à APQN (organização de garantia da qualidade na região da Ásia-Pacífico) e ao IMHE (órgão internacional de gestão do ensino superior, subordinado à OCDE). Em Janeiro de 2015, realizar-se-ão, em Macau, a reunião plenária da APQN e a conferência sobre a "Garantia da qualidade do ensino superior transfronteiriça", co-organizada pelo Governo da RAEM. Em 2012, o Governo da RAEM organizou a "Conferência sobre a Garantia da Qualidade do Ensino Superior", na qual mais de 80 dirigentes das instituições de ensino superior, estudiosos de renome e peritos de entidades de avaliação do ensino superior oriundos das quatro cidades dos dois lados do Estreito de Taiwan e de Portugal, partilharam experiências na avaliação do ensino superior, analisando, também, as dificuldades encontradas ao longo da sua implementação. Por outro lado, o Governo da RAEM organizou várias visitas de estudo ao exterior para dirigentes e pessoal relevante das instituições de ensino superior de Macau, fazendo estudos e pesquisas junto de estabelecimentos de ensino superior e instituições profissionais de avaliação, reforçando o seu conhecimento sobre o

regime de avaliação aplicado em diferentes regiões e aprendendo com experiências mais avançadas.

Tendo como referência a situação do ensino superior das regiões vizinhas e de países e regiões relativamente mais desenvolvidas, atendendo à dimensão e particularidades do ensino superior de Macau, o Governo da RAEM elaborou, em 2013, o enquadramento do Regime de Avaliação do Ensino Superior, sob o "princípio de eficiência", que serve como orientação de avaliação. Em 2014, instituições internacionais especializadas em avaliação levaram a cabo a elaboração de quatro guias sobre a avaliação institucional, a autenticação da qualidade institucional, a avaliação de novos cursos e a avaliação de entidades de avaliação externas, respectivamente. No futuro, desenvolver-se-ão gradualmente os estudos sobre o teste piloto, a fim de testar a aplicabilidade e a operacionalidade dos guias elaborados; a primeira fase do estudo sobre o teste piloto da "Avaliação de Novos Cursos" está já em curso.

2.1.3. Construção do sistema informático do ensino superior, domínio dos dados sobre a oferta e a procura de quadros qualificados

Informações completas sobre os quadros qualificados constituem um fundamento importante para o Governo da RAEM na sua definição de políticas. Com o objectivo de melhorar a recolha, organização e divulgação dos dados do ensino superior de Macau, o Governo da RAEM, em colaboração com as entidades académicas, criou a "Base de Dados para o Ensino Superior de Macau", possibilitando a divulgação dos dados estatísticos numa página electrónica temática; deu continuidade à actualização e à optimização da "Base de Dados sobre Cursos do Ensino Superior de Macau", de forma a oferecer, tanto aos serviços competentes como ao público, um acesso mais fácil a dados sobre os cursos do ensino superior autorizados a ser ministrados em Macau. Por outro lado, tomando como referência os sistemas dos indicadores do ensino superior aplicados pelas entidades internacionais e em articulação com as reais situações em Macau, o Governo da RAEM definiu os indicadores do ensino superior de Macau, permitindo uma avaliação e análise científica sobre o seu desenvolvimento através da comparação de uma série de dados relacionados.

Em 2013, o Governo da RAEM criou a "Base de Dados sobre Recursos Humanos Qualificados do Ensino Superior" composta por três partes: "situação actual dos quadros qualificados", "provimento dos quadros qualificados" e "necessidades de mercado em recursos humanos". Em resultado disso, foi concluído o estudo sobre oferta e procura de quadros qualificados com habilitações superiores no futuro, designadamente nos sectores de enfermagem, docência para escolas secundárias, primárias e jardins-de-infância, assistência social, hotelaria, convenções e exposições, ciências e tecnologias de informática, tradução, contabilidade, engenharia, restauração e hotelaria (segunda fase), disponibilizando-se aos estudantes que pretendam frequentar cursos de ensino superior. bem como aos seus pais, as informações mais objectivas sobre a procura do mercado. Ao mesmo tempo, essas mesmas

informações servem também de referência para as instituições de ensino superior decidirem o seu planeamento curricular e as acções formativas, contribuindo para formar quadros qualificados diversificados que correspondam à necessidade de desenvolvimento social.

2.1.4. Aperfeiçoamento das condições pedagógicas das instituições, apoio aos estudantes para o prosseguimento de estudos

O Governo da RAEM tem investido em recursos diversos para melhorar as condições de frequência aos estudantes. Desde 2012, prestou apoios a projectos de melhoramento de instalações pedagógicas das instituições do ensino superior, a docentes e investigadores para actividades académicas internacionais e a associações para actividades realizadas no âmbito do ensino superior. Especificaram-se, ainda, as regras de funcionamento, apreciação e aprovação no sentido de assegurar a sua utilização razoável.

Em 2012, foi lançado o projecto do "Subsídio para Aquisição de Material Escolar a Estudantes do Ensino Superior", no intuito de reduzir os encargos financeiros dos estudantes na aquisição desses materiais. Até ao presente, investiram-se neste projecto aproximadamente 260 milhões de patacas, sendo beneficiados mais de 96.000 estudantes. Aumentaram-se as vagas e o montante das bolsas de mérito a atribuir a estudantes que frequentem cursos de pós-graduação, a saber: quanto ao mestrado, as vagas, de 35 em 2009, foram aumentadas para 100 em 2014 e o montante foi elevado de 36.000 para 57.000 patacas; quanto ao doutoramento, as vagas passaram de 10 para 20 e o montante de 49.500 para 79.000 patacas. Foram, ainda, criadas bolsas de mérito para cursos integrados de mestrado e doutoramento. Em 2014, o Governo da RAEM procedeu à integração das informações sobre as várias bolsas de mérito, bolsas de estudo e bolsas-empréstimo, atribuídas pelos diversos serviços públicos e outras entidades, tendo aberto uma página electrónica específica, a fim de facilitar a sua consulta pelos residentes interessados na frequência de cursos de ensino superior.

2.1.5. Reforço do intercâmbio e da cooperação na área da educação, promoção da complementaridade de vantagens no desenvolvimento conjunto

Com o objectivo de desenvolver a cooperação entre Macau, o Interior da China e os países e regiões de língua portuguesa, para partilhar os recursos e promover a complementaridade de vantagens, o Governo da RAEM celebrou, com o Ministério da Educação da RPC, novo protocolo de cooperação para a atribuição de bolsas para estudos pós-graduados, diminuindo as restrições da atribuição dessas bolsas aos estudantes do Interior da China que venham frequentar cursos de pós-graduação em Macau, alargando o âmbito de aplicação a todas as instituições do ensino superior de Macau. Por outro lado,

celebrou-se com a Comissão Estatal dos Assuntos Étnicos um acordo-quadro de cooperação para intercâmbio académico, intercâmbio de docentes e de estudantes, investigação científica, projecto de bolsas de estudos e formação de quadros qualificados, entre outros. Assinou-se, ainda, o memorando sobre intercâmbio e cooperação com o Departamento de Educação da Província de Guangdong, estabelecendo um mecanismo de comunicação eficaz, a longo prazo, entre os respectivos serviços administrativos, impulsionando as relações de cooperação e intercâmbio entre os estabelecimentos de ensino. Em 2011, com a autorização do Ministério das Ciências e Tecnologia da RPC, foram inaugurados, em conjunto, pelas instituições do ensino superior de Macau e do Interior da China, os dois Laboratórios de Referência do Estado, cujas áreas de investigação incluem a Medicina Tradicional Chinesa e a Microelectrónica, tendo marcado, assim, a entrada numa nova etapa da investigação nessas duas áreas.

Prosseguiu-se a coordenação do recrutamento de estudantes no Interior da China, levado a cabo pelas instituições do ensino superior de Macau. Contando com o apoio do Ministério da Educação, o âmbito de recrutamento no Interior da China tem sido alargado, tendo o número de 25 províncias, municípios e regiões autónomas aumentado para 31 em 2011. Organizaram-se, regularmente, as instituições do ensino superior de Macau para se deslocarem às localidades onde se realizam sessões de esclarecimento sobre a admissão dos estudantes, tendo como resultado um grande número de inscrições dos estudantes chineses; de 2009 a 2014, registou-se um aumento de 200% no número de estudantes candidatos a cursos de licenciatura em Macau. Organizaram-se várias delegações compostas por membros das instituições de ensino superior de Macau que participaram em exposições educacionais realizadas no Interior da China e nas regiões do Sudeste Asiático, no intuito de promover o ensino superior de Macau e atrair muito mais estudantes de qualidade para virem estudar para Macau.

Tendo em conta que Macau é uma plataforma de intercâmbio e de cooperação entre a China e os países e regiões de língua portuguesa, realizou-se, em 2012, o "Fórum dos Reitores das Instituições do Ensino Superior da China e de Portugal", em que participaram cerca de 60 dirigentes das instituições de ensino superior do Interior da China, de Macau e de Portugal, explorando, em profundidade, temas sobre a futura cooperação sino-lusófona, tendo potenciado os benefícios mútuos, a complementaridade de vantagens e a cooperação na área do ensino superior. Em 2013, a Comissão Mista Portugal/Região Administrativa Especial de Macau celebrou um protocolo de cooperação na área do ensino superior, destinado a fortalecer a cooperação e o intercâmbio entre as entidades e instituições de ensino superior, em áreas como qualidade educativa, estudos académicos, reconhecimento das habilitações académicas e outros relacionados. Em 2014, o Governo da RAEM organizou os dirigentes das 10 instituições do ensino superior de Macau para se deslocarem ao Brasil para intercâmbio e observação in loco, estimulando o desenvolvimento de numerosos projectos de cooperação, entre as respectivas instituições do ensino superior.

Para aliviar a pressão dos estudantes, resultante dos exames de admissão realizados por diferentes instituições do ensino superior, quatro instituições de Macau constituíram, em 2012, o Grupo de Trabalho para o Exame Unificado de Acesso. Ouvidas as opiniões do

sector da educação, o Grupo elaborou um projecto para o exame unificado de acesso às quatro instituições, tendo realizado mais de 40 sessões itinerantes de apresentação em todas as escolas secundárias de Macau.

Com a coordenação do Governo da RAEM, as instituições do ensino superior de Macau estabeleceram, em 2013, a "Aliança das Bibliotecas das Instituições do Ensino Superior de Macau", para atingir gradualmente o objectivo da partilha destes recursos entre si, sob o conceito de "fazer de modo conjunto a construção, a aquisição, partilha e utilização". Desde a sua criação, lançou-se o Cartão de biblioteca unificado em grupo, permitindo a utilização das instalações e dos serviços de empréstimo de livros das bibliotecas das instituições-membros da Aliança a docentes, trabalhadores e estudantes que pertençam a essas instituições e sejam portadores deste Cartão. Criaram-se o Catálogo de Bibliotecas das Instituições do Ensino Superior de Macau e a Plataforma de Descoberta, de forma a facilitar a consulta da disponibilidade dos livros dessas bibliotecas. Ao mesmo tempo, com o apoio do Governo da RAEM, procedeu-se, em nome da Aliança, à aquisição conjunta da Base de Dados dos Recursos Electrónicos, de modo a potenciar eficazmente a utilização de recursos. Organizaram-se, ainda, os membros da Aliança para visitar Portugal, com o fim de apreenderem as respectivas experiências, no tocante à gestão de bibliotecas das suas instituições do ensino superior, criando, assim, um mecanismo de ligação entre as partes, quanto aos recursos bibliotecários e às informações relacionadas.

Para planear e executar, de forma unificada, a formação de quadros bilingues qualificados de chinês e português e para satisfazer a procura acelerada de quadros bilingues qualificados de alta qualidade decorrente do desenvolvimento social, foi, em 2014, criado, pelas instituições de ensino superior de Macau o "Grupo de Trabalho sobre Formação dos Quadros Bilingues Qualificados nas Línguas Chinesa e Portuguesa, destinado a rever a situação actual da formação desses quadros qualificados e a reserva de docentes profissionais e a definir os objectivos da respectiva formação, a curto e médio prazo.

2.1.6. Construção de uma plataforma de serviços aos estudantes, atenção ao seu desenvolvimento global

Em 2011, criou-se uma página específica para os estudantes universitários, o "*Blog* para os Estudantes de Ensino Superior de Macau", plataforma que permite aos estudantes ter um acesso abrangente às informações sobre prosseguimento dos estudos, emprego e actualidade social, servindo também como um canal de intercâmbio e de partilha de experiências entre os estudantes que estudem em diferentes regiões. Até agora, o Blog tem quase 37.000 estudantes membros, em todo o mundo. A partir de 2012, foram convidados, em várias ocasiões, dirigentes do Governo da RAEM e élites de diferentes áreas profissionais, para conversarem com os estudantes de ensino superior, através do *Blog*, na Internet, no intuito de explorar em conjunto as perspectivas do desenvolvimento dos diversos sectores profissionais, permitindo aos estudantes planearem as suas carreiras com a maior brevidade possível.

Em 2012, o Governo da RAEM lançou o "Programa de Estágios para Estudantes do Ensino Superior", oferecendo-lhes oportunidades de estágio em empresas e entidades de Macau durante as férias escolares, para que possam aplicar os seus conhecimentos, conhecer o desenvolvimento dos sectores, alargar a sua rede social e estar melhor preparados para desenvolver a sua carreira em Macau após a conclusão dos estudos. Em 2014, os locais de estágio do Programa alargaram-se a empresas do Interior da China. Para o tratamento centralizado das candidaturas ao apoio financeiro das actividades estudantis das instituições do ensino superior e uma distribuição mais eficaz dos respectivos recursos, o Governo da RAEM efectuou um ajustamento dos programas de apoio financeiro para as actividades juvenis, realizados pelos serviços competentes. Desta forma, criou-se o "Plano de Financiamento Anual das Actividades Estudantis das Instituições do Ensino Superior", tendo aumentado o investimento nos respectivos recursos, para encorajar os estudantes a realizar, por sua iniciativa, diversas actividades favoráveis ao seu desenvolvimento físico e mental e a alargarem os seus horizontes, bem como as suas capacidades de planeamento, organização, coordenação e cooperação em equipa.

Em 2013, o Governo da RAEM criou o "Centro dos Estudantes do Ensino Superior" para lhes proporcionar um espaço multifuncional. Para além de fornecer informações relacionadas com o prosseguimento dos estudos e o emprego, apoiar as associações dos estudantes universitários na organização das suas actividades associativas e na realização de outras actividades, o Centro organizou ainda 33 palestras e sessões de partilha de experiências sobre o prosseguimento dos estudos e com temas abordados em mais de 20 países e regiões. O Governo da RAEM organizou a "Feira de Educação de Macau", em 2012 e 2013, que contou com a participação de 191 expositores provenientes de vários países e regiões do mundo.

Para promover o desenvolvimento global dos estudantes, o Governo continuou a realizar vários tipos de concursos interuniversitários e actividades educativas sobre a actualidade da Pátria, de forma a enriquecer não só a vida extracurricular dos estudantes, mas também os seus conhecimentos sobre o princípio "Um país, Dois sistemas", fortalecendo, assim, os sentimentos de pertença à Pátria e a Macau e o seu sentido de missão relativamente ao serviço social. Organizaram-se diversas actividades de intercâmbio, para enriquecer a sua experiência de aprendizagem, entre as quais visitas de estudo a zonas da União Europeia, participação em cursos de línguas e outras actividades culturais realizados no Interior da China, em Portugal e na Austrália. A par disso, colaborou com várias entidades de Macau na organização de diversas actividades como o concurso "Inno ICT Business Plan" e actividades favoráveis à adaptação dos estudantes provenientes do Interior da China à sociedade de Macau. Realizaram-se também acções de formação, sobre saúde mental e resolução de situações de crise, para o pessoal das instituições do ensino superior de Macau, no intuito de prestar serviços mais adequados aos estudantes. Apoiaram-se ainda os estudantes de Macau na obtenção do Cartão Internacional do Estudante, para lhes proporcionar mais oportunidades de contactar e conhecer a sociedade no exterior.

2.1.7. Melhoramento das instalações e equipamentos das instituições, obtenção do reconhecimento internacional sobre o nível da sua qualidade

As instituições de ensino superior procederam ao melhoramento das instalações e equipamentos e à promoção do desenvolvimento nas áreas académicas e de investigação, no intuito de melhor formar quadros qualificados, investigadores e profissionais. Paraalém disso, correspondendo à revisão da lei do "Regime do Ensino Superior", efectuou-se, gradualmente, a revisão dos estatutos das instituições.

Desde 2009, há uma instituição que se dedica a criar uma marca de "curso de licenciatura de qualidade excelente", formando quadros qualificados criativos, estabelecendo o "Colégio de Honra", seleccionando e admitindo estudantes universitários diligentes e com talento. Implementou o regime de "colégios residenciais", cabendo a cada colégio definir o seu próprio estilo e tema cultural, podendo os estudantes ser organizados independentemente dos anos ou cursos frequentados. Além disso, melhorou-se a gestão da "qualidade do corpo docente", tendo definido os projectos de desenvolvimento dos docentes e os regimes de avaliação e de mérito. Têm-se procurado um desenvolvimento académico excelente e bons resultados na investigação. Assim, em 2010, a criação dos dois Laboratórios de Referência do Estado foi aprovada pelo Ministério das Ciências e Tecnologia da RPC; em 2011, a equipa de microelectrónica obteve o Prémio Estatal de Segunda Classe de Progresso Científico e Tecnológico. Com grande atenção e apoio do Governo Central, teve lugar, em 2009, a cerimónia de lançamento da primeira pedra do novo *campus* da Universidade de Macau, na Ilha de Hengqin. Pelos esforços envidados nos vários anos da sua construção, o novo *campus* foi inaugurado no final de 2013, tendo entrado em pleno funcionamento em 2014.

Por outro lado, há outra instituição que tem como princípio orientador "Enraizar-se em Macau, e servir esta terra", tendo como objectivo principal a formação de quadros técnicos para Macau, reformando completamente os cursos conferentes do grau de licenciatura, abrindo cursos de mestrado e doutoramento, em cooperação com universidades excelentes do exterior. A par disso, a instituição, através da cooperação profunda com as instituições de ensino superior de Portugal e do Interior da China e com a sua posição privilegiada nesta área, criou o "Centro Pedagógico e Científico da Língua Portuguesa", organizou o Fórum Internacional para Actividades de Ensino de Português, criou na Internet a página "Ponto de Encontro - Português na China", tendo atingido o seu objectivo de "Promover o intercâmbio cultural entre a China, Portugal e Macau", assegurando, assim, a base para transformar Macau numa plataforma de cooperação cultural sino-portuguesa. Além disso, a instituição tem promovido, de forma activa, os trabalhos de avaliação académica, obtendo acreditação internacional atribuída por uma entidade internacional de avaliação da qualidade do ensino superior. Os seus cursos de Português, Contabilidade e Informática também foram reconhecidos por outras autoridades internacionais de acreditação académica.

Para satisfazer as necessidades de desenvolvimento dos sectores sociais, há outra instituição que tem vindo a ajustar as suas estratégias de educação e formação, ministrando

cursos conferentes de grau, cursos de diploma, cursos de curta duração e cursos de certificação internacional na área do Turismo, formando pessoal de alta qualidade para os sectores do Turismo e dos Serviços, disponibilizando, ao mesmo tempo, oportunidades de formação contínua para os trabalhadores da indústria turística. O número de programas de licenciatura e de diploma disponíveis aumentou, desde 2009, de 6 para os actuais 10, sendo que entre estes cursos, 4 mereceram a "Certificação da Qualidade de Formação Turística", emitida pela Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas. Foram também lançados cursos de formação diversificada para satisfazer as necessidades dos sectores sociais, incluindo 14 cursos com certificação internacional. Actualmente, esta instituição tem acordos de cooperação com 84 instituições e organizações de 26 países e regiões, proporcionando amplas oportunidades de estágio aos seus estudantes. Em 2013, esta mesma instituição tornou-se na primeira instituição do ensino superior, na região Hong Kong e Macau, a obter a certificação ISO20000 – Sistema de Gestão de Serviços de Tecnologia Informática.

Conclusão

Nos últimos cinco anos, o Governo da RAEM tem implementado a linha orientadora "Promover a prosperidade de Macau através da Educação", em consonância com as necessidades do actual desenvolvimento social e do progresso no domínio da Educação, tendo criado um mecanismo para o ensino superior, de eficácia prolongada, e definido, claramente, a trajectória para o desenvolvimento permanente do ensino superior de Macau. Através do investimento contínuo em recursos, da promoção programada da produção legislativa de diplomas legais relativos ao ensino superior, do melhoramento das instalações e equipamentos das instituições e do reforço da cooperação e intercâmbio regionais, tem-se impulsionado o aumento da qualidade global do ensino superior. A par disso, foi criado um sistema mais objectivo e preciso sobre os dados dos quadros qualificados do ensino superior, tendo-se iniciado os trabalhos destinados ao desenvolvimento global dos estudantes. Com o empenho conjunto do Governo da RAEM e das instituições de ensino superior, os resultados do ensino foram gradual e internacionalmente reconhecidos, em simultâneo, tendo-se formado um grupo de quadros qualificados diversificados para apoiar o desenvolvimento sustentável da sociedade. Com o apoio do Governo Central, o Governo da RAEM continuará a utilizar, de forma mais eficaz, os diversos recursos e a melhorar os diplomas legais, bem como a apoiar o aumento do nível educacional das instituições do ensino superior de Macau, levando este ensino a uma nova etapa.

2.2. Ensino não superior

A partir do estabelecimento da RAEM, com o esforço comum do sector educativo e dos outros sectores da sociedade, foi implementada como linha das suas acções "Promover a Prosperidade de Macau Através da Educação", foram estabelecidos, com sucesso, os quinze anos de escolaridade gratuita, promoveu-se a interacção e junção do ensino não superior com o mecanismo de longo prazo para a formação de quadros qualificados, criou-se o

quadro geral do pessoal docente das escolas particulares, foi implementado o "Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020)" (adiante designado por "Planeamento Decenal"), foi promulgado o quadro da organização curricular da educação regular, desenvolveu-se a educação contínua, foi promovida a igualdade educativa e estimulou-se o desenvolvimento de uma educação de alta qualidade.

2.2.1. Desenvolvimento prioritário da educação, reforço do investimento em recursos

Segundo as directrizes do desenvolvimento prioritário, aumento da qualidade, formação do indivíduo como ponto central e promoção da igualdade, foi definido e posto em prática o "Planeamento Decenal", promovendo a função básica da educação na formação de quadros qualificados. O desenvolvimento prioritário da educação foi considerado como uma das principais directrizes, tendo-se reforçado o apoio financeiro à escolaridade gratuita; a forma de cálculo do subsídio de escolaridade gratuita, com base em turmas de 25 a 35 alunos, foi estendida ao terceiro ano do ensino secundário geral, o rácio turma/professor nos ensinos infantil, primário e secundário passou de, respectivamente, 1:1,5, 1:1,8 e 1:2,1 no ano lectivo de 2009/2010 para 1:1,7, 1:2 e 1:2,6 no ano lectivo de 2013/2014, alcançando, antecipadamente, o objectivo de desenvolvimento de médio prazo definido no referido Planeamento. Foi elevado, adequadamente, o nível médio de despesas públicas com a educação de alunos, desenvolvidas amplamente as funções do Fundo de Desenvolvimento Educativo em termos da orientação das políticas e da concessão de apoio financeiro, tendo-se aperfeiçoado, de forma contínua, a gestão financeira das escolas particulares e melhorado a racionalidade da utilização do financiamento educativo.

O planeamento de distribuição das escolas e das instalações educativas foi intensificado e foi promovido o desenvolvimento do sistema escolar. Concedeu-se um considerável financiamento à construção, remodelação e ampliação dos estabelecimentos de ensino, de modo a melhorar o seu ambiente e as suas instalações. Nos últimos cinco anos, as escolas que se localizam em pódios passaram de 21 para 17, tendo-se aumentado a dimensão de construção média por alunos, passando de 9,92 m^2 em 2009 para 11,55 m^2 em 2013. As escolas foram também subsidiadas para construírem centros polidesportivos e instalações sem barreiras e foi promovida a aplicação de tecnologias informáticas ao ensino e ao seu funcionamento. Reforçou-se a gestão da segurança escolar, inspeccionando-se os equipamentos contra incêndio e electromecânicos. Foram financiadas as escolas na aquisição de desfibrilhadores externos automáticos, para assegurar um ambiente mais seguro para os alunos.

Foram promovidos a cooperação educativa com o Interior da China, tendo sido celebrados e actualizados acordos de cooperação com o Ministério da Educação, o Departamento de Educação da Província de Guangdong, o Departamento de Educação da Província de Sichuan e o Governo Popular do Distrito de Nanshan de Shenzhen; foram concluídos com o apoio de Macau 103 projectos de reconstrução cultural e educacional

pós-terramoto em Sichuan; foi optimizado o "Plano de intercâmbio de docentes altamente qualificados do Interior da China em Macau", bem como a geminação de escolas de Macau com escolas do Interior da China. Ampliando-se o intercâmbio com o exterior, celebrou-se um acordo de cooperação com o Ministério da Educação da República Portuguesa. Em relação às estatísticas da educação, manteve-se a cooperação com a UNESCO, tendo Macau participado de forma contínua no "Programa Internacional de Avaliação de Alunos" (PISA) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), alargando os horizontes para o desenvolvimento do ensino não superior.

2.2.2. Aperfeiçoamento do mecanismo de educação de longo prazo, promoção da formação de talentos

Aperfeiçoou-se o mecanismo de educação de longo prazo, reforçou-se a construção de vários sistemas, estabeleceu-se o quadro geral do pessoal docente das escolas particulares, reviu-se o regime das carreiras dos docentes das escolas oficiais e promoveu-se eficazmente o desenvolvimento do regime profissional dos professores. Foi definido e implementado programadamente o diploma relativo ao quadro da organização curricular da educação regular, promovido o estudo e a elaboração das "exigências das competências académicas básicas" dos diferentes níveis de ensino, realizada a consulta pública sobre o "Estatuto das Escolas Particulares" para estimular a construção de um moderno sistema escolar e melhorar o mecanismo de garantia da escolaridade obrigatória, com vista a dar auxílio adequado na aprendizagem dos novos alunos imigrantes. No ano lectivo de 2009/2010, efectuaram-se estudos sobre o sistema de avaliação dos alunos cuja taxa bruta de escolarização foi de 78,5% no ensino secundário complementar, enquanto nos últimos anos esta aumentou para 88,4%; no referido ano lectivo, as taxas de repetição nos ensinos primário e secundário foram, respectivamente, de 5,2% e de 13,8% e, mais recentemente, reduziram-se para 3,3% e 9,4%. As avaliações específicas sobre leitura, ciências naturais, ensino especial e artes visuais foram concluídas bem como os estudos sobre o currículo da educação sexual e a saúde do pessoal docente e não docente das escolas, proporcionando referências para a reforma educativa. Fez-se a promoção da avaliação global das escolas, tendo estimulado o desenvolvimento e a reforma escolar.

Deu-se continuamente atenção à mudança do número de alunos e planeou-se a disponibilação de vagas escolares para os diferentes níveis de ensino, pelo que foi lançada, no ensino infantil, uma "Nova medida para a matrícula dos alunos que ingressam, pela primeira vez, no ensino infantil", com vista a aproveitar e distribuir eficazmente os recursos educativos. Desenvolveram-se as funções do Fundo de Desenvolvimento Educativo em termos de apoio financeiro e de orientação de políticas em prol do desenvolvimento da educação, tendo-se estimulado o melhoramento do nível educacional das escolas, de acordo com o princípio de combinar as exigências de "aumentar as suas próprias características" e "satisfazer as necessidades sociais", bem como foram reforçadas a gestão e a supervisão sobre a utilização do financiamento.

Reforçou-se a formação de quadros qualificados, tendo aumentado significativamente os subsídios de escolaridade gratuita, de propinas e do ensino recorrente, introduzindo o subsídio para aquisição de manuais escolares, tendo reforçado os financiamentos do Fundo de Acção Social Escolar (especialmente o plano das bolsas de estudo para o ensino superior), tendo aumentado substancialmente as vagas e verbas das bolsas de mérito e de estudo, a fim de apoiar os alunos no prosseguimento de estudos do ensino superior, particularmente nos cursos relacionados com as indústrias criativas, enfermagem, acção social, terapia de reabilitação, línguas estrangeiras e educação, para uma reserva de mais quadros qualificados para Macau. Para aumentar o apoio aos alunos de famílias mais carenciadas, foi criado o subsídio de alimentação, concedido o subsídio para aquisição de material escolar, lançado o "Plano de Pagamento dos Juros ao Crédito para os Estudos" e reduzidas as restrições relativas ao rendimento mensal per capita do agregado familiar dos requerentes das bolsas de estudo para o ensino superior, garantindo que a oportunidade de acesso dos alunos não fosse afectada pelas dificuldades económicas da família. Nos últimos anos, a percentagem dos alunos do terceiro ano do ensino secundário complementar da educação regular que prosseguem estudos nos cursos de bacharelato ou licenciatura é de 86% ou superior. Foram concretizadas as disposições do "Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau", tendo-se concedido, sequencialmente, o subsídio de propinas para os alunos de Macau que frequentam a educação regular nas Cidades de Zhuhai e de Zhongshan. Para encorajar os alunos a alcançar um desempenho excepcional, foram criados prémios de classificação distinta.

2.2.3. Preocupação com as necessidades diversificadas dos alunos, desenvolvimento activo de todos os tipos de ensino

Promoveu-se o desenvolvimento do ensino técnico-profissional, de tal forma que se encarregaram as instituições profissionais de realizarem estudos sistemáticos, de modo a efectuar a revisão de diplomas legais relacionados com este tipo de ensino, visando melhorá-lo gradualmente. Continuou-se a financiar as escolas no desenvolvimento de currículos do ensino técnico-profissional, apoiando os alunos na participação em testes de capacidades para este ensino, no intuito de permitir um desenvolvimento diversificado dos alunos e a satisfação das necessidades do mercado. Foi lançado o plano "Pôr em prática o conhecimento adquirido", incentivando as escolas secundárias comuns a adoptarem técnicas aplicáveis ao plano curricular e à concepção pedagógica. Em articulação com as necessidades de desenvolvimento da diversificação adequada da economia, estão em curso os preparativos da construção do "Centro Prático de Ensino Técnico-Profissional" e do "Centro de Formação Linguística" situados em Seac Pai Van, Coloane, para reforçar a eficácia social da educação.

A fim de garantir o direito à educação dos alunos do ensino especial, foram aumentados os instrumentos de avaliação e examinação, reforçada a implementação do ensino integrado nas escolas normais, abertos cursos de orientação do ensino técnico-profissional para os

finalistas do ensino secundário geral em turmas pequenas do ensino especial, bem como foi melhorada a formação da equipa profissional do ensino especial que incluiu profissionais de língua portuguesa. Aumentaram-se os apoios aos encarregados de educação dos alunos deste tipo de ensino, tendo-se introduzido o serviço de transporte e o financiamento do almoço saudável, bem como foi promovida a prestação de serviços de acolhimento e de actividades de educação para os pais, por parte das respectivas instituições educativas, nos tempos fora das aulas e em férias.

Impulsionou-se a aprendizagem contínua, pelo que foram lançadas as duas fases, com a duração de três anos de cada, do "Plano de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo", prestando apoio eficaz ao aperfeiçoamento contínuo da população. Realizou-se a "Semana de Aprendizagem Contínua", tendo-se disponibilizado subsídios de aprendizagem aos portadores de deficiência e idosos com 60 anos de idade completados. Apoiou-se o desenvolvimento do ensino recorrente, promovendo a diversificação dos modelos da sua realização, fornecendo oportunidades de aprendizagem aos cidadãos que trabalham por turnos, mais flexíveis e diversificadas. A dimensão da educação comunitária foi alargada para aumentar a participação da população no aperfeiçoamento contínuo.

2.2.4. Reforço da criação de uma equipa de pessoal docente, elevação plena do nível da qualidade dos docentes

A criação de uma equipa de pessoal docente excelente constitui um fundamento importante para o desenvolvimento de uma educação de alta qualidade, em paralelo com os trabalhos desenvolvidos pelo Governo da RAEM durante os últimos cinco anos, para a sua implementação, nomeadamente, a promulgação e a execução do diploma legal "Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino não Superior" (adiante designado como "Quadro Geral"), bem como a concretização das medidas complementares previstas, criando carreiras e regime de acesso, fundo de previdência, salários básicos diferenciados entre os diferentes níveis e avaliação do desempenho do pessoal docente de escolas particulares; aumentou-se, ainda, o montante de vários subsídios para o desenvolvimento profissional e reduziu-se a componente lectiva semanal, no sentido de criar condições para os docentes prestarem maior atenção aos seus alunos e participarem no seu desenvolvimento profissional. Criou-se o Conselho Profissional do Pessoal Docente e um mecanismo para a selecção e de louvor de "Professor Distinto", proporcionando-se apoios eficazes à criação do regime profissional para o pessoal docente. Para além disso, aperfeiçoou-se ainda o regime do pessoal especializado das escolas, criando subsídios para o pessoal especializado de promoção da leitura, de enfermagem escolar, de tecnologias de informação e comunicação, de gestão de laboratórios e de actividades extracurriculares, para reduzir, de forma eficaz, a carga horária despendida pelos docentes em funções não lectivas.

Tornaram-se mais rigorosas as exigências quanto ao desempenho das funções dos docentes e directores escolares, bem como dos quadros de gestão médios e superiores, recém-recrutados, impulsionando-se o "Plano de Apoio Financeiro para Atrair os Alunos

Excelentes para o Curso de Educação" e incentivou-se a formação do pessoal docente e dos quadros de gestão escolar. Criou-se o sistema de desenvolvimento profissional, impulsionando os estudos e diversificando a formação profissional em serviço, incluindo a "suspensão provisória das actividades lectivas para reciclagem", "licença sabática para reciclagem", "formação na própria escola", "formação dos professores", entre outras, criando ainda o regime de estudos e investigação pedagógica da escola e implementando o plano do "Prémio do Projecto Pedagógico", de forma a incentivar o desenvolvimento profissional autónomo dos docentes. Lançou-se uma emissão filatélica alusiva à celebração do Dia do Professor. Foi concedido um subsídio único para o pessoal docente experiente que cessou as suas funções antes da entrada em vigor do "Quadro Geral", no sentido de promover o respeito para com os professores e os seus ensinamentos. Rentabilizaram-se, em pleno, as funções positivas do Conselho de Educação para o Ensino não Superior; reforçou-se a comunicação entre os que actuam na linha da frente e os aposentados, auscultando as suas opiniões sobre o desenvolvimento educativo.

2.2.5. Aprofundamento da reforma curricular e do ensino, promoção do desenvolvimento físico e mental dos alunos

A reforma curricular entrou numa nova etapa por, por um lado, ter sido promulgado e posto em prática o "Quadro da Organização Curricular da Educação Regular do Regime Escolar Local" e aumentado o número de dias lectivos por ano lectivo, para que as escolas organizem, de forma mais científica e racional as actividades educativas; e, por outro lado, foram, igualmente, implementados, respectivamente, os projectos piloto de currículos para os ensinos infantil, primário e secundário geral, tendo criado um mecanismo de partilha das experiências de execução dos currículos e, ao mesmo tempo, promovendo, de forma estável, a elaboração das "exigências das competências académicas básicas" para cada nível de ensino e das instruções sobre os currículos.

Foi revisto o regime de avaliação dos alunos, melhorando o sistema de apreciação das suas literacias integradas, fomentando a realização de avaliações diversificadas nas escolas. Com vista a reforçar a capacidade linguística, foi implementado o plano de financiamento aos docentes e alunos para participação nos exames de credenciação internacional de línguas e impulsionando, plenamente, o desenvolvimento do ensino da língua portuguesa nas escolas oficiais e particulares. No teste do "Programa Internacional de Avaliação de Alunos" (PISA) 2012, os alunos de Macau obtiveram bons resultados em literacia matemática, científica e de leitura; o nível de relação entre a literacia dos alunos e o estatuto económico, social e cultural das suas famílias, é o mais baixo entre os países / regiões participantes, demonstrando que o sistema educativo básico de Macau disponibiliza, com sucesso, a igualdade nas oportunidades educativas aos seus alunos.

O trabalho da educação moral foi reforçado, impulsionando o desenvolvimento do grupo de trabalho desta área nas escolas e o intercâmbio entre os respectivos profissionais.

Através da cooperação com as instituições profissionais, foram desenvolvidos os materiais didácticos de "Virtude e Cidadania" destinados aos ensinos primáriol, secundário geral e secundário complementar que foram bem acolhidos pelas escolas, docentes e alunos. Foi reforçada a educação cívica e a educação sobre os assuntos nacionais e, em cooperação com as instituições envolvidas, organizaram-se concursos sobre os conhecimentos diplomáticos, cursos sobre assuntos nacionais e palestras, entre outras actividades, melhorando os seus conhecimentos sobre a cultura e a tradição chinesas, cultivando o espírito do amor pela Pátria e por Macau, para que se tornem bons cidadãos, responsáveis, empreendedores e com espírito cívico. Foi criado um mecanismo de coordenação e apoio mútuo para o trabalho de educação moral entre o governo, a escola, a família e sociedade; promoveram-se o treino de líderes, a criação do plano sobre a vida, a maximização do rendimento da Internet e o desenvolvimento do trabalho voluntário, estudando e explorando os materiais didácticos sobre educação sexual e conhecimento sobre jogo e organizando as respectivas actividades promotoras nas comunidades, de modo a promover uma filosofia de valores e regras morais correctas.

Foi, igualmente, criado um sistema de aconselhamento aos alunos e promovida a educação para a saúde mental, que combina a prevenção com características de desenvolvimento, aumentando, para isso, o número de pessoal de aconselhamento destacado nas escolas e elevando, de forma eficaz, a sua capacidade profissional e a dos docentes, de modo a disponibilizar apoio adequado aos alunos em situação de abandono escolar e com necessidades de aconselhamento, elevando a sua qualidade física e mental. Foi promovida, também, a cooperação entre a família e a escola, apoiando-se a criação de associações de pais e dando instruções sobre o seu funcionamento; publicaram-se materiais didácticos sobre a educação dos pais, impulsionando o "Plano de Incentivo 100% Pais", criando na sociedade uma atmosfera propícia a um crescimento conjunto com os filhos. Desenvolveram-se actividades diversificadas de investigação e aprendizagem científica, encorajando mais alunos a participar nas competições relacionadas com a popularização da ciência. Promoveram-se, junto dos alunos, a prática regular do desporto e uma refeição saudável ao almoço, garantindo tempo de treinos para melhorar o nível da sua saúde física.

Conclusão

O 3.º Governo da RAEM concretizou as linhas orientadoras para "Promover a prosperidade de Macau através da Educação ", desenvolvendo, prioritariamente, os ramos das actividades educativas, impulsionando, na prática, os diversos níveis e modalidades de educação, seguindo um rumo de qualidade ainda mais elevada. Graças aos esforços envidados em conjunto, pelo Governo, sector educativo e todos os sectores sociais, os recursos educativos foram optimizados, de forma sucessiva, e reforçou-se a consolidação do sistema e das políticas educativas. A educação continuou, assim, a desempenhar um papel na formação de quadros qualificados, cujo posicionamento foi claro e explícito. A criação de uma equipa de docentes excelentes tem sido altamente respeitada, enquanto as reformas curriculares, pedagógicas e da avaliação se realizam progressivamente, regista-se um

melhoramento no estabelecimento do sistema escolar, assim como o suporte da população dado ao aperfeiçoamento contínuo e à aprendizagem permanente.

Relativamente às perspectivas futuras, o Governo da RAEM continuará a integrar dinamismo no desenvolvimento da educação, a reforçar a criação dos regimes e a concretizar o "Planeamento Decenal", a aumentar a proporção do financiamento para a educação no orçamento, a desenvolver a educação técnico-profissional e a educação contínua, em articulação com o desenvolvimento da diversificação moderada da estrutura económica, a aperfeiçoar o ensino especial, a reforma curricular e pedagógica, a elevação da capacidade profissional dos professores, o reforço das capacidades globais dos alunos, bem como a diversificação dos meios da aprendizagem permanente, considerados tarefas nucleares que levarão o sistema educativo de Macau para a internacionalização e a qualificação profissional. Neste sentido formar-se-á a nova geração com valores morais e conduta cívica, boa qualidade física e psicológica, melhores habilitações linguísticas, visão internacional e concepções inovadoras.

2.3. No âmbito da Juventude

No âmbito da Juventude, de acordo com a linha orientadora "Juntar as forças de todos os sectores da sociedade, cuidar do crescimento dos jovens", através da cooperação interdepartamental do Governo da RAEM, dos apoios concedidos por vários sectores da sociedade e da participação dos jovens, foi elaborada e concretizada a "Política da Juventude de Macau (2012-2020)", tendo por objectivo impulsionar, eficazmente, uma série de trabalhos e medidas que promovem o crescimento e o desenvolvimento dos jovens.

2.3.1. Aperfeiçoamento do sistema dos trabalhos dos assuntos juvenis, criação, a longo prazo, de um mecanismo eficaz

Os jovens são o futuro da sociedade e também a base do desenvolvimento sustentável de Macau. Nos últimos cinco anos, o Governo da RAEM, de acordo com a linha orientadora "Juntar as forças de todos os sectores da sociedade, cuidar do crescimento dos jovens", empenhou-se no desenvolvimento da criação de regimes relativos aos assuntos juvenis, resumiu as experiências da concretização do "Projecto dos Serviços Juvenis na Área do Jogo" e do "Projecto dos Serviços Juvenis na Área dos Comportamentos Desviantes" e, assim, elaborou e publicou a "Política da Juventude de Macau (2012-2020)", construiu a sua página electrónica temática, elaborou o seu "plano de acção" pormenorizado, criou um mecanismo de coordenação interdepartamental com a cobertura de diferentes áreas da acção governativa, bem como concluiu o estudo dos indicadores de avaliação da "Política da Juventude de Macau (2012-2020)".

A relação de parceria e a cooperação com as respectivas associações e instituições tem sido reforçada, ganhando o desenvolvimento dos trabalhos dos assuntos juvenis maior força mediante a prestação de apoio financeiro, a complementação com instalações

e equipamentos e acções formativas e intercâmbios, entre outros. Para realçar melhor o papel de plataforma de comunicação do Conselho de Juventude, foi criada a Rede de Informação do Conselho, assim como se concluíram os trabalhos de revisão do regulamento administrativo do organismo. Além disso, foram criados, no âmbito do Conselho, grupos de trabalho especializados para acompanhar as políticas de juventude e os trabalhos de voluntários jovens, querendo assim fornecer suportes, ao nível dos regimes, para a recolha de mais opiniões e sugestões dos sectores relacionados e o aperfeiçoamento do modelo de funcionamento.

Prosseguindo o lema "ter por base a população" e a governação científica e para conhecer, atempadamente, as necessidades do desenvolvimento e as tendências de crescimento dos jovens, foi acompanhada continuamente a mudança de 78 indicadores sobre a Juventude, tendo-se procedido, por três vezes, às pesquisas sociais relacionadas, concluíram-se os relatórios dos: "Estudo sobre a juventude de Macau 2009: estudo, retrospectiva e perspectivas" e "Estudo sobre a juventude de Macau 2013: estudo, retrospectiva e perspectivas". Ao mesmo tempo, foi lançado o Plano "Jovens atentos à sociedade, estudam e criam em conjunto o futuro", criando-se a "Rede de Estudos sobre a Juventude em Macau" e fornecendo assim apoios efectivos para a construção de um ambiente propício ao crescimento dos jovens de Macau.

2.3.2. Fomento dos serviços juvenis diversificados, cultivo da capacidade competitiva latente nos jovens

Tem-se vindo a prestar atenção ao ambiente de crescimento dos jovens. Nos últimos cinco anos, através da remodelação, renovação e optimização de diversas instalações para actividades, criaram-se, de forma dinâmica, mais espaços destinados às actividades e serviços a serem desenvolvidos. Foram, ainda, lançados os serviços nocturnos nos centros de juventude e prolongados os horários de funcionamento dos serviços das instalações para jovens durante as férias do Verão; promoveu-se, com sucesso, a criação de um centro polidesportivo nas escolas e obteve-se progresso na promoção de diversos planos de disponibilização dos meios escolares ao público; foram plenamente aproveitados os recursos das pousadas e dos centros de juventude, entre outros, proporcionando às associações juvenis e individualidades locais para a organização de diversas actividades.

Tendo em atenção o crescimento e desenvolvimento saudável dos jovens, foi realizada uma série de actividades de acampamentos educativos e concursos, apoiando os jovens de diferentes faixas etárias a conhecerem-se a si próprios, a treinarem a sua força de vontade, a cultivar valores de vida correctos e a desenvolver o espírito de equipa. Foram feitos investimentos significativos em actividades pós-laborais, como a criação de uma rede de informática sobre actividades nos tempos livres. Foi lançado o Plano de Promoção "Uma Nova Geração da Luz Solar", disponibilizando aos jovens informações sobre os espaços públicos para actividades de lazer e ao ar livre. Implementou-se nas escolas o Programa de Aprendizagem Fora da Escola, encorajando os jovens a sair de casa, a abraçar a luz do

Sol e a formar hábitos de vida mais ecológicos. A saúde física dos jovens mereceu sempre preocupação. Têm-se reforçado o nível de conhecimentos e a importância a dar aos exercícios físicos, ao estado de saúde, à protecção da visão e à saúde dentária dos alunos, assim como se lançou o plano "Viver em Movimento 1, 2, 3", baseado no programa de aptidão física e saúde.

Deram-se oportunidades aos jovens para efectuar, fora de Macau, intercâmbios e concursos artísticos, culturais, desportivos e científicos. Explorou-se o *software* "Instrumento de avaliação das potencialidades profissionais" no intuito de os auxiliar na planificação da vida, reforçando, para isso, as actividades e serviços de aconselhamento pré-laboral, ajudando a identificar as suas potencialidades a partir de meios que permitam uma expansão da visão internacional, o aumento da consciência de concorrência e a criação da noção de planeamento da vida. Relativamente à ênfase numa formação moral saudável e numa correcta filosofia de valores, foram lançadas várias medidas para lhes reforçar a capacidade de identificação das más influências do jogo, abuso de drogas, pornografia e *bullying*, bem como a capacidade de resistência. Realizaram-se duas edições do "Plano de Incentivos aos Jovens Distintos – Estimular a Energia Positiva", para espalhar uma atmosfera activa e positiva na comunidade e criar bons exemplos para o crescimento dos jovens.

2.3.3. Promoção de forma sistemática do trabalho voluntário, incentivo aos jovens para a sua contribuição para com a sociedade

Deu-se auxílio às escolas para criarem o "Registo do trabalho voluntário", definindo um mecanismo de elogio e prémio de participação em trabalhos voluntários. Foi criado e divulgado, de forma sistemática, o quadro geral de formação de voluntários, explorando a formação dos trabalhos voluntários e de visitas de estudo. Foi criada uma rede informática sobre o trabalho voluntário e organizado um fórum da juventude cujo tema versou as políticas do trabalho voluntário dos jovens da zona Ásia-Pacífico, promovendo, de forma ordenada, o desenvolvimento desta matéria e cultivando nos jovens uma moral saudável e a consciência de serviço à comunidade.

Há anos que o Chefe do Executivo e outros titulares de cargos públicos têm vindo a dialogar com eles através de vários meios, desenvolvendo conversas francas sobre a concretização conjunta da política de "Um País, dois sistemas", impulsionamento o desenvolvimento sustentável da sociedade da RAEM assim como o crescimento dos jovens e estimulando-os para que se preocupem com a sociedade. Para além disso, através da produção de curtas-metragens de divulgação, com a participação dos jovens e de programas de actividades variadas, incluindo gravação audiovisual, investigação e estudo social e entrevistas no meio escolar, entre outros, apela-se aos jovens para que se preocupem mais com os assuntos e o ambiente circundantes e tenham maior participação social.

Em termos da preservação da tradição de amor pela Pátria e por Macau, têm-se realizado, ao longo dos anos, em conjunto com outros serviços públicos, actividades que

visam o conhecimento sobre a "Lei Básica" e outra legislação local, no intuito de apoiar os jovens na criação de uma auto-consciência de obediência à lei e bons conhecimentos sobre os ordenamentos jurídicos do País e da RAEM. Em relação ao "Concurso sobre os Conhecimentos Diplomáticos dos Jovens de Macau", realizado com a cooperação da Delegação do Ministério dos Negócios Estrangeiros sedeada em Macau, a sua dimensão vem aumentando de forma gradual, tendo-se organizado exposições em série e produzido livros sobre conhecimentos diplomáticos. Por outro lado, realizaram-se a Jornada de Educação da Defesa Nacional, o Acampamento Militar de Verão para Jovens Alunos de Macau, os Cursos de estudos sobre a actualidade nacional para jovens e foram, ainda, implementadas, de forma contínua, as "Viagens de Estudo ao Continente" e a "Jornada de Educação sobre Amar a Pátria e Amar Macau das Águias Voadoras", entre outras actividades; também se realizou uma série de actividades comemorativas do centenário da Revolução de 1911 e organizaram-se excursões para os jovens conhecerem a Exposição Mundial realizada em Xangai, formando-os, assim, para que se tornem numa nova geração que ame a Pátria e Macau, com capacidade de pensamento independente e de análise racional e corajosa para expressarem as suas opiniões e assumirem as suas responsabilidades.

Conclusão

Desde há cinco anos que a sociedade está cada vez mais atenta ao trabalho da juventude. Os jovens tornaram-se mais zelosos na expressão das suas opiniões e sugestões, tanto pelo progresso da sociedade como pelo desenvolvimento pessoal e mostraram as suas competências nos campos artístico e cultural, na generalização da ciência, no desporto e na área académica, entre outros. A promulgação e a implementação das "Políticas de Juventude de Macau (2012-2020)" contribuirão, certamente, para estimular o desenvolvimento dos jovens, fazendo com que os valores nucleares da política "Um país, dois sistemas" e "Macau governado pelas suas próprias gentes" e o amor pela Pátria e por Macau passem de geração em geração.

Em relação ao futuro, o Governo da RAEM concretizará as "Políticas de Juventude de Macau (2012-2020)", optimizando o sistema dos serviços juvenis, construindo, através do mecanismo de educação e formação de talentos a longo prazo, uma plataforma sólida e estável para o crescimento dos jovens, criando um melhor ambiente social e mais favorável ao seu desenvolvimento. Reforça a sua comunicação e diálogo com os jovens, incentivando-os a pensarem independentemente e a julgarem racionalmente, no sentido de formar uma geração que ame o País e Macau, seja corajosa na inovação, independente, com horizontes internacionais e pensamentos inovadores.

3. No domínio da Acção Social

O Governo da RAEM presta uma atenção particular aos grupos em situação vulnerável e acompanha de perto os efeitos da inflação na vida da população. Assim, para assegurar a

qualidade de vida das famílias carenciadas, tem procurado reforçar uma série de medidas de apoio. Em simultâneo, tem atribuído grande importância à cooperação com as instituições particulares no sentido de elevar continuamente a eficácia dos serviços sociais, com vista à melhoria global e contínua da qualidade de vida dos cidadãos.

3.1. Apoio aos grupos vulneráveis e assistência à população na resolução das suas dificuldades, em prol da felicidade na família e da harmonia na comunidade

O Governo da RAEM tem acompanhado, de modo contínuo, o impacto causado pelo desenvolvimento sócio-económico à vida da população, pelo que, para além de aperfeiçoar continuamente a função do sistema de assistência social, foi criado um mecanismo eficaz a longo prazo destinado a apoiar os grupos em situação vulnerável a enfrentar os efeitos da inflação e a melhorarem a sua vida, mecanismo esse que tem o valor do risco social como elemento principal e diversas medidas de apoio como elementos secundários. Em relação ao mecanismo de ajuste, este, desde a sua criação em 2012 até à presente data, tem-se revelado eficaz em termos de funcionamento, tendo, com base na utilização de métodos científicos, assegurado eficazmente a protecção de vida dos grupos sociais mais vulneráveis. Desde 2008, o valor do risco social, aplicado aos agregados familiares constituídos por um único elemento, foi actualizado de 2.640 patacas para 3.800 patacas, representando um aumento superior a 40%. Como gesto de solidariedade para com a terceira idade, o Governo da RAEM começou, a partir de 2005, a atribuir aos residentes permanentes de Macau que tenham completado 65 anos de idade o Subsídio para Idosos, cujo montante foi actualizado de 1.200 patacas em 2005 para 7.000 patacas em 2014, correspondendo a um aumento de quase 600%.

Foram implementadas medidas e serviços dirigidos às famílias beneficiárias de subsídios, referindo-se nomeadamente, o apoio especial para os três tipos de famílias em situação vulnerável que foi actualizado duas vezes, concretamente em 2011 e 2014, tendo-se verificado um aumento acumulado de 100% em cada modalidade de apoio atribuído, aumento este que permitiu ajudar essas famílias a fazer face a despesas extra decorrentes das situações especiais. No que se refere às famílias beneficiárias com dificuldades de alojamento, foi melhorado, em 2012, o mecanismo de atribuição do subsídio de residência, com o objectivo de atenuar a pressão económica sentida devido ao arrendamento de habitações privadas.

Com vista a atenuar os efeitos da inflação nas famílias com baixos rendimentos, foi lançado o "Plano de Apoio Alimentar de Curto Prazo", a título experimental em 2009, e cuja exploração foi posteriormente, em 2011, entregue a uma instituição particular, a fim de que não só fosse mais abrangente mas também que um maior número de pessoas com baixos rendimentos pudesse ser apoiado. Outra medida adoptada foi a continuação da concessão, duas vezes por ano, do "Subsídio especial para a manutenção de vida", aos três tipos de famílias em situação vulnerável e às famílias com baixos rendimentos, cujo montante é ligeiramente superior ao do risco social.

Pelo aumento do número das famílias em que ambos os pais trabalham e da particularidade das famílias em que os pais trabalham por turnos, tem-se verificado um determinado impacto na vida familiar quando comparada com a vida tradicional. Neste contexto, foram promovidos activamente, em 2011, os serviços de apoio às famílias e comunidade, em prol da construção de "Uma família feliz e uma comunidade harmoniosa". Assim, com o estabelecimento de uma estratégia de três níveis de prevenção, o aumento da alocação de recursos e a elevação do nível de profissionalismo dos serviços prestados pelos centros de apoio às famílias e comunidade, foram realizados um total de 44 tipos de serviços como oferta de abrigo e atendimento de emergência, destinados às famílias, comunidade, famílias monoparentais, novos imigrantes e trabalhadores não residentes. Paralelamente, em 2012, foi promovida a realização trimestral de um encontro com as respectivas unidades de serviços, intitulado "Reunião de cooperação em matéria de serviços de apoio às famílias e comunidade", que serve de plataforma para um melhor diagnóstico das necessidades das famílias e da comunidade, com vista à definição de um objectivo comum. De igual modo, com a finalidade de reforçar o apoio ao tratamento de casos familiares, foi encetado em 2013 o trabalho preparatório da criação do "Sistema de gestão de trabalhos relacionados com o tratamento de casos", de forma a criar progressivamente uma rede de serviços referente ao tratamento de casos familiares em todo o território de Macau.

3.2. Promoção da qualidade dos serviços de creches e desenvolvimento diversificado das acções para crianças e jovens

Em resultado da influência geral dos diversos factores verificados em Macau, nomeadamente do rápido desenvolvimento económico, do aumento das famílias em que ambos os pais trabalham, do aumento da taxa de natalidade, bem como da mudança social do conceito de serviços de acolhimento de crianças, a procura dos serviços de creches em Macau tornou-se cada vez mais acentuada. Assim, através da adopção de diversas medidas pelo Governo da RAEM, nomeadamente relativas à construção e ampliação de instalações, introdução de turmas de meio dia e revisão da lei, o número de vagas disponíveis nas creches aumentou de cerca de 3.500 em 2009 para mais de 8.000 em 2014, representando cerca de 40% da população infantil dos 0 aos 3 anos de idade. Nesse mesmo período, registou-se um aumento de cerca de 50% da população infantil, mas o número de vagas disponíveis nas creches teve um aumento bastante superior, correspondente a 125%. Por outro lado, com vista a satisfazer as necessidades dos pais para cuidar das suas crianças, foram introduzidos nas creches subsidiadas serviços de acolhimento urgente, temporário, durante os feriados, bem como de acolhimento com horário alargado. Em 2014, contando com a cooperação de instituições particulares, foi implementado o "Programa Piloto do Serviço de Amas Comunitárias", que oferece, para além dos serviços prestados pelas creches, um outro serviço de escolha mais flexível para as famílias com necessidade real de acolhimento das suas crianças e que carecem de pessoas que lhes prestem ajuda.

Nos últimos anos, para além da organização de diversas acções de formação para os trabalhadores das creches, foi encomendado a uma instituição de consultadoria o "Guia de Actividades de Creches e do Pacote de Recursos de Actividades de Creches" que tem em conta o crescimento das crianças dos 3 meses aos 3 anos. Com vista a prestar apoio às creches na utilização deste Guia e na disponibilização dos serviços de acolhimento de meio dia, foram proporcionadas acções de formação e visitas de estudo para o efeito. E, com base no esquema de financiamento existente, subsidiou-se não só mais um educador de infância por cada duas turmas como mais um auxiliar de educação e um auxiliar de creche por cada turma de meio dia, no sentido de apoiar as creches a aumentar a qualidade dos seus serviços.

Deve referir-se a cooperação com as instituições particulares no desenvolvimento de diversos serviços para os jovens e adolescentes que abandonaram a família e a escola, bem como para as crianças e jovens privados dos cuidados da família ou impossibilitados de os obter, prestando-lhes cuidados e assistência. Neste âmbito, é de salientar os serviços prestados pelas "Equipas de Intervenção Comunitária para Jovens", que têm como destinatários principais jovens com problemas comportamentais ou emocionais. Actualmente, estão criadas 4 equipas do género, que, nos primeiros tempos da sua existência, serviram principalmente a zona norte da cidade, tendo-se estendido, até à presente data, a toda a península de Macau e às ilhas da Taipa e Coloane. Em 2010 e 2013, foram criados na Taipa dois "Complexos de serviços de apoio à juventude e família", destinados a apoiar os jovens e adolescentes no reforço, restauro e consolidação das suas relações com a família, escola e comunidade, bem como para aumentar a sua capacidade de auto-controlo de forma a permitir-lhes resistir às más influências. No que se refere a lares destinados à prestação de alojamento e cuidados a crianças e jovens, para além da introdução, em 2009, de lares em pequena escala, foi ainda implementado o "Serviço de acolhimento familiar", com o objectivo de prestar carinho e apoio adequados aos menores necessitados.

A fim de acompanhar a situação de vida dos jovens nos dias de hoje, o Governo da RAEM diligenciou no sentido de se realizarem estudos sobre "jovens anónimos" e "vício pela Internet" em 2010 e 2012 respectivamente, tendo, em consequência, verificado que as duas questões têm traços em comum em termos das suas causas. Assim, em 2014, deu-se início ao "Programa piloto de serviços relativos aos jovens anónimos e ao vício pela Internet", combinando as funções de prevenção, de diagnóstico e de tratamento, de forma a apoiar os jovens necessitados a conhecerem-se a si próprios, a reorganizarem a sua vida e a reintegrarem-se na sociedade.

3.3. Promoção dos serviços de apoio a idosos e planeamento de projectos de desenvolvimento

As projecções da população de Macau de 2011 a 2036 indicam que a população idosa com idade igual ou superior a 65 anos aumentará de 7,3% em 2011 para 20,7% em 2036. Para fazer face aos desafios e oportunidades que envolvem o envelhecimento da sociedade,

o Governo da RAEM impulsionou, no âmbito dos serviços de apoio a idosos, uma série de políticas e medidas, entre as quais a produção legislativa para a protecção dos idosos de forma a assegurar os direitos e interesses da população sénior e a aumentar a consciência da sociedade sobre a necessidade da existência da solidariedade e carinho para com a terceira idade, tendo-se assim efectuado um estudo para o efeito, bem como elaborado uma proposta de lei e realizadas as respectivas consultas públicas. Está-se na fase final da revisão da redacção dessa proposta de lei, que deverá ficar concluída proximamente. Em simultâneo, o Governo da RAEM criou o "Sistema de informação relativo ao índice de envelhecimento da população local e à avaliação do desenvolvimento dos serviços prestados", que permite a revisão e avaliação do resultado e eficácia das políticas definidas para os serviços de apoio a idosos, tendo por base as opiniões recolhidas através de um inquérito. A par disso, em resposta à rápida evolução do fenómeno do envelhecimento demográfico, o Governo da RAEM criou, em 2012, o "Grupo Interdepartamental de Estudo do Mecanismo de Protecção dos Idosos de Macau", composto por 13 Serviços Públicos, sendo o Instituto de Acção Social (IAS) o coordenador. Em sede desse Grupo Interdepartamental, foi concluída a primeira fase do trabalho de investigação e, com base nele, elaborado o "Enquadramento das políticas do sistema de segurança social para os idosos de Macau", tendo-se dado início à preparação do Programa de desenvolvimento do serviço de apoio a idosos nos próximos 10 anos (2016-2025).

Com base nas recomendações apresentadas pela referida instituição de consultadoria, definiu-se que, na determinação do número de vagas a disponibilizar nos lares de idosos, esse número deverá corresponder a 3,4% da população com idade superior a 65 anos. Em relação aos cidadãos que requeiram o internamento em lares subsidiados e serviços de cuidados especiais diurnos, os seus pedidos são processados através do "Mecanismo centralizado de avaliação unificada e de encaminhamento dos idosos para os serviços / espera".

Face ao aumento tanto da população sénior como da procura dos serviços de que carece, o Governo da RAEM, através, nomeadamente, da construção e ampliação dos lares de idosos, aumentou a oferta desses serviços. Assim, entre os anos de 2009 e 2014, o número de vagas disponíveis em lares de idosos de Macau aumentou de aproximadamente de 1.400 para cerca de 1.700, enquanto o número de vagas disponíveis nos serviços de cuidados especiais diurnos aumentou de aproximadamente de 170 para cerca de 250, tendo o número de equipas do serviço de cuidados domiciliários integrados e de apoio passado de 4 para 5. Com o intuito de aumentar a qualidade dos serviços de cuidados continuados, foi implementado, nos anos de 2011 a 2014, um programa de optimização, nomeadamente no que se refere aos lares subsidiados, cuidados especiais diurnos e serviços de apoio domiciliário. Para esse efeito, procedeu-se à definição de padrões para diversos serviços, à produção de um guia de funcionamento dos serviços e de enfermagem clínica, à realização de acções de formação, etc..

A fim de reforçar o apoio aos idosos que vivem sozinhos, o Governo da RAEM promoveu os Serviços de Tele-assistência "Peng On Tung", o "Plano de rede de apoio aos

idosos isolados", o "Programa piloto de avaliação da segurança do idoso no domicílio e de melhoramento das casas de banho", entre outros. Com vista a incentivar os idosos a participar activamente nas actividades comunitárias e a promover a aprendizagem permanente, o Governo da RAEM, recorrendo a diversas formas, promoveu a criação de equipamentos para idosos. Assim, desde 2009 até à presente data, foram criados 6 equipamentos para idosos, incluindo a Academia Sénior.

Com o rápido envelhecimento populacional de Macau, é expectável um aumento do número de pessoas com demência senil. Tendo em conta esta premissa, o Governo da RAEM deu início a um planeamento de médio e longo prazo para desenvolvimento dos serviços destinados aos idosos com demência senil e, ainda, em colaboração com as instituições particulares, promoveu acções de sensibilização comunitárias sobre a doença. A par disso, os centros de cuidados especiais e os lares de idosos passaram a dispor de serviços dirigidos a esses idosos, com vista a reforçar os cuidados e serviços de apoio para si e seus familiares.

3.4. Reforço das medidas sobre a reabilitação e comunidade harmoniosa, melhoria do regime e optimização dos serviços

Ao longo dos últimos cinco anos, verificou-se um acelerado desenvolvimento dos serviços de reabilitação, nomeadamente com a criação do regime de avaliação da deficiência. Em 2011, o Governo da RAEM elaborou o regulamento administrativo que define o "Regime de Avaliação do Tipo e Grau de deficiência, seu Registo e Emissão de Cartão", bem como iniciou os trabalhos de avaliação das deficiências, atribuindo o "Cartão de Registo de Avaliação de Deficiência" às pessoas deficientes que reúnam as devidas condições. Neste contexto, é possível saber, em concreto, a situação das pessoas deficientes em Macau no tocante ao tipo, grau e quantidade, de forma a que os dados obtidos possam servir como referência importante quer para os pedidos de avaliação, quer para a definição das políticas e do planeamento dos serviços.

Relativamente à melhoria do regime de benefícios sociais destinado às pessoas deficientes, lançaram-se novas medidas, designadamente, reforçou-se o apoio a conceder às famílias subsidiadas com membros deficientes, bem como se alargou a área de apoio aos três tipos de famílias em situação vulnerável que possuam elementos do seu agregado sofrendo de autismo, demência senil e epilepsia. Para demonstrar o cuidado que o Governo da RAEM dedica às pessoas deficientes, é, todos os anos, atribuído, nos termos da lei que entrou em vigor no ano de 2011 e que define o "Regime do subsídio de invalidez e dos cuidados de saúde prestados em regime de gratuitidade", aos residentes permanentes de Macau que reúnam condições, o subsídio de invalidez. Assim e para manter actualizado o respectivo valor, o subsídio de invalidez normal passou de 6.000 patacas em 2011 para 7.000 patacas em 2014 e o subsídio de invalidez especial passou de 12.000 patacas para 14.000 patacas, o que corresponde a um aumento superior a 10%. É de acrescentar que os portadores do

"Cartão de Registo de Avaliação de Deficiência" podem usufruir de um benefício nas tarifas de transportes públicos, pagando apenas 0,3 patacas por viagem aquando da sua utilização. Em paralelo, para apoiar a participação e a integração das pessoas deficientes na sociedade, foi implementada a primeira fase do Programa de Benefícios do "Cartão de Registo de Avaliação de Deficiência". Entretanto, em 2014, foi implementado o "Subsídio provisório de invalidez", com vista a apoiar as pessoas deficientes que ficaram privadas da capacidade de trabalho antes de efectuar a inscrição no Fundo de Segurança Social, no sentido de que as mesmas possam ser tratadas de modo igual comparativamente com os outros membros da sociedade, isto é, sob as mesmas condições e terem o direito ao pedido da pensão de invalidez. Além disso, os residentes permanentes de Macau que são portadores do "Cartão de Registo de Avaliação de Deficiência" não só têm o direito de requerer o subsídio de invalidez e de obterem cuidados de saúde gratuitos nas instituições públicas de saúde, como também podem beneficiar do apoio económico prestado pelos Serviços de Saúde para o internamento no Hospital Kiang Wu, bem como utilizar os serviços da Consulta de Urgência e da Secção de Consulta n.º 2 desse mesmo hospital. Para que as pessoas deficientes possam beneficiar dos serviços que mais se lhes adequem, bem como para aliviar a pressão sentida pelos seus familiares nos cuidados que lhes prestam, foi aumentado, a favor das pessoas deficientes, o número de equipamentos sociais quer para a prestação de cuidados diurnos quer para o serviço de internamento, bem como, foram optimizados os respectivos serviços, sendo sobretudo reforçados no tocante aos cuidados durante o dia, ao acolhimento e internamento temporários e aos serviços dos lares, a par do desenvolvimento do serviço de apoio à família.

Envidaram-se esforços no sentido de apoiar as instituições particulares no desenvolvimento do serviço de reabilitação profissional, para que as pessoas deficientes possam desenvolver as suas potencialidades no trabalho e seja promovida a sua integração na sociedade. Através da cedência de instalações e de apoio técnico e financeiro, foram aumentadas não só as vagas dos serviços, como também a colocação de profissionais de forma a reforçar a eficiência da reabilitação profissional. Desde 2009 que o Governo da RAEM implementa sucessivamente a 1.ª e a 2.ª versão do "Plano de Apoio Financeiro para a Promoção do Emprego das Pessoas com Deficiência", que consiste em atribuir às associações de serviço social, sem fins lucrativos, um apoio financeiro que abrange o capital e os fundos para a gestão, de forma a que possam criar e explorar empresas sociais geridas em moldes empresariais que permitam proporcionar mais oportunidades de emprego às pessoas deficientes.

No que diz respeito à reabilitação na comunidade, através de equipamentos sociais de serviços de reabilitação durante o dia, dos serviços de acolhimento temporário, de apoio à família, etc., tem-se reforçado e melhorado tanto a capacidade das pessoas deficientes como as condições que lhes permitem viver no seio da comunidade. E, para enriquecer as actividades sócio recreativas das pessoas deficientes, bem como para explorar as suas potencialidades no tocante ao desenvolvimento dos talentos artísticos, foram disponibilizados recursos, de forma extra, às instituições particulares, através do plano de

apoio financeiro específico, de modo a que estas pudessem organizar e ministrar acções de formação nesse sentido. Em 2013, no intuito de promover o desenvolvimento a longo prazo do serviço de reabilitação, o Governo da RAEM criou o "Grupo Interdepartamental de Estudo do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio", coordenado pelo IAS, estando actualmente a ser elaborado o plano para o desenvolvimento dos serviços de reabilitação relativo ao período de 2016 a 2025, com base no qual serão apresentadas, em concreto, as medidas que permitirão apoiar as pessoas deficientes na sua reabilitação e inserção na sociedade.

3.5. Concretização das diversas estratégias de prevenção e de tratamento, redução dos riscos de consumo de drogas e do vício do jogo na comunidade

No tocante à prevenção da toxicodependência, foi dada continuidade à mobilização da comunidade na participação e no desenvolvimento de actividades diversificadas sobre o combate à droga. Assim, no Dia Internacional Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas e durante as férias de verão dos últimos cinco anos, verificou-se um aumento contínuo de actividades comunitárias de grande envergadura sobre o combate à droga, implementadas por iniciativa das organizações particulares que conseguiram a participação da sociedade. Entretanto, realizaram-se várias actividades, designadamente, distribuição de CDs, concerto, concurso para a criação de curtas-metragens, tudo com o tema do combate à droga, que tiveram uma repercussão positiva quer na comunidade quer nos jovens, conseguindo-se, portanto, alcançar com eficácia, a influência positiva produzida pelos amigos jovens.

Desde 2009, para fazer face à situação de clandestinidade no consumo de drogas por parte dos jovens de Macau, tem-se envidado esforços no sentido de promover os trabalhos relacionados com a educação junto dos encarregados de educação, entre os quais se contam não só o lançamento do Programa de educação preventiva para os encarregados de educação intitulado "Crescimento Saudável da Nova Geração" e a produção do filme de anti-drogas – "Tu deves Saber", como também, através do Curso de Educação de Vida Sadia, foi criado o *Harold Fans Club*, realizada a actividade intitulada "Juntos participamos no Combate à Droga com o *Harold Fans Club*" e organizado o *Open Day* destinado aos encarregados de educação, no sentido de promover a criação de um primeiro reduto no seio da família para prevenção e tratamento da toxicodependência.

Para monitorizar eficazmente a mais recente evolução do consumo de drogas, com base nos dados do relatório que se realiza regularmente sobre a investigação da situação de toxicodependência juvenil, foi criado, em 2009, o "Sistema de Registo Central da População Toxicodependente", tendo em vista a obtenção de dados estatísticos e a análise das características e alterações verificadas na população toxicodependente de Macau que permitam definir as políticas adequadas para a prevenção da toxicodependência. As unidades que aderiram ao referido sistema passaram das 11 iniciais para as 17 actualmente existentes.

Entretanto, foi confirmado que, de seis em seis meses, serão publicados os dados referentes à mais recente evolução do consumo de drogas, em ordem a despertar uma maior atenção dos órgãos de comunicação social e da população em geral para com esta problemática.

Tem-se vindo a promover, nos últimos anos, os trabalhos sobre a reabilitação para a toxicodependência, com vista a responder ao apelo das Nações Unidas para a promoção da ideia de acesso universal (*Universal Access*) ao tratamento da toxicodependência. Sobre a desintoxicação na Consulta Externa e do tratamento de manutenção, foram desenvolvidos esforços no sentido de criar centros de tratamento com medicamentos, nos centros de saúde com condições para o efeito. Além disso, foi dado apoio às instituições particulares de desintoxicação, no sentido de que possam desenvolver, de forma completa, os serviços extensivos ao exterior destinados aos jovens e adultos para a redução de prejuízos, bem como de criar mais centros desses serviços. Simultaneamente, têm sido desenvolvidos, trabalhos referentes à divulgação e às acções de formação sobre a desintoxicação profissional, disponibilizando-se assim formação a mais de 3.800 profissionais de saúde e polícias da linha da frente, em ordem a aumentar a sua capacidade em matéria de detecção precoce e de intervenção. Refira-se que, em 2014, foi criada uma aplicação para telemóveis intitulada "Posto de informações sobre o combate à droga", com vista a apoiar as pessoas toxicodependentes e a sua família a obterem o apoio profissional da forma mais fácil e breve possível. Em 2009, com a entrada em vigor da Lei n.º 17/2009 "Proibição da produção, do tráfico e do consumo ilícitos de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas", o IAS, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) e os tribunais desenvolveram em conjunto um mecanismos de colaboração sobre a condenação com pena suspensa para a desintoxicação, possibilitando às pessoas toxicodependentes, no período de suspensão da pena, beneficiarem de um conjunto de planos de tratamento para a reabilitação, nomeadamente, teste de urina, desintoxicação na Consulta Externa, tratamento nos lares, tratamento de manutenção com metadona, etc..

Tem-se apoiado o desenvolvimento das instituições particulares de desintoxicação e para que possam atingir os padrões exigidos a nível internacional, assim como foram desenvolvidos diversos serviços, nomeadamente os extensivos ao exterior, destinados ajovens e adultos; de apoio à família dos toxicodependentes, de tratamento nos lares, de auto-ajuda destinados aos toxicodependentes reabilitados, como modo de melhorar o sistema de reabilitação para a toxicodependência de Macau. Entretanto, através da cedência de instalações, da reconstrução e dos projectos de criação de equipamentos sociais nos empreendimentos de habitação pública, tem-se procurado melhorar as condições de gestão das instituições particulares de desintoxicação e apoiá-las na formação de um grupo profissional, a nível interdepartamental, bem como na criação de um sistema uniformizado de contabilidade e de finanças e ainda de um sistema de auditoria. Foi também dado apoio a 13 trabalhadores que se dedicam à desintoxicação na obtenção do certificado profissional de "conselheiro internacional para a eliminação do vício de dependência".

Para melhor divulgar a mensagem sobre a prevenção do vício do jogo, foram envidados esforços no sentido de colaborar com as instituições particulares, não só quanto à

implementação do "Plano sobre o jovem inteligente" e do "Plano sobre o embaixador inteligente", como também na promoção do "Plano sensibilizador sobre a gestão racional de recursos financeiros" destinado exclusivamente aos alunos do ensino primário, de forma a que estes possam adquirir uma ideia correcta sobre a gestão do dinheiro, procurando-se assim que não venham a ser afectados pelo vício do jogo. A respeito dos indivíduos envolvidos nos jogos de fortuna ou azar, o IAS, em colaboração com a Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos (DICJ) e o Instituto de Estudos sobre a Indústria do Jogo da Universidade de Macau (UM), criou em 2012 o "Quiosque de Informações sobre o Jogo Responsável", com vista a prestar informações importantes sobre a prevenção do jogo problemático. Em 2014, foi não só implementada uma função que permite ao utente efectuar o pedido de auto-exclusão, como também estabelecida uma linha aberta durante 24 horas para pedido de apoio imediato, a par de se terem aumentado as zonas com instalação desses quiosques. Além disso, foi lançada para telemóveis uma aplicação intitulada "Aplicação para os telemóveis sobre o jogo responsável de Macau", em ordem a alargar a área de cobertura da prevenção e tratamento do "jogo problemático".

No intuito de reduzir os efeitos negativos que, por natureza, o sector de indústria do jogo possa causar aos seus trabalhadores, foram lançados, em colaboração com as instituições particulares, o "Programa de serviço social - Vida de Arco-Íris destinado aos trabalhadores do sector de jogo" e o "Programa de promoção de saúde destinado aos trabalhadores da indústria de jogos de fortuna e azar", tendo ainda, em 2013, sido fundada a "Macao Casa dos Trabalhadores da Indústria de Jogo", com vista a que os serviços destinados aos trabalhadores do sector de jogo sejam prestados por um equipamento social.

Relativamente às chefias das empresas concessionárias do jogo, o IAS, em colaboração com a DICJ, a Universidade de Macau (UM) e o Instituto Politécnico de Macau (IPM), ministrou-lhes uma acção de formação, intitulada "Curso com a atribuição de certificado aos orientadores para o jogo responsável", com vista a despertar uma maior atenção desse grupo para o "jogo problemático" e fazer com que a ideia do "jogo responsável" possa ser extensiva à gestão diária das suas empresas. E, para promover a profissionalização dos serviços relativos ao aconselhamento sobre o "jogo problemático", foi ministrado o "Curso profissional com a atribuição de certificado aos conselheiros sobre o Jogo de Fortuna ou Azar de Macau", de modo a que os diferentes *stakeholders* possam ter um conhecimento ou um domínio mais aprofundado sobre as medidas do "jogo responsável", bem como sobre o "jogo problemático". Entretanto, entrou em funcionamento a "Linha aberta de aconselhamento para a eliminação do vício do jogo e o aconselhamento e prestação de informações através da Internet, disponíveis 24 horas", a fim de que a população necessitada possa, a qualquer momento, ter acesso a esses serviços de aconselhamento. Em paralelo, incumbiram-se as instituições académicas de proceder regularmente ao "Estudo sobre a participação da população de Macau nos jogos de fortuna ou azar", a fim de avaliar o risco causado pela sua participação no jogo. Em 2011 foi criado o Sistema de Registo Central dos indivíduos afectados pelo "jogo problemático" de modo a permitir conhecer as características e as necessidades de serviços sentidas pelos requerentes.

3.6. Reforço da assistência, melhoria do apoio financeiro e sistema de credenciação com vista à melhoria da qualidade de serviço

A fim de promover o desenvolvimento dos serviços sociais, o Governo da RAEM tem vindo a conceder subsídios regulares, subsídios eventuais destinados a actividades, bem como a realizar periodicamente acções de formação, tendo implementado em 2009 o "Plano de Comparticipação Financeira do Seguro de Saúde das Instituições Particulares de Solidariedade Social Subsidiadas", o "Projecto de Desenvolvimento Profissional dos Trabalhadores de Serviço Social", entre outros, para apoiar as instituições particulares. E, para rever e melhorar o regime de atribuição de subsídios que há muitos anos vigora, em Abril de 2013, o IPM foi incumbido de realizar o "Programa de Estudo sobre o Subsídio Regular destinado à Realização dos Serviços Sociais de Macau", no sentido de estudar vários assuntos que visavam a elaboração da proposta sobre a reforma do referido regime, nomeadamente, quadro do pessoal, salários e formas de apoio financeiro.

Em 2009, no intuito de promover o regime de credenciação dos assistentes sociais, o Governo da RAEM incumbiu a *The Hong Kong Polytechnic University* de realizar o "Relatório do Estudo sobre Programas Viáveis para o Estabelecimento de Um Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais na RAEM", tendo, em 2010, sido criada a "Comissão Especializada para a implementação do Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais de Macau". Em 2012, a Faculdade de Direito da UM foi incumbida de elaborar a proposta de lei sobre o "Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais", cuja primeira fase da consulta pública está concluída. Em 2013, para melhor reunir consenso, foi criada a "Comissão Especializada para a Revisão da Proposta da Lei do Regime de Credenciação dos Assistentes Sociais" subordinada ao Conselho de Acção Social, discutindo em pormenor vários assuntos que mais suscitaram a atenção da população durante a primeira fase de consulta pública. Está-se actualmente a preparar a segunda fase de consulta pública.

3.7. Alargamento de vias de participação das mulheres e criação de uma plataforma de dados para investigação científica

Em 2012, a "Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres" passou a designar-se por "Comissão dos Assuntos das Mulheres", tendo os seus membros aumentado de 30 para 35, sendo que os 5 novos membros são todos do sexo masculino. Desde então, compete à Comissão auscultar as mais diversas opiniões conforme as necessidades, bem como aprofundar os assuntos relacionados com as mulheres. Refira-se que, nos anos anteriores, a Comissão desenvolveu o seu trabalho em diferentes níveis, com destaque para a defesa dos direitos e interesses das mulheres e a divulgação da legislação existente, em matérias

relacionadas nomeadamente com a violência doméstica, o tráfico humano, o assédio sexual e a política amiga da família. Paralelamente, foram publicados, em 2010 e 2012, os "Relatórios sobre a Condição da Mulher em Macau" com o objectivo de conhecer a situação das mulheres em Macau e a tendência do seu desenvolvimento, bem como de obter dados sobre as suas rotinas e dos valores por si preconizados. Com vista à recolha de diversos dados, está em curso a criação de uma base sistemática de dados, intitulada "Banco de dados com informações sobre as mulheres de Macau", que permitirá fornecer elementos de referência ao pessoal da área de investigação científica e às instituições governamentais.

Conclusão

Nos últimos cinco anos, o Governo empenhou-se na alocação de recursos, com vista a melhorar o sistema de serviço social. Com a conjugação de esforços das instituições particulares e dos cidadãos, para além de se aumentar os equipamentos de serviço social em termos de número e qualidade, foram também implementados novos projectos em número significativo, o que contribuiu para o rápido desenvolvimento dos serviços sociais verificado nos últimos anos. Em simultâneo, face à expectativa da população e aos problemas sociais de complexidade acrescida, o Governo continuará a empenhar-se na adopção de um pensamento inovador e na prestação de serviços profissionais, procurando assim enfrentar os diversos desafios que se apresentam e promover o bem-estar da população.

Na medida em que os serviços sociais se centram na pessoa, o Governo da RAEM, perspectivando o futuro, continuará a prestar a máxima atenção à situação dos estratos mais vulneráveis da população de Macau e seguir os paradigmas de "detecção precoce, prevenção precoce e resposta precoce" para resolver os diversos problemas sociais. Do mesmo modo, continuará a colaborar com as instituições particulares na criação de mais serviços profissionais, dando assim resposta às necessidades sociais.

4. No domínio da Segurança Social

A protecção da vida dos cidadãos constitui a base fundamental de harmonia e desenvolvimento social. A constituição de um sistema da segurança social e de protecção na terceira idade, de longo prazo e aperfeiçoado, tem sido o alvo da acção do Governo da RAEM há vários anos. Nos últimos cinco anos, o Governo da RAEM, de acordo com a "Proposta de Consulta da Reforma do Sistema de Segurança Social e Protecção na Terceira Idade", tem construído ordenadamente o sistema da segurança social com vários pontos e que abrange o regime da segurança social e o regime de previdência central, entre outros, de forma a proporcionar aos residentes um regime da protecção na terceira idade mais completo, melhor e de longo prazo.

4.1. Reforma do regime da segurança social e participação de todos na protecção na terceira idade

A Lei n.º 4/2010 (Regime da Segurança Social), entrou em vigor em 2011, procedendo-se a uma reforma do regime de contribuições e lançando-se o regime obrigatório e o regime facultativo. Para além de todos os residentes contratados terem de aderir ao regime de contribuições obrigatórias, os residentes não contratados, depois de preencherem os requisitos legais, também podem estar inscritos no regime facultativo e pagar contribuições, fazendo assim com que os residentes adiram, igualmente e de acordo com a lei, ao regime da segurança social e usufruam das respectivas prestações e subsídios. Em simultâneo, o âmbito de cobertura da segurança social do primeiro nível foi alargado a todos os residentes de Macau, no sentido de lhes proporcionar uma protecção básica pós-aposentação. Na nova lei, foram estabelecidas as medidas transitórias para o pagamento retroactivo de contribuições, permitindo a adesão oficial dos idosos que anteriormente não podiam aderir a este regime e até que alguns idosos que preenchessem os requisitos legais pudessem receber parcialmente, de imediato, a pensão para idosos.

Com a implementação do novo regime, os seus beneficiários passaram de 352.148 pessoas, em 2009, para mais de 436.000 pessoas, hoje, correspondendo a um aumento de 24%, enquanto os pensionistas passaram de mais de 32.000 pessoas para mais de 75.000 pessoas, representando um significativo aumento de 133%. Além disso, no regime ainda foi estabelecido o prazo de contribuições padronizado, fazendo com que o valor da pensão para idosos fique indexado ao número de meses de contribuições acumulados, de forma a, por um lado, encorajar o pagamento contínuo de contribuições para reforçar a estabilidade financeira do FSS e, por outro lado, concretizar o princípio de operação de seguro social do regime da segurança social, que salienta que as contribuições e as prestações de beneficiários têm uma relação entre direitos e deveres; constituiu-se o direito de recepção do subsídio de doença pelos beneficiários do regime facultativo e garantiu-se que os direitos e interesses dos beneficiários do regime existente não são afectados pela implementação do novo regime.

Para corresponder ao desenvolvimento sócio-económico e dar resposta às reivindicações dos residentes, nas prestações no âmbito do regime da segurança social registou-se um aumento substancial entre 2009 e 2014, sobretudo a pensão para idosos e a pensão de invalidez, cujo valor mensal foi aumentado, por várias vezes, de 1.700 patacas para 3.180 patacas. Conjugando com o subsídio para idosos e a verba da conta individual de previdência, tudo isto permite aos idosos conseguirem uma fonte de rendimentos estável e alivia-lhes a pressão de vida. Tendo em conta o valor mensal de contribuições mantido em 45 patacas por vários anos, a tendência de envelhecimento da sociedade bem como o aumento constante de beneficiários da pensão para idosos, existe risco na situação financeira do FSS. Em 2012, o Governo da RAEM procedeu a um estudo actuarial relativo à capacidade financeira de longo prazo do FSS, pretendendo prever as situações financeiras no seu futuro em várias situações de crescimento e oferecer dados científicos para apoiar a reforma contínua do regime.

De um ponto de vista de longo prazo, com a finalidade de conseguir o desenvolvimento estável do regime da segurança social, o funcionamento deste regime tem de voltar a seguir um caminho certo, isto é, a despesa decorrente da pensão para idosos ser suportada pelas contribuições. A fim de assegurar a estabilidade e o funcionamento sustentável do regime da segurança social e com uma situação financeira que o justificou, o Governo da RAEM procedeu, a partir de 2013, a 4 injecções anuais extras de capital no FSS, no total de 37.000 milhões de patacas e, relativamente à verba anual de 3% da percentagem das receitas brutas do jogo, a parte atribuída ao FSS viu aumentada a sua percentagem de 60% para 75%.

4.2. Constituição do regime de previdência central não obrigatório e aperfeiçoamento do sistema da protecção na terceira idade de dois níveis

Uma vida com melhor protecção pós-aposentação deve ser suportada pelo regime de previdência central do segundo nível. O Governo da RAEM constituiu, com base no regime existente da segurança social do primeiro nível, o regime de previdência central do segundo nível que visa aumentar a taxa de substituição de protecção pós-aposentação dos residentes através de plano de contribuições ocupacionais, fazendo com que os residentes, para além de poderem obter uma protecção pós-aposentação básica, podem melhorar a sua qualidade da vida pós-aposentação através das contribuições pagas para o regime de previdência central e os capitais acumulados, recorrendo a contribuições feitas pelos empregadores, trabalhadores e indivíduos.

O Governo da RAEM adoptou "primeiro avançar com os procedimentos fáceis e depois os complexos" e de forma gradual, a fim de avançar com a implementação do regime da segurança social de dois níveis. Em 2009, foi publicado o Regulamento Administrativo n.º 31/2009 (Regras Gerais de Abertura e Gestão de Contas Individuais do Regime de Poupança Central), para preparar a constituição do regime de previdência central não obrigatório do segundo nível e, entre 2010 e 2014, foi atribuída à conta individual de cada residente permanente de Macau, que reunisse os requisitos legais, uma verba máxima de 35.000 patacas que inclui a verba de incentivo básico (verba de activação) de 10.000 patacas e as dotações atribuídas em 4 anos consecutivos de 25.000 patacas, envolvendo uma verba total de 12.000 milhões de patacas e 370.000 pessoas. A Lei n.º 14/2012 (Contas individuais de previdência) entrou em vigor a 15 de Outubro de 2012, substituindo o Regime de poupança central, com o objectivo de servir de alicerce ao regime de previdência central não obrigatório com contribuições de empregadores e trabalhadores, bem como se empenhando, progressivamente, na criação do regime da segurança social de dois níveis.

Depois de tomar como referência e estudar as experiências das regiões vizinhas e ter em consideração que um terço dos trabalhadores de Macau comprou planos privados de pensões, o FSS elaborou uma proposta sobre o "regime de previdência central não obrigatório", sendo que a consulta pública da respectiva proposta foi finalizada em Junho de

2014. Confirmada a proposta, inicia-se o trabalho legislativo e continua-se a impulsionar a implementação do regime de previdência central.

4.3. Reforço do ensino sobre gestão financeira junto da população e melhoramento da qualidade de serviços

Com vista a promover e reforçar nos residentes os conhecimentos do regime da segurança social de dois níveis e dos serviços prestados pelo FSS, foram iniciados os trabalhos de sensibilização sobre gestão financeira, organizando actividades, como, por exemplo, palestras e *workshops* sobre gestão financeira, concurso de actividades criativas sobre gestão financeira, concurso de pintura, "Carnaval do FSS", destinadas às diferentes faixas etárias. O FSS também participou em feiras de emprego e publicou artigos em jornais, etc., de forma a encorajar os residentes a pensarem e aprenderem as formas de uma gestão financeira eficaz, planearem quanto antes a sua vida e conhecerem a importância da gestão financeira.

O FSS cooperou com o Instituto de Acção Social e o Fundo de Pensões para prestar serviços relativos à consulta e requerimentos nos quiosques automáticos, nomeadamente o da prova de vida dos pensionistas da pensão para idosos e da pensão de invalidez. A taxa de utilização foi de 40%, reduzindo assim os recursos administrativos e, ao mesmo tempo, aumentando a eficiência do serviço. Em 2012, foi acrescido nos quiosques automáticos o serviço de requerimento de levantamento de verba da conta individual de previdência; os idosos podem utilizar os quiosques automáticos colocados em 30 locais espalhados por Macau, para apresentar o requerimento sem papel. Em 2014, ainda foi acrescentado o serviço de certidão de conta corrente para os contribuintes individuais.

Nos últimos anos, também foi intensificada a cooperação com os bancos de Macau para criar mais meios de pagamento de contribuições para os empregadores. Caso não haja movimento de trabalhadores permanentes no trimestre em curso, as contribuições do regime obrigatório e a taxa de contratação de trabalhadores não residentes podem ser pagas nas caixas dos bancos designados. Os indivíduos inscritos no regime facultativo, além de poderem pagar as contribuições nas caixas dos bancos designados, também podem efectuar o pagamento através dos serviços de pagamento automático, Serviços bancários *on-line*, caixas automáticas da rede de Jetco, bem como BOC EXPRESS. O FSS criou, ainda, a zona de serviços das suas instalações no NAPE e no Centro de Serviços da RAEM na Areia Preta, esperando prestar aos residentes melhores serviços além de alargar a sua rede.

4.4. Cooperação na área de acção social entre Guangdong e Macau e estudo sobre a articulação do sistema de protecção na terceira idade

Para concretizar o "Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau", intensificar a cooperação regional, solucionar a articulação dos respectivos regimes de segurança social

relativamente a quem vive e trabalha em regime transfronteiriço, em Junho de 2013, o FSS e o Departamento de Recursos Humanos e Segurança Social da Província de Guangdong assinaram o "Acordo de cooperação sobre a protecção de idosos entre Guangdong e Macau", estabelecendo um mecanismo de cooperação e de intercâmbio, através de visitas mútuas, intercâmbio e aprendizagem, reforço da cooperação e promoção de trabalhos bilaterais na área da segurança social. Em 2014, a Província de Guangdong e Macau concordaram em colaborar numa medida conveniente da prova de vida para que os residentes de Macau possam tratar dela no local onde residem. Depois de assinatura do memorando de cooperação, espera-se que esta medida possa ser implementada em 2015. Por outro lado, iniciou-se o estudo da solução de articulação dos respectivos regimes da segurança social dos dois locais; pelo facto de haver uma grande diferença nos regimes da segurança social, ambas as partes têm ainda que proceder a uma análise e a discussões mais profundas, de modo a encontrar a solução mais adequada e viável.

Conclusão

Nos últimos cinco anos, o Governo da RAEM procedeu a uma grande reforma e ao aperfeiçoamento do sistema da segurança social de Macau, incluindo a concretização do regime da segurança social do primeiro nível, cujo âmbito de cobertura foi alargado a todos os residentes de Macau; simultaneamente, a Lei n.º 14/2014 (Contas individuais de previdência) serve de alicerce para a constituição do regime de previdência central não obrigatório do segundo nível, concretizando, progressiva e ordenadamente, o regime da segurança social de dois níveis, de modo a proporcionar aos residentes de Macau uma protecção social mais sólida. Em articulação com a implementação do regime da segurança social de dois níveis, o FSS tem levado os residentes a saber da importância do planeamento financeiro, através da organização de diversas actividades de promoção e de divulgação; foram lançados vários serviços electrónicos para prestar aos residentes um serviço de qualidade, mais conveniente e rápido. O FSS tem-se esforçado no trabalho de articulação do sistema da protecção na terceira idade entre Guangdong e Macau, proporcionando aos residentes de Macau que moram no Interior da China uma protecção e serviços mais apropriados.

5. No domínio do Turismo

Nos últimos cinco anos, tem-se registado um desenvolvimento rápido no sector da prestação de serviços do Turismo, constituindo-se no principal motor de crescimento económico de Macau. Desde 2009, ano em que o Governo Central posicionou o futuro desenvolvimento de Macau como "Centro Mundial de Turismo e Lazer", a DST da RAEM, para melhor rentabilizar a singularidade e a atracção dos recursos turísticos, desenvolveu vários trabalhos preparatórios da fase preliminar, empenhando-se em impulsionar um desenvolvimento próspero da indústria do turismo, com resultados.

De acordo com as estatísticas, ao longo dos cinco anos, tem-se registado um aumento contínuo e significativo do número de visitantes, dos mais de 21,7 milhões em 2009 para os mais de 29,3 milhões em 2013, correspondendo a um aumento de 34,8%. Com a implementação da política do "visto individual" no Interior da China, assistiu-se a um aumento expressivo de visitantes daí oriundos, tendo-se passado dos 10,9 milhões em 2009 para os mais de 18,6 milhões em 2013, um aumento de 69.6%. Actualmente, o mercado do Interior da China é o maior mercado gerador de turistas da RAEM, enquanto os mercados de Hong Kong e Taiwan representam as segunda e terceira maiores fontes turísticas.

Registaram-se, desde 2009, 15 novos estabelecimentos hoteleiros, os quartos disponíveis passaram de 20.316 em 2009 para 28.892 em 2013, um aumento superior a 42,2%; a taxa de ocupação hoteleira foi de 71,4% em 2009 e de 83,1% em 2013, um aumento de 11.7%; o número de hóspedes dos hotéis cresceu de cerca de 6,7 milhões em 2009 para 10,6 milhões em 2013, um aumento de 58,9%. Quanto à despesa per capita dos visitantes, cifrou-se, em 2009, nas 1.616 patacas e, em 2013, nas 2.030 patacas, aumentando 25,6%. As despesas globais dos visitantes aumentaram de 143.000 milhões de patacas em 2009 para 412.900 milhões patacas em 2003, sendo quase o dobro.

Face ao desenvolvimento acelerado da indústria turística de Macau e à sua situação cada vez mais complexa, em articulação com o objectivo de transformar Macau num "Centro Mundial de Turismo e Lazer", a DST concluíu, em 2011, a sua reestruturação orgânica e, nos termos do novo Regulamento Administrativo que regula a sua organização e funcionamento, dispõe actualmente de sete Departamentos e doze Divisões, tendo sido criados o Departamento de Comunicação e Relações Externas e o Departamento de Formação e Controlo da Qualidade, reforçando os recursos humanos para responder ao ambiente turístico, sempre em mudança.

Com o esforço dos anos passados, a indústria turística de Macau deixou de se concentar apenas nas indústrias de jogos de fortuna ou azar e de turismo e formou-se, gradualmente, um modelo de desenvolvimento de turismo diversificado, em que se integram factores de cultura, lazer, eventos, entretenimentos, convenções e exposições, entre outros; com a conclusão e entrada em funcionamento dos diversos empreendimentos de diversões, hotéis temáticos, locais de exposições, produtos turísticos e equipamentos de apoio, introduziram-se novos elementos na indústria turística. Contribuiu-se, deste modo, para as boas condições que projectam Macau como uma cidade turística com oferta diversificada e de qualidade, constituindo, ao mesmo tempo, um bom ponto de partida para a criação de Macau como um "Centro Mundial de Turismo e Lazer".

5.1. Formulação do plano geral do desenvolvimento e definição do rumo do seu desenvolvimento

Com vista à transformação de Macau num "Centro Mundial de Turismo e Lazer", a DST desenvolveu vários trabalhos, tendo, nomeadamente, recolhido opiniões e sugestões

a nível local, regional, nacional e internacional. Ao mesmo tempo, deu início aos trabalhos preparatórios do "Plano Geral do Desenvolvimento da Indústria do Turismo de Macau".

Em Junho de 2011, esta Direcção de Serviços, realizou uma "Mesa redonda: Como construir um Centro Mundial de Turismo e Lazer", para a qual foram convidados representantes do sector turístico, associações, académicos locais e representantes da DST nos mercados exteriores, auscultando, amplamente, as opiniões do sector sobre a definição dos indicadores, planeamento geral e medidas concretas, em consonância com o posicionamento do desenvolvimento. Também em 2014 foi escolhida uma instituição académica local para realizar um estudo sobre a "História sumária do desenvolvimento da indústria do turismo em Macau".

A nível regional, em consequência da assinatura do "Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Hong Kong" pelos Governos de Guangdong e Hong Kong em Abril de 2004, os Governos de Guangdong e Macau assinaram o mesmo Acordo-Quadro em Março de 2011, tendo-se tornado, desde então, a cooperação turística entre Guangdong, Hong Kong e Macau um dos pontos mais importantes para o desenvolvimento turístico do país. Com o apoio da Administração Nacional do Turismo da China, os Serviços de Turismo de Hong Kong e Macau participaram, activamente, nos trabalhos do "Plano de Desenvolvimento do Turismo Regional de Guangdong, Hong Kong e Macau". O nome do referido plano foi, posteriormente, alterado para "Estudo sobre a Perspectiva da Cooperação do Turismo Regional de Guangdong, Hong Kong e Macau".

A nível nacional, a Delegação da RAEM em Pequim e a DST organizaram, em conjunto, o Seminário "Macau – Centro Mundial de Turismo e Lazer", que teve lugar em Novembro de 2011 em Pequim, para abordar, sob vários aspectos, a questão da transformação de Macau num Centro Mundial de Turismo e Lazer.

A nível internacional, em Setembro de 2011, a DST convidou um grupo de profissionais da PATA para realizarem um estudo temático sobre o rumo do desenvolvimento que Macau deve seguir para se transformar num "Centro Mundial de Turismo e Lazer" e, a par disso, em Junho de 2012, realizou uma conferência de imprensa sobre o relatório do estudo temático "Macau rumo ao Centro Mundial de Turismo e Lazer".

Além disso, a DST criou 6 grupos de trabalho para áreas como promoção dos mercados, planeamento e infra-estruturas do turismo, produtos e actividades turísticas, formação e gestão de qualidade, gestão da indústria, comunicação e relações externas, que se articulam e desenvolvem o seu trabalho com vista a um plano global a longo prazo, um plano de desenvolvimento a médio prazo e um plano de acção a curto prazo. Iniciou-se um estudo geral sobre o planeamento dedicado à DST, bem como à indústria turística.

Para optimizar as condições do sector turístico e os equipamentos complementares de apoio, através da colaboração e discussões com o grupo de trabalho interdepartamental, concluíu-se, em 2013, o "Relatório do Estudo da Optimização da Sinalização Turística", focado nos problemas existentes nesta área. A DST realizou, ainda, a "Configuração do sistema da sinalização turística e o manual de design" e apresentou a proposta de estratégias

de execução a curto, médio e longo prazo, com o intuito de aperfeiçoar e ajustar o actual sistema de sinalização e as zonas pedonais, melhorando as facilidades de acesso dos turistas na sua visita ao Centro Histórico de Macau.

Para melhor conhecer as características básicas e o comportamento em viagem dos turistas, a DST encomendou a uma instituição de investigação específica a realização de vários estudos e pesquisas que serviram de referências não só para as estratégias de divulgação do turismo e promoção do mercado turístico, como também de importante fundamento para o planeamento urbanístico e gestão. A DST reforçou a sua cooperação com a Direcção dos Serviços de Estatísticas e Censos, impulsionando-se, em conjunto, os trabalhos relacionados com a Conta Satélite do Turismo e melhorando o sistema de estatísticas na área do Turismo.

5.2. Optimização da gestão da Indústria e aumento da qualidade dos serviços turísticos

Em resposta à modernização e diversificação do sector turístico e para melhorar a conjuntura turística, a DST tem acompanhado, de perto, o trabalho de revisão dos diplomas associados à indústria, nomeadamente a revisão da lei que regula a actividade das agências de viagens e dos guias turísticos e do diploma regulador dos estabelecimentos hoteleiros e de restauração.

Na sequência da entrada em vigor da lei referente à "Proibição da Prestação Ilegal de Alojamento", a 13 de Agosto de 2010, tem-se prestado atenção a esta questão e mantido cooperação estreita com o Grupo de Trabalho Interdepartamental realizando acções conjuntas de combate a este fenómeno. Trocaram-se opiniões e informações sobre a evolução da questão através da plataforma de cooperação estabelecida com as organizações dos moradores e restantes associações e fez-se, oportunamente, a comunicação e o acompanhamento das queixas registadas. Por ocasião da entrada em vigor, em Outubro de 2013, da "Lei do Turismo da República Popular da China", foram convidados peritos do Interior da China para apresentar, em Macau, a referida Lei a funcionários públicos e aos agentes e operadores turísticos locais.

Tem-se colaborado com os operadores e agentes turísticos, sobretudo no acompanhamento dos projectos de construção e de melhoria de empreendimentos, instalações hoteleiras, restauração e respectivos projectos de obras, de harmonia com o desenvolvimento do sector turístico de Macau rumo a um destino de turismo e lazer. Introduziu-se uma série de medidas de simplificação em sede de licenciamento referente aos hotéis, estabelecimentos de restauração, de sauna e massagens, "karaokes" e "health club" e foram actualizados o manual das formalidades administrativas e os respectivos boletins de requerimento. Realizaram-se então sessões de esclarecimento para habilitar os operadores e agentes turísticos a conhecerem melhor o processo de simplificação, impulsionando, assim, o prosseguimento eficiente do licenciamento e da sua apreciação.

Tendo em consideração que o desenvolvimento dos estabelecimentos hoteleiros económicos é matéria que merece sempre a atenção da comunidade e do exterior, tem-se prestado pleno apoio e colaboração e dado tratamento prioritário aos pedidos de licenciamento referentes a estes estabelecimentos hoteleiros, para impulsionar o aumento da oferta da hospedagem económica. A DST tem colaborado, de forma dinâmica, com as associações no delineamento das propostas que apoiam o desenvolvimento dos estabelecimentos hoteleiros económicos. Entretanto, as associações representativas do sector criaram uma página electrónica da indústria para promoção e reserva e marcação *on-line* dos quartos destes estabelecimentos, para a qual esta Direcção de Serviços de Turismo deu recomendações e apoio técnico.

No âmbito da fiscalização à indústria, têm sido feitas inspecções às actividades e aos estabelecimentos sujeitos à fiscalização da DST e aos pontos de interesse turístico, para assegurar a qualidade do turismo e defender os direitos dos turistas. Para além da fiscalização ao sector, proporcionam-se aos turistas serviços de informações e meios de apresentação de queixas e de solicitação de apoios de emergência, através da linha aberta 24 horas do Turismo.

É também prestada atenção à capacidade de acolhimento de Macau, em especial, às diversas situações surgidas nos períodos de grande fluxo de turistas. Por isso, intensificaram-se o diálogo e a colaboração com os serviços intervenientes e introduziram-se melhorias nas medidas de triagem de visitantes, incluindo a divulgação de informações turísticas e dos preços dos quartos de hotel e o lançamento de um sistema electrónico que permite aos estabelecimentos hoteleiros comunicarem as respectivas informações, directamente, na Internet, através do preenchimento de um formulário uniforme. Criou-se um mecanismo de informações com a Administração do Turismo da Província de Guangdong nos períodos das semanas douradas. Além disso, são facultados, dispositivos televisivos instalados nos principais postos de informações desta Direcção, permitindo aos turistas saberem, em tempo real, o movimento de pessoas nos diversos postos fronteiriços.

Através da restruturação da DST, do alargamento da equipa de fiscalização, do reforço na distribuição dos recursos humanos e das acções operacionais e, ainda, da organização de diferentes acções de formação, têm-se valorizado, passo a passo, as capacidades e a qualidade da equipa de trabalho, esforçando-se por melhorar a fiscalização à indústria e a execução da lei.

Com o objectivo de melhorar, continuamente, a qualidade dos serviços de turismo e consolidar a imagem de Macau como cidade internacional de turismo, a DST realizou reuniões com associações e representantes da indústria do turismo, para analisar as suas necessidades de formação e identificar as prioridades de formação. Foram estabelecidas áreas de cooperação com instituições locais do ensino superior, representantes da indústria, associações de turismo e entidades ligadas à formação para ministrar cursos destinados ao pessoal da indústria, como retalhistas, agentes de viagens, guias turísticos, trabalhadores da restauração, condutores dos veículos de transporte público (táxis e autocarros) e hoteleiros. Para apoiar e coadjuvar os sectores directamente ligados ao turismo na realização de

formação em serviço, organizaram-se *workshops*, seminários e cursos de formação. Além disso, foi lançado o "Programa de Serviços Turísticos de Qualidade" QTSAS), estimulando os profissionais do sector para aumentarem a qualidade do seu serviço. O programa visa reforçar a confiança dos turistas nos serviços turísticos de Macau.

5.3. Desenvolvimento da diversificação dos produtos turísticos e promoção das festividades e eventos

A Direcção dos Serviços de Turismo promoveu, activamente, o desenvolvimento do turismo cultural de Macau, tendo-se lançado, em 2011, o "Plano de Desenvolvimento dos Novos Produtos Turísticos", sempre actualizado e deu-se ênfase ao desenvolvimento de novos elementos, incluindo o "Plano de Desenvolvimento das Igrejas e Templos", o "Plano de Incentivo ao Turismo de Casamentos", o "Plano de Incentivo para Excursões de Estudantes", o "Plano Promocional dos Triciclos", o "Passeio Marítimo no período de defeso de pesca" e espectáculos culturais aos fins-de-semana, entre outros.

Para transformar Macau numa "Cidade de Festividades", esta Direcção de Serviços organizou e co-organizou, de forma contínua, uma série de eventos e festividades, com destaque para o "Concurso Internacional de Fogo de Artifício de Macau", o "Arraial do Fogo de Artifício", o "Festival de Gastronomia de Macau", o "Festival Cultural de A-Má", a "Festa da Lusofonia", entre outros. A fim de promover o desenvolvimento do turismo de compras em Macau, realizou-se o "Festival de Compras de Macau" e lançou-se o projecto "Decoração de Montras de Natal". Além disso, para dar uma atmosfera festiva às actividades do evento e ajudar a guiar os turistas e a desviá-los para diferentes locais de atrações turísticas de Macau, durante o Ano Novo Chinês de 2013 e 2014, nalgumas zonas de Macau realizaram-se a Parada do Ano Novo Chinês e exibição dos carros alegóricos.

Comemorou-se o 60.º aniversário do Grande Prémio de Macau, em Novembro de 2013, que contou com corridas em dois fins-de-semana. Durante este período, foram organizadas, em forma de carnaval, exposição de carros, paradas e actividades abertas à participação da população. Para criar um ambiente festivo do Jubileu de Diamante, promoveu-se o evento com actividades que decorreram todo o ano, criando assim um ambiente animado com participação de toda a cidade. Por outro lado, o renome internacional do Grande Prémio torna-o numa marca da RAEM. Em colaboração com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, o evento foi promovido como um desporto junto dos estudantes e foi divulgada a sua importância para a diversificação do turismo da RAEM.

Com a finalidade de promover os percursos turísticos que dêem um conhecimento mais profundo de Macau e dividir o fluxo de visitantes pelas diferentes zonas comunitárias, deu-se continuidade ao "Plano de Desenvolvimento para o Turismo Comunitário", realizando-se, através do ajustamento interdepartamental e da cooperação com associações, uma série de actividades comunitárias em diferentes pontos turísticos; os quatro roteiros turísticos do programa "Sentir Macau passo-a-passo" foram lançados em Setembro de 2013, para promover informações turísticas das diferentes comunidades de Macau junto dos turistas e

cidadãos e, através da colecção de carimbos e "Sentir Macau, bairro a bairro", entre outros, orientámos os turistas para uma visita a comunidades diferentes, de modo a dividir o fluxo de visitantes.

Em 2013, relançou-se a "Campanha de Sensibilização para o Turismo de Macau" e, em cooperação com associações locais, lançaram-se várias actividades. Deu-se apoio, ainda, ao sector na realização de cursos de formação; para além disso, foi encomendado a uma instituição de investigação o "Inquérito sobre a avaliação da eficácia da Campanha de Sensibilização para o Turismo de Macau", com vista a proceder a uma avaliação objectiva dos seus resultados.

Para incentivar o mercado do turismo de negócios e o desenvolvimento sustentável das indústrias relacionadas, na sequênica do lançamento do "Plano de Estímulo ao Turismo de Negócios" em 2009, a DST lançou, respectivamente em 2012 e 2013, o "Plano de Estímulo às Viagens de Incentivo" e o inovador "Programa de pontuação de participação nas Feiras de Incentivo". Através destas medidas de estímulo, atraíram-se os parceiros do sector para a promoção em mercados remotos e promoveu-se o desenvolvimento de mercados de negócios diversificados. Por outro lado, a DST organiza, anualmente, várias feiras de incentivos no exterior, nas quais, para além de ajudar os parceiros da indústria local a promoverem-se no exterior, pretende encorajar grupos de incentivos a escolherem Macau como destino, criando-se uma plataforma de comunicação e incrementando-se a cooperação entre os parceiros das indústrias local e do exterior.

5.4. Novas tácticas promocionais e exploração de mercados geradores de turistas

Para consolidar os mercados de turistas existentes e, ao mesmo tempo, incentivar a sua diversificação, a DST tem promovido o turismo de Macau através de vários meios de divulgação, tendo, ainda, aproveitado os novos *spots* publicitários e todos os meios de promoção. Em 2011, realizaram-se promoções sob o tema "Momentos Memoráveis – Sentir Macau". Em 2012, foram lançados quatro *slogans* dos momentos "Encantadores", "Surpreendentes", "Deliciosos" e "Fascinantes"; em 2013, o *slogan* "Emocionantes". Ao mesmo tempo, foram realizadas várias campanhas promocionais de grande escala nas principais cidades do Interior da China.

Relativamente aos mercados potenciais, em 2013 instalou-se a nova representação no mercado russo e procedeu-se ao recrutamento de novo representante para o mercado da Tailândia; em 2014 será substituída a representação no mercado da Índia. Realizaram-se encontros periódicos entre a DST, órgãos da comunicação social e os *trades*, de forma a renovar os produtos turísticos de acordo com as necessidades dos mercados. Foi dado ênfase ao estudo sobre o aproveitamento múlti-média para promoção, tendo lançado aplicativos para telemóveis e uma plataforma interactiva na Internet, favorecendo assim os turistas na obtenção mais fácil das informações turísticas sobre Macau.

Relativamente aos mercados para idosos, mulheres, familiar, casamentos, lua-de-mel e estudantes, procurámos parceiros diferentes no sector, para organizarmos itinerários e produtos turísticos com características especiais. Por outro lado, a DST organizou e incentivou os trades locais para participarem nas principais promoções realizadas no exterior, tendo-se focado nos locais do Património Mundial de Macau e em vários itinerários turísticos.

Organizaram-se, ainda, vários itinerários multi-destinos com interesses especiais, para explorar mercados de grupos diferentes. Nesta conformidade, a DST e as Administrações do Turismo da Província de Guangdong e da Cidade de Guangzhou organizaram, em conjunto, promoções sobre os itinerários multi-destinos no Reino Unido e em Portugal, dando a conhecer os recursos turísticos e itinerários de Guangdong e Macau. Por outro lado, na sequência de inauguração da linha de comboio entre Guangzhou e Zhuhai, a DST tem colaborado com os serviços de Turismo de Shenzhen, Zhuhai e Zhongshan na organização de seminários de apresentação dos itinerários multi-destinos através comboio de alta velocidade. Foram organizados várias plataformas para os *trades* de Macau fazerem intercâmbio com os *trades* do Interior da China, para se explorar mais produtos turísticos recorrendo ao comboio de alta velocidade, atraindo assim mais residentes das cidades das linhas de comboio para Macau.

Para diversificar as fontes de turistas, tendo por base a consolidação da origem dos turistas, foram desenvolvidos trabalhos para explorar mais mercados potenciais, bem como para atrair turistas com grande capacidade de consumo para visitarem Macau e aqui consumirem. A par do rápido aumento do mercado do Interior da China, registou-se, também, um aumento óbvio no mercado dos turistas internacionais; dos 2,74 milhões, em 2009, passou-se para mais de três milhões em 2011 e 2012. Nos últimos anos, a DST tem feito muitos esforços para explorar novos mercados potenciais, tais como a Rússia e o Medio Oriente, tendo participado, todos os anos, nas feiras de turismo aí realizadas, no sentido de consolidar e aumentar o conhecimento sobre Macau. Neste momento, há um total de 17 representantes da DST no exterior. A DST continuou a colaborar com o sector turístico, aproveitando as redes e impacto dos trades nos mercados exteriores, para organizar, em conjunto, seminários de apresentação turística e outras promoções, bem como para intensificar o intercâmbio entre os *trades* locais e os dos mercados exteriores, de forma a incentivar os seus negócios e cooperação no exterior.

5.5. Ênfase na participação em organizações internacionais e fortalecimento da cooperação regional

O Governo da RAEM tem mantido o intercâmbio e uma colaboração íntima com a Administração Nacional do Turismo da China e com os serviços de turismo de várias províncias e cidades do Interior da China, através da realização de reuniões ordinárias, assinaturas de acordos de cooperação, entre outras formas, explorando em conjunto, produtos turísticos, promoções conjuntas, divulgando o turismo de qualidade e aperfeiçoando a gestão do turismo. No período de 2009 a 2014, foram assinados, com diferentes províncias e regiões do Interior da China, mais de 20 memorandos de entendimento nesta área.

A DST, no âmbito dos acordos-quadro de cooperação regional já existentes, desenvolve projectos de cooperação, de carárter permanente, envolvendo o Grande Delta do Rio das Pérolas, Guangdong-Hong Kong-Macau-Fujian, entre outros, contendo promoção conjunta, gestão de produtos e do mercado turístico. Macau, de 2010 a 2011, assumiu a presidência rotativa do grupo de trabalho das organizações promocionais de turismo de Guangdong-Hong Kong-Macau, aproveitando os recursos turísticos, concretizando o desenvolvimento concertado, promovendo em conjunto percursos turísticos do tipo "uma viagem com vários destinos", criando uma marca turística com o destino único Guangdong-Hong Kong-Macau. O "Painel de Discussão sobre Cooperação Turística na Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas", que contou com a co-organização da DST do Governo da RAEM, teve lugar em Junho de 2014, em Macau e, na ocasião, os responsáveis pelo turismo das diferentes províncias e regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas assinaram um "Acordo-Quadro sobre Cooperação Turística na Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas".

A nível internacional, através da participação em actividades de várias organizações internacionais, pretende-se elevar o nome de Macau nos círculos internacionais do turismo e obter as informações turísticas mais recentes, nomeadamente, nas actividades realizadas pela Organização Mundial do Turismo (OMT), pela Associação de Turismo da Ásia Pacífico (Pacific Asia Travel Association - PATA), pelo Grupo de Trabalho de Turismo da Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC) e pela Federação Mundial de Cidades de Turismo (World Tourism Cities Federation - WTCF), para fortalecer a participação de Macau no âmbito do turismo internacional. A DST, em 2012, em representação do Governo da RAEM, participou nos principais trabalhos de liderança das organizações internacionais, incluindo a PATA e a WTCF, através da plataforma das organizações de turismo internacional, criando oportunidades para promover a imagem do turismo diversificado de Macau no exterior. O Governo da RAEM organiza, desde 2012, (em 3 edições anuais) o "Fórum de Economia de Turismo Global" em colaboração com o Centro de Pesquisa Economia Global de Turismo. Também a "8.ª Reunião Ministerial do Turismo da APEC e a 45.ª Reunião do Grupo de Trabalho do Turismo", co-organizadas pela DST do Governo da RAEM, tiveram lugar em Macau, em Setembro de 2014, e contaram com a participação de ministros e representantes das 21 economias-membro da APEC, bem como de representantes das principais organizações internacionais de turismo; um total de 152 convidados esteve presente neste evento.

Por outro lado, através das organizações internacionais, apoiaram-se certos países e regiões com carência de recursos para desenvolverem o turismo e os sectores relacionados, dando formação profissional e partilhando experiências de funcionamento; aqui se inclui a participação no programa da OMT "Turismo Sustentável – Eliminação da Pobreza (ST-EP)".

Conclusão

Nos últimos cinco anos o rápido desenvolvimento da indústria turística de Macau, proporcionou, por um lado, grandes proveitos económicos à RAEM mas, por outro, constitui

um desafio porque põe à prova a capacidade de recepção de visitantes; aqui se incluem os problemas com os postos fronteiriços, transportes, segurança, prestação de alojamento ilegal e qualidade dos serviços, entre outros. Assim, nos últimos anos, o rumo do trabalho desenvolvido por esta Direcção de Serviços tem estado direccionado para o desenvolvimento da indústria turística, o acompanhamento, de perto, da mudança da situação e para a tomada de decisões destinadas a solucionar os vários problemas relacionados, para poderem ser adoptadas medidas para esse desenvolvimento turístico, bem como para estimular e responder às necessidades do desenvolvimento da respectiva indústria.

6. No domínio da Cultura

Entre 2009 e 2014, o Instituto Cultural desenvolveu trabalho em várias vertentes, como eventos culturais e artísticos, preservação do património cultural, apoio às indústrias culturais e criativas, formação de talentos nas artes e cultura, integração dos recursos culturais, expansão das instalações culturais, aprofundamento da popularização das artes e da cultura, construção de comunidades culturais, promoção do intercâmbio cultural, entre outros, a par de elevar, constantemente, o nível e a eficiência dos serviços culturais públicos.

6.1. Implementação completa da salvaguarda do património cultural; execução gradual das medidas relacionadas

Em 2006, foi iniciado o projecto da "Lei de Salvaguarda do Património Cultural", que entrou em vigor em Março de 2014. O Instituto Cultural tem-se empenhado no aumento da sensibilização da sociedade para a importância do trabalho de protecção do património cultural, concretizando o plano de salvaguarda e gestão do Centro Histórico, o levantamento do Património Cultural Imóvel, a protecção do património cultural imaterial, etc., a par da activação imediata do trabalho de divulgação da lei, da melhoria da consciência pública para protecção do património cultural. Desde 2006 até agora, foram aprovadas 10 candidaturas à "Lista do Património Cultural Imaterial de Macau", e quatro delas, designadamente "Crenças e Costumes de A-Ma", "Crenças e Costumes de Na Tcha", "Gastronomia Macaense" e "Teatro em Patuá" foram inscritas em 2012.

No que diz respeito ao restauro e manutenção das construções históricas, desde 2009, realizaram-se 358 obras de remodelação e de restauro do património cultural. Quanto à revitalização dos edifícios classificados, foram aproveitadas a Casa do Mandarim e a Casa de Lou Kau para a realização de eventos artísticos e culturais que têm como pano de fundo ou como tema principal o Património Mundial, revitalizando assim as construções históricas.

Relativamente à prospecção arqueológica, de 2009 a 2014, desenvolveram-se 6 projectos de investigação e escavações arqueológicas, incluindo os projectos de investigação e escavações arqueológicas da Rua do Estaleiro em Coloane e das Ruínas do Colégio de São Paulo de Macau, o projecto de investigação arqueológica no Centro de Cães Policiais de

Coloane e os projectos de escavações arqueológicas na Associação Hó Sông-I-Tong, na Farmácia Sino-Ocidental na Rua das Estalagens n.º 80 e no Pátio do Amparo.

No que toca aos bens móveis classificados, o Museu de Macau tem-se empenhado na colecção de relíquias culturais históricas de Macau, não apenas estimulando aos cidadãos à doação, mas adquirindo, por sua iniciativa, as relíquias culturais históricas perdidas no estrangeiro mas relacionadas com Macau. Nos últimos cinco anos, o espólio do Museu tem crescido constantemente, tanto em quantidade como em variedade, enriquecendo assim a base para o estudo histórico e cultural de Macau e permitindo um melhor desenvolvimento da função social do museu.

6.2. Apoio ao desenvolvimento das Indústrias Culturais e Criativas; promoção da diversificação adequada da economia

O Governo da RAEM criou em 2010 o Departamento de Promoção das Indústrias Culturais e Criativas no Instituto Cultural e mais tarde o Conselho para as Indústrias Culturais. Após três anos de estudos, pesquisa e prática, constituiu o Fundo das Indústrias Culturais em 2013, formando-se, assim, um sistema de suporte para esta área. Em resposta às novas situações, o Governo da RAEM aperfeiçoou, do ponto de vista macroscópico, o "Quadro da Política do Desenvolvimento das Indústrias Culturais de Macau" (doravante designado por Quadro), clarificando melhor o posicionamento das indústrias culturais de Macau, bem como o seu sistema de suporte e medidas concretas.

Segundo o "Quadro", que foi elaborado com base no princípio do "apoio ao desenvolvimento das empresas em respeito pelas regras do mercado", classificaram-se as indústrias culturais de Macau em 4 grandes áreas nucleares, tendo em conta as características das dezenas de sectores que as integram. São elas o design criativo, as exposições e espectáculos culturais, a colecção de obras artísticas e a mídia digital, Definiu-se, também a via de desenvolvimento das "Finanças Culturais", através da promoção do "Turismo Cultural" e do "Comércio Cultural". O "Quadro" procura alargar amplamente a cadeia produtiva das indústrias culturais sob uma perspectiva de cooperação inter-regional, valorizando o intercâmbio e a cooperação no domínio cultural e económico, em especial com a Região do Delta do Rio das Pérolas, com os quatros territórios dos dois lados do estreito de Taiwan e com os países e regiões de língua portuguesa, expandindo assim o espaço de desenvolvimento das indústrias culturais de Macau.

O Conselho para as Indústrias Culturais (CIC), como órgão consultivo do Governo da RAEM no domínio da indústria cultural, tem vindo a recolher, desde a sua criação, opiniões do sector, através de vários canais, no que respeita ao posicionamento e promoção da indústria, formação de recursos humanos, aproveitamento dos recursos de espaço e cooperação regional; apresentam-se propostas ao governo da RAEM, no sentido de proporcionar referências para as estratégias de desenvolvimento das indústrias culturais da

RAEM. Relativamente à questão do posicionamento destas indústrias, o CIC procedeu ao seu estudo, tendo apresentado o "Posicionamento e Plano de Acção das Indústrias Culturais de Macau", que serve de fundamento científico à definição do "Quadro". Em articulação com as linhas directrizes do "Quadro", o CIC está a realizar debates e estudos sobre comércio cultural, plataformas de comercialização, assim como as políticas e medidas de apoio necessárias à integração das empresas culturais e criativas na cooperação regional.

Desde a criação do "Departamento de Promoção das Indústrias Culturais e Criativas", que o Instituto Cultural tem vindo a promover o desenvolvimento dessas indústrias. Iniciou a divulgação e promoção dos seus produtos e o *matchmaking*, procedeu ao levantamento e estudo das áreas relacionadas com as indústrias, recolheu amplamente informações do sector local, a fim de auxiliar a elaboração da política e medidas para o seu desenvolvimento. Desde 2010, o Instituto Cultural tem vindo a organizar, sob tema de "Design de Macau · Criatividade de Macau", as unidades de sectores culturais e criativos locais para a sua participação em feiras de indústrias culturais e criativas realizadas em vários locais e na "Feira Internacional de Macau" (MIF). Através da participação nas actividades da "Semana de Macau" realizadas em diferentes cidades do Interior da China, procedeu-se à divulgação e promoção das marcas e produtos originais de Macau. Tem-se lançando, desde 2013, uma série de "Programas de Subsídios para as Indústrias Culturais e Criativas de Macau", incluindo "Programa de Subsídios à Criação de Mostras de Design de Moda", "Programa de Apoio à Produção Cinematográfica de Longas-metragens", "Programa de Subsídios à Produção de Álbuns de Canções Originais", etc., a fim de aumentar o nível de produtos originais e dos seus serviços bem como ajudar a incubar potenciais produtos nesta área. No âmbito das publicações, desde 2011, tem colaborado com a Fundação Macau e, a fim de promover a imagem cultural de Macau, tem-se dedicado a expôr e vender as publicações nos "Pavilhões de Macau" estabelecidos nas feiras do livro de Hong Kong e Taipei.

No âmbito da expansão de recursos espaciais, o Instituto Cultural continua a planear e a usar os espaços culturais e criativos, a desenvolver uma plataforma para a promoção, exposição e venda de produtos culturais e criativos, com o objectivo da sua expansão. Além disso, lançou, em 2011, o "*Website* das Indústrias Culturais e Criativas" de modo a promover os produtos de marcas originais de Macau e a fomentar o intercâmbio e cooperação com empresas exteriores do mesmo círculo.

Desde 2010 que o Instituto Cultural prepara, faseadamente, o estabelecimento da "Base de Dados das Indústrias Culturais e Criativas de Macau", a fim de conhecer constantemente a evolução dessas Indústrias e fomentar o intercâmbio do sector em termos da troca de informações. Posteriormente, concluíram-se, sucessivamente, o "Estudo do Sistema de Indicadores das Indústrias Culturais e Criativas de Macau" e o "Estudo complementar do Sistema de Indicadores das Indústrias Culturais e Criativas de Macau", estabelecendo-se gradualmente os indicadores de longo prazo do enquadramento local do desenvolvimento das Indústrias Culturais e Criativas, a fim de determinar, de forma científica, a direcção a seguir no seu desenvolvimento.

Ao longo de 5 anos, o Instituto Cultural, recorrendo à implementação de uma série de programas e medidas de apoios, dedicou-se à criação de uma atmosfera cultural e criativa global em Macau. Houve uma subida do número de empresas culturais e criativas locais, havendo um acréscimo de 91% quanto às empresas recém-criadas nos últimos de 4 anos, o que mostra o efeito positivo da sua promoção.

Depois da criação do FIC, elaborou-se o "Regulamento da Concessão de Apoio Financeiro pelo Fundo das Indústrias Culturais". Com base no princípio de "apoiar as empresas que façam os seus próprios investimentos", dá-se apoio a projectos de plataformas de serviços, com destaque para a fase inicial, de forma a impulsionar o desenvolvimento saudável e sustentável das indústrias culturais.

6.3. Apoio ao desenvolvimento das artes e cultura e formação de talentos culturais

Em articulação com a procura das artes e cultura e o desenvolvimento das Indústrias culturais e criativas de Macau, no respeito pelo princípio de "Apoio ao desenvolvimento das artes e cultura no Território e a formação de talentos desta área", o Instituto Cultural lançou várias medidas de curto, médio e longo prazo, envidando trabalho destinado ao financiamento de associações, nomeadamente o reforço do investimento em recursos quanto ao desenvolvimento das artes e cultura, desde 2010, e o aumento das categorias financeiras no âmbito das "Indústrias Culturais e Criativas", no sentido de incentivar mais actividades culturais e criativas de alta qualidade.

Na formação de quadros qualificados, o Instituto Cultural vem organizando, desde 2011, o "Programa de Certificado em Administração das Artes" em colaboração com o Instituto de Formação Turística de Macau. Desde 2012, foram gradualmente lançadas medidas de apoio como o "Programa de Formação de Recursos Humanos em Gestão Cultural e das Artes", o "Plano de Financiamento de Estudos nas Áreas das Artes e Cultura", entre outras, formando talentos qualificados locais com capacidade profissional na área das artes e cultura e na gestão administrativa; além disso, o Programa de "Bolsas de Investigação Académica" vai já na 16.ª edição, sendo os investigadores seleccionados de Macau e do exterior.

Ao longo dos últimos cinco anos, o Instituto Cultural tem vindo a financiar palestras, *workshops* e cursos de curta duração nas áreas culturais e criativas que são realizados ou participados pelas associações culturais e criativas locais. Em simultâneo, tem apoiado as instituições de ensino, empresas e associações de Macau para realizarem os respectivos cursos, incentivando os estudantes locais a prosseguir os seus estudos e a melhorar os seus conhecimentos, recorrendo a cursos e programas das Indústrias Culturais e Criativas realizados no exterior. Em colaboração com o Instituto Politécnico de Macau, realiza-se o Plano "Bolsa de Estudo para Mestrado".

O Conservatório de Macau mantém a sua missão de "formar os talentos locais nas artes performativas". Através dos cursos de dança, música e teatro, ministrados de forma regular,

sistemática e profissional, consolida-se o ensino da divulgação artística. Nos últimos cinco anos, registaram-se mais de 10.000 alunos no Curso de Divulgação Artística, obtendo-se êxito neste trabalho. Com base nisso, o Conservatório aperfeiçoou e ministrou, pela primeira vez, em 2005, o "Curso de Técnicas de Dança", em regime normal, integrado no curso do ensino secundário técnico-profissional. Em 2009 criou o "Curso de Técnicas de Música" no mesmo regime, criando melhores condições para os alunos que se dedicam à especialidade. Os finalistas destes dois cursos foram todos admitidos em instituições do ensino superior, havendo ainda muitos admitidos em instituições artísticas de renome no exterior e interior da China. Leva as artes à vida quotidiana da população através dos planos extensivos das artes e da cultura "Entra na comunidade" e "Cenas do Património Mundial", em forma de itinerância, *workshops* nas escolas e *performances* temáticas nos sítios do Património Mundial, aumentando a experiência dos alunos nessas actuações.

Desde 2009 até agora, o Museu de Macau vem formando, continuamente, guias para visitas, contribuindo para a formação de talentos museológicos.

6.4. Divulgação da cultura nas comunidades; aprofundamento da popularização e educação cultural

A fim de aumentar a participação cultural das comunidades, o Instituto Cultural deu prioridade ao apoio à introdução de associações artísticas e culturais nos bairros, lançando em 2013, pela primeira vez, o Programa de Apoio a Projectos Artísticos Comunitários. A par disso, através de colóquios e *workshops* comunitários, impeliu as associações a desenvolver actividades artísticas e culturais nos bairros, de forma mais diversificada.

Em 2013, o Instituto Cultural lançou as "Palestras sobre Temas Culturais", que se focalizaram na cultura local, conhecimentos humanos e temas sociais visando desenvolver a popularização e a educação cultural em escolas e bairros. Até Julho de 2014, foram proferidas 130 "Palestras sobre Temas Culturais", envolvendo 23 escolas secundárias e cerca de 5.000 professores e alunos. Paralelamente, o Projecto "Semear as Artes" leva as artes visuais e performativas às escolas secundárias e primárias, desenvolvendo assim as competências e talentos dos artistas e aumentando o interesse dos alunos do ensino primário e secundário nas artes, bem como os seus conhecimentos nesta matéria.

Em 2012, lançou-se o "Programa de Especialização Técnica na Área Cultural", através de uma sensibilização progressiva, levando os jovens em risco a participar na aprendizagem e prática dos trabalhos artísticos e culturais, como espectáculos, restauração arquitectónica, arqueologia, produção de palco, pintura e escultura, a fim de os ajudar a reconstruir os seus valores de vida e regressarem à sociedade e ao caminho correcto, bem como alargar o papel social da educação para as artes e cultura, realçando o significado profundo dessa educação.

No âmbito das publicações, desde 2009 até ao presente momento, foram lançados mais de cem livros, entre os quais livros em chinês, português e inglês, os livros da "Colecção de Literatura chinesa e portuguesa" e os da " Colecção da Guia", entre outros; ainda o livro

"Selecção de Obras Literárias de Macau", publicado em colaboração com a Fundação de Macau, a "Colecção Cultura de Macau", em parceria com a Editora da Literatura Ciência e Social, a "Colecção do Espelho do Mar", em parceria com a Editora da Literatura do Povo, entre outros. No âmbito das publicações electrónicas, lançou-se em 2013 a plataforma de leitura electrónica "Macau *eBooks*", fornecendo mais de cem recursos para descarrega gratuita.

Relativamente à preservação e promoção do arquivo histórico, entre 2009 e 2014, o Arquivo Histórico de Macau realizou várias exposições, palestras e seminários, tendo abordado temas sobre a história, tradições e figuras de Macau. Além disso, têm-se realizado as Palestras de Mestres de Cultura, desde 2013, convidando pessoas de renome internacional a proferir palestras, de forma a alargar os horizontes culturais dos cidadãos e enriquecer a sua vida cultural.

6.5. Melhoramento do planeamento dos recursos culturais; criação de uma atmosfera de lazer

A partir da Transferência da Administração de Macau, o Governo da RAEM tem aumentado de forma evidente o investimento nas instalações culturais. Até ao presente, várias instalações já entraram ou entrarão brevemente em funcionamento. O Instituto Cultural empenha-se em melhorar o planeamento e a utilização dos seus recursos culturais, a fim de oferecer aos cidadãos e turistas actividades e lugares culturais e de lazer ricos e diversificados, desempenhando o papel de plataforma de divulgação e educação artística e cultural.

Relativamente aos museus, a partir de 2009, tem-se realizado uma série de actividades com o objectivo de promover a história e a cultura local, sobretudo exposições relativas ao descobrimento do património cultural intangível. E tem-se incentivado a cooperação inter-regional entre Guangdong, Hong kong e Macau, tendo organizado e realizado em conjunto várias exposições de grande dimensão relativas ao património cultural de qualidade.

Quanto às bibliotecas, têm-se lançado e realizado, desde 2009, diversas actividades promocionais de leitura, permitindo que uma atmosfera literária se espalhe nas comunidades. Até Agosto de 2014, as bibliotecas afectas ao Instituto Cultural registaram mais de 7 milhões de visitantes, mais de 3 milhões de empréstimos de livros e mais de 4 milhões de consultas dos recursos electrónicos. Entre 2011 e o presente, foram lançados vários novos serviços, como a "Plataforma *Online* da Biblioteca Central de Macau", a Biblioteca do Mercado Vermelho, a Biblioteca Itinerante na zona da habitação pública de Seac Pai Van, a fim de proporcionar aos cidadãos serviços mais convenientes na área cultural. No âmbito da cooperação regional, a Biblioteca Central de Macau participou no "Plano de Cooperação Cultural entre Guangdong, Hong Kong e Macau", tendo colaborado com as cidades de Cantão, de Shenzhen e de Hong Kong na organização da exposição de "Memórias do Passado - Exposição de Fotografias Antigas, e do "Concurso de Criatividade do Dia Mundial de Livros, em Guangdong, Hong Kong e Macau", entre outros eventos.

6.6. Orientação da apreciação artística pela população; promoção do intercâmbio e da cooperação regional

Ao longo do tempo, o Governo da RAEM tem organizado actividades culturais de qualidade, no intuito de elevar o nível de apreciação artística e as competências culturais da população. O "Festival de Artes de Macau", o "Festival Internacional de Música de Macau" e o "Desfile por Macau, Cidade Latina", três grandes eventos anuais culturais e festivos que têm, por um lado, proporcionado aos cidadãos e aos profissionais artísticos locais oportunidades de apreciar e participar nas artes, por outro lado, atraído um número considerável de espectadores estrangeiros, assim construindo gradualmente a marca de cidade cultural e o renome de Macau.

Desde 2009 até ao presente, o Festival de Artes de Macau tem prosseguido o objectivo de "promover o desenvolvimento artístico local, divulgar as criações mundiais de relevo e promover a cultura chinesa", introduzindo obras de qualidade do exterior e apoiando a criação local. A partir de 2013, intensificou-se o estímulo aos grupos artísticos locais no sentido de procurar cooperação internacional e intersectorial com artistas estrangeiros, o que, além de contribuir para a produção de programas de alto nível, permite ainda o intercâmbio cultural, a elevação do nível artístico e o alargamento dos horizontes. Com o progresso adquirido nestes anos, as propostas locais perfazem mais de metade dos programas do Festival de Artes de Macau, tornando-o num palco importante de demonstração da força criativa do sector artístico de Macau. Simultaneamente, o Festival de Artes de Macau combina elementos das artes performativas com o património cultural intangível e o Património Mundial de Macau, com vista ao enriquecimento e ao aprofundamento contínuo dos seus conteúdos. Também o Festival Internacional de Música de Macau se tornou num grande evento anual artístico e cultural tanto a nível local como asiático, por reunir artistas e grupos musicais de topo no mundo, oferecendo aos espectadores quer locais quer estrangeiros um festim refinado das artes.

O "Desfile por Macau, Cidade Latina", realizado desde 2011, a maior actividade a céu aberto comemorativa do retorno de Macau à China, conta anualmente com a participação de mais de mil artistas e grupos performativos de renome local e internacional e com o número total de vários milhões de espectadores, quer com assistência *in loco*, quer por emissão televisiva em directo ou em ecrã gigante nos bairros, quer ainda com assistência por transmissão televisiva no estrangeiro. Com efeito, o evento é já uma importante celebração de Macau e torna-se gradualmente num elo para o intercâmbio cultural entre Macau e os países de expressão neolatina.

O Governo da RAEM tem desenvolvido o intercâmbio e a cooperação, na área da cultura, dentro e fora de Macau, no intuito de promover a cidade no exterior e de reforçar o nível profissional interno. Depois dos esforços envidados ao longo destes anos, obtiveram-se resultados. A Orquestra de Macau e a Orquestra Chinesa de Macau levam a música às comunidades, guiando os cidadãos pelo mundo musical; a par disso, têm realizado espectáculos itinerantes no estrangeiro, de forma a promover a imagem cultural de Macau.

A Orquestra de Macau, depois da sua estreia no Interior da China, na cidade de Pequim, em 2005, já actuou aí em mais de 40 cidades, tendo partilhando, com sucesso, clássicos musicais com todos os povos do País. Torna-se assim na primeira orquestra a percorrer todo o país, mostrando plenamente os ricos resultados no intercâmbio cultural entre Macau e o Interior da China. Nos últimos anos, a Orquestra Chinesa de Macau tem recebido vários convites para participar, em representação de Macau, em actividades itinerantes importantes no Interior da China e no estrangeiro. Em 2012, no âmbito do evento "Ano do Diálogo Intercultural UE-China", um importante marco para o intercâmbio cultural entre a China e Europa, foram incluídas digressões das duas orquestras em Portugal, desempenhando o papel de "Embaixadoras Culturais e da Música".

No campo de cooperação regional, com o mecanismo do "Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau" e da "Reunião de Cooperação Cultural do Grande Delta do Rio das Pérolas", tem-se incentivado a cooperação na área das indústrias culturais e criativas entre Cantão-Macau, Shenzhen-Macau, Hong Kong-Macau, e Macau-Zhuhai, reforçando continuamente o intercâmbio cultural na região do Delta do Rio das Pérolas, com o objectivo de levar as artes e os costumes culturais únicos de Macau a todo o lado. Através de uma comunicação permanente, proporciona uma plataforma onde se podem recomendar mutuamente excelentes espectáculos para que estes façam partes dos eventos artísticos em grande escala, de forma a elevar em conjunto o seu nível de criação e representação artísticas, enriquecendo a vida cultural da população destas zonas.

Conclusão

Em articulação com o objectivo de Macau de se tornar num "Centro Mundial de Turismo e Lazer", o Instituto Cultural continua a empenhar-se, por um lado, em orientar a apreciação artística, estimular as artes e transmitir a cultura dentro de Macau e, por outro, em alargar o intercâmbio cultural e divulgar a cidade de Macau no exterior; ao mesmo tempo, desenvolve, com empenho, as indústrias culturais, procurando construir, com "cultura", a alma da cidade, mostrando o seu espírito humanista único, para que Macau se torne numa "Cidade da Cultura Eterna".

7. No domínio do Desporto

O 3.º Governo da Região Administrativa Especial de Macau deu continuidade ao desenvolvimento simultâneo do desporto para todos e do desporto de rendimento, na sequência das Linhas de Acção Governativa para a área do desporto. Com base nas medidas eficientemente aplicadas ao longo do passado, tem-se vindo a acumular experiência, a impulsionar o desenvolvimento da generalização, diversificação, especialização, internacionalização e sistematização do desporto de Macau, no intuito de aumentar os níveis quer do desporto para todos, quer do desporto de rendimento. Com base no conceito

de governação científica, têm-se desenvolvido diversos trabalhos na área desportiva, tomando como referência as propostas do Relatório da Investigação do Estado e dos Métodos do Desenvolvimento Desportivo de Macau, a partir da realidade local e do rumo para o desenvolvimento simultâneo do desporto para todos e do desporto de rendimento, promovendo o desenvolvimento sustentável do desporto de Macau.

Em relação ao desporto para todos, para além de se ter organizado um leque diversificado de actividades recreativas desportivas para os cidadãos, com várias vias de participação neste tipo de desporto, procura-se incutir na população um estilo de vida saudável e hábitos de prática desportiva ao longo da vida; tem-se vindo ainda a intensificar, nos últimos anos, as actividades promocionais do desporto para todos, a reforçar os meios de auxílio e a concessão de apoio financeiro às entidades da sociedade civil, a explorar mais actividades desportivas diversificadas adequadas à participação da população no sentido de incentivar muitos mais cidadãos a participar nessas actividades.

No que diz respeito ao desporto de rendimento, para além de se ter apoiado e patrocinado, de modo contínuo, as associações desportivas representativas das modalidades na organização de eventos relevantes em Macau, tem-se vindo a encorajá-las a participar em competições e em actividades de intercâmbio realizadas no exterior, intensificando, para isso, a formação das selecções de Macau e dos atletas jovens. Graças à estreita cooperação entre as associações desportivas, intensificou-se a formação dos agentes desportivos, actualizou-se a legislação desportiva, aumentaram-se as funções complementares da medicina desportiva, melhorou-se o ambiente de treinos e lançou-se o projecto de apoio financeiro para a formação em diferentes categorias dos atletas de elite, proporcionando desta forma apoio ao desenvolvimento a longo prazo dos atletas. Por outro lado, reforçaram-se a cooperação e o intercâmbio com organismos desportivos tanto do Interior da China como de outros países e regiões, dando aos atletas jovens mais oportunidades de troca de experiências técnicas com atletas internacionais, fazendo com que o desporto de rendimento obtivesse cada vez maior desenvolvimento em termos de especialização.

7.1. Integração de todos os recursos e promoção da prática do desporto ao longo da vida

O Governo da RAEM aproveitou as actividades desportivas e de lazer para criar condições favoráveis a incentivar e apoiar a participação da população, complementando-as com actividades de promoção e de sensibilização a fim de que haja um melhor conhecimento sobre a importância da prática do desporto, tendo em vista a melhoria do nível de saúde da população.

De modo a sensibilizar a participação activa da população no desporto, o Governo da RAEM organizou, de forma contínua, diferentes actividades desportivas, sendo as classes de recreação e manutenção, na área do desporto para todos, uma das modalidades desportivas mais procuradas pelo público. A eficaz cooperação entre o Instituto do Desporto, as

associações desportivas representativas das várias modalidades e as entidades da sociedade civil proporcionou, por um lado, o lançamento de mais classes de recreação e manutenção e, por outro, o crescimento sucessivo do número de participantes bem como, o aumento generalizado do número e do nível das actividades. As classes de recreação e manutenção no âmbito do desporto para todos passaram de 44 modalidades em 2009, para 76 modalidades em 2013, tendo-se registado um alargamento significativo da faixa etária dos participantes. Para promover a prática do desporto junto das diversas camadas populacionais e no intuito de ampliar a escala das actividades, o Governo da RAEM organizou ainda diferentes actividades desportivas, entre as quais, actividades de férias destinadas aos jovens, festival desportivo das entidades públicas, destinado aos serviços públicos, jogos desportivos para idosos, jogos desportivos para pessoas portadoras de deficiência, festival desportivo das mulheres e dia de desporto em família, tendo-se registado o constante aumento anual do número de participantes.

Tem-se participado em organizações e actividades internacionais do desporto para todos, com vista à obtenção de informações e de experiências neste âmbito. A RAEM, em 2000, associou-se e mais tarde, em 2008, tornou-se membro do Conselho Executivo da Associação Asiática de Desporto para Todos (ASFAA). Em 2010, a ASFAA estabeleceu em Macau o Centro de Formação da ASFAA, para além de ter organizado o 1.º Curso de Formação da ASFAA. Com a entrada em funcionamento do centro de formação, Macau passou a ser a base da ASFAA para a formação das actividades do desporto para todos e a plataforma de intercâmbio. Para melhor conhecer a realidade do desenvolvimento do desporto para todos no exterior, a RAEM participou nas actividades organizadas pela Associação Internacional *"Trim and Fitness Sports for All"* (TAFISA), fazendo deslocar delegações para aí participarem nas respectivas reuniões e nos congressos. Por ocasião da cerimónia de encerramento e de atribuição de prémios do 23.º Congresso Mundial da TAFISA, realizado em Outubro de 2013, em Enschede, Holanda, Macau foi galardoada pela organização com o prémio *"The Triple AC Pioneer Award"*, pelo trabalho desenvolvido no âmbito do desporto para todos e da prática do desporto.

Para que os jovens estudantes possam aproveitar os seus tempos livres da melhor forma, o Instituto do Desporto e a Direcção dos Serviços de Educação Juventude coorganizaram actividades de férias durante as férias de Verão, sempre muito bem acolhidas pela população estudantil, tendo-se aumentado as modalidades desportivas que visam o seu bem-estar. Essas modalidades passaram de 72 em 2009 para 115 em 2014, tendo-se registado um aumento do número de inscritos.

Convirá referir também que o Governo da RAEM tem procurado expandir, de forma contínua, a rede das instalações desportivas públicas e tem procurado encontrar diferentes parceiros de modo a aumentar os espaços desportivos disponíveis. Para além de continuar a proceder à reintegração e optimização dos espaços das instalações desportivas existentes, proporcionando mais espaços, continua-se a estabelecer formas de cooperação com outras entidades, entre as quais, associações da sociedade civil, escolas e serviços públicos, com vista a incluir as suas instalações desportivas na rede das instalações desportivas públicas,

abrindo-as assim à população em geral. Após inúmeros melhoramentos e integrações, a rede é composta actualmente por 24 instalações. O número total de visitas passou de 4,78 milhões em 2009 para 5,85 milhões em 2013, registando-se também um aumento significativo do número total de utentes.

Para se saber como tem evoluído a condição física dos cidadãos e, desse modo, ser possível elaborar uma política mais adequada no âmbito do desporto para todos, o Governo da RAEM estabeleceu uma ligação com o Interior da China e com o seu trabalho de avaliação nacional, que se realiza a cada cinco anos e, nessa medida, organizou, em 2010, a 2.ª Avaliação da Condição Física da População de Macau destinada aos cidadãos entre os 3 e os 69 anos de idade, com vista a verificar a evolução da sua condição física nos cinco anos passados e publicou, em 2011, o "Relatório da Avaliação da Condição Física da População de Macau 2010". Na sequência do resultado da avaliação, o Governo da RAEM organizou uma equipa constituída por diferentes serviços públicos para o estudo e a definição de políticas que visam a melhoria da condição física dos cidadãos e onde se incluem a divulgação do conceito de estilos de vida saudáveis, a concretização do projecto de promoção da condição física saudável e a promoção do plano piloto de excelente saúde e nutrição nas escolas, a instalação de postos de informação de saúde desportiva em diferentes zonas comunitárias para a prestação de serviços de avaliação da condição física ao público, ajudando-o a escolher as modalidades desportivas mais adequadas às suas condições pessoais, com vista ao fortalecimento da condição física.

7.2. Aprofundamento dos planos de assistência e impulso ao desenvolvimento do desporto de rendimento

Através de uma estreita cooperação com as associações desportivas, procedeu-se ao reforço da formação de jovens atletas, ao recrutamento de formadores especializados e à assistência na elaboração de planos de formação. Como consequência, a aplicação dos planos de apoio serviu para incentivar os atletas a participar activamente nos treinos e em competições de nível internacional com vista à obtenção de sucesso desportivo, contribuindo assim para fazer brilhar o nome de Macau no exterior. Apoiaram-se ainda as associações desportivas na formação de quadros qualificados de gestão do desporto, através da sua participação em actividades de organismos desportivos internacionais acumulando experiência nessa área.

Para promover a especialização do desporto de rendimento, o Governo da RAEM procedeu ao lançamento de dois projectos: o "Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite" e o "Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite Reformados". Com estes projectos procura-se estimular atletas de diferentes categorias a alcançar bons resultados desportivos, através de maior empenho pessoal em melhorar o seu nível técnico, para além de lhes prestar uma adequada e atempada assistência no planeamento da futura carreira profissional após a sua reforma como atletas. Neste

momento há 130 atletas de elite que foram autorizados a aderir ao "Projecto de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite". Nos últimos anos, há cada vez mais atletas com bons resultados em competições desportivas realizadas fora de Macau, o que demonstra que o apoio ao desporto de rendimento que tem vindo a ser prestado, tanto pelo Governo da RAEM como pelas associações desportivas, assim como as numerosas medidas aplicadas se estão a revelar eficazes.

O Governo da RAEM tem procurado a constante melhoria dos conhecimentos especializados a nível local e a implementação de técnicas de formação inovadoras. A cooperação estabelecida entre o Governo da RAEM e várias instituições académicas traduziu-se na organização de acções de formação no âmbito do desporto, proporcionando formação especializada aos gestores desportivos e treinadores locais e sensibilizando os treinadores e juízes locais para participarem em provas com vista à obtenção do certificado internacional das respectivas modalidades e à expansão das equipas de agentes desportivos de Macau. Apoiaram-se as associações desportivas no recrutamento ao exterior de treinadores e de técnicos especializados, para prestar assistência à elaboração de programas de treinos de longo prazo, contribuindo-se também, deste modo, para o desenvolvimento sustentável do desporto de rendimento.

Aperfeiçoou-se o ambiente de treino proporcionando aos atletas, procurando disponibilizar cada vez mais instalações especializadas para treino intensivo. O Centro de Formação e Estágio de Atletas proporciona um bom ambiente de treino, com equipamentos avançados, especialmente para o desenvolvimento de alguns projectos relevantes, permitindo aos atletas o seu avanço rumo a maior especialização.

Contando com o forte apoio e a assistência do Governo da RAEM, as associações desportivas desenvolveram zelosamente competições locais e participaram em competições internacionais, facultando aos atletas locais mais oportunidades de participação em competições de rendimento e fazendo com que os seus níveis desportivos sejam continuamente elevados. Ao longo dos últimos anos, registou-se um desenvolvimento significativo nos resultados alcançados em competições internacionais pelos atletas das associações desportivas, em especial, nos Jogos Asiáticos de Cantão 2010, onde a delegação desportiva de Macau obteve, pela primeira vez, uma medalha de ouro na modalidade de wushu, terminando a história de medalha zero. No período decorrido entre os anos de 2009 e 2014, tem-se aumentado sucessivamente o posicionamento nas primeiras três classificações conquistadas pelas várias equipas participantes em eventos desportivos internacionais de grande escala, tendo-se passado de 155 medalhas em 2009 para 198 em 2013. Em 2014, até Agosto, foram já obtidas 82 medalhas. Nos 17.os Jogos Asiáticos de Incheon, Coreia do Sul, que tiveram lugar em Setembro do corrente ano, os atletas de Macau obtiveram três medalhas de prata e quatro de bronze, demonstrando assim o resultado da sua dedicação aos treinos, para o que têm contado sempre com o apoio do Governo da RAEM.

7.3. Impulso ao estabelecimento de um quadro de jovens atletas, reforço do intercâmbio e da cooperação no âmbito desportivo

As escolas juvenis de formação desportiva de modalidades visam formar jovens talentos de diferentes modalidades, promovendo o estabelecimento de um quadro de jovens atletas, para além de proporcionar reservas suficientes às associações desportivas. Desde a fundação da primeira escola de formação de futebol, em 2003, foi possível proporcionar aos jovens boas oportunidades de formação desportiva regular. Este modelo de formação, para além de ser bem acolhido pelos jovens e pelos respectivos encarregados de educação, fornece, ao mesmo tempo, novos talentos qualificados para os diferentes projectos de modalidades desportivas. Em consequência, o Governo da RAEM, através da cooperação estabelecida com as associações desportivas, procedeu à escolha de modalidades desportivas potenciais para a constituição de mais escolas juvenis de formação desportiva. Desde 2003 até à presente data, foram fundadas 6 escolas, nomeadamente, de futebol, ténis, ténis-de-mesa, wushu, *bowling* e karate-do, registando-se todos os anos um aumento gradual de participantes jovens.

Apoiaram-se as associações desportivas na sua participação em actividades organizadas por entidades desportivas internacionais, estimulando-se assim o intercâmbio e os contactos desportivos internacionais. Para estimular a internacionalização do desporto local, o Governo da RAEM celebrou vários protocolos de intercâmbio e cooperação desportiva ou cartas de intenção com o Interior da China, Hong Kong e Portugal, no sentido de fomentar o convívio e a cooperação de diferentes níveis e em diferentes modalidades desportivas, incluindo torneios, formação, estágio e visitas mútuas, desenvolvendo o intercâmbio desportivo. Anualmente, o Governo da RAEM organiza actividades de intercâmbio desportivo para os jovens locais, para que estes convivam com os jovens das províncias e regiões do Interior da China. A organização de delegações desportivas para a participação em grandes eventos multidesportivos, tais como os Jogos Internacionais de Crianças, os Jogos Asiáticos de Juventude e as Universíadas, proporcionou, efectivamente aos jovens atletas locais, plataformas ideais para o desenvolvimento do nível desportivo e a troca de impressões sobre técnicas com atletas de outros países e regiões, enriquecendo a experiência competitiva, com vista à melhoria da sua competitividade. Por outro lado, incentivaram-se e apoiaram-se as associações desportivas para participar em conferências conjuntas das federações desportivas asiáticas e mundiais, em competições internacionais e nos trabalhos de organismos internacionais desportivos, fomentando assim uma interacção positiva com as instituições desportivas do mundo. Para além disso, organizaram-se em Macau grandes eventos e jogos desportivos de nível internacional e, desse modo, se contribuiu também para promover a internacionalização do desporto local.

Conclusão

Nos passados cinco anos, verificou-se uma melhoria significativa em termos de qualidade e de quantidade tanto no desporto para todos e como no desporto de

rendimento de Macau. O resultado do trabalho desenvolvido pelo Governo da RAEM em sede de desporto para todos foi alvo de louvor e reconhecimento internacional por parte da TAFISA, conquistando Macau grande renome no âmbito do desporto para todos a nível mundial. Contudo, segundo os dados de avaliação da condição física da população, há alguns indicadores da condição física dos jovens de Macau que tendem a reduzir-se, o que é preocupante. Assim, o pleno aumento dos níveis da condição física e da saúde dos residentes deverá ser uma importante orientação a ponderar na definição da política do desporto para todos a levar a cabo pelo Governo da RAEM.

CONCLUSÃO

Ao longo dos últimos cinco anos, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem, como sempre, prestado serviços a toda a população em observância do princípio "ter por base os interesses da população e tomar decisões políticas fundadas em critérios científicos" e, em cumprimento da linha orientadora "melhorar o bem-estar da população e criar condições para um desenvolvimento a longo prazo", tem reforçado o investimento em recursos em várias áreas e aperfeiçoado os diferentes regimes e sistemas, fazendo com que o público possa, não só gozar do fruto do desenvolvimento sócio-económico, mas também apostar num desenvolvimento sustentável.

Com a finalidade de concretizar o objectivo da acção governativa e melhorar os mecanismos eficazes, a longo prazo, de governação do 3.º Governo, dedicou-se, em primeiro lugar, ao aperfeiçoamento do regime do apoio social e dos seus diversos serviços, lançando uma série de medidas, com vista à melhoria da qualidade de vida dos grupos em situação carenciada, nomeadamente com o apoio dado a estes grupos e os cuidados prestados a idosos, crianças, mulheres e deficientes. Durante os cinco anos, para enfrentar a subida da inflação e permitir que mais famílias necessitadas pudessem obter apoio adequado e oportuno, procedeu-se a um aumento significativo do valor do risco social. Para além de apoios económicos gerais, subsídio especial aos três tipos de famílias em situação vulnerável, subsídio para idosos e subsídio de invalidez, iniciou-se, a partir de 2009, o "Programa de Apoio Alimentar de Curto Prazo", ajudando fundamentalmente as famílias de baixos recursos económicos ainda não integradas na rede de assistência.

Para além das diversas regalias de âmbito social facultadas pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, está a criar-se o sistema de segurança social para os idosos, concretizando-se gradualmente o regime de segurança social de dois níveis. Em 2011, foram lançadas as contribuições obrigatórias e facultativas do regime de segurança social do 1.º nível e, recorrendo a uma medida transitória, ou seja a contribuições retroactivas, os cidadãos que antes não se podiam inscrever neste regime puderam integrar-se novamente na rede da segurança social. Uma parte dos idosos qualificados pôde mesmo adquirir imediatamente um valor parcial do subsídio para idosos. A área da segurança social abrange quase toda a população. Entre 2010 e 2014, houve vários aumentos dos pagamentos inseridos no regime de segurança social, nomeadamente nas pensões para idosos e de invalidez, aliviando a pressão de vida dos idosos.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau empenha-se na cooperação com as associações particulares para promover actividades comunitárias dedicadas aos direitos e interesses das mulheres. Em 2012, a "Comissão Consultiva para os Assuntos das Mulheres" passou a designar-se "Comissão dos Assuntos das Mulheres", desenvolvendo trabalho, em várias vertentes, ligado aos direitos e interesses das mulheres e à divulgação de informações jurídicas, etc., incluindo a elaboração, em 2010 e 2012, do "Relatório sobre a Condição da Mulher de Macau" e a criação da "Base de dados com informações sobre as mulheres", a

fim de colocar à disposição dos investigadores científicos e dos organismos governamentais valiosa informação de referência.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau está muito atento à saúde da população. Nos últimos cinco anos, tem-se empenhado na criação de um sistema de saúde eficaz a longo prazo, persistindo no reforço dos investimentos em infra-estruturas e no sistema de serviços de saúde, contribuindo para a sua melhoria constante quer qualitativamente quer quantitativamente, no sentido de proteger a saúde e a qualidade de vida da população.

Em 2012, o Centro Hospitalar Conde de São Januário tornou-se no primeiro hospital local com acreditação internacional. Além disso, as estratégias de prevenção e controlo utilizadas por Macau para responder a graves doenças infecciosas regionais ou mundiais e a rede de cuidados de saúde primários, que presta serviços de cuidados gratuitos à população, continuam a ter o reconhecimento e uma avaliação positiva da Organização Mundial de Saúde.

Com a inauguração do novo Edifício dos Serviços de Urgência do Centro Hospitalar Conde de São Januário, o tempo de espera fica reduzido, para além de ajudar a melhorar o ambiente de consultas e a alargar a oferta dos serviços de urgência e responder às necessidades dos cidadãos.

Desde a entrada em vigor da nova "Lei de Controlo do Tabagismo" em 2012, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem executado as políticas desse controlo nos termos da lei. Tornou efectiva a proibição plena de fumar na maioria de recintos e em locais determinados e continua progressivamente a promoção de um ambiente livre do tabaco através de uma rigorosa execução da lei, divulgação de informações e educação, bem como do encorajamento de desabituação tabágica, entre outras medidas.

A educação é fundamental para o desenvolvimento e o progresso sociais. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem dado importância ao desenvolvimento permanente e a longo prazo da educação. Em 2011, foi produzido e promulgado o "Planeamento para os Próximos 10 Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011 – 2020)", projectaram-se a visão, o objectivo e as respectivas políticas e medidas para o seu futuro, de acordo com as linhas de "Desenvolvimento prioritário da Educação, na melhoria da sua qualidade, na formação pessoal como eixo central e na promoção da igualdade". Ao longo da elaboração e promulgação do "Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior" em 2012, foram criados os regimes dos níveis e da promoção para o pessoal docente destas escolas. Registaram-se importantes progressos na constituição do corpo docente e um permanente avanço na reforma curricular, contribuindo muito para um ensino não superior de alta qualidade.

A fim de promover a aprendizagem universal e incentivar a valorização individual contínua junto da população, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau lançou, em 2011, a 1.ª fase do "Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo", atribuindo a cada um dos residentes de Macau qualificado MOP5.000 para aperfeiçoamento

e aprendizagem. Após revisão e conclusão da experiência, foi lançada a 2.ª fase deste Programa em 2014.

Sendo os jovens o futuro da sociedade e também a base para o desenvolvimento sustentável de Macau, para que se impulsione o desenvolvimento da juventude, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau elaborou e promulgou as "Políticas da Juventude de Macau (2012 – 2020)" em 2013 e, com base nelas, criou o "plano operacional", lançando 20 projectos e 59 operações de curto, médio e longo prazo.

Baseando-se na materialização da linha orientadora de "Promover a prosperidade de Macau através da Educação", o Governo criou também o conceito de "Construir Macau através da formação de talentos". Propôs-se, no Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2014, a criação do "Mecanismo eficiente de longo prazo para a formação de talentos", em que se indicaram explicitamente 5 regimes e sistemas e 6 medidas de formação de talentos. Através da combinação entre a aprendizagem universal e a formação de talentos, formam-se todos os tipos de elites, quadros qualificados e especializados bem como os técnico-profissionais necessários à construção da Região Administrativa Especial de Macau. Preliminarmente, foi criado um sistema objectivo e exacto de dados sobre recursos humanos qualificados do ensino superior, contendo uma previsão da oferta e da procura de quadros qualificados nas áreas de acção social, tecnologia informática, hotelaria e convenções e exposições e obtendo informações sobre a necessidade do pessoal de enfermagem e de docentes. Futuramente, será iniciada a 2.ª fase do estudo.

Através do aumento contínuo do investimento em recursos, da elaboração dos diplomas legais referentes ao ensino superior, do aperfeiçoamento de *Hardware* e *Software* das instituições do ensino superior, do reforço do intercâmbio e cooperação académicos inter-regionais, promoveu-se a melhoria da qualidade desta área. Iniciou-se o trabalho que aposta no desenvolvimento integral dos alunos. Lançou-se o "Subsídio para aquisição de material escolar a estudantes do ensino superior", criaram-se o "*Blog* para os Estudantes de Ensino Superior de Macau" e o "Centro dos Estudantes do Ensino Superior". Com o acompanhamento e apoio do Governo Central, em 2009 começaram as obras do novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin. Finda a construção, levada a cabo, com empenho, durante vários anos, a Universidade entrou em funcionamento em 2014, representando um novo marco para o desenvolvimento do ensino superior de Macau e contribuindo para a formação de mais talentos qualificados, com o objectivo o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Macau caminha no sentido de se tornar num "Centro Mundial de Turismo e Lazer". Ao longo dos últimos cinco anos, com o esforço e a promoção do Governo e do sector turístico, houve um crescimento constante do número dos visitantes. Com excepção do Interior da China, que continua a ser o maior mercado gerador de turistas para Macau, verifica-se também um aumento anual dos visitantes internacionais, que mais do que sextuplicaram no período de 8 anos.

Em articulação com este objectivo estratégico, iniciou-se a elaboração do "Plano Geral de Desenvolvimento da Indústria do Turismo", apresentou-se, a nível geral, o plano de desenvolvimento da indústria turística a médio e a longo prazo, definindo-se as políticas e os projectos operacionais.

Com vista a elevar o renome de Macau no sector mundial do turismo, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau organiza, desde 2012, em 3 edições anuais, o "Fórum de Economia de Turismo Global", em colaboração com o Centro de Pesquisa Economia Global de Turismo; em Setembro de 2014, co-organizou também a "8.ª Reunião Ministerial do Turismo da APEC e a 45.ª Reunião do Grupo de Trabalho do Turismo".

Com a finalidade de enriquecer os elementos turísticos, os Serviços de Turismo têm realizado uma Parada de Celebração do Ano Novo Lunar, nessa época, nos últimos dois anos, para além do "Concurso Internacional de Fogo-de-Artifício" que tem lugar, anualmente, no Outono. Em 2013, lançaram-se ainda o plano de promoção do "Roteiros turísticos "sentir Macau passo-a-passo" e das actividades comunitárias "cada zona tem características diferentes", entre outros, recorrendo aos recursos turísticos das comunidades e que permite aos turistas que realizem esses percursos turísticos um conhecimento mais profundo sobre Macau e, ao mesmo tempo, descongestiona os principais pontos turísticos através da distribuição dos visitantes pelas diferentes zonas da cidade.

O Grande Prémio de Macau celebrou o seu 60.º aniversário em Novembro de 2013, em forma de carnaval, que contou com actividades em que o público pôde participar em dois fins-de-semana, como exibição e parada de carros, entre outras, elevando assim o nível da participação da população e da credenciação do Grande Prémio de Macau. A fama do Grande Prémio no mundo torna este evento numa marca de Macau.

A conservação do património cultural, o enraizamento da arte, o alargamento dos espaços culturais e criativos, a promoção do intercâmbio cultural são os trabalhos nucleares da área da cultura.

No seguimento da entrada em vigor da Lei de Salvaguarda do Património Cultural em Março de 2014, foi criado o Conselho do Património Cultural. Desenvolveu-se, com entusiasmo, o plano de protecção e gestão do Centro Histórico de Macau. Iniciaram-se de imediato o levantamento do património e uma série de actividades referentes à sensibilização e divulgação de informações jurídicas.

Em 2011 e 2014, o "Festival Internacional de Música de Macau" e o "Festival de Artes de Macau" celebraram, cada um, o seu 25.º aniversário e estes dois eventos já se tornaram numa marca cultural de renome em Macau e mesmo na Ásia. Desde 2011, o "Desfile por Macau, Cidade Latina", realizado anualmente em comemoração da transferência da Administração de Macau para a República Popular da China, não só se transformou na actividade festiva anual de maior dimensão ao ar livre, mas também incentiva as associações artísticas locais e do exterior, de qualidade, ao intercâmbio, de forma a mostrar a imagem desta cidade com características culturais orientais e ocidentais.

A fim de incrementar o apoio às indústrias culturais e criativas locais, no seguimento da criação do Conselho para as Indústrias Culturais em 2010, foi instituído, em 2013, o Fundo das Indústrias Culturais; forma-se assim um sistema executivo de políticas completo que visa impulsionar o seu desenvolvimento, dando assistência a todas as suas etapas, a saber a incubação, a produção e mesmo a mercantilização destas indústrias.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem prosseguido com a política do desenvolvimento paralelo do Desporto para Todos e do Desporto de Rendimento. Nos últimos cinco anos, insistiu em promover o desporto para todos e uma rede das instalações desportivas públicas diversificadas, fazendo com que cada vez mais residentes de Macau pratiquem desporto. Além disso, em 2010, realizou-se, de novo, a avaliação da Condição Física da População, que não se fazia desde 2005. Face à tendência descendente do nível da condição física dos bebés, crianças e jovens, tomaram-se algumas medidas com alvos definidos quanto às políticas de desporto e de educação.

Com a implementação do regime de apoio financeiro em diferentes categorias do "Plano de apoio financeiro para a formação de atletas de elite" e do "Plano de apoio financeiro para formação de atletas de elite reformados", pôde, não só incentivar os atletas a concentrar-se no desporto de rendimento, empenhando-se na obtenção de sucessos desportivos, mas também encorajá-los na aprendizagem contínua, de modo a que seja feito um plano ou dado apoio à sua vida profissional finda a sua carreira desportiva.

Após o violento terramoto ocorrido na Província de Sichuan no dia 12 de Maio de 2008, diversos sectores e comunidades de Macau demonstraram carinho e preocupação para com as compatriotas das zonas sinistradas. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau disponibilizou, de imediato, 5.500 milhões de patacas (sendo a Fundação Macau responsável por 500 milhões de patacas). Foi criada a "Comissão Coordenadora da Região Administrativa Especial de Macau para o Apoio à Reconstrução das Zonas Afectadas Pós-terramoto em Sichuan" para se desenvolver o trabalho seguinte, de modo a que fosse, com a maior brevidade possível, concretizado este apoio à reconstrução nas zonas de desastre. A zona objecto do apoio envolveu mais de 40 distritos e zonas, com um total de 103 projectos (não contados 3 projectos da Fundação Macau) abrangendo as áreas de educação, cultura, saúde, infra-estruturas e bem-estar social. Até 2012, terminou-se todo o trabalho de apoio à reconstrução em Sichuan, cuja auditoria teve lugar em 2013, atingindo o objectivo e a eficácia previstos.

Sintetizadas as prioridades acima indicadas e referentes à acção governativa dos últimos cinco anos, constata-se que o trabalho de todos os domínios da área dos assuntos sociais e cultura atingiu os objectivos previstos. Contudo, temos de ter a consciência nítida que os desafios e as oportunidades sempre coexistem, tal como as dificuldades e a esperança; o caminho para a construção da Região Administrativa Especial de Macau não é fácil, tendo vários obstáculos. Por isso, devemos manter um elevado sentido de alerta e conhecer a interdependência entre o bem e o mal. Não podemos ser negligentes. Pelo contrário, temos de tomar a iniciativa de elevar a nossa capacidade de prevenir e resistir aos riscos bem como de converter riscos em oportunidades.

Olhando para o ano de 2015, o 4.º Chefe do Executivo, Dr. Chui Sai On, definiu, no texto do seu Programa Eleitoral, o objectivo governativo de "Aspirações comuns para o Futuro e Partilha da Prosperidade"; o novo Governo está bem preparado para servir a população com a atitude de "auscultar a opinião pública, assumir responsabilidades e enfrentar desafios". Na base do elevado sentido de responsabilidade e de missão, com convicção e em observância dos princípios legais de zelo, integridade e eficácia, que facilitam a vida da população, com uma atitude entusiástica, inovadora, científica e pragmática, os trabalhadores de todos os níveis da área dos assuntos sociais e cultura elaborarão, firmemente, todos os planos de desenvolvimento e executarão todas as medidas favoráveis aos cidadãos, elevando assim o nível geral da sua qualidade da vida, gozando em conjunto o resultado do desenvolvimento e prosperidade social. Ao mesmo tempo, manter-se-ão sempre atentos e preparados para enfrentar os diferentes desafios.

Área de Transportes e Obras Públicas

ÍNDICE

PREFÁCIO 302

PRIMEIRA PARTE
BALANÇO DA EXECUÇÃO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA DO ANO 2014 ... 304

1. Cooperação Regional 304
   1.1. Planeamento Urbanístico 304
   1.2. Trânsito Transfronteiriço 304
   1.3. Cooperação no domínio da protecção ambiental 305
   1.4. Infra-estruturas de fornecimento de electricidade e de abastecimento de água 306
   1.5. Cooperação no domínio das Telecomunicações e Correios 307
2. Planeamento Urbanístico e Gestão de Solos 307
3. Urbanização 308
   3.1. Infra-estruturas 308
   3.2. Reparação de edifícios 310
4. Habitação 311
   4.1. Atribuição de habitação pública 311
   4.2. Revisão e alteração do regime jurídico de habitação pública 311
   4.3. Medidas de abono de habitação social 313
5. Trânsito e Transportes 313
   5.1. Transportes terrestres 313
   5.2. Sistema de Metro Ligeiro 316
   5.3. Transporte Marítimo de Passageiros 316
   5.4. Aviação 317
6. Protecção ambiental e energias 317
   6.1. Protecção Ambiental 317
   6.2. Energia 320
7. Telecomunicações, Correios, Ciências e Tecnologias 321

SEGUNDA PARTE

BALANÇO DA EXECUÇÃO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA DO TERCEIRO MANDATO DO GOVERNO DA RAEM 323

1. Cooperação regional 323

1.1. Aprofundar a cooperação relativa aos planos urbanísticos e impulsionar o desenvolvimento e a coordenação entre regiões 323

1.2. Articulação das infra-estruturas dos transportes inter-regionais, elevando a acessibilidade regional 324

1.3. Reforço da cooperação ambiental e aperfeiçoamento dos trabalhos de prevenção e tratamento conjuntos 326

1.4. Optimizar as infra-estruturas de fornecimento de electricidade e de abastecimento de água, garantindo a estabilidade do fornecimento de energia e de água 327

1.5. Fortalecimento gradual da cooperação regional no âmbito das telecomunicações, correios, ciências e tecnologias 328

2. Planeamento Urbanístico e Gestão de Solos 329

2.1. Planeamento urbanístico científico para aproveitar os recursos de solos 329

2.2. Aumentar a reserva de terrenos, apoiar o desenvolvimento sustentável 331

2.3. Aperfeiçoar a produção legislativa, optimizar a gestão urbana 332

3. Urbanização 333

3.1. Optimização de instalações e melhoramento da sustentabilidade dos postos fronteiriços 333

3.2. Reforço da construção rodoviária e melhoramento do ambiente do tráfego rodoviário 333

3.3. Melhoramento das redes de drenagens e reforço do tratamento das águas residuais urbanas 335

3.4. Construção de instalações e melhoria do ambiente habitacional e turístico .. 336

3.5. Optimização das instruções regulamentares para melhorar a eficiência da apreciação e aprovação dos projectos 337

3.6. Trabalhos multifacetados e criação de um ambiente para viver em sossego . 338

4. Habitação 339

4.1. Concretização da oferta de habitação pública para apoiar os residentes na aquisição de habitação 339

4.2. Bom planeamento de habitação pública para definir o objectivo de oferta em quantidade 340

4.3. Auscultação das opiniões da sociedade para definir a estratégia do desenvolvimento 342
4.4. Criação do Conselho para os Assuntos de Habitação Pública para aumentar a transparência da acção governativa 343
4.5. Prorrogação dos planos de apoio financeiro para aliviar a pressão, nas famílias com baixos rendimentos 343
4.6. Reforço dos assuntos relativos à administração dos edifícios para elevar a qualidade do ambiente habitacional 344
4.7. Regulamentação do funcionamento da actividade e promover o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário 345
5. Trânsito e Transportes 346
5.1. Transportes terrestres 346
5.2. Sistema de Metro Ligeiro 352
5.3. Transporte Marítimo de Passageiros 354
5.4. Aviação 355
6. Protecção ambiental e energias 357
6.1. Protecção ambiental 357
6.2. Energia 364
7. Telecomunicações, Correios, Ciências e Tecnologias 368
7.1. Regulação de Telecomunicações 368
7.2. Correios, Ciências e Tecnologia 371
CONCLUSÃO 373

PREFÁCIO

A principal função da área de Transportes e Obras Públicas é providenciar suficientes equipamentos comunitários, contribuindo para a criação de um centro mundial de turismo e lazer, o aprofundamento da integração regional, a expansão da economia de escala, em articulação com o desenvolvimento económico e social.

Para o desenvolvimento, planeamento e construção das novas infra-estruturas para a região é necessário o desenvolvimento e promulgação dos, respectivos, diplomas legais.

Seguindo as linhas de acção governativa do terceiro mandato do Governo da RAEM, a área de Transportes e Obras Públicas definiu objectivos políticos, planos estratégicos a longo prazo e estabeleceu os respectivos procedimentos, o que contribuiu para o desenvolvimento do ordenamento jurídico e para estabelecer condições que assegurem o crescimento económico e social da região.

Por este motivo foram realizados trabalhos em várias vertentes. Tendo em conta o desenvolvimento da região e as questões que estão directamente ligadas com a população, foi dada prioridade à actualização dos respectivos diplomas legais.

Em primeiro lugar, procedemos à revisão dos diplomas legais e regulamentares da área de transportes e obras públicas mais antigos, procedemos aos trabalhos para a revisão legislativa dos diplomas que se articulam com a população em geral, nomeadamente a "Lei de terras", o "Regulamento de segurança contra incêndios", o "Regime Jurídico da Construção Urbana" e a "Lei de prevenção e controlo do ruído ambiental", etc.

Em segundo lugar, participámos no processo legislativo de elaboração da "Lei do planeamento urbanístico", que entrou em vigor no corrente ano - tendo sido criadas as bases legais para o desenvolvimento sustentável de Macau. A elaboração da proposta de lei do "Regime jurídico de acreditação, registo, inscrição e qualificação para o exercício de funções profissionais nos domínios da construção civil e do urbanismo", tem por objectivo promover o profissionalismo e a internacionalização deste sector profissional.

Paralelamente, estando a sociedade atenta à questão da segurança dos elevadores, procedeu-se, por este motivo, à divulgação das "Instruções para a apreciação, aprovação, vistoria e operação dos equipamentos de elevadores".

Em terceiro lugar, foi dada atenção à questão da habitação, de modo a promover o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário, tendo sido elaborado o "Regime jurídico da promessa de transmissão de edifícios em construção" e a "Lei da actividade de mediação imobiliária", etc.

Paralelamente foram promulgados diplomas e implementadas medidas para reforçar a eficiência dos trabalhos nas áreas de combate às obras ilegais e de apoio à reparação predial.

Com o esforço envidado nestes anos, empenhamos trabalhos na elaboração dos diplomas legais, nomeadamente, no âmbito do ordenamento do território, do planeamento

urbanístico, da protecção ambiental, da habitação, do mercado imobiliário, da administração predial, dos transportes, do fornecimento de energia e de água, etc. Contribuindo para a modernização do sistema jurídico, visando uma base sólida para o desenvolvimento da região.

Simultaneamente intensificámos os trabalhos de gestão dos solos, de combate à ocupação ilegal dos terrenos do Governo.

Procedeu-se à criação de um mecanismo de oferta eficiente de habitação pública, a longo prazo, à definição do rumo e dos objectivos para o aumento da oferta e da atribuição deste tipo de fracções habitacionais de acordo com a capacidade económica dos residentes de Macau.

Futuramente, vamos promover a construção de infra-estruturas destinadas ao desenvolvimento da região, nomeadamente, alargar a rede rodoviária, proceder à canalização de água potável, esgotos, e colocação de cabos eléctricos e de telecomunicações, de modo a prestar um melhor serviço à população.

Quanto à política de primazia dos transportes públicos, procedemos à reforma do sistema dos transportes públicos e à implementação de medidas de melhoramento, bem como, está a decorrer a construção do Sistema de Metro Ligeiro.

Relativamente aos planos de protecção ambiental, iniciamos os trabalhos na criação do regime de avaliação de impacto ambiental.

Estamos a promover o planeamento e as obras de construção dos novos aterros, destinados a responder, a longo prazo, ao desenvolvimento da região.

Para além de promover a melhoria da sustentabilidade da região, também estamos a reforçar as suas relações externas.

Além disso, com a integração regional teremos oportunidade de obter vantagens ao nível da complementaridade regional.

O projecto da construção do novo campus da Universidade de Macau, na Ilha de Hengqin, simboliza a cooperação regional, no qual Guangdong e Macau implementaram novas medidas e ideias, de forma flexível e célere, para que a sua construção ficasse concluída dentro do prazo previsto, servindo este como um exemplo demonstrativo que servirá como uma experiência valiosa para impulsionar, no futuro, outros empreendimentos.

Além disso, estamos a promover a construção do novo posto transfronteiriço entre Guangdong e Macau, definimos o plano de abate de veículos e de tratamento dos resíduos sólidos inertes resultantes da demolição e remoção de construções, e iniciámos os trabalhos de coordenação relativos aos transportes transfronteiriços.

Paralelamente, o fornecimento de água e de electricidade de forma segura e estável, confere vantagens para o desenvolvimento e melhoria da sustentabilidade de Macau.

PRIMEIRA PARTE

BALANÇO DA EXECUÇÃO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA DO ANO 2014

1. Cooperação Regional

Em 2014, o Governo da RAEM promoveu de forma contínua a cooperação e o intercâmbio inter-regional, tendo obtido resultados significativos em diversas áreas.

1.1. Planeamento Urbanístico

Através da cooperação entre Guangdong e Macau foram concluídos dois planos, o "Planeamento de Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau" e o "Plano de Desenvolvimento para a Margem Ocidental do Estuário do Rio das Pérolas", a fim de servirem de referência no âmbito das políticas para o desenvolvimento coordenado do planeamento entre Guangdong e Macau.

Quanto ao novo posto transfronteiriço entre Guangdong e Macau, tendo por base estudos efectuados sobre o novo modelo de funcionamento dos postos fronteiriços, iniciaram-se faseadamente os projectos de infra-estruturas. Em primeiro lugar procedeu-se os trabalhos preliminares à relocalização do Mercado Abastecedor e elaborou-se o respectivo projecto de arquitectura, prevendo-se que as obras terão início em 2015. Quanto ao posto fronteiriço, já se iniciaram os trabalhos de concepção do projecto e coordenação com as respectivas entidades do Interior da China.

1.2. Trânsito Transfronteiriço

Em relação à ligação regional e interurbana, as ligações entre as instalações de trânsito são bastante relevantes. Iremos promover de uma forma activa a inter-operacionalidade do cartão porta-moedas electrónico utilizado nos transportes públicos de Macau e Guangdong, para além de ser utilizado nos transportes públicos, já tendo sido estendida a sua utilização às lojas de conveniência, supermercados, parquímetros e auto-silos, pelo que já estão reunidas as condições para se concretizar a sua utilização no pagamento e compra de bilhetes do ferroviário nos transporte ferroviários do Interior da China. Além disso, tem-se continuado a abordar a questão da emissão de cartas de condução de veículos ligeiros, no sentido de acelerar o processo de concretização.

As obras de construção da ponte e da ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau foram iniciadas, plenamente, de acordo com o plano fixado, tendo-se alcançado

um consenso sobre o contingente para os diversos tipos de veículos que circularão nesse mega empreendimento no início da sua entrada em funcionamento. Também se estudaram o projecto de funcionamento do serviço de autocarros dos três territórios e os assuntos relacionados com a realização de concursos público, os requisitos dos condutores, entre outros. Quanto aos problemas sobre a jurisdição administrativa e a jurisdição judicial da zona de controlo do posto fronteiriço de Macau da ilha artificial do posto fronteiriço Zhuhai-Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, já se chegou a um consenso e já se iniciaram os procedimentos do pedido de apreciação e aprovação. Quanto às construções da zona de controlo do posto fronteiriço de Macau, estando-se na fase de elaboração do projecto. Quanto à passagem sub-fluvial para peões entre Wanzai, em Zhuhai e a estação da Barra do Metro Ligeiro de Macau, já foram iniciadas as obras e o estudo preliminar das instalações transfronteiriças.

Em relação às ligações dos transportes ferroviários, foi assinado o "Acordo de Cooperação Estreita para a Aceleração da Promoção da Implementação do Projecto da Expansão Transfronteiriça do Metro Ligeiro de Macau até Hengqin de Zhuhai" e chegou-se a um consenso sobre o traçado do Metro Ligeiro de Macau com expansão até Hengqin, e sobre os problemas relativos aos limites e problemas técnicos, entre outros. O projecto de construção do segmento de extensão do novo posto transfronteiriço entre Guangdong e Macau está a ser coordenado e promovido pelo grupo de trabalho. A fim de haver um modelo que conjugue os transportes marítimos, terrestres e aéreos, entrou em funcionamento este ano, de forma integral, o serviço Express Link (Express Link Service) que permite deslocações directas entre os postos fronteiriços terrestres, os terminais marítimos e o Aeroporto Internacional, no sentido de proporcionar traçados convenientes e rápidos aos visitantes que vão para o Interior da China ou vêm a Macau ou viajam posteriormente para o exterior através do Aeroporto Internacional de Macau e alargar a acessibilidade da Zona do Delta do Rio das Pérolas.

1.3. Cooperação no domínio da protecção ambiental

A cooperação no âmbito da protecção ambiental obteve bons resultados no ano de 2014, tendo sido definida, através da cooperação regional, a proposta dos trabalhos de tratamento de resíduos sólidos inertes resultantes da demolição e remoção de construções e dos veículos abatidos, mantendo-se a comunicação com os serviços competentes do Interior da China e o acompanhamento da concretização dos trabalhos posteriores, empenhando-se esforços para realizar em 2015 as obras de construção referentes aos projectos de demonstração dos equipamentos de selecção dos resíduos sólidos inertes resultantes de demolição e remoção de construções em Macau.

Em 2014, foi assinada a renovação do "Acordo de Cooperação Ambiental entre o Interior da China e a Região Administrativa Especial de Macau", para melhor intensificar a comunicação, o intercâmbio e a cooperação entre o Interior da China e Macau na área da protecção ambiental. Ao mesmo tempo foram realizados, em conjunto com o Ministério de Ciência e Tecnologia da República Popular da China, o estudo do "Plano de Teste de Tráfego

Rodoviário de Veículos Eléctricos" e o "Estudo de Tecnologia de Controlo da Qualidade do Ar Interior de Macau", e foram publicados também os respectivos resultados.

Guangdong, Hong Kong e Macau assinaram o «Protocolo de Cooperação no Âmbito da Prevenção e Tratamento Conjuntos Contra a Poluição Atmosférica nas Regiões de Guangdong, Hong Kong e Macau». Em 2014, a estação de monitorização da qualidade do ar da Taipa Grande foi integrada oficialmente na "Rede Regional de Monitorização da Qualidade do Ar do Delta do Rio das Pérolas, de Guangdong, Hong Kong e Macau" e através da "Plataforma para Divulgação de Situações Efectivas da Qualidade do Ar Regional, de Guangdong, Hong Kong e Macau" proporcionam-se aos cidadãos informações atempadas da qualidade do ar das três regiões. Em relação à construção conjunta da "Rede de Aviso Sísmico do Delta do Rio das Pérolas" por Guangdong, Hong Kong e Macau, foi escolhida a estação sísmica da Taipa Grande, instalada na sede dos SMG, para integrar a "Rede de Aviso Sísmico do Delta do Rio das Pérolas". Além disso, foram realizados os trabalhos preparatórios do Projecto de Estudo Regional sobre as $PM_{2,5}$ e a construção conjunta da Rede de Observação Meteorológica no Estuário do Rio das Pérolas por Macau e Zhuhai.

Ao mesmo tempo, para cumprir as obrigações da "Convenção de Basileia sobre o Controlo de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação" e da "Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes", entre outras convenções ambientais internacionais aplicáveis a Macau, e para haver uma articulação com a exigência nacional quanto ao cumprimento das convenções, foram apresentados oportunamente os relatórios de cumprimento da convenção e os relatórios de avaliação de resultados, tendo os respectivos estudos sido desenvolvidos e concluídos de forma programada.

1.4. Infra-estruturas de fornecimento de electricidade e de abastecimento de água

Este ano, continuámos a aprofundar a cooperação regional em termos energéticos, e a promover a construção das infra-estruturas de fornecimento de electricidade já planeadas. Entre elas, prevê-se que tanto o terceiro circuito da segunda interligação de fornecimento eléctrico de 220 kV como a subestação de Jialin da rede eléctrica de Zhuhai, de 500 kV, poderão entrar em funcionamento em meados de 2015. Além disso, continuámos a reforçar o contacto e a coordenação com as redes de gasodutos de gás natural e com a fonte de gás natural de Guangdong, desenvolvendo todos os esforços no sentido de formar várias fontes através da ligação à rede de gasodutos de gás natural a montante, a fim de garantir o fornecimento de gás a Macau.

Com a finalidade de reforçar de forma aprofundada a segurança no abastecimento de água a Zhuhai e Macau, foi assinado, este ano, um "Memorando sobre a Construção da 4.ª Canalização de Abastecimento de Água a Macau e a Obra para Garantir o Fornecimento de Água Bruta entre Pinggang e Guangchang". Envidámos esforços para concluir, antes dos finais de 2016, a obra de construção da 4.ª canalização de abastecimento de água bruta a Macau, bem como concluir antes dos finais de 2018 a Obra para Garantir o Fornecimento

de Água Bruta entre Pinggang e Guangchang. Já foi aprovado o relatório da avaliação de impacto ambiental relativo ao empreendimento hídrico de Datengxia, tendo sido totalmente aprovados os 20 itens integrados nas condições de aprovação prévia. Prevê-se que seja iniciado o empreendimento no final do corrente ano.

1.5. Cooperação no domínio das Telecomunicações e Correios

A cooperação regional é favorável à disponibilização de serviços de boa qualidade e preços razoáveis de telecomunicações. Em 2014, continuámos a incentivar a comunicação e a cooperação no âmbito das tecnologias electrónicas e informáticas, bem como de sectores entre o Interior da China e Macau, estudando o desenvolvimento e a viabilidade de aplicação em Macau do Sistema de Supercomputador Tianhe II de Guangzhou.

Foram discutidas, entre os Serviços de Correios de Macau e os seus congéneres do Interior da China, questões sobre a cooperação transfronteiriça nos serviços de correio rápido económico, área do comércio electrónico, para lançar em Macau um serviço de importação de correio rápido eExpresso do Interior da China.

2. Planeamento Urbanístico e Gestão de Solos

A fim de organizar bem os trabalhos preliminares relativos ao planeamento geral urbanístico, foi concluído em 2010 o "Estudo de Planeamento Urbano Geral de Macau". Para além disso, estamos a proceder ao estudo referente às "Instruções Técnicas para a Elaboração do Plano Director de Macau", envidando esforços para que se iniciem em 2015 os trabalhos de elaboração do "Plano Director de Macau".

O planeamento geral urbanístico implica várias questões, nomeadamente o reordenamento global dos espaços urbanos, a análise dos dados, a articulação com as políticas governamentais, a distribuição de recursos, as preocupações dos cidadãos, os julgamentos referentes a valores públicos, etc., havendo a considerar ainda os assuntos no âmbito das orientações e das instruções definidas de acordo com as estratégias do desenvolvimento de Macau e o seu posicionamento na Região, assim como as instruções estratégicas na elaboração do planeamento urbanístico. Deste modo, temos envidado esforços para que os respectivos trabalhos fiquem concluídos dentro de 3 a 5 anos. Quanto ao planeamento director das novas zonas urbanas, prevê-se a realização no 4.º trimestre de uma consulta pública, nomeadamente sobre o ajustamento da funcionalidade da zona A para aí serem construídas 28 000 fracções destinadas a habitação pública e 4 000 fracções autónomas em regime de propriedade privada.

Além disso, temos acompanhado durante o corrente ano o planeamento de pequenas zonas e o estudo de projectos cruciais. Impulsionámos também o planeamento director da Vila de Coloane e o respectivo plano de protecção ambiental e recolhemos as opiniões do público, no intuito de manter a fisionomia da vila piscatória e revitalizá-la.

A fim de existir uma articulação com o futuro desenvolvimento de Macau, estão a decorrer os trabalhos dos novos aterros urbanos. Temos dado um grande impulso à execução dos aterros com vista a aumentar a oferta de terrenos. Temo-nos empenhado muito em acelerar a execução dos aterros da zona A, a qual é, entre as cinco zonas de aterros, a maior. Além disso, terminou em Agosto o acto público do concurso da empreitada de execução do aterro da zona E1, prevendo-se que as respectivas obras possam ter o seu início em princípios do próximo ano.

Em simultâneo, temo-nos dedicado a aperfeiçoar o mecanismo de gestão de solos, pelo que continuaremos a acompanhar os processos relacionados com terrenos não aproveitados, tendo-se já dado início às audiências prévias em mais de 20 casos relativas à declaração de caducidade de concessões e procedido às respectivas tramitações ulteriores. Temos continuado ainda, de um modo firme, os trabalhos de combate à ocupação ilegal de terrenos do governo, e já conseguimos recuperar 3 terrenos que estavam ocupados.

Além disso, a "Lei do planeamento urbanístico" e a nova "Lei de terras" que entraram em vigor em 1 de Março do corrente ano, proporcionam fundamentos legais sólidos para promover e aperfeiçoar o planeamento urbanístico de Macau e os trabalhos no âmbito da gestão de solos. Os regulamentos administrativos do "Conselho do Planeamento Urbanístico" e sobre a "Regulamentação da Lei do planeamento urbanístico" entraram em vigor no mesmo ano. Desde a criação do "Conselho do Planeamento Urbanístico", o qual tem exercido de uma forma activa as suas funções, até ao fim de Setembro de 2014, realizaram-se 10 reuniões, tendo o mesmo emitido os seus pareceres sobre 59 plantas de condições urbanísticas.

Por outro lado, no intuito de haver uma articulação entre a "Lei do planeamento urbanístico" e a nova "Lei de terras", estamos a realizar estudos para elaboração de um regulamento administrativo que estabeleça as finalidades dos terrenos e fixámos os montantes da caução a prestar pelos interessados que solicitem a concessão de terrenos com dispensa de concurso público. Já se iniciaram também estudos e análises sobre a revisão do prémio devido pela concessão de terrenos em cada seis meses, assim como os trabalhos relativos à elaboração dos regulamentos complementares no âmbito das rendas, do preço do domínio útil, das taxas da concessão de uso privativo e das taxas da licença de ocupação temporária. Além disso, reexaminou-se o projecto de lei do "Regime jurídico do reordenamento dos bairros antigos" que tinha sido retirada e procedeu-se a uma análise e estudos dos assuntos mais importantes e debatidos do respectivo projecto de proposta de lei.

3. Urbanização

3.1. Infra-estruturas

Em 2014, continuámos a proceder, pela devida ordem, à construção das instalações urbanas e aos projectos de infra-estruturas comunitárias, bem como à optimização das

redes rodoviárias. Em relação ao desenvolvimento rápido da Taipa e do COTAI, a circulação viária das 3 pontes que fazem a ligação entre a Macau e a Taipa já se encontra praticamente sobrecarregada, pelo que foram iniciados os estudos de viabilidade da construção da 4.ª Ligação Rodoviária Marítima Macau – Taipa e do Túnel Subaquático entre as Zonas dos Aterros A e B, estando os mesmos na fase de análise da viabilidade de utilização da área marítima.

Para além disso, actualmente, o trânsito nas artérias viárias do COTAI está demasiado saturado. Após a entrada em funcionamento do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa e o desenvolvimento da Zona E das Novas Zonas Urbanas, assim como a entrada em funcionamento da 4.ª passagem marítima, o trânsito aumentará, pelo que ocorrerão eventualmente engarrafamentos nas referidas artérias, nomeadamente nos locais junto ao aeroporto. Desde modo, em 2012 já se deu início, ao estudo relativo à construção de um Túnel na Colina da Taipa Grande, em que se prevê um futuro melhoramento do trânsito através da construção de um acesso directo que fará a ligação entre o sul e o norte. Estamos também a acompanhar com atenção os problemas de mobilidade dos moradores de Coloane, tendo-se iniciado no mesmo ano a obra da construção do túnel de Ká Hó. Temos igualmente enviado esforços para que fiquem concluídos, nos finais do corrente ano, a parte descoberta do troço sul, e iniciámos as obras de construção do troço em túnel.

Relativamente à optimização da rede rodoviária, ficou concluída a obra de prolongamento da via situada perto do depósito provisório de combustíveis da Ilha Verde, junto à Estrada Marginal da Ilha Verde. De modo a aliviar o trânsito rodoviário na zona da Areia Preta, nomeadamente os engarrafamentos que ocorrem durante a realização do Grande Prémio de Macau, devido à interdição do trânsito das principais artérias viárias, tal como na Rua dos Pescadores e outras artérias viárias principais, está prevista a construção de uma nova ligação viária entre a Estrada da Bela Vista e a Avenida de Venceslau de Morais, no próximo ano.

Relativamente às infra-estruturas transfronteiriças, tem sido promovido de uma forma activa a construção do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa. Após a conclusão da construção das estruturas principais do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, envidaremos esforços para pôr o terminal em funcionamento a título experimental. Estão a realizar as obras de optimização do espaço do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior, prevê a sua conclusão durante o presente ano.

Face ao rápido desenvolvimento urbano e às condições climáticas adversas, em 2014, procedemos de uma forma activa ao melhoramento das redes de drenagem, consistindo no melhoramento gradual dos colectores subterrâneos junto à Avenida de Horta e Costa, a fim de elevar a respectiva capacidade de drenagem. Ao mesmo tempo, deu-se início à execução das obras de nivelamento do terreno contíguo ao depósito provisório de combustíveis da Ilha Verde, à instalação de um novo sistema separativo de águas pluviais e residuais nas imediações, tendo sido igualmente iniciada a execução da obra de reordenamento da rede de drenagem da Rua da Bacia Sul, a fim de aumentar a capacidade de drenagem de águas residuais do Bairro do Fai Chi Kei. Assim, no intuito de se proceder ao ordenamento do

problema das inundações da Zona do Porto Interior, foram iniciadas de uma forma faseada as obras provisórias de prevenção de inundações naquela zona. Em relação às Ilhas, foram instalados em 2013 colectores de água pluvial no sistema de drenagem num troço da Rua do Desporto, junto à Rua do Regedor, de modo a desviar a água pluvial das imediações desta última. Em 2014 foi concluída a obra de drenagem da Rotunda Tenente Pedro Loureiro, de modo a não sobrecarregar o sistema de drenagem da Estrada do Governador Albano de Oliveira. Além disso, foram concluídas as obras de substituição de condutas da drenagem na zona oeste do Kartódromo de Coloane e deu-se início às obras do reordenamento da drenagem da Estrada de Hac Sá.

3.2. Reparação de edifícios

Em 2014 continuámos a prestar atenção às questões de reparação e conservação dos edifícios e a resolver, através de várias medidas, algumas questões existentes, como a dos prédios em mau estado de conservação e as edificações ilegais. Para além da fiscalização que é regular e permanente, no sentido de conhecer melhor a situação dos edifícios em mau estado de conservação, entrou-se em Agosto do corrente ano na fase de testagem do "Sistema de Gestão de Dados sobre Edifícios em Estado de Degradação" e procurar-se-á que em finais do corrente ano este sistema entre em funcionamento.

No intuito de agilizar o tratamento dos edifícios em mau estado de conservação e em estado de ruína, foram optimizadas as respectivas medidas no decurso do corrente ano. Essas medidas consistem na emissão de instruções de reparação para os proprietários, de modo a permitir assim que os condóminos tomem previamente, em função das diferentes situações, as respectivas medidas e elaborem os seus projectos para facilitar a reparação das partes danificadas, sem necessitarem de aguardar pelo relatório de vistoria do Governo. Além disso, tem continuado o combate às edificações ilegais e foram adoptados métodos incentivadores, de modo a encorajar os cidadãos a procederem à demolição das edificações ilegais, por iniciativa própria. Os resultados dessas novas medidas têm, gradualmente, sido notórios. Nos primeiros nove meses de 2014, foram tratados 163 pedidos de demolição de edificações ilegais por iniciativa própria, significando um aumento de 80% em comparação com o número de pedidos do ano passado, e foram aprovados 6 pedidos inerentes ao "Plano de Apoio Financeiro para Demolição de Edificações Ilegais".

Por outro lado, temos intensificado os trabalhos de revisão da parte administrativa do "Regime Jurídico da Construção Urbana" e, ao mesmo tempo, temos promovido os trabalhos de revisão de um outro regime jurídico importante relativo à construção urbana, o Regulamento de Segurança contra Incêndios.

Quanto ao "Regime Jurídico da Acreditação, Registo e Qualificação Profissional de Técnicos no Âmbito da Edificação e do Urbanismo", estando em fase final do processo legislativo. Além disso, temos vindo a optimizar, de uma forma vigorosa, os respectivos procedimentos administrativos, de modo a acelerar a apreciação e aprovação das obras de construção privadas. Em 2014 foram elaborados três tipos de impressos relativos a

pedidos de obras de modificação e reforçou-se a cooperação com a entidade emissora de licenças administrativas, a qual já disponibiliza instruções e impressos de pedidos especializados para obras relativas às instituições educativas, instalações de serviços sociais e instalações sanitárias com mais de 20 tipos de finalidades, a fim de evitar a entrega repetitiva de documentos por parte do requerente, e evitar a consulta repetitiva entre os serviços envolventes.

4. Habitação

No ano de 2014, envidamos de forma contínua todos os esforços no sentido de promover a construção de habitação pública e simultaneamente, proceder ao acompanhamento e tratamento dos trabalhos de apreciação das candidaturas dos agregados familiares e dos trabalhos de organização da ocupação das fracções, tendo, também, iniciado os trabalhos de revisão da legislação respeitante à habitação social e habitação económica.

4.1. Atribuição de habitação pública

Para acelerar o acompanhamento do concurso público para aquisição das 1 544 fracções de habitação económica de tipologia T1 do Edifício Ip Heng de Seac Pai Van, após a apreciação da qualificação de acesso, foi concluído, em Fevereiro, o sorteio informático e a elaboração da lista de ordenação, e em Agosto, iniciou-se de imediato a organização da ocupação ordenada das fracções pelos agregados familiares seleccionados. O concurso público para aquisição das 1 900 fracções de habitação económica de diferentes tipologias terminou no dia 17 de Março de 2014. Actualmente, está-se a tratar de forma acelerada dos trabalhos de apreciação da qualificação de mais de 42 000 candidaturas de agregados familiares.

Em relação à habitação social, iremos continuar a tratar de forma ordenada os agregados familiares na lista de espera do concurso do ano 2009, tendo concluído, em Setembro, a primeira fase da organização da ocupação das fracções. Além disso, procedeu-se à apreciação da qualificação dos agregados familiares do concurso público de 2013, tendo sido publicada a lista provisória em Outubro, prevendo-se, ainda, a publicação da lista definitiva no final do corrente ano e o início da organização da ocupação das fracções no próximo ano.

4.2. Revisão e alteração do regime jurídico de habitação pública

No intuito de dar resposta às aspirações apresentadas pela sociedade relativas à resolução das dificuldades de habitação, através do modelo "Terra de Macau destinada a residentes de Macau", o Grupo de Trabalho Interdepartamental do Governo lançou, em

Maio do corrente ano, o documento de consulta sobre o Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau, tendo sido recebidos 744 textos de opiniões. O Governo está a organizar e a analisar as opiniões recolhidas. A concepção deste plano é uma medida complementar, que tem como destinatários principais os residentes de Macau com rendimento superior ao limite máximo do rendimento de habitação económica, mas sem capacidade de aquisição de habitação no mercado privado, e os residentes com capacidade de aquisição de habitação económica, que desejam elevar a qualidade das suas habitações, mas são incapazes de acompanhar a subida dos preços da habitação no mercado privado. Este Plano formará, a longo prazo, com o mercado privado e a habitação pública, um quadro de oferta de habitação de quatro níveis, proporcionando aos residentes mais uma opção de aquisição de casa própria.

Em simultâneo, foram iniciados diversos trabalhos de estudos no corrente ano, como por exemplo, estudos do modelo de operação e do desenvolvimento das lojas de habitação pública, estudos da política de habitação para idosos e estudos de aperfeiçoamento do regime de habitação social, com vista a servirem como importante referência para o planeamento de habitação pública.

A par disso, no ano de 2014, foram iniciados os trabalhos de alteração do regime jurídico de habitação pública, e foi lançado, em Julho, o documento de consulta sobre a revisão da Lei da habitação económica, sendo adoptada uma solução em "duas fases". Na fase actual, em primeiro lugar, serão auscultadas, amplamente as opiniões dos diversos sectores da sociedade no que diz respeito à alteração do conteúdo essencial e do regime fundamental da Lei da habitação económica, bem como relativamente aos temas que envolvem o regime de habitação social e a política de habitação pública. Em seguida, com base nas opiniões e sugestões recolhidas, será apresentada, antes do final do corrente ano, uma proposta concreta sobre a revisão global dos regimes jurídicos da habitação económica e da habitação social. Sobre essa proposta concreta, irão ser auscultadas, de novo, as opiniões da sociedade mediante consulta pública, e, com base nessas opiniões, serão desenvolvidos os trabalhos de alteração legislativa.

Após a compilação das opiniões da consulta realizada na primeira fase, foi elaborado o texto legal sobre a alteração parcial da Lei da habitação económica, e iremos submetê-lo para iniciar o procedimento legislativo, no qual, propõe-se a alteração das respectivas disposições constantes na Lei de habitação económica, no sentido de permitir, ao Instituto de Habitação, uma apreciação preliminar das candidaturas e, em seguida, efectuar o sorteio para graduação entre as candidaturas devidamente instruídas com informações claras e completas. Só na fase posterior é que será realizada uma apreciação e verificação mais avançada dos requisitos dos candidatos sorteados e da veracidade e exactidão das informações apresentadas por esses candidatos. As alterações introduzidas à legislação facilitarão seguramente a rapidez de realização dos trabalhos de apreciação relativos a mais de 42 000 candidaturas à habitação económica de diferentes tipologias, procurando-se assim responder, de forma oportuna, às aspirações dos candidatos e de os organizar a ocupação das fracções o mais cedo possível.

Além disso, este ano, realizou-se uma nova consulta pública sobre a "Lei da actividade comercial de administração de condomínios", esperando-se, através da aplicação da lei, elevar o nível dos serviços deste sector e aperfeiçoar a qualidade da administração dos edifícios. Por outro lado, em Agosto procedeu-se a uma alteração dos artigos transitórios da Lei da actividade de mediação imobiliária, no sentido de permitir, aos mediadores imobiliários, que à data da publicação da respectiva lei possuíam os seus estabelecimentos comerciais instalados no rés-do-chão de imóveis destinados a fins residenciais, habitacionais ou industriais, pedir a concessão da licença provisória, sendo a respectiva licença válida até 31 de Agosto de 2019.

4.3. Medidas de abono de habitação social

O Governo tem continuado empenhado na implementação da medida de atribuição de abono de residência aos agregados familiares da lista de candidatos a habitação social. A partir de Setembro de 2014, o montante mensal do abono a atribuir aos agregados familiares compostos por 1 ou 2 pessoas, passa de 1 450 patacas para 1 650 patacas e os agregados familiares compostos por 3 ou mais pessoas passa de 2 200 patacas para 2 500 patacas. Prevê-se que até Dezembro, o montante deste abono atinja o valor aproximado de 16 milhões de patacas.

Simultaneamente, foi ajustada a medida de isenção do pagamento da renda dos arrendatários de habitação social. A partir de Janeiro do corrente ano, o limite máximo da isenção da renda é fixado no valor de 2 000 patacas, sendo a medida válida por um ano. Prevê-se que os beneficiários da isenção das rendas sejam cerca de 10 mil arrendatários e o valor da isenção das rendas seja aproximadamente de 51,6 milhões de patacas.

5. Trânsito e Transportes

5.1. Transportes terrestres

Prosseguiram-se, de forma contínua e ordenada, os trabalhos que a Política Geral do Trânsito e Transportes de Macau (2010-2020) propõe, implementando a política do trânsito e transportes cuja "primazia dos transportes públicos" é a componente central.

Para melhor articular com a futura procura nos transportes públicos em Macau, introduziram-se aperfeiçoamentos no ambiente de correspondência entre os transportes públicos dos postos fronteiriços com a construção do Sistema de Metro Ligeiro, alargaram-se os serviços de carreiras nocturnas de autocarros em resposta à procura e elevou-se o nível de qualidade dos serviços de táxis.

A fim de implementar a política de "primazia dos transportes públicos", promoveu-se, com o maior dos esforços, o corredor de trânsito rápido para autocarros entre a Barra e as Portas do Cerco.

Em 2014, deu-se continuidade, até à Praça de Ponte e Horta e à Rua do Visconde Paço de Arcos, aos trabalhos relativos ao ordenamento viário, assentamento de tubagem, instalação dos equipamentos de apoio ao trânsito e mudança das instalações comunitárias, prevendo-se a elaboração, no final do ano, do projecto final.

No âmbito do serviço de autocarros, foi, sem sobressaltos, resolvido o incidente público sobre a transição da exploração da Reolian para a Nova Era, e procedeu-se, de forma activa, à optimização da rede de carreiras, da distribuição de paragens e do ambiente das zonas de espera, assim como à criação de carreiras rápidas, ao ajustamento da frequências de partidas e ao prolongamento do horário da prestação de serviços. Neste campo, articulando as necessidades do novo bairro de Seac Pai Van e da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, foram criadas as carreiras n.^{os} 22F, 25F, 59, 71 e MT3U, com vista a, num percurso mais curto, facilitar a deslocação entre a Praça Ferreira do Amaral, as Portas do Cerco, Seac Pai Van e a Universidade de Macau na Ilha de Hengqin.

A fim de responder à procura dos serviços de táxis por parte de cidadãos e turistas, foram atribuídas, em Maio deste ano, mediante concurso público, 200 novas licenças de táxi com um período de validade de oito anos e, com a renovação das licenças especiais de táxis, foi reforçado o serviço de solicitações através de chamadas telefónicas e sem barreiras, com a introdução de veículos adaptados ao transporte de deficientes motores. Além disso, a fim de articular com o desenvolvimento da sociedade, iniciou-se a auscultação pública sobre a revisão do regime jurídico do transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer (ou táxis), recolhendo-se, de forma ampla, as opiniões da sociedade respeitantes ao regime de exploração dos táxis.

A Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020) determina a gestão racional dos veículos particulares como um plano de acção importante. Em 2014, foram, prioritariamente, incutidas actuações nas áreas que mais preocupam os cidadãos, incluindo o estudo do regime de inspecção dos veículos e a elaboração do projecto atinente ao encurtamento da periodicidade da inspecção obrigatória dos veículos.

Neste âmbito, foi, no sentido de aumentar a mobilidade e rotatividade na ocupação dos lugares de estacionamento e aperfeiçoar a gestão do estacionamento, introduzida, em Janeiro deste ano, a modalidade de pagamento de tarifas por diferentes períodos horários no Auto-Silo Pak Leng, tendo sido, igualmente, levada a cabo a revisão do Regulamento Administrativo do Serviço Público de Parques de Estacionamento.

A fim de incentivar os cidadãos a aderirem activamente à mobilidade ecológica, prosseguiu-se com a construção do sistema pedonal em diferentes zonas de Macau.

Continuou-se, pois, a promover, de forma ordenada, o planeamento da construção de quatro sistemas pedonais, sendo eles o passeio pedonal entre o Edifício do Lago e as

Casas-Museus da Taipa, o mirante na Taipa Pequena, o corredor verde superior ao longo da Avenida de Guimarães da Taipa e a passagem superior da Rotunda do Istmo Taipa-Coloane, tendo-se já iniciado, no corrente ano as obras dos primeiros dois projectos e a concepção do projecto dos restantes dois. Além disso, a estrutura principal da referida passagem superior da Rotunda do Istmo Taipa-Coloane está pronta, estando previsto para o princípio do próximo ano o seu funcionamento experimental.

O sistema pedonal da Península de Macau está também a ser construído de forma acelerada. Com vista a construir um passeio sem ruptura na ligação entre a Rua do Campo e a zona central e entre a Colina da Guia e o ZAPE, foram, faseadamente, implementados o Projecto do Embelezamento da Rua da Encosta e de Acesso pedonal entre o ZAPE e a Guia, tendo, sido iniciadas, no ano transacto, as obras das zonas 1 e 2, assim como, este ano, as obras da construção do túnel pedonal da zona 3 e do sistema de escada rolante da Rua da Surpresa.

Depois da sua construção, as actuais instalações pedonais serão interligadas em série com o sistema pedonal da Rua da Encosta, encurtando eficazmente o percurso pedonal entre a zona central e o ZAPE.

A par disso, foi, de forma activa, efectuada a revisão do ambiente pedonal das diferentes zonas. Já este ano, foram realizados mais de 10 projectos de ordenamento viário, ajustamento e optimização das instalações de atravessamento para peões, assim como foram introduzidas melhorias e renovação das passadeiras e da sinalização horizontal da zona envolvente de 28 escolas, criando um ambiente seguro para as deslocações pedonais.

Para aprofundar a coordenação e organização das obras viárias, o Grupo de Coordenação das Obras Viárias recebeu, este ano, um total de 409 projectos de grande dimensão, dos quais, sob a sua coordenação, tiveram já início 169.

Por outro lado, deu-se continuidade ao aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão do trânsito rodoviário, aumentando o número de espaços de estacionamento assim como, de forma faseada, se levou a efeito o plano de instalação de parquímetros para ciclomotores e motociclos.

Com a conclusão do estudo prévio e do respectivo plano, irão ser criados mais de 300 lugares com parquímetros para estacionamento por períodos de duas horas nas ruas de Pedro Coutinho, de Fernão Mendes Pinto e de Francisco Xavier Pereira. Igualmente foi dado início à elaboração da fase prévia do plano atinente à criação do mesmo tipo de estacionamento na Praia Grande, para onde se prevê a disponibilização de cerca de 300 lugares para ciclomotores e motociclos. Ao mesmo tempo, tenciona-se, ainda, instalar os referidos parquímetros no NAPE, estimando-se vir a oferecer cerca de 1 300 lugares com esses equipamentos.

Além disso, para acompanhar a ocupação sucessiva da habitação pública de Seac Pai Van, foi, em Março, aberto ao público o auto-silo do Edifício Lok Kuan que oferece mais de 900 lugares de estacionamento para automóveis ligeiros e motociclos e prevê-se a abertura

do auto-silo da Ponte Negra, na Taipa, para o final deste ano, com a oferta de 175 lugares de estacionamento para o mesmo tipo de veículos.

5.2. Sistema de Metro Ligeiro

Em 2014, a Linha da Taipa do Sistema de Metro Ligeiro entrou na fase de execução em grande escala. Perante a oportunidade do desenvolvimento acelerado de Macau, a Linha da Península de Macau foi ajustada com base na solução de planeamento prevista. Na sequência da conclusão do projecto final dos comboios do Metro Ligeiro e do início da produção em série, bem como do ensaio estático dos comboios, efectuado em 2013, iniciou-se, este ano, o ensaio dinâmico dos sistemas do primeiro comboio, tais como, a frenagem dos comboios, a tracção, o acoplamento e o ar-condicionado, entre outros.

No aspecto de construção civil, o projecto dos segmentos da Linha da Taipa entrou na fase de construção da estrutura principal, sendo que foi concluída a montagem duma parte do viaduto em várias artérias principais, nomeadamente, na Estrada da Baía da Nossa Senhora da Esperança, na Avenida do Dr. Henry Fok e na Avenida Wai Long; a empreitada de construção do Centro Modal de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira encontra-se em desenvolvimento ordenado, enquanto se procura o arranque da empreitada de construção do Centro Modal de Transportes da Barra no fim do corrente ano.

Relativamente à Linha da Península de Macau, face à construção do novo posto transfronteiriço entre Guangdong e Macau e a alguns factores, nomeadamente o ajuste da área dos novos aterros urbanos aprovado pelo Governo Central, o projecto do traçado dos Segmentos Sul e Norte da Linha da Península de Macau sofreu ajustes, sendo que foi decidido adoptar a solução do Traçado Elevado da Avenida 24 de Junho para o Segmento Sul. No que toca ao traçado do Segmento Norte, foram apresentadas três soluções para efeitos de consulta pública, as quais se encontram actualmente em análise.

Para além de temos envidado esforços na construção do Metro Ligeiro, temos reforçado o estudo para o plano dos segmentos do Metro Ligeiro, com o objectivo de estender o Sistema de Metro Ligeiro até ao Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas e ao complexo de habitação pública de Seac Pai Van, procedeu-se, este ano, à actividade de recolha de opiniões sobre o estudo de viabilidade da Linha de Seac Pai Van do Metro Ligeiro, sendo que foram recolhidas mais de 3 000 opiniões, que estão a ser organizadas e analisadas. Relativamente ao Eixo de Ligação Este entre Macau e a Taipa, continuamos a estudar a localização concreta das estações e as soluções do traçado, no sentido de as articular com os trabalhos de estudo do Plano Director das Novas Zonas Urbanas e da obra da quarta passagem entre Macau e a Taipa do Metro Ligeiro.

5.3. Transporte Marítimo de Passageiros

À medida que se promove a cooperação regional e se iniciam sucessivamente a construção da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e as obras de aterro de grande envergadura,

está cada vez mais intenso o tráfego marítimo nas águas confinantes com Macau. Para garantir a segurança na navegação de embarcações nas águas confinantes com Macau, publicámos em Agosto deste ano a nova edição dos Portos de Macau, assim como instalámos dois pontos de vigilância equipados com CCTV na costa entre a Ponte de Sai Van e a Ponte da Amizade, no sentido de assegurar melhor a navegação das embarcações de alta velocidade e de outros navios que circulam na área marítima de Macau.

Por outro lado, através da cooperação regional e da continuação de contacto estreito com os serviços marítimos das regiões vizinhas, foi estabelecido um mecanismo do quadro de cooperação no salvamento marítimo, no sentido de melhorar a resposta rápida a incidentes marítimos e a capacidade de cooperação em busca e salvamento das equipas de salvamento no mar, de Guangdong, Hong Kong e Macau.

5.4. Aviação

Em 2014 continuámos a explorar mais rotas de acordo com a política de céu aberto que temos vindo a adoptar. Iniciou-se a operação de duas novas rotas, Dalian e Hanói; também novos operadores começaram a operar nas rotas já existentes de Tianjin e Danang. Para além disso, o "Acordo de Serviços Aéreos entre Macau e Taiwan" foi assinado em Fevereiro, tendo eliminado completamente as restrições na capacidade entre Macau e Taipé e Macau e Kaoshiung; as companhias aéreas podem ainda operar serviços charter entre Macau e outros pontos em Taiwan. Em Junho, um novo Memorando de Entendimento sobre transporte aéreo foi assinado com o governo das Filipinas, tendo aumentado a capacidade para Manila em cerca de 7000 lugares por semana para cada lado, um aumento superior a 50% quando comparado com a capacidade anteriormente acordada.

Na implementação do Programa de Segurança Operacional da RAEM, foram definidos os objectivos de segurança operacional anuais para 2014. Foram também assinados memorandos de entendimento sobre a partilha de informação sobre segurança operacional com dois operadores a fim de melhorar a segurança operacional.

6. Protecção ambiental e energias

6.1. Protecção Ambiental

Em 2014 continuou-se a reforçar a eficiência dos trabalhos de tratamento da poluição do ar e dos resíduos, tendo sido promovidos os trabalhos de elaboração da legislação da protecção ambiental segundo os objectivos estabelecidos no "Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)", e empenhámo-nos na criação de uma cidade de baixo carbono. No que respeita ao resultado dos trabalhos efectuados nos últimos tempos, foram publicados no corrente ano os relatórios da implementação e da avaliação de eficiência

dos respectivos trabalhos, tendo os 53 projectos sido concretizados de forma programada, atingindo basicamente os objectivos de curto prazo.

Para melhorar a qualidade do ar nas vias públicas foram empenhados esforços nos trabalhos relacionados com o tratamento da poluição do ar, continuando-se a enviar grupos de trabalho para a amostragem de gases de escape emitidos por motores alimentados a gasóleo, sendo que, nos primeiros 9 meses do corrente ano, foram examinados 481 veículos, dos quais cerca de 80% foram qualificados; por outro lado, continuou-se a acompanhar a elaboração do regime de normas de emissão de gases de escape de veículos em circulação e o aperfeiçoamento do regime, assim como o plano de eliminação de veículos altamente poluidores, impulsionando-se, nos âmbitos de critérios, equipamentos e pessoal, o encurtamento do prazo de inspecção obrigatória anual dos veículos, prestando também apoios técnicos à protecção ambiental e à gestão de veículos. Foi concluído o projecto de diploma sobre a "Elaboração de Normas de Emissão de Gases de Escape de Veículos em Circulação e do Regime de Inspecções de Macau" e, além disso, mediante negociações com o sector de combustíveis local, foi aperfeiçoado o projecto de diploma do Regulamento Administrativo das "Normas relativas à gasolina sem chumbo e gasóleo leve para veículos". No futuro, reunir-se-ão as condições para adoptar as normas de gasolina sem chumbo e gasóleo leve para veículos equivalentes às da União Europeia V.

No que respeita à promoção de eco-veículos, para satisfazer em primeiro lugar e a título experimental a necessidade geral de compra de veículos pelos serviços públicos, impulsiona-se a utilização preferencial de eco-veículos nos serviços públicos, tendo sido também elaboradas as políticas e as propostas de curto, médio e longo prazo destinadas à introdução deste tipo de veículos.

Em Setembro foi publicado o relatório sobre a auscultação pública da "Elaboração das Normas que Regulam os Níveis de Emissão das Principais Fontes Fixas de Poluição do Ar e Melhoria do Seu Regime de Fiscalização em Macau". Em virtude de o problema das actuais fontes fixas de poluição do ar mais graves em Macau serem essencialmente as emissões dos estabelecimentos industriais de produção de cimento, foi elaborado e publicado prioritariamente o regulamento administrativo "Limites de emissão de poluentes atmosféricos e normas de gestão de instalações dos estabelecimentos industriais de produção de cimento", tendo o mesmo entrado em vigor no dia 1 de Junho do ano de 2014.

A Lei de "Prevenção e controlo do ruído ambiental" foi aprovada na especialidade pela Assembleia Legislativa em Agosto de 2014, e entrará em vigor no dia 22 de Fevereiro do ano de 2015. A Lei reforça a regulação sobre os ruídos das obras de cravação de estacas, proibindo totalmente a utilização de bate-estacas tradicionais de percussão, propulsionados a diesel, pneumáticos e a vapor, estipulando os critérios para os ruídos das obras de cravação de estacas, tendo sido também acrescentada a regulação sobre os ruídos da vida quotidiana e social, para melhor garantir a saúde e o tempo de descanso da população.

Os trabalhos de elaboração de outras legislações foram iniciados de forma programada e, no final do corrente ano realizar-se-ão as consultas sobre a criação de um regime de avaliação do impacto ambiental de projectos correspondente à situação real de Macau, e

sobre a elaboração de normas de emissão de gases de escape de veículos em circulação e o aperfeiçoamento do regime de inspecções de Macau. Simultaneamente, serão actualizadas as "Instruções para elaboração do relatório de avaliação do impacte ambiental" e serão lançadas também instruções de avaliação de diferentes áreas ambientais, entre outros trabalhos complementares.

Com o objectivo de articulação com o desenvolvimento urbano de Macau, e de aperfeiçoar o tratamento de resíduos, a partir de 1 de Abril de 2014 iniciaram-se, efectivamente, "Os serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos de Macau", com uma duração de 10 anos. Para além disso, com o objectivo de preparar a próxima fase das medidas obrigatórias, que incluem a imposição de cobrança ao uso de sacos de plástico, intensificou-se a divulgação das informações sobre a "redução de plástico" para incentivar os cidadãos a praticarem a conduta ecológica. Por outro lado, no corrente ano, desenvolver-se-ão os trabalhos de concurso público para as obras de actualização da antiga unidade da Central de Incineração (CIM). Foram concluídos também os trabalhos de concepção das instalações para o tratamento de lâmpadas com mercúrio e baterias inúteis na Estação de Tratamento de Resíduos Especiais e Perigosos de Macau.

Desde o lançamento do "Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética (FPACE)" até ao mês de Setembro de 2014, o "Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Produtos e Equipamentos para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética" recebeu um total de 6037 pedidos, registando-se 3492 casos financiados, o que implica um montante de apoio financeiro superior a trezentos e dez milhões de patacas. Visando alargar os benefícios e a eficácia do Fundo, o seu objecto será alargado às escolas e aumentará o seu limite máximo, aliás, a respectiva proporção subsidiada será ajustada, e as medidas de monitorização serão aperfeiçoadas de forma contínua, promovendo, deste modo, a protecção ambiental em diversos âmbitos.

Por outro lado, continuamos a empenhar-nos em implementar as medidas de exploração de origens de água e de conservação de água, estipuladas no Programa de Poupança de Água em Macau, transformando Macau numa cidade economizadora de água. Neste ano, foi elaborado o plano de ajuste das tarifas de água canalizada, baseado no resultado do inquérito sobre a eficácia do mecanismo de tarifas de água canalizada, no relatório feito por uma instituição científica no âmbito do estudo de ajuste das tarifas de água, nas opiniões sociais, e na avaliação de forma complexa de diversos factores de impacto. Numa perspectiva de garantia do direito da população ao consumo de água, pretende-se alargar adequadamente a diferença dos escalões do consumo de água residencial, bem como aumentar a tarifa do consumo de água especial para que o custo seja quase totalmente coberto pelas tarifas de água. O novo mecanismo de tarifas de água entrou em vigor a partir de Novembro do ano corrente.

Relativamente às medidas de exploração de origens de água, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento da Água Reciclada em Macau (2013-2022) publicado nos finais do ano passado, estamos a iniciar gradualmente a construção da rede pública de distribuição de água reciclada e os trabalhos para a abertura do concurso público sobre a construção da

estação de tratamento de água reciclada. Foram instaladas as canalizações de dupla-conduta na habitação pública em Seac Pai Van e na Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, e também, foram lançados de forma sucessiva os trabalhos preparatórios para a construção de rede pública de distribuição, a fim de ter uma boa preparação para a futura utilização de água reciclada em Macau.

Com o objectivo de incentivar a participação de todos os sectores na transformação de Macau numa cidade economizadora de água, continuámos as actividades promocionais para a poupança de água nos bairros comunitários, escolas, entre outros. Graça às diferentes actividades promocionais e aos trabalhos para a conservação de água, o consumo diário de água per capita desceu de 152 litros/dia/pessoa para 151 litros/dia/pessoa, mesmo que o consumo doméstico de água em 2013 tivesse um aumento de 4,1% em termos anual. Além disso, em simultâneo com a subida contínua do Produto Interno Bruto e do número de turistas, o consumo de água na área comercial em 2013 manteve-se no mesmo patamar de 2012, reflectindo que os resultados dos trabalhos para a poupança de água em Macau começaram a ser visíveis.

6.2. Energia

Dado o contínuo desenvolvimento social e económico de Macau, o consumo de electricidade continuou a aumentar. A fim de garantir a segurança e a estabilidade do fornecimento da electricidade, em 2014, a capacidade de interligação das redes continuou a ser reforçada; por um lado, dando continuidade à construção do terceiro circuito da segunda interligação de fornecimento eléctrica de 220 kV, e por outro, definindo juntos, o Governo da RAEM e a *China Southern Power Grid Corporation* (CSPGC), a data de conclusão, apontada para 2017, da terceira interligação de 220 kV, o que permitirá satisfazer a procura de electricidade de Macau nos próximos dez anos.

Face ao aumento contínuo do consumo de electricidade verificado no Bairro Norte, a subestação de alta tensão, de 66 kV, situada na Ilha Verde, perto da Estação de Tratamento de Água, está a ser construída, prevendo-se que possa entrar em funcionamento em Maio de 2015. Além disso, este ano, continuaram-se a acompanhar os trabalhos de instalação, no exterior, de equipamentos destinados à distribuição de electricidade em 8 locais adequados, nas zonas antigas de Macau.

A fim de aperfeiçoar o actual sistema tarifário de electricidade e a fixação dos preços da electricidade, estão presentemente a ser optimizados os programas relacionados com a introdução do novo sistema tarifário e a implementação das novas tarifas progressivas, com o objectivo de elaborar um sistema tarifário que vá de encontro às aspirações da sociedade, que promova o uso racional da electricidade e que aumente a eficiência no uso da electricidade. Durante este ano, também foi possível continuar a conceder o subsídio de electricidade, temporário, aos utentes residenciais.

Na prossecução da política de electricidade que privilegia o fornecimento de energia eléctrica proveniente sobretudo da importação do Interior da China, foram normalizados,

entre outros aspectos, a segurança técnica e a fronteira de responsabilidades no que concerne às interligações da rede de transporte de energia eléctrica de alta tensão e, concluiu-se o projecto de "Regulamento de Segurança Técnica das Interligações da Rede Pública de Transporte de Energia Eléctrica de Alta Tensão", que estando acompanhar o seu processo legislativo. Com o objectivo de aumentar a segurança do funcionamento das instalações de fornecimento de electricidade, começaram a ser desenvolvidos estudos para a elaboração do regulamento de segurança na colocação de cabos eléctricos subterrâneos e, deu-se início aos trabalhos da primeira fase de recolha de informações e de análise das normas de segurança da estrutura dos postos de transformação de média tensão e dos equipamentos.

No aspecto do gás natural, actualmente, os autocarros movidos a gás natural, os edifícios de habitação pública de Seac Pai Van e a Universidade de Macau na Ilha de Hengqin são os principais consumidores de gás. As obras de colocação da rede de distribuição de gás de cidade nas zonas urbanas da Taipa e de Coloane estão a ser desenvolvidas dentro do planeado; até Setembro do corrente ano, foram construídos 21,6 km de rede, representando 51,4% da rede total dessas zonas, prevendo-se que 70% da construção da rede de gasodutos tronco, nas mesmas zonas, possam estar concluídos até final deste ano. A fim de prevenir e dar resposta a incidentes imprevistos com o gás natural, foi pedida à empresa responsável pela distribuição de gás de cidade a elaboração de um "Plano de Emergência com Gás Natural", e a preparação dos trabalhos necessários de prevenção e resposta. Nesse sentido, em Junho deste ano foi realizado um simulacro de emergência, com a simulação de um vazamento num gasoduto, com o propósito de reforçar o conhecimento e a compreensão dos trabalhadores relativamente a este tipo de incidentes, e de aumentar a capacidade de resistência perante incidentes graves.

No que diz respeito às energias renováveis e às novas energias, desenvolvemos os trabalhos de revisão da análise da procura e do plano energético da cidade de Macau, lançámos ainda, o estudo para a análise da aplicabilidade e das normas de aplicação das novas energias e das tecnologias de conservação energética em Macau.

Apesar de se verificar um incremento contínuo no uso dado à electricidade pela sociedade, regista-se, contudo, uma descida contínua da intensidade de consumo de energia em Macau: de 0,104 Terajoules/milhão de patacas, em 2012, baixou para 0,098 Terajoules/milhão de patacas em 2013 – menos 5,8%. Para além de se contar com o benefício do crescimento do PIB, isto revela que a eficiência energética aumentou.

7. Telecomunicações, Correios, Ciências e Tecnologias

No ano passado, obtivemos um avanço de grande destaque na resolução do problema histórico das antenas comuns. Sem impactos no direito dos residentes em receber os canais de televisão básicos, o serviço de televisão foi expressamente delimitado em dois

modelos, gratuito e por subscrição. Estabeleceu-se, em Abril do corrente ano, a Canais de Televisão Básicos de Macau, S.A. que se responsabiliza por prestar aos residentes o serviço de assistência na recepção de canais de televisão básicos. Simultaneamente, através da renovação do contrato de concessão com a TV Cabo Macau, S.A., em regime não exclusivo, foram criadas condições para a plena liberalização do mercado do serviço de televisão por subscrição.

Por outro lado, também se iniciou a reorganização das redes de transmissão de televisão, sendo que, os antigos cabos aéreos foram substituídos, gradualmente, por redes subterrâneas, permitindo o melhor desenvolvimento do serviço televisivo de acordo com a respectiva regulação. A fim de criar um ambiente de telecomunicações favorável, iniciámos o estudo de regimes de fiscalização aplicáveis ao futuro serviço que combinará serviços de televisão, telecomunicações e Internet, por força da tendência previsível do desenvolvimento em direcção ao serviço Triple Play.

Ao mesmo tempo, impulsionámos também as operadoras de telecomunicações a aumentar o investimento e optimizar a prestação dos serviços de telecomunicações, a fim de fortalecer as infra-estruturas de telecomunicações. Em Abril do corrente ano, as operadoras de telecomunicações reduziram ainda mais a tarifa mensal do serviço de aluguer de circuitos locais, traduzindo-se numa redução de cerca de 3% até cerca de 21%, de acordo com as diferentes velocidades, em comparação com a tarifa do ano anterior. Em Setembro, iniciámos o concurso público para o licenciamento de rede e prestação de serviço com utilização de tecnologia de comunicações móveis de nova geração, vulgarmente designada no mercado por 4G. Além disso, a construção da rede da nova operadora de rede fixa iniciou-se gradualmente, permitindo o aumento da estabilidade das redes e serviços de telecomunicações.

Em resposta à abertura do bairro de habitação pública de Seac Pai Van e da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, foi projectada a instalação de novas estações postais, tendo a estação postal de Seac Pai Van já entrado em funcionamento. Por outro lado, assinamos com diversos Serviços do Governo e instituições comerciais protocolos de cooperação de distribuição postal electrónica, através da Caixa Postal Electrónica Segura (SEPBox), prestando o serviço de distribuição para os serviços de Correio Electrónico Registado Postal, Correio Electrónico Postal, eDirectMail e facturas electrónicas, e criando, desta forma, uma plataforma de distribuição electrónica segura.

Quanto às ciências e tecnologia, iniciaram-se e melhoraram-se os trabalhos de financiamento às investigações científicas e à popularização científica, tendo registado um aumento de 12,4% de investimento em recursos, em comparação com o mesmo período homólogo; apoiaram-se o estabelecimento e o desenvolvimento dos Laboratórios de Referência do Estado, através da avaliação, tendo aumentado a qualidade de investigação dos Laboratórios; realizaram-se várias actividades da popularização e sensibilização científica, de forma a promover a divulgação dos conhecimentos científicos junta da população; tem-se impulsionado o projecto dos Prémios para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, recomendando-se os investigadores locais para os Prémios Nacionais das Ciências e da Tecnologia.

SEGUNDA PARTE

BALANÇO DA EXECUÇÃO DAS LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA DO TERCEIRO MANDATO DO GOVERNO DA RAEM

1. Cooperação regional

Ao longo dos últimos cinco anos, o Governo da RAEM aproveitou o excelente ambiente de cooperação entre regiões, tendo-se empenhado muito nos respectivos trabalhos. Como consequência, obtiveram-se bons resultados em diferentes áreas, nomeadamente na construção dos postos fronteiriços, nas ligações de transportes, na protecção ambiental, na energia, no abastecimento de água, bem como na elaboração conjunta de planos entre as regiões.

1.1. Aprofundar a cooperação relativa aos planos urbanísticos e impulsionar o desenvolvimento e a coordenação entre regiões

Ao longo dos anos, a fim de aprofundar a cooperação interactiva entre regiões, temos participado activamente em vários estudos, designadamente o "Suplemento ao Acordo de Cooperação no Estudo do Plano de Coordenação do Desenvolvimento dos Centros Urbanos do Grande Delta do Rio de Pérolas", o "Plano Específico para a Criação Conjunta da Esfera de Vida de Alta Qualidade", o "Plano de Acção de Construção de Áreas Habitáveis da Zona do Estuário do Rio das Pérolas", o "Plano Específico referente à Cooperação Regional das Infra-estruturas de Guangdong, Hong Kong e Macau", o "Planeamento do Desenvolvimento Coordenado Zhuhai-Macau" e o "Plano de Desenvolvimento para a Margem Ocidental do Estuário do Rio das Pérolas". Estes planos oferecem um rumo certo e desempenham um papel importante no reforço dos trabalhos tripartidos relativos aos transportes transfronteiriços, protecção ambiental e planeamento urbanístico.

Por outro lado, foram concluídos os trabalhos de construção da Universidade de Macau, na Ilha de Hengqin, conforme o calendário definido. Para além de ser um plano de construção para o novo campus universitário, o empreendimento é ainda um exemplo demonstrativo da cooperação inovadora na área das infra-estruturas entre Guangdong e Macau, sob o enquadramento do princípio de "Um País, Dois Sistemas", desempenhando assim um papel importante no desenvolvimento sustentável de Macau a longo prazo, com tributo decisivo na promoção da formação de recursos humanos qualificados e no desenvolvimento da diversificação da economia de Macau.

Todo o empreendimento foi desenvolvido sobre critérios de construção rigorosos, a escala é grande e exigiu um elevado nível de coordenação, acrescida da urgência de execução de vários trabalhos em simultâneo e a envolvência de diferentes especialidades em paralelo. Trata-se um empreendimento com um grau de coordenação bastante elevada. Desde a cerimónia de lançamento da primeira pedra do empreendimento, no dia 20 de Dezembro de 2009, o Governo da RAEM tem participado activamente em cada um dos trabalhos com uma atitude pragmática. A par disso, devido à grande atenção e apoio por parte do Governo Central e a coordenação adequada dos governos da Província de Guangdong e do Município de Zhuhai, foi possível a concretização sem sobressalto do empreendimento, servindo este como um exemplo demonstrativo e experiência valiosa para impulsionar outros empreendimentos no futuro.

Em 2012 foi publicada a proposta do projecto do novo posto transfronteiriço entre Guangdong e Macau, o qual mereceu no ano passado a aprovação formal do Governo Central. Este projecto, para além de dividir o fluxo da circulação migratória dos postos fronteiriços entre GongBei e as Portas do Cerco, proporciona também uma ligação directa ao sistema de transporte ferroviário entre Guangdong e Macau. De acordo com o planeamento prévio, serão construídos acessos aos postos transfronteiriços, o centro intermodal de transportes públicos, instalações acessórias para convenções e negócios, parques de estacionamento, equipamentos de acção social, estações de Metro Ligeiro, projectos relativos à habitação pública e hotéis económicos. Além disso, o projecto tem como objectivo resolver o problema da poluição no Canal dos Patos. Partindo do pressuposto de que irá ser necessário estudar novos modelos de controlo fronteiriço, aperfeiçoar as infra-estruturas da zona Norte e melhorar o respectivo ambiente de negócios e a própria habitação, já se deu início, de forma faseada, a vários projectos relativos a infra-estruturas. O trabalho principal da 1.ª fase consiste na relocalização do Mercado Abastecedor, tendo já ficado concluída a concepção das respectivas peças desenhadas, e prevê o início da obra em 2015. No que diz respeito ao edifício fronteiriço, também já se deu início à concepção das peças desenhadas e estamos presentemente a coordenar este projecto com as respectivas entidades do Interior da China.

1.2. Articulação das infra-estruturas dos transportes inter-regionais, elevando a acessibilidade regional

Como consequência da intensificação da ligação entre as cidades da região, torna-se cada vez mais importante a articulação das instalações dos transportes inter-regionais.

Há anos que os grupos defensores da construção da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau têm envidado esforços no desempenho dos respectivos trabalhos.

Nestes termos, iniciaram-se, de forma plena e consoante o planeamento, as obras da ilha fronteiriça artificial e das pontes das estruturas principais da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, tendo-se chegado a um consenso sobre a quota máxima para os diferentes tipos de veículos interurbanos a circular na mesma, assim como, realizados estudos sobre o plano

de operação, o tipo de concurso, e as condições a preencher por parte dos condutores de autocarros a circular entre Hong Kong, Zhuhai e Macau.

Em paralelo, actuou-se, intensamente, na promoção da inter-operacionalidade do cartão porta-moedas electrónico que já se encontra a ser usado nos transportes públicos de Macau e Guangdong, tendo o seu uso sido alargado às lojas de conveniência, supermercados, parquímetros e auto-silos, e existindo, já, condições para efectuar a compra e o pagamento de bilhetes no transporte ferroviário interurbano, mediante o Lingnan Pass.

Além disso, continuou-se a efectuar estudos sobre a emissão de cartas de condução para veículos ligeiros de forma conveniente para as Partes Guangdong e Macau e, com consenso do Departamento de Segurança Pública de Guangdong, convidámos as respectivas unidades do Interior da China para efectuar vistorias em Macau com a expectativa de acelerar o processo de implementação.

Os governos de Zhuhai e de Macau estão empenhados em promover a construção da passagem sub-fluvial para peões entre Wanzai, em Zhuhai e a estação da Barra do Metro Ligeiro de Macau, tendo sido defininda, em 2014, a mesma como projecto prioritário, lançando-se o estudo preliminar sobre a respectiva obra e instalações fronteiriças da passagem, e fixando-se os arranjos sobre a distribuição de trabalhos às correspondentes entidades de Guangdong e de Macau.

Com a celebração do procedimento de vistoria e recepção da obra de aterros para a ilha artificial onde fará o posto fronteiriço entre Zhuhai e Macau ao longo da Ponte de Hong Kong – Zhuhai – Macau no ano de 2013, ambas as regiões, Guangdong e Macau, chegaram ao consenso sobre as questões em termos dos direitos de competência administrativa e de jurisdição na zona de administração do posto fronteiriço de Macau, e começaram também o procedimento do pedido para aprovação. A construção da zona de administração do posto fronteiriço de Macau está na fase de elaboração dos projectos.

Em relação à articulação do transporte sobre carris, formou-se preliminarmente em 2014 um consenso sobre o percurso da Linha de Extensão da Linha de Hengqin do Metro Ligeiro de Macau, a fronteira do traçado e as questões técnicas. O respectivo grupo está a coordenar os pormenores concretos relativos à linha transfronteiriça do Metro Ligeiro. As soluções do traçado para o segmento de extensão do Metro Ligeiro do novo posto transfronteiriço entre Guangdong e Macau encontram-se em estudo consolidado, pelo que o grupo de trabalho está em coordenação conjunta por forma a promover o projecto.

Em anos recentes, o governo da RAEM promoveu activamente o lançamento das ligações marítimas-terrestres-aéreas por forma a integrar Macau no desenvolvimento do Delta do Rio das Pérolas. Todos os serviços de Express-link que ligam as fronteiras marítimas e terrestres ao Aeroporto Internacional de Macau entraram já em funcionamento, aumentando assim a acessibilidade do Delta do Rio das Pérolas a Macau e possibilitando a viagem através de Macau mais conveniente para os residentes do Interior da China. O primeiro serviço de Express-link entrou em funcionamento em 2004 e registou um total de apenas 564 utilizadores. Apesar disso, com o melhoramento das infraestruturas ao longo dos anos, a

conveniência do serviço e a abertura de mais ligações o número de utilizadores registado nos primeiros 9 meses deste ano totalizou 99,809. A média de utilizadores cresceu 15% por ano nos últimos 5 anos.

1.3. Reforço da cooperação ambiental e aperfeiçoamento dos trabalhos de prevenção e tratamento conjuntos

A questão do ambiente tornou-se foco de atenção do mundo, destacando-se a importância da cooperação internacional e regional. Nos últimos anos continuou-se a reforçar a cooperação e o intercâmbio regional, e até internacional, no âmbito de protecção ambiental. Durante os anos de 2010 e 2014, foram celebrados 27 protocolos ou acordos de intercâmbio e cooperação com 18 organismos/entidades locais e estrangeiros, para se proceder aos estudos e à cooperação sobre as questões e políticas da protecção ambiental, e para se concretizar e optimizar o mecanismo de partilha de informações da poluição regional e de prevenção e tratamento conjunto. Além disso, em 2013, foram celebrados com a província de Guangdong e o município de Zhuhai, o "Acordo-quadro de cooperação para a protecção ambiental Guangdong-Macau" e o "Acordo de cooperação para a protecção ambiental Zhuhai-Macau", respectivamente, a fim de se impulsionarem as políticas ambientais regionais e melhorar a qualidade do ambiente regional.

Ao mesmo tempo, para cumprir as obrigações da "Convenção de Basileia sobre o Controlo de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação" e da "Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes", entre outras convenções ambientais internacionais aplicáveis a Macau, e para se articular com a exigência nacional quanto ao cumprimento das convenções, foram apresentados oportunamente os relatórios sobre cumprimento das convenções e os relatórios de avaliação dos resultados, desenvolvendo e concluindo, de forma programada, os respectivos estudos. Por outro lado, está a ser elaborado o plano de implementação actualizado da "Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes" da RAEM, conjugando-se com a "Convenção de *Minamata* sobre Mercúrio" que foi recentemente adoptada para desenvolver os respectivos estudos.

Através da cooperação regional obtivemos, no ano de 2014, um novo progresso nos trabalhos de tratamento de resíduos sólidos inertes resultantes de demolição e remoção de construções e dos veículos abatidos, tendo sido definida a proposta dos trabalhos. Continuamos a manter a comunicação com os serviços competentes do Interior da China, bem como a acompanhar os trabalhos posteriores, discutindo os pormenores concretos e acompanhando as instalações e equipamentos necessários, e esforçamos em 2015 realizar as obras de construção referentes aos projectos de demonstração dos equipamentos de selecção dos resíduos sólidos inertes resultantes de demolição e remoção de construções em Macau.

Em 2014, a província de Guangdong, Hong Kong e Macau assinaram, conjuntamente, o "Protocolo de cooperação no âmbito da prevenção e tratamento conjuntos contra a poluição atmosférica nas regiões de Guangdong, Hong Kong e Macau", tendo a estação

de monitorização sita na Colina de Taipa Grande participando efectivamente na "rede de monitorização da qualidade do ar do Delta do Rio das Pérolas", tendo também sido divulgada ao público através da "Plataforma para Divulgação de Situações Efectivas da Qualidade do Ar Regional de Guangdong, Hong Kong e Macau". Foram, ainda, definidos o projecto para o Estudo Regional Conjunto $PM_{2,5}$ de Guangdong, Hong Kong e Macau, as especificações dos equipamentos de amostragem e os requisitos técnicos, tendo as três partes realizado a reunião sobre os trabalhos da fase preliminar.

Em relação à construção conjunta da Rede de Observação Meteorológica no Estuário do Rio das Pérolas, Macau e Zhuhai assinaram o projecto de cooperação em 2014 e iniciaram os trabalhos preparatórios. Quanto à construção conjunta da "Rede de Aviso Sísmico do Delta do Rio das Pérolas" por Guangdong, Hong Kong e Macau, foi escolhida a estação sísmica da Taipa Grande, instalada na sede dos SMG, para integração na "Rede de Aviso Sísmico do Delta do Rio das Pérolas" e foram adoptadas as especificações dos sismógrafos e os requisitos técnicos para a rede do Delta do Rio das Pérolas. Além disso, a introdução de um Sistema Nacional da Plataforma Rápida de Troca de Mensagem do Sismo "EQIM", a construção conjunta do novo radar de meteorológico por SMG e Zhuhai, em 2014, entrou em funcionamento antes da época da chuva.

1.4. Optimizar as infra-estruturas de fornecimento de electricidade e de abastecimento de água, garantindo a estabilidade do fornecimento de energia e de água

Em harmonia com a direcção de desenvolvimento e o posicionamento regional da RAEM, continuamos a esforçar-se por garantir a segurança e a estabilidade do fornecimento de energia a longo prazo, continuando a política energética de importação de electricidade, que permite dar resposta ao aumento do consumo de energia eléctrica local. Nos últimos 5 anos, continuou a aprofundar a cooperação regional na área da electricidade, reforçou a capacidade das interligações eléctricas entre Guangdong e Macau e, avançou no planeamento da cooperação a longo prazo entre ambas as regiões no sector da electricidade, de acordo com o "Protocolo de Cooperação no âmbito da electricidade, 2010-2020", consagrando garantias fundamentais ao desenvolvimento sustentável da RAEM.

Depois da entrada em funcionamento da primeira interligação de 220 kV que liga Zhuhai e Macau, em Junho de 2008, dois dos circuitos da segunda interligação de 220 kV que liga Zhuhai e Macau também entraram em funcionamento, em Junho de 2012, tendo a capacidade de fornecimento de electricidade aumentado 50% e as interligações eléctricas de ambas as regiões sido reforçadas. Nos últimos 5 anos, o volume de energia eléctrica importada do Interior da China aumentou de 2.227 GWh para 4.057 GWh, ou seja, de 61% para 92%. A cooperação regional oferece uma forte garantia para o fornecimento de electricidade em Macau.

Por outro lado, actualmente, as redes de gasodutos de gás natural da província de Guangdong já se encontram construídas e em funcionamento, o que possibilitará a criação

de um fornecimento de gás natural proveniente de várias fontes. Iremos continuar a manter o contacto e a comunicação estreita com os sectores relacionados do Interior da China, a fim de estudar a ligação com a rede principal de gás natural da província de Guangdong, dando a garantia de fornecimento a Macau de gás natural a partir de diversas fontes.

Além disso, a fim de fortalecer a fiscalização da segurança do transporte das botijas de gás liquefeito de petróleo entre Macau e Zhuhai, acelerar a velocidade de passagem pelo porto alfandegário, proteger a segurança da população de Macau, em 2011 celebrámos com Zhuhai o "Acordo de cooperação relativo à fiscalização da segurança do transporte das botijas de gás liquefeito de petróleo entre Macau e Zhuhai".

Ao longo dos anos, a segurança no abastecimento de água a Macau dependeu da implementação do Acordo de Fornecimento de Água Guangdong-Macau, de forma proactiva por Zhuhai e Macau, sendo o abastecimento de água a Macau completamente assegurado mediante a cooperação prévia com os serviços de recursos hídricos do Interior da China e o plano de armazenamento, recarga de água doce e transferência de água para os reservatórios de Zhuhai e de Macau. Particularmente após a entrada em funcionamento do Reservatório de Zhuyin, cuja construção foi levada a cabo em 2011, a água canalizada de Macau tem sempre, de modo estável, uma salinidade de nível baixo, com alta qualidade. No período das marés salgadas entre 2013 e 2014, o Reservatório de Zhuyin forneceu a Macau um total de cerca de 10 milhões de metros cúbicos de água, garantindo que a segurança no abastecimento de água a Macau não tivesse o impacto das marés salgadas.

1.5. Fortalecimento gradual da cooperação regional no âmbito das telecomunicações, correios, ciências e tecnologias

A cooperação regional pode proporcionar, eficazmente, serviços de telecomunicações razoáveis e de boa qualidade. Nos últimos cinco anos, envidámos todos os esforços para efectuar os trabalhos relativos à supervisão, promoção, formação, intercâmbio e cooperação com o exterior, entre outros. Através de mecanismos tais como a Planificação dos Projectos Particulares de Cooperação Informática da Grande Região do Delta do Rio das Pérolas, Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau, etc., iniciámos intercâmbios e cooperações mais estreitos com o Interior da China, tendo assinado em 2013 o Parecer-Quadro para o Reconhecimento Mútuo dos Documentos de Certificação Electrónica entre Guangdong e Macau.

Quanto aos correios, em 2014, foram discutidas, entre os Serviços de Correios de Macau e os seus congéneres do Interior da China, questões sobre a cooperação transfronteiriça nos serviços de correio rápido económico, área de comércio electrónico, para lançar em Macau um serviço de importação de correio rápido eExpresso do Interior da China.

Além disso, continuou-se a avançar o intercâmbio com o Interior da China, na área científica e tecnológica, tendo sido criados em Macau, em 2010, o "Laboratório de Referência do Estado para Investigação de Qualidade em Medicina Chinesa" e o "Laboratório de

Referência do Estado em Circuitos Integrados em Muito Larga Escala Analógicos e Mistos". A par disso, com a colaboração do laboratório de referência da Academia das Ciências da China, foi criado também em Macau o "Laboratório de Ciência Lunar e Planetária da Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau". Através da criação desses laboratórios, esperou-se reforçar a atmosfera de investigação científica em Macau, aumentar o respectivo poder nessa área, e formar o pessoal de investigação local.

2. Planeamento Urbanístico e Gestão de Solos

No intuito de aumentar a competitividade urbana geral, o Governo da RAEM tem vindo a aproveitar as oportunidades de desenvolvimento, esforçando-se para enfrentar todos os desafios, empenhando-se na beneficiação contínua do planeamento de Macau a fim de criar mais espaços para desenvolvimento.

2.1. Planeamento urbanístico científico para aproveitar os recursos de solos

A fim de haver uma consonância com as necessidades de desenvolvimento da sociedade, concluímos em 2010 o "Estudo do Planeamento Urbano Geral de Macau" e paralelamente a esse trabalho, encontra-se em curso a preparação do estudo das "Instruções Técnicas para a Elaboração do Plano Director de Macau". Por outro lado, em 2015 levaremos a cabo a elaboração do plano director e vamo-nos esforçar para concluir o respectivo trabalho dentro de 3 a 5 anos.

Relativamente à elaboração da proposta do plano director dos novos aterros urbanos, ela está preliminarmente concluída e vai realizar no quarto trimestre de 2014 a terceira fase da consulta pública para auscultar as opiniões da população. O planeamento dos novos aterros urbanos desenrola-se em três fases, que incluem a concepção do planeamento, os projectos de planos urbanísticos e os planos. A consulta pública da primeira fase, que corresponde à concepção, foi realizada entre Junho e Agosto de 2010 e a consulta pública da segunda fase, correspondente aos projectos de planos urbanísticos, foi realizada com sucesso de Outubro a Dezembro de 2011, tendo-se editado com êxito a "Compilação de opiniões da primeira fase de auscultação pública do planeamento urbanístico dos novos aterros" e a "Compilação de opiniões da segunda fase de auscultação pública do planeamento urbanístico dos novos aterros" respectivamente em finais de 2010 e de 2012.

Além disso, a fim de haver uma coordenação no desenvolvimento acelerado de Macau e de corresponder melhor às exigências da sociedade, iniciámos de forma activa os planeamentos das pequenas zonas e os estudos de projectos cruciais, os quais incluem o "Plano de Pormenor da Vila de Coloane", o "Estudo sobre o Plano de Reordenamento Urbano do Quadrante Oeste da Rua dos Navegantes da Vila de Coloane, o "Pedido de concessão de terrenos da Vila de Coloane", o "Plano de Pormenor dos Estaleiros Navais de Lai Chi Vun de

Coloane", o "Plano Conceptual de Intervenção Urbanística da Zona do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco e Envolvente", a "Concepção Urbanística Geral da Zona da Barra", o "Estudo para remediar as inundações no Porto Interior", o "Estudo sobre o Planeamento Director da Zona Nuclear do Património Mundial (Ruínas de S. Paulo)", o "Estudo sobre o plano urbano da zona noroeste de Macau" e o "Estudo da estratégia do plano de revitalização e utilização do espaço urbano da zona envolvente do Pátio do Lilau e da Casa do Mandarim". O planeamento das pequenas zonas e os principais projectos desempenham um papel importante no desenvolvimento, de forma ordenada, da construção urbana de Macau.

Ao mesmo tempo, temos tido sempre em consideração o assunto da habitação dos moradores de Coloane. A fim de dar apoio aos moradores da Vila de Coloane no âmbito da reparação dos seus edifícios, melhorar a sua qualidade de vida e proporcionar espaços para os mesmos explorarem a sua actividade comercial, foi concretizado, em 2009, o Plano Pormenor da Vila de Coloane e nos finais do mesmo ano foi implementado o Plano de Medidas para os Pedidos de Concessão de Terrenos da Vila de Coloane, no intuito de tratar de uma forma efectiva e programada o assunto da habitação dos moradores nativos da Vila de Coloane através da concessão de terrenos, permitindo àqueles que antes do estabelecimento da RAEM já residiam no local, mas que não possuíam o direito de aproveitamento dos terrenos, pudessem continuar aí a residir ou a residir e explorar a sua actividade comercial. Após a implementação do referido plano, recebemos até aos finais de Setembro do corrente ano um total de 29 pedidos, dos quais 5 foram autorizados.

Por outro lado, temos vindo a promover de forma activa o reordenamento dos bairros antigos, de modo a aumentar gradualmente a qualidade de vida geral dos residentes, continuar a melhorar o ambiente de negócios dos comerciantes e promover o desenvolvimento coordenado de cada bairro.

Temos vindo a desenvolver diferentes trabalhos no âmbito do reordenamento dos bairros antigos e a impulsioná-los, de maneira contínua, através de três formas, designadamente o embelezamento, a reconstrução e reparação e a conservação e manutenção das ruas. Relativamente ao reordenamento dos bairros antigos de Macau, a comunidade concorda que é preciso em primeiro lugar uma legislação para o reordenamento dos mesmos, a fim de salvaguardar os direitos ao conhecimento e à participação do público e dos residentes afectados. Assim, nos princípios de 2006 iniciámos a redacção do Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos e em Março de 2011 deu-se início ao processo legislativo.

A elaboração do projecto da proposta de lei sobre o "Regime jurídico do reordenamento dos bairros antigos" é em termos cronológicos bastante mais antiga que a "Lei do planeamento urbanístico", "Lei de salvaguarda do património cultural" e "Lei de terras" que entraram em vigor em Março de 2014. Assim, certas matérias constantes no "Regime jurídico do reordenamento dos bairros antigos" que a sociedade pretendia ver respondidas, ficaram regulamentadas nas referidas três leis, tendo por isso sido retirado, da Assembleia Legislativa, o respectivo projecto de proposta de lei para reconsideração e nova redacção com o objectivo de actualizar o seu conteúdo. E estamos a proceder a reconsideração de acordo com as situações objectivas da sociedade e as exigências sociais.

2.2. Aumentar a reserva de terrenos, apoiar o desenvolvimento sustentável

No intuito de resolver o problema de escassez dos recursos de solos que dificulta o desenvolvimento a longo prazo de Macau, o Governo da RAEM submeteu em 2006 ao Governo Central um plano para criação de aterros, tendo o mesmo sido aprovado em Dezembro de 2009. Assim sendo, os novos aterros urbanos serão divididos em 5 zonas com a área total de 350 ha e fornecerão a Macau uma reserva de terrenos para os próximos 20 a 30 anos. Constituem e concretizam o posicionamento de desenvolvimento de Macau como "Centro Mundial de Turismo e Lazer", criando condições essenciais para melhorar a qualidade de vida da população e impulsionar o desenvolvimento da diversificação adequada da economia. Aliás, já iniciámos a respectiva obra de aterro da zona A, estando a envidar esforços para acelerar as respectivas obras. Prevê-se a obra de aterro da zona E1 no início do próximo ano.

Paralelamente, em articulação com o desenvolvimento futuro, temos continuado a procurar condições para o estabelecimento dessa reserva de terrenos. Para além dos novos aterros urbanos, há terrenos que provêm principalmente da reversão de terrenos concedidos mas não aproveitados e de terrenos recuperados no âmbito do combate à ocupação ilegal de terrenos por parte do Governo da RAEM. Desde 2009 que temos vindo a envidar esforços para tratar de forma programada os terrenos concedidos mas não aproveitados, tendo concluído em 2013, de acordo com um calendário pré-definido, os relatórios da análise feita a 48 casos referentes a terrenos concedidos mas não aproveitados, cujas responsabilidades foram imputadas aos titulares das respectivas concessões. Durante 2014, continuámos a considerar o prosseguimento dos casos referentes a terrenos concedidos mas não aproveitados como um dos trabalhos prioritários, tendo-se já dado início, nos termos legais, aos procedimentos de audiência prévia dos interessados e às respectivas tramitações ulteriores relativos a mais de 20 casos de declaração de caducidade da concessão, assim como procurado reverter os terrenos concedidos mas não aproveitados para a reserva de terrenos em articulação com o futuro desenvolvimento urbano de Macau.

Face à ocupação ilegal de terrenos do governo, procedemos nos últimos anos a um combate firme contra essas situações. Desde Março de 2009 até hoje, já foram recuperados no total 55 terrenos do Governo, cuja área totaliza mais de 230000 m2. Os terrenos recuperados, conforme um planeamento urbanístico pré-definido, têm sido destinados com prioridade à construção de habitações públicas (com uma área total de 32 000 m2 e nas quais estão incluídas a habitação económica do Edifício do Lago e a habitação pública de Seac Pai Van), à abertura de redes rodoviárias e à construção de infra-estruturas (com uma área total de 127000 m2 e nas quais estão incluídas as redes rodoviárias temporárias do lote TN da Taipa Norte e os equipamentos recreativos e desportivos juntos à Praia de Hac Sá), e à construção de sistemas de ligação pedonal, zonas verdes e de lazer, etc.

2.3. Aperfeiçoar a produção legislativa, optimizar a gestão urbana

Os recursos de solos têm uma natureza não-renovável, quer os terrenos a adquirir no futuro através de novos aterros, quer os recursos de solos actuais. Temos estado empenhados em gerir com maior eficiência o aproveitamento dos terrenos, mediante um plano científico e a aplicação de um sistema jurídico, a fim que o aproveitamento dos terrenos consiga atingir os seus objectivos finais no âmbito do respectivo planeamento.

No intuito de constituir uma base sólida para o desenvolvimento sustentável de Macau a longo prazo, temos envidado esforços na produção de um sistema jurídico que aperfeiçoe o regime de concessão e exploração de terrenos. Assim sendo, a "Lei do planeamento urbanístico" e a nova revisão da "Lei de terras" entraram em vigor em 1 de Março de 2014, podendo, através delas, ser controlado de uma forma efectiva o desenvolvimento e aproveitamento de terrenos, a fim de promover o desenvolvimento sustentável de Macau.

A Lei do planeamento urbanístico define a tipologia e hierarquia dos planos urbanísticos e os processos relativos à elaboração, revisão e alteração dos planos urbanísticos, assim como o modo de participação da população, a salvaguarda dos direitos de informação, as sanções relativas à violação dos planos urbanísticos, o equilíbrio e salvaguarda do interesse público e dos legítimos direitos e interesses de particulares, etc. Com a entrada em vigor desse diploma, implementaram-se os procedimentos e regimes a observar inevitavelmente aquando do ordenamento do território de Macau, promovendo-se assim um aproveitamento racional dos solos. Quanto à nova Lei de terras, reforçou-se a regulação de várias áreas, tais como a estipulação de que as concessões de terrenos têm de ser realizadas através de concursos públicos, as concessões gratuitas serão tratadas de uma maneira mais rigorosa, há um reforço da fiscalização no aproveitamento dos terrenos, um aperfeiçoamento dos regimes relativos à troca de direitos sobre os terrenos, uma definição expressa dos factores que têm de ser considerados aquando da fixação dos prémios, a adição de medidas para se minimizarem as transmissões de forma dissimulada de concessões de terrenos, assim como um grande aumento dos valores das multas pelas ocupações ilegais dos terrenos do governo, no sentido de aperfeiçoar a gestão de solos.

Os diplomas complementares à Lei de planeamento urbanístico, nomeadamente o regulamento administrativo do "Conselho do Planeamento Urbanístico" e o regulamento administrativo da "Regulamentação da Lei do planeamento urbanístico" entraram também em vigor neste ano.

Por outro lado, no intuito de articular com a implementação da nova "Lei de terras", foi fixado durante este ano o montante da caução a prestar pelos interessados que requeiram a concessão de um terreno com dispensa de concurso público, tendo-se dado início aos trabalhos de estudo e de análise relativos à percentagem variável em cada seis meses do prémio de concessão. Devido à mudança de preços no mercado imobiliário, após 2009, sobretudo em 2011 e 2013, foi alterado o cálculo do montante do prémio. Ao mesmo tempo, em 2014, foi iniciada os trabalhos para a elaboração dos respectivos diplomas complementares relativos às rendas, aos preços do domínio útil, às taxas da concessão de uso privativo, às taxas da licença de ocupação temporária, etc.

No intuito de incrementar o grau de transparência das informações, temos vindo a optimizar a "Rede de Informação Cadastral", a fim de poder articular com a implementação da "Lei do planeamento urbanístico", da "Lei de terras" e da "Lei de salvaguarda do património cultural", transformar a mesma numa plataforma informática de serviços "One Stop", disponibilizando informações de terreno, planeamento urbanístico e predial, com o objectivo de responder às necessidades inerentes ao planeamento urbanístico, à gestão de solos, à gestão e avaliação de habitações e à construção e gestão urbanas.

3. Urbanização

Todos os assuntos sobre a vida da população são muitos importantes. De acordo com o planeamento urbanístico definido, realizámos as diversas obras relativas à vida da população e reforçámos as obras de urbanização com vista a optimizar gradualmente o ambiente habitacional da região de Macau e construi-la como uma área habitável.

3.1. Optimização de instalações e melhoramento da sustentabilidade dos postos fronteiriços

Decorridos cinco anos, procurámos melhorar a sustentabilidade dos postos fronteiriços de Macau. Isto é, não só criámos através da cooperação regional melhores condições para as passagens alfandegárias, mas também procedemos à ampliação e à optimização das instalações existentes para atingir os objectivos pretendidos. Em 2011, a obra de ampliação do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco ficou concluída, o que assumiu uma importância significativa pois alivia a pressão causada pelas centenas de milhares de utentes que atravessam os postos de imigração todos os dias.

Após a conclusão da construção das estruturas principais do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, envidaremos esforços para pôr o terminal em funcionamento a título experimental

Além disso, procedemos à optimização dos espaços do Terminal Marítimo do Porto Exterior, sendo que a respectiva obra ficará concluída nos finais do corrente ano a fim de reforçar a capacidade de acolhimento de visitantes e turistas provenientes do exterior e melhorar as próprias condições de exploração.

3.2. Reforço da construção rodoviária e melhoramento do ambiente do tráfego rodoviário

Decorridos cinco anos, conforme as situações concretas, procedemos à criação de mais espaços destinados à circulação de veículos e ao melhoramento dos espaços existentes através de algumas medidas, nomeadamente, a construção de novas vias, a abertura de nós nas redes viárias existentes e o melhoramento das ruas estreitas e que há engarrafamentos, a fim de aliviar as situações de congestionamento nas vias.

Devido ao aumento cada vez maior do tráfego entre a península de Macau e as ilhas, as três pontes existentes já não conseguem suportar tamanho volume. Assim, procedemos ao "Estudo de Viabilidade da Quarta Passagem entre Macau e a ilha da Taipa e do Túnel Subaquático entre as zonas A e B das Novas Zonas Urbanas". Neste momento, estamos em discussões específicas relativas ao uso da área marítima.

Actualmente, o COTAI é um centro modal de transportes para ligar a ilha da Taipa, a ilha de Coloane e a Universidade de Macau, na ilha de Hengqin. Face à forte pressão de tráfego da sua via principal e à pressão prevista resultante da entrada em funcionamento do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, do desenvolvimento da zona E das Novas Zonas Urbanas e da entrada em funcionamento da quarta passagem, em 2012 procedemos a um estudo sobre o Túnel da Taipa Grande a fim de se melhorar no futuro o ambiente de tráfego por meio da concepção de um acesso directo do Sul ao Norte através do túnel. Ao mesmo tempo, tendo em consideração a situação de mobilidade dos moradores de Coloane, procedemos em 2012 à construção do Túnel de Ká Hó e em 2013 deu início à circulação da via desnivelada que faz a ligação entre a Avenida Wai Long e a Estrada da Baía de Nossa Senhora de Esperança, e que poderá desviar efectivamente o tráfego das novas redes rodoviárias envolventes à Rotunda do Istmo.

Para melhorar as condições de circulação do Bairro da Areia Preta, procedemos à construção de uma nova via que faz a ligação entre a Avenida de Venceslau de Morais e a Estrada da Bela Vista, da Montanha Russa, não só para tornar mais conveniente aos cidadãos caminharem pela zona Norte, pelo Jardim Municipal da Montanha Russa, pela zona de lazer do Reservatório e acederem às escolas envolventes, como para poder oferecer um passeio substituto durante o período do Grande Prémio, melhorando-se assim as situações de congestionamento do trânsito resultantes do encerramento de vias. Procurámos também melhorar as vias existentes das diversas zonas, nomeadamente, as vias das zonas antigas. Ou seja, procedemos à abertura de vias que estavam fechadas para diminuir as situações em que era necessário recorrer a outras vias que estavam mais distantes. Nos últimos anos, procedemos à abertura da Rua Central de Toi San, da Avenida do General Castelo Branco, da Rua de Lei Pou Chon e da Estrada do Canal dos Patos para aliviar mais a pressão do tráfego do Bairro da Ilha Verde e de toda a zona Noroeste. Além disso, procedemos à abertura de um troço da Avenida do Ouvidor Arriaga, situado entre a Avenida do Almirante Lacerda e a Avenida Marginal do Patane, e à abertura de um troço da Avenida Marginal do Patane, situado entre a Rua dos Estaleiros e a Avenida Marginal do Lam Mau. Isto poderá melhorar efectivamente a circulação rodoviária das vias envolventes.

Ao mesmo tempo, face à conclusão das obras dos vários projectos de habitação pública de grande dimensão, procedemos oportunamente ao reordenamento das redes viárias envolventes e à abertura das vias provisórias. Entre 2010 e 2013 procedemos à abertura de nós em várias vias e à construção de novas vias no complexo de habitação pública de Seac Pai Van, cujo comprimento é de cerca de 3,5 km.

3.3. Melhoramento das redes de drenagens e reforço do tratamento das águas residuais urbanas

Para resolver o problema das inundações em algumas zonas baixas durante a estação chuvosa, procurámos melhorar a capacidade de escoamento das drenagens e procedemos a uma modificação constante das redes de drenagens das zonas antigas, nomeadamente, a instalação de redes de esgotos em forma de triagem para separar os drenos de águas pluviais dos drenos de águas residuais e acelerar o escoamento das águas pluviais. Procedemos também ao aumento de estações elevatórias de água junto à foz do rio para escoar as águas pluviais.

Tendo em conta que o considerável volume de negócios e o progressivo aumento de edifícios altos e de moradores têm colocado mais pressão num sistema de drenagem obsoleto e que está praticamente saturado, demos por isso início em finais de 2010, às obras de reordenamento da rede de drenagem na Avenida Horta e Costa, tendo as mesmas ficado concluídas no fim de 2011. Este reordenamento, em articulação com as obras de substituição de esgotos e alargamento da capacidade do próprio sistema já concluídas, nomeadamente na Avenida do Ouvidor Arriaga, na Avenida de Sidónio Pais, ao longo da Montanha Russa, na Rua de Ferreira do Amaral e na Estrada da Vitória, têm minimizado eficazmente a ocorrência de inundações na Avenida Horta e Costa e zona envolvente. No intuito de aumentar a capacidade de drenagem da zona de Horta e Costa, terminou em 2014 as obras de alargamento da capacidade do sistema de drenagem da Rua do Almirante Costa Cabral.

Além disso, através do reordenamento das drenagens da Rua do Almirante Costa Cabral e da Avenida Marginal do Patane, minimizar-se-á a ocorrência de inundações nas zonas baixas do Bairro de San Kio. Para resolver o problema das inundações do Porto Interior, elaborámos soluções específicas para o tratamento de inundações a curto, médio e longo prazos. As soluções de curto prazo enquadram-se no princípio "colmatagem de fissuras e controlo de inundações e de desaguamento" e através da execução das obras inerentes às medidas provisórias de prevenção das cheias do Porto Interior, nas quais se incluem designadamente o reforço da capacidade das paredes exteriores dos edifícios, o aumento da altura das paredes para prevenção das cheias e a tapagem de rombos existentes, a instalação de válvulas de prevenção das cheias e a instalação de lombas em forma de arco para aliviar o problema de inundações. As obras de reordenamento a curto prazo têm vindo a ser realizadas gradualmente desde 2013.

Por outro lado, devido ao aumento constante da população e das actividades comerciais na Taipa, realizámos faseadamente obras de drenagens das diversas zonas para aumentar a sua capacidade e separar os drenos de águas pluviais dos drenos de águas residuais. Já concluímos as obras de aumento de capacidade das drenagens desde a Estrada Governador Albano de Oliveira à Avenida dos Jogos da Ásia Oriental e as obras de aumento de capacidade das drenagens da Rua do Desporto, etc., para melhorar as situações de escoamento das águas residuais e das águas pluviais da zona sudoeste da Taipa. Com a construção do Edifício do Lago da Taipa, procedemos ao mesmo tempo à optimização

das redes viárias e das drenagens envolventes. Quanto a Coloane, realizámos as obras de reordenamento das drenagens da parte Oeste das instalações do Kartódromo e da Estrada de Hac Sá.

Além disso, para melhor monitorizar as inundações, procedemos ao alargamento da área abrangida pelo sistema de monitorização do nível de água. Na sequência da instalação em 2009 de estações para registo do nível de água em 9 locais, em 2013 instalámos em diversos locais mais 8 estações para monitorização de inundações e da situação meteorológica. Essa instalação foi feita nomeadamente na Rua da Praia do Manduco, no Templo do Bazar, no Bairro Tamagnini Barbosa, na Estrada Governador Albano de Oliveira, na Rua de Chaves, na Rua Fernão Mendes Pinto, na Povoação de Chun Su Mei e em Seac Pai Van, com vista a monitorizar oportunamente as situações de inundações e reforçar a divulgação das informações sobre as chuvas intensas e repentinas e sobre inundações.

3.4. Construção de instalações e melhoria do ambiente habitacional e turístico

À medida que a população tem aumentado, também tem aumentando a procura de instalações sociais e as exigências em termos do ambiente envolvente das habitações, tendo sido assim aberto no fim de 2012 o Parque Central da Taipa que consiste num complexo de apoio a diversas actividades. A par disso, está a executar-se a obra de construção do Centro Comunitário junto à Povoação Chun Su Mei, o qual se situa junto aos bairros antigos da Taipa e possui um parque de estacionamento.

Aliás, temos envidado esforços em tentar encontrar espaços nos bairros antigos para optimizar as instalações dessa zona. Durante o corrente ano, ficaram concluídas as obras de reordenamento viário da Rua de D. Belchior Carneiro, dispondo agora de uma zona provisória para a tomada e largada de passageiros de autocarros de grandes dimensões e uma zona provisória de lazer, com o fim de melhorar a situação da zona em termos de estacionamento de autocarros de turismo, bem como embelezar o respectivo ambiente. Além de obras intimamente ligadas à vida da população, preocupamo-nos muito com as construções que alterem a fisionomia da cidade. Sendo assim, em harmonia com os quatro roteiros turísticos apresentados em 2013, demos início em 2014 aos trabalhos de embelezamento das construções inseridas nos mesmos, tendo as respectivas obras vindo a ficar gradualmente concluídas.

Nos últimos cinco anos foram executadas várias obras de embelezamento de vias, designadamente as obras de renovação das fachadas dos edifícios situados ao longo do roteiro do Centro Histórico de Macau da zona da Barra e do roteiro das Ruínas de São Paulo até à Rua dos Ervanários e à Rua da Sé, da Rua de Tomás Vieira, etc. A par disso, em articulação com o desenvolvimento da ZAPE, deu-se início em 2010, de forma faseada, às obras de reordenamento das vias internas desta zona, tendo as mesmas ficado concluídas em 2013.

Em 2011, o depósito provisório de distribuição de combustíveis da Ilha Verde entrou em funcionamento, a fim de haver uma articulação com o planeamento geral da Ilha Verde e afectar minimamente os residentes no respeitante ao problema da localização em diferentes lugares do depósito de combustíveis. Este problema, aliás, já existe há muito tempo no seio da sociedade. O depósito pode garantir a segurança de funcionamento através do melhoramento das condições de seguranças das instalações, da centralização da gestão e do sistema de fiscalização pública.

3.5. Optimização das instruções regulamentares para melhorar a eficiência da apreciação e aprovação dos projectos

A fim de responder às solicitações da sociedade sobre a aceleração da apreciação e aprovação dos projectos de construção dos empreendimentos privados, tomámos a iniciativa de promover várias medidas, nomeadamente a optimização dos procedimentos administrativos e a melhoria da eficiência da apreciação e aprovação dos projectos. Em 2010 lançaram-se os "Critérios de Apreciação de Projectos de Obras de Construção e de Ampliação e Instruções de Procedimentos Administrativos", para que o sector da construção civil conhecesse melhor os respectivos critérios e todo o procedimento de apreciação e aprovação de projectos. Com o intuito de melhor a qualidade na elaboração de projectos, em 2013 foram publicadas instruções para elaboração de projectos envolvendo mais de 10 especialidades, nomeadamente 4 nas áreas da construção, electromecânica, gases combustíveis e construção civil, para que o sector de construção civil possua um guia aquando da elaboração dos seus projectos, bem como melhorar a percentagem em termos de apreciação e aprovação de só uma vez de projectos.

A par disso, foram publicados vários impressos respeitantes a diversos pedidos e directivas criteriosas, nomeadamente a partir de 2009 para além das instruções para apresentação de projectos de obras de construção foram também elaboradas instruções para apresentação de projectos de obras de modificação. Relativamente a obras de modificação de mais de 10 estabelecimentos, foram elaborados em 2012 os trâmites de apresentação de projectos e as instruções técnicas no âmbito das creches, lares de idosos, centros comunitários, salas de explicação, centros de educação. Ao mesmo tempo, implementou-se um único impresso referente à requisição de 3 pedidos de aprovação de projectos de obras que não sejam de construção, designadamente sobre a apresentação de projecto de obra, a emissão de licenças de obras e de início de obras, reduzindo-se a frequência de entrega dos documentos e encurtar o prazo do tratamento. Criámos ainda em 2013, com base nos trabalhos desenvolvidos no passado, um mecanismo permanente de diálogo, de modo a manter de uma forma mais simples e directa, o diálogo entre o Governo e o sector, reforçar a interactividade, com o objectivo de optimizar os trabalhos de apreciação e aprovação dos projectos por parte do Governo.

3.6. Trabalhos multifacetados e criação de um ambiente para viver em sossego

Relativamente aos prédios em ruínas e construções ilegais existentes, o Governo prosseguirá com o combate às obras ilegais que são uma questão histórica, combate esse que será feito mediante vários mecanismos, nomeadamente divulgação, revisão da legislação e orientações.

Face à questão das construções ilegais existentes em edifícios, foi criado em 2010 o Grupo Permanente de Trabalho Interdepartamental para Demolição e Desocupação de Obras Ilegais, sendo o mesmo um mecanismo de contacto permanente com outros departamentos, melhorando-se deste modo a eficiência e o tratamento das construções ilegais. Em 2011 foi criado um sistema informático, como uma medida para acompanhar o circuito dos processos que dão apoio à respectiva fiscalização e tratamento. Além disso, em 2012 e 2013 foram lançados as "Instruções para as Instalações de Segurança e Prevenção de Furtos nos Edifícios", as "Instruções para Demolição das Obras Ilegais" e em 2014 foi lançado o "Plano de Apoio Financeiro para Demolição Voluntária de Edificações Ilegais", a fim de incentivarem os cidadãos a procederem à demolição de obras ilegais por iniciativa própria, coadjuvado por um apoio financeiro parcial. Após a implementação da referida medida, registou-se um maior cumprimento por parte dos cidadãos. Nos últimos 4 anos o número de processos das obras ilegais baixou 40%, tendo o número de pedidos de demolição voluntária vindo a aumentar gradualmente.

Por outro lado, foram lançados vários planos de apoio financeiro para estimular os condóminos a melhor compreenderem o conceito de reparação e conservação dos seus próprios edifícios. Entre esses planos incluem-se o "Plano de Crédito Sem Juros para Reparação de Edifícios", o "Plano de Apoio Financeiro para Reparação de Edifícios" e o "Plano Provisório de Apoio Financeiro para Reparação das Instalações Comuns de Edifícios Baixos". Em 2010 foi lançado o "Pedido da Aprovação de Projecto (de Alteração) da Obra de Reparação / Conservação" para simplificar o procedimento do pedido de reparação de edifícios. Até 20 de Setembro de 2014 foram aprovados 2600 pedidos respeitantes a vários planos de apoio financeiro, num valor total de 280 milhões de patacas. Através do "Plano de Apoio Financeiro para Administração de Edifício", tem aumentado a vontade dos condóminos em organizarem as suas comissões de administração de edifícios, tendo já sido criadas assim cerca de 160 comissões de administração de edifícios e sido já realizada a reparação de 2300 edifícios. Em Agosto de 2014, realizou-se um teste à base de dados relativa aos edifícios em estado de conservação precária, esperando-se que o mesmo sistema possa entrar em funcionamento no fim do corrente ano, no intuito de conhecer melhor o desenvolvimento da situação dos edifícios e a administração integral das informações.

A fim de regular a fiscalização no âmbito da reparação e conservação dos equipamentos de elevadores, lançámos as "Instruções para Apreciação, Aprovação, Vistoria e Operação dos Equipamentos de Elevadores" e o Regime de Registo e Declaração das Entidades de Reparação e Conservação de Equipamento dos Elevadores, nomeadamente regimes de

inspecção anual, inspecção aleatória, afixação de certificado em local visível, a fim de criar gradualmente uma base de dados e melhorar a transparência das informações e fiscalização pública.

Além disso, estamos a acompanhar os trabalhos de revisão do "Regime Jurídico da Construção Urbana" e das "Normas de Natureza Administrativa do Regime Jurídico da Construção Urbana", com o objectivo de simplificar as formalidades administrativas, aperfeiçoar o mecanismo de fiscalização, tornar a execução das leis mais eficiente, tratar melhor a situação dos edifícios em mau estado de conservação e as obras ilegais, no intuito de garantir a segurança habitacional. Prevê-se que os projectos das respectivas propostas de lei entrem ainda na fase de produção legislativa no decurso do corrente ano. Ao mesmo tempo, prosseguem os trabalhos de revisão do "Regulamento de Segurança Contra Incêndios". O "Regime Jurídico de Acreditação, Registo, Inscrição e Qualificação para o Exercício de Funções Profissionais nos Domínios da Construção Civil e do Urbanismo" entrou na última fase de procedimento legislativo, paralelamente estamos envidar esforços na elaboração dos diplomas complementares, para o preparamento da sua implementação.

4. Habitação

"Habitação para todos, bem-estar para todos" é o objectivo da política de habitação fixado pelo terceiro mandato do Governo. Neste sentido, o Governo da RAEM tem atribuído muita importância à questão relativa à mudança da situação habitacional, respondendo às realidades do desenvolvimento socioeconómico, iniciado com o estabelecimento do regime jurídico da habitação pública, bem como ainda tem vindo a definir o plano relativo à quantidade da oferta de habitação, de acordo com a política de habitação pública, "tendo a habitação social um papel principal e a habitação económica um papel secundário". No mercado imobiliário privado, o Governo tentou garantir os direitos e interesses de todos os intervenientes de modo a criar um ambiente de desenvolvimento saudável do mercado imobiliário.

4.1. Concretização da oferta de habitação pública para apoiar os residentes na aquisição de habitação

Em coordenação estreita entre os diversos serviços do Governo e com o esforço de todos, foi construído de forma acelerada o projecto das dezanove mil habitações públicas. Foi também criado o novo regime de atribuição de habitação e, foi, ainda, concluída a venda e a ocupação das fracções pelos agregados familiares que figuravam nas listas de espera de habitação económica e social. De modo a acelerar o procedimento relativo aos agregados familiares da lista de habitação económica, foi fixado o regime de venda antecipada, para os agregados familiares, que se encontrem na lista de espera, poderem escolher, numa fase inicial, as fracções e assinar o contrato-promessa de compra e venda, antes da conclusão da construção da habitação económica para aliviar as preocupações dos agregados familiares.

Em 2013 foi concluído o acompanhamento e a atribuição de habitação para os agregados familiares do projecto das dezanove mil habitações públicas, além disso em 2014 concluiu os trabalhos de ocupação para os agregados familiares candidatos de habitação social de 2009.

A fim de continuar a responder às aspirações dos residentes sobre habitação pública, foram abertos concursos públicos de habitação económica de tipologia T1 (1 544 fracções) e de diferentes tipologias (1 900 fracções), em Março e Dezembro de 2013, tendo sido recebidos 15 031 e 42 703 boletins de candidatura, respectivamente. Em Maio do mesmo ano, foi aberto um novo concurso de habitação social, tendo sido recebidos 6 146 candidaturas.

Em Fevereiro de 2014, foi concluída a realização do sorteio informático do concurso de habitação económica de tipologia T1 e a elaboração da lista de ordenação, sendo, posteriormente, acompanhada, de forma ordenada, a ocupação das fracções pelos agregados familiares seleccionados, desde o mês de Agosto. Ao mesmo tempo, estão a ser tratados os trabalhos de apreciação da qualificação dos agregados familiares candidatos à habitação económica de diferentes tipologias. Quanto ao âmbito de habitação social, foi apreciada a qualificação dos agregados familiares do concurso público de 2013, tendo sido publicada a lista provisória em Outubro de 2014, prevendo-se que até ao final do ano seja publicada a lista definitiva e o início da organização da ocupação das fracções no próximo ano.

4.2. Bom planeamento de habitação pública para definir o objectivo de oferta em quantidade

Em harmonia com o plano de construção de habitação pública, procurámos activamente recursos de terrenos, recorrendo a vários meios, por exemplo, irá recuperar os terrenos de ocupação ilegal para planear a construção de habitação pública, foi realizada, em 2010, a missão histórica que envolveu os trabalhos relativos à demolição e mudança das barracas no Bairro da Ilha Verde, com o objectivo de aumentar os recursos de terrenos e acelerar o andamento da construção de habitação pública. Em simultâneo, prestámos especial atenção a todas as instalações de habitação pública, para satisfazer as necessidades dos residentes, proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida quotidiana e ao mesmo tempo está-se a proceder ao aumento das instalações comunitárias, de modo a beneficiar os residentes das diferentes zonas. A título de exemplo, o projecto da Habitação Pública de Seac Pai Van, é o maior empreendimento de habitação pública, disponibiliza um total de 9 015 fracções, está dotado de um grande centro modal de transportes e ainda de instalações para acesso à saúde, educação e desporto, bem como de serviços sociais, Neste empreendimento foram introduzidos elementos de preservação ambiental, incluindo a utilização de água reciclada e de gás natural.

De acordo com as orientações de política de habitação pública, temos definido uma estratégia que se consubstancia no aumento da quantidade de oferta de habitação pública. No período que decorre desde o final de 2009 a Setembro de 2014, o número total das fracções de habitação pública em construção e concluídas foi de 22 508. O terceiro mandato

do Governo planeou a construção de 16 866 fracções de habitação pública, das quais 16 197 fracções de habitação pública foram concluídas, 7 771 e 8 426 habitações sociais e económicas, respectivamente. No período homólogo, a quantidade de construção de habitação pública é mais elevada do que a construção das fracções habitacionais concluídas no mercado privado. A percentagem do número das fracções de habitação pública comparada com o número total das fracções habitacionais de Macau passou de 15,9% para 21,5%.

Para manter a oferta de habitação pública e responder às aspirações habitacionais dos residentes das diferentes classes sociais, foi criado um mecanismo de oferta a longo prazo de habitação pública. Em relação à estratégia a médio e longo prazo do desenvolvimento de habitação pública, os projectos serão desenvolvidos em três vertentes, "assegurar os recursos de terrenos, aproveitar adequadamente os meios financeiros e criar um regime de reserva de terrenos", para manter a oferta contínua das fracções.

Relativamente ao planeamento a curto e médio prazo, o Governo anunciou que será planeada a construção de 4 400 fracções de habitação pública. Em 4 parcelas de terrenos localizados, respectivamente, na Doca Lam Mau e no centro da Taipa, a curto prazo, de acordo com uma estimativa preliminar, podem ser construídas cerca de 400 fracções, actualmente está-se a proceder aos trabalhos preliminares de planeamento. Nos terrenos da central térmica localizada na Rua dos Pescadores, prevê-se a construção de cerca de 1 000 fracções. Num terreno localizado a oeste do COTAI, prevê-se a construção de cerca de 2 000 fracções. No terreno afecto a estacionamento, localizado a Leste da Piscina Olímpica de Macau, sito na Rua do Desporto, da Taipa, prevê-se a construção de cerca de 1 000 fracções. A maioria destes terrenos ainda não está em condições para se proceder à construção imediata, só se poderá avançar para a fase de construção, depois de terminados alguns procedimentos legais e os respectivos trabalhos preparatórios, tais como limpeza, nivelamento e planeamento. Iremos desenvolver todos os esforços para promover os respectivos trabalhos.

Quanto ao planeamento a médio e longo prazo, ultimamente, foi proposta a utilização do terreno situado adjacente ao novo posto transfronteiriço entre Guangdong e Macau para a construção de 1 400 fracções de habitação pública, este projecto irá desenvolver-se em articulação com os outros projectos, assim a sua construção será concretizada de forma ordenada. Relativamente a um terreno localizado na zona norte da Taipa (lote TN), o Governo, depois de proceder ao seu planeamento e integração, irá obter uma reserva de terrenos e aí construir cerca de 1 000 fracções.

Para o planeamento a longo prazo, os Novos Aterros Urbanos serão a principal fonte de oferta de terrenos para Macau. Nestes aterros, foram reservados terrenos destinados ao desenvolvimento de habitação pública. A Zona A é a maior parcela dos Novos Aterros Urbanos, o Governo tomou esta decisão com base nas duas consultas públicas anteriormente realizadas, e irá ajustar a finalidade principal dos terrenos da Zona A para a finalidade de habitação pública. Este planeamento global de 32 000 fracções habitacionais irá proporcionar 28 000 fracções de habitação pública, representando 87,5% do número total das fracções. O Governo já definiu a orientação e o objectivo em aumentar a oferta de

forma a proporcionar uma grande quantidade de fracções habitacionais e que os residentes possam ter a capacidade económica necessária para as poderem adquirir. A definição desta estratégia prospectiva irá contribuir de forma significativa para manter a estabilidade da quantidade da oferta de habitação no futuro, permitindo de uma forma activa e positiva resolver os problemas habitacionais causados pelo desenvolvimento rápido da economia.

4.3. Auscultação das opiniões da sociedade para definir a estratégia do desenvolvimento

Em 2011, foram concluídos os trabalhos de revisão da Lei da habitação económica, que entrou em vigor no dia 1 de Outubro do mesmo ano. Na nova Lei da habitação económica, foram previstos os limites ao rendimento e património dos agregados familiares candidatos, e introduziu-se um sistema de graduação segundo os grupos de agregados familiares nucleares, agregados familiares não nucleares e candidatos individuais e o regime de sorteio informático com a ordenação por grupos prioritários. Tendo em consideração a relação entre a oferta e a procura das fracções habitacionais no mercado, foi lançado o regime de venda antecipada de habitação económica para os agregados familiares que reúnam os respectivos requisitos, antes da conclusão e da utilização dos edifícios em construção, procurando assim concretizar a oferta de habitação pública.

Com vista ao aperfeiçoamento contínuo do regime actual, foram iniciados os trabalhos de revisão e alteração dos diplomas de habitação pública. Em Julho de 2014, foi realizada a consulta pública sobre a alteração parcial e revisão global da Lei da habitação económica, procurando-se concluir os trabalhos de alteração parcial da lei, antes do final do corrente ano. Além disso, também estão em andamento, até ao final do ano de 2014, os trabalhos relativos à revisão global do regime jurídico e do conteúdo dos pormenores de habitação económica e de habitação social, e simultaneamente, realizando as actividades de consulta pública.

Face às aspirações apresentadas pela sociedade no que respeita ao conceito "Terra de Macau destinada aos residentes de Macau", o Grupo de Trabalho Interdepartamental elaborou o documento de consulta sobre o Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau, tendo como referência os estudos apresentados por duas instituições do ensino superior para a validade da implementação do conceito "Terra de Macau destinada aos residentes de Macau". A consulta pública terminou em Julho de 2014. Durante o período da consulta foi recebido um total de 744 textos de opiniões. O Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau tem um espírito inovador fora do quadro do regime de oferta de habitação de Macau, sendo também um tema importante para definir a política de habitação. O Governo vai compilar e analisar as opiniões recolhidas de todos os sectores e dos vários meios, a fim de definir a proposta de plano mais adequada.

Em 2012, foi concluído o procedimento relativo à consulta pública sobre a Estratégia do Desenvolvimento para a Habitação Pública. No início de 2013, foi publicada uma compilação com as opiniões manifestadas, para permitir, ao público em geral, conhecer as opiniões dos participantes na respectiva consulta. Após a análise do Plano de Aquisição de Imóveis para

Habitação por Residentes de Macau, o Governo irá procurar, com a maior brevidade, concluir o texto final, com o objectivo de definir as linhas de acção governativa e as respectivas estratégias e medidas para o futuro desenvolvimento da habitação pública.

Foram também iniciados diversos estudos no corrente ano, incluindo Estudos do Modelo de Operação e do Desenvolvimento das Lojas de Habitação Pública. Para o regime de administração das lojas existentes nos edifícios de habitação pública, pretende-se apresentar um regime viável de administração para a análise das questões existentes; investigação e avaliação da situação de residência dos idosos nas habitações públicas, através dos Estudos da Política de Habitação para Idosos. Além disso, procedeu-se aos estudos de aperfeiçoamento do regime de habitação social, por exemplo, investigação e discussão das vontades e condições sobre o arrendamento de habitação social para todos os residentes de Macau, critério de rendimento, regime de candidatura e pontuação. Quanto aos arrendatários actuais de habitação social, procedeu-se à discussão sobre as rendas, multas e acompanhamento das situações dos arrendatários com rendimento que ultrapasse o limite máximo, estudando também a concretização da política e o conteúdo concreto da operação de habitação social, rumo político e procedimentos de concretização.

4.4. Criação do Conselho para os Assuntos de Habitação Pública para aumentar a transparência da acção governativa

No intuito de promover a participação da sociedade nos assuntos de habitação pública, em Maio de 2011, foi criado o Conselho para os Assuntos de Habitação Pública, sendo os seus membros representantes de todos os sectores da sociedade. Este Conselho tem reflectido e apresentado as opiniões de todos os sectores da sociedade, procurando ajudar o Governo a definir, promover e implementar a política, estratégia e medidas do desenvolvimento de habitação pública.

Desde a sua criação, o Conselho tem participado em muitos planos de trabalho e em deliberações de política sobre os assuntos de habitação pública, incluindo as condições de acesso e os critérios de atribuição das habitações económicas e sociais. O Conselho tem apresentado as opiniões e as estratégias sobre os assuntos abordados nas reuniões, tendo desempenhado o papel de plataforma entre o Governo e a sociedade, de modo a alcançar objectivos de participação pública, ajudando a aumentar a transparência da acção governativa.

4.5. Prorrogação dos planos de apoio financeiro para aliviar a pressão, nas famílias com baixos rendimentos

Com o intuito de minorar a pressão dos agregados familiares que figurem na lista de espera de habitação social, devido ao aumento do custo de vida provocado pelo

agravamento da inflação, o terceiro mandato do Governo prorrogou durante os anos de 2010 a 2014 a medida do abono de residência e actualizou o valor do abono, segundo a variação da inflação. Actualmente, aos agregados familiares compostos por 1 ou 2 pessoas, é atribuído o montante mensal de 1 650 patacas e aos agregados familiares compostos por 3 ou mais pessoas, é atribuído o montante mensal de 2 500 patacas. O número dos agregados familiares beneficiários é de 7 352, de Setembro de 2008 a Setembro de 2014, o valor total do apoio financeiro foi de 340 milhões de patacas.

Também, desde o ano de 2011, o Governo concedeu isenção de pagamento das rendas a todos os arrendatários de habitação social. Tendo em conta que os arrendatários com rendimento mais alto têm que pagar uma parte da renda, a partir de Janeiro de 2014, o limite máximo de isenção da renda mensal foi actualizado, para 2 000 patacas. Após a implementação desta medida, há 11 141 famílias beneficiárias, sendo o valor total de isenção da renda cerca de 142 milhões de patacas.

4.6. Reforço dos assuntos relativos à administração dos edifícios para elevar a qualidade do ambiente habitacional

Em articulação com a conclusão gradual das novas habitações económicas e a ocupação contínua pelos agregados familiares, foi criado um Guia sobre a Administração dos Edifícios de Habitação Económica, com o intuito de gerir com eficiência as situações provocadas pela remodelação e a ocupação das fracções pelos moradores. Em simultâneo, foram tomadas novas medidas para facilitar o acesso a um conjunto de serviços públicos aos moradores, como a criação de uma plataforma de prestação de serviços de "one-stop", podendo os moradores tratar das formalidades de ocupação das fracções no mesmo local, incluindo o pagamento do montante de habitação, assinatura do contrato de administração, pedido de abastecimento de água, electricidade e gás, bem como pagamento automático bancário, etc.

Por outro lado, para que os moradores conheçam previamente as instalações de habitação económica, o plano de administração, e as informações sobre acessibilidades, foram realizadas sessões de esclarecimento com a intervenção de vários serviços do Governo sobre a administração dos edifícios a fim de proporcionar aos moradores um conhecimento global da configuração geral dos edifícios, equipamentos relacionados com o quotidiano, conteúdo de serviços de administração, instruções importantes sobre a remodelação do interior das fracções, e fiscalização dos empreiteiros sobre os serviços relativos ao acompanhamento da qualidade das fracções após a venda.

A par disso, continuou-se a impulsionar, através das diversas medidas de apoio, os proprietários a procederem adequadamente aos trabalhos de administração de edifícios. Decorridos alguns anos de divulgação contínua e ampla, tem aumentado gradualmente a vontade dos residentes em relação ao tratamento da infiltração dos edifícios. De acordo com os dados estatísticos, dos casos acompanhados pelo Centro de Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Águas nos Edifícios, a percentagem dos casos de infiltração reparados por iniciativa própria, com a colaboração do Centro, passou de 50% no ano 2009 para 71%

no mês Setembro de 2014, o Centro recebeu 10 936 casos, dos quais 7 782 casos foram resolvidos com sucesso, após a sua coordenação, até ao dia 30 de Setembro deste ano.

No sentido de resolver, os litígios relativos à administração de edifícios, o Centro de Arbitragem de Administração Predial entrou em funcionamento, em Junho de 2011. Até ao dia 30 de Setembro de 2014, o número total de casos acompanhados (incluindo respostas, organização e coordenação, abertura de processos) foi de 101. Estes casos envolviam questões de legalidade da comissão administrativa, litígios relacionados com a legalidade dos procedimentos das assembleias e suas deliberações, litígios sobre as despesas de administração das partes comuns, e litígios relativos ao uso inadequado das partes comuns, etc. Alguns destes casos foram resolvidos devidamente após explicação ou conciliação.

Além disso, realizámos uma consulta pública sobre o projecto da Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios, e, também, iniciámos os trabalhos com vista à elaboração do Modelo das Orientações do Regulamento de Administração de Edifícios, a fim de aperfeiçoar ainda melhor os trabalhos de administração de edifícios, através de legislação.

4.7. Regulamentação do funcionamento da actividade e promover o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário

Para promover o desenvolvimento saudável no mercado imobiliário e assegurar os legítimos direitos e interesses de todas as partes intervenientes nas transacções imobiliárias, em Junho de 2010, foi criado o Grupo de Trabalho para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Mercado Imobiliário. Este grupo de trabalho interdepartamental, depois de analisar e reflectir sob diferentes aspectos e ouvir as opiniões da sociedade, procedeu à revisão e à análise da situação concreta do mercado imobiliário de Macau, e apresentou as medidas e políticas que considerou oportunas.

Desde a criação deste grupo de trabalho, foram lançadas 22 medidas em 2010, 2011 e 2012, estas medidas abrangem as seguintes áreas: terrenos, construção de edifícios, registo, compra e venda, fiscalidade, empréstimos hipotecários, actividade de mediação imobiliária, etc, tendo ainda como objectivo procurar reforçar a gestão dos riscos, evitar o efeito "bolha" no valor dos edifícios e promover um funcionamento mais normalizado e transparente do mercado. O estabelecimento e a implementação de medidas, visam prevenir a flutuação do funcionamento do sistema financeiro, desempenhando um papel de estabilidade no desenvolvimento sustentável do mercado imobiliário.

Para melhor garantir os legítimos direitos e interesses dos diversos intervenientes (comprador e vendedor) nas transacções, foi elaborada a proposta de lei do "Regime jurídico da promessa de transmissão de edifícios em construção", tendo a respectiva lei entrado em vigor, em Junho de 2013. Nos termos desta lei, os edifícios em construção em regime de propriedade horizontal só podem obter a autorização prévia de venda antecipada das fracções autónomas de edifícios depois de estarem reunidos três requisitos: ter sido emitida

a licença de obra relativa a toda a construção do edifício, estarem concluídas as respectivas obras de fundações e estar concluído o respectivo registo provisório de propriedade horizontal. Com a entrada em vigor deste regime, colmataram-se as lacunas existentes na legislação, na área da compra e venda de edifícios em construção. Além disso, no intuito de manter a oferta de fracções autónomas residenciais de edifícios em construção após a entrada em vigor deste regime jurídico, e aproveitando o aumento dos recursos, optimizar e agilizar os trabalhos ulteriores, a fim de permitir a elevação da eficiência na apreciação e aprovação dos projectos, procedeu-se à divulgação da situação dos edifícios em fase de apreciação e aprovação e os que estão em construção, através da Rede de Informações de Fracções Autónomas do Edifício em Construção, reforçando assim a consulta por meio da Internet, a fim de permitir que o consumidor possa obter as informações mais apropriadas sobre a situação dos edifícios.

Por outro lado, a Lei da actividade de medição imobiliária e a Regulamentação da Lei da actividade de mediação imobiliária entraram em vigor em Julho de 2013. Estes diplomas regulam os direitos e deveres dos profissionais e das entidades do sector profissional, a fiscalização da actividade de medição imobiliária e o regime de administração. Posteriormente, tendo em consideração as situações de alguns estabelecimentos situados no rés-do-chão que não reuniam as condições previstas na lei, foram alterados dos artigos transitórios da Lei da actividade de mediação imobiliária, em Agosto de 2014, no sentido de permitir, aos mediadores imobiliários, que à data da publicação da respectiva lei já possuíam os seus estabelecimentos comerciais instalados no rés-do-chão de imóveis destinados a fins residenciais, habitacionais ou industriais, pedir a concessão da licença provisória, sendo a respectiva licença válida até 31 de Agosto de 2019.

Simultaneamente, para incrementar o grau de transparência do funcionamento do sector, foi criada e está a ser actualizada de forma contínua a base de dados dos mediadores e agentes imobiliários, permitindo, através do sistema electrónico do Instituto de Habitação, a consulta das respectivas informações pelos residentes. Até 30 de Setembro de 2014, a entidade competente emitiu 1 485 licenças provisórias de mediador imobiliário e 4 540 licenças provisórias de agente imobiliário, 253 licenças de mediador imobiliário e 826 licenças de agente imobiliário.

5. Trânsito e Transportes

5.1. Transportes terrestres

Nos últimos cinco anos, Macau tem vivido um forte progresso económico, registando-se um aumento crescente da população, tanto residente como flutuante. A população e o número de turistas passaram, respectivamente, de 550 mil e 25 milhões, em 2010, para mais de 600 mil e cerca de 30 milhões, em 2013, correspondendo a um aumento de 10% e 17,5%.

Durante o período homólogo, em 2010, o número de veículos fixou-se nos 190 mil enquanto em Setembro de 2014, o mesmo número já ultrapassou os 230 mil, registando-se um aumento de 21%. No passado, o número de passageiros dos autocarros era 300 mil por dia e até Agosto de 2014, excedeu em 490 mil por dia, tendo registado em Julho com mais de 524 mil passageiros por dia. O comprimento total da rede viária aumentou de 413 km para 421 km, correspondendo a um aumento inferior a 2%. Acresce, ainda, que, as obras das instalações de trânsito transfronteiriças estão a ser gradualmente concluídas, prevendo-se que a sua conclusão venha a acarretar um aumento da população flutuante, causando uma fortíssima pressão em Macau que tem uma superfície inferior a 32 km2.

Em articulação com o desenvolvimento sustentável da Cidade, publicou-se, em 2011, a Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), cuja componente central é a "primazia dos transportes públicos".

Neste documento apresentam-se quatro planos de acção, o "aperfeiçoamento dos transportes públicos", a "gestão racional dos veículos particulares", a "criação de um ambiente confortável para a mobilidade suave" e a "consolidação da construção de infra-estruturas e a sensibilização para a segurança rodoviária", assim como 61 medidas de acção com vista a racionalizar o ambiente do trânsito em Macau e a construir uma região verde onde a população e os turistas se desloquem agradavelmente.

5.1.1. Levar a efeito a reforma dos serviços de autocarros, em resposta às necessidades do desenvolvimento social

Os autocarros constituem o meio de transporte principal dos cidadãos.

Considerando que, anteriormente, o sector dos serviços de autocarros estava sujeito a um modelo de exploração regido pelas receitas que provinham das tarifas e que tinha por objectivo a mera rentabilização económica, não se conseguia efectuar um controlo da saída atempada das carreiras de autocarros e tornava-se impossível a concretização da correspondência entre os serviços prestados pelas várias companhias, o que obstava ao desenvolvimento dos serviços de autocarro e afectava a conveniência da mobilidade dos cidadãos.

Com base no estudo sobre a reforma dos serviços de autocarros, introduziu-se em 2009, mediante concurso público para a prestação dos serviços de autocarros, um novo modelo de "controlo pelo Governo e de funcionamento sob a forma comercial" que tem vindo a permitir ao Governo proceder à fiscalização dos serviços de carreiras, podendo as mesmas ser ajustadas às necessidades de procura da população, cobrindo-se as zonas mais isoladas ou os novos bairros residenciais, com vista a melhor responder à procura pelos cidadãos dos serviços de transportes públicos.

Sob o novo modelo, o número de carreiras e de veículos de transporte de passageiros aumentou 20%, existindo, actualmente, 69 carreiras e 799 veículos. O número de veículos com lugares apropriados para cadeiras de rodas é de 240, sendo de 380 o número de autocarros de piso rebaixado. Além disso, foram introduzidos equipamentos sonoros para

auxiliar as pessoas invisuais na utilização dos autocarros. Em articulação com a melhoria da eficiência energética e a redução das emissões de gases, promoveu-se junto das companhias de autocarros à introdução de veículos de transporte de passageiros amigos do ambiente, tendo, até Setembro de 2014, sido introduzidos 20 autocarros movidos a gás natural e 214 que cumprem as normas de emissões EURO IV ou superior. Ao mesmo tempo, foram criados vários terminais e paragens de grande dimensão, incluindo a estação de correspondência de autocarros na Praça de Ferreira do Amaral, terminal da Pérola Oriental, paragem da Praceta 24 de Junho, terminal do Edifício do Lago, terminal de Seac Pai Van, e terminal da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin.

Para acompanhar o desenvolvimento urbano e as necessidades de mobilidade dos cidadãos entre as diferentes zonas, nomeadamente após a conclusão dos novos bairros residenciais, de habitação pública de grande dimensão e da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin, tem-se apostado, nos últimos anos, na criação de novas carreiras de autocarros e na optimização da rede de carreiras, classificando-a, em diferentes níveis: carreiras rápida, de artéria principal, normal e de ligação, em função das condições em que a oferta dos serviços de transporte é prestada aos utentes. Assim, em 2013, foram criadas várias carreiras rápidas, para além da repartição da carreira n.º 6 pelas carreiras n.os 6A e 6B. Em 2014, foram ajustadas as carreiras n.os 2, 12 e 25 ao nível das "carreiras de artéria principal", no sentido de alinhar os percursos, diminuindo o itinerário indirecto e elevar a eficiência na circulação de autocarros.

Foram criadas as carreiras n.os 22F, 25F, 59, 71 e MT3U, com vista a, num percurso mais curto, facilitar os residentes a deslocação entre a Praça Ferreira do Amaral, as Portas do Cerco, Seac Pai Van e a Universidade de Macau na Ilha de Hengqin.

Em simultâneo, foi dada continuidade à optimização da distribuição geográfica das paragens e do ambiente das zonas de espera, assim como foram remodeladas 138 paragens com a colocação de assentos. Além disso, fez-se a fusão de paragens por forma a aumentar o ritmo de andamento dos autocarros, em ordem a melhorar a eficiência do respectivo serviço. Em paralelo, prosseguiu-se com a implementação dos programas de benefícios de tarifas para idosos, estudantes e restantes passageiros, e enquadrou-se, já em 2011, os deficientes no programa, em articulação com o regime de registo de avaliação da deficiência, tendo-se dispendido, com os mesmos, uma média anual de valores próximos dos 250 milhões de patacas.

Nos últimos anos, tem-se registado um aumento substancial tanto no fluxo de passageiros como no número de partidas de autocarros. O número de passageiros passou de 300 mil por dia, face ao modelo anterior, para 490 mil por dia, face ao actual modelo de gestão. Refira-se que, em Julho deste ano, foi batido o recorde de 524 mil passageiros por dia, atingindo os 70 mil os passageiros que aproveitaram o benefício de correspondência. As três companhias de autocarros têm diariamente, em média, 9 000 partidas de veículos, correspondendo a um aumento de cerca de 50% comparativamente com o modelo anterior. À medida que se verifica uma melhoria contínua no aumento dos serviços de transportes prestados durante as horas de ponta, o número de passageiros fora desses períodos também tem vindo a aumentar.

Para promover a qualidade dos serviços de autocarros, aproximando-a da expectativa do público, foi introduzido, em 2013, o regime de avaliação do mesmo, com vista a avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas operadoras, informando-se, periodicamente e por iniciativa própria, o público, por forma a aumentar a transparência da fiscalização, no sentido de promover a valorização simultânea dos serviços de autocarros, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos. Por outro lado, para estender o âmbito dos serviços do Metro Ligeiro do Segmento da Península de Macau, os trabalhos da construção do corredor rápido dos transportes públicos da Barra às Portas do Cerco, começaram, em 2011, incluindo o ordenamento viário, assentamento de tubagem, instalação dos equipamentos de apoio ao trânsito, e mudança das instalações comunitárias, ao longo do percurso.

Em 2014, têm estado a ser feitos todos os esforços para desenvolver os trabalhos de ordenamento viário e assentamento de tubagem, até à Praça de Ponte e Horta e à Rua do Visconde Paço de Arcos, sem deixar, simultaneamente, de ouvir as opiniões dos cidadãos e procurando, sempre, a conjugação com a análise técnica.

Em Outubro de 2013, a Sociedade de Transportes Públicos Reolian, S.A. pediu repentinamente a declaração de falência. Para assegurar o normal funcionamento dos serviços de autocarros por motivos de interesse público, e de forma a garantir os direitos e interesses dos trabalhadores na continuação dos seus postos de trabalho, o Governo da RAEM tomou imediatamente, através de sequestro, a exploração da Sociedade de Transportes Públicos Reolian, S.A., e em Julho deste ano, sem sobressaltos, resolveu o incidente público sobre à transição da exploração da Reolian para a Nova Era.

Por outro lado, foram atribuídas, em 2012 e 2014, 400 licenças de exploração de táxi com um período de validade de oito anos, aumentando o número de táxis para 1380.

Ao mesmo tempo, aproveitou-se a oportunidade de renovação das licenças especiais de táxis, para reforçar os serviços exclusivamente solicitados por telefone e sem barreiras (foi introduzido um tipo veículo adaptado ao transporte de deficientes motores), de forma a resolver a dificuldade em apanhar táxi nos bairros antigos e pelas pessoas portadoras de deficiência.

Para melhor optimizar a qualidade dos serviços, em articulação com o desenvolvimento turístico da Cidade, teve início em Agosto de 2014 a auscultação pública da revisão do regime jurídico do transporte de passageiros em automóveis ligeiros de aluguer (ou táxis), com vista a recolher de forma ampla as opiniões da sociedade.

5.1.2. Controlar racionalmente o crescimento do número de veículos, através dos diversos meios

À medida que se efectua a reforma do sistema dos transportes públicos, a gestão racional dos veículos particulares assume também grande importância. O controlo sobre o aumento do número de veículos é feito ao nível legislativo, económico e tecnológico, em conjugação com o aperfeiçoamento dos transportes públicos e a optimização do ambiente pedonal.

Na vertente legislativa, encontra-se já elaborado o projecto do diploma legal da «Elaboração de Normas de Emissão de Gases de Escape de Veículos em Circulação e do Regime de Inspecções de Macau», com vista a aperfeiçoar a proposta final para o regime de inspecção dos veículos e a diminuição da periodicidade da inspecção obrigatória dos veículos.

Na vertente económica, foram realizados, respectivamente, em 2011 e 2012, estudos relativos aos impostos e taxas sobre a aquisição e a utilização de veículos e às tarifas de estacionamento nos parques de estacionamento públicos e lugares de estacionamento nas vias públicas, para a elaboração de propostas de actualização das tarifas que contribuam para a melhoria do estacionamento. Em Janeiro de 2014, iniciou-se no Auto-Silo Pak Leng a introdução da modalidade de pagamento de tarifas por diferentes períodos horários, no sentido de aumentar a mobilidade e rotatividade na ocupação dos lugares de estacionamento, pretendendo-se que esta modalidade venha a ser aplicada, igualmente, no futuro, aos outros parques de estacionamento públicos.

Na vertente técnica, com a elaboração, em 2011, das «Normas Técnicas Propostas sobre a Instalação de Dispositivo de Tratamento Posterior dos Gases de Escape nos Veículos com Motor Propulsionado a Gasóleo», são concedidos subsídios para a instalação do dispositivo, em conjugação com o Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética.

Além disso, finalizou-se, em 2012, as pesquisas sobre a oferta e procura de todos os parques de estacionamento e lugares fora das vias públicas, servindo os dados de referência para o plano geral dos lugares de estacionamento. Ao mesmo tempo, no âmbito da construção constante de parques de estacionamento, entraram em funcionamento, entre 2010 e 2014, 17 parques de estacionamento públicos, os quais disponibilizam cerca de 6 000 lugares de estacionamento para automóveis ligeiros e 7 000 lugares para estacionamento de ciclomotores e motociclos, para além de criar 1 500 lugares de estacionamento com parquímetros para ciclomotores e motociclos, nas zonas com maior trânsito, incluindo a zona central, a Avenida Horta e Costa e o NAPE, no sentido de disciplinar o estacionamento e aumentar a disponibilidade dos lugares de estacionamento.

5.1.3. Construir gradualmente o sistema inteligente de tráfego, reforçando a fiscalização e facilitar a mobilidade

A inteligência e a modernização da gestão do tráfego constituem um meio importante no controlo e resolução dos problemas de tráfego. Nos últimos cinco anos, tem-se caminhado a passos largos no sentido do desenvolvimento da gestão inteligente de tráfego. Para além de instalar 24 sistemas semafóricos, para gerir ordenadamente o tráfego nas intersecções, foram também instalados diversos tipos de vigilância, incluindo 19 conjuntos de sistemas de detecção de estacionamento ilegal, e sistema de detecção de excesso de velocidade em 15 locais, assim como sistemas de orientação de estacionamento em 5 parques de estacionamento, equipamentos de detecção de desrespeito ao sinal vermelho em 3 intersecções, 32 pontos de recolha de dados dos lugares disponíveis

nos parques de estacionamento, 21 painéis de informação dos lugares disponíveis nos parques de estacionamento, 90 sistemas de videovigilância de intersecções, 114 sistemas de videovigilância para as vias, 44 sistemas de videovigilância nos túneis e pontes e 428 sistemas de aviso sonoro para apoio no atravessamento de invisuais. Os equipamentos desempenham eficazmente o papel de fiscalização e facilitam os cidadãos.

Além disso, com a instalação sucessiva de sistemas de videovigilância na rede viária, foram criados, em 2012, o Centro de Controlo e Informação de Tráfego, e o aplicativo do telemóvel da estação de informação do tráfego, divulgando oportunamente junto dos utentes informações mais actualizadas sobre o tráfego.

Para aumentar a segurança da circulação rodoviária nas pontes, foi criada em Agosto de 2012, uma via especial para ciclomotores e motociclos na Ponte Sai Van. Com a implementação da medida, o número de acidentes que envolvem os referidos veículos foi substancialmente reduzido, registando-se uma descida aproximada de 33%, no primeiro trimestre de 2014, comparativamente ao mesmo período de 2012, ou seja, antes da entrada em funcionamento desta via, o que prova que a criação da referida via é eficaz quanto à segurança da circulação desses veículos na ponte.

5.1.4. Construção ordenada do sistema pedonal, encorajando a deslocação ecológica

Para haver uma melhor separação entre o trânsito pedonal e o trânsito rodoviário, elevar a segurança dos peões no atravessamento da rua e encorajar os residentes a deslocar-se mais a pé, envidaram-se esforços no sentido de construir sistemas pedonais com ligação a outras instalações para peões, criando um ambiente pedonal bom e coerente.

Nos últimos cinco anos, o Governo tem promovido a construção de infra-estruturas pedonais no COTAI, na Taipa e na península de Macau, tendo a primeira destas - o sistema de ligação pedonal na Estrada da Baía da Nossa Senhora da Esperança – sido concluída em 2012, ligando efectivamente o COTAI com o bairro antigo da Taipa. A construção da "Passagem Superior Pedonal na Rotunda do Istmo" - a maior em Macau - foi lançada em 2013, com inauguração experimental prevista no início do próximo ano. Os "passeios entre o Edifício do Lago e as Vivendas do Carmo na Taipa" e o "mirante na Taipa Pequena" estão em fase de construção. De modo, a longo prazo, promover a redução da intensidade do trânsito na Rotunda Ouvidor Arriaga, junto ao Edifício do Lago na Taipa, planeou-se a construção de instalações de trânsito para veículos e passagem superior para peões.

Construiu-se, também, no centro da Taipa um corredor verde aéreo na Avenida de Guimarães, por forma a promover um ambiente de deslocação ecológico e criar uma ligação directa aos sistemas pedonais existentes e aos que, no futuro, venham a ser construídos: no Centro Modal de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira, no conjunto de edifícios habitacionais e no Centro de Saúde do norte da Taipa, o Edifício do Lago e nas, futuras, estações do Metro Ligeiro.

Quanto à península de Macau, iniciou-se a implementação faseada do "Embelezamento da Rua da Encosta e do Acesso pedonal entre o ZAPE e a Guia" e do "sistema de escadas rolantes na Rua da Surpresa" que, para além de melhorar as instalações pedonais da Horta da Mitra e o acesso ao Centro Hospitalar Conde de S. Januário, servem de parte integrante do sistema pedonal entre as zonas do NAPE e do Centro, encurtando efectivamente o tempo de deslocação a pé entre uma e outra zona. Procedeu-se também ao planeamento no sentido de construir, na Avenida Doutor Mário Soares, perto da Praça Ferreira do Amaral, e junto à Avenida de D. João IV, passagens superiores para peões, a fim de reforçar a ligação do terminal de correspondência de autocarros da Praça Ferreira do Amaral com os passeios em redor, sendo as medidas de melhoramento do ambiente pedonal alargadas ao Jardim de S. Francisco.

Foram realizadas sucessivas melhorias às instalações existentes de travessia de peões para prestar aos residentes um melhor ambiente pedonal ligado por "ponto, linha, superfície". Nos últimos cinco anos, foram construídas mais de dez novas passagens superiores para peões em diferentes bairros, assim como, foram realizados melhoramentos nas passagens existentes, tendo sido colocadas instalações destinadas a melhorar a acessibilidade.

5.2. Sistema de Metro Ligeiro

O Sistema de Metro Ligeiro será desenvolvido como o principal meio de transporte terrestre de Macau. Através da maximização das suas vantagens e eficiência, protecção do ambiente, fiabilidade e ausência de barreiras arquitectónicas, que em conjugação com a restante rede de transportes públicos composta por autocarros, táxis e pelo sistema pedonal, os quais se complementam mutuamente, permitindo uma ligação directa, é prestado aos residentes e turistas um serviço de transporte público acessível e ecológico, tendo como base a população. A articulação eficiente entre o Metro Ligeiro de Macau e a rede de transporte sobre carris do Delta do Rio das Pérolas irá permitir uma deslocação regional fácil, por forma a promover o desenvolvimento dos vários projectos associados à integração entre Macau e as regiões circundantes.

5.2.1. Pleno desenvolvimento da construção da Linha da Taipa, entrada na nova etapa da construção do Metro Ligeiro

A partir de 2002, a concepção da "introdução de um novo sistema de transporte colectivo" foi apresentada pelo Governo da RAEM. Após vários anos em que se realizaram estudos aprofundados, consultas à sociedade e se desenvolveram trabalhos de organização e de preparação da fase inicial, o Metro Ligeiro de Macau entrou, em 2011, na fase de construção. No mesmo ano, foi celebrado o contrato de fornecimento dos comboios e do sistema para efeitos de início do respectivo projecto e fabrico; a construção das fundações da "zona nevrálgica" do Metro Ligeiro, isto é, do Parque de Materiais e Oficinas iniciou-se primeiramente. De seguida em 2012, foi lançada a primeira pedra da construção dos três

segmentos da Linha da Taipa, que é a primeira linha do Sistema de Metro Ligeiro de Macau, e ainda de uma infra-estrutura complementar, que é o Centro Modal de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira da Taipa, simbolizando o pleno desenvolvimento dos trabalhos de construção da Linha da Taipa do Metro Ligeiro.

A Linha da Taipa do Metro Ligeiro possui um comprimento de cerca de 9,3 quilómetros, prestando serviço às principais zonas residenciais, à zona da Vila da Taipa e à zona turística do Centro da Taipa, para além de ligar três importantes postos fronteiriços em termos marítimos, terrestres e aéreos de Macau. Aliás, com a configuração do projecto entre o Posto Fronteiriço da Flor de Lótus e o Posto Fronteiriço da Ilha de Hengqin de Zhuhai, o Metro Ligeiro poderá ligar directamente com a ferrovia interurbana Guangzhou-Zhuhai, integrando-se na "esfera de vida à distância temporal de uma hora" da maioria das principais cidades do Delta do Rio das Pérolas, desempenhando um papel relevante na promoção da integração regional e no desenvolvimento sustentável de Macau.

O viaduto e as 11 estações da Linha da Taipa serão construídos ao longo das principais artérias, com um número total de estacas de fundações superior a 1 800. A superstrutura do viaduto será constituída com mais de 300 pilares e cerca de 2 700 aduelas pré-fabricadas. A obra do Metro Ligeiro é uma obra de grande escala executada pela primeira vez nas rodovias de Macau. Tendo como objectivo reduzir os impactos, são utilizadas técnicas de construção diferentes, nomeadamente, o método de execução de aduelas pré-fabricadas e o pórtico de instalação de aduelas pré-fabricadas do viaduto de grande dimensão, a utilizar pela primeira vez em Macau, no sentido de aumentar a eficiência da construção em geral.

Ao mesmo tempo, os comboios do Metro Ligeiro de Macau entraram na fase de produção em série, com o fabrico das carruagens dos comboios, o bogie, bem como os equipamentos e peças a instalar nos comboios. Na primeira série que conta com 110 veículos, a sua montagem foi concluída no essencial. Ao mesmo tempo, procedeu-se a um conjunto de testes rigorosos no sentido de garantir a satisfação dos padrões dos comboios e dos respectivos equipamentos.

5.2.2. Ajuste do traçado do Metro Ligeiro conforme o desenvolvimento social

Ao mesmo tempo que se desenvolvem os trabalhos de construção da Linha da Taipa, continuamos a promover os trabalhos associados à Linha da Península de Macau. De 2011 até 2012, iniciaram-se os trabalhos de apresentação pública para o "Segmento dos Lagos Nam Van e Sai Van" e o "Segmento do NAPE". Posteriormente, face à construção do novo posto transfronteiriço entre Guangdong e Macau e a diversos factores do desenvolvimento social, nomeadamente o ajuste da área dos novos aterros urbanos aprovado pelo Governo Central, o planeamento do traçado dos Segmentos Sul e Norte da Linha da Península de Macau foi ajustado.

Para o Segmento Sul, foi decidido adoptar a solução de traçado elevado na Avenida 24 de Junho, sendo que durante este período, a autora do projecto do Centro Ecuménico Kun

Iam foi convidada para vir a Macau, no intuito de optimizar o projecto da configuração da frente marítima. No que diz respeito ao primeiro projecto referente à Linha da Península de Macau do Metro Ligeiro, que corresponde à empreitada de construção do Centro Modal de Transportes da Barra, foi lançado o, respectivo concurso em Setembro do corrente ano, prevendo-se o início da obra no final do corrente ano. Por outro lado, no terceiro trimestre de 2014, procedeu-se à consulta pública sobre as três soluções do traçado para o Segmento Norte da Linha da Península de Macau do Metro Ligeiro, a fim de auscultar as opiniões da sociedade.

Além disso, quanto à extensão do Sistema de Metro Ligeiro até ao Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas e ao complexo de habitação pública de Seac Pai Van, procedemos, este ano, à actividade de recolha de opiniões sobre o estudo de viabilidade da Linha de Seac Pai Van do Metro Ligeiro. Foram recolhidas mais de 3 000 opiniões, que estão a ser organizadas e analisadas. Relativamente ao Eixo de Ligação Este entre Macau e Taipa, continuamos a estudar a localização concreta das estações e as soluções do traçado, no sentido de as articular com os trabalhos de estudo do Plano Director das Novas Zonas Urbanas e da obra da quarta passagem entre Macau e Taipa do Metro Ligeiro. Em simultâneo, continuamos a acompanhar a elaboração do projecto da "Lei do Sistema do Transporte de Metro Ligeiro", sendo que está prevista a consulta pública no quarto trimestre deste ano. No processo de construção do Metro Ligeiro, o Governo presta um alto grau de importância à relação entre as obras e a comunidade, pelo que criou, pela primeira vez, a "Estação de Contacto Comunitário" para as obras públicas de grande escala, com o objectivo de criar uma plataforma que permita uma comunicação directa com os residentes, introduzindo mecanismo para realizar comunicação periódica com as associações, ajudando-os a conhecer e consultar atempadamente informações relativas às obras do Metro Ligeiro. Além disso, aproveitamos esta oportunidade para formar talentos especializados locais em cooperação com as academias e universidades.

5.3. Transporte Marítimo de Passageiros

As águas confinantes com Macau constituem o acesso essencial no Rio Oeste para o tráfego marítimo nas águas entre Hong Kong e Macau e a Região do Delta do Rio das Pérolas. Com o desenvolvimento de Macau e das regiões vizinhas, está cada vez mais difícil o tráfego marítimo, o número diário de barcos que navegam estas águas atinge uma média de 800, dos quais, mais de 350 são embarcações de passageiros de alta velocidade.

Com a intenção de aumentar a segurança da navegação na área marítima confinante com Macau e garantir a execução das obras de aterro, procedemos, em conjunto com Zhuhai, à ordenação e à actualização de dados, tais como, informações mais recentes de navegação e sobre os canais, regras de navegação, contactos dos núcleos de gestão e controlo do tráfego marítimo e dos piquetes de busca e salvamento no mar dos dois territórios, etc., elaborámos ainda, em 2010, o Manual e a Planta Orientadora para a Segurança da Navegação de Embarcações nas Águas Confinantes com Macau, que fornecem instruções concretas e regas de navegação às grandes e pequenas embarcações que navegam estas águas. Ao

mesmo tempo, publicámos a nova edição dos Portos de Macau, oferecendo informações de navegação mais actualizadas a fim de garantir a navegação com segurança das embarcações nesta área marítima.

A par disso, foi estabelecido ainda um mecanismo de acção conjunta de busca e salvamento entre os serviços marítimos de Macau, Hong Kong, Zhuhai, Shenzhen, etc., e são realizados periodicamente os simulacros no mar, por exemplo, foi celebrado em 2010 um "Acordo de Cooperação de Busca e Salvamento no Mar" com Guangdong, procedeu-se à realização de simulacros da operação conjunta no mar entre Guangdong, Hong Kong e Macau, para melhorar a capacidade de cooperação nas operações conjuntas de busca e salvamento a nível regional.

Actualmente, o número dos itinerários dos transportes marítimos de Macau aumentou para 20, subindo igualmente o número de turistas que entraram e saíram do território por via marítima, tendo passado de 18,7 milhões pessoas em 2009 para 23,8 milhões em 2013, correspondendo a um aumento aproximado de 30%. Ampliámos proactivamente o mercado de transporte marítimo, reforçámos a rede dos transportes marítimos entre Macau e a Região do Delta do Rio das Pérolas, e a comunicação entre Macau, Hong Kong e Shenzhen, para que os cidadãos e turistas tenham mais opções de deslocação.

No tocante à optimização das instalações nos terminais, assumindo em 2011 a gestão do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior, potenciámos eficientemente o papel de liderante no âmbito da gestão dos portos marítimos. Em seguida, melhorámos o ambiente nas zonas de controlo alfandegário do terminal, e aumentámos a capacidade de recepção de turistas, através das obras de optimização de espaços destinados à instalação de software e hardware, que ficarão concluídas este ano, incluindo, o aumento de balcões de informação, dos acessos exclusivos para os deficientes físicos, da zona de espera para turistas, das instalações de corredor automático para o transporte de bagagens, etc. Por outro lado, as obras de construção do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa estão a ser realizadas de forma faseada e empenhamo-nos em estudar o aumento da sua capacidade de funcionamento.

5.4. Aviação

Com o melhoramento gradual das infra-estruturas de turismo e lazer em Macau, juntamente com os benefícios da Política de céu aberto e as estratégias de marketing lançadas pela CAM e pelas companhias aéreas, o volume de passageiros transportados por via aérea de Macau começou a crescer novamente em 2011. O volume global de passageiros nos primeiros 9 meses do presente ano cresceu 9.1% comparado com o mesmo período do ano passado.

Nos cinco anos anteriores, Macau assinou 4 acordos bilaterais sobre serviços aéreos com países estrangeiros e renovou 4 memorandos de entendimento relativos a acordos ou arranjos já existentes, incluindo o acordo que foi assinado com o Japão em 2010. Em 2013, chegaram aos acordos liberais e sem restrições com o Chile e o Laos. Em 2014, um novo

acordo foi assinado com Taiwan, eliminando restrições à capacidade entre os dois lados. Até ao presente momento, Macau assinou 48 acordos bilaterais sobre serviços aéreos com países estrangeiros, contendo a maior deles disposições liberais. As companhias aéreas podem operar livremente de acordo com a procura no mercado.

Presentemente, Macau encontra-se ligado por via aérea a um total de 36 pontos no Interior da China e no estrangeiro, que incluem 20 pontos no Interior da China, 3 em Taiwan e 13 noutras aéreas da Ásia. Há 22 companhias aéreas a operar serviços regulares de e para Macau.

Durante muitos anos, temos vindo a diversificar activamente o mercado de passageiros; a companhia aérea local tem vindo igualmente a explorar o mercado asiático. O negócio da aviação em Macau deixou de estar dependente do mercado de Taiwan para se concentrar nos passageiros internacionais. A proporção de passageiros em trânsito entre o Interior da China e Taiwan desceu abaixo de 10% desde 2010. Até Setembro de 2014, a proporção destes passageiros era apenas de 9,5%. Por outras palavras, o número de passageiros que têm por destino final Macau chegou aos 90,5% do total de passageiros. Para além disso, o fluxo dos passageiros do Aeroporto Internacional de Macau tornou-se bastante estável depois de tantos anos em operação. Presentemente, o mercado do Interior da China ocupa 35,9%, o mercado de Taiwan ocupa 27,4 %, o mercado de outras cidades asiáticas ocupa 36,6% e o mercado de outras cidades fora da Ásia e outras operações não comerciais ocupa 0,1%.

O desenvolvimento do turismo de Macau continua a ser promissório. O mercado de turistas com alto poder de compra tem vindo a crescer. A procura no sector da aviação executiva (incluindo o negócio dos aviões privados) é alta. A média de crescimento dos movimentos do sector da aviação executiva é superior a 23% por ano nos últimos cinco anos. Os movimentos registados nos 9 primeiros meses deste ano foram de 1,628, o que significa um aumento de 25,8% quando comparado com o mesmo período no ano transacto. Por forma a melhor desenvolver o sector da aviação executiva e dos aviões privados em Macau, a CAM está a construir um novo hangar para a aviação executiva para dar resposta à procura de estacionamento e serviços de manutenção para aviões privados. Espera-se que a construção deste hangar esteja concluída em 2015.

Para além disso, o governo da RAEM adquiriu acções preferenciais remíveis na Air Macau e na CAM em 2011 e 2012, respectivamente. Isto permitiu às duas empresas fazer planos a longo prazo para um desenvolvimento estável do sector da aviação.

Na área da segurança, em 2010, participámos no "Universal Security Audit Programme" realizado pela Organização da Aviação Civil Internacional aos Estados e administrações membros. Os resultados da auditoria indicam que os nossos regulamentos na área da segurança, bem como as normas e os procedimentos de segurança estão implementados de forma satisfatória; e o programa de inspecções e auditorias encontra-se implementado de forma eficaz. Desde 2010, começámos a formular e implementar gradualmente o "Programa de Segurança Operacional da RAEM". Continuamos igualmente a melhorar a regulamentação na área da aviação, a melhorar a monitorização dos aspectos técnicos e a reforçar os requisitos da gestão da segurança operacional para a indústria, e.g. o

regulamento administrativo sobre a "Certificação de aeródromos" e a "Lei da investigação de acidentes e incidentes da aviação civil e da protecção da informação de segurança aérea" foram publicados em 2012 e 2013, respectivamente.

6. Protecção ambiental e energias

6.1. Protecção ambiental

A protecção ambiental é encarada como um tema importante em todo o mundo, estando a ser adoptadas medidas activas para responder às mudanças do clima e às questões ambientais globais. Atendendo às situações ambientais actualmente existentes, foi elaborado o "Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)" segundo a ordem de prioridade e urgência, e foram realizados gradualmente os respectivos trabalhos, no sentido de concretizar a visão de transformar "Macau, num centro de baixo carbono. Criar em conjunto uma vida ecológica".

6.1.1. Elaboração do plano de protecção ambiental e criação do projecto de desenvolvimento ambiental

"Basear no presente, e planear o futuro" é um princípio importante para desenvolver os trabalhos de protecção ambiental. Com a finalidade de iniciar os trabalhos de protecção ambiental de Macau, e elaborar políticas mais incisivas relativas ao ambiente para o futuro, foi realizada a partir do ano de 2010 a recolha de opiniões do público no "Quadro Geral do Planeamento Conceptual da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)", incluindo o planeamento geral da protecção ambiental e diversos estudos sobre planeamentos ambientais específicos. Em 2012 foi publicada a versão final do texto do "Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)", que é considerado como um importante programa orientador para a promoção dos trabalhos de protecção ambiental, tendo sido também impulsionada, em fases de curto, médio e longo prazo, a concretização dos objectivos estabelecidos no Planeamento, por forma a elevar, passo a passo, a qualidade ambiental de Macau.

Além disso, foi publicada em Junho de 2014 a "Avaliação, a eficácia e os resultados das acções recentemente implementadas do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)", tendo por objectivo avaliar a eficácia e os resultados em 4 vertentes, nomeadamente, os indicadores verdes das acções recentemente implementadas (2010 a 2012), os planos de acção de curto prazo, o estabelecimento de regulamentos e normas e a gestão de áreas eco-funcionais. A avaliação mostra que o Governo da RAEM realizou, de forma programada, os 53 planos de acção de curto prazo do "Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)", tendo sido atingido basicamente os objectivos de curto prazo.

6.1.2. Aperfeiçoamento dos diplomas da área do ambiente, optimização do ambiente para melhorar a sua qualidade e torná-lo mais adequado ao turismo

A poluição do ar é uma das questões prioritárias de Macau, pelo que, com o objectivo de concretizar a melhoria da qualidade do ar, e para se articular com as políticas do Governo da RAEM relativas ao controlo da poluição atmosférica e à redução de carbono, foram desenvolvidos uma série de trabalhos no âmbito das fontes móveis de poluentes e das fontes fixas de poluentes.

No âmbito das fontes móveis de poluentes, dividindo os trabalhos em 3 aspectos, nomeadamente, o controlo a partir da fonte, o controlo de gases de escape de veículos em circulação e a promoção de eco-veículos, foram empenhados esforços no melhoramento da qualidade do ar nas vias públicas. No ano de 2012 foram publicados os limites de emissão de gases de escape a que devem obedecer os automóveis novos, aquando da sua importação, e foi lançado também um benefício fiscal para incentivar os indivíduos que tenham necessidade de aquisição dum veículo a optarem preferencialmente por eco-veículos; em 2010 foi constituído o grupo de trabalho para proceder à recolha de amostragens periódicas de gases de escape emitidas por veículos alimentados a gasóleo, e até à presente data, registou-se o exame de 2110 veículos, sendo que a taxa de qualificação tem vindo a subir gradualmente, alcançando uma taxa média de cerca de 80 por cento, o que contribui para elevar a sensibilização dos condutores para a reparação e manutenção dos veículos; além disso, empenhamo-nos na aplicação da política de "o Governo actua em primeiro lugar e a título experimental", adequando as características gerais para a aquisição de veículos pelos serviços públicos e definindo quais os tipos de veículos que devem corresponder às respectivas normas ecológicas de emissão de gases poluentes. Actualmente, já se encontra concluído o projecto de diploma das "Normas de Emissão de Gases de Escape de Veículos em Circulação e o Regime de Inspecções de Macau", prevendo-se que, no próximo ano, as mesmas possam entrar no processo legislativo, e estando também a ser elaborado o projecto de regulamento administrativo das "Normas relativas à gasolina sem chumbo e gasóleo leve para veículos", com vista a melhor controlar as emissões de gases de escape de veículos em circulação; paralelamente, está a ser planeado o lançamento do Plano de Apoio Financeiro à Eliminação de Veículos Altamente Poluidores e também a ser estudada a elaboração das políticas de curto, médio e longo prazo em relação à introdução e promoção de eco-veículos.

Por outro lado, com o objectivo de regular, de forma eficaz, as fontes fixas de poluição do ar emitida por estabelecimentos industriais e comerciais de Macau realizou-se, já no princípio do ano de 2014, a consulta de opiniões para a "Elaboração das Normas que Regulam os Níveis de Emissão das Principais Fontes Fixas de Poluição do Ar e Melhoria do Seu Regime de Fiscalização em Macau", aliás, foram elaborados e publicados prioritariamente o regulamento administrativo sobre os "Limites de emissão de poluentes atmosféricos e normas de gestão de instalações dos estabelecimentos industriais de produção de cimento", para reforçar a regulação das respectivas instalações. Além disso, realizar-se-ão, com base no

estudo da fase inicial, os trabalhos de consulta de opiniões sobre a elaboração das normas para controlo de emissão de fumos oleosos em estabelecimentos de restauração e bebidas e melhoramento do regime de regulação.

Por outro lado, com base no anterior, Decreto-Lei n.° 54/94/M, que regula a prevenção e controlo de algumas manifestações do ruído ambiental, e com base no estudo e análise dos diplomas reguladores da emissão de ruído das regiões adjacentes, procedemos, em 2010, à consulta sobre a revisão da respectiva legislação, tendo sido elaborada também a proposta de lei de "Prevenção e controlo do ruído ambiental". A referida lei foi aprovada pela Assembleia Legislativa, em Agosto de 2014, e entrará em vigor no dia 22 de Fevereiro do ano de 2015. Será dada, prioritariamente, atenção à regulação do ruído produzido pelas obras de construção civil decorrente da cravação de estacas e da vida quotidiana e social, que tem provocado os maiores impactos sobre a população. Vamos continuar a divulgar informações sobre a protecção ambiental junto dos cidadãos e do sector da construção civil, de modo a promover o cumprimento da lei e a diminuição da emissão de ruído, a fim de podermos controlar conjuntamente o ruído ambiental e criar um ambiente de vida de qualidade.

6.1.3. Criação do regime de avaliação do impacto ambiental, reforço da monitorização ambiental

Para atingir o objectivo a longo prazo de reforçar a protecção ambiental para transformar Macau numa cidade de lazer e mais habitável, a par da promoção do desenvolvimento sustentável, foram lançadas em 2009 as "Instruções para elaboração do relatório de avaliação do impacto ambiental" e, em 2013, foi publicada a "Lista de tipos de projectos sujeitos à avaliação do impacto ambiental" (a título experimental), sendo que, através da elaboração das instruções e das páginas electrónicas temáticas, reforçou-se de forma contínua a sensibilização da comunidade sobre a avaliação do impacto ambiental, dando-se a conhecer à sociedade os procedimentos operacionais concretos da avaliação do impacto ambiental e optimizaram-se, de forma constante, as respectivas medidas complementares. No final do ano de 2014 iniciar-se-ão os trabalhos da consulta sobre o regime de avaliação do impacto ambiental de projectos e serão actualizadas e lançadas, paralelamente, as respectivas instruções de avaliação.

Por outro lado, continuar-se-á a aperfeiçoar as instalações para a monitorização ambiental, nomeadamente, os postos de monitorização fixos de ruído ambiental, bem como o sistema de rede dos postos de monitorização automática da qualidade da água actualmente existentes e, através também da plataforma do "Sistema de Informação Geo-Ambiental", proporcionar-se-á mais informações sobre os dados ambientais. Em 2014 foram construídos 5 postos de monitorização fixos do ruído ambiental no Seac Pai Van, em Coloane, e ainda foram criados mais 3 postos de monitorização automática da qualidade da água no Porto Interior, com vista a conhecer a situação actual da qualidade ambiental daquele bairro.

6.1.4. Optimização das infra-estruturas da protecção ambiental, promoção contínua da redução e recolha de resíduos recuperáveis

O Governo da RAEM continua a optimizar as infra-estruturas de protecção ambiental em diversas vertentes, tendo já concluído a construção das obras de modernização da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Taipa (ETAR), iniciou também as obras de modernização da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau e, em breve, iniciará as obras de modernização da antiga unidade da Central de Incineração, assim como as instalações para o tratamento de lâmpadas com mercúrio e de baterias na Estação de Tratamento de Resíduos Especiais e Perigosos de Macau, entre outros empreendimentos.

Por outro lado, começaram já em Abril de 2014 os serviços do novo adjudicatário do contrato de "Prestação de serviços de limpeza urbana, recolha e transporte de resíduos de Macau", que está relacionado com a qualidade dos serviços de limpeza urbana e a recolha de resíduos em Macau, nos próximos 10 anos. Nos termos do novo contrato de prestação de serviços é exigido à empresa operadora o dever de introduzir mais elementos ecológicos, ampliar, de forma programada, a rede e os tipos de recolha de resíduos recuperáveis, de modo a reforçar os trabalhos de recolha de resíduos recuperáveis e incentivar a população a aderir ao objectivo ecológico de "Redução de resíduos a partir da fonte, reciclagem de resíduos recuperáveis".

Ao mesmo tempo, visando encorajar os residentes a praticar actos ambientais e incutir o hábito de viver uma vida ecológica foi lançado, em 2011, o plano de reciclagem com incentivo à obtenção de pontos verdes no âmbito do Programa de Pontos "Verdes", para se efectuar, na comunidade, recolhas periódicas dos três tipos principais de resíduos recuperáveis, nomeadamente, papéis, plásticos e latas de alumínio, impulsionando, deste modo, a sociedade a fazer recolha selectiva de materiais recicláveis. Desde a implementação do Programa, o respectivo resultado é satisfatório e, até o mês de Setembro de 2014, os 6 490 participantes do Programa já reciclaram 626 toneladas de papéis, 327 toneladas de plástico e 1 700 000 latas de alumínio/ferro.

Com o rápido desenvolvimento económico que se verificou nos últimos anos, as actividades de consumo mais frequentes têm originado o aumento gradual do consumo de materiais de plástico, nomeadamente sacos de plástico, o qual exerce determinada pressão no tratamento de resíduos. Foi encomendado a uma empresa de consultadoria a realização do "Estudo e investigação sobre a limitação de produção e uso de sacos de plástico" e, com base no resultado obtido neste estudo e mediante a "elevação da consciencialização" e a realização de "medidas de voluntariado" reforçou-se, em primeiro lugar, a consciência da população sobre a necessidade da "Redução do plástico", estimulando-a a integrar a "consciência" na "prática", empenhando-se efectivamente a "reduzir o uso de sacos de plástico", no sentido de serem criadas condições sólidas para a próxima medida de "redução do plástico", reunir o consenso da sociedade e elaborar o objectivo da sociedade sobre os trabalhos de "redução do plástico".

Para promover os trabalhos de recolha dos resíduos alimentares foram desenvolvidos a partir do ano de 2011, sucessivamente, com os serviços públicos, escolas e empresas, o "estudo sobre o tratamento de resíduos de cozinha, *in situ*" e a "Demonstração de tratamento de resíduos de cozinha", para dar a conhecer os procedimentos de recolha, transporte, tratamento e armazenagem de produtos derivados deste tipo de resíduos, assim como para divulgar a solução mais adequada à situação real para o tratamento dos resíduos alimentares.

Durante os últimos 5 anos continuou-se a optimizar as zonas de protecção ecológica no COTAI, tendo sido iniciados trabalhos pontuais de sensibilização e educação ambiental, com esforços no aumento e aperfeiçoamento dos elementos educacionais das instalações e das infra-estruturas, aproveitando eficazmente as diversas instalações ambientais para servirem de material de ensino, no sentido de desenvolver o estabelecimento da base da educação ecológica. Em 2013, ao nível do contexto nacional a terra húmida de Macau foi qualificada como uma das terras húmidas mais encantadoras da China e, ao nível do contexto da região, a zona de protecção ecológica do COTAI foi considerada como a principal terra húmida de Macau.

6.1.5. Criação do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética para promover o desenvolvimento da indústria ambiental

Sem uma gestão ambiental eficaz não se pode criar uma sociedade amiga do ambiente. Empenhámo-nos na promoção do desenvolvimento da indústria ambiental e da indústria de convenções e exposições, encorajando a introdução de produtos e técnicas ambientais. Em 2011 foi criado, efectivamente, o "Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética" e através do "Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Produtos e Equipamentos para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética" são prestados apoios financeiros às empresas comerciais e associações qualificadas nas compras ou substituição de produtos ambientais. Até o mês de Setembro de 2014 o "Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Produtos e Equipamentos para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética" recebeu um total de 6037 pedidos, 3492 dos quais obtiveram a aprovação de financiamento, o que implica um montante de financiamento superior a trezentos e dez milhões de patacas.

Por outro lado, a partir do ano de 2012, a título pioneiro foram introduzidas pela primeira vez em todos os processos públicos de aquisição de materiais que não agridem o meio ambiente necessários aos serviços públicos, tendo sido tomadas prioritariamente como referência as suas características ambientais. Ao mesmo tempo, em 2012 e 2014, foram lançadas sucessivamente um total de 80 "Sugestões para especificações ambientalmente adequadas propostas para diversos produtos", proporcionando informações claras sobre as opções de produtos ecológicos para referência dos trabalhadores dos organismos encarregados da aquisição e dos consumidores.

Através da organização do "Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental (MIECF)", que se realiza anualmente, tendo em conta os tópicos prioritários da protecção ambiental e a necessidade da indústria ambiental, e mediante a realização do fórum, exposição e bolsa de negócio internacional, intensificou-se a ligação na área da indústria ambiental entre Macau, Pan-Delta do Rio das Pérolas e territórios exteriores. Em 2011 o Fórum foi aprovado pela "Union des Foires Internationales (UFI) " como exposição certificada, e que se torna, passo a passo, numa plataforma de desenvolvimento importante das indústrias verdes entre a região do Delta dos Rio das Pérolas e o mercado internacional.

6.1.6. Persecução das mudanças da consciência ambiental, alargamento da sensibilização e da educação ambiental

Os trabalhos de protecção ambiental necessitam da assunção e participação conjunta da sociedade. Com o objectivo de elevar a consciência ambiental da população foi desenvolvida, durante 4 anos consecutivos, a "Pesquisa sobre o nível de conhecimento da população em relação à protecção ambiental em Macau". Segundo a pesquisa verifica-se que, nos últimos anos, a consciência e a conduta ambiental dos cidadãos de Macau têm simultaneamente uma tendência de subida, o que significa que estão mais preocupados e atentos com o ambiente.

Continuar-se-á a associar os diversos planos de acção do "Planeamento da Protecção Ambiental (2010-2020)" com a situação real de Macau e, ao mesmo tempo, da conservação e da melhoria contínua da qualidade ambiental de Macau, pelo que, através das actividades de sensibilização e educação ambiental, foram lançados diferentes iniciativas, sucessivamente, o "Plano de gestão ambiental nos serviços públicos", os "Prémios Hotel Verde", o "Plano de Parceria Eco-Escolas" e o "Plano de Parceria Empresas Verdes", com vista a elevar, de forma contínua, a consciência ambiental em diferentes sectores, nas escolas, nos serviços públicos e junto da população em geral. De entre os referidos planos, registam-se um total de 31 hotéis vencedores dos "Prémios Hotel Verde", ocupando cerca de 30% do número total dos hotéis de Macau, sendo que o número total dos quartos dos hotéis premiados é superior a 17 000, ocupando cerca de 60% do número total dos quartos dos hotéis de Macau; o "Plano de "Parceria Eco-Escolas" atraiu a participação de 59 escolas e contou com a participação de 60 mil pessoas, o que representa 80% do número total de professores e alunos de Macau; quanto ao "Plano de Parceria Empresas Verdes", que foi lançado a partir do ano de 2010, registaram-se 12 empresas com quase 90 sucursais participantes neste plano. Através dos referidos planos, promove-se de forma sistemática, a participação entusiástica do público, de forma a cumprir os planos de gestão da ideia ambiental.

6.1.7. Elaboração do planeamento de exploração das nascentes e de conservação de água, construção de uma cidade economizadora de água por diversos meios

O Governo da RAEM dá importância aos trabalhos de transformação de Macau numa cidade economizadora de água, e lançou em 2010 o "Programa de Poupança de Água

em Macau" em que se define o rumo da conservação da água nos próximos 15 anos, sugerindo ainda oito linhas gerais de exploração das nascentes e de conservação da água, nomeadamente, reformulação do mecanismo de tarifas de água, exploração das fontes da água reciclada, reforço da divulgação e promoção, diminuição das fugas na rede de distribuição, etc. Sob a promoção activa do Governo e o apoio dos sectores sociais, os trabalhos para a exploração das nascentes e a conservação da água começam a ter resultado visível.

Na área da reformulação do mecanismo de tarifas de água, implementámos em 2011 o "mecanismo de tarifas de água canalizada" por escalões progressivos e por classe, preconizando o princípio de "quem mais usa mais paga", e estimulando sucessivamente todos os sectores a pouparem a água por meio da concessão de incentivos económicos. O consumo diário de água per capita em Macau desceu anualmente de 155 litros, em 2010, para 151 litros, em 2013. Em Novembro de 2014 foi alargado adequadamente a diferença dos escalões do consumo de água residencial, bem como aumentou a tarifa do consumo de água especial, preconizando o princípio de "quem mais usa mais paga".

Em relação à exploração das fontes de água reciclada, foi publicado o Plano de Desenvolvimento da Água Reciclada em Macau (2013-2022), delineando o rumo a ser seguido na utilização da água reciclada de Macau na próxima década. Estamos a promover proactivamente os trabalhos referentes à construção de infra-estruturas na área da água reciclada. Na Universidade de Macau na Ilha de Hengqin e no bairro de habitação pública de Seac Pai Van que servem de projecto-piloto para a aplicação da água reciclada, foram construídos os sistemas de dupla-conduta de abastecimento de água para os fins previstos no âmbito não potável como descarga sanitária, rega de espaços verdes, rega paisagística, entre outros. Além disso, terminado em 2012 o estudo de localização e de projecto conceptual preliminar da primeira estação de tratamento de água reciclada, em 2014 estão em curso os trabalhos para a abertura do concurso público para a construção da estação de tratamento de água reciclada.

Relativamente ao reforço da divulgação e promoção, realizámos actividades promocionais de poupança de água nas escolas e junto do público em geral. Nos cinco anos após a implementação do "Plano de bonificação nas tarifas de água", registaram-se mais de 140 mil utentes que atingiram a meta do plano e economizaram cerca de 5 milhões de metros cúbicos de água, volume equivalente ao volume total de cerca das 2.000 piscinas olímpicas. Apesar disso, estimulou-se a instalação de 100 mil dispositivos economizadores de água nos serviços públicos e nas residências de Macau, o que levará a uma economia anual de água num volume estimativo de 750 mil metros cúbicos. Os trabalhos de poupança de água na área comercial continuam em curso, por exemplo, o "Programa de Incentivo à Poupança de Água nas Pequenas e Médias Empresas", o "Plano de Poupança de Água nos Hotéis", o "Plano de Poupança de Água nos Edifícios Comerciais", etc., fazendo com que o crescimento do consumo comercial de água esteja gradualmente a abrandar. Após vários anos de empenho, em simultâneo com a subida contínua do Produto Interno Bruto e do número de turistas chegados ao território, o consumo de água na área comercial em 2013 manteve-se no mesmo nível de 2012. Quanto à diminuição das fugas na rede de distribuição, após vários anos de empenho, a taxa das fugas na rede de distribuição teve uma descida

considerável, tendo passado de 13,14%, em 2008, para cerca de 9,5%, em 2013, significando que foi atingida antecipadamente a meta prevista para 2015 (10%), definida no Programa de Poupança de Água em Macau.

6.2. Energia

Em consonância com a acção governativa global do Governo da RAEM, nos últimos 5 anos, na área da energia, deu-se seguimento às políticas energéticas definidas e, garantiu-se o fornecimento de energia seguro, estável, ambiental e económico. Ao mesmo tempo, foram lançados, de forma activa, os trabalhos de conservação da energia e redução das emissões e, divulgou-se junto da sociedade, de forma contínua e alargada, a eficiência energética e a conservação de energia.

6.2.1. Garantir a estabilidade a longo prazo do fornecimento de energia para fazer face ao desenvolvimento urbano sustentável

Devido ao contínuo desenvolvimento social e económico de Macau, nos últimos 5 anos o consumo de electricidade continuou a aumentar e a média do crescimento anual atingiu 4,8%. A fim de satisfazer as necessidades de consumo de electricidade da sociedade, nos últimos anos, a electricidade foi principalmente importada do Interior da China. A electricidade produzida localmente pelo conjunto de geradores das centrais locais serviu como energia de reserva. Actualmente, a capacidade global de fornecimento de electricidade da rede eléctrica de Macau ultrapassa os 1400 MW, entre ela, a capacidade instalada dos geradores é de 472 MW.

Na perspectiva de garantir a segurança e a estabilidade a longo prazo, do fornecimento de electricidade, para além de se ter continuado a reforçar a capacidade de interligação das redes com a *China Southern Power Grid Corporation* (CSPGC) e, de se terem construído, uma após outra, as interligações de 220 kV, em diferentes períodos, paralelamente reforçámos e aumentámos as redes locais de transporte e de distribuição de electricidade. Em 5 anos, a capacidade dos novos transformadores de alta tensão atingiu 1040 MVA (aumentou cerca de 28%), a extensão dos cabos eléctricos de alta tensão adicionados é de 155 Km (aumentou cerca de 69%), a dos cabos eléctricos de média tensão é de 75 Km (aumentou cerca de 13%), a dos cabos eléctricos de baixa tensão é de 218 Km (aumentou cerca de 7%) e a capacidade dos novos postos de transformação é de 171 MVA (aumentou cerca de 7%). Concluímos também os trabalhos de reagrupamento das redes eléctricas de 66 kV, bem como foram construídas e comissionadas 4 subestações, aumentando assim a segurança e a estabilidade da rede de distribuição eléctrica.

Com o fim de satisfazer a procura de electricidade nos bairros antigos, em 2014, planeou-se a escolha de 8 locais adequados, situados nas diferentes zonas identificadas, para a instalação de equipamentos destinados à distribuição de electricidade. Além disso,

com a extinção do prazo do contrato de concessão de electricidade em 2010, aproveitou-se a oportunidade para implementarmos a reforma do mercado local de electricidade, através da formulação do novo "Contrato de Prorrogação da Concessão do Serviço Público de Fornecimento de Energia Eléctrica na Região Administrativa Especial de Macau", implementando a liberalização parcial do segmento do mercado eléctrico a montante, respeitante à importação e produção de electricidade, abrindo assim um novo capítulo na história da energia em Macau. A distribuição e a venda de energia eléctrica no segmento a jusante mantiveram-se em regime de exclusividade, a fim de assegurar a continuidade e a estabilidade do fornecimento de electricidade.

Face às mudanças do mercado de electricidade, estabelecemos, progressivamente, os regimes normativos pertinentes. Por um lado, assinámos um novo contrato de concessão com a anterior concessionária do serviço de fornecimento de energia eléctrica, com um prazo de 15 anos, em que a taxa de retorno sob o investimento baixou dos 12% anteriores para 9.5%. Outras medidas de optimização incluíram: a promoção do desenvolvimento das energias renováveis, a reforma da gestão dos fundos tarifários, a inclusão de compensações e de penalizações por motivo de interrupção do fornecimento de electricidade, o reforço do mecanismo de fiscalização e as obrigações da concessionária. Por outro lado, devido à nova estrutura do sector e às necessidades de desenvolvimento no futuro, começámos a estudar e a elaborar legislação básica e regimes técnicos auxiliares, facultando um forte apoio ao desenvolvimento saudável e estável do sector de electricidade de Macau. De entre essa legislação, os trabalhos de estudo e de análise da "Lei de Bases da Electricidade" irão estar concluídos em 2014 e entrarão formalmente na fase de projecto; além disso, encontra-se terminado o projecto do "Regulamento de Segurança Técnica das Interligações da Rede Pública de Transporte de Energia Eléctrica de Alta Tensão", o qual entrou já no processo legislativo. O projecto regulamenta, entre outros aspectos, a segurança técnica e a fronteira de responsabilidades no que concerne às interligações da rede de transporte de energia eléctrica de alta tensão.

Na sequência da assinatura do novo contrato de concessão do serviço público de fornecimento de energia eléctrica, iniciámos, os trabalhos de revisão do sistema tarifário de electricidade e de fixação dos preços da electricidade, através do ajuste e optimização da estrutura tarifária de electricidade e de acordo com a actual situação do mercado, pretendendo-se fixar novamente os preços da electricidade, para que o sistema tarifário possa reflectir melhor os custos e promover a conservação de energia e a redução das emissões. Presentemente, estamos a optimizar os programas sobre a introdução do novo sistema tarifário e implementação das novas tarifas progressivas.

Com o objectivo de aliviar a pressão da inflação sobre os cidadãos, desde 2008, o Governo da RAEM tem vindo a atribuir um subsídio, temporário, de electricidade aos utentes residenciais. Em 2011, aumentou o valor do subsídio por utente, de 150 patacas/mês para 180 patacas/mês; em 2012, aumentou novamente para 200 patacas/mês, por utente. Desde a implementação desta medida, o montante dos subsídios atribuídos totalizou os 22,4 milhões de patacas.

6.2.2. Implementar salvaguardas para o fornecimento de gás natural e aperfeiçoar as bases legais

Com vista a optimizar a estrutura energética e concretizar a diversificação do fornecimento de energia, o Governo da RAEM começou a importar gás natural em 2008. Em 2012, depois de efectuar um concurso público, foi assinado o "Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Gás Natural" com a duração de 25 anos, em que a companhia de exploração é responsável pela distribuição ou venda do gás natural através das redes de distribuição de alta ou baixa pressão.

A assinatura do contrato de distribuição do gás natural significou que o âmbito do uso do gás natural se veio a expandir gradualmente da produção de electricidade ao gás de cidade, tendo ao mesmo tempo sido oficialmente lançada a construção da rede de gasodutos de gás de cidade. A concessionária tem planeado concluir a construção da rede principal de gás natural de toda a região de Macau em 5 anos, tendo a primeira fase da construção terminado em 2013; o gás natural passou a ser usado nos edifícios de habitação pública de Seac Pai Van, na Universidade de Macau, na Ilha de Hengqin, e nos autocarros movidos a gás natural, concretizando-se assim a primeira fase de utilização civil do gás natural; na segunda fase, a conclusão da construção da rede de gasodutos nas zonas urbanas da Taipa e de Coloane está prevista para 2015 e, a última fase terminará em finais de 2017, com o fim da construção da rede principal de gás natural na Península de Macau. Até Setembro do corrente ano, já foram construídos cerca de 21,6 Km de rede de gasodutos nas zonas urbanas da Taipa e de Coloane, representando cerca de 51,4%, prevendo-se que seja possível concluir 70% da construção da rede principal de gás natural das mesmas zonas em 2014, o que fará aumentar gradualmente os consumidores de gás natural.

Além disso, com o fim de garantir a segurança e proteger a rede de distribuição de gás de cidade, bem como prevenir eventuais danos acidentais por terceiros nos gasodutos de gás natural, elaborámos um esboço das "Orientações para obras de construção a realizar nas imediações de gasodutos de gás natural", estando-se de momento a recolher comentários a nível interno e a classificá-los, para depois de validado o documento poder servir de consulta e ser recomendado ao sector. Nos cinco anos anteriores, acompanhando o progresso da sociedade e em harmonia com o programa de desenvolvimento do gás natural, foram sendo aperfeiçoados os vários regulamentos relacionados, tendo sido concluídos os trabalhos de revisão do "Regulamento de Segurança Relativo à Instalação de Aparelhos a Gás com Potências Elevadas", do "Regulamento de Segurança das Instalações de Armazenagem de Gases de Petróleo Liquefeitos (GPL) com Capacidade não Superior a 200 m3 por Recipiente" e do "Regulamento Técnico dos Gasodutos de Transporte de Gases Combustíveis". Outros regulamentos estão ainda a ser revistos, nomeadamente, o "Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis", o "Regulamento Técnico dos Postos de Redução de Pressão a Instalar nos Gasodutos de Transporte e nas Redes de Distribuição de Gases Combustíveis" e o "Regulamento Técnico das Redes de Distribuição de Gases".

6.2.3. Desenvolver as novas energias e as energias renováveis e aumentar a eficiência energética

Nos últimos cincos anos, no aspecto da aplicação das energias renováveis, ficou concluído o projecto de regulamento administrativo do "Regulamento de Segurança e Instalação das Interligações de Energia Solar Fotovoltaica", que irá ser implementado logo que possível. Para fazer coincidir com a publicação do mesmo regulamento, foi também elaborado um programa preliminar das medidas a aplicar relativamente aos preços da electricidade fotovoltaica, a fim de promover a aplicação das interligações de energia solar fotovoltaica. Seleccionámos locais para instalação de sistemas de aquecimento de água a energia solar, sistemas de produção de electricidade através de energia solar fotovoltaica, sistemas de recolha de calor em aparelhos de ar condicionado central, e, foram realizados testes relativos ao aquecimento de água por bombas de calor a ar, entre outros projectos de teste. Publicámos o "Manual de Procedimentos Técnicos para Conservação de Energia em Edifícios de Macau", dirigido aos serviços públicos e para referência dos sectores, promovendo e incentivando gradualmente a aplicação das energias renováveis e as novas tecnologias energéticas. Em 2013, lançámos um estudo sobre as matérias e os planos relativos às novas energias a desenvolver na RAEM, bem como à área da conservação energética. Em 2014, lançámos um estudo para a análise da aplicabilidade e das normas de aplicação das novas energias e das tecnologias de conservação energética em Macau, incluindo o estudo das normas relativas à certificação energética, em conjugação e com referência às normas que irão ser publicadas na China, visando a adopção de normas de certificação adequados a Macau.

No sentido de continuar a aumentar a eficiência e a conservação energética e a reduzir as emissões, nos últimos anos, temos colaborado com os vários serviços públicos, lançando a aplicação de algumas tecnologias de conservação energética, a fim de incentivar mais serviços ou empresas a utilizá-las. O "Programa sobre Eficiência e Conservação de Energia para os Serviços e Organismos Públicos" teve início em 2011, tendo já sido completamente posto em prática o mecanismo de gestão energética nos vários serviços e organismos, implementando-se gradualmente os trabalhos de conservação energética. Até ao momento, já existem 55 serviços e organismos participantes com Grupos de Gestão Energética estabelecidos. Os dados relativos ao consumo de electricidade de 21 desses serviços e organismos revelam uma diminuição de 730 000 GWh comparativamente ao ano anterior, representando uma poupança de electricidade de 5,2%.

No aspecto do trabalho de divulgação, continuámos a divulgar e a promover amplamente a eficiência energética e a conservação das energias, de vários modos e através de vias diferentes, nomeadamente com a iniciativa da "Semana da Conservação Energética de Macau", cuja organização tem um carácter anual e é dirigida ao público em geral, através das "Actividades de Promoção da Educação sobre Eficiência Energética" e das "Actividades sobre Cultura de Conservação Energética nas Escolas", organizadas para os professores e os estudantes das escolas, bem como, publicando livros didácticos sobre as energias, entre outros, divulgando e promovendo amplamente a educação sobre energia junto dos estudantes.

7. Telecomunicações, Correios, Ciências e Tecnologias

7.1. Regulação de Telecomunicações

A revisão do passado impulsiona-nos a melhorar e avançar constantemente. Nos últimos cinco anos temos estabelecido, em conformidade com as condições locais, medidas adequadas no âmbito das telecomunicações, resolvendo, gradualmente, os problemas históricos, por formar a enfrentar os desafios futuros.

7.1.1. Resolver o problema histórico, proteger os direitos da população

Relativamente ao problema das antenas comuns, no passado, tendo em conta a história do desenvolvimento do sector e a insistência na garantia obrigatória do direito dos residentes em ver televisão numa situação legal, incentivámos, activamente, a negociação entre a TV Cabo Macau, S.A. e os fornecedores dos serviços de antena comum (anteneiros). Em 2010, foi criado o "Grupo de trabalho para a regulação dos serviços de antenas comuns", tendo este procedido a uma análise profunda relativamente a várias vertentes, procurado soluções viáveis. Foi revista em 2012 a Alteração ao Regime do Direito de Autor de Direitos Conexos, na qual foi inserida uma sanção contra a descodificação ilegal de canais televisivos, por forma a resolver as irregularidades no âmbito da transmissão de programas televisivos.

Em 2013, com o objectivo de cumprir, rigorosamente, a decisão constante no acórdão do Tribunal de Segunda Instância referente ao problema das antenas comuns, no sentido de respeitar o Contrato de Concessão do Serviço Terrestre de Televisão por Subscrição, bem como proteger o direito dos residentes em receber os canais televisivos abertos, impulsionámos, com sucesso, um acordo de cooperação a curto prazo, assinado entre a TV Cabo e os anteneiros. A TV Cabo presta a fonte dos sinais televisivos, aproveitando as existentes redes dos anteneiros para transmitir os programas televisivos, tendo assim o problema do serviço televisivo sido, gradualmente, resolvido.

Posteriormente, aproveitando a caducidade pelo decurso do prazo, simultaneamente, do Contrato de Concessão do Serviço Terrestre de Televisão por Subscrição assinado com a TV Cabo, e do Acordo de cooperação de curto prazo, a 21 de Abril de 2014, tomando como referência o resultado do relatório intercalar do "Estudo sobre os serviços televisivos em Macau" efectuado, no qual se sugeriu que o mercado de televisão fosse delimitado em gratuito e por subscrição e determinada pelo Governo a prestação dos canais de televisão básicos, publicou-se em Abril de 2014 a constituição da Canais de Televisão Básicos de Macau, S.A.. Esta sociedade proporciona aos residentes, em colaboração com os existentes anteneiros e através da ligação das redes de transmissão subterrâneas com as redes originais dos anteneiros, o serviço de assistência na recepção de canais de televisão básicos. Relativamente aos edifícios recém-construídos, os canais de televisão básicos são

transmitidos, através da oferta da banda larga da operadora da rede fixa, aos pontos de acesso nesses edifícios. No âmbito da transmissão dos canais de televisão básicos, além de desempenhar a função de manutenção das redes dentro dos edifícios, o sector das antenas comuns ajuda a prestar, aos residentes, o serviço de assistência técnica na recepção de televisão por satélite.

Por outro lado, após a revisão geral no âmbito dos regimes, serviços, redes e supervisão, efectuada com o objectivo político de liberalização do mercado do serviço televisivo, e olhando à situação real e ao planeamento do futuro desenvolvimento global de Macau, celebrámos com a TV Cabo, em regime não exclusivo, a Renovação do Contrato de Concessão do Serviço Terrestre de Televisão por Subscrição (STTvS), tendo estipulado claramente que a referida sociedade deve substituir os cabos aéreos existentes naquele momento por condutas ou cabos subterrâneos, sendo necessário aperfeiçoar, ainda mais, a percentagem de cobertura da rede para responder às necessidades do desenvolvimento social e dos residentes. Além disso, a Canais de Televisão Básicos de Macau, S.A., iniciou a rectificação gradual da situação confusa dos cabos aéreos existentes há muitos anos em Macau, no sentido de limpar os espaços da cidade.

Para o melhor planeamento do mercado dos serviços televisivos em Macau, elaborámos, oportunamente, as políticas televisivas adequadas às necessidades do desenvolvimento social e económico de Macau. Macau será impulsionado, ainda mais, para o serviço Triple Play, através da elaboração e adequação da legislação e respectiva regulamentação, o que se verificará quando existir um ambiente adequado e condições técnicas em cada mercado de serviço, o que poderá contribuir para a ligação com o desenvolvimento dos serviços de telecomunicações internacionais, e aproveitar os recursos de telecomunicações para prestar aos cidadãos de Macau uma plataforma de serviço de multimédia integrado.

7.1.2. Impulso à abertura do mercado de telecomunicações e introdução da tecnologia de comunicação de nova geração

Nos últimos cinco anos, construímos mais infra-estruturas de telecomunicações mediante o aperfeiçoamento da legislação e o mecanismo de licenciamento, de modo a garantir a existência de infra-estruturas de telecomunicações em Macau estáveis, seguras, competitivas e com acesso a vários pontos do mundo, implementando, gradualmente, a liberalização do mercado de telecomunicações.

A Revisão Intercalar do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações, assinada em 2009, é um marco importante da liberalização do mercado de telecomunicações, tendo sido elaborado em 2011 o regulamento administrativo para o "Regime de instalação e operação de redes públicas de telecomunicações fixas", e emitido, em 2013 e através de concurso público, a respectiva licença. Com a coexistência de duas redes, melhorar-se-ão ainda mais as infra-estruturas de telecomunicações de Macau, elevando-se a estabilidade das redes e serviços de telecomunicações.

Por outro lado, iniciaram-se, em 2013 o estudo da introdução da tecnologia de comunicação móvel de nova geração, e em 2014 através de concurso público, a atribuição da licença de LTE, vulgarmente designada no mercado por 4G. Prevê-se que no próximo ano, existam cada vez mais operadoras de telecomunicações móveis a prestarem aos cidadãos o serviço de dados móveis de alta velocidade.

7.1.3. Construir uma cidade de banda larga sem fios, promover o desenvolvimento do serviço de nomes de domínio

Investimos em 2010 na construção do "Sistema de banda larga sem fios – WiFi GO". No primeiro ano, estabeleceram-se 34 pontos de acesso ao serviço, sendo o número total de utentes de cerca de 28 mil. Acrescentámos, em cada ano seguinte, pontos de acesso que até agora com um total de 147, e ampliámos a área de cobertura desses pontos de acesso, permitindo o acesso ao respectivo serviço nos principais postos fronteiriços, postos de informação turística, principais locais do Património Mundial, estabelecimentos de desporto, centros de actividades, hospital, centros de saúde, bibliotecas públicas etc.. Até Setembro de 2014, o número total de utentes foi de mais de 5,3 milhões, enquanto que se verificou o número de conexões de mais de 14 milhões de vezes.

Além disso, com o objectivo de impulsionar, constantemente, o desenvolvimento dos serviços de Internet locais, aperfeiçoámos, respectivamente em 2011 e 2014, o Regulamento do Registo de Nomes de Domínio da Internet Representativos da Região Administrativa Especial de Macau. Para acompanhar a tendência do desenvolvimento da gestão e registo de nomes de domínio no Mundo. Em 2014, procedemos, em 2014, a uma coordenação entre as respectivas entidades para a introdução do serviço de nomes de domínio em chinês e em português, acrescentando mais equipamentos no Centro de Informação da Internet de Macau, tendo optimizado a disponibilidade dos respectivos equipamentos destinados aos sistemas de gestão e de registo dos nomes de domínio.

7.1.4. Promoção da redução de tarifas e popularização dos serviços de telecomunicações

Com a popularização dos telefones móveis inteligentes, o serviço de dados móveis tem sido gradualmente integrado na vida, verificando-se também o aumento dos casos em que se obtêm informações através do telefone móvel. Até Agosto de 2014, o número dos utentes de telecomunicações móveis alcançou 1 670 000, sendo a taxa de penetração de 267,07%. Em comparação com o mesmo período de 2010, este número e esta taxa aumentaram 610 000 e 70,52%, respectivamente. Dos utentes a maior parte são utentes de 3G, verificando-se uma diminuição do número dos utentes de 2G que constituem apenas 0,2% do número total dos utentes de telefones móveis.

Com o objectivo de permitir aos cidadãos uma utilização confiante do serviço de dados, impulsionámos as operadoras de telecomunicações móveis a optimizar, constantemente, as

redes e a providenciar o serviço de descarregamento de dados com uma velocidade de 21 Mbps, continuando a aperfeiçoar as várias medidas de protecção de utilização do serviço de dados móvel, por exemplo, o limite máximo de cobrança, o "plano de cobrança progressiva", etc.. Ademais, desde 2013, uma parte das operadoras de telecomunicações móveis tem reduzido, através de planos de desconto, a tarifa do serviço itinerante de voz no Interior da China para todos os utentes dos planos mensais, registando-se, até agora, uma redução total não inferior a 13%. Em relação à tarifa de mensagens curtas (SMS) enviadas por utentes no Interior da China, verificou-se uma redução máxima de 57%.

Introduzimos, em 2010, uma tecnologia sofisticada, Fibra Óptica até à Habitação (FTTH), sendo que, actualmente, há mais de 200 mil apartamentos nos quais estão instaladas redes de fibra óptica, sendo de 84% a taxa de cobertura das redes. Até Agosto de 2014, o número total dos utentes do serviço de Internet já alcançou 158 000, dos quais 99,8% são utentes da Internet de banda larga. Sob o impulso activo do Governo, foi reduzida várias vezes no passado a tarifa do serviço da Internet, sendo que, a redução da tarifa mensal básica do serviço de fibra óptica equivale a 50%. As velocidades máximas de carregamento e de descarregamento disponíveis para opção dos cidadãos aumentaram de 25Mbps/100Mbps (velocidades iniciais) para 250 Mbps/250 Mbps.

Em relação à operadora de telecomunicações de rede fixa, em 2010, 2013 e 2014, foram reduzidas, por duas vezes, a tarifa do serviço de circuitos internacionais e, por três vezes, a do serviço de aluguer de circuitos locais, respectivamente. De acordo com os diferentes locais e velocidades, verificou-se um decréscimo da tarifa do serviço de aluguer de circuitos internacionais entre 11% e 68%. No que concerne ao aluguer de circuitos locais, de acordo com as diferentes velocidades e em coadunação com os descontos decorrentes dos anos de contrato de serviço, verificou-se uma redução total de 38%.

Para mais, em 2012, através de revisão dos diplomas, passaram a ser permanentes as medidas de dispensa das respectivas taxas aplicáveis aos serviços radioeléctricos relativas a aparelhos de recados e telefones móveis (incluindo cartão pré-pago), bem como, de redução para metade da taxa de licença relativa aos equipamentos de radiocomunicações instalados em embarcações de pesca, entre outros..

7.2. Correios, Ciências e Tecnologia

Para prestação de serviços de correio de qualidade e diversificados, os Serviços de Correios continuaram a apostar, através da reestruturação dos fluxos de transportes e da renovação de infra-estruturas do serviço de certificação, no aumento da eficiência operacional de distribuição postal e no melhoramento do serviço de certificação. Persistiram, também, junto dos serviços e instituições públicos, na activa promoção da utilização dos Serviços Electrónicos Postais Seguros e na expansão dos alvos e áreas de serviços da plataforma de pagamento electrónico.

Para disponibilizar aos cidadãos um meio fácil de receber informações e para promover a política de Governo Electrónico, os Serviços de Correios lançaram, em 2013, o serviço

SEPBox, acessível a todos os cidadãos mediante a devida identificação, e lançaram ainda, faseadamente, a título experimental, as operações do sistema integrado de balcões, visando a automatização da rede de balcões.

Quanto às ciências e tecnologia, apoiamos com todo o esforço nos trabalhos de investigações científicas e de popularização científica, durante esses anos tendo sido financiados 344 projectos de investigação científica, com o montante de 336 000 000 patacas, e 697 projectos de popularização científica, com o montante de 77 780 000 patacas; concluiu-se o "Inquérito sobre a Situação Actual do Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Macau"; foi apoiada a criação e o desenvolvimento dos Laboratórios de Referência do Estado; implementou-se o projecto dos Prémios para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia; recomendaram-se investigadores locais para os Prémios Nacionais das Ciências e da Tecnologia, tendo recebido, em dois anos consecutivos, o Prémio de Estado para o Progresso Científico e Tecnológico da 2.ª classe. Paralelamente realizaram-se vários tipos de actividade na área de popularização científica, tais como campos de Verão, visitas de estudo, sessões de apresentação e exposições.

Através do mecanismo do Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau, tem-se promovido a cooperação dos dois lados, nas áreas da medicina tradicional chinesa, da tecnologia informática, da poupança energética e protecção ambiental, e da popularização científica, bem como lançou-se com o Ministério da Ciência e Tecnologia da China o projecto de financiamento conjunto à investigação científica, tendo sido recebidas 8 candidaturas a pedir apoios financeiros no valor total de 23 600 000 patacas; recomendaram-se 14 cientistas locais para o "Grupo especializado de especialistas do planeamento das ciências e da tecnologia" e 20 cientistas para a "Base de dados dos especialistas de apreciação relativa aos prémios para o desenvolvimento das ciências e da tecnologia". Com o início desses trabalhos, tem-se formado uma atmosfera de inovação tecnológica, dinamizando as actividades entre as empresas, academias e institutos nas áreas científicas e tecnológicas, estimulando o interesse dos jovens em participar na investigação e aprofundando os conhecimentos dos cidadãos sobre as ciências e as tecnologias.

CONCLUSÃO

As "Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas" consolidam o papel de Macau como um "centro mundial de turismo e lazer"; o "12.º plano quinquenal", atribui uma vertente mais ampla para o desenvolvimento de Macau; com a promulgação do Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha de Hengqin, a assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, e a aprovação pelo Governo Central do pedido da RAEM para a construção de novos aterros, estão criadas as condições de base para o desenvolvimento sustentável de Macau e para o aumento da qualidade de vida da população.

Nos últimos 5 anos com a cooperação regional na área de transportes e obras públicas foram seguidas as linhas de acção governativa do terceiro mandato do Governo. Aproveitando a cooperação regional foram elaborados diplomas legais sobre o planeamento urbanístico, o aproveitamento dos terrenos, a protecção ambiental, os transportes, a construção das infra-estruturas, etc, de modo a contribuir para transformar Macau num sítio agradável para se viver, em articulação com as políticas a longo prazo e a cooperação com o Interior da China.

Na área de transportes e obras públicas com o zelo dos Serviços enfrentou várias oportunidades e desafios, tendo sido diligenciados esforços de forma a dar cumprimento às linhas de acção governativa.

A entrada em vigor da "Lei do planeamento urbanístico", da nova "Lei de terras" e da "Lei de prevenção e controlo do ruído ambiental", marcou um novo rumo de desenvolvimento da região. A desocupação das barracas e o reordenamento do armazém e depósito de combustíveis e na Ilha Verde, o combate à ocupação ilegal dos terrenos do Estado, a construção de dezanove mil fracções de habitação pública e a questão dos fornecedores dos serviços de antena comum (anteneiros), entre outras questões históricas, foram resolvidas através da colaboração de diferentes partes, tendo sido iniciado o procedimento tendente a resolver, de forma faseada, o problema da habitação dos residentes nativos de Coloane.

A resolução oportuna da questão relativa à declaração de falência de uma operadora do serviço de autocarros, durante a implementação do seu novo modelo de gestão, permitiu assegurar a estabilidade deste serviço e minimizar o impacto público que daí poderia vir a decorrer.

Além disso, para promover o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário, foram implementadas oportunamente várias medidas.

A implementação dos projectos das políticas relativas ao transporte, à habitação, à energia e protecção ambiental, ao combate às obras ilegais, à ocupação ilegal dos terrenos, etc., necessita ainda de ser melhorada.

A construção urbana é um importante passo para o desenvolvimento da região, tendo em vista o reforço da integração regional, por outro lado, o rápido desenvolvimento do

sector do turismo de Macau e o acréscimo do número de turistas, fez aumentar o fluxo de pessoas e de veículos. Os principais objectivos da área de transportes e obras públicas são implementar os planos de construção das infra-estruturas de transporte transfronteiriço, e a articulação do desenvolvimento da sociedade e da economia de Macau.

Relativamente às obras de construção das infra-estruturas, incluindo a criação de passagens pedonais, e a prestação dos serviços de transportes, na sua execução o Governo empenhar-se-á com uma atitude pragmática e activa, analisando de forma objectiva e científica, elaborando estratégias e medidas com precisão e prosseguirá o conceito de "Governação científica e servir a população".

Comissariado contra a Corrupção

BALANÇO DAS ACÇÕES DO COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO REALIZADAS NO ANO DE 2014

Em 2014, o Comissariado contra a Corrupção continuou a reprimir severamente todas as formas de corrupção, seguindo sempre o lema "Proceder à investigação quando reunidas as condições e punir a corrupção quando provados os actos". Orientando-se por uma estratégia de combinação da punição com a prevenção, o CCAC empenhou-se em reforçar a cooperação com os serviços e entidades públicas e em manter uma boa comunicação com os diversos sectores sociais de forma a fiscalizar os actos administrativos ilegais ou irregulares, emitindo recomendações dirigidas aos serviços, entidades e pessoas colectivas públicas e promovendo a correcção dos referidos actos administrativos pelos mesmos. A par disso, o CCAC também colaborou com empenho na avaliação, feita pelos peritos das Nações Unidas, do cumprimento por parte da República Popular da China da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, bem como na avaliação da situação dos direitos humanos. Ademais, foram envidados todos os esforços para garantir a incorruptibilidade, a justiça e a imparcialidade da eleição do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau para o seu quarto mandato.

1. No âmbito do combate à corrupção

O CCAC continuou a apostar no aperfeiçoamento da capacidade dos seus investigadores no âmbito da recolha de informação em casos específicos e de técnicas de investigação para que o respectivo trabalho de investigação seja mais orientado para a informação e para a componente técnica. Ao mesmo tempo, o CCAC continuou a apostar na melhoria das técnicas de investigação e de recolha de informação relativamente aos crimes de corrupção no sector privado. Através do desenvolvimento das técnicas acima referidas, o CCAC conseguiu reduzir significativamente os recursos humanos envolvidos e aumentar a eficiência no trabalho da Direcção dos Serviços contra a Corrupção.

O CCAC continuou a proporcionar formação ao seu pessoal investigador, nomeadamente com a análise de casos já concluídos, apresentadas pelos investigadores veteranos, com acções de formação sobre temas jurídicos específicos, técnicas de recolha de informação e outras técnicas de investigação. A par disso, o CCAC enviou periodicamente o seu pessoal para participar em vários cursos de formação, tanto na China continental como no estrangeiro, com vista a elevar o respectivo nível profissional no âmbito da investigação criminal.

Em 2014, o CCAC investigou vários casos de crimes de corrupção e de fraude praticados por funcionários públicos, bem como casos de corrupção do sector privado, tendo os mesmos sido encaminhados para o Ministério Público.

No entanto, o CCAC enfrenta ainda muitas dificuldades na investigação, tendo em conta o constante aumento do número de casos, tanto no sector público como no sector privado, e o nível de sofisticação dos mesmos, devendo-se também essa dificuldade à desactualização da legislação e ao rápido desenvolvimento das tecnologias de comunicação. Tudo isto dificulta a investigação e a conservação de provas. Tendo em consideração que a corrupção se apresenta cada vez mais transfronteiriça, organizada e simulada, urge envidar esforços de cooperação regional e internacional no âmbito da investigação penal, o que constitui um outro entrave à prossecução dos trabalhos de investigação realizados pelo CCAC. Não obstante, o CCAC encontra-se determinado a empenhar-se no cumprimento das suas atribuições legais apesar de todos os obstáculos com que se depara.

2. No Âmbito de Provedoria de Justiça

O CCAC procede a investigações na sequência da recepção de queixas sobre a legalidade e a razoabilidade dos actos e procedimentos administrativos dos serviços e entidades públicas, exigindo, por sua vez, a correcção, por partes destes serviços, das respectivas condutas administrativas ilegais ou inadequadas, assumindo assim devidamente as suas funções de fiscalização no sentido de garantir os direitos dos cidadãos. Até meados de Outubro de 2014, foram recebidos pelo CCAC cerca de 380 casos desta natureza.

Para além disso, o CCAC conseguiu, no âmbito de pedidos de consulta, suprimir eventuais desentendimentos entre os cidadãos e o Governo, esclarecendo dúvidas sobre a legislação. Até meados de Outubro de 2014, foram recebidos mais de 450 pedidos de consulta.

O CCAC apelou também à revisão de leis e regulamentos desactualizados ou irrazoáveis e exortou os serviços públicos a aumentar a eficiência e a transparência.

A Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça e o Departamento de Relações Comunitárias do CCAC realizaram várias palestras temáticas para a sensibilização dos serviços e entidades públicas para a integridade, a fim de elevar a consciência íntegra dos trabalhadores públicos. Para além disso, foram também realizadas sessões de esclarecimento sobre a Lei da Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado junto das entidades privadas e associações. A Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça, ainda com o objectivo de garantir o cumprimento da Lei por parte dos serviços públicos, elaborou pareceres técnicos no sentido de aperfeiçoar e actualizar as respectivas instruções de trabalho.

Por outro lado, a Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça enviou periodicamente o seu pessoal para conferências e acções de formação organizadas pelas organizações internacionais de Ombudsman, com vista a adquirir experiências no procedimento de recepção e tratamento de queixas, impulsionando assim o desenvolvimento do modelo de provedoria de justiça local.

3. No âmbito da sensibilização

O CCAC realizou várias actividades e palestras sob temas específicos, divulgando o sentido da integridade junto dos diversos sectores. Em 2014, as actividades e palestras organizadas pelo CCAC focaram temas como a integridade e a dedicação ao público; "carácter nobre, conduta íntegra"; a declaração de bens patrimoniais e interesses; a aquisição de bens e serviços; a Lei da Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado; a consciência da integridade; o programa de educação para a honestidade da juventude; a "Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas"; a semana da integridade em escolas do ensino secundário; bem como programas de educação da integridade para o ensino primário. Os destinatários destas acções de sensibilização foram, nomeadamente, funcionários públicos, entidades privadas, estabelecimentos de ensino, associações, jovens e estudantes.

A educação para a integridade deve começar desde cedo. O material didáctico "Honestidade e Integridade", lançado pelo CCAC no início de 2003, tem contado com o apoio do sector da educação local, sendo usado em mais de 90% das escolas locais do ensino primário. Ao longo dos anos, segundo as experiências pedagógicas, vários docentes apresentaram ao CCAC opiniões construtivas e inspiradoras. Recolhidas essas opiniões de grande valor para o CCAC, procedeu-se, em 2014, a uma actualização do conteúdo e dos materiais complementares do respectivo material didáctico para o ensino primário, nomeadamente reorganizando os temas pedagógicos e inserindo novos elementos, com o objectivo de alcançar um melhor resultado pedagógico. Em relação à nova versão do referido material didáctico, foram introduzidos mais materiais interactivos e de multimédia de apoio ao livro, satisfazendo assim as necessidades reais dos docentes.

Para além disso, tendo como objectivo estimular os alunos locais do ensino primário a criar contos alusivos à sua própria integridade ou à integridade de pessoas do seu relacionamento, incutindo-lhes uma concepção correcta de valores, o CCAC e a Associação Geral de Estudantes Chong Wa de Macau organizaram, conjuntamente, em Março de 2014, o "Concurso de criação de contos alusivos à integridade por alunos do ensino primário". A actividade contou com uma participação activa e foram escolhidos vários trabalhos distinguidos pelo júri. A cerimónia de entrega de prémios foi realizada em Junho do mesmo ano, para prestar reconhecimento público aos alunos participantes.

4. No âmbito do intercâmbio com o exterior

O CCAC da RAEM continuou empenhado no fomento da cooperação e intercâmbio com o exterior destacando representantes para participarem, nomeadamente, na reunião do Instituto Internacional de Ombudsman (International Ombudsman Institute, IOI); na reunião da Associação do Ombudsman Asiático (Asian Ombudsman Association, AOA); na reunião e nas actividades do grupo directivo do «Grupo de Iniciativa Anti-Corrupção

da Ásia-Pacífico»; entre outros que permitiram um intercâmbio profundo e a partilha de experiências enriquecedoras sobre os trabalhos de combate à corrupção com representantes e especialistas de vários países e regiões.

O CCAC encontra-se também empenhado em contribuir para a formação contínua do seu pessoal. Para alcançar os objectivos pretendidos, o CCAC promoveu vários programas de formação contínua em cooperação com várias instituições como o Ministério de Supervisão da República Popular da China; o Instituto Nacional de Fiscalização Disciplinar e Supervisão; a Universidade de Segurança Pública do Povo; e o Instituto de Polícia Criminal, com o fim de elevar o nível de profissionalismo e qualidade operacional dos investigadores bem como proporcionar aos mesmos um conhecimento mais profundo sobre o funcionamento das instituições de fiscalização do interior da China.

Em Abril de 2014, o CCAC recebeu uma delegação do Gabinete de combate à corrupção da nova zona da ilha de Hengqin da Cidade de Zhuhai. O referido gabinete, recentemente criado, consiste na primeira entidade da China a exercer simultaneamente as funções de punição e prevenção da corrupção. Através desta visita, a delegação ficou a conhecer de perto o regime de fiscalização e o regime de declaração de bens patrimoniais e interesses dos funcionários públicos da RAEM.

5. Outros

Para cumprir escrupulosamente o princípio "servir melhor a população", o CCAC promoveu de forma contínua o aperfeiçoamento dos respectivos serviços públicos. Para além disso, também o CCAC substituiu o actual sistema de gravação de chamadas da Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça por um novo sistema de atendimento permanente em que os cidadãos podem seleccionar livremente o dialecto preferido, de forma a diminuir o tempo de espera, e simplificou o conteúdo da informação fornecida no referido sistema dentro e fora do horário de expediente.

Por outro lado, com o objectivo de simplificar os procedimentos relativos à distribuição e à recepção das cópias da notificação da declaração de bens patrimoniais e interesses dos diferentes serviços, o CCAC criou, em 2013, um software para a informatização dessas cópias, estando, até à presente data, mais de 52 serviços/entidades públicas já a utilizar o referido software, conseguindo-se, desta forma, simplificar os actos e procedimentos administrativos bem como reduzir os custos administrativos.

Comissariado da Auditoria

NOTA PRÉVIA

No presente ano o Comissariado da Auditoria (CA) enfrentou novos desafios, tendo-se, porém, verificado resultados assinaláveis nos projectos e actividades programados. Não obstante nos últimos anos se ter registado um desenvolvimento estável e saudável da economia de Macau, as mutações de enquadramento interno e externo e o consequente evoluir das expectativas sociais têm vindo a colocar exigências acrescidas à actuação do CA.

Nos últimos cinco anos o CA empenhou-se em adoptar uma atitude proactiva quanto às questões suscitadas pela evolução da sociedade e a usar de maior rigor e exigência na sua actuação, com vista a cumprir as metas fixadas, nomeadamente, no que respeita à implementação alargada da informatização da auditoria, capacitação da equipa de auditoria, investigação e aplicação da auditoria concomitante e alargamento do âmbito e natureza das auditorias, por forma a prevenir situações que possam afectar o bem-estar da população, defender a justiça social e contribuir para uma maior transparência na actividade administrativa e financeira pública.

O CA, ainda, no decurso dos últimos cinco anos, a par de assegurar a boa execução das actividades correntes de auditoria, numa perspectiva ampla e de longo prazo, tem vindo a reforçar as suas infra-estruturas, a rever e melhorar os procedimentos e ambiente de trabalho, a modernizar os equipamentos que constituem a plataforma de execução da auditoria baseada em tecnologias de informação e comunicação e a reforçar o pessoal qualificado, nomeadamente na área jurídica. Por outro lado e no intuito, também, de elevar a eficiência e a qualidade de trabalho, o CA pôs em prática as "Medidas de Controlo de Qualidade de Auditoria" e procedeu a duas revisões do «Manual de Auditoria Financeira» e do «Manual de Auditoria de Resultados».

EXECUÇÃO DAS LINHAS DE ACÇÃO DO COMISSARIADO DA AUDITORIA PARA 2014

O CA continuou a desenvolver a sua actividade com pragmatismo, a pautar a sua actuação com observância dos princípios da legalidade e da independência e a apresentar opiniões e sugestões com vista à utilização dos recursos públicos segundo critérios de razoabilidade, economia, eficiência e eficácia. Os parágrafos seguintes sintetizam a execução das Linhas de Acção definidas para o presente ano.

1. Auditoria financeira baseada em tecnologias de informação e comunicação (TIC)

Em 2010, para elevar a eficiência e a exactidão dos trabalhos da auditoria financeira à Conta Geral da RAEM, que é uma das tarefas centrais do CA, foi dado início à introdução faseada da auditoria baseada em TIC, o qual veio substituir as tradicionais operações em suporte de papel por suporte electrónico. Com o apoio do Gabinete de Auditoria Nacional, o CA concluiu, em 2014, a segunda fase do desenvolvimento do "Programa Informático de Auditoria in loco", o qual, depois dos necessários ensaios e aperfeiçoamentos realizados no ano transacto, foi utilizado, em pleno, na execução dos trabalhos de auditoria do corrente ano. O programa informático foi utilizado nos trabalhos de verificação, cálculo, pesquisa e integração das informações contabilísticas da conta central e das contas de gerência dos serviços autónomos, tendo contribuído para elevar substancialmente a qualidade dos resultados de auditoria.

2. Auditorias de resultados, específicas e concomitantes

No ano em curso, CA deu início à aplicação das técnicas de auditoria baseadas em TIC a outros projectos de auditoria. Aplicando os cálculos e os métodos de busca das aplicações informáticas desenvolvidas, tem sido possível realizar pesquisas de acordo com múltiplos critérios, análises e comparações precisas a partir de grandes bases dados, operações estas que os anteriores processos manuais dificilmente poderiam realizar, o que permitiu elevar significativamente a eficácia das metodologias, dos procedimentos e das estratégias de gestão dos trabalhos de auditoria.

O CA continuou a acompanhar a aplicação e a gestão dos recursos públicos mediante a realização de auditorias de resultados, específicas e concomitantes. Através do alargamento do âmbito da cobertura da acção de fiscalização e da análise rigorosa dos problemas, o CA acompanhou e avaliou a aplicação dos recursos pelos sujeitos a auditoria, do ponto de vista da cientificidade e da razoabilidade, com vista a promover a boa governança

pública. Os relatórios de auditoria concluídos e divulgados pelo CA em 2014 incidiram principalmente sobre a orçamentação de despesas em projectos de obras públicas, as aquisições de bens e serviços públicos, os resultados da cooperação interdepartamental e a gestão dos recursos financeiros por parte dos serviços públicos. Para além de observar rigorosamente os princípios de independência, de objectividade, de equidade e de justiça, o CA para melhor avaliar o grau de eficiência, de eficácia e de economia do desempenho dos sujeitos a auditoria ao planear um projecto de auditoria tem procurado assegurar que seja devidamente acautelada a razoabilidade das situações, pese embora a sua cobertura legal, por forma a prevenir/evitar prejuízos e desperdícios ou eventuais riscos. Seguindo esta orientação, foram realizadas auditorias a projectos públicos de grande envergadura ou urgência, com vista a garantir que os serviços públicos cumpram com rigor as suas funções e a promover uma maior transparência na acção governativa.

3. Medidas de controlo da qualidade das auditorias e a auditoria interna

O CA aplicou em todos os projectos de auditoria medidas de controlo de qualidade harmonizadas com as normas emitidas pela Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI), a fim de que os trabalhos de auditoria sejam executados de acordo com procedimentos adequados e, desta forma, garantir a qualidade dos relatórios de auditoria.

Por outro lado, com vista a manter a execução dos trabalhos de auditoria na RAEM a par dos padrões internacionais actuais bem como a reforçar e elevar o nível da supervisão da auditoria, o CA, tendo como referência as Normas Internacionais das Instituições Superiores de Auditoria aplicáveis à auditoria pública, procedeu à segunda revisão dos procedimentos definidos no «Manual de Auditoria Financeira» e «Manual de Auditoria de Resultados».

Neste contexto, a auditoria interna do CA, uma estrutura com autonomia de funcionamento, procedeu à revisão exaustiva de todos os processos de auditoria, com o objectivo de verificar se os mesmos foram realizados de acordo com as normas, as políticas e as instruções aplicáveis. O âmbito de exame da auditoria interna foi ainda mais vasto que o das medidas de controlo de qualidade, assegurando, assim, que todos os trabalhos de auditoria possuíssem o mesmo nível de qualidade.

4. Capacitação da equipa de auditoria

O reforço contínuo das competências da equipa de auditoria é uma das prioridades do CA. Para elevar as competências do pessoal de auditoria e reforçar a sua experiência em determinadas áreas, no ano em curso, o CA enviou vários trabalhadores para frequentar os cursos de "Auditoria Informática – nível intermédio" e de "Formação de Jovens Quadros

Auditores", destinados a técnicos de auditoria experientes e dominando as técnicas utilizadas em auditoria baseada em TIC. Este ano, o CA organizou, ainda, os cursos de "Finanças Públicas e Direito Financeiro", de "Auditoria Financeira – Metodologias e Procedimentos" e de "Contabilidade Pública" ministrados por formadores do Tribunal de Contas de Portugal. Para além de pessoal do Comissariado da Auditoria os cursos de formação contaram ainda com a participação de titulares de cargos, assessores e técnicos superiores de outros organismos e serviços públicos.

5. Divulgar a cultura de auditoria

Com o objectivo de sensibilizar os trabalhadores da Administração Pública para as vantagens que a auditoria pode proporcionar e para a necessidade de uma correcta aplicação dos recursos públicos, o CA prosseguiu com a realização de encontros periódicos de partilha de opiniões sobre a cultura de auditoria.

Para promover uma relação de confiança mútua no processo de auditoria, o CA tem continuado a realizar workshops sobre a auditoria financeira dirigidos por auditores e auditores superiores, os quais trocam opiniões com os responsáveis dos serviços públicos presentes sobre questões relacionadas com práticas financeiras do exercício anterior. Esta abordagem tem-se revelado útil ao reforço do intercâmbio e ao sentimento de parceria entre as duas partes.

Para aprofundar o conhecimento dos diversos sectores sociais sobre a auditoria pública, o CA tem reforçado o diálogo com as associações profissionais de contabilidade, associações dos trabalhadores da Administração Pública e escolas, realizando em conjunto actividades que contribuam para a disseminação dos conceitos de auditoria e de gestão pública. Em 2014, foram realizadas 34 acções de divulgação destinadas a associações, estabelecimentos de ensino superior e não superior e trabalhadores da Administração Pública.

6. Actividades de intercâmbio na área da auditoria

Em 2014, o Comissário da Auditoria participou, como observador, na VIII Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP), que decorreu na cidade de Brasília (Brasil). Para reforçar competências técnicas e aprofundar as relações do pessoal de auditoria do CA com profissionais de instituições congéneres de outros países e regiões, o CA participou, a convite da Sociedade de Auditoria da China, no "Seminário sobre a Teoria e Prática de Auditoria nas Duas Margens do Estreito e em Hong Kong e Macau 2014", que decorreu na cidade de Tai'an, na província de Shandong. O CA manteve um relacionamento estreito e uma participação activa na cooperação e intercâmbio com o Gabinete de Auditoria Nacional, a Sociedade de Auditoria da China, o Instituto de Auditoria de Nanjing, a Organização

Internacional das Instituições Superiores de Auditoria, a Organização das Instituições Superiores de Auditoria da Ásia e a Organização das Instituições Supremas de Controlo da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa.

7. Opiniões dos cidadãos

O CA mantém uma linha telefónica e uma caixa de correio exclusivas, através das quais os cidadãos podem apresentar as suas opiniões sobre a qualidade dos serviços prestados pelos serviços e organismos públicos. As opiniões recebidas são acompanhadas pelo CA ou encaminhadas para os competentes serviços públicos para tratamento, contribuindo assim para o aumento da qualidade do serviço prestado pelos mesmos. Até Setembro do corrente ano, o CA recebeu 27 queixas relativas a serviços públicos, tendo encaminhado 16 para os serviços públicos visados.

NOTA FINAL

A "Declaração de Pequim" aprovada no XXI Congresso da Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria, consagra a "promoção da boa governança pelas instituições superiores de auditoria" e afirma que as mesmas, como parte integrante da boa governança, devem orientar a sua actividade no sentido de garantir a legalidade, elevar a eficácia do governo e promover o bem-estar da população, a transparência e a prestação de contas, com vista a um desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável.

Tendo por base uma linha de orientação de aperfeiçoamento contínuo, de permanente reflexão sobre a experiência acumulada e de actualização face aos novos desafios e responsabilidades que se colocam às Instituições Superiores de Controlo, o CA tem vindo a assumir um papel proactivo enquanto indutor da boa governança pública. O CA tem-se empenhado no processo de sistematização de auditoria pública, na redefinição de estratégias e ajustamento de metodologias e técnicas de auditoria com vista, sobretudo, à detecção de erros e consequente rectificação, reforçando, assim, a eficácia da acção de fiscalização. Contudo, não obstante os esforços desenvolvidos no terreno, existem ainda serviços e organismos públicos que se mostram pouco cooperantes na actividade de auditoria: alguns serviços recorrem a actos dilatórios na tentativa de encobrir as questões enquanto outros mostram indiferença perante os relatórios de auditoria divulgados, acabando, assim, por não acatar as sugestões apresentadas e corrigir os respectivos procedimentos, com a agravante de, por vezes, voltarem, posteriormente, a repetir exactamente os mesmos erros.

Prevenir o desperdício do erário público e apoiar os serviços e organismos públicos na detecção/resolução de problemas existentes e latentes são atribuições relevantes legalmente cometidas ao CA. O conhecimento e apreciação dos problemas detectados são da maior importância para o cumprimento da lei, resolução efectiva de problemas e correcta aplicação dos dinheiros públicos por parte dos serviços e organismos públicos e contribuem para uma mais atempada e eficaz actuação por parte das respectivas tutelas junto dos serviços dependentes ou organismos tutelados no sentido cumprirem rigorosamente as rectificações e ou aperfeiçoamento de procedimentos sugeridos pelo CA.

O CA, pese embora ciente das dificuldades, vai continuar a consolidar e a reforçar a qualidade das suas auditorias, cumprindo e exercendo, com rigor, pragmatismo, prudência e segurança, as atribuições e competências que lhe estão legalmente cometidas.